



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

2011



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL



2011

Copyright © 2011 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.presidencia.gov.br).

Crédito das fotos: Secom/Divulgação, Petrobrás/Divulgação, Casa Civil/Divulgação, Arquivo MDA, MDS, MD e MMA/Divulgação

Tiragem: 4.000 exemplares
Impresso no Brasil

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIB)

B823m Brasil. Presidenta (2011-: D. V. Rousseff)

Mensagem ao Congresso Nacional, 2011: 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2011.

412p. (Documentos da Presidência da República)

1. Mensagem Presidencial - Brasil, 2011. 2. Desenvolvimento Econômico - Brasil. 3. Desenvolvimento Sustentável - Brasil. 4. Política Econômica - Brasil. 5. Inclusão Social - Brasil. 6. Política Social - Brasil. 7. Crescimento Econômico - Brasil. I. Rouseff, Dilma, 1947-. II. Título

CDD - 341.25117



República Federativa do Brasil

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Temer

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Defesa

Nelson Jobim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Antônio Patriota

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes

Alfredo Nascimento

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Wagner Rossi

Ministro de Estado da Educação

Fernando Haddad

Ministra de Estado da Cultura

Ana de Hollanda

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

Ministro de Estado da Previdência Social

Garibaldi Alves

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tereza Campello

Ministro de Estado da Saúde

Alexandre Padilha

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Fernando Pimentel

Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Miriam Belchior

Ministro de Estado das Comunicações

Paulo Bernardo

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Aloízio Mercadante

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Teixeira

Ministro de Estado do Esporte
Orlando Silva

Ministro de Estado do Turismo
Pedro Novais

Ministro de Estado da Integração Nacional
Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Afonso Florence

Ministro de Estado das Cidades
Mário Negromonte

Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura
Ideli Salvatti

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Antônio Palocci

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Luiz Sérgio Oliveira

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Helena Chagas

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
José Elito Carvalho Siqueira

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Moreira Franco

Advogado-Geral da União
Luis Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Bairros

Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Irieny Lopes

Secretária dos Direitos Humanos da Presidência da República
Maria do Rosário

Secretário de Portos da Presidência da República
Leônidas Cristino

Sumário

Apresentação, 10

I - DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

II – DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA

1. Política de Desenvolvimento Produtivo, 27
 - a) Programas para o Fortalecimento da Competitividade, 28
 - b) Programas para Consolidar e Expandir a Liderança, 29
 - c) Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas, 31
 - d) Programa Destaques Estratégicos, 32
 - e) Comércio Exterior, 33
 - f) Inovação Tecnológica, 38
 - g) Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, 39
 - h) Propriedade Industrial, 41
 - i) Comércio e Serviços, 43
 - j) Microempresas e Artesanato Brasileiro, 44
 - k) Desenvolvimento Regional da Amazônia, 45
2. Agronegócio, 47
 - a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização, 48
 - a.1) Crédito Rural, 48
 - a.2) Apoio à Comercialização, 48
 - a.3) Apoio à Cafeicultura, 49
 - b) Gerenciamento de Riscos Climáticos, 50
 - b.1) Zoneamento Agroclimático, 50
 - b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, 51
 - c) Defesa Agropecuária, 52
 - c.1) Ações de Saúde Animal, 52
 - c.2) Sanidade Vegetal, 53
 - c.3) Qualidade de Insumos e Produtos Agropecuários, 54
 - c.4) Sistema Laboratorial e Vigilância Internacional, 55
 - c.5) Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia, 55
 - d) Fomento e Organização da Produção, 55
 - e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio, 56
 - e.1) Negociações Internacionais Bilaterais e Multilaterais, 56
 - e.2) Promoção Comercial do Agronegócio, 56
 - e.3) Designação dos Adidos Agrícolas, 57
 - e.4) Desempenho Exportador do Agronegócio, 57
 - f) Pesquisa Agropecuária, 58
 - g) Agroenergia, 60
3. Turismo, 61
 - a) Planejamento e Gestão da Política Nacional de Turismo e Normatização, 61
 - b) Infraestrutura Turística, 62
 - c) Captação de Financiamentos e Promoção de Investimentos, 62
 - d) Regionalização e Ordenamento Turístico, 63
 - e) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro, 63
 - f) Promoção Internacional do Turismo Brasileiro, 64
 - g) Qualificação e Certificação em Turismo, 65
 - h) Desenvolvimento Local e Turismo de Base Comunitária (TBC), 66
 - i) Produção Associada ao Turismo, 66
 - j) Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI), 66
 - k) Ecoturismo, 67
4. Trabalho e Emprego, 67
 - a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 67
 - b) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda, 68
 - c) Valorização do Salário Mínimo, 70
 - d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores, 70
 - e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho, 74
 - f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem Inclusão Social, 75
 - g) Estímulo à Economia Solidária, 78
5. Inclusão Bancária e Microcrédito, 79
 - a) Crédito, 79
 - b) Fomento aos Investimentos, 80
 - c) Acesso a Serviços Bancários, 80
 - c.1) Contas Correntes Simplificadas, 80
 - c.2) Crédito Consignado, para Aposentados e Pensionistas do INSS, 81
 - c.3) Banco Postal, 81
 - d) Microcréditos e Microfinanças, 81
6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca, 82
 - a) Acesso ao Crédito, 83
 - b) Infraestrutura Pesqueira, 83
 - c) Formação Profissional, Pesquisa e Desenvolvimento e Assistência Técnica, 83
 - d) Aquicultura, 84
 - e) Monitoramento, Controle e Gestão Participativa, 84
7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária, 85
 - a) Agricultura Familiar, 85
 - a.1) Crédito Rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), 85
 - a.2) Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), 86
 - a.3) Garantia- Safra, 87
 - a.4) Apoio à Comercialização, 88
 - a.5) Biodiesel e Agricultura Familiar, 88

- a.6) Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, 89
- a.7) Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, 89
- a.8) Programa Arca das Letras, 90
- a.9) Políticas para as Mulheres Rurais, 91
- a.10) Política Internacional para Agricultura Familiar e Reforma Agrária, 93
- a.11) Programa Territórios da Cidadania, 93
- b) Reforma Agrária, 95
 - b.1) Assentamentos e Incorporação de Terras à Reforma Agrária, 95
 - b.2) Investimentos em Qualidade dos Assentamentos, 95
 - b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), 96
 - b.4) Regularização Fundiária, 97
- 8. Desenvolvimento Regional, 99
 - a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional, 99
 - b) Infraestrutura Hídrica, 101
 - c) Defesa Civil, 103
- 9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, 104
 - a) Mudança do Clima, 104
 - a.1) Política e Plano Nacional sobre Mudança do Clima, 105
 - a.2) Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima, 105
 - b) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas, 106
 - c) Resíduos Sólidos Urbanos, 107
 - d) Recursos Hídricos, 108
 - d.1) Revisão e Atualização do Plano Nacional de Recursos Hídricos, 109
 - d.2) Conjuntura dos Recursos Hídricos, 109
 - d.3) Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), 110
 - d.4) Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, 110
 - d.5) Revitalização de Bacias Hidrográficas, 110
 - d.6) Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, 111
 - d.7) Pré-Conferência Nacional de Águas – Pré-CONÁGUAS, 111
 - e) Licenciamento Ambiental, 111
 - f) Zoneamento Ecológico-Econômico, 112
 - g) Gerenciamento Costeiro, 113
 - h) Gestão Ambiental Rural, 113
 - i) Povos e Comunidades Tradicionais, 114
 - j) Concessões Florestais, 114
 - k) Sistema Nacional de Informações Florestais e Inventário Florestal Nacional, 115
 - l) Manejo Florestal Comunitário, 115
 - m) Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, 115
 - n) Esfera Internacional, 116
 - o) Unidades de Conservação, 116
 - p) Pesquisa em Biodiversidade, 117
- 10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, 118
 - a) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, 120
 - a.1) Formação de Recursos Humanos, 120
 - a.2) Infraestrutura e Fomento à Pesquisa, 120
 - b) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas, 123
 - c) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas, 125
 - c.1) Mar e Antártica, 127
 - c.2) Defesa Nacional, 128
 - d) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, 129

III - IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES

- 1. Redução das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional, 135
 - a) Redução das Desigualdades, 135
 - b) Políticas de Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional, 137
 - b.1) Transferência de Renda: o Programa Bolsa Família, 137
 - b.2) Geração de Oportunidades às Famílias Pobres, 139
 - b.3) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais, 141
 - b.4) Segurança Alimentar e Nutricional, 145
- 2. Juventude, 148
- 3. Educação, 149
 - a) Educação Básica, 149
 - b) Educação Superior, 153
 - c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, 156
 - d) Educação Profissional e Tecnológica, 156
 - e) Educação e Diversidade, 157
 - f) Cooperação Internacional, 159
 - g) Financiamento da Educação, 159
 - h) Democratização da Gestão Nacional da Educação, 161
 - i) Indicadores e Avaliações, 161
 - j) Ações Integradas, 162
- 4. Saúde, 164
 - a) Atenção Básica, 165
 - a.1) Saúde da Família, 165
 - a.2) Saúde Bucal, 165
 - a.3) Alimentação e Nutrição, 166
 - a.4) Hipertensão e Diabetes, 166
 - a.5) Saúde no Sistema Penitenciário, 167
 - a.6) Saúde Mental, 167
 - a.7) Saúde da Mulher, 168
 - a.8) Saúde da Criança, 168
 - a.9) Saúde de Adolescentes e Jovens, 169
 - a.10) Saúde da Pessoa com Deficiência, 169
 - a.11) Saúde do Idoso, 170

- a.12) Saúde do Homem, 170
- b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade, 171
 - b.1) Saúde Auditiva, 171
 - b.2) Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, 171
 - b.3) Hospitais de Ensino, 171
 - b.4) Hospitais Filantrópicos, 172
 - b.5) Terapia Intensiva, 172
 - b.6) Atenção às Urgências e às Emergências, 172
 - b.7) Transplantes, 172
 - b.8) Assistência Cardiovascular, 173
 - b.9) Sangue e Hemoderivados, 173
 - b.10) Política Nacional de Atenção Oncológica, 174
- c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, 174
- d) Desenvolvimento e Inovação no Complexo Industrial da Saúde, 175
- e) Assistência Farmacêutica, 176
- f) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, 177
- g) Vigilância Sanitária, 178
- h) Políticas de Qualificação de Pessoal e da Gestão do Trabalho em Saúde, 179
- i) Saúde Indígena, 180
- j) Gestão Descentralizada e por Resultados, 180
- k) Ouvidoria, Participação Popular e Auditoria, 181
- l) Saúde Suplementar, 182
- 5. Políticas Afirmativas, 183
 - a) Igualdade Racial, 183
 - a.1) Programa Brasil Quilombola, 185
 - b) Igualdade de Gênero, 186
 - b.1) Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 186
 - b.2) Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 186
 - b.3) Educação e Cultura, 188
 - b.4) Trabalho, 189
 - b.5) Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, 190
 - b.6) Participação e Controle Social, 190
 - b.7) Estudos e Pesquisas, 190
 - b.8) Iniciativas no Plano Legislativo, 191
 - b.9) Articulação Internacional, 191
 - c) Promoção e Proteção dos Povos Indígenas, 192
- 6. Direitos Humanos, 193
 - a) Temas Estruturantes, 193
 - b) Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica, 194
 - c) Inclusão de Pessoas com Deficiência, 195
 - d) Crianças e Adolescentes, 196
 - e) Grupos e Temas Especiais, 198
 - f) Garantia, Proteção e Defesa de Direitos, 198
 - g) Atuação Internacional, 199
 - h) Pauta Legislativa, 200
- 7. Previdência Social, 200
 - a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS), 201
 - a.1) Inclusão Social, 201
 - a.2) Ampliação da Cobertura Previdenciária, 202
 - a.3) Saúde do Trabalhador, 202
 - a.4) Atendimento ao Cidadão, 202
 - b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), 203
 - c) Relações Internacionais da Previdência Social, 204
 - d) Previdência Complementar, 205
- 8. Cultura, 206
- 9. Esporte, 210
 - a) Programa Segundo Tempo, 210
 - b) Programa Esporte e Lazer da Cidade, 211
 - c) Programa Inclusão Social pelo Esporte, 211
 - d) Infraestrutura Esportiva, 211
 - e) Desenvolvimento do Esporte de Alto Rendimento, 212
 - f) Prevenção à Violência nos Estádios, 213
 - g) Preparação para a Copa do Mundo FIFA 2014 e para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, 213
 - h) Jogos Mundiais Militares, 213
 - i) Lei de Incentivo ao Esporte, 214
 - j) Participação Social, 214
- 10. Programa Luz para Todos (LPT), 215
- 11. Inclusão Digital, 215
 - a) Banda Larga - GESAC, 215
 - b) Telecentros, 216
 - c) Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), 216
- 12. Justiça e Segurança Pública, 217
 - a) Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), 217
 - b) Sistema Único de Segurança Pública (Susp), 218
 - c) Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), 219
 - d) Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), 219
 - e) Programas e Projetos Especiais em Segurança Pública, 219
 - f) Combate à Criminalidade, 220
 - g) Sistema Penitenciário Federal, 222
 - h) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica, 223
 - i) Direitos Difusos, 224
 - j) Defensoria Pública Geral da União (DPU), 224
 - k) Reforma do Judiciário e Democratização do Acesso a Justiça, 225
 - l) Assuntos Legislativos, 226
 - m) Combate à Lavagem de Dinheiro e Cooperação Jurídica Internacional, 227

- n) Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, 227
 - o) Combate à Pirataria, 227
 - p) Anistia Política, 228
13. Prevenção Quanto ao Uso de Drogas, 229

IV - INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

- 1. Energia, 233
 - a) Energia Elétrica, 233
 - a.1) Geração e Transmissão, 234
 - a.2) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão, 234
 - a.3) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão, 236
 - a.4) Planejamento do Setor Elétrico, 236
 - a.5) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa), 236
 - a.6) Eficiência Energética, 236
 - a.7) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico, 237
 - a.8) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico, 237
 - b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis, 238
 - b.1) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás, 239
 - b.2) Contrato de Cessão Onerosa, 239
 - b.3) Rodadas de Licitações de Blocos, 240
 - b.4) Refino e Petroquímica, 240
 - b.5) Mercado de Gás Natural, 241
 - b.6) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural, 241
 - b.7) Hidrogênio, 242
 - b.8) Biocombustíveis, 242
 - b.9) Regulação, Fiscalização e Expansão do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, 245
 - c) Geologia e Recursos Minerais, 247
- 2. Transportes, 248
 - a) Transporte Rodoviário, 248
 - a.1) Manutenção de Rodovias: Conservação e Restauração, 248
 - a.2) Sinalização nas Rodovias Federais (ProSinal), 249
 - a.3) Controle de Velocidade, 249
 - a.4) Plano Nacional Diretor Estratégico de Paisagem, 249
 - a.5) Investimentos nos Empreendimentos Rodoviários – Construção e Adequação, 249
 - a.6) Concessões Rodoviárias, 252
 - a.7) Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, 252
 - a.8) Transporte Rodoviário de Cargas, 253
 - b) Transporte Ferroviário, 253
 - b.1) Expansão da Malha Ferroviária, 253
 - b.2) Adequação e Melhoria da Malha Ferroviária, 255
 - b.3) Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas (Prosefer), 255
 - b.4) Transporte Ferroviário de Passageiros em Alta Velocidade (TAV), 255
 - c) Transporte Hidroviário, 255
 - d) Fomento à Indústria Naval, 256
 - e) Infraestrutura Portuária, 256
- 3. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária, 259
- 4. Comunicações, 263
 - a) Universalização dos Serviços de Telecomunicações, 263
 - b) Avanços na Regulação, 264
 - c) Inovação em Telecomunicações e TV Digital, 264
 - d) Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações, 265
 - e) Serviços Postais, 265
 - e.1) Universalização dos Serviços Postais, 265
 - e.2) Exportação por Remessas Postais, 266
 - e.3) Atuação no Âmbito Internacional, 266
 - e.4) Inovações dos serviços, 266
 - f) Radiodifusão, 266
 - f.1) Radiodifusão Comunitária, 266
 - f.2) Demais Serviços de Radiodifusão, 266
 - f.3) Digitalização dos Serviços de Radiodifusão Sonora, 267
- 5. Saneamento, 267
- 6. Habitação, 273
 - a) Política Nacional de Habitação, 273
 - b) PAC - Habitação, 274
 - b.1) Transferências Obrigatórias ao Setor Público, 274
 - b.2) Financiamento ao Setor Público, 275
 - b.3) Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), 276
 - b.4) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica, 277
 - b.5) Qualidade e Produtividade, 277
 - b.6) Perspectivas para 2011, 278
- 7. Planejamento e Gestão Territorial Urbana, 279
- 8. Mobilidade Urbana, 281
 - a) Transporte Metroferroviário, 282
- 9. Trânsito, 284

V - SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO

- 1. Política Externa, 289
 - a) Cooperação Técnica, 293
 - b) Negociações Econômico-Comerciais, 294
 - c) Comunidades Brasileiras no Exterior, 294
- 2. Soberania, 295
 - a) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) e outras Missões de Paz, 298
 - b) Operações Combinadas e Conjuntas, 298

VI - DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA

- 1. Informação ao Cidadão, 307
- 2. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 309
- 3. Conferências Nacionais, Conselhos e Fóruns de Diálogo, 310

- 4. Relações Institucionais, 315
 - a) Articulação com o Poder Legislativo, 315
 - b) Articulação Federativa, 317

VII - ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO

- 1. Eficiência na aplicação dos Recursos Públicos, 323
 - a) Arrecadação Tributária Federal, 325
 - b) Resultado Fiscal, 325
 - c) Administração da Dívida Pública, 326
 - d) Fortalecimento do Investimento Público, 326
 - e) Apoio aos Estados e Municípios, 327
 - f) Dívida Ativa da União, 327
 - g) Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), 328
- 2. Informatização de Serviços – Investimento em TI, 328
- 3. Transparência na Administração e Controle Social, 329
- 4. Produção e Disseminação de Informações, 331
- 5. Valorização dos Servidores, 332
- 6. Gestão, 334
 - a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão, 334
 - a.1) Planejamento de Longo Prazo, 336
 - b) Gestão do Patrimônio da União, 337
 - c) Fortalecimento da Capacidade Institucional em Regulação, 338
 - c.1) Projeto “Melhor Regulação: Reduzindo a Sobrecarga Regulatória nos Negócios”, 339
 - d) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional, 340
 - e) Regulação de Mercados, 341
 - f) Fortalecimento da Estrutura de Regulação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 341
 - g) Mercado de Seguro e Resseguro, 342
- 7. Combate à Corrupção, 342
 - a) Ações de Prevenção, 342
 - b) Controle Interno, 344
 - c) Medidas Corretivas, 346
 - d) Ações de Capacitação, 347
 - e) Ações de Ouvidoria, 348
 - f) Combate à Lavagem de Dinheiro, 349
 - g) Combate aos Crimes contra a Previdência Social, 350
- 8. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União, 350

ANEXO – RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS E AS ATIVIDADES DO CONSELHO (ART. 130-A, § 2º, V DA CONSTITUIÇÃO)

Senhoras e Senhores Parlamentares,

É com muita honra que encaminho, pela primeira vez neste mandato que me foi concedido pelo povo, esta Mensagem por ocasião da abertura dos trabalhos do Congresso Nacional. Trata-se de uma oportunidade ímpar para detalhar nossos planos com vistas ao exercício que se inicia e reafirmar nosso compromisso com o diálogo e com a relação independente e harmoniosa entre os Poderes da República.

O Brasil vive o mais longo período de estabilidade democrática de sua história republicana. A transição democrática, a Constituição de 1988 e as sucessivas eleições livres fortaleceram e aprimoraram as nossas instituições. O povo brasileiro conquistou um ambiente de liberdade e participação efetiva na elaboração de políticas públicas e na condução dos rumos do País.

É nosso dever consolidar e ampliar esta vivência democrática. É ela, afinal, que possibilita, avaliza e garante o amplo processo de transformações vivido por nosso País nos últimos anos. A democracia nos abriu um horizonte mais promissor de justiça social, redução das desigualdades sob todas as suas formas e consolidação de nosso desenvolvimento econômico e social.

Uma democracia ampla exige atitudes, impõe responsabilidades e cobra dos seus governantes compromissos em relação a todos os cidadãos, independentemente de gênero, idade, credo ou raça. Para que a democracia seja exercida plenamente por todos, todos precisam ter oportunidades reais de crescimento pessoal, todos precisam ter assegurados – não apenas na letra da lei, mas no dia a dia – os seus direitos básicos de alimentação, moradia, emprego digno, educação de qualidade, acesso à saúde e cultura.

O nosso Governo, este Parlamento, as instituições do Estado de Direito, a sociedade em geral têm a responsabilidade de ampliar e aprofundar a democracia, começando por aquela que é nossa missão mais básica: erradicar a pobreza extrema do País.

O Brasil não pode aceitar mais que milhares de pessoas continuem vivendo na miséria, que não tenham alimentação suficiente, que não tenham um teto para viver. É vergonhoso que, em um país capaz de produzir no ano passado 149,5 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas, ainda haja cidadãos que passem fome. Esta não é uma missão que se restringe a nosso Governo. É uma missão de todos os brasileiros. Porque, para ser verdadeiramente democrático, o Brasil precisa criar oportunidades para todos.

Lutarei, firme e decididamente, para acabar com a miséria em nosso País. Conto com o apoio e a dedicação das senhoras e dos senhores parlamentares, representantes legítimos do povo, nesta luta histórica.

A superação da pobreza extrema e a ampliação das oportunidades para todos os brasileiros não constituem ato voluntarista, mas sim a consequência natural de uma política macroeconômica consistente, capaz de gerar um longo ciclo de crescimento sustentado.

O crescimento econômico – combinado com uma ampla rede de proteção social – possibilitou nos últimos oito anos que 27 milhões e 900 mil brasileiros obtivessem uma renda maior e ultrapassassem a linha da pobreza. A manutenção de uma política macroeconômica compatível com o equilíbrio fiscal – com ações firmes de controle à inflação e rigor no uso do dinheiro do contribuinte – será um dos pilares fundamentais do nosso Governo.

Manteremos a estabilidade econômica como valor absoluto. Reafirmo que não permitiremos, sob nenhuma hipótese, que a inflação volte a corroer nosso tecido econômico e a penalizar os mais pobres.

Vivemos hoje um momento inédito na história do País, em que o número de trabalhadores formais superou o de trabalhadores



informais. Entre 2003 e 2010, foram criados 15 milhões de empregos. A adoção da política de valorização do salário mínimo permitiu que este alcançasse o maior nível dos últimos 40 anos, beneficiando diretamente trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas.

No entanto, é preciso ir ainda mais longe, superando o quadro atual e instituindo regras estáveis, de longo prazo, que permitam a continuidade dessa política. Para tanto, encaminharei ao Congresso Nacional proposta de política de longo prazo de reajuste do salário mínimo, conforme estabelece a Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010.

A manutenção de regras estáveis que permitam ao salário mínimo recuperar o seu poder de compra é um pacto deste Governo com os trabalhadores. Asseguradas as regras propostas, os salários dos trabalhadores terão ganhos reais sobre a inflação e serão compatíveis com a capacidade financeira do Estado.

Estado este para o qual a grande massa da população dirige seus anseios e do qual cobra respostas a suas demandas. União, Estados, Distrito Federal e Municípios devem estar em condições de responder a essas necessidades com crescente presteza e qualidade.

Adotaremos, para este fim, ações efetivas e integradas com todos os entes da Federação, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, atendendo às justas aspirações do povo brasileiro.

Conclamo as senhoras e os senhores representantes do Poder Legislativo, governadores e prefeitos a se reunirem em torno de um pacto de avanço social neste País. Uma parceria sólida que acabe com a miséria, que amplie e melhore o acesso à saúde e educação, que garanta a segurança e que proporcione às brasileiras e aos brasileiros oportunidades reais de crescimento social.

Este pacto pode ter como símbolo o esforço deste Governo – e, tenho certeza, das senhoras e dos senhores também – para que nunca mais se repita a tragédia das chuvas que roubaram centenas de vidas e destroçaram os sonhos de milhares de famílias na Região Sudeste neste início de ano.

Nenhum país é imune aos riscos de tragédias naturais. Mas, no Brasil, não podemos – e não iremos – esperar o próximo ano, as próximas chuvas para chorar as próximas vítimas.

Determinei, junto aos ministros responsáveis, a implantação de um sistema nacional de prevenção e alerta de desastres naturais. A partir da conjugação de dados meteorológicos e geofísicos será possível alertar para que as populações sejam retiradas das áreas de risco.

Durante décadas, criou-se uma cultura em que a Defesa Civil limitou-se a trabalhar apenas com foco em emergências. O que aconteceu na região serrana do Rio mostra que isso não pode continuar. Investiremos pesadamente na geração de dados confiáveis que possam alertar a população a tempo e com precisão; apoiaremos os Estados na identificação das áreas de risco; juntamente com os Municípios, realizaremos obras de prevenção; e ofereceremos aos moradores das áreas atingidas a possibilidade de novas habitações, através do programa Minha Casa, Minha Vida.

Este Governo está aberto às senhoras e senhores parlamentares, governadores e prefeitos para, juntos, montarmos um arcabouço das responsabilidades e compromissos de cada ente federativo, de forma a impedir que o drama provocado pelas chuvas se repita com tamanha intensidade.

A educação será uma das prioridades centrais do nosso Governo. Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados para desenvolver atividades produtivas tecnologicamente sofisticadas e aptos a conduzir o País aos plenos benefícios da sociedade da tecnologia e do conhecimento.



Hoje, milhares de jovens afrodescendentes, indígenas e das periferias são os primeiros de suas famílias a conquistar um diploma universitário.

O ensino técnico federal está cada vez mais acessível em todo o País. A universalização do ensino fundamental, alcançada nas últimas duas décadas, coloca-nos o desafio de melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio. Para isso, vamos dar decidido apoio aos Municípios na tarefa de ampliar a oferta de creches e de pré-escolas.

No ensino médio, além da expansão da rede de escolas técnicas e do aumento do investimento público, vamos estender a bem-sucedida experiência do PROUNI à educação profissional e técnica de nível médio, oferecendo milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade. De forma a que todas essas diretrizes sejam viabilizadas, é de fundamental importância a valorização do professor. Em parceria com Estados e Municípios, consolidaremos o processo de focalização do ensino na figura do professor, já iniciado com a criação do piso salarial.

A oferta de saúde pública de qualidade, por meio da consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS, terá primazia no nosso mandato. O SUS deve ter como foco o atendimento efetivo das necessidades dos usuários, oferecendo os melhores instrumentos de diagnóstico e tratamento, tornando os medicamentos acessíveis a todos e fortalecendo as políticas de prevenção e promoção da saúde.

Para esse fim, serão considerados três pilares: financiamento adequado e estável para o SUS; valorização das práticas preventivas; e organização dos vários níveis de atenção aos usuários, garantindo atendimento básico e ambulatorial nas unidades de Saúde e nas Unidades de Pronto Atendimento – as UPAs.

Em relação às UPAs, destaco que será de fundamental importância a parceria da União com os Estados e Municípios. A meta de implantação de 500 UPAs para garantir atendimento médico adequado a urgências de baixa e média complexidade e reduzir a superlotação das emergências dos grandes hospitais será alcançada com o investimento de R\$ 2,6 bilhões.

Investiremos, ainda, R\$ 5,5 bilhões em mais de 8 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS) destinadas a ampliar oferta da atenção básica e integral, criar infraestrutura de apoio às equipes de saúde da família e ofertar serviços de atendimento de rotina nas mais variadas áreas médicas.

Outro pilar das prioridades governamentais é a segurança. Reitero nosso compromisso de agir no combate às drogas, em especial ao avanço do *crack*, que desintegra nossa juventude e fragiliza as famílias. A ação integrada de todos os níveis de Governo, juntamente com a participação da sociedade, é o caminho para a redução da violência que tanto mal causa ao País.

Trabalharemos permanentemente para garantir a presença do Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte parceria com Estados e Municípios.

Para esse fim, atuaremos diretamente por meio da Polícia Federal, da Força Nacional de Segurança Pública e, quando necessário, das Forças Armadas. Estimularemos e ampliaremos experiências exitosas, como a criação das Unidades de Polícia Pacificadora – as UPPs –, no Estado do Rio de Janeiro, e promoveremos a ação coordenada das forças de segurança.

O avanço social tem que ser feito, necessariamente, por meio da valorização da diversidade cultural. A cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade. Vamos investir em cultura, ampliando, em todas as regiões, a produção e o consumo de nossos bens culturais e expandindo a exportação da nossa música, cinema e literatura, signos vivos de nossa presença no mundo.



As senhoras e os senhores não de concordar que são desafios gigantescos. Mas tenho a certeza de que são superáveis. Estou convencida disso porque tive o privilégio de participar ativamente dos anos de esforço e trabalho da equipe do presidente Lula, quando muitas metas consideradas excessivamente ousadas vieram a ser superadas e uma imensa mobilidade social se verificou em todas as regiões do Brasil.

Hoje, vivemos em um País que cresce a taxas sustentáveis e que mantém a produção e o mercado interno aquecidos, mesmo durante períodos turbulentos da economia mundial.

Mais do que isto: temos no futuro próximo a oportunidade única de transformar o Brasil, definitivamente, em uma nação economicamente desenvolvida e socialmente justa.

Retomamos com o Programa de Aceleração do Crescimento – o PAC – a capacidade de planejar a longo prazo e de levar adiante gigantescas obras de infraestrutura, que transformam nossa geografia e nossa economia. A determinação do Governo em induzir o crescimento do País será aprofundada, já em 2011, com a consolidação do PAC 2 e da segunda fase do Programa Minha Casa, Minha Vida.

No PAC 2 estão programados para o período 2011-2014 investimentos em infraestrutura da ordem de R\$ 955 bilhões, sendo R\$ 48,4 bilhões em rodovias; R\$ 43,9 bilhões em ferrovias; R\$ 40,6 bilhões em água, recursos hídricos e Luz para Todos; R\$ 57,1 bilhões em saneamento, pavimentação e mobilidade urbana e prevenção em áreas de risco, R\$ 461,6 bilhões em energia (dos quais R\$ 281,9 bilhões em petróleo e gás natural, R\$ 113,7 bilhões em geração e R\$ 26,6 bilhões em transmissão de energia elétrica) e R\$ 23 bilhões em equipamentos urbanos e sociais nas áreas de saúde, segurança, creches, pré-escolas e esportes. No Programa Minha Casa, Minha Vida está prevista a construção de 2 milhões de novas habitações, até 2014, envolvendo investimento de R\$ 278,2 bilhões.

Os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão planejados e articulados com vistas a assegurar benefícios permanentes de qualidade de vida para os cidadãos. Com suas sedes localizadas em Estados onde moram mais de dois terços da população, a Copa do Mundo servirá de vetor para a entrega à população de centenas de obras de infraestrutura urbana e de logística. Sobre esse último item, chamo a atenção para as nossas diretrizes na área de aviação civil. Temos urgência em ampliar e melhorar nossos aeroportos e beneficiar parcelas cada vez mais amplas da população que passam a ter acesso ao transporte aéreo.

O Pré-Sal, nosso passaporte para o futuro, é em si mesmo fruto do avanço tecnológico brasileiro e de uma moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Articulado com políticas para o avanço científico e social e acompanhado por medidas de cuidado ambiental, o Pré-Sal será importante fator de valorização da empresa nacional e seus investimentos serão geradores de milhares de novos empregos.

Conforme determina o seu marco regulatório, aprovado em 2010 por este Congresso Nacional, as riquezas produzidas pelo Pré-Sal serão convertidas, através do Fundo Social, em poupança de longo prazo, de modo a propiciar recursos para o desenvolvimento sustentável. Os recursos oriundos do Pré-Sal serão canalizados para a qualidade dos serviços públicos, a redução da pobreza e a valorização do meio ambiente. Trabalharei sem descanso para que a principal parcela das riquezas do Pré-Sal seja investida na melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro por longo período.

A oportunidade que pela primeira vez se coloca para o Brasil de se tornar uma nação desenvolvida não pode ser desperdiçada. O nosso Governo está comprometido com um projeto de desenvolvimento associado à preservação das reservas naturais e à manutenção da matriz energética mais limpa do mundo. Por meio da Política Nacional de Mudanças Climáticas, aprovada por esta Casa,



o Brasil definiu, voluntariamente, uma meta de 36% a 39% de corte das emissões de gases de efeito estufa até 2020, demonstrando que fará sua parte para combater o problema da mudança do clima. Continuaremos, nesse contexto, a incentivar o etanol e o biodiesel e as fontes de energia hídricas, bem como fontes alternativas como a biomassa, a eólica e a solar.

O crescimento da infraestrutura e da produção industrial e agropecuária ocorrerá em sintonia com a preservação ambiental. Desde 2003, o Brasil reduziu os índices de desmatamento na Amazônia em mais de 75%. Somos uma potência mundial da agroenergia. E ocupamos a vanguarda no combate aos graves efeitos das mudanças climáticas. Continuaremos mostrando ao mundo que é possível associar uma economia dinâmica e um forte crescimento com o respeito ao meio ambiente.

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo. Nossa participação nas Forças da ONU – especialmente na Missão para a Estabilização do Haiti – é emblemática do nosso compromisso com a paz e a estabilidade democrática.

O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao da América do Sul. Se geografia é destino, como se diz na geopolítica, estamos muito felizes com o nosso destino. Juntamente com nossos vizinhos sul-americanos, poderemos transformar nossa região, que vemos como um espaço de paz e crescente cooperação, em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul.

Continuaremos fortalecendo nossas reservas para garantir o equilíbrio das contas externas. Nos fóruns multilaterais, defendemos com vigor políticas econômicas saudáveis e equilibradas, protegendo o País da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos e contribuindo para a estabilidade financeira internacional.

Continuaremos defendendo a reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. É natural que um país como o nosso, que busca internamente ser cada vez mais justo, também sustente na esfera internacional a necessidade de democratização das relações entre os Estados. O desafio de consolidação de um mundo multipolar corresponde, no plano externo, ao projeto, essencialmente brasileiro, de proporcionar a todos o acesso às mesmas oportunidades.

As mudanças virtuosas vividas pelo Brasil formam um ambiente no qual é possível avançarmos ainda mais. E isso será feito a partir do diálogo e da criação de consensos com toda a sociedade brasileira e suas entidades representativas, contexto em que se destacam as senhoras e os senhores como representantes eleitos pelo povo.

Trabalharemos em conjunto com esta Casa para a retomada da agenda da reforma política. São necessárias mudanças que fortaleçam o sentido programático dos partidos brasileiros e aperfeiçoem as instituições, permitindo mais transparência ao conjunto da atividade pública.

A reforma tributária é também tema essencial, a fim de que o sistema tributário seja simplificado, racionalizado e modernizado, apontando para uma base de arrecadação mais ampla e com a desoneração de atividades indutoras do crescimento, em especial dos investimentos, assim como dos bens de consumo popular.

Promoveremos a melhoria da qualidade do gasto público, de modo a preservar o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. Isso não se fará sem grandes esforços e sem a imprescindível colaboração do Congresso Nacional. A qualidade da despesa pública deve representar nosso compromisso com o presente e o futuro do País, com as atuais e futuras gerações.



Durante os últimos oito anos, na condição de Ministra de Estado das Minas e Energia e, posteriormente, como Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, tive a feliz oportunidade de estabelecer as melhores relações de entendimento e coordenação com o Congresso Nacional. Agora, como presidenta, quero reiterar minha determinação e desejo de estreitar esses laços.

Tendo por meta os superiores interesses do País, que unem a todos os brasileiros, conclamo novamente as senhoras e os senhores a uma parceria em favor do Brasil. Uma parceria em favor da democracia, da erradicação da miséria, do desenvolvimento econômico e social sustentáveis.

Tendo sempre presente o respeito à autonomia e independência dos Poderes e ao princípio federativo, trabalharemos em consonância com o Legislativo e o Judiciário, bem como com a parceria de governadores e prefeitos, para continuarmos a desenvolver nosso País, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.

Muito obrigada.

Dilma Rousseff

Presidenta da República Federativa do Brasil





I - DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO
DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA



I – DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

No período de oito anos, entre 2003 e 2010, o País experimentou um salto no crescimento econômico e no enfrentamento da pobreza e da desigualdade. Os indicadores evidenciam a expressiva melhoria nas condições de vida da população. A política econômica fortaleceu de maneira inédita as políticas de distribuição de renda e de inclusão social, promovendo um novo modelo de desenvolvimento baseado na produção e consumo de massa o qual permitiu a formação de vigoroso mercado interno no País. Estas conquistas se somaram ao compromisso com a estabilidade macroeconômica, o desenvolvimento sustentável e a expansão do emprego e da renda.

Essa trajetória exitosa teve início com a adoção de medidas econômicas que reverteram o ambiente econômico adverso vigente no início de 2003. Desde então, o Governo Federal tem reafirmado seu compromisso com o respeito aos contratos e obrigações do País, a preservação do superávit primário, a manutenção do câmbio flexível, do regime de metas para a inflação, e a redução da vulnerabilidade externa.

No decorrer do período as diretrizes econômicas voltadas para o crescimento, a criação de empregos, a estabilidade macroeconômica e a redução da pobreza e da desigualdade foram preservadas. Para tanto, o Governo Federal se propôs a efetivar a manutenção do controle inflacionário, reduzir gradativamente a taxa de juros, preservar o princípio da responsabilidade fiscal com redução da relação dívida/PIB, ampliar as transferências de renda aos mais pobres, valorizar o salário mínimo, ampliar o acesso e o volume de crédito, e apoiar o crescimento e a realização de investimentos em infraestrutura e em atividades estratégicas.

Nos últimos oito anos a economia acumulou crescimento médio real de aproximadamente 4% e em 2010 o Produto Interno Bruto (PIB) deve alcançar expressivo crescimento da ordem de 7,5%.

As políticas de distribuição de renda foram componentes fundamentais na implantação do novo modelo de desenvolvimento. Duas iniciativas se destacam: os programas de redução da pobreza e o aumento real do salário mínimo.

O número de famílias beneficiadas pelos programas sociais aumentou de forma acelerada, contribuindo fundamentalmente para a redução da pobreza e da desigualdade. O Programa Bolsa Família que tem como condicionantes a frequência escolar das crianças e o atendimento de requisitos relativos à nutrição e à saúde, alcançou, em dezembro de 2010, 12,8 milhões de famílias beneficiárias com volume de recursos da ordem de R\$ 13,46 bilhões. Milhões de brasileiros foram amparados pela rede de proteção social que transformou o Brasil. A desnutrição infantil diminuiu 62%, caindo de 12,5% (2003) para 4,8% (2008), estando próxima de ser zerada em 2010. Por sua vez, o índice de Gini vem demonstrando importante melhoria na distribuição de renda (queda de 0,5886 em 2002 para 0,5448 em 2009).

Os programas sociais foram implantados juntamente com acelerado crescimento da ocupação, provocando queda na taxa de desemprego (de 12,4% no acumulado no ano de 2003 até novembro para 6,87% no período de janeiro a novembro de 2010), forte aumento na participação do emprego formal no total da ocupação (de 44,5% em novembro de 2003 para 50,8% em novembro de 2010 no acumulado de 12 meses) e especialmente, um significativo aumento real entre 2003 e 2010 no salário médio efetivo e na massa salarial efetiva (de 21,4% e 25,7%, respectivamente, no acumulado até outubro de cada ano).

A partir desse novo contexto no mercado de trabalho, outros mecanismos estimularam o desenvolvimento do mercado doméstico. Um dos primeiros foi a criação do crédito consignado, surgido no final de 2003, com impacto bastante relevante no consumo.

O desenvolvimento nos mercados de crédito, de forma geral, foi notável desde então. O crédito livre atingiu o volume de R\$ 1,1 tri-





lhão em novembro de 2010, ou aproximadamente 30% do PIB. As emissões primárias de ações e debêntures bateram recordes até a eclosão da crise no último trimestre de 2008. Medidas na área de inclusão financeira (aumento de pontos de atendimento, contas simplificadas, fortalecimento do microcrédito, e apoio a cooperativas) se somaram ao renovado ímpeto dos mercados creditícios em condições de baixa inflação e crescimento em aceleração. O mercado imobiliário foi igualmente estimulado pelas medidas de isenção tributária contidas na Lei 11.196 de 21 de novembro de 2005, que perenizou os incentivos fiscais da chamada “MP do Bem”, pelos incentivos decorrentes dos Fundos de Investimento Imobiliário, e posteriormente pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, criado pela Lei 11.977 de 2009. Os bancos públicos tiveram atuação destacada na oferta de crédito e especialmente na superação da crise internacional. No início de 2009, o Governo disponibilizou crédito de 3,3% do PIB ao BNDES, o que possibilitou a oferta de linhas especiais de curto prazo ao setor produtivo. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal passaram a oferecer recursos a setores produtivos, a exemplo da agropecuária, construção civil, produção de insumos básicos e de bens de consumo duráveis.

Superada a crise, o crédito direcionado atingiu 34% do crédito total, em novembro de 2010, comparado a 29% do crédito total em novembro de 2008. Destaque para o crédito habitacional (que alcançou R\$ 126,6 bilhões em novembro de 2010) e para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujos desembolsos atingiram R\$ 172,5 bilhões no acumulado de 12 meses até novembro de 2010. O crédito agrícola foi beneficiado pela expansão do valor do Plano Safra, que subiu de R\$ 53,5 bilhões em 2005-2006 para R\$ 116 bilhões em 2010-2011.

As taxas de inflação (medidas pelo IPCA) foram reduzidas progressivamente a partir de 2003, tendo se mantido desde 2005 no interior do intervalo de confiança estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). As pressões inflacionárias, verificadas em 2007, em decorrência de choques adversos oriundos da oferta de alimentos num contexto de atividade econômica aquecida, e, em 2008, como resultado da elevação nos preços internacionais das *commodities*, foram combatidas com ações de política monetária (elevação da taxa básica de juros) e também de política fiscal (ampliação do resultado primário e desonerações tributárias localizadas) até o advento da crise financeira internacional.

Com a recuperação econômica em 2010 e o temor de um sobreaquecimento da economia, a taxa Selic foi elevada a partir de abril de 2010 num total de 2 pontos percentuais (200 pontos básicos), até ser fixada em 10,75% a.a. em julho de 2010, tendo sido mantida constante até o final do ano, que terminou com a inflação dentro do intervalo de confiança da meta pelo sexto ano consecutivo, contribuindo para a manutenção da trajetória de queda nas taxas reais de juros praticadas na economia brasileira.

A aceleração do crescimento econômico e o aumento de arrecadação proporcionaram receita adicional que foi destinada a aumentar o resultado primário - reduzindo assim o tamanho da dívida pública em relação ao PIB - e a ampliar os valores destinados aos programas de transferência de renda. A redução da relação dívida/PIB do setor público perdurou até o início da crise de 2008, e recentemente retomou sua trajetória declinante, tendo se beneficiado também da reorganização da estrutura da dívida.

Três iniciativas na execução da política fiscal se destacam nos últimos anos: i) elevação do salário mínimo (que cresceu, em termos reais, mais de 50% entre abril de 2003 e janeiro de 2011); ii) priorização ao aumento do investimento público do governo federal, especialmente após a adoção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de 2007, e do Programa Minha Casa, Minha Vida em 2009; e iii) a reestruturação das carreiras e salários dos servidores públicos, compreendendo aumentos salariais para as carreiras exclusivas de Estado e outros segmentos do serviço público, ampliação das contratações por concurso público e substituição da mão de obra terceirizada.

O PAC recuperou a capacidade de indução governamental ao investimento e à modernização da economia. O Governo Federal passou a aumentar fortemente o investimento público em infraestrutura e a apoiar a formação de capital por parte da Petrobras e do setor privado, por meio de coordenação e financiamento de investimentos, e de desonerações tributárias. Desse modo, os





investimentos do Governo Central como proporção do PIB passaram de uma média de 0,54% em 2003-2006 para 1,0% do PIB em 2007-2010. Já o investimento das empresas estatais passou de uma média de 1,0% do PIB entre 2003-06 para 1,6% do PIB entre 2007 e 2010.

Devido a tais iniciativas, diante da crise internacional, o Governo Federal dispunha de espaço fiscal para tomar medidas anticíclicas necessárias e, simultaneamente, manter inalterados os gastos programados com previdência e assistência, bem como o aumento do salário mínimo, sustentando desta forma o consumo das famílias. Além disso, as desonerações tributárias temporárias para estimular as vendas e o consumo permitiram a pronta recuperação do setor produtivo. Outro incentivo importante foi a sustentação do investimento através da equalização da taxa de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida com vistas a incentivar a produção em um setor intensivo em trabalho e em insumos produzidos no País.

O alto nível de reservas internacionais também foi um dos componentes para a superação da crise, na medida em que permitiu a ação preventiva do Banco Central nos mercados cambiais.

Superada a crise especulativa do início do Governo Lula, o câmbio evoluiu em níveis adequados à manutenção da competitividade brasileira nos mercados internacionais até 2005. As exportações cresceram mais do que as importações, ampliando o saldo em conta corrente da economia. Posteriormente foram retomadas gradualmente as linhas externas de financiamento à economia brasileira, com elevação no saldo líquido de investimento estrangeiro e do crédito comercial fornecido pelo resto do mundo ao Brasil. A combinação do aumento no saldo em conta corrente com a elevação do financiamento externo aumentou as reservas internacionais, dando espaço para que o Brasil pudesse quitar a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ao final de 2005.

Entre 2006 e 2008, a valorização cambial e a expansão do nível de atividade motivaram progressiva redução do superávit em conta corrente. A queda no saldo em conta corrente foi compensada pela entrada maciça de capitais externos, refletindo, especialmente, o forte crescimento interno, mas também o diferencial de juros e a expectativa de apreciação do Real. Nesse contexto, o Governo optou por contrapor-se à apreciação do câmbio mediante acúmulo de reservas.

A crise financeira provocou em 2009 uma redução dos valores exportados (de US\$ 197,9 bilhões, em 2008, para US\$ 153 bilhões, em 2009) com posterior recuperação em 2010 (US\$ 202 bilhões). As importações aceleraram a partir de 2006, reduzindo o saldo comercial bem como o saldo de transações correntes. A evolução desse último mostra que o déficit em transações correntes de 1,5% do PIB registrado em 2002 transformou-se num superávit de 1,8% em 2004; mas, logo voltou a registrar déficits, sendo que no acumulado do ano de 2010 atingiu 2,28% do PIB. Apesar da piora do cenário internacional num contexto marcado por menor crescimento mundial, acirramento da concorrência internacional e desvalorizações competitivas de moedas, a economia brasileira tem apresentado bom desempenho, refletindo os efeitos positivos das medidas econômicas adotadas desde a eclosão da crise internacional.

O ano de 2010 caracterizou-se pela recuperação econômica do País frente aos efeitos advindos da crise financeira internacional: estimulados pelas medidas anti-cíclicas tomadas pelo Governo, os empresários e consumidores retomaram a confiança ensejando o aumento da demanda, o crescimento do consumo das famílias e a recuperação dos níveis de investimento. O crescimento do PIB em 2010 será, provavelmente, o maior desde 1986.

A crise foi enfrentada sem descontrole inflacionário, com geração de empregos e equilíbrio fiscal. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), em 2010, pela primeira vez, o número de empregos formais gerados no ano alcançou 2,524 milhões. A taxa média de desemprego de 6,7%, em 2010, é a menor da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).





Afirmou-se novamente o papel do Estado no combate à desigualdade na distribuição de renda (metade do gasto primário federal são transferências), reduzindo de forma contínua a desigualdade da renda e a pobreza. A emergência da nova classe média (mais da metade da população total, de acordo com o CPS/FGV) incluiu parcela expressiva da população a novo patamar de consumo com maior acesso ao crédito, aos bens de consumo duráveis e à moradia. A cooperação entre Estado e mercado na superação dos gargalos ao crescimento na forma de desonerações, novos e ampliados mecanismos de financiamento, seguro e garantias, planejamento e parcerias, também apresentou avanços. O estoque das operações de crédito do sistema financeiro totalizou R\$ 1,7 trilhão em novembro de 2010, representando 46,3% do PIB, ante 44,4% em igual período de 2009.

O investimento público e privado voltou a se acelerar em 2010. O Governo fez crescer o total do investimento público, com o prosseguimento dos principais programas, o PAC e o Programa Minha Casa, Minha Vida. As medidas temporárias de incentivo por meio de desoneração foram progressivamente retiradas na medida em que a economia se recuperava.

Os bancos públicos foram fundamentais na superação da crise. Os desembolsos do BNDES mantiveram-se em patamares recordes e o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) permitiu o apoio ao investimento nos setores mais vulneráveis à retomada do crescimento. Os bancos públicos sustentaram o crescimento do crédito na crise, especialmente para capital de giro e imobiliário, e o setor bancário privado voltou a expandir o crédito em 2010.

A política monetária anticíclica, que havia levado a taxa Selic para 8,75% a.a. no início de 2010, foi revertida a partir de abril, e a taxa elevou-se a 10,75% a.a. até o final do ano, de modo a evitar uma maior aceleração na inflação neste ano, especialmente tendo em vista as pressões verificadas nos preços dos alimentos.

A política fiscal, que havia contribuído com destaque para estimular a recuperação econômica, foi progressivamente ajustada, com a retirada dos incentivos para estímulo a vendas e consumo. A dívida líquida recuou para 40,1% do PIB em novembro de 2010, consolidando a retomada de sua trajetória declinante. A arrecadação federal também se recuperou, como resultado da retomada do crescimento. A taxa de investimento público (União + Estatais) atingiu em novembro a marca de 3,25% do PIB. O processo de capitalização da Petrobras, no total de R\$ 120,3 bilhões, reforçou o caixa da empresa, possibilitando a implementação do plano estratégico de investimentos no valor global de US\$ 224 bilhões até 2014. Um dos principais programas para enfrentamento da crise econômica internacional e redução do déficit habitacional, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), já apresenta resultados. Desde o início das operações do PMCMV em 2009, até dezembro de 2010, já foram contratadas mais de um milhão de moradias com volume de recursos da ordem de R\$ 53,16 bilhões.

As reservas internacionais continuaram aumentando, atingindo US\$ 288,6 bilhões em dezembro de 2010. A redução da dívida externa bruta e as altas reservas ajudaram a dívida externa líquida a permanecer negativa, conforme ocorre desde 2007. No acumulado de 2010, as exportações atingiram US\$ 202 bilhões, um aumento de aproximadamente 32% sobre o resultado de 2009. No mesmo período, as importações aumentaram 42%, alcançando cerca de US\$ 182 bilhões em 2010 de modo que o saldo comercial diminuiu de US\$ 25 bilhões, em 2009, para US\$ 20 bilhões, em 2010. A corrente de comércio alcançou US\$ 384 bilhões em 2010, representando um crescimento de 36,6% em relação ao verificado em 2009. Em 2010, as exportações, as importações e a corrente de comércio registraram recorde histórico.

O Governo aumentou a taxação do IOF sobre capitais externos em 2010, como forma de diminuir a volatilidade e combater a apreciação do câmbio.

A economia brasileira voltou, assim, a crescer de forma consistente, consolidando as conquistas sociais dos últimos anos e preparando um futuro melhor para os brasileiros. As ações do Governo fizeram o País atravessar a fase mais crítica da crise financeira





internacional sem desestabilização de sua economia, de forma mais rápida que os demais países. Contrariamente às expectativas pessimistas prevalecentes no final de 2008 e início de 2009, o emprego, a produção e os investimentos foram prontamente recuperados após a crise, consolidando o novo ciclo de desenvolvimento da economia brasileira.

O País atualmente possui estrutura produtiva diferenciada, de base industrial diversificada e de larga escala. Os investimentos em ciência, tecnologia e inovação vem aumentando a competitividade e a produtividade dos setores produtivos, ampliando a presença externa de empresas brasileiras.

As descobertas na região denominada Pré-Sal, nas bacias marítimas de Santos e Campos, no Sudeste do País, totalizam de 22,2 a 33,5 bilhões de boe (barris equivalente de petróleo), volume equivalente ao dobro das reservas provadas de petróleo e gás natural brasileiras em 2009, que foram de 15,1 bilhões de boe. A produção de energias renováveis também vêm se expandindo ao longo dos últimos anos, com previsão, em 2011, de acréscimo na capacidade de geração de energia elétrica no Brasil da ordem de 1.735,4 MW de fonte hidráulica.

O Brasil é hoje um País com economia madura, sistema financeiro saudável, instituições sólidas, democracia plena e que vem adotando um processo de inclusão social crescente.

O País tem um legado valioso na área econômica e um quadro social menos desigual: 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza e 36 milhões ingressaram na classe média. O Estado recuperou sua capacidade de realizar e induzir investimentos e de planejar no longo prazo.

A ampliação dos investimentos e a expansão das conquistas sociais serão fundamentais para a manutenção desse novo modelo de crescimento, e a política macroeconômica procurará se manter compatível com o equilíbrio fiscal, o controle inflacionário e a adoção de medidas que dinamizem o mercado interno. A perspectiva é de estimular a produção nacional e a exportação, além da adoção de políticas regionais para promover um desenvolvimento mais harmônico do País.

Políticas públicas diversas – industrial, agrícola, energética, infraestrutura – serão centrais para a transformação produtiva do País. São diversos os desafios nessas áreas: conciliar o desenvolvimento de empresas dos mais variados portes, favorecendo a geração de empregos; estimular o empreendedorismo, qualificando profissionais e ampliando mercados; fortalecer o agronegócio e a agricultura familiar, com mais crédito e apoio tecnológico; ampliar a infraestrutura logística impulsionando o crescimento econômico; incentivar a eficiência energética e o uso de energia renovável. A implementação da carteira de investimentos do PAC 2 propiciará a superação de obstáculos que limitam o crescimento da economia, especialmente no transporte ferroviário e rodoviário, nos portos, aeroportos e nas condições de armazenagem. Outras questões relacionadas à qualidade de vida da população brasileira, a exemplo do saneamento básico e da habitação continuarão sendo prioritárias. O desafio atual consiste em erradicar a pobreza extrema e prosseguir reduzindo desigualdades, promovendo a igualdade de direitos e ampliação das oportunidades para todos. O Programa Bolsa Família continuará tendo papel de maior relevância, sendo complementado com políticas para geração de emprego e renda, proteção ao trabalhador, saúde, educação e segurança pública e investimentos em habitação, saneamento, transporte e energia.

Destacam-se ainda as ações necessárias à realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e ao desenvolvimento de infraestrutura para massificar o acesso à Internet em banda larga a preços acessíveis aos cidadãos.

Em 2011, o Governo dará continuidade à política de conteúdo local de bens e serviços do setor petrolífero, prosseguindo com a reativação da indústria brasileira, em especial a naval.





Na área de segurança pública, o PAC 2 prevê investimentos até 2013 de R\$ 1,6 bilhão com a implantação de 720 bases de polícia comunitária permitindo a ambiência necessária para o acesso das comunidades aos demais serviços públicos.

Destaca-se ainda em 2011 a implementação da política nacional de resíduos sólidos e a formação do Fundo Social com recursos oriundos da exploração do petróleo nas áreas do Pré-Sal que serão destinados aos programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação; da cultura; do esporte; da saúde pública; da ciência e tecnologia; do meio ambiente; e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Será ainda apreciado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 8.051 que dispõe sobre os royalties devidos e sua distribuição em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do Pré-Sal e em áreas estratégicas. A medida visa a aprimorar o aspecto alocativo e distributivo de recursos no rateio com entes da Federação, fortalecendo assim os laços federativos e ampliando o *funding* para a implementação de políticas no âmbito dos Estados.

Em resumo, as perspectivas para os próximos anos compreendem a consolidação do crescimento, a erradicação da pobreza extrema, e o fortalecimento da estrutura produtiva nacional ampliando a qualidade de vida de todos os brasileiros, em especial dos menos favorecidos.





II - DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA



II - DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA

1. Política de Desenvolvimento Produtivo

Diversas iniciativas de cunho estrutural, tomadas antes da eclosão da crise de 2008 e mantidas desde então, ajudaram o Brasil na superação de restrições provocadas pela redução das taxas de crescimento das economias centrais. Dentre essas iniciativas, cabe destacar o aumento da proteção social, a expansão dos investimentos públicos, as desonerações tributárias, a ampliação do financiamento e as condições de crédito ao setor empresarial.

A abordagem de enfrentamento pelo Governo também foi importante para que a crise não se aprofundasse. As políticas adotadas – visando a aumentar a oferta de crédito pelos bancos públicos, manter os investimentos dos programas sociais e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e desonerar tributariamente setores estratégicos da economia – incentivaram empresários e trabalhadores a produzir e a consumir, a fim de que não se formasse um círculo vicioso decorrente da postergação dos investimentos e do consumo, o que implicaria em desemprego e estagnação econômica.

Em 2010, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento produtivo continuaram a focar principalmente: o fortalecimento do mercado interno, visando a mitigar os efeitos da crise internacional; a ampliação e a diversificação dos mercados e destino das exportações do País; a internacionalização de empresas de capital brasileiro; os instrumentos de defesa comercial, metrologia e qualidade industrial e de propriedade intelectual, além das negociações de acordos internacionais de comércio.

Alguns dos indicadores que o Brasil apresenta hoje são resultados de políticas públicas que priorizaram os investimentos estratégicos, a adequação de marcos legais e regulatórios que minimizaram riscos como os de quebra de contrato e de direito de propriedade e o fortalecimento de instituições públicas. Isso colocou o Brasil próximo aos padrões de governança corporativos exigidos internacionalmente.

Entretanto, os desafios para os próximos anos continuarão a exigir articulação ainda maior entre o setor público e o privado, para consolidar e aumentar o número de empresas exportadoras, agregar valor aos produtos nacionais e aumentar o esforço de inovação tecnológica das empresas para incentivar de forma sustentada o aumento da produtividade e da competitividade dos bens e serviços brasileiros.

Lançada em maio de 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) é um instrumento de promoção da competitividade industrial de médio e longo prazo, que contribui para o aumento da capacidade de crescimento e sustentação da economia do País. Essa política está estruturada em programas de ação direcionados a sistemas produtivos, abrangendo áreas como tecnologia de informação e comunicação (TIC), biotecnologia, nanotecnologia e complexos de defesa e de saúde e energia nuclear, bem como em áreas de “destaques estratégicos”, como micro e pequenas empresas, exportações, desenvolvimento regional, desenvolvimento limpo e integração com a América Latina, Caribe e África.

Os trabalhos da PDP são realizados em conjunto entre diversos órgãos governamentais, o que contribui para a ampliação da integração entre os programas de governo e o aprofundamento da articulação com o setor privado, no âmbito dos Fóruns de Competitividade.

A integração com outros programas de Governo se realiza pelas interfaces dos programas que compõem a PDP com outras iniciativas governamentais, tais como: o Plano de Ação para Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI), o PAC, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), dentre outros.





O ano de 2009 foi marcado pela retomada do crescimento da economia brasileira no pós-crise. Desde o início de 2009, a produção da indústria vem crescendo a taxas expressivas, o que possibilitou ao Brasil alcançar, no primeiro trimestre de 2010, patamares similares aos observados antes da crise, na qual a produção da indústria teve uma queda da ordem de 20%.

a) Programas para o Fortalecimento da Competitividade

Em 2010, a política industrial brasileira foi marcada por metas bem definidas; pela inovação, requisito para o alcance de novo patamar de competitividade; e pela ampliação da presença externa de empresas brasileiras. O trabalho intragoverno e o diálogo entre o Governo e o setor produtivo foram importantes para esses resultados.

Os Programas para o Fortalecimento da Competitividade apresentaram resultados diversos, em decorrência das características inerentes aos segmentos produtivos associados. A seguir, ressaltam-se os resultados já alcançados e as medidas de destaque a serem adotadas:

- Na cadeia produtiva da Construção Civil foi publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a Norma Técnica NBR-ISO 12006-2:2010, que organiza informações da construção e define um padrão nacional, e instituído um sistema de classificação de componentes para a construção. O desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Programa Construção Civil, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 16,5 bilhões em 32,3 mil operações. Em 2011, pretende-se dar seqüência ao desenvolvimento da construção individualizada e à implantação da coordenação modular no País;
- No segmento de Plásticos, em 2010 foi criado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Plástico (BNDES Proplástico), com recursos da ordem de R\$ 700 milhões e vigência até setembro de 2012. O desembolso do BNDES para o segmento, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 2,9 bilhões, para 11,6 mil operações. Em 2011, objetiva-se fortalecer as empresas da 3ª geração na modernização de técnicas (máquinas, insumos e moldes) e inovação gerencial;
- No setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, houve a conclusão do Plano de Desenvolvimento Setorial (PDS), o convênio SEBRAE-ABDI-ABIHPEC e a aprovação de critérios para acordos de simplificação de procedimentos de controle sanitário de produtos no âmbito do Mercosul. Em 2011, objetiva-se proporcionar maior agregação de valor aos produtos da cadeia com observância aos aspectos sanitários;
- No setor de Eletroeletrônica de Consumo, houve a elaboração do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Iluminação para estimular a maior produção nacional de lâmpadas fluorescentes compactas e de *Light Emitting Diode* (LED) e *Organic Light Emitting Diode* (OLED). O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 2 bilhões, para cerca de duas mil operações. Em 2011, objetiva-se ampliar a escala do mercado doméstico para a linha branca; desenvolver projetos para a linha marrom; e fomentar as exportações para a linha de portáteis para o Mercosul e Países Andinos;
- No setor de Bens de Capital, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), criado em julho de 2009, foi o destaque para a retomada do investimento na indústria de máquinas e equipamentos, que tradicionalmente era o último setor a se recuperar das crises. No período de maio de 2008 até o mês de dezembro de 2010, as 455 mil operações aprovadas e contratadas atingiram R\$ 116 bilhões;
- Na Indústria Marítima, em 2011, serão priorizadas melhorias na regulamentação do Fundo Garantidor da Construção Naval, importante instrumento para estimular e viabilizar o crescimento e fortalecimento desse Setor. O desembolso do BNDES para a





indústria, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 5,4 bilhões, para 662 operações;

- No Complexo Automotivo, foi extinto o redutor de 40% que incidia sobre o Imposto de Importação (II) de autopeças destinadas à produção e também reduzido, no âmbito do Mercosul, para 2% o referido imposto em 116 itens do segmento. Houve ainda a realização de estudos com recomendações sobre a adoção de novas tecnologias para o aumento da eficiência energética e a redução das emissões. Em 2011, pretende-se dar sequência à implantação ou ao aprimoramento de acordos internacionais, principalmente nas negociações com a União Europeia para troca de ofertas de condições de acesso e com a Venezuela e o Uruguai para quotas de veículos. O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 9,5 bilhões, para cerca de cinco mil operações;
- Para os setores de Têxtil, Vestuário e Confecções pode ser destacada a implantação do Novo Revitaliza, uma linha de financiamento voltada às atividades produtivas intensivas em mão de obra. O desembolso do BNDES para os setores, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, para cerca de 45 mil operações;
- Para o setor de Madeira e Móveis, com o intuito de estimular a inserção internacional do produto, foi estendido o prazo para a concessão de financiamentos no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) de quatro para doze meses. O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de aproximadamente R\$ 2,0 bilhões, para cerca de 16 mil operações;
- No Complexo de Serviços, destaque para a desconcentração das exportações de serviços mediante a ampliação em 50% dos Projetos Setoriais de Serviços da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil). O desembolso do BNDES para o complexo, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de aproximadamente R\$ 35 bilhões, para 159 mil operações;
- Para o setor de Couro, Calçados e Artefatos também foi estendido o prazo para a concessão de financiamento no âmbito do PROEX para até 12 meses. O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, para cinco mil operações;
- Para a Indústria de Brinquedos foram criados estímulos fiscais e creditícios, sendo que a atividade relacionada ao “design de brinquedos” foi inserida na lista de itens financiáveis pelo Cartão BNDES. Tal medida constituiu uma ação de incentivo à produção de design de brinquedos no Brasil, considerado atualmente o elo frágil da cadeia produtiva. O desembolso do BNDES para a indústria, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de aproximadamente R\$ 35 milhões, para 495 operações;
- Para o complexo agroindustrial, houve a inclusão de produtos agropecuários e de cooperativas no *drawback*, a ampliação do acesso ao crédito rural pelo produtor e a criação de linhas de crédito com regras de enquadramento diferenciadas. O desembolso do BNDES para o complexo, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de aproximadamente R\$ 59,5 bilhões, para 282 mil operações; e
- Para o segmento do trigo foi implementado o Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras de Trigo. O desembolso do BNDES para o segmento, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de aproximadamente R\$ 470 milhões, para um total de cerca mil operações.

b) Programas para Consolidar e Expandir a Liderança

Os Programas para Consolidar e Expandir a Liderança contribuíram para o desenvolvimento das empresas líderes locais, bem





como de seus fornecedores. As medidas de destaque envolvem a criação ou a melhoria das condições de financiamento, implantação de centros de pesquisa e aprimoramentos regulatórios.

- **Complexo Aeronáutico:** foi implantado o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira (Retaero) pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. O regime permite que bens e serviços utilizados como insumo na cadeia aeronáutica tenham a suspensão de tributos, quando da aquisição no mercado interno ou na sua importação. O desembolso do BNDES para o complexo, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 7,4 bilhões, para 481 operações;
- **Petróleo, Gás e Petroquímica:** Plano de Negócios da Petrobras 2010-2014, com previsão de investimentos da ordem de US\$ 224 bilhões e conclusão do processo de capitalização da empresa em setembro de 2010, com captação de recursos da ordem de US\$ 70 bilhões. Criação do Departamento da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás no BNDES. Criação de Comitês de P&G por federação estadual das indústrias, para identificar oportunidades e desenvolver os investimentos da cadeia nacional de fornecedores de bens e serviços. O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 64 bilhões, para cerca de 4,6 mil operações;
- **Bioetanol:** aprovado o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e estabelecidas normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro. Regulamentação dos procedimentos para a conexão entre a usina e o sistema elétrico. A medida foi implantada por meio da criação de oito Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG). O desembolso do BNDES para o segmento, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 15,7 bilhões, para cerca de 5,2 mil operações;
- **Carnes:** consolidação de empresas brasileiras como principais *players* mundiais. Pacto contra o desmatamento (“moratória da carne”) no Bioma Amazônia. Desoneração das importações de fosfato bicálcico e ácido fosfórico para suplementação mineral do gado. Elaboração do estudo Plano de Logística e Transporte identificando soluções logísticas multimodais para a cadeia de carnes. O desembolso do BNDES para o segmento, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 16,2 bilhões, para 66 mil operações;
- **Papel e Celulose:** consolidação empresarial e saneamento de passivos, com a retomada do investimento tanto em expansão da base florestal quanto das plantas industriais, assegurando a sustentabilidade ambiental e do crescimento da produção. O desembolso do BNDES para o segmento, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 6,5 bilhões, para oito mil operações;
- **Siderurgia:** investimentos para ampliação da capacidade na siderurgia brasileira em 9,6 milhões de toneladas/ano, além da adição de cinco milhões de toneladas/ano da Usina Siderúrgica da CSA-ThyssenKrupp). Criação da Linha BNDES Florestal e elevação do limite por cliente do Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PropFlora) para R\$ 300 mil para incentivar a siderurgia a carvão vegetal, que contará com financiamento para projetos de reflorestamento e plantio. Política de atração de investimentos em semiacabados. O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 10,8 bilhões, para cerca de 5,1 mil operações; e
- **Mineração:** elaboração de anteprojeto de lei do novo Código de Mineração. Criação de novas empresas em mineração, inclusive com a atração de investidores estrangeiros como a NAMISA e a MMX, além da entrada de novas empresas estrangeiras como a Anglo American, Anglo Ferrous, Mirabela Nickel, dentre outras. O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 6,6 bilhões, para 3,6 mil operações.





c) Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas

Os Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas estão em estágios diversos, em decorrência das características inerentes aos segmentos produtivos e da experiência pregressa na implantação de programas correlatos no âmbito do Governo. Além disso, as medidas relacionadas a projetos de infraestrutura ou projetos de pesquisa e desenvolvimento têm longo prazo de maturação, o que interfere na identificação de resultados nesta fase de implementação da PDP.

- **Biotecnologia:** aprovados no âmbito do fundo setorial de Biotecnologia com destaque para a Bioescala (implantação de estruturas e apoio para escalonamento de produtos e processos biotecnológicos) e a Rede GENOPROT (Rede integrada de estudos genômicos e proteômicos). Adicionalmente, em 2010 foram obtidos os seguintes resultados: coordenação e participação do setor privado e do Governo na divulgação de biotecnologia brasileira para o mundo no maior evento do segmento, a BIO2010 em Chicago (EUA); missão à Cingapura, com o propósito de avaliar o sistema de inovação e o desenvolvimento tecnológico em Biotecnologia da Saúde Humana; realização do II Enconit-Biotec em Belo Horizonte, que contou com a participação de aproximadamente 150 empresários do setor durante os três dias de evento;
- **Complexo Industrial da Defesa:** apoiados 25 projetos estratégicos, no âmbito da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Desse total, seis foram escolhidos como projetos-piloto para implementação da fase de industrialização. São eles: Míssil Ar-Ar A-Darter; Fibra Carbono de Alto Desempenho; Viatura Blindada para Transporte de Pessoal; Laboratório de Microondas de Potência; Radares de vigilância aérea SABER; e Sistemas Inerciais para Aplicação Aeroespacial. O desembolso do BNDES para o complexo, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 42,5 milhões, para 127 operações;
- **Nanotecnologia:** foram selecionados oito institutos nacionais de nanotecnologia (Edital nº 15/2008 MCT/CNPQ/FNDCT/CAPES/FAPEMIG/FAPERJ/FAPESP – Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia), com atuação nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Foi realizada seleção pública de propostas para apoio a atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores em nanotecnologia;
- **Nuclear:** foi licitada a exploração conjunta da Mina Santa Quitéria e formada a parceria INB-Galvani. O investimento previsto é de R\$ 600 milhões a serem aportados pela Galvani para construção de planta de beneficiamento de fosfato, que deverá gerar como subproduto 1.500t/ano de concentrado de urânio. Foram aprovados a construção do Laboratório Nacional de Fusão Nuclear (LNF) e o projeto do reator multipropósito;
- **Saúde:** foram realizadas nove parcerias entre o setor público e setor privado para o desenvolvimento tecnológico de 14 produtos, num montante de R\$ 650 milhões e iniciado projeto de verticalização da produção de antirretrovirais (FINEP/MCT e MS – R\$ 45 milhões). O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 1,7 bilhão, para 1,8 mil operações; e
- **Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC):** inaugurada unidade de produção da CEITEC S.A., empresa pública de produção de semicondutores (componentes microeletrônicos); consolidação de empresas brasileiras no setor de Software, Totvs, por exemplo; 425 Municípios com sinal da TV Digital terrestre, alcançando cerca de 90 milhões de habitantes em 20,3 milhões de famílias em dezembro de 2010. O desembolso do BNDES para o setor, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 11,6 bilhões, para 14,2 mil operações.





d) Programa Destaques Estratégicos

O Programa Destaques Estratégicos trata de questões fundamentais ao desenvolvimento da indústria e ao País, perpassando diversos complexos produtivos. Foram estabelecidas iniciativas para as seis dimensões desse Programa, com destaque para:

- Integração Produtiva com a América Latina e o Caribe: criado o Programa de Integração Produtiva (PIP) e o Fundo Mercosul de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas para viabilizar o acesso de pequenas empresas ao crédito bancário e promover maior integração econômica na Região;
- Integração com a África: cooperação com Angola, Libéria, Mali e Moçambique para apoio técnico ao desenvolvimento industrial destes países, com a geração de oportunidades de negócios;
- Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPEs): regulamentado o consórcio simples de exportação para MPEs e da fiscalização orientadora; expansão do acesso ao crédito e ao financiamento, com ampliação das linhas do Cartão BNDES, do FCO Empresarial e do fomento às MPEs dos bancos oficiais, além da criação do Fundo de Garantia de Operações (FGO), pelo Banco do Brasil, e do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), pelo BNDES; extensão do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) às micro, pequenas e médias empresas. Além disso, o ano de 2010 correspondeu à consolidação das atividades do Projeto de Apoio à Inserção Internacional de PME's brasileiras (PAIIPME), maior programa de cooperação técnica internacional do Brasil e uma das iniciativas mais importantes que a União Europeia possui com países latino-americanos. O PAIIPME conta com a parceria de 29 instituições brasileiras, públicas e privadas, e com um orçamento global de 44 milhões de euros. Ao todo, são 33 projetos desenvolvidos por entidades parceiras locais, regionais e nacionais, públicas e privadas. Foram realizados mais de 2.660 dias de Assistência Técnica Internacional, com alcance em todos os Estados brasileiros. As ações de formação e de intercâmbios, iniciadas no terceiro trimestre de 2008, somaram em torno de 60 missões técnicas realizadas no Brasil e nos países da União Europeia. O desembolso do BNDES para MPEs, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 42,2 bilhões, para 741 mil operações;
- Regionalização: reformulado o Programa de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE); criado o Fundo Nordeste – fundo de investimento em empresas emergentes; executada a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; ampliado o financiamento a microempreendedores; instalados 19 Núcleos Estaduais e criado o RENAPI (Rede Nacional de Agentes de Política Industrial) para apoio à implantação da PDP. O desembolso do BNDES para as Regiões Norte e Nordeste, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 71 bilhões, para 173 mil operações;
- Produção Sustentável: divulgação e ampliação do debate sobre os benefícios da utilização de sistemas de aquecedores solares residenciais, levando à inclusão desse equipamento como item financiável do programa Minha Casa, Minha Vida em suas unidades. O desembolso do BNDES para a produção sustentável, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 321 milhões, para 120 operações; e
- Exportações: instituição de procedimento especial para o ressarcimento de créditos tributários da contribuição para o PIS-Pasep, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); aperfeiçoamento e consolidação dos atos normativos aduaneiros; eliminação de restrições nos diferentes regimes de *drawback*, implantação do Siscomex Carga. O desembolso do BNDES para operações de comércio exterior, no período de maio de 2008 a dezembro de 2010, foi de, aproximadamente, R\$ 45 bilhões, para 2,8 mil operações.

No âmbito das ações de apoio ao *design* brasileiro, em 2010 o Governo trabalhou na elaboração de proposta e diretrizes, estratégias e ações para compor a Agenda Nacional Institucional do Design para o período 2011-2014. Foi realizada a terceira edição da Bienal





Brasileira de Design, em Curitiba (PR) que contou com mais de 250 mil visitantes. Em 2011, os trabalhos vão se concentrar no planejamento da próxima Bienal Brasileira de Design, que será realizada em 2012, em Belo Horizonte.

Em consonância com os compromissos firmados pelo Governo na 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas, em Copenhague, de redução de emissões de gases de efeito estufa, será desenvolvido o Plano Setorial de Redução de Emissões da Siderurgia, bem como o Projeto de Modernização da Produção de Carvão Vegetal no Brasil.

Buscando atender a critérios de diversidade setorial e prioridades de desenvolvimento regional, a atuação em relação a Arranjos Produtivos Locais (APL) priorizou 267 APLs. Em 2011 pretende-se concluir o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão do Conhecimento em APLs, o que permitirá o monitoramento e a gestão dos conhecimentos produzidos pelos APLs, além de promover a interação entre os atores produtivos e institucionais envolvidos.

Como instrumento de integração produtiva, em 2010, o Subgrupo de Trabalho Indústria (SGT 7) do Mercosul priorizou a agenda de cooperação em APLs. Em 2011, junto com a 5ª Conferência Brasileira de APLs, deverá ser realizado o Encontro de *Clusters/APLs* Mercosul e Países Associados. Esses eventos servirão como forma de aprimorar as políticas públicas e estimular o desenvolvimento local, promovendo a troca de informações e de experiências no desenvolvimento das empresas e empreendedores organizados em APLs.

Como incentivo a investimentos, o mecanismo de desoneração do imposto de importação sobre bens de capital não produzidos no Brasil, Ex-Tarifário, no ano de 2010, reduziu a tarifa incidente sobre 1.869 itens de bens de capital e de informática e telecomunicação, com investimentos globais esperados, associados aos projetos, no valor de US\$ 27,1 bilhões.

Em 2010 foram publicadas 55 portarias de Processo Produtivo Básico (PPB), um instrumento de benefícios às empresas que cumprem etapas de produção, para empreendimentos no Polo Industrial de Manaus (PIM) e no restante do País com os incentivos da Lei de Informática. Do número total de portarias, 43 foram relativas a bens industrializados no PIM e 12 para bens de informática.

A Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI) se constitui em uma rede de informações sobre a atividade de investimento no País, com o apoio de parceiros como órgãos estaduais de fomento de investimentos e entidades de classe empresariais. A rede visa a tornar disponíveis estas informações para ampla utilização e consulta por parte de investidores, entidades de fomento do desenvolvimento, órgãos de pesquisa, organismos públicos e agências internacionais, entre outras. Sua criação permitiu uma maior integração e o estabelecimento de uma intensa parceria entre o Governo e seus homólogos na esfera estadual, na busca pela implantação de investimentos produtivos.

Como resultado das ações para a promoção de investimento desenvolvidas pela RENAI, as informações disponíveis na Internet (<http://investimentos.desenvolvimento.gov.br>), com destaque para o banco de oportunidades de investimento, têm registrado em torno de cinco mil acessos médios mensais, a partir de mais de 120 países. Além do grande volume de acessos originados de empresas brasileiras, os principais países que consultaram as informações da RENAI, no período de 2007 a 2010, foram Portugal (28,2%), Itália (9,9%), Japão (9,4%) e México (6,9%).

Em 2010, o Governo Federal trabalhou também para ampliar a qualificação de gestores estaduais para atender potenciais investidores. Em 2011 serão priorizados seminários internacionais e recepções de missões empresariais estrangeiras, com maior ênfase na divulgação das oportunidades de investimento decorrentes da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

e) Comércio Exterior

A implementação de medidas previstas na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e no PAC, assim como outras iniciativas que

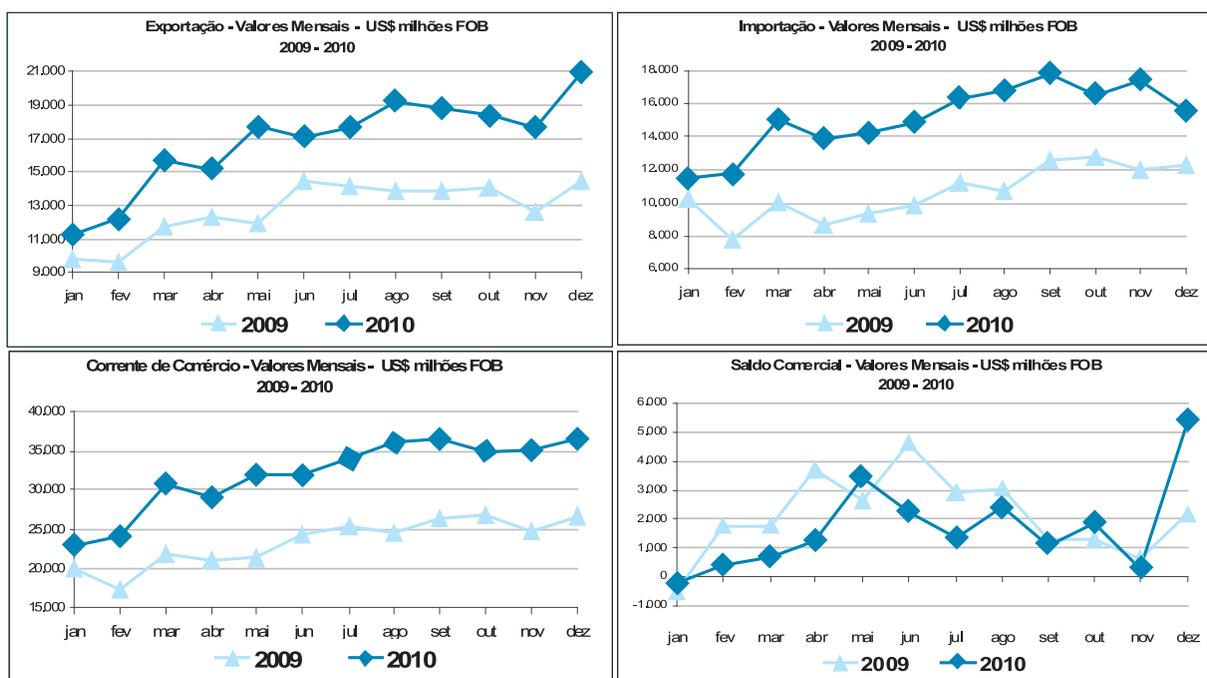




objetivam conferir maior competitividade às exportações brasileiras, são fundamentais para garantir o equilíbrio das contas externas nacionais e a estabilidade econômica. Dentre os desafios que compõem a agenda de trabalho da PDP, o Comitê Executivo de Exportações destacou cinco: i) aumentar a competitividade da base exportadora brasileira; ii) agregar valor às exportações; iii) aumentar a base exportadora, principalmente de pequeno porte; iv) ampliar o acesso a mercados; e v) incrementar as exportações de serviços.

Em 2010, a balança comercial brasileira acumulou exportações no valor de US\$ 201,916 bilhões e importações no valor de US\$ 181,638 bilhões, o que representou um crescimento de 31,98% e de 42,22%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2009. Em 2010, a corrente de comércio totalizou US\$ 383,554 bilhões, um crescimento de 36,63% sobre 2009, apesar de o superávit comercial, US\$ 20,278 bilhões, ter sido 19,77% inferior ao registrado no mesmo período de 2009. No ano, as exportações, as importações e a corrente de comércio registraram recorde histórico.

Balança Comercial Brasileira - 2009/2010



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior – SECEX/MDIC

Em 2010, as exportações de manufaturados somaram US\$ 79,563 bilhões, um aumento de 18,14% em relação ao mesmo período do ano anterior; os produtos básicos registraram vendas de US\$ 90,005 bilhões, com crescimento de 45,27%, e os semimanufaturados US\$ 28,207 bilhões, um crescimento 37,60%. O expressivo incremento nas exportações de básicos, em decorrência da recuperação dos preços internacionais de *commodities* agrícolas e minerais, fez com que os produtos manufaturados (39,40% das exportações) deixassem de representar a maior parcela das exportações brasileiras, posição que passou a ser ocupada pelos produtos básicos (44,58%).

Na classificação por segmento, no ano de 2010 o grupo que mais se destacou foi o de minérios metalúrgicos, que exportou US\$ 30,839 bilhões (15,27% do total). Destacaram-se também as exportações de petróleo e derivados, com US\$ 22,890 bilhões (11,34%); material de transporte, com US\$ 21,748 bilhões (10,77%); complexo de soja, com US\$ 17,115 bilhões (8,48%); açúcar e etanol, com US\$ 13,776 bilhões (6,82%); produtos das indústrias químicas, com US\$ 13,477 bilhões (6,67%); carnes, com US\$ 13,292 bilhões (6,58%); produtos metalúrgicos, com US\$ 12,948 bilhões (6,41%); e máquinas e equipamentos mecânicos, com US\$ 8,187 bilhões (4,05%).





Em 2010, os três principais países de destino das exportações foram a China, alcançando o valor de US\$ 30,786 bilhões (15,25%), seguida dos Estados Unidos, com US\$ 19,462 bilhões (9,64%), e Argentina, com US\$ 18,523 (9,17%). Em termos de participação, a Ásia manteve-se como o principal comprador dos produtos brasileiros (27,87%), seguida da América Latina e Caribe (23,77%), União Europeia (21,36%), Estados Unidos (9,64%), Oriente Médio (5,21%), África (4,59%) e Europa Oriental (2,37%). Na Ásia, o destaque foi o expressivo aumento das exportações para a China (46,57%) e o Japão (67,24%).

Em relação às importações brasileiras, por mercados fornecedores, aumentaram, em 2010, as compras de todas as regiões: América Latina e Caribe (35,99%), Estados Unidos (34,99%), Europa Oriental (43,62%), União Europeia (33,87%), Ásia (55,34%), Oriente Médio (48,94%) e África (33,51%). A Ásia continua como a maior fornecedora de bens, respondendo por 30,91% de nossas importações, seguida da União Europeia (21,54%), América Latina e Caribe (17,03%), Estados Unidos (15,00%), África (6,22%), Oriente Médio (2,58%) e Europa Oriental (1,66%). Por países, os Estados Unidos são o principal fornecedor (15,00%), com a China em segundo lugar (14,09%), seguida da Argentina (7,94%), Alemanha (6,91%), Coreia do Sul (4,64%) e Japão (3,84%). Por categoria de uso, os bens de capital responderam por 22,57% das importações, as matérias-primas e produtos intermediários por 46,18%, os combustíveis e lubrificantes por 13,95% e os bens de consumo por 17,29%.

Na área de Financiamento à Exportação, os desembolsos na linha BNDES-Exim, em 2010, excederam R\$ 18 bilhões. Na Linha PROEX, lastreada por recursos do Orçamento Geral da União, foram utilizados mais de R\$ 730 milhões, dos quais cerca de R\$ 683 milhões na modalidade destinada à Financiamento e R\$ 51 milhões na Equalização.

Com o objetivo de inserir as MPEs no Comércio Exterior, o Banco do Brasil implantou, em 2008, projeto de indução a negócios de câmbio e comércio exterior. Em 2010, foram contratados US\$ 2,1 bilhões em câmbio de exportação, sendo US\$ 317 milhões em financiamentos ACC/ACE, e US\$ 3,1 bilhões em câmbio de importação.

A expectativa do comércio exterior brasileiro para 2011 é que acompanhe a tendência de crescimento estimada para o comércio mundial. Projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) sinalizam um acréscimo de 6,3% das exportações mundiais de bens e serviços em relação a 2010; para os países em desenvolvimento, estima-se um aumento de 9%. Convém destacar que as economias em desenvolvimento, no seu conjunto, deverão registrar crescimento do PIB de 6,4%, contra 2,4% das economias avançadas.

Para o aumento das exportações foi instituído o Procedimento Especial para o ressarcimento de créditos tributários da Contribuição para o PIS/PASEP, COFINS e IPI; aperfeiçoado o Regulamento Aduaneiro Brasileiro; consolidados os atos normativos aduaneiros; e eliminadas diversas restrições existentes nos diferentes regimes de *drawback* em dispositivo único para associar os diversos tipos de *drawback*.

Com o objetivo de difundir a cultura exportadora, foram realizadas, em 2010, duas edições regionais dos Encontros de Comércio Exterior (Encomex), em Manaus e Recife. Também foi realizado o Encomex Mercosul, com a presença de representantes de 11 países. Na ocasião foram realizadas mais de 900 rodadas de negócios, com a participação de aproximadamente 1.400 pessoas e 156 empresas. Para o ano de 2011 está prevista a realização de cinco Encontros de Comércio Exterior, sendo quatro edições regionais e um Encomex Mercosul.

Em relação aos treinamentos e cursos sobre comércio exterior, foram realizados 31 eventos em 13 Estados e 17 Municípios, para cerca de setecentas pessoas. Para 2011 está prevista a realização de 54 treinamentos e cursos voltados para agentes de comércio exterior e pequenas empresas. Dentro dos esforços de produção e sistematização de conhecimentos sobre como exportar para grandes mercados, está prevista a produção de conteúdo sobre como exportar para os países árabes e latino-americanos, bem como a incorporação desses conhecimentos nos treinamentos e no material didático.





No âmbito do Projeto Primeira Exportação, que objetiva aumentar a base exportadora brasileira através da inclusão de micro, pequenas e médias empresas no mercado internacional, por meio do acompanhamento sistematizado do processo de internacionalização, houve a revisão de sua metodologia, adaptando-a para atender uma quantidade maior de empresas e triplicar o número de Estados participantes. Nesse sentido, mais seis unidades da Federação firmaram parceria com o Governo: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina e Bahia. No Estado do Espírito Santo, está sendo estruturado um segundo ciclo de acompanhamento de empresas.

Está previsto para o primeiro semestre de 2011 o lançamento da versão 2 do Sistema de Informações de Comércio Exterior (Sistema Aliceweb). Em relação ao sistema Aliceweb-Mercosul, a meta para 2011 é reduzir o prazo de atualização para menos de 30 dias. Também está previsto o lançamento do AliceWeb Internacional, sistema de consulta *on-line* da base de dados do comércio entre o Brasil e seus parceiros comerciais.

No que tange à ferramenta de inteligência comercial, a versão 2 do Radar Comercial será aperfeiçoada em 2011, de modo a melhorar a navegação e simplificar as consultas. Essa versão tem por objetivo auxiliar a seleção de mercados e produtos de maior potencial para as exportações, contribuindo para democratizar as informações de comércio exterior.

Para o Portal Vitrine do Exportador, sítio de promoção de exportadores brasileiros, estão previstas, entre outras ações, a reformulação técnica e visual do sistema, visando a buscar maior interação com o usuário. Em parceria com outros órgãos, está sendo confeccionado o produto em mídia (*pen card*) denominado Fazendo Negócios com o Brasil, nos idiomas português, inglês e espanhol, com o objetivo de divulgar produtos e serviços dos agentes brasileiros atuantes no comércio exterior e na área de investimentos, para distribuição em eventos e missões internacionais, o que trará maior visibilidade das ações e diretrizes do governo.

Quanto à Rede de Centros de Informação de Comércio Exterior (Rede Cicex), que visa à realização de atendimento presencial ao público de comércio exterior nas regiões abrangidas pelo serviço, para o ano de 2011 está prevista sua ampliação com a implantação de mais dois centros, que se somarão aos sete em funcionamento.

Integra também a política de comércio exterior do Governo o contínuo apoio às negociações internacionais de acordos comerciais. Nesse sentido, em abril de 2010 entrou em vigência o Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Israel.

Além desse, foi assinado em agosto de 2010 o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Egito. Outros acordos comerciais importantes em negociação são o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia e o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Jordânia.

Em relação à Defesa Comercial, instrumento importante de combate às práticas desleais de comércio, foram iniciadas 40 investigações e encerradas 15, das quais 13 com a aplicação de medidas. Ao final de 2010, havia 44 investigações em curso e 69 medidas de defesa comercial em vigor. Em relação aos exportadores brasileiros, foram atendidos 18 setores cujas exportações foram alvo de investigações *antidumping*, medidas compensatórias e salvaguardas em terceiros países. Para 2011, além das atuais ações de investigação e de apoio ao exportador, o Governo deverá consolidar a atividade de defesa à indústria, a fim de fornecer adequado suporte à indústria doméstica em face das práticas desleais de comércio de terceiros países que não envolvam necessariamente a aplicação de medidas antidumping, compensatórias e de salvaguardas. Tendo em vista a recente regulamentação das regras *anti-circumvention*, prevê-se para 2011 a análise das primeiras petições desta natureza.

Os processos de transferência de linhas de produção para o Brasil tornaram-se mais ágeis e desburocratizados. As regras para a transferência de linhas de produção usadas foram detalhadas pela Portaria SECEX/MDIC nº 10, de 24 de maio de 2010, inclusive





com a definição de roteiro específico para a apresentação de projetos. No que diz respeito aos aspectos operacionais, embora o prazo legalmente definido pela legislação seja de 30 dias para a análise do projeto, o prazo médio de análise tem sido de cinco dias.

Nas ações relativas ao desenvolvimento e melhoria dos sistemas informatizados de operações de comércio exterior, notadamente em relação à evolução dos módulos do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), os avanços também foram significativos. A entrada no ambiente de produção do sistema *Drawback* Integrado, em abril de 2010, representou a continuidade da modernização das ferramentas de comércio exterior e do incentivo às exportações brasileiras. Em maio de 2010, entrou em produção a última versão do sistema *Drawback* Integrado Suspensão, rompendo a última barreira que ainda havia no regime: o *drawback* intermediário. Agora é possível conceder o regime a empresas que fabricam produtos intermediários que serão utilizados por outra indústria na fabricação do produto final que será exportado, tornando o regime mais flexível e abrangente.

Em novembro de 2010 foi lançado o Siscomex Exportação Web. Esse novo sistema, totalmente integrado aos demais módulos do Siscomex, inclusive na etapa aduaneira, irá agilizar o processamento das exportações brasileiras. Com o novo sistema, espera-se um incremento na participação de novas empresas exportadoras e, conseqüentemente, aumento dos valores exportados pelo Brasil. Em 2011, objetiva-se dar continuidade ao aperfeiçoamento do Siscomex, inclusive no desenvolvimento do módulo gerencial que possibilitará a geração de relatórios mais detalhados e em prazos cada vez mais curtos.

Em termos de apoio à promoção comercial é importante salientar o benefício fiscal para os empresários que desejam divulgar seus produtos por meio da participação em feiras ou exposições no exterior, ou mesmo realizando pesquisa para ampliar o conhecimento dos mercados internacionais. Para obtenção do benefício é disponibilizado, via internet, o Sistema de Registro de Informações de Promoção (Sisprom), onde as empresas registram suas operações. No ano de 2009, o número de registros efetivados no Sistema foi de 1.480, e em 2010, 1.763 registros. Em termos de valores remetidos ao exterior, em 2009 foram alcançados R\$ 79 milhões, havendo aumento da ordem de 8%, em 2010.

Com relação a *Offsets*, contrapartidas ou compensações tecnológicas, industriais e comerciais, logrou-se a definição de uma “cláusula de *Offset*”, a ser inserida nos acordos entre o Brasil e os países africanos contemplados no Programa Mais Alimentos África, o que beneficiará as empresas exportadoras brasileiras que poderão aproveitar os créditos de *Offset* gerados por financiamentos concedidos no âmbito do Programa. No escopo do planejamento de ações de competitividade para o ano de 2011, pretende-se consolidar formalmente o Grupo Interministerial para tratamento de questões de *Offset*; ampliar o projeto de Rotulagem Ambiental, cuja proposta de financiamento já está em análise pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e desenvolver parcerias com os órgãos intervenientes.

Em 2010 foram realizadas oito missões empresariais, contemplando cerca de vinte países, com o intuito de fomentar as exportações de empresas brasileiras a novos destinos, em plena consonância com os esforços das demais áreas do Governo para a mitigação dos efeitos da crise internacional no País. No âmbito dessas missões empresariais foram realizados mais de dois mil encontros entre empresários brasileiros e estrangeiros, registrando mais de US\$ 10 milhões em negócios gerados de imediato e a expectativa de US\$ 156 milhões em negócios futuros.

O Brasil tem buscado fortalecer o diálogo institucional com seus parceiros comerciais por meio da criação de mecanismos bilaterais de facilitação de comércio e investimentos, além de estimular a realização de fóruns empresariais com as principais economias do mundo.

No âmbito dos mecanismos bilaterais ocorreram reuniões entre representantes de diversos órgãos relacionados ao comércio exterior – tais como aduanas, autoridades sanitárias, entidades de promoção comercial, entre outras – com o objetivo de simplificar





procedimentos, acelerar processos de reconhecimento mútuo, harmonizar práticas e estatísticas, e adotar outras medidas que influenciam positivamente a fluidez do comércio exterior.

No caso dos fóruns empresariais, formados por representantes do Governo e do setor privado com o objetivo de fortalecer os vínculos econômico-comerciais, houve, em 2010, importantes avanços, como o Acordo para evitar dupla tributação e o Acordo sobre troca de informações tributárias, ambos oriundos de discussões no Fórum de CEOs Brasil-Estados Unidos. Foi anunciada também a criação do Fórum de CEOs Brasil-Reino Unido e realizado grande progresso no Grupo de Alto Nível Brasil-França, sobretudo nas áreas de formação técnico-profissional; pesquisa e desenvolvimento; transferência de tecnologia; financiamento a projetos; cooperação na África e atração de investimentos.

Destaca-se também, em 2010, a participação brasileira na Exposição Universal de Xangai – Expo-Xangai 2010. O Brasil participou do evento com um Pavilhão de 2.000 m² que apresentou ao público, por meio de audiovisual interativo, um País diverso e pujante. A participação na Expo contemplou ainda uma ampla agenda cultural, com shows periódicos; uma agenda institucional, com reuniões de delegações brasileiras e chinesas em busca de novas oportunidades; uma agenda de negócios, envolvendo promoção comercial, atração de investimentos e divulgação de roteiros turísticos; além de uma agenda temática, cobrindo discussões técnicas sobre o tema da Expo: “Cidade melhor, vida melhor”.

O Pavilhão do Brasil registrou um público de 2,63 milhões de visitantes, configurando-se como a maior participação já promovida pelo País num evento desse porte, tanto em número de visitantes quanto em ações promovidas. A agenda de negócios, que contou com 1.574 participantes, incluiu encontros entre empresários brasileiros e chineses, seminários de apresentação de oportunidades de investimentos e de promoção de produtos agrícolas, rodada de negócios, *workshops* com operadores de turismo, atividades promocionais de imagem com formadores de opinião, entre outras ações.

Para os mercados tradicionais, a estratégia empregada deverá continuar pautada, principalmente, no fortalecimento da imagem do Brasil como um mercado atrativo aos investimentos estrangeiros e exportador de produtos de alta qualidade.

As estratégias de promoção comercial deverão buscar ainda o fortalecimento da exportação de serviços brasileiros, sobretudo a países em desenvolvimento, além de dar enfoque prioritário à promoção de exportações de micro e pequenas empresas, de modo a difundir a cultura exportadora e a gerar postos de trabalho no País, bem como estabelecer ações especializadas de incentivo à promoção das exportações de empresas instaladas nas regiões de menor desenvolvimento econômico do Brasil.

Relativamente às Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs), destaca-se a aprovação de 10 novas ZPEs em 2010: Suape (PE), Assú (RN), Macaíba (RN), Pecém (CE), Boa Vista (RR), Aracruz (ES), Bataguassu (MS), Fernandópolis (SP), Senador Guiomard (AC) e Parnaíba (PI). Essas ZPEs irão se somar às 17 criadas entre 1988 e 1994, e que também deverão entrar em operação em 2011. Para que isso seja possível, várias providências serão necessárias, como coordenar as ações de promoção e divulgação do programa de ZPEs no Brasil e adequar o Siscomex ao regime das ZPEs.

f) Inovação Tecnológica

Um dos objetivos do Governo é melhorar a qualidade e o nível de inovação no Brasil, de forma a promover o desenvolvimento dos diversos sistemas produtivos, por meio de práticas inovadoras.

No âmbito do Comitê Brasileiro de Regulamentação (CBR), órgão assessor do Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (Inmetro), o Governo atuou na elaboração e adoção do Plano de Implementação do Guia de Boas Práticas de Regulamentação





(GBPR), instrumento que fornece orientações para a implementação de regulamentos técnicos, com o propósito de contribuir para a melhoria e o aperfeiçoamento das práticas regulamentadoras no País.

No que tange às ações relativas ao Comitê Brasileiro de Normalização, o Governo participou da formulação da Estratégia Brasileira de Normalização (EBN), que tem o objetivo de coordenar os esforços e potencializar o envolvimento e comprometimento dos diferentes atores do Governo e da sociedade, com a eficácia da normalização técnica brasileira.

A atração de centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para o Brasil envolve a participação de uma série de empresas parceiras no projeto, além de fornecedores e clientes. Essas empresas, geralmente de menor porte, têm a oportunidade de se internacionalizar, ao prestar serviços em nível global. Nesse sentido, o Governo tem auxiliado as filiais brasileiras de multinacionais a montarem uma Proposta Brasil e, assim, competirem com outros países na atração de Centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) para o País. Para tanto, foram realizadas rodadas de *match-making*, nas quais nove Estados apresentaram suas propostas de atração para instalação de centros da *IBM, Dupont, Ericsson e Whirlpool*.

Em 2010, diversas missões foram organizadas pelo governo relacionadas à inovação, das quais destacam-se: missão empresarial à Argentina, com o objetivo de implementar os acordos de cooperação firmados no tocante às ações de parceria industrial, em especial a área de software; missão empresarial ao Uruguai, com o objetivo de propor um conjunto de ofertas e investimentos tendo em vista a possibilidade de adesão daquele país ao sistema ISDB-t; missões de divulgação na África, em países como Botsuana, Moçambique, Quênia, Tanzânia e África do Sul. Como resultado dessas ações, o sistema nipo-brasileiro de TV Digital alcançou, ao final de 2010, uma população estimada em 550 milhões de pessoas, com expectativas de ampliação da cobertura, sobretudo em países da América Central e África.

Quanto aos projetos de subvenção, o impacto é significativo, com mais de 20 setores da indústria atendidos, mais de 15 mil horas de consultorias e capacitações para PME's, mais de seis mil pessoas treinadas em exportação e internacionalização, 87 feiras e missões nacionais e internacionais, mais de 60 parcerias nacionais e internacionais estabelecidas entre os beneficiários das ações e instituições/empresas europeias, sendo cinco *joint-ventures*.

g) Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

O Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) objetiva promover padrões de eficiência energética aos eletrodomésticos brasileiros, com a racionalização do uso de energia elétrica e derivados de petróleo e gás. Até 2010, o PBE desenvolveu 30 projetos, tornando o Brasil o país com maior programa de etiquetagem do mundo, desde a linha branca de eletrodomésticos até as energias renováveis, passando pela energia elétrica e por outros combustíveis utilizados em fogões e aquecedores a gás e automóveis, e mais recentemente, de edificações. Em 2010 foi concluído estudo de avaliação dos impactos do PBE, especificamente com relação ao programa de refrigeradores. O resultado indicou economia da ordem de R\$ 11,1 bilhões nas contas de energia elétrica dos consumidores desde sua implantação, em 1984, até 2010.

Na área de biocombustíveis, o Brasil tem liderança mundial em metrologia. Foi concluído o Projeto Biorema, que adotou padrões de medição de bioetanol e biodiesel (soja e gordura animal), desenvolvidos em parceria pelo Inmetro e o *National Institute of Standards and Technology (NIST/USA)*, e possibilitou, ainda, o desenvolvimento de Material de Referência Certificado (MRC) de biodiesel de colza, por parte da União Europeia. Esses materiais servem de ferramenta para facilitar a comercialização do biocombustível no mundo e eliminar eventuais barreiras técnicas às exportações brasileiras.

Em conjunto com uma montadora nacional, o governo desenvolveu um motor para trator movido a óleo vegetal puro que, ao ser





acoplado a um gerador, fornecerá energia elétrica a pequenas comunidades em regiões rurais. O projeto também envolve pesquisa de sementes mais adequadas para a produção do óleo vegetal, em substituição do diesel, e que poderá ser de fabricação caseira. Os primeiros protótipos do motor deverão estar disponíveis para a indústria até o fim de 2011. O motor terá capacidade de geração de 5 a 15 kVA, podendo abastecer um pequeno grupo de seis a oito famílias, dependendo da demanda de cada uma. O óleo vegetal puro é mais barato e menos poluente e o litro de fabricação própria pode custar, em média, R\$ 0,70, muito abaixo do diesel, que está em torno de R\$ 2,00. A redução de gases poluentes (CO, NOx, SOx) pode chegar a 20% e, no tocante à emissão global de gases que aumentam o efeito estufa, pode chegar a 100% em relação às provocadas pelo diesel. O equipamento para a produção caseira do óleo também está sendo testado pelo Inmetro.

O Governo vem ampliando sua capacidade de verificação de cronotacógrafos, com o objetivo de aumentar a segurança nas estradas e vias urbanas. A capacidade de atendimento do Governo passou de 374 para 869 postos, em 2010, com previsão de atingir 1.130 postos, no final de 2011.

Em parceria com a Petrobras, foram inaugurados dois laboratórios que vão garantir rastreabilidade às medições de fluidos, com mais agilidade e redução de custos para a indústria nacional. O Laboratório de Vazão de Líquidos e o Laboratório de Velocidade de Fluidos irão garantir maior confiabilidade aos sistemas de calibração de medidores de vazão de líquidos e gás, no abastecimento doméstico, produção de bebidas, fármacos, estudos oceânicos e plataformas de petróleo do Pré-Sal. Para 2011, o Governo irá trabalhar para consolidar a metrologia em dinâmica de fluidos, visando a aumentar a confiabilidade nas medições de vazão de água, petróleo, gás e biocombustíveis, desde a produção até a distribuição.

No ano de 2010 foi lançado o primeiro Material de Referência Certificado (MRC) brasileiro de fármacos, para o Captopril, um fármaco amplamente utilizado no tratamento da hipertensão arterial, e para o Diclofenato. A continuidade deste projeto envolve MRC de Metronidazol, um fármaco muito utilizado no tratamento da giardíase, amebíase e tricomoníase. Paralelamente ao desenvolvimento de MRCs, está sendo estruturado um laboratório de fármacos, para a realização das análises necessárias.

Em 2010, o governo iniciou a construção do Centro Brasileiro de Material Biológico (CBMB), um conjunto de laboratórios para a manutenção de linhagens de microrganismos (bactérias, fungos filamentosos e leveduras) e de células animais, além de funcionar como uma instituição para o depósito de material biológico para fins de patentes. Em 2010, no Laboratório de Biotecnologia, foi estudado o processo de produção do etanol a partir do bagaço de cana-de-açúcar e o uso de novos microrganismos isolados de sistemas biológicos eficientes na degradação. Foi desenvolvido o padrão de bagaço de cana-de-açúcar para celulases, que está em fase de patenteamento.

O Governo continuou o trabalho de inspeção dos ônibus escolares ao saírem da fábrica, objetivando garantir segurança e qualidade no transporte dos estudantes da educação básica da zona rural, das redes estaduais e municipais, inclusive de cadeirantes. Desde o seu lançamento, em 2007, 2.700 Municípios aderiram ao programa e efetuaram a compra de mais de 6.000 ônibus escolares (4.800 inspecionados), estimando-se que mais de 220.000 alunos foram beneficiados.

O Programa Nacional de Metrologia Forense, lançado em 2010, objetiva capacitar recursos humanos com sólido conhecimento multidisciplinar, para atuação na análise de evidências oriundas de eventos criminosos, utilizando metodologia científica. Foram também desenvolvidos procedimentos para a provisão de padrões e materiais de referência na área de metrologia biológica, realizando estudos de medição de moléculas de DNA, sendo um primeiro resultado o padrão Metroológico de DNA de Cinetoplasto.

Em 2010, os Programas de Avaliação da Conformidade para Equipamentos de Proteção Individual (EPI), contemplaram: luvas isolantes de borracha; peças semifaciais filtrantes para partículas; capacetes de segurança para uso na indústria; prensas mecânicas





excêntricas e calçados de segurança, proteção e ocupacional contra riscos elétricos e eletrostáticos.

Foram também firmados acordos com a finalidade de efetuar testes de conformidade aos princípios das Boas Práticas de Laboratório (BPL), com ênfase ao segmento de agrotóxicos, seus componentes e afins. O objetivo é garantir que os laboratórios nacionais conduzam testes com rastreabilidade, integridade e qualidade, que garantam resultados confiáveis, a fim de subsidiar os órgãos reguladores nas avaliações para fins de registro de produtos químicos, com ênfase em produtos agrotóxicos.

Foi implementado o Programa de Avaliação da Conformidade para o Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32), com o propósito de reduzir a poluição de veículos a diesel. Este é um fluido necessário no uso da tecnologia de Redução Catalítica Seletiva, injetado no sistema de escapamento para reduzir quimicamente as emissões de óxido nitroso de veículos movidos a diesel.

Em parceria com o BNDES foram incluídos no catálogo de produtos contemplados pelo Cartão BNDES os serviços de certificação, inspeção, ensaios e calibração, realizados por organismos e laboratórios acreditados pelo Inmetro. Desta forma, busca-se estimular a competitividade das micro, pequenas e médias empresas brasileiras, por meio da melhoria de seus produtos e processos, além de beneficiá-las com a certificação e reconhecimento do atendimento aos padrões internacionais.

Em 2011, com o intuito de identificar e priorizar os produtos que serão objeto de desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade, no período 2012-2015, o Inmetro fará a revisão do Plano de Ação Quadrienal. O processo de revisão utiliza uma metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), que assegura a efetiva participação da sociedade no processo de identificação e priorização das demandas. Na revisão será dado foco ao levantamento de demandas por programas de avaliação da conformidade advindas da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Para 2011, ainda estão previstas as seguintes atividades na área de metrologia e qualidade industrial: i) consolidar a metrologia em telecomunicações e realizar, nas maiores cidades do Brasil, testes de Rádio Digital, para subsidiar a escolha do Sistema Brasileiro de Rádio Digital; ii) realizar avaliação dos sistemas de acesso em banda larga, fixo e móvel, para subsidiar o estabelecimento de programas de qualidade do serviço prestado; iii) ampliar o processo de certificação de medidores inteligentes de energia (*smart grid*), para promover maior concorrência no mercado de medidores e contribuir para a implantação de redes de distribuição de energia “inteligentes”, permitindo novos modelos de negócios, como a venda pré-paga de energia elétrica; iv) desenvolver e implementar uma base de dados única para a atividade de acreditação, visando ao aprimoramento da disseminação das informações, ao aumento da eficiência do processo e, conseqüentemente, à redução dos prazos de acreditação, além da tramitação de processos totalmente em meio eletrônico; v) implantar, de forma assistida, programas de avaliação da conformidade; vi) instituir o Registro de Objetos nos programas de avaliação da conformidade já implementados; e vii) disponibilizar Sistema Informatizado para os fornecedores de produtos, processos e serviços, certificados ou declarados, reduzindo assim o tempo de obtenção da autorização para o uso do Selo de Identificação da Conformidade.

h) Propriedade Industrial

O desafio enfrentado pelo Governo, no amparo à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), foi reconfigurar e imprimir agilidade aos processos de concessão de direitos sobre marcas, patentes, desenhos industriais, programas de computador, circuitos integrados e indicações geográficas e, simultaneamente, assegurar e expandir a qualidade dos exames que realiza. A reforma estrutural implantada do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), implementada a partir da Lei nº 12.274, de 24 de junho de 2010, foi fundamental para a melhoria da gestão e para tornar o funcionamento institucional adequado às demandas da sociedade por serviços eficientes e seguros.





Na área de marcas, o uso de ferramentas de tecnologia da informação já mostrou seus resultados. Em dezembro de 2010, às vésperas de completar quatro anos, o sistema e-Marcas, que permite o depósito via Internet, chegou a 70,3% do total de solicitações de marcas no período. E o resultado vem crescendo, com a meta de dispensar completamente o papel. Em 2010, com o processo totalmente eletrônico, a produtividade cresceu e os prazos caíram. Os pedidos de marcas estão sendo decididos num prazo entre um ano e meio e dois anos, compatível com os prazos exigidos nos tratados internacionais e conforme a prática dos melhores e mais importantes institutos oficiais de exame e registro de marcas de outros países ou regiões.

A área de patentes permite outra boa apreciação dos resultados já alcançados. Após a contratação de examinadores qualificados, as concessões de patentes passaram de 1.855 para 3.153, em 2009, e 3.620, em 2010.

O sistema e-Patentes, para depósito e processamento dos pedidos em meio eletrônico foi desenvolvido a partir dos softwares do Escritório Europeu de Patentes (EPO, na sigla em inglês). Dispensando completamente a movimentação de papel, o sistema, que entrou em teste em dezembro de 2010, estará totalmente implantado até o terceiro trimestre de 2011. Ele facilitará tanto a ação do usuário, que poderá fazer as solicitações, acompanhar o andamento e atender as exigências, via Internet, quanto otimizará o fluxo do trabalho de exame dentro do INPI. O objetivo perseguido é a emissão de parecer inicial sobre a viabilidade da patente em não mais do que seis meses, contados a partir do pedido de exame. A concessão ou arquivamento definitivo dos pedidos inviáveis deverá estar finalizada cerca de 18 meses a partir da mesma data.

O Governo consolidou, em 2010, os processos de trabalho necessários para operar, em escala, os serviços de autoridade internacional do sistema de Patentes. Tais serviços incluem busca internacional e exame preliminar da viabilidade de patentes, para envio às demais autoridades nacionais ou regionais responsáveis pela concessão de patentes no mundo. O sistema alcança não apenas brasileiros, mas também cidadãos e empresas de países de língua inglesa ou espanhola, ou que aceitem documentos grafados nesses idiomas em seus procedimentos patentários.

Nos outros serviços, a demanda crescente foi acompanhada pelas mudanças de gestão e processamento para garantir qualidade e agilidade. O pedido de registro de software, que desde 2009 pode ser feito com o código-fonte em CD, terá uma base de dados na Internet e, no futuro, chegará também ao depósito via Internet, assim como é o projeto para Desenho Industrial, Indicação Geográfica e averbação de contratos.

No caso de Indicação Geográfica, em 2010 chegou-se ao recorde de 14 solicitações, revelando o interesse crescente por essa natureza peculiar de sinal distintivo, que permite destacar e promover as qualidades comuns aos produtos de uma determinada região ou localidade, beneficiando produtores de todos os portes.

O trabalho de disseminação da propriedade intelectual teve um papel fundamental em 2010, com a capacitação de 2.581 pessoas, provenientes de todas as regiões do Brasil. Entre os participantes destes programas estão os gestores de tecnologia em empresas, instituições de pesquisa e universidades que possuem seus Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs).

O lançamento do Programa de Propriedade Intelectual para Inovação na Indústria, em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), levou o tema para empresários de diversos campos econômicos.

A conscientização foi acompanhada da busca de segurança jurídica, outra medida importante para estimular investimentos. Um dos principais pontos de controvérsia judicial, o prazo de validade das patentes pipeline, obteve em 2010 uma série de decisões convergentes. Entre os casos mais conhecidos estavam os julgamentos das patentes de medicamentos como o Lípitor e o Viagra, sempre reafirmando o prazo concedido pelo Governo.





No campo internacional, o Governo vem atuando fortemente na cooperação Sul- Sul para desenvolver um sistema de propriedade intelectual que permita o desenvolvimento de todas as nações e facilite a inserção competitiva de cidadãos em todas as nações. Tais propostas se materializaram na Agenda do Desenvolvimento assumida pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), tendo sido desenvolvidas diversas ações no ano de 2010.

Foi concluída a primeira fase da integração dos escritórios sul-americanos de marcas e patentes, com a formação do comitê gestor do Sistema de Cooperação Regional em Propriedade Intelectual. Com isso, os países membros disporão de um portal na Internet para acesso à base de dados que reúne as informações dos países, que permitirá o acesso dos cidadãos de cada nação ao sistema de Propriedade Intelectual (PI) das demais nações participantes, ao mesmo tempo em que sedimenta as bases para a maior cooperação em exames substantivos de marcas e patentes.

A cooperação com os países africanos, consolidada em reunião realizada com 13 países daquele continente, em Salvador (BA), será implementada com as seguintes atividades: adaptação de conteúdo informativo sobre as nações africanas; realização de cursos e ações de capacitação; e a discussão sobre exame de patentes.

A promoção da proteção da inovação brasileira no mercado norte-americano foi objeto de grande atenção, em 2010. Foram realizados encontros, em parceria com o Escritório Americano de Patentes e Marcas (USPTO, na sigla em Inglês), contribuindo para ampliar os direitos de PI obtidos por brasileiros nos Estados Unidos da América, que passaram de menos de 200, em 2005, para mais de 500, em 2010.

i) Comércio e Serviços

Com o objetivo de resgatar da informalidade milhões de pequenos empreendedores, a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, criou a base para uma nova figura jurídica, o Microempreendedor Individual (MEI). Trata-se de um esforço de simplificação dos procedimentos de regularização da atividade econômica exercida no País por aqueles que tenham faturamento anual máximo de R\$ 36.000,00. A inscrição do MEI é realizada, desde 1º de julho de 2009, através do Portal do Empreendedor, simplificando e viabilizando o registro totalmente eletrônico do empreendedor. Até dezembro de 2010, 750.482 empreendedores foram registrados. O Portal do Empreendedor se configura na primeira etapa para a concretização da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). As metas para a execução da Redesim em 2011 são: conectar à rede 30% dos Municípios; implantar o integrador estadual em sete Estados; integrar, em pelo menos um Estado, cartórios de registro civil e pessoa jurídica à Redesim; concluir a digitalização de documentos arquivados pelas Juntas Comerciais; e concluir o desenvolvimento do Portal do Registro de Empresários e Sociedades.

Ainda no âmbito da Redesim, o Sistema Gerenciador de Imagem (Gerimagem) permite a visualização dos documentos digitalizados relativos ao processo de abertura, alteração e baixa de empresários e de pessoas jurídicas. Em 2010, o sistema foi implantado em 17 Juntas Comerciais. Foi desenvolvida ainda a segunda versão desse sistema, com mais segurança, incorporando a tecnologia de certificação digital para assinatura das imagens digitalizadas, cuja implantação dar-se-á em 2011. Também em 2010 foi publicada a versão 2.2.0 do SPED-Contábil, sistema que permite às Juntas Comerciais receberem pela Internet livros mercantis digitais para autenticação, substituindo a escrituração em papel pela Escrituração Contábil Digital (ECD). Até dezembro de 2010 foram recebidos pelo sistema 238.231 livros mercantis digitais para autenticação. Para 2011, estima-se que as Juntas Comerciais recebam 250.000 livros digitais para autenticação.

No campo de ação da PDP para o Complexo de Serviços foram realizadas importantes ações em 2010, com destaque para:

- Conclusão do desenvolvimento dos relatórios gerenciais e operacionais do Módulo Venda (Exportação) do Sistema Integrado de





Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzem Variações no Patrimônio (Siscoserv). Em 2011 será concluído o desenvolvimento do Módulo Aquisição (Importação) do aplicativo;

- Elaboração da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS);
- Entrada em produção do Módulo Serviços do Sisprom: por meio desse sistema eletrônico, as operações de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa de valores a residentes ou domiciliados no exterior, relativas a despesas com promoção de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior, são beneficiadas com redução a zero da alíquota do Imposto de Renda (IR). Estão contempladas neste módulo as despesas decorrentes da participação, no exterior, em feiras, exposições e eventos semelhantes, propaganda realizada no âmbito desses eventos, bem como a realização de pesquisa de mercado no exterior;
- Definição dos serviços elegíveis ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex): publicação da Portaria MDIC nº 208, de 20 de outubro de 2010, que especifica 70 modalidades de serviços vinculados à engenharia de pequeno porte, mineração, extração de petróleo e gás, programas em tecnologia da informação, consultoria, *telemarketing*, jurídico, produção audiovisual, propaganda, apresentação e promoção de atuações artísticas, passíveis de serem amparados pelo Proex, com o objetivo de tornar os serviços brasileiros mais competitivos no exterior; e
- Identificação de ações a serem desenvolvidas pelo Governo e pela iniciativa privada visando a oportunidades geradas pelos eventos esportivos que serão realizados no Brasil, como, a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Para 2011 prevê-se a promoção do varejo nacional e a criação do selo de qualidade para identificação de estabelecimentos preparados para o atendimento ao público esperado nesses eventos.

j) Microempresas e Artesanato Brasileiro

Visando a fomentar a expansão do crédito, o Comitê Temático Investimento e Financiamento, do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPEs), dará continuidade em 2011 à interlocução com os bancos oficiais com vistas à: i) redução das taxas das operações de crédito realizadas com MPEs e com Programas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE/BNB); ii) simplificação normativa; iii) ampliação da abrangência do Cartão BNDES; vi) disseminação do Programa de Capitalização das Cooperativas de Crédito (PROCAPCRED/ BNDES); e vii) consolidação dos fundos garantidores de risco de crédito. Cabe destacar que, em 2010, estimulou-se a ampliação da adesão das MPEs ao Fundo de Garantia de Operações (FGO) e ao Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) e promoveu-se a regulamentação do Custo Efetivo Total para MPEs, por meio da Publicação da Resolução BACEN 3.909/2010.

O Comitê Temático Tecnologia e Inovação trabalhará, em 2011, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, os Estados, os Fóruns Regionais, as entidades de classe, as universidades, o Sistema S e parceiros estaduais, em ações para minimizar as dificuldades das MPEs no acesso aos Programas de Tecnologia e Inovação. Cabe destacar neste contexto a necessidade de regulamentação do art. 65, inciso II, § 4º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que trata da redução a zero da alíquota de tributos incidentes sobre equipamentos, máquinas, acessórios e peças adquiridas por MPEs que atuem no setor de Inovação.

O Comitê Temático Compras Governamentais vem buscando ampliar a participação de MPEs em pregões e licitações públicas, no âmbito três esferas de Governo, bem como o acesso às linhas de crédito para essas operações.

Até dezembro de 2010, as ações de capacitação desenvolvidas pelo Comitê Temático Rede de Disseminação, Informação e Capacitação do Fórum, em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), os Fóruns Regionais e o Instituto Nor-





deste Cidadania (INEC/BNB) alcançaram 1.379 empresários de MPes e gestores públicos. Em 2011 serão priorizadas capacitações em gestão, inovação, crédito e compras governamentais, por meio de parcerias com entidades de renomado conhecimento técnico e gerencial em sua área de competência e atuantes no segmento de MPes, com vistas à consolidação de um plano nacional de capacitação. Para tanto, o Comitê está elaborando uma grade de curso para MPes, que será composta pelas matrizes educacionais das 81 entidades que o compõem.

Em relação ao Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), composto por ações com forte impacto nas comunidades, elaborou-se o Plano Nacional de Capacitação (PNC), que contempla a capacitação de coordenadores, técnicos, multiplicadores, artesãos e lideranças do setor, nas áreas de maior concentração da produção artesanal. Em parceria com as Coordenações Estaduais do Artesanato e o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília foram realizadas, em 2010, atividades de capacitação em nove Estados, para cerca de 250 artesãos.

Na implantação de políticas públicas para o setor artesanal, destaca-se, ainda, a operacionalização do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), concebido com o objetivo de formar uma base de dados sobre o setor artesanal a partir do cadastramento de artesãos. Além de constituir-se em uma ferramenta para a inclusão de novos cadastros, o SICAB foi desenvolvido de forma a possibilitar a migração das bases de dados já existentes nos Estados. Atualmente, 60 mil artesãos estão cadastrados no Sistema.

Para 2011 estão previstas a regulamentação da instalação do Fórum do Artesanato Brasileiro (FOPAB), a implantação do processo de Certificação do Produto Artesanal, o aperfeiçoamento do SICAB e elaboração da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), para o segmento do artesanato.

k) Desenvolvimento Regional da Amazônia

A política para desenvolvimento regional da Amazônia Ocidental visa a implementar um modelo regional de desenvolvimento econômico e social que utilize de forma sustentável os recursos naturais, assegurando viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais. O Governo contribui para a ampliação da produção econômica da Região por meio de sua política de desenvolvimento regional, com geração de emprego e renda e atração de capital e tecnologia, expandindo o dinamismo econômico do Polo Industrial de Manaus (PIM) e gerando resultados significativos na Região, em consonância com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

A Zona Franca de Manaus (ZFM) é um modelo de desenvolvimento regional administrado pelo Governo, cuja finalidade é criar uma dinâmica econômica no interior da Amazônia Ocidental como parte de um projeto do governo para integrar a Região ao restante do País. Dos três polos econômicos que compreendem a ZFM, o Polo Industrial de Manaus (PIM) é considerado a base de sustentação do modelo, e atualmente abriga mais de 500 indústrias de alta tecnologia que geram mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos. O Polo Agropecuário abriga projetos dentre os quais se destacam os voltados às atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo e beneficiamento de madeira. O Polo Comercial, cuja predominância ocorreu entre 1967 a 1975, período considerado a primeira fase do modelo, apesar da perda de participação relativa, foi responsável por aproximadamente 30% dos empregos na região em 2010.

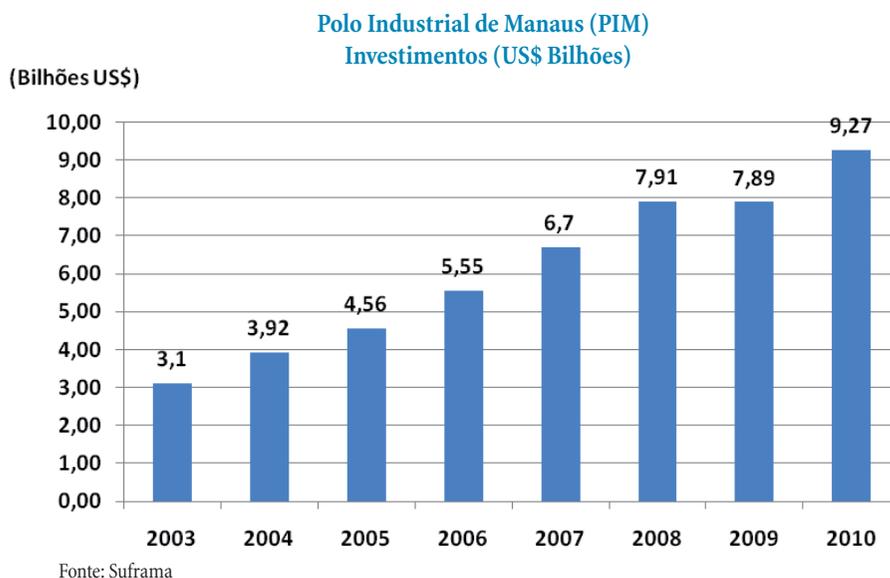
A política de atração de investimentos consiste na identificação e divulgação das vantagens comparativas para atração de investimentos na região, de forma a promover o desenvolvimento socioeconômico da ZFM, da Amazônia Ocidental e de outras áreas sob sua jurisdição. Neste sentido, em 2010 foram aprovados 256 projetos industriais e de serviços, dos quais 104 se referem a novos projetos de implantação e 152 são concernentes a projetos já existentes de diversificação, ampliação e atualização. A execução des-



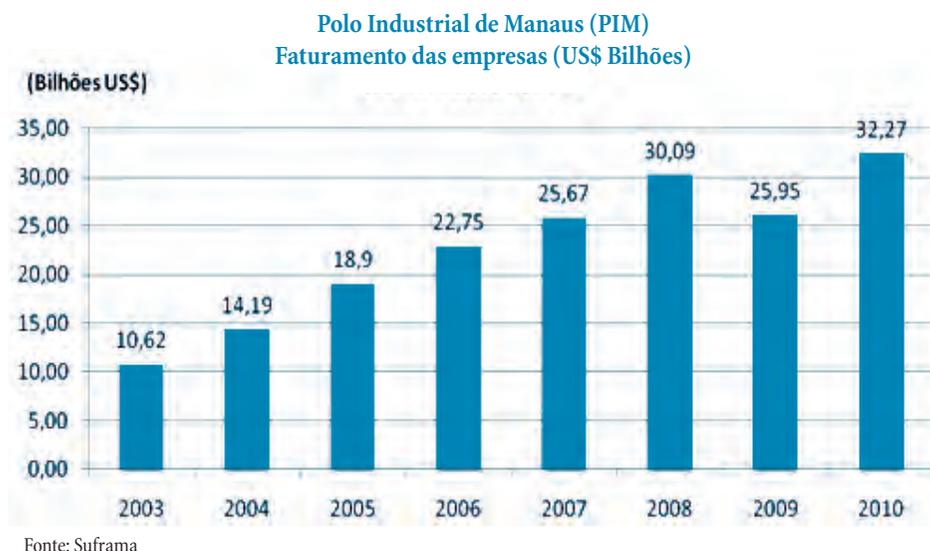


ses projetos proporcionará a geração de 6.452 novos postos de trabalho, investimentos equivalentes a US\$ 4,5 bilhões e exportações num montante estimado de US\$ 196 milhões.

O PIM abrigava, até dezembro de 2010, cerca 530 unidades fabris em operação e 2.014 projetos em acompanhamento, perfazendo investimentos de US\$ 9,27 bilhões que geram cerca de 103 mil empregos diretos, 400 mil empregos indiretos e R\$ 9,5 bilhões em arrecadação de tributos federais.



Destacam-se, ainda, os seguintes resultados alcançados em 2010: faturamento de US\$ 32,27 bilhões e exportações de US\$ 966 milhões. Os cinco principais produtos exportados foram: terminais portáteis de telefonia celular, concentrados para elaboração de bebidas, motocicletas com motores de 125 a 250 cilindradas, aparelhos de barbear não elétricos e receptores e decodificadores de sinal digital de vídeo.



Foi assinado, em 2010, memorando de entendimento entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e o Instituto Italiano para o Comércio Exterior (ICE), visando a incrementar o intercâmbio comercial entre os Estados da área de atuação da Suframa





com a Itália. As diversas parcerias empreendidas deverão reforçar as ações bilaterais direcionadas à promoção comercial e à capacitação institucional e empresarial ampliando as oportunidades de negócios a partir do aproveitamento das potencialidades regionais.

O Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) conta atualmente com aproximadamente 90% de sua infraestrutura física e tecnológica em funcionamento. Em termos de unidades componentes, todas são dotadas de modernas instalações e equipamentos atualizados. Dentre os principais resultados obtidos em 2010, destacam-se: realização de 1.600 análises na prestação de serviços tecnológicos a entidades e firmas de pesquisa; e desenvolvimento de nove projetos nas áreas de bioterápicos, cosméticos, alimentos, energia, bioprospecção e flores tropicais ornamentais.

Em 2010, no âmbito das atividades desenvolvidas pelo CBA, continuou-se a implementação das ações previstas para estruturação do Centro, tais como: aquisição, instalação e operacionalização de equipamentos; alocação de pessoal técnico para pesquisa e desenvolvimento; capacitação e treinamento de pessoal; aquisição de materiais de uso nos laboratórios; estabelecimento de diretrizes, procedimentos e processos para o funcionamento do Centro; estudos exploratórios para o desenvolvimento de produtos e processos baseados na potencial biodiversidade da Amazônia; e preparação para acreditação dos serviços de laboratórios (ensaios) junto ao Inmetro, entre outras.

Adicionalmente está em andamento um conjunto de iniciativas com os seguintes focos: produção de corantes naturais baseados em plantas amazônicas para fins cosméticos e alimentícios; desenvolvimento de processos e produtos secos (liofilizados ou secos por *spray dryer*) a partir de frutas amazônicas para o mercado de nutracêuticos e de bebidas funcionais; e desenvolvimento de fitomedicamentos e dermocosméticos a partir da biodiversidade amazônica.

Está previsto para 2011 o início das obras do Parque Tecnológico do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus (CT-PIM). O CT-PIM atuará na promoção da geração, domínio e aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos avançados, especialmente nas áreas de microeletrônica, microsistemas e nanotecnologia, visando a contribuir para a consolidação e o fortalecimento do ambiente tecnológico do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Para 2011, ainda estão previstas as seguintes ações: concluir o processo de definição do modelo de gestão definitiva do CBA; continuar a implantação do projeto piloto de revitalização das Áreas de Livre Comércio; manter acordos firmados para a capacitação de pesquisadores na área de tecnologia; criar um fundo para o desenvolvimento da área de jurisdição da Suframa a partir da Taxa de Serviços Administrativos (TSA); intensificar o papel da Suframa na governança do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação; propor realização de concurso público para recomposição do quadro funcional da autarquia; e definir área para construção de infraestrutura para o novo distrito industrial.

2. Agronegócio

A agricultura brasileira avançou em 2010 com novos recordes na produção de alimentos e nas exportações. Para a safra 2010/2011, estima-se que serão colhidas 149 milhões de toneladas de grãos e cereais. O setor tem aproveitado as boas oportunidades geradas pelo crescente mercado interno e conquistado novos mercados no exterior. Atualmente a produção brasileira de alimentos e de outros produtos agrícolas já chega ao mercado consumidor de 214 países. Em 2010 as exportações do agronegócio alcançaram US\$ 76,4 bilhões.

Tal resultado é fruto dos investimentos e do trabalho obstinado dos produtores rurais, apoiados por políticas e ações consistentes do Governo, que têm promovido o crescimento econômico do setor, com responsabilidade social e respeito ao meio ambiente.

Nos últimos anos, além da elevação dos investimentos públicos em pesquisa e tecnologia – essenciais para a manutenção e o





avanço da competitividade e da sustentabilidade da agropecuária nacional – destacam-se também a significativa ampliação dos recursos disponibilizados para o crédito rural oficial e para o apoio à comercialização; a melhoria das políticas de gestão de risco rural; o aperfeiçoamento da defesa agropecuária e o fortalecimento e integração das cadeias produtivas.

O apoio governamental à produção agropecuária tem sido decisivo. Em oito anos, o volume de recursos destinados à agricultura empresarial cresceu 187%, evoluindo de R\$ 24,7 bilhões em 2003, para R\$ 100 bilhões em 2010.

Ao mesmo tempo em que fomenta a pesquisa científica e amplia o crédito disponível ao agricultor, o Governo aperfeiçoa e fortalece os instrumentos de gestão de risco à produção, especialmente o seguro rural. Em 26 de agosto de 2010 foi sancionada a Lei Complementar nº 137, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural – o Fundo de Catástrofe do Seguro Rural. Quando da regulamentação da Lei, prevista para 2011, será editado Decreto autorizando a União a participar como cotista do fundo, com investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões, dos quais R\$ 2 bilhões imediatamente após a autorização governamental.

Para facilitar o aproveitamento das crescentes oportunidades que se abrem ao setor agropecuário nos mercados interno e externo, as ações governamentais voltam-se cada vez mais para o atendimento das exigências do consumidor relativas a práticas sustentáveis de produção. Neste sentido, destaca-se o lançamento, em 2010, do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que tem por objetivo fomentar a utilização de boas práticas de produção agropecuária, promover a recuperação de áreas degradadas e reduzir a emissão de gases de efeito estufa. As ações do programa impulsionarão a produtividade e a sustentabilidade econômica do setor, com impactos positivos para a natureza e as condições de vida no planeta.

a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização

a.1) Crédito Rural

Apoiar o médio produtor, o cooperativismo e estimular o desenvolvimento sustentável da agropecuária, incentivando especialmente a agricultura de baixo carbono e as boas práticas agrícolas e pecuárias são as principais proposições do Plano Agrícola e Pecuário (PAP 2010/2011).

Para a Safra 2010/2011 foi disponibilizado um volume recorde de recursos da ordem de R\$ 100 bilhões para a agricultura empresarial, valor 8% superior ao da safra anterior. Deste valor, R\$ 75,6 bilhões destinam-se a custeio e comercialização (com 80,29% dos recursos disponibilizados a juros controlados), R\$ 18 bilhões aos programas de investimento e R\$ 6,4 bilhões às linhas especiais, tais como: financiamento à estocagem de álcool e o Programa de Sustentação do Investimento – Bens de Capital (PSI-BK). O Plano também prevê a aplicação de R\$ 16 bilhões destinados à Agricultura Familiar e R\$ 2 bilhões para o Programa Agricultura de Baixo Carbono.

Dentre as prioridades do PAP 2010/2011 encontram-se a continuidade do incentivo ao médio produtor rural, com disponibilização de mais recursos para viabilizar a produção, e o fortalecimento do setor cooperativista agropecuário, visando a incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas.

a.2) Apoio à Comercialização

O Governo vem executando ações que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas, a organização da base produtiva e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento,



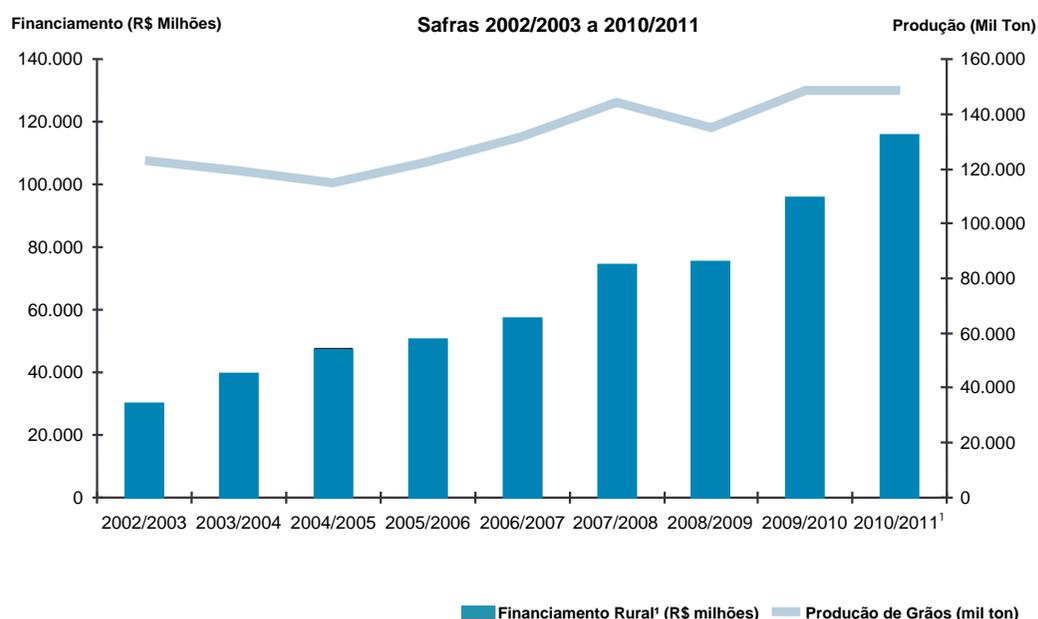


além da formação e manutenção de estoques de produtos agropecuários para regularidade do abastecimento interno, visando ao equilíbrio de preços ao consumidor.

A política governamental de apoio à comercialização tem objetivado otimizar a eficiência na aplicação dos recursos públicos. Para a comercialização de arroz, algodão, café, feijão, leite de vaca, milho, sisal, sorgo, trigo e vinho – utilizando-se os instrumentos públicos de Contratos de Opção, Prêmio ao Escoamento de Produto (PEP), Prêmios de Risco para o Lançamento de Opções Privadas (PROP), Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO) e Aquisição do Governo Federal (AGF) – foram alocados em 2010 R\$ 1,5 bilhão para aquisição de 15,7 milhões de toneladas de produtos. A totalidade das operações por meio do PEPRO alcançou o patamar de R\$ 76,3 milhões, com a negociação de 875,1 mil toneladas de produtos. As operações com o PEP alcançaram R\$ 1,1 bilhão, movimentando 14,1 milhões de toneladas de produtos e as aquisições do Governo Federal (AGF) atingiram 709 mil toneladas com desembolso de R\$ 309,2 milhões.

Em 2011 a previsão é de utilizar o montante de R\$ 5,2 bilhões para apoio e incentivo à comercialização, priorizando os instrumentos de equalização de preços, o que possibilitará a movimentação de até 22 milhões de toneladas de produtos agrícolas. Ressalta-se ainda que as Aquisições do Governo Federal (AGF) serão realizadas em regiões mais afastadas, visando assim a beneficiar pequenos produtores com dificuldades de participar dos leilões públicos.

Evolução do Crédito Rural e do Volume da Safra em Grãos



Fonte: Financiamento Rural: Grupo de acompanhamento de Crédito Rural (GACR/MAPA); Produção de grãos: CONAB
Notas: (1) recursos programados incluindo Pronaf; Estimativa de produção (limite superior)

a.3) Apoio à Cafeicultura

As liberações de linhas de crédito para financiamento ao produtor de café foram intensificadas, com a alocação de R\$ 2,088 bilhões oriundos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), sendo: R\$ 313 milhões para custeio; R\$ 262 milhões para colheita; R\$ 1,050 bilhão para estocagem; R\$ 463 milhões destinados ao Financiamento para Aquisição de Café (FAC), nos termos da Resolução CMN nº 3.903, de setembro de 2010. Os preços mínimos do café da safra 2010/2011 foram mantidos em relação aos valores da safra anterior: R\$ 261,69 a saca de 60 quilos para o café arábica e R\$ 156,57 para o café robusta.





O Governo também criou uma linha de crédito de R\$ 50 milhões do Funcafé, destinada ao financiamento de margens de garantia e de ajustes diários em operações de vendas futuras, realizadas por bolsas de mercadorias e de futuros, amparados na Resolução CMN nº 3.898, de agosto de 2010, que funciona como mecanismo de proteção de preços negociados em bolsas de mercadorias por produtores e cooperativas.

A safra de café colhida em 2010 alcançou 48,1 milhões de sacas de 60 kg. As exportações do produto tiveram o melhor resultado dos últimos anos e representaram 7,5% de todas as exportações do agronegócio, com ingresso de divisas da ordem de US\$ 5,8 bilhões, equivalente a cerca de 33,5 milhões de sacas vendidas. Destaca-se que os principais destinos das exportações brasileiras de café verde foram Alemanha, Estados Unidos, Itália, Japão e Bélgica.

Em 2011 serão priorizadas as ações de desenvolvimento de pesquisas agrônômicas de café; levantamento de safra; estoques privados e custos de produção; qualificação da mão de obra; conservação de estoques; publicidade e promoção dos Cafés do Brasil no País e no exterior, com recursos da ordem de R\$ 45 milhões e planejamento e execução dos financiamentos ao setor cafeeiro por meio da liberação de recursos de R\$ 2,5 bilhões em operações de crédito para custeio, colheita, estocagem e FAC, entre outros instrumentos de política agrícola.

b) Gerenciamento de Riscos Climáticos

b.1) Zoneamento Agroclimático

A coleta e a divulgação das informações meteorológicas possibilitam o monitoramento e o zoneamento agroclimático, nas ações de previsão de safras, fornecimento de informações diretamente aos agricultores e aos agentes financeiros, e adoção de medidas preventivas para a diminuição dos riscos potenciais na agricultura e minimização de perdas. A rede meteorológica dispõe de 940 estações, das quais 540 automáticas e 400 convencionais, além de 12 estações de rádio sondagem.

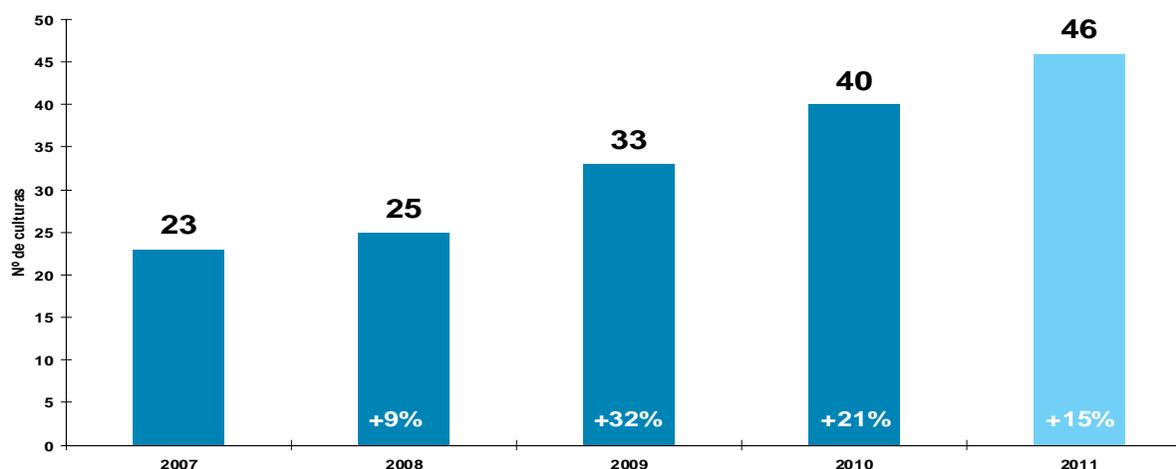
As ações de gestão e minimização de risco foram fortalecidas com a introdução de novas tecnologias, que contribuem para a diminuição de perdas de safras. Nesse sentido, o Zoneamento Agropecuário de Risco Climático indica as épocas mais adequadas de plantio para as principais culturas, de forma a minimizar os riscos de perdas ocasionadas por eventos climáticos adversos nas fases mais sensíveis das lavouras. Os estudos de zoneamentos agrícolas de risco climático contemplam um total de 40 culturas, sendo 15 de ciclo anual (abacaxi, algodão, amendoim, arroz, canola, cevada, feijão phaseolus, feijão caupi, gergelim, girassol, milho, soja, sorgo e trigo) e 24 culturas permanentes (açai, ameixa, banana, cacau, café, caju, cana, citros, coco, dendê, eucalipto, maçã, mamão, mamona, mandioca, maracujá, nectarina, palma forrageira, pera, pêssego, pimenta-do-reino, pinus, pupunha e uva), além do zoneamento para o consórcio entre milho e braquiária, distribuídas em 24 unidades da Federação. Em 2010 foram divulgados pela primeira vez os zoneamentos para as culturas de açai, citros, gergelim, palma forrageira, pimenta-do-reino e pupunha.

Foram elaborados no período mais de 377 estudos de zoneamento, sendo publicadas 459 portarias. Em 2011 deverão ser divulgados, pela primeira vez, os zoneamentos para as culturas de aveia, goiaba, manga, melancia, sisal e borracha natural (seringa). Outras culturas já contempladas com zoneamentos, como abacaxi e citros, serão objeto do mencionado estudo em novas unidades da Federação. Tem sido priorizada a divulgação de zoneamentos de novas culturas com potencial para produção de biocombustíveis, como amendoim, canola, dendê, girassol e mamona, em consonância com o Plano Nacional de Agroenergia, assim como para culturas de interesse regional, como espécies frutíferas, em atendimento às demandas originárias da agricultura familiar.





Evolução do Zoneamento Agrícola de Risco Climático 2007 a 2011



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

A política da subvenção econômica ao Prêmio do Seguro Rural avançou em seu objetivo de universalização do acesso ao seguro rural privado pelos produtores rurais. A utilização do seguro rural na gestão dos riscos que afetam as atividades agropecuárias induz ao uso de tecnologias adequadas, promovendo a modernização da condução dos empreendimentos rurais, e tem contribuído para a redução da inadimplência do setor junto aos agentes financeiros e fornecedores de insumos agropecuários. O programa de subvenção contempla seguros rurais nas modalidades agrícola, pecuária, florestal e aquícola. A modalidade agrícola abrange 76 culturas, cujos percentuais de subvenção situam-se na faixa de 40% a 70% do valor do prêmio do seguro, até o limite de R\$ 96 mil. As demais culturas são beneficiadas com percentual de subvenção de 30%, até o limite de R\$ 32 mil.

O Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR) beneficiou, em 2010, cerca de 72 mil produtores rurais com a contratação de 92 mil apólices, garantindo capitais da ordem de R\$ 12,3 bilhões. Para sua consecução foram alocados recursos no montante de R\$ 328,7 milhões

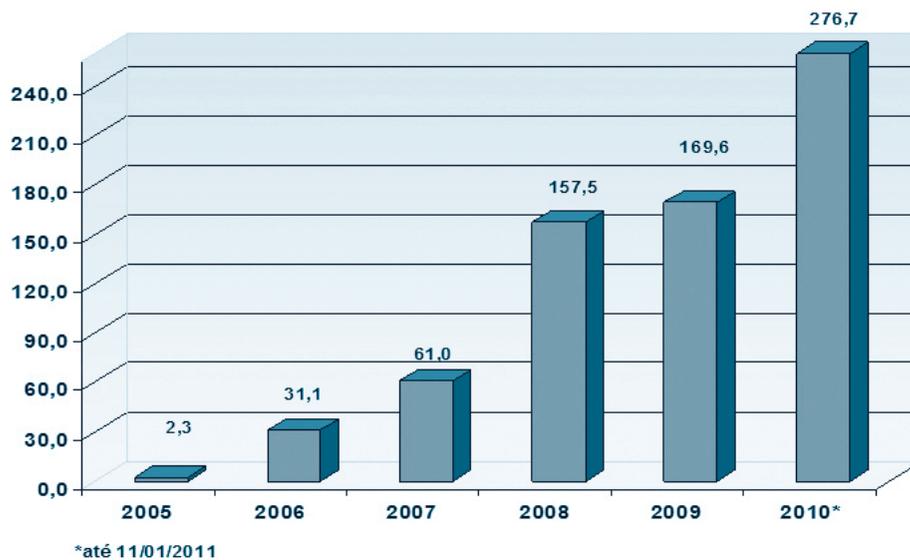
A instituição do Fundo de Catástrofe, autorizado pela Lei Complementar nº 137, de 2010, atendeu a uma antiga reivindicação do setor securitário. A regulamentação permitirá às seguradoras e resseguradoras adquirir cobertura suplementar para suas carteiras de seguro rural, a ser utilizada no pagamento de indenizações decorrentes de eventos climáticos mais severos. A medida proporcionará ampliação da oferta de produtos de seguro rural no mercado, contribuindo para a diminuição do valor dos prêmios.

Para 2011, a perspectiva é manter o benefício para o mesmo número de culturas, utilizando-se idênticos percentuais de subvenção e, se possível, alcançar o mesmo número de beneficiários e capitais garantidos.





Evolução da Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural
2005 a 2010



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
*Até 10/01/2011

c) Defesa Agropecuária

A eficiência da ação governamental na defesa agropecuária tem sido fundamental na manutenção da inocuidade e segurança alimentar da população e nos ganhos de produtividade e competitividade do agronegócio no mercado internacional.

c.1) Ações de Saúde Animal

As ações da área de sanidade animal têm por objetivo proteger a produção nacional, garantir a qualidade sanitária dos produtos brasileiros e assegurar a manutenção e ampliação das exportações de animais vivos e de produtos de origem animal.

Dentre os diversos Programas em execução, destacam-se o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa; o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose; o Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias; o Programa Nacional de Sanidade Avícola; o Programa Nacional de Sanidade Suídea; o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos; o Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos, e o Programa Nacional de Sanidade Apícola.

A febre aftosa não é registrada no País desde abril de 2006. O Brasil conta com o reconhecimento internacional, pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), de zona livre de febre aftosa com e sem vacinação em 16 unidades da Federação e em parte do território de dois outros Estados brasileiros (Amazonas e Pará). As áreas livres de aftosa, compreendidas em aproximadamente 5 milhões km², detêm uma população de aproximadamente 180 milhões de bovinos e 29 milhões de suínos (90% do rebanho nacional). O Governo tem intensificado as campanhas semestrais de vacinação contra a doença, o que permitiu a imunização de aproximadamente 151 milhões de bovinos e bubalinos no primeiro semestre de 2010. A área não reconhecida como livre de febre aftosa – os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e parte do Estado do Pará – classificada nacionalmente como de risco médio prepara-se para pleitear o reconhecimento de área livre da doença, com vacinação.

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal teve um grande avanço com a certificação de





128 propriedades, além de 2.821 estabelecimentos rurais em processo de certificação.

A Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), conhecida como “doença da vaca louca”, continua exótica no Brasil. As medidas de mitigação de risco adotadas no País podem impedir a propagação da doença, na eventualidade de sua ocorrência. Foi pleiteada à OIE a classificação do Brasil como País de “risco negligenciável” para a doença.

Foram intensificadas as ações de controle das doenças na produção avícola, por regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de risco de contaminação pelo vírus da influenza aviária e da doença de *Newcastle*. Ampliou-se também o controle da peste suína clássica, com a manutenção de 50% da área territorial considerada livre da doença, concentrando aproximadamente 54% das propriedades, 81% do rebanho de suíno nacional e 93% das indústrias de produtos derivados de suínos.

Em 2011 será concluído o plano de trabalho com objetivo de erradicar a febre aftosa em todos os Estados das Regiões Norte e Nordeste, tornando o Brasil livre da doença, e será feita a revisão do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA). Nesta área também será buscada a reclassificação da categoria de risco de encefalopatia espongiforme bovina da população bovina do Brasil junto à OIE para “risco insignificante” e o fortalecimento dos serviços veterinários nacionais, capacitando-os para suas funções de proteção do rebanho brasileiro e de certificação sanitária. Na área avícola continuará mantida a ênfase aos processos de prevenção e manutenção do País sem casos da doença de *Newcastle* e livre da gripe aviária de alta patogenicidade.

c.2) Sanidade Vegetal

As ações para controle e erradicação das pragas dos vegetais permitiram a manutenção de diversas áreas livres no País. Algumas ações de controle de pragas merecem destaque:

- Mosca da carambola: manutenção das ações de controle no Estado do Amapá, resultando em contenção da praga. Garantia do status de Livre de *Bactrocera carambolae* das demais 26 unidades federativas, o que resulta na garantia das exportações no agronegócio da fruticultura e na qualidade de produtos no mercado interno. O estabelecimento da praga no Brasil levaria a perdas diretas e indiretas de aproximadamente US\$ 150 milhões anuais no setor da fruticultura;
- Cancro cítrico: continua o apoio à campanha de erradicação, resultando na diminuição do nível de contaminação nas áreas com ocorrência da doença, aumento de produção e continuidade da exportação de frutas frescas para a União Europeia e outras áreas. A medida preserva também produtores de frutas de todo o Brasil, em especial os Estados da Bahia e de Sergipe, que são, depois de São Paulo, os maiores produtores de citros do País;
- Greening: a praga permanece restrita aos Estados de São Paulo e Paraná e aos três focos localizados em Minas Gerais. Intensa campanha de divulgação para erradicação de plantas doentes e utilização de mudas sadias foi realizada;
- Lagarta da macieira: ações nas áreas urbanas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, incluindo a erradicação no Município de Bom Jesus (RS), permitiram praticamente a eliminação da *Cydia pomonella* do País, preservando o agronegócio de maçã, que envolve cerca de 50 mil empregos diretos. A expectativa é a erradicação da praga no País, em 2012;
- Sigatoka negra: manutenção do sistema de manejo de risco, propiciando o acesso de quatorze Estados ao mercado nacional e internacional da banana;
- Mosca das cucurbitáceas: manutenção de áreas livres nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, e de sistema de mitigação de





risco da praga nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo, possibilitando a exportação de cucurbitáceas para os Estados Unidos, Argentina e Uruguai; e

- Mofo azul do tabaco: reconhecimento do Estado da Bahia como área livre do mofo azul, permitindo a exportação de tabaco produzido na Bahia para a China.

A estruturação permanente de barreiras fitossanitárias nos pontos de ingresso de produtos vegetais é de fundamental importância para prevenção da entrada de pragas quarentenárias no País. A introdução de uma nova praga pode acarretar perda de mercado, custos sociais e econômicos, além dos danos ambientais e à saúde humana pela necessidade de uso de agrotóxicos para combater seu avanço no território e danos aos cultivos.

c.3) Qualidade de Insumos e Produtos Agropecuários

A atuação governamental na normatização das boas práticas de produção, nos padrões referentes aos aspectos higiênicos-sanitários, tecnológicos e das avaliações de risco e identificação das características dos produtos têm permitido a disponibilização de alimentos seguros para os mercados interno e externo.

Os sistemas de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal e as fiscalizações de insumos agrícolas e pecuários foram ampliados, alcançando um leque maior de produtos monitorados no mercado interno.

A inspeção de produtos de origem animal teve como atuação relevante as ações de combate à fraude, especialmente em carne de aves, pescado e em leite. No período foram realizadas 1.656 supervisões em estabelecimentos com a coleta de 28.478 amostras para análise, das quais 92% apresentaram índice de conformidade adequado.

A inspeção de produtos de origem vegetal foi intensificada com a regulamentação do Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, o que permitiu maior eficiência nas ações de fiscalização, com maior quantidade de coleta de amostra de produtos para análise, resultando em um índice de conformidade de 72%.

Na área dos insumos pecuários buscou-se a modernização do processo de fiscalização e redução da burocracia do setor, com a desregulamentação do registro de algumas categorias de produtos. Houve intensificação das atividades de controle dos agrotóxicos, com a realização de 26 mil fiscalizações, além do registro de 93 novas marcas no mercado nacional. Ampliaram-se as ações de fiscalização dos produtos destinados à alimentação animal, dos medicamentos e vacinas de uso veterinário e do material genético animal. Além de verificar o atendimento das boas práticas de fabricação, a fiscalização teve como objetivo assegurar a conformidade e inocuidade dos insumos pecuários disponibilizados no comércio, incluindo aqueles de maior importância para a execução dos programas nacionais de controle e erradicação de algumas doenças animais – febre aftosa, brucelose, tuberculose e raiva dos herbívoros, além de diversas doenças aviárias. Ressalta-se também o monitoramento da presença de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da EEB, além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que podem ser incluídas na cadeia alimentar.

Houve continuidade na expansão do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC/Animal) para os estabelecimentos abastecedores do mercado interno controlados pelo Serviço de Inspeção Federal, ampliando a segurança dos produtos comercializados no País. No período foram coletadas aproximadamente 20 mil amostras nos diversos setores produtivos (bovino, aves, suíno, equino, leite, mel, ovos e pescado). Na área vegetal foram ampliadas as atuações com agregação de 25 novos produtos que fazem parte da dieta do consumidor brasileiro, assim como da pauta de produtos destinados ao mercado





internacional. Fazem parte desta ampliação, entre outros, alho, café, feijão, laranja, pimentão, soja e trigo, compondo a lista dos produtos monitorados.

c.4) Sistema Laboratorial e Vigilância Internacional

A rede de laboratórios é composta por seis unidades próprias localizadas em Campinas (SP), Pedro Leopoldo (MG), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Belém (PA) e Goiânia (GO), além da rede credenciada constituída por entidades públicas e privadas. Em 2010 foram realizadas 24,7 milhões de análises laboratoriais de produtos de origem animal e vegetal.

A vigilância agropecuária internacional tem fortalecido suas ações de fiscalização do trânsito internacional, em portos, aeroportos e fronteiras, com a modernização dos procedimentos de acompanhamento das importações e exportações de animais vivos, produtos de origem animal e vegetal e insumos agropecuários, com objetivo de prevenir o ingresso de pragas vegetais e agentes etiológicos de doenças. Ressalta-se, ainda, a implementação do Sistema de Informações Gerenciais da Vigilância Agropecuária Internacional (SIGVIG), cujo objetivo é informatizar os procedimentos técnicos e operacionais, permitindo maior agilidade no tratamento das importações e exportações de insumos e produtos agropecuários.

c.5) Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia

Um esforço importante da defesa agropecuária está relacionado à geração de tecnologias e novas metodologias de controle sanitário, fitossanitário e de verificação de conformidades em insumos agropecuários e na certificação zoofitossanitária

Neste contexto, foi firmada parceria do MAPA com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o objetivo de aprimorar as ações de defesa agropecuária, nas áreas de saúde animal, sanidade vegetal, qualidade e inocuidade de produtos de origem animal e vegetal e dos insumos agropecuários. Até 2011 serão transferidos cerca de R\$ 105 milhões para o CNPq, dos quais já foram aportados R\$ 68,8 milhões para o apoio a 374 projetos, que proporcionarão maior suporte técnico e científico à defesa agropecuária no Brasil. A parceria visa a incentivar a participação da comunidade científica em temas de interesse do agronegócio, assim como aproximar as universidades e institutos de pesquisa dos reais desafios para o crescimento sustentável da agricultura e da pecuária brasileiras.

d) Fomento e Organização da Produção

Os sistemas de produção sustentável foram fortalecidos com ênfase na expansão do sistema integrado de produção agropecuária e na recuperação das áreas degradadas.

Houve avanço no apoio à utilização de práticas e sistemas conservacionistas de produção, tais como o Plantio Florestal Comercial, o Plantio Direto na Palha (PD), a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), a Recuperação de Áreas Produtivas Degradadas, a Produção Orgânica, o Sistema Agropecuário de Produção Integrada, entre outros.

O programa de Produção Integrada (PI-Brasil) encontra-se implantado em 15 Estados, com 32 projetos-piloto e contemplando 31 cadeias produtivas. Estão sendo implantados 16 novos projetos de produção integrada em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que abrangerão as cadeias produtivas da cana-de-açúcar, milho, hortaliças folhosas, entre outras, com o propósito de elevar os padrões de qualidade e competitividade dos produtos. Em 2011 serão mantidos os projetos vigentes e implementados cinco novos projetos abrangendo diferentes cadeias produtivas.





As atividades voltadas à agroecologia e sistemas orgânicos de produção – definidas no Decreto nº 6.913, de 23 de julho de 2009, que estabelece os procedimentos para o registro dos produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica – pautaram-se na priorização do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e controle social em venda direta.

Na área de proteção de cultivares foram reconhecidas 183 novas variedades de plantas, totalizando 1.665 cultivares protegidas por direito de propriedade intelectual no País, atraindo novos investimentos para o setor.

O MAPA apoiou o reconhecimento de produtos notórios do agronegócio como Indicação Geográfica, com o desenvolvimento de 44 projetos de fomento em 20 Estados. Foram desenvolvidos trabalhos de organização e capacitação direta da base de produtores, delimitação de áreas geográficas, elaboração de regulamentos de uso, orientação sobre sanidade e qualidade dos produtos, além da organização de estratégias de controle pós-registro dos produtos com Indicação Geográfica.

Em 2011 as ações serão ampliadas, passando a fomentar outros sinais distintivos para os produtos agropecuários, como as Marcas Coletivas e as Marcas de Certificação, além de Indicações Geográficas, com consequente ampliação do rol de produtos a serem trabalhados.

e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio

e.1) Negociações Internacionais Bilaterais e Multilaterais

Após resolução da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2009, que penalizou os Estados Unidos pelo subsídio ao algodão, as negociações bilaterais permitiram chegar a bom termo, com a obrigatoriedade de os EUA, até a aprovação da nova lei agrícola americana (*Farm Bill* 2012), transferir US\$ 147 milhões por ano para um fundo direcionado ao setor cotonicultor brasileiro. Para geri-lo foi criado o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), cujo Conselho Gestor é composto por membros do Governo e do setor privado.

No que se refere às negociações de temas sanitários e fitossanitários, destacam-se os resultados obtidos nas negociações com Turquia, África do Sul, São Vicente e Granadinas, Marrocos, Chile, México, Peru, Índia, Azerbaijão, Malásia, China, Honduras, EUA, Argentina, Egito, Bielorrússia, Uruguai, Croácia, Argélia, Omã e Paraguai, que resultaram na ampliação do acesso a mercados para produtos agropecuários brasileiros, tais como as carnes bovina, suína e de aves *in natura*, com ou sem osso, carnes termoprocessadas, produtos lácteos, animais vivos, material genético, mel e gelatina.

Como fato relevante em 2010, ressalta-se a publicação do Regulamento Final, pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, que possibilitará as exportações de suínos e ruminantes vivos e de produtos e subprodutos de origem suína, bovina e ovina, oriundos do Estado de Santa Catarina.

As negociações com o Egito permitiram a assinatura de acordo que isentou de tarifas alfandegárias 95% das exportações brasileiras àquele país e 99% das importações efetuadas pelo Brasil. Semelhante acordo está sendo negociado com a Jordânia.

e.2) Promoção Comercial do Agronegócio

No ano de 2010 foi mantida a estratégia de promover as exportações via diversificação de mercados. Foram realizadas ações comerciais nos Emirados Árabes Unidos, Cingapura, Taiwan, África do Sul, Arábia Saudita, Estados Unidos, França, Chile, China, Espanha, Argélia e Egito.

Para 2011, o calendário preliminar de ações de promoção internacional do agronegócio prevê trabalhos nos seguintes merca-





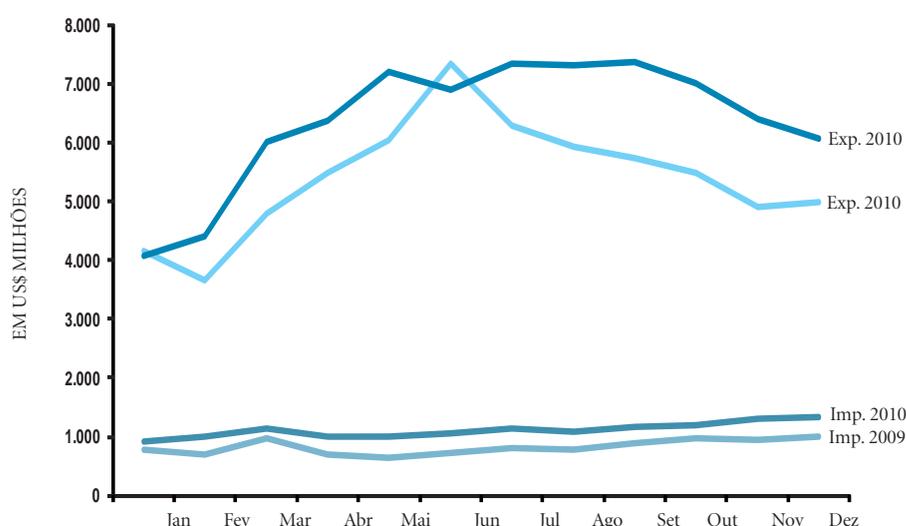
dos: Japão, Taiwan, Rússia, China, África do Sul, Estados Unidos, Alemanha, França, Bélgica e Emirados Árabes Unidos, sendo prioritárias ações de imagem que agreguem valor aos produtos brasileiros em mercados de referência como Europa, EUA e Japão.

e.3) Designação dos Adidos Agrícolas

Em 2009 foi autorizada a criação do cargo de adido agrícola. Após a seleção foram designados, em março de 2010, por ato do Presidente da República, oito adidos que iniciaram suas atividades nas embaixadas brasileiras da Argentina, Estados Unidos, África do Sul, China, Rússia e Japão, além da Delegação do Brasil junto à OMC e Missão do Brasil junto à União Europeia. Espera-se que a presença dos adidos junto às missões diplomáticas brasileiras possa agregar informações técnicas especializadas, quando das negociações internacionais.

e.4) Desempenho Exportador do Agronegócio

Balança Comercial do Agronegócio
Evolução Mensal das Exportações e Importações 2009 e 2010



Fonte: AgroStat Brasil a partir dos dados da SECEX/MDIC
Elaboração: MAPA/SRI/DPI

Em 2010, as exportações do agronegócio cresceram 18% em relação a 2009, totalizando US\$ 76,4 bilhões, representando 37,9% da totalidade das exportações brasileiras. A expansão resultou de aumento de 14,6% nos preços e 3,4% no *quantum*. As importações apresentaram crescimento de 35,2%, totalizando US\$ 13,39 bilhões em 2010. O superávit da balança comercial do agronegócio alcançou US\$ 63,05 bilhões, contribuindo significativamente para a manutenção do superávit da balança comercial do País que totalizou US\$ 20,32 bilhões.

No que se refere aos mercados de destino das exportações do agronegócio, os destaques em 2010 são a consolidação da Ásia como principal destino e o crescimento das exportações para Europa Oriental e para os países da ALADI. A Ásia, com crescimento de 16,8%, manteve a posição de principal mercado de destino das exportações do setor, sendo responsável por 30,1% das exportações totais. A União Europeia, cuja taxa de participação diminuiu de 29,3% para 26,7%, manteve-se na posição de segundo mercado de destino. As exportações para o bloco apresentaram crescimento de 7,5%. O incremento de 31,3% das exportações para o Oriente Médio manteve esse bloco como o terceiro mercado de destino das exportações do setor, com aumento da participação de 9% em





2009 para 10% em 2010. O NAFTA manteve-se na quarta posição com participação de 8,5%. Deve-se ressaltar também o crescimento de 36,5% das exportações para a Europa Oriental, que absorveu 6,9% das exportações do agronegócio e crescimento de 36,5%. As exportações para os países da ALADI (exclusive Mercosul) e Mercosul aumentaram 37,1% e 31,2%, respectivamente.

Devido ao crescimento das exportações (23,4%), a China ampliou a sua participação e se consolidou na primeira posição do ranking de mercados de destino das exportações do agronegócio brasileiro (14,4% do total exportado), seguida pelos Países Baixos (7,1%) e Estados Unidos (7,1%). As vendas externas para a Rússia, principal mercado destino das exportações brasileiras de carnes e açúcar, apresentaram crescimento de 45,9%. Destaca-se também o incremento das exportações para o Irã (86%); Egito (70,1%); e Venezuela (36,2%).

f) Pesquisa Agropecuária

O sucesso alcançado pela agricultura brasileira tem como um dos pilares a geração de conhecimentos e tecnologias, onde se destacam práticas adequadas de correção e adubação dos solos, aliada ao desenvolvimento de variedades tropicais de culturas, que permitiram incorporar à produção nacional milhões de hectares de terras na fronteira agrícola, antes tidas como improdutivas. Na mesma direção, variedades de pastagens melhoradas e progressos na genética animal aumentaram substancialmente as taxas de lotação de gado nas fazendas e melhoraram a qualidade da carne. Os ganhos de produtividade têm reduzido consistentemente o peso relativo do custo da cesta básica no orçamento familiar.

Para que a agricultura brasileira possa responder aos desafios relacionados à crescente demanda por alimentos, com preservação ambiental e com medidas de mitigação e adaptação aos impactos das mudanças climáticas, necessita contar com crescente oferta de tecnologias.

Com efeito, a pesquisa agropecuária mantém uma carteira de aproximadamente 1.300 projetos de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia e desenvolvimento institucional, concluídos ou em execução, dos quais destacam-se os seguintes resultados:

- Desenvolvimento de um inoculante (biofertilizante) para a cultura do milho, que foi testado durante três anos consecutivos com bons resultados em diferentes regiões brasileiras;
- Lançamento de cultivares de milho para as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste e o Estado do Paraná (norte, noroeste e oeste do Estado): i) BRS 3025 – para lavouras de médio e alto investimento; ii) BRS Caimbé – recomendada para o plantio na safra e na safrinha, preferencialmente para agricultura familiar; iii) BRS 4103 – bom potencial de produção, desenvolvida preferencialmente para a agricultura familiar. iv) BRS 1060 – híbrido simples de milho com resistência às principais doenças e nematóides que atacam a cultura, para plantios em safra e safrinha, sem restrição de altitude; e v) BRS 3040 – atende às necessidades dos agricultores que empregam alta ou média tecnologia na produção de milho e tem moderada resistência a algumas doenças;
- Três cultivares de feijão: BRS 9435 Cometa, BRS Estilo (grupo do feijão carioca) e BRS Esplendor (grupo do feijão preto, tendo como principais características o alto potencial produtivo e a arquitetura de planta ereta, o que proporciona colheita direta com colhedoras automotrizes);
- Modelagem do Sequestro de Carbono em Sistema Integração Lavoura-Pecuária; e
- Nova variedade de pimenta picante, a BRS Seriema, pertencente ao grupo varietal popularmente conhecido como “bode”. É indicada para processamento em forma de conservas e para consumo in natura.





No âmbito do Plano de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa (PAC Embrapa), deu-se continuidade à implantação dos cinco novos centros de pesquisa no País, sendo três desses destinados a ampliar e fortalecer a PD&I agropecuária nos Estados do Mato Grosso, Maranhão e Tocantins, e outros dois em Brasília, um para atuar em agroenergia e outro voltado ao desenvolvimento de estudos estratégicos e capacitação. Foram fortalecidas as equipes no exterior e expandida a presença internacional da Embrapa com a criação de Laboratórios Virtuais (Labex) no Reino Unido e na Coreia. No âmbito das parcerias para transferência de tecnologias destacam-se os escritórios de negócios e projetos em Moçambique, Mali, Senegal, Venezuela e mais recentemente Panamá, com a missão de transferir tecnologias e prospectar negócios. Ainda com recursos oriundos do PAC foram incorporados ao programa de P&D projetos em 15 temas estratégicos como: aquicultura, eficiência no uso de insumos agrícolas, defesa animal e vegetal, compostos poliméricos, agregação de valor aos produtos de sistemas naturais, entre outros. No componente de inovação dos sistemas de produção, as ações de TT contemplaram novas cultivares biofortificadas de feijão, cenoura e mandioca, manejo e controle da qualidade da água em regiões áridas, zoneamentos agroclimáticos, sistemas agroecológicos, boas práticas agrícolas e ações para mitigação das atividades antrópicas nas diferentes regiões agrícolas e de extrativismo.

Os avanços tecnológicos refletidos por incubação de empresas e o lançamento de cultivares e licenciamento de patentes também são resultados dos recursos investidos nessa fase.

A infraestrutura ampliada ou revitalizada atingiu a área de 614.900 m² (período 2008-2010), com destaque para projetos de adequação de laboratórios a normas internacionais de qualidade e a adequação de instalações à legislação ambiental. Nesta linha de reconstituição e fortalecimento, 17 Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs) vêm recebendo recursos para investimento reconstituindo a capacidade operativa do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

Deverá ser mantido, em 2011, o atual nível de investimento em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento de tecnologias agrícolas visando ao incremento de sua base tecnológica, a qual contribui diretamente para o avanço da agricultura tropical, bem como o crescimento de suas taxas de produtividade e de sustentabilidade ambiental, atendendo assim às demandas da sociedade para o desenvolvimento do País.

Neste contexto, assumirão prioridade, entre outros temas: i) as pesquisas com recursos genéticos vegetais para aproveitamento sustentado da biodiversidade tropical; ii) o aperfeiçoamento de tecnologias para mitigação do efeito da alteração do clima, a exemplo de recuperação de pastagens, integração lavoura-pecuária-floresta, incentivo ao plantio direto e fixação biológica de nitrogênio em leguminosas e, sobretudo, o desenvolvimento de novas variedades de arroz, feijão, milho, soja e café capazes de suportar temperaturas mais altas que as atuais; iii) ampliação de tecnologias de fixação biológica de nitrogênio para gramíneas como milho, trigo, cana-de-açúcar e pastagens, nos próximos anos; e iv) desenvolvimento de energia oriunda da biomassa a partir da biodiversidade nativa ou adaptada ao País.

Dar-se-á continuidade à organização do conhecimento disponível para ordenamento da produção e uso dos recursos naturais visando a sua conservação, como é o caso dos zoneamentos ecológico-econômicos em territórios de risco ambiental e dos zoneamentos agroecológicos de cultivos importantes, como a cana-de-açúcar.

Serão mantidas as ações vinculadas ao PAC Embrapa, para finalização das metas e compromissos assumidos, destacando-se: a conclusão dos três novos centros (MT, TO e MA); conclusão da revitalização e Boas Práticas de Laboratórios; continuidade a projetos de P&D, ações de Transferência de Tecnologia, metas de inovação institucional e capacitação; e a conclusão dos planos de reestruturação da infraestrutura, já pactuados, das OEPAs.

No âmbito da atividade de Transferência de Tecnologia, a pesquisa agropecuária tem atuado fortemente de modo a garantir a





disponibilização de conhecimento e tecnologias geradas a importantes programas de Governo. Um destes é o Programa Mais Alimentos, onde as atividades de articulação e gestão de ações têm sido trabalhadas em conjunto com as (OEPAs e Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers).

g) Agroenergia

O etanol, por ser combustível sujeito à sazonalidade da produção e estratégico sob o ponto de vista do abastecimento nacional, depende de políticas públicas no sentido de garantir a regularidade do suprimento e a estabilidade de preços. Desta forma, há necessidade de gerenciamento dos estoques, especialmente porque muitas unidades industriais são mistas (açúcar e álcool) e, em função de preços, podem priorizar a produção de açúcar, colocando em risco o abastecimento de etanol combustível durante as entressafras.

Houve continuidade, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do acompanhamento brasileiro da safra de cana-de-açúcar, realizado nas regiões produtoras do País, por meio de visitas de técnicos em praticamente todas as usinas. Merece destaque a continuidade do projeto de pesquisa desenvolvido pela Embrapa, denominado Desenvolvimento de Eventos Elite da Cana GM Tolerantes ao Estresse Hídrico e Resistentes à Broca Gigante, que tem por objetivo a obtenção de cultivares de cana-de-açúcar GM tolerantes à seca e resistentes à broca gigante.

Atualmente o setor sucroenergético conta com 440 usinas que produzirão, na safra 2010/11, 28,4 bilhões de litros de etanol e 38 milhões de toneladas de açúcar, um crescimento da produção de 10% e 15%, respectivamente. Foi mantida a política de estocagem de etanol, que é um importante instrumento de regulação desse combustível renovável, além de evitar oscilações bruscas nos preços aos consumidores. Para a implementação desta política, os créditos disponibilizados foram ampliados para R\$ 2,4 bilhões e os juros reduzidos para 9% ao ano.

Em 2011 será dada continuidade ao programa de financiamento para estocagem de etanol combustível. Também será realizada a III Edição da Semana do Etanol (*Ethanol Week*), evento voltado às lideranças internacionais, cujos países têm vocação para produção de etanol. Serão também mantidos os projetos de pesquisa em desenvolvimento pela Embrapa com vistas à melhoria genética da cana-de-açúcar.

O setor de biodiesel obteve apoio nas ações de difusão de conhecimento e tecnologia na produção de oleaginosas, tais como: o II Circuito Nacional de Dias de Campo sobre a espécie do Pinhão-Manso; a realização do IV Congresso Brasileiro de Mamona e o 1º Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas; e a realização do II RSPO *Latin America Conference*, com a participação de todos os membros da *Roundtable On Sustainable Palm Oil* (RSPO) quando foram abordados os critérios internacionais de sustentabilidade para que a produção de óleo de palma ocorra dentro de parâmetros pré-estabelecidos para certificação. Destaca-se também o apoio da Embrapa Cerrados para a avaliação agrônômica, econômica e estabelecimento de parâmetros de manejo de água na irrigação de dendezeiros cultivados em áreas do Estado do Tocantins e do Distrito Federal.

A Embrapa Agroenergia implantou cinco unidades de observação de pinhão manso nos Estados de ES, PI, TO, MS e SP, onde serão analisados os diferentes sistemas de cultivo, materiais genéticos e arranjos para a produção de biodiesel que irão contribuir para a definição de um sistema sustentável e identificar variedades de alta produtividade adaptadas às diversas regiões do País. Houve o lançamento do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo, com o objetivo de expandir a produção de modo social e ambientalmente sustentável. Também foi instituída a Câmara Setorial da Palma de Óleo, que tem como foco buscar soluções para que a produção de óleo de palma ocorra dentro de parâmetros pré-estabelecidos para certificação. Neste contexto, o suporte de PD&I à cadeia produtiva do biodiesel é fundamental para a sua consolidação, por ser o Brasil um dos principais produtores mundiais desse combustível de fontes renováveis e que utiliza, desde janeiro de 2010, a mistura obrigatória de 5% (B5).





3. Turismo

No ano de 2010, o setor do turismo continuou crescendo, dando sequência ao movimento ascendente que vem se estendendo desde o ano de 2003. O mercado interno está aquecido e com perspectivas de crescer ainda mais, a partir da ampliação da base de viajantes, alavancado pela entrada da classe C no mercado de consumo.

Um dos principais indicadores desse resultado é a evolução no número de desembarques nacionais de passageiros. Em 2010, os desembarques de passageiros em voos domésticos tiveram crescimento de 20,82% em relação ao registrado em 2009, quando totalizaram 56 milhões. O acumulado no ano passado foi de 67,6 milhões, representando um recorde na série histórica, iniciada em 1993, conforme comprovam os dados da Infraero. Todos os meses de 2010 foram melhores do que os de 2009. Em dezembro, foram 6,4 milhões de desembarques, recorde mensal da série histórica, representando um aumento de 20,83% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Os desembarques internacionais também apresentaram aumento recorde em 2010. A movimentação chegou a 7,8 milhões, sendo 20,9% superior aos 6,5 milhões de desembarques verificados em 2009. No mês de dezembro, o número de desembarques foi de 689.800, o que representa um crescimento de 16,23% em relação ao mesmo período de 2009.

Outro dado importante é a evolução do gasto do turista estrangeiro no Brasil. De acordo com dados divulgados pelo Banco Central, o ano de 2010 registrou a entrada recorde de dólares no Brasil por meio de gastos de turistas estrangeiros: US\$ 5,919 bilhões em divisas. O valor é 11,58% superior ao registrado em 2009. Em dezembro, com o ingresso de US\$ 607 milhões, a variação foi de 17,64% em relação ao mesmo mês de 2009, quando entraram US\$ 516 milhões em gastos de estrangeiros. O resultado da entrada de US\$ 5,919 bilhões em divisas por meio do turismo internacional rende a 2010 o recorde histórico da série iniciada em 1974. O cálculo do Banco Central inclui trocas cambiais oficiais e gastos em cartões de crédito internacionais.

Desde a confirmação do Brasil como país-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, o planejamento turístico para a realização da competição tornou-se ainda mais fundamental. Um evento de tamanha magnitude é uma oportunidade para que o País se transforme em uma vitrine para o mundo e representa significativo salto potencial no desenvolvimento dessa atividade e da infraestrutura urbana.

Assim, visando à preparação do País para a Copa de 2014, um conjunto de ações foi desenvolvido ainda em 2010: encontros com entidades parceiras do Programa Bem Receber Copa (projetos de qualificação profissional); ações promocionais; ações de prevenção à exploração sexual nas cidades-sede; e atividades da Câmara Temática Nacional de Desenvolvimento Turístico, que se insere no Grupo Gestor da Copa, composto por 20 ministérios, procurando identificar as ações e intervenções necessárias nos atrativos turísticos das cidades-sede. As próximas etapas dessas iniciativas estão previstas para os anos de 2011 a 2014.

No que concerne à infraestrutura regional, os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) vêm expandindo ações para todas as regiões do País. Atualmente o programa conta com a adesão de 20 Estados e 12 Municípios, alcançando valores superiores a US\$ 931 milhões em propostas de financiamento aprovadas pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) – e outros US\$ 723 milhões aguardando aprovação. A atuação do programa tende a se intensificar a partir de 2011, uma vez que será iniciada a operacionalização do contrato de empréstimo firmado junto ao BID para a execução do Programa Apoio ao Prodetur Nacional.

a) Planejamento e Gestão da Política Nacional de Turismo e Normatização

Em seu último ano de vigência, o Plano Nacional do Turismo – PNT 2007/2010: Uma Viagem de Inclusão – contribuiu para a expansão e o fortalecimento do mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo. Além disso, consolidou o Brasil, internacionalmente, como destino turístico competitivo. Em 2010 foi elaborado o documento referencial “Turismo no Brasil 2011-2014”, que servirá de base para a próxima edição do PNT (2011-2014).





Com relação à gestão compartilhada do turismo no País, o Governo vem desenvolvendo uma ação permanente de fortalecimento dos Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo e de suas Câmaras Temáticas, objetivando ampliar o processo de discussão, reflexão e avaliação da política nacional de turismo, de forma integrada, no âmbito nacional e estadual, nas regiões turísticas e nos Municípios, articulando o poder público e a iniciativa privada.

Um marco a ser relacionado em 2010 foi a elaboração de nova metodologia de classificação hoteleira no País. O modelo prevê sete tipos de meios de hospedagem – hotel, pousada, hotel fazenda, hotel histórico, cama & café, flat/apart-hotel e resort. O sistema foi construído com base na análise da experiência de 24 países e nas discussões promovidas, de forma participativa, em oficinas que contaram com a presença de empresários do setor, acadêmicos, membros da sociedade civil, além de técnicos do Governo. Os meios de hospedagem classificados serão identificados por estrelas e deverão atender a itens mandatários (obrigatórios) ou eletivos (flexíveis). Espera-se que o novo sistema seja um importante instrumento de comunicação aos usuários, sobre a qualidade dos empreendimentos hoteleiros brasileiros.

b) Infraestrutura Turística

Em 2010 foram apoiados projetos no valor de R\$ 1,3 bilhão em infraestrutura turística. Os recursos foram aplicados na implantação, melhoria e recuperação da infraestrutura de mais de 1.900 Municípios, com ações direcionadas à reurbanização de orlas marítimas e fluviais, à melhoria da acessibilidade e da sinalização turística, à recuperação de mercados e feiras, museus, casas de cultura, centros de artesanato, convenções e eventos e centros de informações turísticas, bem como na instalação de escolas de qualificação destinadas a profissionais dos setores de hotelaria e gastronomia. Dos projetos apoiados, destacam-se os seguintes que se encontram em implantação: i) duplicação da Rodovia SC-401 em Florianópolis; ii) construção da 3ª Etapa da ponte Estância-Indiaroba (SE); e iii) urbanização e intervenção viária da Orla de Cruz das Almas – Jacarecica (AL).

No tocante à participação de Estados e Municípios no Prodetur Nacional, os Estado de Pernambuco e do Ceará firmaram suas propostas de financiamento em 2010. Os Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte e o Município de Fortaleza finalizaram seus processos de preparação e devem assinar seus respectivos contratos no início de 2011. Esses novos recursos representarão avanço nos investimentos realizados no âmbito do Prodetur Nacional para o fomento da atividade turística nas áreas turísticas priorizadas, uma vez que complementarão os investimentos já alocados pelo Governo.

c) Captação de Financiamentos e Promoção de Investimentos

Em 2010, as ações de fomento a projetos turísticos da iniciativa privada convergiram para a ampliação de recursos e linhas de crédito e para a melhoria do acesso a financiamentos na captação de investimentos internos e externos.

Os resultados obtidos no período podem ser medidos pelo expressivo volume de recursos destinados às empresas da cadeia produtiva do turismo, em operações de crédito, no total de R\$ 6,5 bilhões. Os desembolsos dos agentes financeiros federais às atividades turísticas resultaram em um incremento de 16,4% em relação ao montante desembolsado no em 2009.

No que se refere à promoção de investimentos no turismo, as ações desenvolvidas permitiram identificar 328 projetos em curso no País, relativamente a obras para reforma, ampliação, modernização ou implantação de empreendimentos hoteleiros em todo o território nacional. Tais investimentos projetam a inclusão de 75,1 mil novas unidades habitacionais na capacidade hospedeira do País, com previsão de geração de 151,6 mil novos empregos ligados ao turismo de 2010 a 2016. Estima-se que o total de investimentos privados alcance a soma de R\$ 18,5 bilhões, correspondentes a projetos de meios de hospedagem previstos para serem executados e instalados no mesmo período de 2010 a 2016.





Para 2011, o foco das ações na área de fomento à iniciativa privada do turismo convergirá para os preparativos da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com vistas ao cumprimento dos cadernos de encargos da FIFA e do Comitê Olímpico Internacional (COI). O plano de trabalho concentrará esforços na ampliação de recursos públicos e privados para implantação, expansão e modernização de empreendimentos do turismo brasileiro. As ações deverão priorizar a oferta de financiamento para o setor produtivo e a promoção de investimentos em instalações do receptivo turístico ou seja, hospedagem, alimentação e entretenimento.

d) Regionalização e Ordenamento Turístico

A estratégia de regionalização do turismo tem como um de seus objetivos o mapeamento de regiões turísticas no País, por meio do trabalho articulado com os órgãos e fóruns estaduais de turismo, além da seleção de roteiros e destinos prioritários que apresentem condições de serem trabalhados para adquirirem um padrão de qualidade internacional. Nesse contexto, várias ações tiveram continuidade em 2010, dentre as quais: criação ou fortalecimento das instâncias de governança das regiões; inventário da oferta turística; fortalecimento e consolidação de arranjos produtivos para pequenos empreendedores locais; e capacitação dos gestores locais, entre outros.

Um insumo fundamental para a gestão da regionalização é o Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico. O estudo permite estabelecer um método criterioso de análise e mensuração de resultados que são utilizados para levantar, de forma participativa, as reais necessidades dos destinos, para planejar ações e investimentos e para monitorar, ano a ano, os resultados obtidos.

Em 2010, foi desenvolvida a 3ª edição do estudo. Os resultados, apresentados em dezembro, permitirão uma análise comparativa da evolução do desenvolvimento turístico dos 65 destinos, em 13 dimensões: infraestrutura geral; acesso; serviços e equipamentos turísticos; marketing; política pública; cooperação regional; monitoramento; economia local; capacidade empresarial; e aspectos sociais, econômicos e culturais.

As regiões, roteiros e destinos desenvolvidos pelo Macroprograma de Regionalização do Turismo são apresentados anualmente no Salão Brasileiro do Turismo – Roteiros do Brasil.

Em 2010, o Salão do Turismo, em sua 5ª edição, se consolidou como o maior evento de turismo da América Latina voltado para o público final. Entre os principais resultados, destacam-se: recepção de 109,2 mil visitantes; apresentação de 295 roteiros, sendo 20 inéditos, em 119 regiões turísticas, envolvendo 695 Municípios; R\$ 7,9 milhões vendidos, na área de comercialização, em produtos e serviços turísticos, nos cinco dias do evento, reunindo 350 expositores e cooperados; R\$ 238,4 mil em produtos comercializados no mercado da agricultura familiar; negócios com expectativa para os próximos 12 meses de R\$ 36,3 milhões, envolvendo 111 fornecedores e 32 operadores; e R\$ 6,6 milhões gerados em mídia espontânea do evento, em razão das ações programadas. Em 2011, a 6ª edição do Salão está prevista para acontecer novamente em São Paulo.

e) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro

Desde 2003, o Governo tem incrementado o financiamento a campanhas publicitárias e educativas, bem como a elaboração de instrumentos promocionais que divulguem os destinos turísticos brasileiros e incentivem cada vez mais pessoas a viajar pelo Brasil.

As principais campanhas veiculadas em 2010 foram: “Se você é brasileiro, está na hora de conhecer o Brasil”; campanha de incentivo ao turismo interno nos aeroportos brasileiros; campanha “Viaja Mais - Melhor Idade”; campanha de divulgação do 5º Salão





do Turismo – além do fomento ao turismo interno por meio de redes sociais na Internet. Este conjunto de ações promocionais e de estruturação dos produtos e destinos turísticos tem contribuído efetivamente para o dinamismo do turismo interno.

Instrumento importante de articulação com a iniciativa privada, o Programa Viaja Mais – Melhor Idade visa a promover a inclusão de idosos, aposentados e pensionistas, proporcionando-lhes oportunidades de viajar e usufruir os benefícios da atividade turística. Além de passagens aéreas com desconto, o Viaja Mais - Melhor Idade oferece, durante a baixa ocupação, desconto de 50% nas diárias de mais de dois mil meios de hospedagem em todo o País. Por meio do programa são oferecidos, ainda, pacotes personalizados para o público da melhor idade.

Ainda no que diz respeito ao apoio à comercialização, o Projeto Caravana Brasil Nacional tem como principal objetivo incentivar a comercialização de novos produtos turísticos brasileiros no mercado nacional. Outra ação importante em 2010 foi o Caminhão Destino Brasil, um veículo de 13,5 metros que levou aos empresários dos destinos por onde passou informações sobre as vantagens e a importância de ser um prestador de serviços turísticos cadastrado no sistema Cadastur, além de apresentar aos brasileiros nossos principais destinos turísticos e promover o hábito de viajar dentro do País. Em 2010, o caminhão percorreu 18 cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio de Janeiro, e durante quatro meses 765 empresários do setor e 33.235 pessoas visitaram o projeto.

Para 2011, além de intensificar as campanhas acima mencionadas, o Ministério do Turismo pretende dar continuidade aos projetos de apoio à comercialização junto ao *trade* turístico, proporcionando maior articulação e mais instrumentos de incentivo e promoção ao turismo nacional.

f) Promoção Internacional do Turismo Brasileiro

O Plano Aquarela, que contempla a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, é o ponto mais alto do planejamento do marketing turístico internacional até 2020. Ao final da Copa na África do Sul, buscou-se potencializar, para o turismo, o grande efeito de exposição que o País terá nesse período. Tanto a nova campanha publicitária que foi lançada como as ações promocionais visaram a tornar o País mais conhecido como destino turístico, fortalecer sua imagem e ampliar o número e o gasto de visitantes internacionais.

A primeira grande ação foi a Casa Brasil – *Brazil Sensational Experience*, que funcionou de 15 de junho a 11 de julho de 2010 em Joanesburgo, onde foi criado o túnel sensorial que recepcionou os visitantes, chamado de “Brasil de Norte a Sul”. Um corredor de sensações mostrou a diversidade de imagens, sons, cultura e natureza do Brasil das diversas regiões. Vinte metros, divididos em cinco grandes telas contínuas, proporcionaram uma viagem por imagens da geografia e cultura do País, com mapas que localizam as regiões, hábitos culturais, pessoas e seus tipos físicos diversos, a natureza e sua biodiversidade. Da parede oposta ao grande filme saíam diversos sons que mostravam a diversidade da música, de sons da natureza e dos sotaques brasileiros.

A ideia foi atingir três públicos com ações concentradas em Joanesburgo: o público da Copa (turistas internacionais em viagem para a África do Sul, que são potenciais turistas para o Brasil em 2014), a imprensa internacional e os formadores de opinião (grupos de incentivo levados por grandes empresas, os patrocinadores, operadores internacionais de turismo). Adicionalmente, foram realizadas ações promocionais de rua. Uma agência de notícias produziu conteúdo para a imprensa internacional durante a Copa da África, e uma nova campanha promocional foi lançada ao final dos jogos da Copa de 2010.

As ações promocionais com os turistas da Copa circularam por Joanesburgo no *Sensational Bus*, que parava em pontos determinados para fazer apresentações de música, dança, jogos interativos e *quizes* com distribuição de brindes.





Uma agência de notícias funcionou durante a Copa na África do Sul para fornecer conteúdo editorial, imagens e vídeos sobre o Brasil para a imprensa internacional. Televisões e jornais de todo o mundo repercutiram o sucesso da Casa Brasil - *Brazil Sensational Experience*, em Joanesburgo, onde mais de 200 jornalistas de 18 países participaram da sua inauguração.

No final da Copa foi lançada a nova campanha publicitária de promoção turística internacional, intitulada “O Brasil te chama. Celebre a vida aqui”. São filmes, peças gráficas e ações em mídias sociais que convidam o mundo a visitar o País, aproveitando a exposição do Brasil como sede de grandes eventos esportivos mundiais. O objetivo foi e continua sendo emocionar, impactar e motivar pessoas a realizar suas viagens, de lazer ou de negócios, no Brasil.

A campanha é um grande avanço no posicionamento global do Brasil enquanto destino turístico. Pretendeu-se levar ao mundo o que o Brasil tem de melhor para oferecer ao turista, como sua diversidade, sua modernidade e, principalmente, a alegria e o estilo de vida do povo brasileiro. O investimento alcançou, aproximadamente, US\$ 30 milhões em ações que envolvem publicidade em TVs, jornais, revistas e catálogos internacionais de operadores turísticos, ações de relações públicas com a imprensa internacional, mídia na Internet e mídias sociais, painéis em aeroportos e outdoors em 15 países, publicações e material promocional sobre as 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, aplicativos para telefone celular e promoção em eventos turísticos em cerca de 30 países.

O Brasil registrou um significativo aumento no número de eventos internacionais realizados em 2009 e, pelo quarto ano consecutivo, se consolidou entre os dez países que lideram o ranking da *International Congress and Convention Association* (ICCA), ocupando a 7ª posição. Com 39 eventos a mais do que no ano anterior, foram 293 eventos internacionais sediados no País em 2010. É o primeiro e único país latino-americano a ocupar essa posição.

De acordo com dados consolidados pelo estudo da ICCA, a participação do Brasil em eventos cresceu 15,4%, enquanto a média mundial foi de 10,8%. Além disso, tem sido registrada forte descentralização na realização de eventos. Em 2009, 48 cidades brasileiras realizaram eventos internacionais, contra 45 em 2008. Em 2003, quando começou o programa de captação de eventos internacionais, o País ocupava a 19ª posição no ranking da ICCA e 22 cidades sediaram eventos internacionais.

g) Qualificação e Certificação em Turismo

A qualificação de profissionais da cadeia produtiva do turismo consiste em um dos focos de atuação do Governo para promover a qualidade e a competitividade do produto turístico brasileiro. Em 2010, o Governo desenhou o Programa Bem Receber Copa, que tem como objetivo a qualificação profissional com padrão internacional para todos os agentes do turismo que compõem a estrutura do produto turístico brasileiro nos diversos destinos. O programa é implementado em parceria com as entidades de classe integrantes do Conselho Nacional de Turismo (CNTur). A meta é qualificar mais de 300 mil profissionais de turismo para a Copa do Mundo FIFA 2014.

No atual estágio, o programa prioriza setores do turismo (meios de hospedagem, alimentação fora do lar, agências de viagem e turismo receptivo, locadoras de automóveis, ecoturismo e turismo de aventura, transporte aéreo regional, entre outros) que possuem profissionais atuando na linha de frente, ou seja, profissionais que terão contato direto com o turista durante o Mundial.

O investimento realizado no âmbito do Programa Bem Receber Copa foi de cerca de R\$ 46 milhões. Entre as principais ações em execução destacam-se os cursos ofertados nos segmentos de meios de hospedagem, alimentação fora do lar e ecoturismo e turismo de aventura. Para 2011, o objetivo consiste em disseminar as ações do programa com vistas a consolidar as estratégias de qualificação e aprimoramento dos serviços ofertados aos turistas.





h) Desenvolvimento Local e Turismo de Base Comunitária (TBC)

A ação de fomento ao desenvolvimento turístico local, como estratégia de diversificação da oferta turística e geração de trabalho e renda para as comunidades, fortaleceu o Turismo de Base Comunitária (TBC), com a realização da II Mostra de Turismo de Base Comunitária, na 5ª Edição do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, com a apresentação de 20 iniciativas de TBC.

Nessa ocasião, foram produzidos e distribuídos 20 mil cartões postais com as iniciativas de TBC associadas aos destinos turísticos. Para consolidar produtos e serviços turísticos de base comunitária, seis projetos foram apoiados, incluindo ações de qualificação, promoção e comercialização de produtos. Na programação de 2011, a proposta consiste em qualificar e fortalecer uma rede para implementação de projetos em 12 dos 65 destinos indutores do desenvolvimento do turismo no País.

i) Produção Associada ao Turismo

Com o objetivo de agregar valor aos destinos turísticos, foi incentivado o fomento da produção local que detenha atributos naturais ou culturais dos setores artesanal, industrial e agropecuário para a diversificação da oferta turística e incremento do diferencial competitivo dos destinos e roteiros turísticos.

No exercício de 2010, as ações de produção associada ao turismo visaram a consolidar a estratégia de apoio à comercialização dos destinos brasileiros, com investimentos de cerca de R\$ 8 milhões em ações voltadas ao fomento à integração de produtos associados ao processo de comercialização do turismo e ao desenvolvimento e promoção de novas atividades turísticas a partir de produtos associados.

Para 2011 os esforços serão direcionados no sentido de dar continuidade à estratégia de apoio à comercialização de destinos turísticos, consolidando a produção associada, diante do mercado turístico, como um importante componente de atratividade.

j) Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI)

O Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI) foi lançado ao final do ano de 2004 com os objetivos de prevenir e enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos do turismo, com princípios fundamentados no desenvolvimento sustentável, na responsabilidade social corporativa e nos direitos da criança.

As ações do TSI baseiam-se em campanhas de comunicação, divulgando o Disque Denúncia Nacional 100; seminários de sensibilização direcionados à cadeia produtiva do turismo; formação de agentes multiplicadores; e inclusão social de adolescentes e jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social, por meio de capacitação profissional.

O monitoramento das ações dos multiplicadores ocorre durante todo o processo, após a realização de cada curso. Com isso, o projeto quer garantir o acompanhamento eficaz dos planos de ação para cada Estado e assegurar a efetividade da carta de compromisso proposta pelos participantes.

O TSI planeja também implementar o Projeto de Inclusão de Jovens nos segmentos do turismo em todo o País.

Em relação ao Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, inserido nesse programa, será dada continuidade às ações já empreendidas, com vistas a despertar maior consciência na sociedade, principalmente nos empresários do setor turístico, acerca dos malefícios da exploração sexual de crianças e adolescentes. Entre os resultados já alcançados,





destacam-se: dez convênios firmados; cerca de 40,3 mil peças sobre a prevenção a esse tipo de exploração distribuídas em grandes eventos nacionais ou regionais e às secretarias estaduais e municipais de turismo; 6.148 mil pessoas sensibilizadas para essa prevenção por meio de 24 seminários promovidos em todas as Regiões do País; elaboração de cartilhas como sistematizações de projetos de inclusão social de jovens e sensibilização; elaboração da Cartilha do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e do manual para agentes multiplicadores; e realização do Curso de Formação de Multiplicadores de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas cinco Regiões do Brasil, com 163 agentes multiplicadores formados.

k) Ecoturismo

Nas estratégias para promover a melhoria da sustentabilidade ambiental do turismo foram elaboradas a Estratégia de Turismo Sustentável da Amazônia Legal, o Plano de Ações Estratégicas para o Turismo Sustentável da Bacia do São Francisco e mais 15 estratégias e planos de desenvolvimento regional, pesquisas e diagnósticos, projetos executivos, infraestruturas e ações de capacitação focadas em desenvolvimento sustentável da atividade turística e ecoturística de base comunitária.

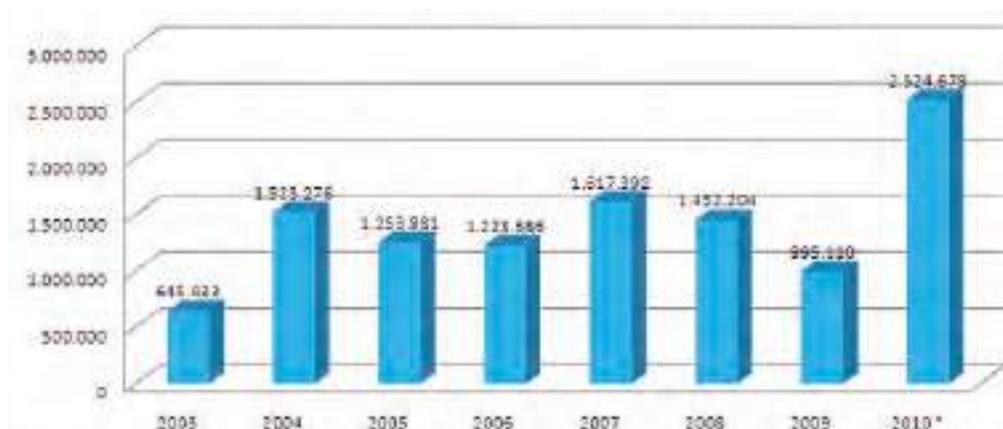
Além disso, promoveu-se o desenvolvimento e implantação da campanha Passaporte Verde, voltada para estimular os turistas a contribuírem com a conservação ambiental dos destinos que visitam. Essa iniciativa brasileira, desenvolvida no âmbito da Força Tarefa Internacional para o Turismo Sustentável e em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, tornou-se o projeto piloto mundial da campanha que está sendo implementada em vários países.

4. Trabalho e Emprego

a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em 2010, pela primeira vez, o número de empregos formais celetistas gerados no ano ultrapassou a marca de dois milhões. Nesse ano, os dados do Caged mostraram a criação de 2.524.678 postos de trabalho, oriundos da geração de 2.136.947 empregos declarados no prazo, acrescidos de 387.731 postos de trabalho, que correspondem aos vínculos empregatícios declarados mensalmente fora do prazo de entrega da declaração e aos acertos de movimentações, o período de janeiro a novembro. Esse crescimento beneficiou todas as Regiões e unidades da Federação.

Evolução do Emprego Celetista nos anos 2003 a 2010



Fonte: CAGED - Lei nº 4.923/65 - MTE

* Inclui a geração de empregos referentes às declarações recebidas no prazo (2.136.947 postos) acrescida dos empregos criados, de janeiro a novembro de 2010, provenientes das declarações recebidas fora do prazo e dos acertos (387.731 postos).

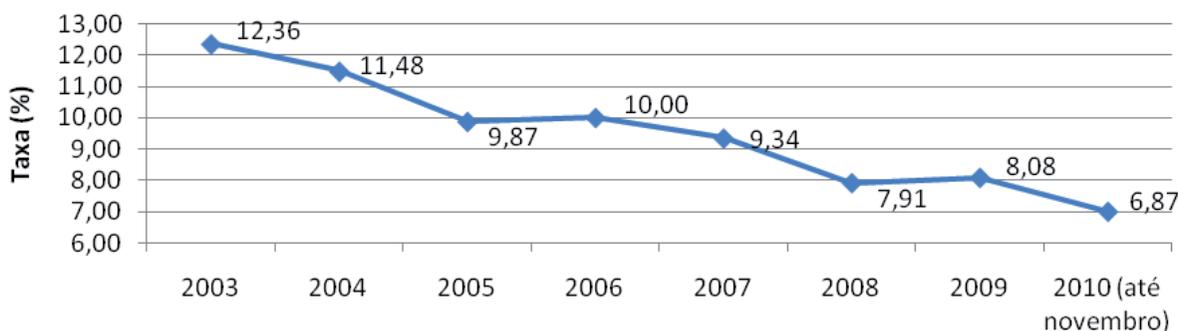




No período de 2003 a 2010, foram gerados mais de 15.048.311 postos de trabalho, ao se computarem os empregos gerados tomando como base os dados da RAIS (celetistas e servidores públicos federais, estaduais e municipais), acrescidos do saldo acumulado do Caged no ano de 2010, anteriormente mencionado.

Os dados da taxa de desemprego captados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), de responsabilidade do IBGE, que cobre as principais regiões metropolitanas do País, vêm apresentando uma tendência declinante, em função do contínuo crescimento do número de pessoas ocupadas no Brasil, salvo nos anos de 2006 e 2009, em que se observou relativa estabilidade, sendo que, no ano de 2009, esse comportamento pode ser explicado, em parte, pelos reflexos da crise financeira internacional iniciada no final de 2008.

Evolução da Taxa Média Anual de Desemprego – Total das Áreas Metropolitanas (*)
Período: 2003 a 2010 (até novembro)



Fonte: PME/IBGE
(*) -RE, SA, BH, RJ, SP e POA

Com relação aos salários médios reais de admissão captados pelo Caged, observa-se que, de janeiro a novembro de 2010, apresentaram um aumento real de 4,96%, em relação ao mesmo período de 2009, ao passarem de R\$ 793,12 em 2009, para R\$ 832,43 em 2010, em valores de novembro de 2010. No período de 2003 a 2010, apontaram um aumento real de 29,15%, em nível nacional, de R\$ 644,55, em 2003, para R\$ 832,43 em 2010, também em valores de novembro de 2010.

b) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda

No âmbito das políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda merece destaque o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e operado pelas instituições financeiras oficiais federais, segundo as normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do FAT (Codefat). A partir de 2008, num contexto mais restritivo de disponibilidades do FAT, foram priorizadas as linhas voltadas para investimento em micro e pequenos empreendimentos, segmento com maior dificuldade de acesso a crédito e um dos principais responsáveis pela geração de empregos formais. No ano de 2010, o Codefat autorizou a alocação de recursos no montante de R\$ 3,2 bilhões.

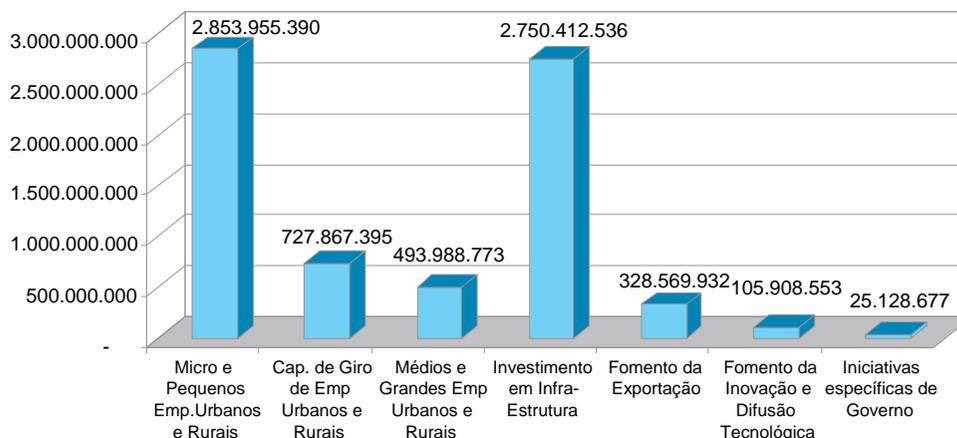
Para o ano de 2011, pretende-se dar continuidade às ações desenvolvidas no âmbito dos programas e linhas de crédito do FAT, por meio das rotinas vinculadas ao sistema de informações, divulgação e acompanhamento, com o desenvolvimento de estudos e supervisões.

No ano de 2010, de acordo com informações preliminares, o Proger apresentou o seguinte desempenho:





Programa Geração de Emprego e Renda do FAT
Dados preliminares de execução do ano de 2010 (em R\$)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) se mantém com o relevante papel de *funding* para aplicações em programas sociais nas áreas de habitação popular, saneamento e infraestrutura urbana, com elevados resultados em termos de geração de empregos e de benefícios para a população atendida. O orçamento alocado a essas áreas em 2010, considerando a linha de financiamento tradicional, as operações de mercado e o Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), foi da ordem de R\$ 73,56 bilhões. Desses recursos, R\$ 30,84 bilhões foram destinados a financiamentos habitacionais enquadrados no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). O quadro a seguir demonstra esses números:

FGTS - Orçamento Alocado em 2010 (R\$ mil)

ÁREA	VALOR
Financiamento Tradicional	50.840.500
Habitação	35.240.500
Saneamento	4.600.000
Infraestrutura	11.000.000
Operações de Mercado/FI-FGTS	22.722.531
Saldo para aplicações em Habitação	9.200.000
Saldo para aplicações em Saneamento	3.000.000
Saldo para aplicações em Infraestrutura	3.000.000
FI-FGTS	7.522.531
Total	73.563.031
Expectativa de Geração de Empregos	QUANTIDADE (unidade)
Em todas as áreas	4.781.597

Fonte: Caixa Econômica Federal - Dados Apurados até: 31/12/2010

Importante via de aplicação de recursos do FGTS, o FI-FGTS investiu nos setores de energia, portos, ferrovias, rodovias, hidrovias e saneamento R\$ 15,82 bilhões desde 2008, sendo R\$ 3,35 bilhões em 2010. Considerando as aplicações de recursos, por meio dos financiamentos tradicionais e das operações de mercado, e os saques dos trabalhadores em contas vinculadas, o FGTS injetou na economia do País, em 2010, mais de R\$ 65 bilhões. Cabe destacar que o grande volume de recursos aplicado não prejudicou a utili-





zação dos recursos do FGTS pelos trabalhadores que se enquadraram nas situações legalmente previstas, cujos saques totalizaram aproximadamente R\$ 49 bilhões.

Em 2011, ante a crescente demanda de recursos para investimentos nas áreas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana, aliada ao dinamismo das operações com recursos do Fundo por meio de instrumentos do mercado financeiro (FI-FGTS), fundos de investimentos e títulos de dívidas – está prevista a revisão da norma do Conselho Curador do FGTS que estabelecerá as diretrizes gerais para aplicação dos recursos do FGTS e para a elaboração das propostas orçamentárias e os respectivos planos de contratações e metas físicas, válidas para o período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2015. Com essa ação pretende-se otimizar e incrementar as aplicações de recursos e ampliar o alcance social decorrente dos investimentos realizados nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura.

c) Valorização do Salário Mínimo

Ao passar de R\$ 200,00 (duzentos reais), em 2002, para o valor de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) em janeiro de 2010, o salário mínimo teve seu valor nominal acrescido, no período, muito acima da variação de preços que então se verificou, comprovando a determinação do Governo de recuperar e elevar o poder de compra dos brasileiros. A atual política de valorização do salário mínimo, consolidada na Lei 12.255, de 2010, estabelece reajustes pela reposição da inflação segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), acrescida da taxa de crescimento real do PIB de dois anos anteriores.

Utilizando como deflator o INPC/IBGE, o salário mínimo teve crescimento real de 52,87%, entre abril de 2003 e janeiro de 2011. O salário mínimo, conjugado com outras políticas governamentais, tem contribuído para a redução da desigualdade nos rendimentos do trabalho.

Os resultados configuram o esboço de um novo cenário no Brasil, onde a renda sobe para todos, mas em maior grau para os que têm menos. Destaca-se também como reflexo da política de valorização do salário mínimo a sua contribuição para manter o nível de consumo no mercado interno, devido ao aumento do poder de compra dos trabalhadores, fundamental num cenário de crise internacional.

d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores

O ano de 2010 representou o marco da aplicação da nova metodologia da inspeção do trabalho, tendo como princípios: i) atuação baseada no diálogo social, principalmente com as organizações representativas de trabalhadores e de empregadores, e no diálogo interinstitucional; ii) prevalência da fiscalização planejada e do trabalho em equipe; iii) valorização da qualidade das ações; iv) divulgação das boas práticas e da troca de experiências entre os auditores; e v) capacitação dos auditores fiscais do trabalho.

No que diz respeito à prevenção e erradicação do trabalho infantil, materializando os compromissos firmados pelo Governo brasileiro com organismos internacionais, a prioridade da fiscalização trabalhista no ano de 2010 continuou sendo as atividades constantes na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, conhecida como Lista TIP, anexa ao Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, com vistas à total erradicação do trabalho precoce nessas piores formas até 2015.

No total, de janeiro a dezembro de 2010, a auditoria trabalhista realizou 3.273 fiscalizações, com o afastamento de 5.611 crianças e adolescentes do trabalho. Importante mencionar que todos os indivíduos foram encaminhados à rede de proteção à criança e ao adolescente para, entre outras iniciativas, serem incluídas, conforme o caso, em programas de transferência de renda. Ainda que o número de ações fiscais tenha aumentado em relação aos outros anos, o número de crianças e adolescentes encontrados traba-





lhando irregularmente manteve o decréscimo que vem sendo constatado nos últimos anos, tendência que se alinha aos resultados apurados pela PNAD/IBGE.

A revisão do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador foi concluída e aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) em 2010, objeto de Decreto a ser publicado em 2011. Ainda em 2010 foi atualizado o Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI), ferramenta que permite consultar, pela Internet, informações sobre o fenômeno do trabalho infantil no Brasil. O sistema pode ser acessado no endereço eletrônico <http://sistemasiti.mte.gov.br>.

Em 2011, o MTE dedicará atenção aos clubes formadores de atletas, que serão fiscalizados de forma mais intensa. Devido à realização de grandes eventos esportivos no Brasil nos próximos anos, como os Jogos Mundiais Militares, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, haverá um maior aporte financeiro nas instituições dessa área e essas entidades deverão intensificar a formação de futuros atletas. A fiscalização do trabalho, juntamente com os demais órgãos da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, deve impedir que os direitos e garantias da criança e do adolescente sejam lesados durante a preparação de atletas.

A redução de riscos e agravos à segurança e saúde do trabalhador manteve-se como prioridade da intervenção da auditoria trabalhista em 2010, com foco nas atividades econômicas com maior registro de riscos dessa natureza.

Entre janeiro e dezembro de 2010, a inspeção trabalhista executou 135.621 ações fiscais relacionadas à segurança e saúde no trabalho. Os auditores-fiscais do trabalho elaboraram ainda 1.944 análises de acidentes de trabalho graves e fatais, com o objetivo de detectar os fatores causais que os ensejaram e identificar as medidas corretivas adequadas para que sejam prevenidos futuros sinistros.

Na área de normatização em segurança e saúde no trabalho, o Governo realizou a atualização da NR-12, por meio da Portaria SIT/MTE nº 197, de 17 de dezembro de 2010, que versa sobre a operação de máquinas e equipamentos e perpassa diversos setores de atividade, em especial a indústria. A operação de máquinas e equipamentos é responsável por parte significativa dos acidentes graves e fatais relacionados ao trabalho. A versão anterior da referida norma datava de 1983 e se encontrava desatualizada em relação aos avanços tecnológicos e de processos de trabalho que ocorreram nas últimas duas décadas.

Ainda nesse ano foram concluídas, no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), a elaboração da NR-34 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval), o anexo II (Plataformas e Instalações de Apoio) na NR-30 (Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário) e a revisão da NR-31 (Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura), no item referente a máquinas e implementos.

A redução de riscos e agravos à segurança e saúde do trabalhador permanecerá uma prioridade em 2011. A prevenção de acidentes do trabalho receberá mais atenção, por meio da intensificação das ações fiscais, bem como pela análise de acidentes, ação a ser potencializada com o repasse trimestral automático dos dados da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), que a Previdência Social passará a fazer a partir de março de 2011, em conformidade com as alterações promovidas em 2010 no Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Esse esforço permite detectar os fatores causais que ensejaram os acidentes de trabalho e identificar as medidas corretivas adequadas para que sejam prevenidos futuros sinistros.

No âmbito da normatização em segurança e saúde no trabalho, o Governo envidará esforços para realizar, em 2011, ampla atualização da NR-20, que trata de líquidos combustíveis e inflamáveis, cujo processo de armazenamento envolve aspectos de





grande relevância para a segurança e saúde do trabalhador. Será desenvolvida ainda a NR de gestão em segurança e saúde no trabalho, que será integradora do conjunto das NR.

A Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), que tem por missão disseminar informações sobre medidas de controle das condições perigosas nos ambientes de trabalho, realizou em 2010 diversas ações, como cursos de curta duração, produção e distribuição de material didático e técnico-científico, disponibilização de informações por meio de *podcast* e vídeos na Internet, emissão de relatórios técnicos para atender a demanda de órgãos públicos e entidades de classe, organizações não-governamentais e outras instituições privadas, governos de outros países e organismos internacionais, contendo instruções e recomendações sobre prevenção antecipada, reconhecimento, avaliação e proposição de medidas de controle de riscos (ambientais, de equipamentos, instalações e processos de trabalho) ou recomendações sobre elaboração e implantação de sistemas de gestão em segurança e saúde no trabalho ou revisão ou implantação de NR (<http://www.fundacentro.gov.br/>).

Em 2010, foram capacitadas 5.733 pessoas e distribuídos 77.029 exemplares de materiais didáticos (livros, cartilhas, folhetos e vídeos), sendo 16 publicações e seis vídeos inéditos. Foram disponibilizados 39 programas na forma de *podcast* e 11 na forma de *videocast*, acessíveis na Internet. Além disso, todos os números do periódico científico Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO) publicados a partir de 2008 podem ser acessados pela Internet. No período foram, ainda, emitidos 783 relatórios para os mais variados solicitantes: agentes de fiscalização, fabricantes e usuários de equipamentos de proteção individual (EPI), interessados na avaliação de desempenho desses equipamentos, Ministério Público do Trabalho (MPT) e empresas que sofreram denúncias, às quais é oferecida a possibilidade de celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). Nesses casos, os relatórios subsidiam tecnicamente a proposição dos TAC.

Visando a melhorar a qualidade dos equipamentos de proteção individual (EPI) postos à venda e utilizados pelos trabalhadores brasileiros, o MTE, juntamente com o Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (Inmetro), iniciou a avaliação da conformidade desses equipamentos no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia (Sinmetro). Os capacetes de segurança para uso na indústria, equipamento de uso intensivo, principalmente no setor de construção civil, desde janeiro de 2010 possuem a qualidade avaliada segundo os critérios do Sinmetro. Foi o primeiro equipamento a ser avaliado segundo esse modelo.

Em 2011, a Fundacentro manterá as ações visando à produção e disseminação de conhecimentos sobre medidas de prevenção de ocorrência de acidentes nos ambientes de trabalho. Uma dessas ações que merece destaque é a implementação de um curso de mestrado *stricto-sensu* em segurança e saúde no trabalho, com o intuito de formar novos pesquisadores nessa área de conhecimento. Outros fatores que possibilitarão a ampliação das ações são o aumento de recursos disponíveis para as ações finalísticas, o aumento do quadro de servidores em 150 cargos, já devidamente aprovado, o que possibilitará o reforço das atividades nas Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do País e o estabelecimento da direção da instituição em Brasília.

Ainda em 2011 será implementada a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, que estabelecerá obrigações para o Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social (MPS), MTE e Fundacentro.

A atuação do MTE, por intermédio da auditoria trabalhista, resultou na inclusão de milhares de trabalhadores no mercado de trabalho formal em 2010, com a anotação do vínculo de emprego em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Entre janeiro e dezembro, 515.376 trabalhadores foram registrados sob ação fiscal, os quais foram encontrados laborando sem carteira assinada.

Com o objetivo de proteger o patrimônio do trabalhador, a fiscalização verificou o recolhimento do FGTS em 171.243 empresas em 2010. A inspeção nas empresas resultou em R\$ 1,18 bilhão recolhidos sob ação fiscal. Dando continuidade aos esforços de modernização dessa fiscalização, os sistemas informatizados serão atualizados e serão capacitados quatro mil auditores em 2011.





O MTE contribui para expandir a participação dos jovens no mercado de trabalho por intermédio da fiscalização do cumprimento da cota que as empresas são obrigadas legalmente a preencher com a contratação de aprendizes. Em 2010, 87.823 aprendizes haviam sido inseridos pela ação da fiscalização no mercado de trabalho, superando em 27% o total alcançado em 2009. O quadro abaixo apresenta a evolução do resultado da inspeção do trabalho na inserção de aprendizes no mercado de trabalho.

Aprendizes Inseridos Mediante Ação Fiscal

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
18.146	25.215	29.605	44.049	52.676	55.637	68.926	87.823

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFIT)

Em 2011, os esforços serão dirigidos para atividades econômicas resistentes a integralizar as cotas de inserção de jovens no mercado de trabalho. Empresas desses setores já foram mapeadas e serão alvo de ações fiscais em 2011.

A auditoria trabalhista manteve em 2010 o objetivo de ampliar a participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A fiscalização do cumprimento das cotas reservadas para pessoas com deficiência, um dos principais instrumentos para a inclusão desse segmento da população no mercado, resultou na contratação, no ano, de 28.752 trabalhadores com deficiência.

Em 2011 o MTE irá organizar oficina com o objetivo de criar modelo único de atestado de caracterização de deficiência. Esse documento é emitido no momento da admissão de pessoas com deficiência nas empresas e descreve o tipo de deficiência que o trabalhador apresenta. Além de aprimorar as estatísticas relacionadas ao tema, a padronização irá imprimir maior agilidade à fiscalização.

Em outra frente, o MTE irá aprofundar o projeto de incentivo à aprendizagem das pessoas com deficiência. Essa estratégia, que objetiva ampliar a participação de pessoas com deficiência em programa de capacitação profissional pelo instituto da aprendizagem, proporcionou impactos importantes para a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho em 2009 e 2010 e, por isso, será mantida em 2011.

No ano de 2010, a auditoria trabalhista realizou 142 operações específicas de combate ao trabalho escravo, resultando em 306 estabelecimentos inspecionados e resgate de 2.617 trabalhadores em condição análoga à de escravo. As indenizações pagas pelos empregadores aos trabalhadores alcançaram a cifra aproximada de R\$ 8,8 milhões, tendo cerca de 64% recebido seguro-desemprego na modalidade especial criada para esse segmento, no valor de um salário-mínimo, em três parcelas. O total acumulado no período 2003-2010 foi de 905 operações, 2.025 estabelecimentos inspecionados, 33.276 trabalhadores resgatados e pagamento de indenizações no valor de aproximado de R\$ 58,7 milhões.

Em dezembro, o MTE empreendeu ampla atualização do Cadastro de Empregadores Infratores, instrumento inibidor da prática de submeter trabalhadores à condição análoga à de escravo. Oitenta e oito pessoas físicas e jurídicas flagradas pela fiscalização submetendo trabalhadores à condição análoga à de escravo foram incluídas no cadastro, que, ao final do ano, apresentava total de 220 nomes. Em julho de 2010, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a Resolução nº 3.876, que veda a concessão de crédito rural para pessoas físicas ou jurídicas inscritas no Cadastro.

Em 2011 serão organizadas operações de fiscalização, com o apoio da Polícia Federal e outros órgãos, em atendimento a denúncias. Serão reforçadas as ações de fiscalização no campo em todos os Estados com elevada produção agrícola.





Em 2011, o MTE irá consolidar a nova metodologia de atuação da inspeção do trabalho. O gerenciamento dos projetos contará com o suporte de um sistema de informação, que será uma importante ferramenta de gestão da intervenção fiscal executada pelas 27 Superintendências de Relações do Trabalho (SRTE).

e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho

O MTE é responsável pelo fomento à democratização das relações de trabalho, programa que vem sendo desenvolvido a partir dos eixos da capacitação, da mediação de conflitos, do desenvolvimento e aprimoramento de sistemas de relações de trabalho e por meio da elaboração, debate e encaminhamento de projetos normativos sobre o tema.

O primeiro eixo está contemplado na ação de capacitação de técnicos especializados em relações do trabalho, por meio de palestras, cursos e treinamentos sobre mediação de conflitos, negociação coletiva, sistemas de relações de trabalho e atualização de procedimentos. Em 2010, foram capacitadas mais de 7.000 pessoas em temas relativos às relações de trabalho.

No âmbito da mediação de conflitos, foram realizadas 8.000 mediações, cujos resultados beneficiaram quase três milhões de trabalhadores em todo o País.

Quanto ao desenvolvimento dos sistemas informatizados, o objetivo é a implantação do Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), que constitui um banco de dados das relações de trabalho brasileiras. O SIRT começou seu funcionamento no ano de 2005, quando foi criado o sistema de Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), e disponibiliza, na página eletrônica do MTE, dados atualizados das entidades sindicais brasileiras, apresentando um cenário da organização sindical no País. Em 2010 foram desenvolvidos novos recursos do sistema, que também opera os procedimentos para concessão do registro sindical e ações deles decorrentes.

O Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário (SIRETT) passou a operar em 2010 com uma nova formatação. Até 2010, o sistema não permitia consultas na Internet nem possibilitava que a empresa solicitasse, por esse meio, a emissão do registro previsto na Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Com o desenvolvimento do sistema, em 2010 as empresas passaram a inserir dados no sistema, para então apresentar a documentação à SRT, para a emissão do registro. O sistema também recebe as informações dos contratos de trabalho temporário, por trabalhador, bem como as solicitações de prorrogação desses contratos. Com isto, o SIRETT tornou-se um verdadeiro banco de dados do mercado de trabalho, na área de trabalho temporário.

O sistema Homolognet entrou em funcionamento em julho de 2010. Nessa primeira versão, o referido sistema permite a elaboração do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT), efetuando os cálculos das parcelas rescisórias devidas ao término do vínculo empregatício. É um sistema de uso facultativo pelas empresas que recebem a assistência à rescisão no âmbito do MTE. Em 2010, o sistema estava disponível para utilização apenas nas capitais. Em 2011, sua utilização será estendida às unidades regionais do interior e também às entidades sindicais, que também possuem a prerrogativa de prestar assistência e homologação na rescisão do contrato de trabalho. Este sistema também é um grande avanço para as relações de trabalho porque garante às partes segurança da correção das verbas inseridas no TRCT, e formará um importante banco de dados das rescisões ocorridas no País.

Para 2011 estão sendo desenvolvidos outros módulos do sistema, tais como o de inserção do pedido de registro de alteração do estatuto da entidade sindical e o de inserção na página do MTE de impugnação a registro de entidade sindical.

Em 2010, visando à modernização da legislação trabalhista e sindical, foram atualizados os normativos que versam sobre o recolhimento e repasse da contribuição sindical, a assistência e homologação da rescisão do contrato de trabalho e os modelos





de termo de rescisão do contrato de trabalho.

O Governo vem discutindo, juntamente com as centrais sindicais, o marco legal para a negociação coletiva e a organização sindical no setor público, bem como um anteprojeto de lei de combate às práticas antissindicais. Está prevista para 2011 a conclusão dessas discussões para o encaminhamento dos anteprojetos de lei.

Outro grande avanço para a democratização das relações do trabalho se deu pela criação do Conselho de Relações do Trabalho (CRT). O CRT é um conselho tripartite formado por representantes do MTE, das centrais sindicais que atenderem aos requisitos da Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, e também pelas confederações patronais registradas no CNES. Trata-se de uma instância democrática com a competência de realizar estudos e propor diretrizes de políticas sobre relações de trabalho e organização sindical. O Conselho deverá iniciar suas atividades no ano de 2011, inclusive podendo constituir grupos de trabalho com funções específicas, a depender dos assuntos que esteja tratando.

f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem Inclusão Social

O tripé básico do Programa Seguro-Desemprego abarca, além da concessão do benefício financeiro em si, as ações de orientação profissional e intermediação de mão de obra e qualificação profissional. Ademais, contempla uma gama de ações necessárias à sua operacionalização, como a geração de informações sobre o mercado de trabalho, a identificação da população pela CTPS e pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), e ainda o acompanhamento das comissões estaduais e municipais de emprego, instâncias que atuam no planejamento e acompanhamento das ações.

Com o objetivo de proteger temporariamente o trabalhador, quer por desemprego sem justa causa, por resgate do trabalhador em trabalho análogo à escravidão, por interrupção de sua atividade produtiva (caso dos pescadores artesanais) ou ainda pela interrupção da atividade de seu empregador (bolsa qualificação), o seguro-desemprego é importante benefício de manutenção de renda. Em 2010, foram beneficiados 6,52 milhões de trabalhadores formais, 429.706 pescadores artesanais cujas espécies pescadas se encontravam em período de defeso, 1.225 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão em decorrência de ação de fiscalização e 11.384 empregados domésticos. Ainda receberam seguro-desemprego, na modalidade bolsa-qualificação, 4.456 trabalhadores com contratos de trabalho suspensos. Ao todo foram despendidos com o seguro-desemprego, em 2010, cerca de R\$ 20 bilhões, cumprindo assim o propósito do programa de amparar financeiramente o trabalhador brasileiro nessas situações.

Para o ano de 2011 está estimado que cerca de 8,5 milhões de trabalhadores serão contemplados pelo seguro-desemprego em qualquer das cinco modalidades, a um custo de R\$ 22,6 bilhões.

A concessão do benefício vem sendo aprimorada com o desenvolvimento do novo sistema do seguro-desemprego agilizando os procedimentos para o atendimento ao trabalhador requerente. A implantação do referido sistema já ocorreu no Estado da Paraíba e atualmente está em implementação nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Até o final de 2011 estima-se a migração de todas as unidades que fornecem o benefício para o sistema.

Também visando melhorias às ações, em 2010 procurou-se continuar o diálogo com os demais órgãos envolvidos direta ou indiretamente na execução da política pública relativa ao seguro-desemprego. Em 2011, pretende-se ampliar as parcerias, de modo a viabilizar melhoria na habilitação ao seguro-desemprego e no controle no pagamento do benefício ao pescador artesanal.

Também no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, a ação orientação profissional e intermediação de mão de obra, reali-





zada com recursos do FAT por meio de convênios com os Governos dos Estados e do Distrito Federal, 49 Municípios com mais de 200 mil habitantes (inclusive capitais) e três entidades privadas sem fins lucrativos, constitui rede de aproximadamente 1.400 unidades de atendimento a trabalhadores e empregadores. Os convênios preveem recursos financeiros necessários para a instalação e manutenção de unidades de atendimento no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (SINE), onde são realizadas as inscrições dos trabalhadores, assim como registradas as vagas captadas junto aos empregadores, possibilitando o cruzamento das informações, via banco de dados, e a inserção e reinserção do trabalhador no mercado de trabalho.

De janeiro a outubro de 2010, a intermediação de mão de obra no âmbito do SINE foi responsável por recolocar 1.035.997 trabalhadores no mercado de trabalho.

A maior eficiência da ação de orientação profissional e intermediação de mão de obra é atribuída ao aumento da capilaridade da rede de atendimento, associado ao comportamento favorável do mercado de trabalho no período. Para 2011, a expectativa é de contabilizar um volume de colocações acima de 1,3 milhão de trabalhadores por meio da rede de atendimento do SINE.

Encontra-se também em implantação o Portal Mais Emprego, com acesso pela Internet, para atendimento a trabalhadores e empregadores, o que também deve contribuir sensivelmente para a expansão da rede de atendimento do SINE e o consequente aumento do total de trabalhadores efetivamente beneficiados.

No campo da qualificação social e profissional, trabalhadores estão sendo capacitados em todo o Brasil de forma a contribuir para ampliar as oportunidades de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, especialmente daqueles que apresentem maior vulnerabilidade socioeconômica.

Em 2010 foram capacitados 150.978 mil trabalhadores dos convênios contratados – no âmbito de Planos Territoriais de Qualificação e Planos Setoriais de Qualificação, com destaque para os setores da construção civil, turismo, comércio, carnaval, economia solidária, motofrete, telemarketing, tecnologia da informação, serviços, vestuário e têxtil.

Em 2011 será necessário ampliar o volume de recursos para a qualificação de trabalhadores, visando a ampliar o número de beneficiários, de forma a atender as necessidades de oferta de mão de obra. Nesse sentido, está prevista a publicação em 2011 de 17 editais de Chamada Pública de Parcerias visando à contratação de entidades de educação profissional para a qualificação de 76.200 trabalhadores nos mais diversos setores, tais como petróleo e gás, tecnologia da informação, construção civil, agroecologia, setor sucroalcooleiro, estética e beleza, motofrete e indústria de carnaval, o que poderá ser ampliado em decorrência da demanda. Destaque-se também a qualificação de 25.200 trabalhadores para ocuparem vagas no mercado, a serem preenchidas em decorrência da realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

A CTPS é o documento que retrata a vida profissional de seu portador e garante acesso aos benefícios assegurados aos trabalhadores, se constituindo no documento de identificação profissional indispensável para o exercício do emprego formal. Hoje são emitidos dois modelos de CTPS: um manual e outro informatizado. O atual modelo, lançado em 2008, contém código de barras com o número impresso do Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e é emitido com base em sistema informatizado, propiciando maior segurança. A nova CTPS é confeccionada em material mais durável e incorpora vários itens de segurança que dificultam fraudes contra o seguro-desemprego, o FGTS e os benefícios previdenciários. O novo modelo do documento já está implementado em 26 unidades da Federação, faltando somente o Estado de São Paulo, cuja implantação está prevista para 2011. Em 2010 foram emitidas 3,8 milhões de CTPS do modelo manual e 2,14 milhão do modelo informatizado. A meta de emissão para 2011 é de 5,7 milhões de CTPS.





O Cartão de Identidade do Trabalhador (CIT), na forma de cartão magnético, passa a integrar a CTPS informatizada, e tem como objetivos modernizar, agregar fatores de segurança, combater fraudes e adulterações e viabilizar a disponibilização de novos serviços ao cidadão. Por meio desse cartão, o Governo pretende atualizar informações dos trabalhadores com mais agilidade, para aperfeiçoar a sistemática de pagamento de benefícios. A iniciativa esteve em fase piloto no DF e, até o momento, foram emitidos 3.768 Cartões do Trabalhador. Em 2010, foi expandido para os Estados do Rio de Janeiro, Ceará e Alagoas. A expectativa é de que, em 2011, o projeto continue em fase de expansão para o restante dos Estados.

Para continuar acompanhando o dinamismo do mercado de trabalho e, conseqüentemente, das ocupações, a CBO foi revista, pela inclusão ou revisão de 16 famílias ocupacionais. Os dados desse documento são utilizados na alimentação da base de dados de diversas áreas de governo: RAIS, Caged, seguro-desemprego, preenchimento da CTPS, ações de qualificação profissional, aprendizagem e intermediação de mão de obra, imigração, fiscalização do trabalho, registros de mortalidade profissional e incidência de doenças relacionadas à ocupação, Imposto de Renda Pessoa Física, Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e pesquisas domiciliares do IBGE, como Censo e PNAD, PME. A inclusão e a revisão das ocupações geram, tanto para categorias profissionais quanto para os trabalhadores, maior visibilidade e sentimento de valorização e de inclusão social. Em 2010 houve inclusão de ocupações que tiveram grande repercussão para as categorias profissionais, como as de artesãos e tecnólogos.

O abono salarial também é um benefício importante para a classe trabalhadora. São beneficiados com o valor de um salário mínimo todos os trabalhadores que no ano-base de referência para o início do pagamento atendam aos seguintes critérios: estejam cadastrados no PIS/PASEP há pelo menos cinco anos; tenham trabalhado com CTPS assinada para empregadores contribuintes do PIS/PASEP ou nomeados em cargo público por pelo menos 30 dias; e tenham percebido no período trabalhado média salarial mensal de até dois salários mínimos. Cabe destacar que, nos últimos anos, o aumento de benefícios pagos está relacionado diretamente ao aperfeiçoamento do processo de identificação dos trabalhadores com direito ao benefício, à melhoria na qualidade da informação e ao crescimento do número de trabalhadores na faixa de até dois salários mínimos. Em 2010 foram pagos 17 milhões de benefícios, resultando no dispêndio de R\$ 8,6 bilhões. Para 2011 estima-se atender a 18,9 milhões de trabalhadores a um custo total de R\$ 10,1 bilhões.

Como políticas para a promoção da juventude foram beneficiados 220.355 jovens com ações de qualificação profissional no âmbito da ação Juventude Cidadã, com um orçamento previsto de aproximadamente R\$ 482 mil. Para 2011 há expectativa de assinatura de parcerias tanto na ação do programa Juventude Cidadã quanto nos Consórcios Sociais da Juventude, qualificando um total de 438.208 jovens, com um orçamento previsto de R\$ 570,6 milhões.

Durante o ano de 2010 o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) aprovou sete novas resoluções normativas que disciplinam a entrada de investidores, desportistas, pessoas para treinamento profissional, para reunião familiar e para estágio. Até junho de 2010 o CNIg analisou 326 processos.

Em agosto de 2010 foi inaugurada, no Japão, a primeira Casa do Trabalhador Brasileiro no Exterior. O projeto piloto pretende atender aos cerca de 250.000 brasileiros residentes nesse país. Na Casa, os brasileiros podem esclarecer dúvidas sobre direitos e deveres trabalhistas no Japão e no Brasil, programas de capacitação profissional, mercado de trabalho brasileiro e japonês ou serem encaminhados a serviços especializados no Japão.

O CNIg aprovou também a Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante, com a finalidade de estabelecer princípios, diretrizes, estratégias e ações em relação aos fluxos migratórios internacionais. Em 2011 essa política orientará as entidades e órgãos brasileiros na atuação vinculada ao fenômeno migratório.





Em 2010 foi implantado pelo Governo sistema informatizado para recepção pela Internet de pedidos de autorização para trabalho a estrangeiros, dando maior celeridade à tramitação das autorizações (<http://migranteweb.mte.gov.br/migranteweb/login.seam>). Até dezembro de 2010 foram analisadas 57.070 autorizações de trabalho estrangeiro.

Como continuação do trabalho de acompanhamento dos impactos da crise financeira internacional em relação aos fluxos migratórios brasileiros, o MTE, sob recomendação do CNIg, inaugurou o primeiro Núcleo de Informação e Apoio a Trabalhadores Retornados do Exterior. O núcleo tem como finalidade auxiliar os brasileiros retornados do exterior no processo de reinserção no mercado de trabalho.

Em novembro de 2010, o MTE inaugurou em Brasília o Centro de Referência do Trabalhador Leonel Brizola (CRTLb), espaço destinado à preservação da história e memória do trabalho e dos trabalhadores no Brasil, dedicado à produção de conhecimentos sobre o tema e sobre o papel do MTE na história brasileira.

Durante o exercício de 2010 consolidou-se o processo de regularização da força de trabalho administrativa do MTE. Foram extintos 2.178 postos de trabalho terceirizados. Em contrapartida, foram nomeados, mediante prévia habilitação em concurso público, 2.122 servidores efetivos, entre agentes administrativos, administradores e economistas. Foi realizado também concurso para o provimento de 234 cargos efetivos de auditores fiscais de trabalho, reforçando as ações de fiscalização trabalhistas em 14 Estados.

g) Estímulo à Economia Solidária

No ano de 2010 avançou-se na consolidação das políticas públicas de economia solidária, com o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários por meio do acesso a bens e serviços financeiros, de infraestrutura, conhecimentos (formação, assessoramento e assistência técnica) e organização de processos de produção e comercialização.

Por meio da qualificação social e profissional, foram beneficiados mais de dez mil trabalhadores da economia solidária que atuam nas cadeias produtivas do artesanato, coleta e reciclagem, confecções, agroecologia, metalurgia, apicultura, fruticultura e piscicultura.

Em 2010 consolidou-se a implementação dos Centros de Formação de Economia Solidária, somando-se aos cinco já existentes desde 2009. Os Centros estão proporcionando a formação de 15 mil educadores populares, agentes e assessorias que atuam com empreendimentos econômicos solidários, além de 1.200 gestores de políticas públicas.

Houve também a continuidade da promoção do desenvolvimento local e economia solidária, que beneficiou diretamente mais de 110 mil pessoas em comunidades pobres do meio rural e nos grandes centros urbanos, em milhares de empreendimentos econômicos solidários que foram fomentados e assessorados. O programa capacitou mais de 1.500 agentes comunitários que apoiam e fomentam iniciativas econômicas solidárias a partir do resgate e da valorização do trabalho das mulheres e da cultura dos povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, fundos de pasto etc).

Por meio do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC), entre 2007 e 2010 foram apoiadas 82 incubadoras que atuam no fomento a aproximadamente 700 empreendimentos econômicos solidários, com mais de dez mil trabalhadores associados. Foi realizada, em 2010, chamada pública para entidades que atuam nos processos de Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão, beneficiando 70 empresas recuperadas através da autogestão. Destaca-se também em 2010, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, o apoio dado a mais de 10 mil catadores de materiais recicláveis, que receberam formação e assistência técnica articuladas a outras iniciativas de fomento do Governo.





Na promoção da comercialização direta dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários foram apoiadas mais de 30 feiras de economia solidária, beneficiando diretamente 5,5 mil empreendimentos. Além disso, foi assinado em 17 de novembro de 2010 o Decreto nº 7.358, instituindo o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário (SCJS), que consiste num conjunto de parâmetros a serem seguidos na execução de políticas públicas voltadas à geração de trabalho e renda, por meio de ações de promoção da economia solidária e do comércio justo. O comércio justo alavanca o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários ao proporcionar uma identidade aos seus produtos e serviços, agregando valor e ampliando oportunidades de venda.

No campo das finanças solidárias, destacam-se em 2010 as iniciativas de fomento aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, que foram disseminados em várias regiões do País, levando financiamento solidário a milhares de pessoas. Nesse sentido, além de apoiar os 55 Bancos Comunitários já existentes, estão sendo criados outros 115.

Foram ainda executadas ações de apoio às organizações que atuam com Fundos Rotativos Solidários para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis, disponibilizando recursos financeiros para 50 Fundos no Semiárido em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil. Essa ação será expandida para formar e apoiar outros Fundos Solidários no País.

Em 2010, deu-se continuidade à atualização e ampliação da base de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Estão sendo pesquisadas e registradas informações de 30 mil empreendimentos econômicos solidários, 1.200 entidades de apoio, assessoria e fomento e mais 300 políticas públicas de economia solidária. Cabe ressaltar que essas informações serão disponibilizadas no Atlas da Economia Solidária no Brasil, a ser divulgado em 2011.

No 1º semestre de 2010 foi realizada a II Conferência Nacional de Economia Solidária. Antecedendo a etapa nacional, realizada em junho, aconteceram as etapas preparatórias, além de conferências temáticas. Ao todo, foram realizadas 187 conferências regionais ou territoriais, abrangendo 2.894 Municípios, com 15.800 participantes, e 27 conferências estaduais de economia solidária, com a participação de 4.659 pessoas. Foram realizadas também cinco conferências temáticas que abordaram os temas das finanças solidárias, do comércio justo, da formação, do cooperativismo solidário, do etnodesenvolvimento e das cooperativas sociais.

Em 2011 pretende-se encaminhar ao Congresso Nacional Projeto de Lei que institui as políticas públicas de economia solidária e que cria o Sistema Nacional de Economia Solidária. Além disso, será necessário dar prosseguimento ao processo de reformulação da legislação cooperativista, cujos projetos de lei se encontram em tramitação no Congresso Nacional. É preciso ainda consolidar os instrumentos e melhor articular as políticas públicas de economia solidária nas três esferas de Governo, buscando a sua integração a partir da divisão dos papéis e responsabilidades, e a participação da sociedade civil, no desenvolvimento dessas políticas.

5. Inclusão Bancária e Microcrédito

a) Crédito

O estoque das operações de crédito do sistema financeiro totalizou R\$ 1,7 trilhão em novembro de 2010, representando 46,3% do PIB, ante 44,4% em igual período de 2009. A representatividade dos bancos públicos no crédito total atingiu 42,0%, ante 41,0% em igual período de 2009. O crédito ao setor privado totalizou R\$ 1,611 trilhão em novembro de 2010, correspondendo a 96% do total de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). As operações de crédito habitacional alcançaram o estoque de R\$ 133,5 bilhões, em novembro de 2010. Desse montante, 94,8% correspondiam a operações com recursos direcionados dos depósitos de poupança e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).





Segundo o Banco Central do Brasil (BCB), o saldo da carteira de crédito de recursos direcionados ao microempreendedor, totalizou R\$ 1,16 bilhão em agosto de 2010 num total de 153 mil contratos com prazo médio de contratação de cinco meses. Com os recursos provenientes da exigibilidade dos 2% do depósito à vista, o volume de crédito ao microempreendedor alcançou R\$ 926 milhões, em outubro de 2010, valor 49% superior ao verificado em outubro de 2009. Neste mesmo mês, o valor médio dos 140 mil novos contratos foi de R\$ 1,4 mil.

Para o segmento de micro e pequenas empresas merecem destaque as seguintes ações: i) Na Região Nordeste, em 2010, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contratou cerca de 99 mil operações no montante aproximado de R\$ 2,3 bilhões, lastreadas principalmente em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Para 2011, o BNB prevê contratar o valor de R\$ 3,0 bilhões com as MPE; ii) Na Região Norte, por meio do Banco da Amazônia S.A. (BASA), foi disponibilizado o Amazônia Giro MPE, capital de giro com taxa diferenciada, que finalizou o ano de 2010 com 1.500 operações contratadas correspondente a um montante de R\$ 63,4 milhões, incremento de 175,5% em relação ao valor contratado do ano de 2009. Para 2011 serão criados produtos e serviços específicos para ampliar o portfólio desse segmento; e iii) O Banco do Brasil realizou operações voltadas às micro e pequenas empresas da ordem de R\$ 50,9 bilhões, até dezembro de 2010, incremento de 17,6 % em relação ao mesmo período de 2009. Nos Municípios atingidos pelas enchentes, notadamente nos Estados de Pernambuco e Alagoas, por meio de ações emergenciais, o Banco do Brasil prorrogou parcelas dos empréstimos contratados, sem ônus para as MPEs.

b) Fomento aos Investimentos

No segmento de fomento aos investimentos, o BASA, no ano de 2010, contratou operações de crédito, no montante de R\$ 6,5 bilhões. Deste valor R\$ 5,3 bilhões correspondem a aplicações de fomento. Com relação ao PAC, o BASA financiou R\$ 4,7 bilhões, no período de 2007 a 2010, com recursos do FNO, FDA e BNDES.

Na Região Nordeste, no ano de 2010, foram contratados aproximadamente R\$ 15,9 bilhões, por meio do BNB, em financiamentos de longo prazo, empréstimos de curto prazo e operações de mercado de capitais voltados para o desenvolvimento da Região. No que se refere ao PAC, o BNB financiou no período de 2005 a 2010, com recursos do FNE, 25 projetos dos setores de energia e transporte, no montante de R\$ 3,4 bilhões, para investimento total de R\$ 13,8 bilhões. Em 2011, o BNB planeja contratar aproximadamente R\$ 30 bilhões em financiamentos de longo prazo, empréstimos de curto prazo e operações de mercado de capitais. Com relação ao PAC, o BNB conta com 39 projetos em carteira dos setores de energia, petroquímica e transporte. Para investimento total previsto de R\$ 6 bilhões, aproximadamente R\$ 3,5 bilhões devem ser financiados com recursos do FNE, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do BNDES.

c) Acesso a Serviços Bancários

c.1) Contas Correntes Simplificadas

Dados do BCB indicam que as contas-correntes simplificadas, no período de outubro de 2009 a outubro de 2010, tiveram redução de 3%, de 10,045 milhões contas para 9,767 milhões. Já as contas ativas cresceram 14%, de 5,742 milhões para 6,553 milhões, no mesmo período.

Em 2010, foram atualizados os valores máximos de saldo e movimentação definidos como requisitos necessários para manutenção das contas correntes simplificadas, de modo a refletir a atualização monetária, o crescimento da economia e a melhoria no nível de renda da população. O limite de saldo foi elevado de R\$ 1 mil para R\$ 2 mil, com a determinação de que o bloqueio das contas seja feito somente na situação em que o saldo ou somatório dos depósitos, em determinado mês, for superior a R\$ 5 mil. Outra ação





relevante em curso é a opção dos beneficiários do Programa Bolsa Família de receber os benefícios por meio de depósito em conta corrente simplificada, o que resultará em aumento do processo de inclusão financeira no País.

O BNB realizou, no ano de 2010, a abertura de mais de 192 mil contas simplificadas, ultrapassando 620 mil a quantidade de contas simplificadas existentes. Para 2011 o referido banco planeja a abertura de 220 mil contas simplificadas, principalmente para os microempreendedores urbanos e rurais.

Atualmente o BASA possui um estoque de 22.566 contas simplificadas, possibilitando a bancarização da população de baixa renda, a exemplo de autônomos, aposentados e jovens universitários, sendo que em 2010 foram abertas 1.648 contas.

c.2) Crédito Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS

A carteira de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS totalizou R\$ 117 bilhões em operações, representando um crescimento de 28%, de novembro de 2009 a novembro de 2010, superior ao crescimento da carteira de empréstimos pessoais de todo o SFN, que registrou crescimento de 21% no mesmo período.

c.3) Banco Postal

O Banco Postal, operação dos Correios na prestação de serviços bancários básicos, principalmente à população de baixa renda, tem auxiliado na promoção da inclusão social por meio da inclusão financeira, atendendo cerca de um milhão de pessoas diariamente e movimentando cerca de R\$ 52 bilhões por ano, promovendo o acesso a crédito institucional regulamentado, o desenvolvimento da economia local das regiões mais isoladas e o fomento de novos empreendimentos.

No período de 2003 a 2010, o Banco Postal ampliou significativamente sua abrangência, passando de 2.228 Municípios atendidos em 2003 para 5.266 em 2010, o equivalente a 95% dos Municípios, com 6.192 agências de Correios atuando como serviço bancário de cunho social. Ao final de 2010, já havia superado a expressiva marca de 10 milhões de contas correntes e de poupança abertas, com uma média diária de 4.500 contas.

d) Microcréditos e Microfinanças

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado permite que uma ampla e diversificada rede de instituições operadoras possa aproximar-se do microempreendedor individual formal ou informal. Com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito para os microempreendedores populares e promover a integração de políticas públicas, o programa implementou, até novembro de 2010, as seguintes ações: i) aprovação da Concessão de R\$ 20 milhões ao Banco do Nordeste para assegurar a expansão do Programa Crediamigo, bem como a concessão de R\$ 20 milhões do FAT para a Caixa repassar a mais de 30 organizações habilitadas; ii) apoio ao desenvolvimento institucional para organizações de microcrédito habilitadas, no valor previsto de R\$ 2 milhões; iii) acompanhamento de 44 projetos aprovados em 2007, 2008 e 2009, que incluem dez convênios de desenvolvimento institucional e 16 projetos de atendimento a microempreendedores identificados no Cadastro do Programa Bolsa Família; e iv) execução de projeto em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o MPS para treinar diretamente 2.000 funcionários das organizações de microcrédito e indiretamente seus 70 mil clientes microempreendedores informais, com o intuito de estimular a formalização de seus negócios e permitir o acesso à proteção social provida pelo Estado.

Desde a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, em abril de 2005, foram realizadas, até o 3º trimestre





de 2010, mais de 6,7 milhões de operações de microcrédito que representam a concessão de um volume total de crédito acima de R\$ 8,6 bilhões em termos nominais. Em relação aos dados de 2010, até o 3º trimestre, foram realizadas 1.440.131 operações de microcrédito, concedendo um total de crédito de R\$ 2 bilhões.

Considerando os indicadores quantitativos, espera-se, em 2011, atingir as seguintes metas: i) expandir as operações de microcrédito, alcançando dois milhões de operações, com recursos da ordem de R\$ 2,8 bilhões; ii) superar 40% de aumento no volume da carteira ativa, consubstanciando um total de R\$ 1,19 bilhão; iii) alcançar a quantidade de 1,2 milhão de clientes ativos; iv) construir o marco jurídico para celebrar parcerias com Estados e Municípios; v) aumentar o acesso aos recursos de exigibilidade por parte das instituições de microcrédito produtivo orientado; e vi) fortalecer a rede de atendimento do programa e ampliar sua abrangência.

O BNB, por meio do Programa de Microcrédito Urbano Produtivo e Orientado (Crediamigo), realizou mais de 1,6 milhão de operações no ano de 2010, com desembolso total de R\$ 2,1 bilhões. Para 2011 a meta é alcançar 1,7 milhão de operações e desembolso de R\$ 2,5 bilhões. Com relação ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Rural, o Agroamigo, cujo público-alvo é composto de agricultores familiares, o BNB contratou, no ano de 2010, 329 mil operações no valor de R\$ 596 milhões, com mais de 600 mil clientes ativos. Para 2011 a meta é contratar 400 mil operações no valor de R\$ 700 milhões.

Para viabilizar operações de microsseguro às famílias com as características socioeconômicas dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), foi criado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Projeto de Implementação de Microseguros. Vale destacar ainda: (i) o relatório divulgado no II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, que representou o início da construção de um mapa relativo a esse assunto no País; e (ii) a consolidação e aprimoramento da regulamentação que disciplina a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito, com o propósito de adequá-las às disposições da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

O Banco da Amazônia iniciou suas atividades de financiamento de empreendedores populares, através do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (Amazônia Florescer), em novembro de 2007. Até o final do exercício de 2010 o programa já respondia por uma carteira de aplicação superior a R\$ 13 milhões, com mais de 16.000 clientes atendidos. Para o ano de 2011 pretende-se ampliar os pontos de venda para esse segmento.

6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca

O aumento da produção pesqueira e do consumo de pescado no Brasil está relacionado, especialmente, à adoção de políticas públicas e investimentos nos diversos elos da cadeia produtiva do setor. A divulgação da estatística em 2010, a primeira após a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), tendo como base o período de 2008/2009, mostrou um aumento de mais de 15% na produção aquícola brasileira, que passou de 289.050 t/ano em 2007 para 415.649 t/ano em 2009. No mesmo período, a produção proveniente da pesca extrativa passou de 783.176,5 t/ano para 825.164,1 t/ano. A meta do Governo é produzir mais de 1,4 milhão de t/ano até o final de 2011, quantitativo que inclui a pesca extrativa e a aquicultura.

O Governo tem atuado para incentivar o consumo de pescado. Com o crescimento da produção, a meta prevista para 2011, de aumentar o consumo de pescado no Brasil de 6,8 kg/habitante/ano para 9 kg/habitante/ano, foi alcançada um ano antes, ainda em 2010. O brasileiro está comendo mais peixes, crustáceos e frutos do mar.

Mais de 400 kits Feira do Peixe, módulos que permitem a comercialização direta do pescado, foram distribuídos para colônias e entidades representativas dos pescadores em 2010. Entre os beneficiários diretos (produtores) e indiretos (consumidores)





estimam-se 420 mil atendidos. Caminhões frigoríficos para a armazenagem e comercialização de pescado foram entregues a 43 entidades, somando um investimento de R\$ 6,8 milhões. Outras 50 entidades foram contempladas com o recebimento de caminhões Feira do Peixe, para venda de peixe a preços populares nos bairros. O investimento nos caminhões Feira do Peixe foi na ordem de R\$ 12,1 milhões.

a) Acesso ao Crédito

O Plano Safra das Águas e o Programa Revitaliza, ao ampliarem a possibilidade de acesso ao crédito, proporcionaram aos pescadores mais oportunidades de comprar equipamentos, modernizar, reformar ou substituir embarcações. Em 2010, as operações de financiamento já ultrapassaram o valor de R\$ 13,5 milhões. Nos últimos anos, o número total de operações de crédito passa de 196 mil contratações, somando mais de R\$ 1,2 bilhão em valores de crédito concedidos ao setor da pesca e aquicultura.

Dois novos barcos pesqueiros da Cooperativa de Pesca do Estado da Paraíba (Coopa), financiados pelo Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota), cujos recursos advêm dos Fundos Constitucionais do Norte e Nordeste e do Fundo da Marinha Mercante, iniciaram suas operações. O valor investido na construção dos barcos Coopa II e Coopa III chega a R\$ 5,9 milhões, com prazo de financiamento de até 15 anos e três anos de carência. Para 2011 estima-se dar continuidade aos aperfeiçamentos do Profrota para atender às necessidades dos diferentes tipos de embarcações em cada Região do País.

b) Infraestrutura Pesqueira

Foram finalizadas, em 2010, as obras dos Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs) de Santos (SP), Cabedelo (PB), Camocim (CE), a primeira etapa de Natal (RN), Santana (AP) e das Unidades de Beneficiamento de Pescado (UBP) em Santa Cruz de Cabralia (BA), Bujari (AC), Primavera do Leste (MT), Abelardo Luz (SC), Mira Estrela (SP), Outeiro (PA) e Jacundá (PA). Outros 16 TPPs, além de 34 UBPs, estão em implantação em todo o País para atender a meta dos 20 terminais novos ou reestruturados até 2011. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) fará a gestão dos TPPs em cooperação com o MPA.

As ações de apoio em infraestrutura e custeio de operação de unidades produtivas destinadas a atender a empreendimentos de economia solidária, projetos comunitários e atividades de aquicultura familiar na zona costeira totalizaram recursos de R\$ 1,5 milhão, resultando no apoio a 41 unidades distribuídas em oito Estados (SC, SP, RJ, BA, AL, RN, CE e PA) e beneficiando cerca de 3.000 pescadores, marisqueiras, maricultores e seus familiares.

c) Formação Profissional, Pesquisa e Desenvolvimento e Assistência Técnica

A necessidade de alfabetização dos pescadores e pescadoras profissionais, numa perspectiva de educação continuada, é o foco do Programa Pescando Letras. O projeto está sendo implantado em todo o País e até o final de 2010 mais de 62 mil pescadores estavam registrados como beneficiários dessa política. A meta para 2011 é atender a 100 mil pescadores.

Em 2010, pescadores de 50 comunidades de todo o País passaram a ter cursos de pesca e aquicultura pela Internet. O Instituto Federal do Paraná (IFPR) promove os cursos de técnico em pesca e técnico em aquicultura do Núcleo de Educação à Distância, com o objetivo de oferecer oportunidade de formação geral e técnica em pesca e aquicultura, ampliando a qualificação de jovens e adultos. O curso é transmitido ao vivo pelos Telecentros da Pesca Maré, por todo o País, e tem duração de dois anos, com 2.000 vagas.





No Dia do Pescador, 29 de junho, foram assinados os primeiros 15 convênios com órgãos e empresas públicas para assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola voltados para a capacitação e desenvolvimento de projetos, no total de R\$ 11,5 milhões, beneficiando 19 mil famílias de pescadores artesanais e aqüicultores familiares.

No ano de 2010, foram lançados três editais de apoio financeiro a projetos de pesquisa científica e tecnológica para o ordenamento sustentável da aqüicultura em águas da União, nos quais estão sendo investidos aproximadamente R\$ 7,3 milhões para apoio a 11 projetos de pesquisa que terão como foco estudos dos reservatórios e das áreas marinhas tidas como prioritárias para a implantação de empreendimentos aquícolas. Na área de infraestrutura de pesquisa foram aprovados 13 projetos, representando um investimento de R\$ 10,8 milhões. Já para a formação de recursos humanos foram distribuídas cerca de 200 bolsas de estudo.

O Programa PD&I em Aqüicultura e Pesca, em 2010, lançou editais conjuntos MCT e MPA para a formação de recursos humanos em pesca e aqüicultura e para apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem ao ordenamento sustentável da aqüicultura em águas sob o domínio da União.

O término das obras de instalação Embrapa Aqüicultura e Pesca está previsto para o final de 2011. Também foi estabelecido o consórcio de pesquisa que terá o papel de articular projetos de pesquisa do setor pesqueiro e aquícola nas diversas instituições do País.

d) Aqüicultura

Para aumentar a produção nacional de pescado através da aqüicultura, estão sendo implantados parques aquícolas nos grandes reservatórios públicos e no litoral brasileiro, por meio do programa de cessão de águas da União.

Atualmente, existem seis reservatórios demarcados e 25 estão em processo de demarcação dos parques aquícolas, onde se estima gerar mais de 349 ocupações e produzir 563.912,57 t/ano de pescado, contemplando 24 Estados e 278 Municípios. Além disso, em praticamente todo o litoral brasileiro, onde estão sendo estudados e demarcados os parques aquícolas marinhos, o número de beneficiários envolvidos nesse processo de inclusão social é de mais de 160 mil ocupações. Essas ações somam investimentos em torno de R\$ 30 milhões em estudos para demarcação das áreas aquícolas. Já foram cedidas quatro mil áreas, com 1.026 hectares, em águas de domínio da União, sendo 89% para seleção destinada a aqüicultores familiares. Considerando os reservatórios demarcados e aqueles em processo de demarcação, chega-se a 31, sendo que a meta prevista para 2011 é de 40.

Ainda em 2010, foram firmados 27 convênios para o desenvolvimento de ações de fomento à aqüicultura familiar e compra de 64 retroescavadeiras, 30 escavadeiras hidráulicas e 537 tanques-rede.

e) Monitoramento, Controle e Gestão Participativa

Na estratégia de universalização do acesso ao Seguro Defeso pelos pescadores que capturam espécies controladas e proteção do benefício aos verdadeiros pescadores, mais de 79 mil carteiras profissionais do Registro Geral da Pesca foram canceladas, sendo mais de 20 mil no Estado do Pará, com a conseqüente suspensão do recebimento do valor de um salário mínimo pago durante o período de reprodução das espécies.

Para estruturar e modernizar as diversas etapas da cadeia produtiva, o MPA adotou a abordagem territorial na implantação de suas políticas, criando 53 câmaras temáticas em 2010, envolvendo 900 instituições públicas e da sociedade civil e resultando na aprovação de 38 planos territoriais. Atualmente, 62 territórios são beneficiados pelas políticas do setor, além dos 174 onde foram identificados territórios da pesca e aqüicultura, congregando 1.886 Municípios e mais de 500 mil pescadores.





A organização do setor também foi amplamente debatida no I Encontro Nacional dos Territórios da Pesca e Aquicultura e na I Feira Internacional da Pesca e Aquicultura (Aquapescabrasil), onde 13 países, incluindo os maiores produtores aquícolas mundiais, como a China, estiveram no Brasil em busca de negócios e novas experiências. A Aquapescabrasil reuniu mais de 10.500 pessoas, 63 expositores e gerou um volume de negócios de mais de R\$ 25 milhões.

O I Encontro Nacional da Pesca Amadora reuniu representantes de diversos segmentos para debater as diretrizes do setor. Com a promulgação da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, a gestão da atividade da pesca amadora, antes de responsabilidade do Ibama, passou para a coordenação do MPA, que em 2010 criou a estrutura organizacional responsável pelo registro e licenciamento da atividade.

7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária

a) Agricultura Familiar

a.1) Crédito Rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O volume de recursos emprestados nas linhas do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no ano-safra de 2009/10, foi ampliado em R\$ 2,21 bilhões em relação ao volume aplicado na safra anterior. O crescimento percentual do volume aplicado foi de 20,48%.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do volume de recursos, em termos nominais, emprestados aos agricultores familiares no Pronaf, em cada ano-safra, e o volume disponibilizado para o ano-safra de 2010/2011.

Utilização dos recursos do Pronaf pelos Agricultores Familiares
Valores nominais (R\$ bilhões)



Fonte: MDA/SAF

Dentre as linhas de crédito disponibilizadas pelo programa, a Pronaf Mais Alimentos foi destaque do ano-safra 2009/2010. Foram ampliados os produtos e produtores beneficiados. Hoje, o Pronaf Mais Alimentos financia o preparo e conservação do solo, máquinas e implementos agrícolas para a produção, a armazenagem e o transporte de açafrão, arroz, café, cana-de-açúcar, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, soja, sorgo e trigo, e também para fruticultura, cultivo de palmito, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.





Nos dois anos-safra de operacionalização (2008/2009 e 2009/2010), o Mais Alimentos possibilitou o financiamento de R\$ 3,58 bilhões, atendendo a mais de 85 mil agricultores.

Visando a fomentar a diversificação produtiva e oferecer suporte aos agricultores que realizam financiamentos no âmbito do Pronaf Mais Alimentos, e nas demais linhas de financiamento de investimento do Pronaf, foi criado o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). O PGPAF garante as operações de custeio e investimento realizadas no âmbito do Pronaf, até o limite de R\$ 5.000,00 por agricultor, em caso de queda nos preços no momento da comercialização. O número de culturas amparadas pelo PGPAF foi ampliado para 44, contemplando: arroz, feijão, mandioca, milho, leite, soja, tomate, inhame, cará, café arábica, café conilon, castanha de caju, algodão (caroço), alho, amendoim, borracha natural, caprinos, ovinos, castanha do brasil, cebola, girassol, juta, malva, mamona, pimenta do reino, pó cerífero de carnaúba, sisal, sorgo, trigo, triticale, açaí, babaçú (amêndoa), borracha natural extrativa, castanha-do-brasil (em casca), pequi (fruto), piaçava (fibra), uva, maçã, cana-de-açúcar, banana, abacaxi, umbu, mangaba, baru e babaçu.

Em 2009 o Governo criou o Pronaf Sustentável, nova abordagem para a liberação de recursos do Pronaf que utiliza um conjunto de metodologias de assessoramento técnico visando a promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares. As famílias atendidas pelo programa poderão obter maior renda por área cultivada e ao mesmo tempo fazer a recomposição ambiental das propriedades, contribuindo para a recuperação do fluxo hidrológico da região. Em 2010, o Pronaf Sustentável foi operado em projetos-piloto que atenderam a mais de 700 agricultores. Até meados de 2011, o atendimento deverá ser ampliado para 10 mil agricultores.

a.2) Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)

As atividades rurais estão sujeitas a diversos riscos. A qualquer momento pode ocorrer seca, chuva excessiva, geada, granizo, ventos fortes, variações excessivas de temperatura e pragas e doenças sem método de combate difundido, que comprometem a produção e a renda no campo.

Por isso, o Governo criou o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), com garantia de renda, que promove o crescimento da produção agrícola e ajuda a manter o agricultor no campo. Além disso, reduz o risco bancário das operações de crédito.

Em seis anos de existência, o SEAF se consolidou como o maior programa de seguro para a agricultura familiar no continente americano, com mais de 500 mil empreendimentos amparados em todo o País e com um valor total segurado de mais de R\$ 4,5 bilhões. Na safra 2010-2011, mais de 40 tipos de culturas agrícolas deverão ter cobertura pelo SEAF.

A sustentabilidade técnica e financeira do programa tem sido viabilizada por meio de ações de gestão de riscos envolvendo aprimoramento de condições operacionais, monitoramento e assistência técnica para orientação aos agricultores na adoção de boas práticas de cultivo. Essas ações possibilitaram manter sob controle os índices de sinistralidade. Há quatro anos, o SEAF vem operando com indicadores compatíveis com as referências internacionais do mercado de seguros. Por outro lado, as ações articuladas com o sistema de assistência técnica têm contribuído para a redução das perdas, o que significa ampliação da produção de alimentos e da renda.

O SEAF opera em articulação com o financiamento de custeio agrícola do Pronaf. A cobertura para o custeio compreende 100% do valor financiado, mais uma parcela de renda correspondente a 65% da receita líquida esperada da lavoura. Essa parcela de renda era limitada a R\$ 2.500,00. A partir de julho de 2010, esse valor foi elevado para R\$ 3.500,00.

Para aderir ao seguro, o agricultor paga uma taxa de apenas 2%, incluída no financiamento de custeio agrícola, sendo o prêmio de seguro subvencionado pelo Governo.





Na safra 2010/2011 foi criada uma nova modalidade de cobertura: o SEAF Investimento. A adesão é feita na operação de custeio agrícola do Pronaf, podendo ser enquadradas operações de investimento contratadas a partir de 1º de julho de 2007. Essa nova modalidade cobre até 100% da prestação de financiamento de investimento do Pronaf, limitada à margem segurável na operação de custeio e a R\$ 5.000,00 por agricultor.

Investimentos em máquinas, equipamentos, recuperação de solos, melhoramento genético e outras formas de ampliação e modernização da infraestrutura produtiva têm sido cada vez mais necessários para aumentar a produtividade, reduzir custos, melhorar as condições de trabalho e a qualidade dos produtos, de modo a atender às exigências do mercado, aumentar a produção e a renda. O SEAF Investimento foi criado para apoiar o agricultor nesse esforço e irá contribuir para ampliar o acesso ao crédito de investimento e oferecer maior segurança ao agricultor familiar no desenvolvimento de suas atividades produtivas.

a.3) Garantia- Safra

O Garantia-Safra é um seguro de renda e tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sujeitos à perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, situados na área de atuação da Sudene, que compreende a Região Nordeste, norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Municípios do Espírito Santo. O Garantia-Safra disponibiliza o valor de R\$ 640,00 para cada família que tenha perda comprovada de, pelo menos, 50% da produção nas lavouras de milho, feijão, arroz, mandioca e algodão.

Nos oito anos de implementação do Garantia-Safra, observa-se um contínuo crescimento da participação e interesse dos Municípios e dos agricultores familiares. Iniciou-se em 2002, com 333 Municípios participantes, 550 mil cotas distribuídas e 200 mil agricultores aderidos. Em 2010, foram 859 Municípios, 700 mil cotas e 661 mil agricultores participantes. O programa tem boa aceitação entre gestores, organizações sociais e agricultores.

Evolução da participação de Municípios e agricultores

QUANTIDADE	SAFRA 02-03	SAFRA 03-04	SAFRA 04-05	SAFRA 05-06	SAFRA 06-07	SAFRA 07-08	SAFRA 08-09	SAFRA 09-10
MUNICÍPIOS	333	367	465	543	471	635	714	859
AGRICULTORES	200.292	177.839	287.861	356.584	346.321	558.606	553.225	661.802

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Durante o período 2003-2010, 3.142.530 agricultores familiares aderiram ao programa. Desse total, 2.004.452 tiveram perda comprovada de produção e foram amparados pelo Garantia-Safra.

Evolução da quantidade de agricultores aderidos ao programa e de agricultores que receberam o benefício do Garantia-Safra

Safra	Agricultores Aderidos	Agricultores Pagos	%
2002-2003	200.292	85.056	42,47
2003-2004	177.839	75.810	42,63
2004-2005	287.861	211.339	73,42
2005-2006	356.584	106.081	29,75
2006-2007	346.321	316.000	91,24
2007-2008	558.606	182.147	32,61
2008-2009	553.225	423.538	76,56
2009-2010	661.802	604.481	91,34
Total	3.142.530	2.004.452	63,78

Fonte: MDA/SAF





Para a safra 2010/2011, foram disponibilizadas 732.540 cotas de participação e as adesões estão em andamento com elevada procura e aceitação por parte dos agricultores familiares, municipalidades e governos estaduais.

a.4) Apoio à Comercialização

Em pouco mais de sete anos de sua criação, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) investiu mais de R\$ 3,5 bilhões na aquisição de aproximadamente 3,1 milhões de toneladas de alimentos, envolvendo uma média de 160 mil agricultores familiares por ano, em mais de 2.300 Municípios. Os alimentos adquiridos contribuem para o abastecimento, em média, de 25 mil entidades beneficentes e assistenciais por ano, que atendem a cerca de 15 milhões de pessoas.

Em 2010, o volume de recursos destinados ao PAA superou a marca de R\$ 800 milhões, beneficiou aproximadamente 213 mil agricultores familiares em todo o País e possibilitou a aquisição de 539 mil toneladas de alimentos. Considerando-se apenas o executado com recursos do MDA, foram aplicados cerca de R\$ 60 milhões nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar e Apoio à Formação de Estoques, beneficiando cerca de 11 mil agricultores familiares.

O PAA será reforçado no ano de 2011, com estimativa de recursos orçamentários podendo chegar aos R\$ 2 bilhões. A tendência é que as modalidades de aquisição de alimentos financiadas pelo MDA também atinjam níveis maiores, superando os recursos disponibilizados em 2010.

Além disso, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estabelece que do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. Assim, desde 2009, os Municípios iniciaram processo de compra da agricultura familiar.

Em 2010, foram disponibilizados pelo FNDE R\$ 900 milhões para aquisição de produtos diretamente da agricultura familiar. De acordo com o levantamento realizado em meados de julho de 2010, 1.576 Municípios estavam comprando gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, ou seja, 28,31% dos Municípios. O trabalho desenvolvido para a mobilização e capacitação de atores sociais da agricultura familiar tem contribuído para a efetivação do programa.

a.5) Biodiesel e Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel é um programa interministerial do Governo Federal, que objetiva a implementação da produção e uso do Biodiesel de forma sustentável, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. Como fruto do Programa, já existem 63 Pólos de Biodiesel no Brasil, que abrangem 1.091 Municípios.

Atualmente, 33 empresas já operam com o Selo Combustível Social, estimulando e fortalecendo aproximadamente 100 mil famílias produtoras de oleaginosas em todo o País, organizadas em 60 cooperativas de agricultores familiares. Na Região Nordeste, uma das regiões prioritárias, são cerca de 40 mil famílias que participam do Programa e movimentam cerca de R\$ 50 milhões.

Lançado em 2009, na Região Norte, o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo já conta com a participação de cerca de 2.000 famílias e funciona como alternativa estratégica para a diversificação de matérias-primas para o biodiesel, geração de energia para comunidades isoladas, recuperação de áreas degradadas, regularização fundiária e geração de renda.





a.6) Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar

O ano de 2010 é um marco para a agricultura familiar brasileira em virtude da publicação da Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, e do Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010, que dispõem sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). Sob o amparo dessa nova legislação, os serviços de ATER passam ser prestados por instituições ou organizações, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, selecionadas por meio de chamada pública. Essa nova forma de contratação visa principalmente a qualificar os serviços de ATER e garantir o fornecimento desses serviços de forma continuada.

No decorrer do ano, foram feitas quatro rodadas de chamadas públicas de ATER para atender os públicos dos Territórios da Cidadania, Operação Arcoverde, Programa Nacional do Crédito Fundiário, Semi-árido e ATER Indígena, com previsão de contratação de serviços para atender a cerca de 290 mil famílias. Além disso, está em curso o novo credenciamento de entidades prestadoras de serviços de ATER, de acordo com a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Até o momento, já são 437 organizações credenciadas pelo MDA, em processo que envolveu a participação dos conselhos estaduais de desenvolvimento rural ou similar, abrangendo mais de 18.000 técnicos em todos os Estados da Federação.

As ações de formação realizadas diretamente pelo MDA focaram o desenvolvimento rural sustentável, o uso de métodos e ferramentas que promovam a participação, a qualificação para acesso ao crédito e o combate à pobreza rural, a produção agrícola e pecuária de base ecológica, o enfrentamento das gripes suína, equina e aviária, a implantação de sistemas agroflorestais e a qualificação para o trabalho com cadeias produtivas e arranjos produtivos locais.

a.7) Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Na implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, o Governo, por intermédio do MDA, tem difundido, disseminado e fomentado, nos territórios rurais apoiados, ações que contribuam para a ampliação das habilidades, competências e conhecimentos dos atores sociais, para o desenvolvimento local de acordos e arranjos capazes de dar suporte à implementação das iniciativas locais e que caminhem no sentido da gestão social do processo de desenvolvimento territorial.

Complementam essa atuação as ações desenvolvidas com vistas ao fortalecimento dos colegiados territoriais e do processo de planejamento, materializado no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), bem como ações de apoio à dinamização econômica nos territórios rurais e de articulação de políticas públicas que possam dar suporte aos programas e projetos que compõem o PTDRS. O fomento ao associativismo e cooperativismo da agricultura familiar e de assentados da reforma agrária é uma das estratégias adotadas pelo programa com vistas ao fortalecimento dos seus beneficiários prioritários.

Ao longo do ano de 2010, o Governo apoiou 164 Territórios Rurais, selecionados nas 27 Unidades da Federação, abrangendo 2.500 Municípios, com uma população de cerca de 52,2 milhões de pessoas, correspondendo a uma área de 5.046.045,5 km² – 58,5 % da área total do País. Nesses territórios concentram-se 60,86% dos beneficiários diretos das ações do MDA.

Os recursos totais aplicados pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, em 2010, foram da ordem de R\$ 322,9 milhões, sendo que os principais resultados obtidos no exercício são:

- Constituição dos colegiados territoriais em todos os 164 territórios apoiados, organizados com base nos princípios da participação, do diálogo e da transparência, tendo como referência a observância de critérios como a representatividade, a diversidade e a pluralidade de segmentos sociais e de interesses de cada território;





- Discussão e deliberação no âmbito dos colegiados territoriais dos projetos de infraestrutura e de serviços apoiados, com aplicação de R\$ 191,9 milhões, com destaque para os investimentos em infraestrutura hídrica, em infraestrutura social, em espaços de comercialização e em projetos de agroindustrialização e agregação de valor à produção;
- Elaboração de 18 novos PTDRSs, totalizando 136 territórios que dispõem dessa ferramenta de planejamento e gestão;
- Formação de 56.204 pessoas para atuarem como agentes de desenvolvimento;
- Realização do projeto Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Coopersol), para apoio aos empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar, com investimento da ordem de R\$ 56,7 milhões para a formação de quadros dirigentes, assessoramento aos empreendimentos no acesso a mercados e o planejamento de cadeias e de negócios dos empreendimentos; e
- Continuidade na implementação do Projeto Dom Hélder Câmara, direcionado aos assentamentos da reforma agrária na região do semiárido do Nordeste, com a aplicação de R\$ 21,4 milhões em ações voltadas à melhoria da qualidade de vida e da capacidade produtiva do público-alvo, destacando-se assistência técnica permanente prestada a 15.050 famílias, a qual envolve aspectos referentes à comercialização de produtos, educação no campo e convivência com o semiárido, além do apoio ao processo de alfabetização e capacitação de jovens e adultos.

Para 2011, espera-se a incorporação de mais 36 territórios rurais, totalizando 200, para o desenvolvimento das seguintes prioridades: i) consolidar os colegiados territoriais como instituições qualificadas para a gestão social do desenvolvimento; ii) consolidar os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e demais instrumentos de planejamento territorial; iii) assegurar o funcionamento dos projetos de investimento contratados a partir de 2003, buscando apoiar e fortalecer processos que favoreçam a gestão dos empreendimentos apoiados pelo programa; iv) sistematizar e divulgar resultados da estratégia de desenvolvimento rural sustentável a partir da abordagem territorial; v) consolidar as bases de serviços técnicos como unidades de assessoramento à comercialização e ao cooperativismo da agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária; e vi) consolidar as estratégias para a formação de agentes de desenvolvimento, com foco na gestão social de políticas públicas e de empreendimentos sociais e produtivos.

a.8) Programa Arca das Letras

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras promove o acesso ao livro e incentiva a leitura no meio rural, por meio das ações de implantação de bibliotecas, de formação de agentes de leitura e da distribuição de acervos adequados à diversidade cultural das comunidades rurais brasileiras, atendendo às famílias que vivem nos assentamentos da reforma agrária, nas comunidades de agricultura familiar, de remanescentes de quilombos, indígenas e ribeirinhas e em colônias de pescadores.

O programa articula ações de diversos ministérios, bem como de outras esferas públicas e privadas, que publicam livros ou produzem informações de interesse para as pessoas que vivem no meio rural. Também integra recursos dos Estados e Municípios, a fim de criar condições adequadas para a implantação das bibliotecas.

No período de 2003 a 2010, as ações e parcerias desdobraram-se conforme suas áreas de afinidades e o programa alcançou todos os Estados do País, tendo chegado a mais de oito mil comunidades, em cerca de 2.900 Municípios. Os mais de 1,5 milhão de livros distribuídos nas bibliotecas circulam nas mãos de aproximadamente 900 mil famílias do campo, promovendo acesso à informação e ampliação de conhecimento. Foram, ainda, capacitados 14 mil agentes de leitura que fazem a gestão das bibliotecas comunitárias e mantêm a dinâmica de acesso e compartilhamento do conhecimento no campo.





O Programa Arca das Letras implantou, em 2010, 860 bibliotecas em 331 Municípios, e capacitou 1.429 agentes de leitura, promovendo o acesso de 98 mil famílias aos mais de 179 mil livros distribuídos.

Desde 2007 estão sendo formadas comissões de agentes de leitura nos territórios da cidadania para o acompanhamento sistemático das bibliotecas. Os agentes de leitura também são preparados para identificar, promover e difundir a cultura local. O programa fez a produção fonográfica da série Cantos do Semiárido, que revelou a artista popular Zabé da Loca, da Paraíba, premiada como artista revelação da música brasileira em 2009, e também premiada com a Ordem do Mérito Cultural, em 2008, e Mestre da Cultura Popular, em 2010. Na mesma série, o Grupo de Negros e Negras do Leitão da Carapuça, de Pernambuco, ganhou o prêmio Mestre da Cultura Popular em 2010, na categoria grupo. Outros artistas do campo são identificados em vários segmentos e, por meio das bibliotecas, revalorizados em suas comunidades e Municípios.

Em 2010, iniciou-se a formação da Rede Nacional de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, que deve fortalecer as ações de incentivo à leitura, à pesquisa, à educação e à cultura no campo, com vistas a congregar as oito mil bibliotecas e mais de 16 mil agentes de leitura em atividade nas comunidades rurais, e articular a formação de Redes Estaduais de Bibliotecas Rurais Arca das Letras. As redes estaduais se formam em encontros de agentes de leitura, que discutem as propostas e vão se integrando para a criação da base da rede nacional.

O Programa Arca das Letras tem como prioridade, para o ano de 2011, implantar 800 novas bibliotecas, atualizar o acervo das oito mil bibliotecas rurais já implantadas, com literatura infantil, para jovens e para adultos, e realizar encontros estaduais de agentes de leitura para troca de experiências e capacitação.

a.9) Políticas para as Mulheres Rurais

O reconhecimento das desigualdades de gênero no meio rural propiciou a implantação de políticas de ação afirmativa, que visam a reparar a profunda assimetria entre as condições de homens e mulheres. Dentre as políticas públicas de apoio às mulheres rurais elaboradas, destaca-se a instituição de mecanismos para a promoção da igualdade de gênero no âmbito do II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater).

As mulheres ampliaram sua influência na gestão das políticas com a participação no Comitê Permanente de Promoção da Igualdade no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrav) e nos Comitês Gestores do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e do Programa de Organização Produtiva.

Em 2010, deu-se continuidade às parcerias estabelecidas com entidades feministas para desenvolver ações de formação e capacitação, com o objetivo de estimular as mulheres rurais a participarem ativamente do processo de formulação e implementação das medidas e ações que visam a lhes garantir acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, e aos direitos de cidadania e de acesso à terra. Foram realizadas ações de capacitação, articulação e mobilização envolvendo mulheres trabalhadoras rurais, técnicos, gestores, conselheiros e conselheiras dos colegiados em 86 Territórios da Cidadania. Nesse período foram constituídos 77 comitês de mulheres integrados aos Colegiados Territoriais.

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) assegura o acesso gratuito à documentação civil e trabalhista para as mulheres rurais, acampadas e assentadas da reforma agrária, ribeirinhas, extrativistas, indígenas e quilombolas, dentre outras. As ações são desenvolvidas por meio de mutirões itinerantes, nos quais são emitidos o registro e a certidão de nascimento, o Cadastro de Pessoa Física (CPF), a Carteira de Identidade (CI/RG), a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o registro junto ao Instituto Nacional do Seguro Social e o Registro Geral da Pesca (RGP).





O atendimento às mulheres no âmbito do PNDTR foi modernizado com a implantação de 24 unidades móveis adaptadas, denominadas Expresso Cidadã, que atuam em todo o País, emitindo documentos de forma on-line e garantindo agilidade de atendimento. Com isso, ampliou-se a demanda e a oferta dos serviços previdenciários (concessão de aposentadorias, agendamento de perícias, auxílio-doença, auxílio-acidente, licença-maternidade), de emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf e do bloco de notas/talão de notas da produtora rural.

Em 2010, foram realizados 826 mutirões itinerantes em 780 Municípios, com a emissão de 372.619 documentos para mais de 179.091 mulheres. O PNDTR também atuou em Estados que foram atingidos por situação de emergência, como Alagoas e Pernambuco, garantindo documentação aos atingidos pelas enchentes.

A renda e autonomia para as mulheres ganharam força com o Programa Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR), que estimula a organização econômica das mulheres, com o apoio à gestão, produção, comercialização e capacitação, além da promoção de estudos e pesquisas. O programa viabilizou, em 2010, a capacitação de mais de 15 mil mulheres em políticas públicas, envolvendo representantes de grupos produtivos e movimentos sociais. Através do chamamento público do POPMR estão em processo de contratação 41 projetos com investimento de mais de R\$ 8 milhões e benefício para mais de 16 mil mulheres e suas organizações produtivas.

O apoio à comercialização dos produtos das mulheres rurais ocorreu através da formalização de convênios para realização de feiras territoriais no Rio Grande do Norte e na ampliação da participação das mulheres na Feira Nacional da Agricultura Familiar, onde participaram 197 grupos de mulheres ou com predominância de mulheres, correspondendo a 33,45% dos expositores.

Na oferta de crédito especial para mulheres, o Pronaf Mulher transformou-se numa linha específica de investimento independente do crédito contratado pelo grupo familiar. Para ampliar o acesso ao crédito especial para mulheres foi estabelecida parceria com o Banco do Nordeste (BNB) para capacitar seus agentes financeiros sobre economia feminista, gênero e políticas para mulheres.

Em 2010 foram realizados 27 seminários estaduais de ATER envolvendo mulheres rurais, assessores técnicos de diferentes órgãos e entidades para identificação e qualificação das demandas das mulheres. As chamadas públicas para contratação de serviços de ATER para mulheres representou investimento da ordem de R\$ 5 milhões em 2010, beneficiando mais de três mil mulheres.

Para garantir o acesso das mulheres à reforma agrária foram instituídas medidas como: i) titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por um casal (Portaria INCRA/MDA nº 981, de 2 de outubro de 2003); ii) preferência às famílias chefiadas por mulheres na destinação dos lotes (critério complementar da sistemática de classificação das famílias beneficiárias – IN 38/2007); iii) apoio à integração das mulheres nas políticas de desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária através do Crédito Apoio Mulher e da ATES; iv) capacitação de servidores sobre gênero e políticas para as mulheres; e v) avaliação das políticas para assentadas em encontros regionais. Os resultados apontam para a elevação do percentual de mulheres beneficiárias da reforma agrária de 13% em 2001 para 55% em 2007 e de mulheres chefes de família de 13% em 2003 para 26% em 2007.

Para ampliar o acesso ao crédito produtivo foi realizada em 2010 a oficina nacional sobre o Crédito Apoio Mulher, com a participação de 84 representantes de movimentos sociais e gestores do INCRA. Os serviços de ATES passaram a orientar a participação das mulheres nas atividades de caráter individual e coletivo e o atendimento de suas demandas produtivas. Para as atividades de caráter coletivo um importante avanço foi a obrigatoriedade da inclusão de serviços de apoio para o cuidado das crianças, com a contratação de recreadoras infantis e disponibilização de brinquedotecas ou equivalentes.

Foram publicados trabalhos no CD Gênero no Meio Rural: Levantamento Bibliográfico, que traz informações sobre a produção cien-





tífica de mulheres no meio rural. Em 2010, apoiou-se a promoção de editais de pesquisas em nível de pós-graduação e a realização do Simpósio Feminismo, Ação Política e Agroecologia, com a participação de pesquisadores e estudantes envolvidos com essa temática.

Foi realizado o Seminário Internacional Políticas Públicas para as Mulheres: Diálogo Sul-Sul, com a presença de 23 países, no qual se discutiu a situação das mulheres rurais e camponesas, suas demandas no âmbito de novas dinâmicas de desenvolvimento e as estratégias para impulsionar novas iniciativas de cooperação bilateral ou multilateral, criando uma agenda comum para os próximos períodos.

a.10) Política Internacional para Agricultura Familiar e Reforma Agrária

No âmbito das relações internacionais a prioridade foi assegurar o reconhecimento da contribuição da agricultura familiar e da reforma agrária para a garantia da segurança alimentar, o combate à pobreza e o desenvolvimento rural sustentável.

O MDA contribuiu para que o sistema das Nações Unidas incorporasse a agenda de reforma do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA). O CSA passa a se constituir no principal instrumento da governança internacional no combate à fome, promovendo o diálogo entre governos das Nações Unidas e a sociedade civil mundial.

O Governo implementou os compromissos definidos na iniciativa “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”, constituindo um programa de capacitação em assistência técnica e extensão rural e projetos de compras públicas da agricultura familiar em países africanos. Também foi instituído o Programa Mais Alimentos África que oferece máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros para o desenvolvimento da agricultura familiar dos países africanos. O financiamento aprovado na CAMEX destinará US\$ 640 milhões nos próximos dois anos para apoiar a produção de alimentos da agricultura familiar e garantir a segurança alimentar e nutricional daqueles países, gerando cerca de 64 mil empregos diretos no Brasil. Aliando financiamento de tecnologia brasileira em condições excepcionais (15 anos para pagamento, 3 anos de carência, taxa Libor), cooperação técnica solidária e apoio à implementação de políticas públicas locais, o Brasil mais uma vez inova no cenário internacional e inaugura um novo paradigma da cooperação internacional Sul-Sul.

O MDA também avançou no tratamento diferenciado para a agricultura familiar e a reforma agrária nas negociações internacionais, preservando a capacidade nacional de implementar políticas de compras públicas de alimentos da agricultura familiar como o PAA e o PNAE, e apoiou a recuperação da capacidade de regulação do Estado sobre a internacionalização das terras brasileiras.

Na integração regional o grande feito, no âmbito da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (REAF), foi a criação de Registros Nacionais da Agricultura Familiar em cada país do bloco, estabelecendo a base para desenvolver ações regionais conjuntas e a decisão dos Ministros responsáveis pela agricultura familiar do Mercosul de estruturarem programas de aquisições públicas de alimentos da agricultura familiar, a exemplo do PAA.

Para 2011 as prioridades serão implantar o Programa Mais Alimentos África em pelo menos dois países africanos; projetos que destinem a produção local de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar em cinco países africanos; e avançar na complementação produtiva da agricultura familiar no Mercosul. Para esta última ação, será fundamental contar com a colaboração do Congresso Nacional na aprovação do Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul (PDC 2.841/10).

a.11) Programa Territórios da Cidadania

Ao longo do ano de 2010 foram beneficiados 120 territórios em todas as unidades da Federação, totalizando 1.852 Municípios e





alcançando 13,1 milhões de pessoas na área rural, o que equivale a 46,2% da população rural brasileira.

Os 22 Ministérios que integram o Programa mantiveram-se mobilizados desde o início do ano, quando foi estruturada uma matriz de ações do Governo Federal com 180 ações e aporte de recursos no valor de R\$ 27,6 bilhões. Dados de 31 de outubro de 2010 relativos a 138 ações das ações programadas registram que foram empenhados R\$ 16,6 bilhões, ou seja, 62,4%, e pagos R\$ 14,8 bilhões, equivalendo a 55,6% de tais compromissos, o que permite estimar pagamento efetivo de aproximadamente 80% dos valores inicialmente programados. Informações mais detalhadas sobre a execução das ações do Programa Territórios da Cidadania são encontradas ao longo desta Mensagem, nas seções específicas de cada órgão que participa do programa.

Em 2010 foi desenvolvido novo ciclo anual e deu-se continuidade ao esforço de ampliar a participação social e de representantes do poder público nas articulações relacionadas aos processos decisórios das políticas públicas compreendidas pelo Programa. Intensificou-se também o trabalho voltado para a integração das políticas públicas no âmbito estadual, com a participação efetiva dos governos subnacionais.

Neste sentido, cabe destaque à promulgação da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, na qual constam dispositivos que transformam em obrigatórias, a partir de 2011, as transferências a Municípios beneficiados pelo Programa Territórios da Cidadania que possuem menos de 50 mil habitantes. Ademais, o recorte utilizado pelo Programa foi adotado como referência na alteração de regras e na priorização em diversas seleções de outras políticas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), Programa Minha Casa, Minha Vida, Unidades Básicas de Saúde, Farmácias Populares, Unidades Odontológicas Móveis, Pontos de Cultura, Construção de Cisternas, entre outras.

Para além do aumento da efetividade das políticas públicas relacionadas ao Programa Territórios da Cidadania, resultado da ampliação do acesso das populações beneficiárias às ações ofertadas pelo Governo e da complementaridade com iniciativas relevantes, tais como o PAC e o Programa Bolsa Família, houve avanço na constituição de uma política pública de Estado inclusiva para a população rural. Uma forte evidência disso é o número de Estados que utilizaram a estratégia do Programa na elaboração de matrizes de ações estaduais ou adotaram a abordagem territorial para o planejamento e gestão de suas políticas públicas. No conjunto, já são 18 unidades da Federação engajadas neste esforço.

As metas para 2011 são: i) configuração do Programa como uma das principais estratégias de combate à pobreza rural; ii) fortalecimento da estrutura de gestão do Programa, dos instrumentos de diálogo com os territórios, de participação social e de suas instâncias de gestão – Comitê Técnico, Comitês de Articulação Estaduais e Colegiados Territoriais; iii) fortalecimento das relações federativas entre as três esferas de Governo; iv) fortalecimento dos Colegiados Territoriais como instâncias essenciais para o Programa; v) melhoria da articulação entre o Programa e outros programas de governo; vi) elaboração de plano de comunicação e divulgação; vii) aprimoramento do acompanhamento e monitoramento das metas e ações; viii) garantia da efetividade dos recursos definidos como transferências obrigatórias na Lei nº 12.249, de 2010, para Municípios de até 50 mil habitantes; ix) organização da matriz de ações voltadas para o cumprimento de metas estabelecidas para a redução das desigualdades no meio rural; x) aprimoramento do Portal do Programa com novas funcionalidades para o diálogo com os territórios e o acompanhamento do Programa; e x) apoio para a melhoria da capacidade técnica das prefeituras para acesso às políticas públicas.





b) Reforma Agrária

b.1) Assentamentos e Incorporação de Terras à Reforma Agrária

Atualmente, a reforma agrária conta com 85,8 milhões de hectares incorporados, 8.763 assentamentos estabelecidos e cerca de 924,2 mil famílias assentadas.

No período de 2003-2010, o Governo ultrapassou a expressiva marca de 613,9 mil famílias assentadas, o que equivale a pouco mais de 66,4% do total de famílias já assentadas no País. Foram criados 3.551 projetos de assentamento, em 48,3 milhões de hectares. Em aproximadamente 86% desta área destinada à reforma agrária (42,3 milhões de hectares), foram criados projetos ambientalmente diferenciados, na maior parte situados na região da Amazônia Legal. Para atingir esses resultados, foram ampliados os recursos destinados à obtenção de terras, totalizando cerca de R\$ 7,45 bilhões em oito anos.

Somente em 2010, foram destinados R\$ 481,4 milhões para a obtenção de terras, por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais, incorporando à reforma agrária 243,3 mil hectares, que possibilitaram a criação de 203 novos projetos para o assentamento de 39.483 famílias.

b.2) Investimentos em Qualidade dos Assentamentos

Nos últimos anos, foram ampliados e intensificados os investimentos em ações de qualificação dos projetos de assentamento, essenciais para garantir qualidade de vida e condições sustentáveis de produção aos assentados. O Governo retomou e ampliou significativamente o serviço de assistência técnica aos assentados e elevou os recursos destinados aos créditos para a instalação das famílias. Além disso, investiu na estruturação dos assentamentos, especialmente na construção e reforma de estradas e no abastecimento de água.

Em 2010, foram aplicados R\$ 140,5 milhões em serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental na Reforma Agrária (ATES). Este montante de recursos possibilitou a contratação de cerca de 3.200 profissionais, responsáveis pelo acompanhamento e orientação produtiva, social e ambiental de 295,8 mil famílias, em 3.395 projetos de assentamento em todo o País. A partir da aprovação da nova Lei de ATER foram lançadas 17 chamadas públicas para a contratação de prestadoras de serviço de ATER para reforma agrária, o que permitirá ampliar o atendimento para mais 165,6 mil famílias em 13 Estados. Estima-se que até março de 2011 seja concluído processo de seleção para o atendimento do restante das famílias a serem beneficiadas.

Existem diversas etapas para estruturação dos assentamentos. Dentre essas, a aplicação do crédito instalação é fundamental. Em 2010, o aporte máximo previsto por família nas nove modalidades de crédito instalação foi de até R\$ 42.200,00, com destaque para o apoio inicial para a estruturação da família; a construção e reforma de moradia; o fomento; o crédito adicional para o semiárido; e o Crédito Mulher. Em 2010, 28 mil famílias tiveram recursos disponibilizados para a construção ou recuperação de casas nos assentamentos. Além disso, foram realizadas mais de 31,2 mil outras operações de crédito, envolvendo as demais modalidades de crédito instalação ou complementações de crédito para as modalidades que tiveram seus valores reajustados. Nessas ações, foram aplicados mais de R\$ 883,5 milhões, sendo que cerca de 65% desse valor foram destinados a famílias das Regiões Norte e Nordeste.

Adicionalmente, devem ser registradas outras ações implementadas com vistas à qualificação da infraestrutura básica nos novos assentamentos, tais como a construção e recuperação de estradas e a implantação de sistemas de abastecimento de água. Em 2010, o investimento na infraestrutura básica dos assentamentos foi de R\$ 275 milhões, beneficiando mais de 82,7 mil famílias, com a construção ou recuperação de 7.765 km de estradas e a implantação de 993 sistemas de abastecimento de água.





Ressalta-se também a importante parceria realizada entre o INCRA e o Ministério de Minas e Energia (MME) que, por meio do Programa Luz para Todos, já permitiu acesso à energia elétrica para mais de 218 mil famílias, em 4.500 assentamentos no período de 2003 a 2010. Obras em execução em breve beneficiarão mais 23 mil famílias.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) vem apoiando o processo de escolarização e formação dos assentados. Em 2010, aproximadamente 17,4 mil pessoas tiveram acesso a programas de educação de jovens e adultos e capacitação de nível médio e superior nos assentamentos. Registre-se que o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, instituiu o Pronera, conforme autorizado pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

A perspectiva ambiental passou a fazer parte da rotina de trabalho do INCRA, sendo que no período de 2003 a 2010, 5.443 licenças foram protocoladas junto aos órgãos ambientais, com 2.963 licenças expedidas. Somente em 2010, 883 licenças foram protocoladas e 425 expedidas (incluindo licenças renovadas). Além disso, foram destinados cerca de R\$ 8,3 milhões em projetos de recuperação de áreas degradadas e manejo sustentável de recursos naturais com foco na preservação da biodiversidade, beneficiando diretamente mais de 1,3 mil famílias.

b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) viabiliza a aquisição de terras através de financiamento para agricultores familiares, trabalhadores rurais sem-terra, minifundistas e jovens rurais. Funciona de forma complementar aos instrumentos de reforma agrária, pois possibilita a incorporação de imóveis rurais não passíveis de desapropriação. O Programa prevê também recursos para investimentos básicos e estruturação da unidade produtiva, propiciando ocupação permanente para as famílias, o aumento da renda e melhoria das condições de vida da população rural.

Até dezembro de 2010, mais de cinco mil famílias de trabalhadores rurais conquistaram a propriedade da terra, com a aquisição de 90 mil hectares, acesso à moradia, água de qualidade, energia elétrica e assistência técnica. A política de crédito fundiário contou com o investimento de mais de R\$ 191 milhões, dos quais R\$ 154 milhões foram investidos na aquisição de terras e R\$ 36 milhões em recursos não reembolsáveis aplicados no combate à pobreza rural.

Programa Nacional de Crédito Fundiário – 2010

Projetos	Famílias	Valores (R\$)	Área (ha)
3.382	5.548	191.101.104	90.031

Fonte: Painel de Indicadores da SRA - 03/01/2011.

Dentre os avanços importantes alcançados no ano de 2010, destaca-se a assinatura da Resolução CMN nº 3.861, de maio de 2010, que permite a prorrogação do prazo de financiamento de operações de crédito fundiário com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária nos casos em que o mutuário demonstrar a incapacidade de pagamento, dando condições de recuperação e viabilização das unidades produtivas do PNCF.

Em 2010, ressalta-se também a Resolução CMN nº 3.869, de junho de 2010, que estabelece novas condições de financiamento para os beneficiários do PNCF. O Programa teve limite de financiamento por família elevado de R\$ 40 mil para R\$ 80 mil, redução das taxas de juros e maior equidade nos rebates concedidos. Para 2011, o PNCF tem como prioridades: ampliar e qualificar sua rede de mobilização e qualificação, fortalecer institucionalmente as Unidades Técnicas Estaduais (UTE), bem como focar suas ações em bolsões de pobreza rural, melhorando o assessoramento dos projetos por meio de serviços de ATER e consolidando as estratégias de comercialização e acesso a mercados. Além disso, o Programa deverá fortalecer a política de sucessão no campo, com a amplia-





ção da participação da juventude, e dar continuidade ao Consórcio Social da Juventude Rural, estabelecido por meio de parceria entre o MDA e o Ministério do Trabalho e Emprego, que já promoveu a qualificação de 10.700 jovens beneficiários do PNCF no período de 2004 a 2010.

Outras questões, como a consolidação dos instrumentos de acompanhamento da dinâmica do mercado de terras, de monitoramentos dos projetos implantados e de avaliações externas do Programa, também estão entre as prioridades para o ano de 2011.

b.4) Regularização Fundiária

b.4.1) Programa Terra Legal – Regularização Fundiária na Amazônia Legal

O Programa Terra Legal, lançado em 19 de junho de 2009, tem como objetivo a regularização fundiária de ocupações em terras públicas federais situadas na Amazônia Legal e a promoção do ordenamento territorial da região. Com base nos estabelecimentos rurais visitados pelo IBGE durante o censo Agropecuário de 2006, o programa identificou cerca de 300 mil imóveis, sendo 180 mil terras federais não destinadas e 120 mil em terras estaduais, localizados em 344 Municípios. Estes imóveis situam-se em terras pertencentes à União, 49 milhões de hectares, que são área de atuação do Programa Terra Legal, excluindo os Estados de Roraima e Amapá, que receberam as terras públicas federais por meio da Lei nº 11.949, de 17 de junho de 2009.

No Programa, a titulação dos imóveis rurais é precedida de duas etapas: o cadastramento do posseiro e o georreferenciamento do imóvel. O cadastro é declaratório e registra dados do posseiro e do imóvel. O georreferenciamento é a medição que define os limites do imóvel requerido. Também precede à titulação a consulta aos órgãos passíveis de interesse nas terras públicas federais. Desse modo, o Programa Terra Legal só regulariza posses individualmente e doa núcleos urbanos a prefeituras da Amazônia Legal quando há certeza de que a área em questão não é requerida para criação de Unidades de Conservação, Terras Indígenas ou Comunidades Quilombolas. Para aperfeiçoar esta sistemática, o Terra Legal firmará com o Ministério do Meio Ambiente, em 2011, acordo de cooperação para identificar demandas territoriais de populações tradicionais em terras públicas federais.

Desde o início da operação do programa, foram cadastrados mais de 86 mil ocupantes, totalizando quase 10 milhões de hectares requeridos, em 366 Municípios dos Estados da Amazônia Legal.

Requerentes Cadastrados no SISTERLEG – Sistema Terra Legal

UF	Nº Cadastros	% cadastros	Soma de Área (ha)	% Área
AC	2.605	3,0%	288.678	2,9%
AM	11.145	12,9%	1.248.030	12,3%
AP	299	0,3%	9.107	0,1%
MA	6.000	7,0%	317.679	3,1%
MT	1.595	1,8%	415.606	4,1%
PA	40.852	47,3%	4.713.136	46,6%
RO	19.106	22,1%	2.450.452	24,2%
RR	297	0,3%	30.152	0,3%
TO	4.396	5,1%	642.512	6,4%
Total geral	86.295	100,0%	10.115.532	100,0%

Fonte: SISTERLEG, em 31/12/2011

Dos requerentes cadastrados acima relacionados, 35.785 cadastros de posseiros de até quatro módulos fiscais, correspondentes a uma área de 1,9 milhão de hectares, foram migrados da base de dados das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP). Os demais 50.510 cadastros por requerimentos presenciais no Sistema Terra Legal (Sisterleg) correspondem a uma área de 8,2 milhões de hectares.





O Terra Legal está medindo todos os imóveis rurais cadastrados para o diagnóstico das ocupações a serem realizadas. Desde agosto de 2010, 500 glebas em 204 Municípios começaram a ser georreferenciadas, cobrindo uma área de mais de 31 milhões de hectares, equivalentes a 85,5 mil ocupações. Para 2011, já está contratada a medição de 46 mil ocupações. Com a conclusão do Pregão nº 06/10, o Estado de Rondônia terá 100% de suas terras públicas federais atendidas. Ainda no primeiro trimestre de 2011, o Programa Terra Legal concluirá a contratação plena dos serviços topográficos georreferenciados em 100% das glebas públicas federais. Um novo pregão eletrônico vai contratar a medição de mais 21,1 milhões de hectares em terras públicas federais remanescentes. O pregão atenderá cerca de 41 mil ocupações em 188 Municípios.

Os primeiros títulos do programa Terra Legal foram emitidos para 505 ocupantes, de 21 Municípios, nos Estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins.

Após receber o título, o novo proprietário torna-se responsável pela preservação da floresta e, se descumprir a legislação ambiental, pode perder o imóvel. Para monitorar o cumprimento desta cláusula ambiental prevista no documento, o Terra Legal firmou parceria com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e vai monitorar esses imóveis por dez anos. A cada três meses o Sipam fornece um relatório sobre a situação da cobertura florestal dos imóveis titulados. Se houver comprovação de desmate ilegal, o Programa poderá retornar a área ao patrimônio da União.

O Programa também atua na regularização fundiária de núcleos urbanos na Amazônia Legal, quando situados em áreas públicas federais. Foram identificados pelo menos 172 Municípios da Amazônia Legal cuja sede municipal se localizava em terras da União, desconsiderando-se vilas, distritos e outros aglomerados urbanos. Essa situação dificultava e, em diversos casos, até mesmo impedia qualquer tipo de ação de ordenamento fundiário por parte das prefeituras e a instalação de equipamentos públicos, como escolas e postos de saúde. Com a implementação do programa, 40 núcleos urbanos foram repassados aos Municípios ao final de 2010, beneficiando mais de 800 mil habitantes. Para 2011, está prevista a doação de mais 20 áreas urbanas já licitadas nos Estados do Amazonas, Pará e Tocantins, e a contratação de cerca de 400 áreas em 248 Municípios.

b.4.2) Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas

As ações acumuladas na execução da Política Quilombola contabilizou a expedição de 72 títulos entre 2003 e 2010, regularizando 194,8 mil hectares, em benefício de 94 comunidades quilombolas e 4.820 famílias. Neste mesmo período foram publicados 129 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), totalizando cerca de 1,5 milhão de hectares em benefício de 17.997 famílias, além de 59 portarias de Reconhecimento publicadas e 41 Decretos desapropriatórios de territórios quilombolas, declaratórios de interesse social. Em 2010, o Governo emitiu oito títulos de propriedade, totalizando 14,9 mil hectares e beneficiando 330 famílias. Foram publicados 27 editais de RTIDs, abrangendo uma área de 135,9 mil hectares, em benefício de 4.991 famílias. Ocorreu também a publicação de nove portarias de reconhecimento, relativas a 32,2 mil hectares, que vão beneficiar 828 famílias.

b.4.3) Cadastro de Terras e Regularização Fundiária

O apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária abarca ações conjuntas do Governo e governos estaduais para a execução do cadastro georreferenciado de imóveis rurais inseridos em terras devolutas estaduais, com a consequente titulação das áreas de posse. As ações de regularização fundiária visam a proporcionar segurança jurídica aos agricultores beneficiados, promover o saneamento do sistema de registro público de imóveis rurais e proporcionar o conhecimento da malha fundiária dos Municípios envolvidos.

Nos últimos sete anos, as ações desenvolvidas alcançaram números expressivos no segmento da regularização fundiária, ficando





demonstrada a capacidade potencial de gerar resultados de grande impacto social. De 2004 a 2010, o Programa atuou em 207 Municípios, onde foram cadastrados 63.453 imóveis e georreferenciados 43.976, beneficiando 37.891 famílias com a titulação. Além disso, foram capacitados 213 sindicatos de trabalhadores rurais e, diretamente, mais 2.895 agricultores familiares. Também foi implantado o Sistema de Gestão Territorial, desenvolvido em software livre com tecnologia de geoprocessamento.

Para 2011, é prioridade do Programa dar continuidade aos convênios especiais de cadastro e regularização fundiária em execução, bem como aos convênios decorrentes do Acordo de Empréstimo BID 1633-OC/BR. Espera-se também: i) fortalecer o apoio às Delegacias do MDA no monitoramento da execução dos contratos de cadastramento e georreferenciamento; ii) consolidar o Sistema de Gestão Territorial (SGT); iii) dar início aos trabalhos de cadastramento e georreferenciamento no Estado do Maranhão, e iv) institucionalizar um Programa Nacional de Regularização Fundiária, com o propósito de apoiar os Estados na legalização das ocupações exercidas por agricultores familiares em terras públicas estaduais.

8. Desenvolvimento Regional

a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Ao longo de 2010, o Governo deu continuidade ao esforço de consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), de modo a aumentar a sua representatividade no conjunto das políticas públicas governamentais. Como parte da estratégia de difusão da PNDR, foi concebido o Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional e efetivada a formatação do Sistema Nacional de Informação em Desenvolvimento Regional (SNIDR), que prevê o acompanhamento e o monitoramento da PNDR, por meio de indicadores e para o acompanhamento e a avaliação das ações programáticas no território.

Na perspectiva de combater as desigualdades regionais, o Governo deu continuidade à implementação dos Planos de Desenvolvimento da área de influência da Rodovia BR-163 e do Arquipélago do Marajó, elaborou os Planos de Desenvolvimento da Região do Xingu, área de influência da UHE Belo Monte, e da Região Turística do Meio-Norte, bem como tomou as providências iniciais para a criação dos Planos do Cerrado Setentrional e do Sudoeste Amazônico.

Destacaram-se, como instrumento dessa Política, a realização, em 2010, das ações de capacitação para a formação em gestão estratégica do desenvolvimento regional e local, em parceria com órgãos e governos estaduais dos Estados de Alagoas, Paraná, Santa Catarina e Maranhão. Tais atividades terão desdobramentos em 2011, com a realização de cursos para capacitação em desenvolvimento regional, voltados à especialização, à formação de facilitadores em elaboração de projetos para captação de recursos e à elaboração de projetos de desenvolvimento regional.

Quanto a outras ações, cabe mencionar a elaboração de anteprojeto de lei da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), em fase de conclusão, e a formulação do documento PNDR em Dois Tempos: A Experiência Apreendida e o Olhar pós 2010, o qual produz um diagnóstico sobre as desigualdades existentes no território nacional e o funcionamento das dinâmicas produtivas e demográficas atuais, abordando os principais programas e instrumentos governamentais que dão sustentabilidade à Política. O documento propõe, ainda, a atualização da PNDR, mediante debate com a sociedade brasileira, no decorrer do exercício 2011.

No âmbito da gestão do financiamento da PNDR, os contratos efetivados com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), totalizaram, até novembro de 2010, R\$ 13,5 bilhões, representando um crescimento de 10,7% em relação a idêntico período de 2009 (R\$ 12,2 bilhões). Na Região Centro-Oeste, por meio do FCO, aplicou-se R\$ 3,5 bilhões; na Região Nordeste, com recursos do FNE, foram aplicados R\$ 8,3 bilhões e, na Região Norte, investiu-se R\$ 1,7 bilhão com recursos do FNO. Com esses recursos, foram contratadas 455.837 operações, representando





7,2% de crescimento em relação ao mesmo período de 2009.

Para 2011, está previsto o aporte de recursos dos Fundos para essas três Regiões de aproximadamente R\$ 19,4 bilhões, sendo R\$ 5,3 bilhões provenientes do FCO, R\$ 10,6 bilhões do FNE e R\$ 3,5 bilhões do FNO.

Valores Contratados - 2009 e 2010* Financiamentos Concedidos

R\$ mil

Fundo/ Ano	FCO			FNO(*)			FNE			Total		
	2009 (a)	2010 (b)	(b)/(a) %	2009 (a)	2010 (b)	(b)/(a) %	2009 (a)	2010 (b)	(b)/(a) %	2009 (a)	2010 (b)	(b)/(a) %
Total	2.827.624	3.572.627	26,3	2.122.515	1.650.281	-22,2	7.251.978	8.333.052	14,9	12.202.117	13.555.960	10,7

*até novembro de 2009 e de 2010

Quantidade de Operações Contratadas

Fundo/ Ano	FCO			FNO(*)			FNE			Total		
	2009 (a)	2010 (b)	(b)/(a) %									
Total	56.115	63.490	13,1	40.170	37.875	-5,7	329.129	354.472	7,7	425.414	455.837	7,2

Recursos Previstos para 2011

R\$ bilhão

Recursos	Fundo	FCO	FNE	FNO	Total
Previsão de Repasses da STN Para 2011 ⁽¹⁾		1,8	5,3	1,8	8,8
Retornos de Financiamentos ⁽²⁾		2,0	6,8	1,5	10,4
Disponibilidade de Exercícios Anteriores ⁽²⁾		1,6	3,3	1,1	5,9
Resultado Operacional (Receitas-Despesas) ⁽²⁾		0,2	(2,0)	(0,8)	(2,6)
Recursos Comprometidos a liberar ⁽²⁾		(0,3)	(2,8)	(0,1)	(3,2)
Total		5,3	10,6	3,5	19,4

Valores nominais.

Fontes: (1) Secretaria do Tesouro Nacional - STN; (2) Propostas de programações para 2011 em exame

As Regiões Norte e Nordeste também foram atendidas com os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE), voltados para financiamentos de projetos estruturadores e de infraestrutura – com destaque para investimentos em energia e transporte. As cartas-consulta e os projetos aprovados até 2010 indicam o montante de R\$ 3,7 bilhões em demanda de recursos para o FDA e de 1,3 bilhão para o FDNE. Os orçamentos desses Fundos para 2011 são da ordem de R\$ 1,1 bilhão, para o FDA e de R\$ 1,7 bilhão, para o FDNE.

Além disso, o Norte e o Nordeste foram atendidos com os Fundos de Investimentos da Amazônia (FINAM) e do Nordeste (FINOR), voltados para projetos considerados prioritários para o desenvolvimento dessas Regiões, em especial os estruturadores e de infraestrutura – com destaque para investimentos em transporte. Os recursos do FINAM e do FINOR liberados totalizaram, em 2010, R\$ 164,85 milhões, representando um crescimento de 200,0% em relação a 2009 (R\$ 54,96 milhões).





O montante dos incentivos e dos benefícios fiscais que estimulam investimentos do setor produtivo foi estimado para o ano de 2010 em R\$ 3,3 bilhões na área de atuação da Sudam e R\$ 3,2 bilhões na área da Sudene. Para 2011 a estimativa é de R\$ 2,5 bilhões na área de atuação da Sudam e de R\$ 3,1 bilhões na área da Sudene

Os programas desenvolvidos com foco em escalas sub-regionais visam a estimular a dinamização econômica de localidades economicamente deprimidas. Dentre esses, destacam-se os Programas Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO), Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (CONVIVER). Projetos como a Implantação da Unidade de Beneficiamento do Pescado para Comercialização no Município de Oiapoque e investimentos em infraestrutura como a pavimentação de ruas no Município de Caxambu do Sul (SC) são estratégicos para o desenvolvimento local e contribuem de forma efetiva na redução das desigualdades regionais.

Na Região Centro-Oeste, destacaram-se as ações realizadas na Mesorregião de Águas Emendadas e na Região da Faixa de Fronteira dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com vistas à promoção da segurança pública, trabalho, direitos da cidadania, urbanismo, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura e comércio e serviços.

Merecem menção, por último, eventos de intercâmbio de experiências, de âmbito nacional e internacional realizados em 2010. É o caso da II Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional, realizada em Florianópolis, com a participação de expositores de todas as regiões prioritárias de desenvolvimento e de grande público.

Esses eventos possibilitaram que representantes das cooperativas e das associações participassem da rodada de negócios, o que viabilizou a comercialização de produtos de vários segmentos, como alimentos, bebidas, confecção, joias, adornos, móveis e artesanatos, gerando negócios no valor total de R\$ 1 milhão.

Foi, também, realizada a segunda etapa do intercâmbio internacional Brasil-União Europeia. Nesse encontro, produtores e técnicos conheceram modelos de comercialização e de cooperação que podem ser aplicados no Brasil e formas de organização de setores produtivos em países europeus (Espanha, Áustria, Itália e França), assim como projetos bem sucedidos de cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, e entre França e Alemanha. Além disso, representantes de nove mesorregiões de desenvolvimento (Vale do Ribeira, Metade Sul do Rio Grande do Sul, Itabapoana, Chapada das Mangabeiras, Seridó, Vale do Xingó, Alto Solimões, Vale do Rio Acre e Grande Fronteira do Mercosul), da Faixa de Fronteira e do Semiárido visitaram indústrias, estabelecimentos comerciais e projetos de desenvolvimento territorial bem sucedidos.

b) Infraestrutura Hídrica

A política nacional de recursos hídricos, orientadora das ações do setor da infraestrutura hídrica, tem como objetivo assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos. Deste modo, foram projetadas e construídas barragens, adutoras, canais, poços e sistemas simplificados, com vistas a propiciar melhores condições sociais e econômicas para a população residente nos espaços geográficos onde a oferta de água é reduzida.

Nesse sentido, merece destaque a execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Pisf), que tem como objetivo garantir a oferta de água para consumo humano e dessedentação animal, aumentando a segurança hídrica das populações do semiárido e dos grandes centros urbanos dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, com benefício para cerca de 12 milhões de pessoas.

Em 2010, para a realização dos serviços, foram aplicados R\$ 878,0 milhões, o que possibilitou um avanço significativo das obras





do Projeto de Integração do Rio São Francisco, permitindo a execução física de 80% do Eixo Leste, cuja extensão é de 220 km, e 52% do Eixo Norte, que mede 402 km, com a conclusão das Barragens Areias e Tucutu em Pernambuco. Está sendo realizado o reassentamento da população afetada pelo Projeto, mediante a construção de 18 Vilas Produtivas Rurais e 695 casas para atender às comunidades indígenas e quilombolas, o que beneficiará 800 famílias. Para essas famílias, foram concluídas, em 2010, 118 casas em comunidades indígenas, 179 casas em comunidades quilombolas e cinco Vilas Produtivas Rurais (Captação, Junco, Negreiros, Uri e Pilões), que beneficiam a 196 famílias, e outras quatro vilas, que atenderão a 115 famílias, estão em estágio avançado de execução (Descanso - 1ª etapa, Salão, Queimada Grande e Malícia).

Para 2011, estão previstos recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão, que permitirão concluir o Eixo Leste e dar continuidade ao Eixo Norte, Ramal do Agreste, Ramal Entremontes e Recuperação dos Reservatórios, com o início também dos estudos e dos projetos do Eixo Sul, além do término de nove Vilas, e 398 casas, que beneficiarão 489 famílias.

Com relação às ações realizadas em 2010 para aumentar a oferta de água à população brasileira, foram empreendidas diversas obras de infraestrutura hídrica que propiciaram o aumento das vazões disponíveis e o transporte de água entre as fontes e os centros de consumo. No rol dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foram aplicados R\$ 718,0 milhões, que permitiram a conclusão dos seguintes projetos: i) Canal do Sertão Alagoano – Trecho 1 (AL); ii) Barragem Gasparino (BA); iii) Sistema Ibaretama, Barragem Taquara (CE); iv) Barragem Peão (MG); v) Adutora Acauã (PB); vi) Sistema Produtivo de Pirapama (PE); e vii) Adutora Poço do Marruá (PI).

Esses projetos juntos permitirão o armazenamento de 403 milhões de m³ e a adução de água por meio de 332 km de adutoras, propiciando benefícios a aproximadamente 2,9 milhões de habitantes.

Deu-se continuidade, ainda, ao desenvolvimento de sistemas de abastecimento, que possibilitarão a armazenagem de 1,3 bilhão de m³ de água e a implantação de 1.985 km de adutoras, incluídos aí os sistemas simplificados de abastecimento, registrando-se, dentre outros: i) Canal do Sertão Alagoano (AL); ii) Barragens Figueiredo, Riacho da Serra, Missi e Eixo de Integração Castanhão - trecho V (CE); iii) Sistema de Abastecimento de Água Ribeirão João Leite (GO); iv) Sistema de Abastecimento do Norte de Minas Gerais; v) Sistema Adutor do Congo (PB); vi) Sistema Adutor Limoeiro, Adutoras Agrestina, do Agreste e do Oeste (PE); vii) Sistemas Alto Oeste e Adutor do Seridó (RN); viii) Barragens Arvorezinha, Jaguarí e Taquarembó (RS); e ix) Adutora São Francisco (SE).

Para 2011, está prevista a alocação de R\$ 626,0 milhões que beneficiarão aproximadamente 6,5 milhões de habitantes, com a implantação de projetos hídricos, sendo 1.005 km de canais de adução/sistemas simplificados de abastecimento, além da acumulação de 395 milhões de m³ de água.

No segmento da revitalização das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, foram direcionados, em 2010, R\$ 362,0 milhões para a implantação de 13 sistemas de esgotamento sanitário nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Maranhão e a realização de dragagem e contenção de barrancas, com vistas a melhorar a navegabilidade do Rio São Francisco. Ademais foram implantados 14 sistemas de abastecimento de água nos Estados de Alagoas e Pernambuco e 112 poços tubulares nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais referentes ao Programa Água para Todos.

Para 2011, com recursos da ordem de R\$ 313,0 milhões, estão previstos a implantação de 124 sistemas de esgotamento sanitário, o controle de processos erosivos compreendendo 44 empreendimentos, a implantação de 20 sistemas de coleta e tratamento de resíduos sólidos e a conclusão de diversos sistemas simplificados de abastecimento de água e poços tubulares.





Na área da agricultura irrigada, deve-se ressaltar a capacidade do setor para a geração de empregos a menores custos e a manutenção de postos de trabalho permanentes, seja na fase produtiva, seja nas atividades relacionadas, principalmente nos negócios agrícolas decorrentes das colheitas antecipadas e de melhor qualidade. A atividade traz também o fortalecimento dos núcleos urbanos situados próximos às áreas produtivas, dos parques agroindustriais fornecedores de insumos, das agroindústrias de transformação dos produtos oriundos das áreas irrigadas e tem grande influência na ampliação da geração de impostos e receitas decorrentes dos negócios internos e das exportações. Com a irrigação, há maior garantia de colheita e aumento da produção, pela elevação da produtividade, resultando em melhorias sociais e na renda do agricultor. Em 2010, foram investidos R\$ 420,0 milhões em projetos que abrangem 85.599 ha, tendo sido implantada infraestrutura de irrigação numa área de 11.943 ha, com destaque para os seguintes projetos concluídos: Perímetros de Irrigação Flores de Goiás (GO), São João (TO), Marituba (AL) e Salitre (BA).

No âmbito da nova modelagem de gestão dos perímetros públicos de irrigação, por meio de Parceria Público-Privada (PPP), foi lançado edital de concorrência internacional do Projeto Pontal (PE), para o qual sagrou-se vencedora empresa *holding* brasileira para gerir o empreendimento, com a responsabilidade de concluir a infraestrutura, realizar a operação e a manutenção do sistema e gerenciar a ocupação dos lotes irrigados.

Para 2011, estão previstos R\$ 454,0 milhões a serem direcionados para os Perímetros de Irrigação Pedro Afonso (TO), Costa Doce (RS), Luís Alves do Araguaia (GO), Manoel Dionísio (SE), Passarão (RR), Baixo Acaraú e Tabuleiros de Russas (CE), dentre outros, envolvendo uma área de 73.656 ha, com a perspectiva de se implantar 42.135 ha.

Na área de drenagem urbana, foram aplicados R\$ 128,0 milhões, com destaque para a conclusão das obras da carteira do PAC de dragagem do rio Itajaí (SC), do sistema de drenagem pluvial de Miracema do Tocantins (TO) e da macrodrenagem em Itaigara (BA) – 2ª etapa. Para 2011, o Governo direcionará recursos no montante de R\$ 127,0 milhões, para dar continuidade às intervenções de drenagem na Baixada Campista (RJ), em Salvador (BA), em Pernambuco (PE) e em diversos Municípios de Santa Catarina (SC), dentre outros empreendimentos, com vistas à prevenção e à minimização dos problemas causados por enchentes, erosões marítimas e fluviais.

c) Defesa Civil

No curso do ano de 2010, o Governo Federal, alinhado às diretrizes da Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD), aos estudos elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU), à legislação brasileira e à premissa de que prevenção começa com informação, deu-se continuidade a ações para promover a cultura de percepção de riscos como ferramenta de Política Pública de Prevenção e Redução de Desastres (PCRD).

A Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária – Por uma Ação Integral e Contínua, realizada em março de 2010, com ampla participação da sociedade civil, agentes da defesa civil e gestores públicos, aprovou as diretrizes para a construção da política pública de defesa civil, formalizada pela Medida Provisória n.º 494, de julho de 2010, convertida na Lei n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e regulamentada pelo Decreto n.º 7.257, de 4 de agosto de 2010, prevendo significativa celeridade na resposta aos afetados por desastres, mediante a simplificação do processo de reconhecimento de situação de anormalidade.

Ainda na esteira da nova legislação, foi recriado o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP), para custear ações de reconstrução em áreas atingidas por desastres, e instituída a composição e o funcionamento do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), que contará com o apoio do Grupo de Apoio a Desastres (GADE), em estreita cooperação com os órgãos estaduais e municipais de defesa civil.





A perspectiva para 2011 é ampliar os investimentos em ações preventivas, regulamentar o FUNCAP, capacitar os agentes do GADE e os novos agentes de defesa civil, bem como construir sede própria para o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) e fortalecer o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), mediante o incentivo ao cadastramento e à adesão de Coordenadorias Municipais e Estaduais de Defesa Civil (COMDEC/CEDEC) ao SINDEC. Será, também, elaborado o protocolo nacional de diretrizes e procedimentos para assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes e demais segmentos em situação de vulnerabilidade em localidades em situação de emergência ou estado de calamidade pública devido à ocorrência de desastres, e iniciada a implantação do observatório de alerta sobre desastres, visando a auxiliar a tomada de decisão no âmbito do Governo Federal quanto a alerta e comunicações de emergência e contribuir para minimizar seus impactos sociais, econômicos e ambientais.

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável

Em 2010, o Governo deu continuidade à política ambiental, reestruturada em 2003, que além dos instrumentos de comando e controle setorialmente tratados, tem se caracterizado no trabalho interligado de acordo com as seguintes diretrizes: i) a promoção do desenvolvimento sustentável; ii) a inserção da dimensão ambiental nas diferentes políticas públicas; iii) a promoção da participação e controle social na formulação e implementação da política ambiental; e iv) o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

Em 2010, foi aprovada e sancionada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, regulamentada em 23 de dezembro pelo Decreto nº 7.404; instituído o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das hh no Bioma Cerrado (PPCerrado) e o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para elaborar e implementar planos de ação para a prevenção e controle do desmatamento nos biomas brasileiros, Decreto de 15 de setembro de 2010; regulamentado o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010; aprovado o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal (MacroZEE da Amazônia Legal), Decreto nº 7.378, de 1º de dezembro de 2010; e regulamentados os arts. 6º, 11 e 12 da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), Decreto nº 7.390, de 29 de dezembro de 2010.

Entre as prioridades de 2011 cabe mencionar: o início da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos; a conclusão e implementação dos planos setoriais de mitigação para a agricultura, a energia e a siderurgia e elaboração do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas; implementação do Fundo Clima; revisão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima; finalização da revisão e implementação das ações prioritárias do Plano Nacional de Recursos Hídricos; e o desenvolvimento de ações de gestão das florestas públicas e proteção dos biomas nacionais para garantir o acesso e o uso sustentável da biodiversidade brasileira.

a) Mudança do Clima

A agenda brasileira sobre Mudança do Clima sintetiza os esforços e os resultados de uma série de ações que vêm sendo conduzidas com êxito pelo Governo, em parceria com diversos setores da sociedade brasileira.

No cenário internacional, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Protocolo de Quioto, o Brasil está entre os primeiros países em desenvolvimento a assumir compromissos voluntários para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), de forma ousada e concreta.

Em 2010 foi concluída a Segunda Comunicação Nacional, a qual foi apresentada ao Presidente da República na última reunião do FBMC e, a seguir, ao Secretariado da Convenção em novembro de 2010.





Com a Lei nº 12.187, de 2009, e a regulamentação da PNMC, pelo Decreto nº 7.390, 9 de dezembro de 2010, o Brasil foi pioneiro na proposição de metas e ações para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). A meta voluntária assumida pelo País para 2020 representa uma redução absoluta de 6% em relação às 2,2 bilhões de toneladas emitidas em 2005.

O compromisso voluntário brasileiro será atingido principalmente por meio das ações que compõem planos para a redução do desmatamento da Amazônia, a redução do desmatamento do Cerrado, a transição para uma agropecuária de baixo carbono, a consolidação de uma matriz energética limpa e a siderurgia verde. Outros doze planos setoriais serão elaborados até 15 de dezembro de 2011, contribuindo para o resultado final esperado.

Os planos setoriais previstos na Lei nº 12.187, de 2009, deverão conter metas de redução de emissões até 2020. Tais metas poderão servir de base para o estabelecimento do Mercado Brasileiro de Emissões, ou seja, o potencial para que setores com maior dificuldade em atingir as metas estabelecidas possam cumprir seus compromissos por meio da compra de reduções de emissões de outro setor que tenha ultrapassado sua meta.

As ações dos planos setoriais poderão vir a ser financiadas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

O Brasil ocupa a terceira posição em número de projetos contemplados no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Cerca de 460 atividades de projeto no ciclo MDL apresentam potencial de reduzir anualmente o equivalente a cerca de 6% das emissões não florestais brasileiras. No setor energético, 50% dos projetos brasileiros estão na área de energia renovável, contando conservadoramente com 4.032 MW de potência instalada.

a.1) Política e Plano Nacional sobre Mudança do Clima

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) – lançado em dezembro de 2008 e que sintetiza ações voluntárias de diversos setores voltadas para a redução de gases de efeito estufa emitidos na atmosfera anualmente – será revisado em 2011 e deverá incorporar os planos setoriais estabelecidos pela Política Nacional sobre Mudança do Clima.

A Lei nº 12.187, de 2009, estabelece princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima. De acordo com a Lei, o Brasil adotará ações voluntárias de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas a reduzir entre 36,1% e 38,9% suas emissões projetadas até 2020, tendo como base os valores de 2005.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima visa à redução das emissões líquidas de GEE no território nacional, ao mesmo tempo em que promove a economia de baixo carbono, com o estímulo a tecnologias limpas, novas práticas, além da promoção e disseminação de conhecimento. Identifica, ainda, os setores para os quais deverão ser elaborados planos de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas no Brasil e define os Planos de Prevenção e Combate ao Desmatamento nos biomas como instrumentos dessa mesma Política.

Em 2010, destaca-se a elaboração dos primeiros planos setoriais de mitigação que compõem o esforço nacional para cumprimento do compromisso voluntário assumido pelo País de redução das emissões projetadas de GEE para o ano de 2020. Esses planos setoriais permitirão, em 2011, identificar as estratégias, as ações e os instrumentos específicos para a redução de emissões de GEE.

a.2) Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima

O Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima (FNMC), criado pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, e regulamentado pelo





Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010, dota o País de uma fonte de recursos para o financiamento de ações de mitigação e de adaptação dentro de uma concepção de desenvolvimento estratégico de baixo carbono.

Uma parte dos recursos do FNMC vem da participação especial nos lucros da cadeia produtiva do petróleo. O Fundo pode apoiar projetos, estudos e várias atividades, dentre as quais destacam-se as atividades de combate à desertificação, os projetos de educação e capacitação, as ações para implementação dos planos setoriais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas previstos na Lei nº 12.187, de 2009 e no Decreto nº 7.390, de 2010, o desenvolvimento e difusão de tecnologias, a formulação de políticas públicas, o apoio a cadeias produtivas sustentáveis e o pagamento por serviços ambientais.

O FNMC, composto de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis, é coordenado por um Comitê Gestor composto de representantes governamentais e da sociedade civil cuja presidência cabe ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). A aplicação dos recursos do FNMC é compartilhada entre o MMA e o BNDES. O MMA é o responsável pela aplicação da parte não reembolsável, seguindo avaliação do Comitê Gestor. A parte reembolsável do Fundo é executada pelo BNDES.

Para o ano de 2011 foram aprovados recursos da ordem de R\$ 200 milhões reembolsáveis e R\$ 26 milhões não reembolsáveis.

b) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas

Bioma Amazônia

No período de 1º de agosto de 2009 a 31 de julho de 2010, o desmatamento foi de 6.451 km², segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o que significa redução de 13,6% em relação ao período anterior. Desde 2003, o Brasil reduziu os índices de desmatamento na Amazônia em mais de 75%. Os dados demonstram êxito na política nacional de controle do desmatamento na Amazônia.

Para tanto, o PPCDAm estabeleceu a estratégia de centralizar os esforços de suas ações nos 43 Municípios responsáveis pelos maiores índices de desmatamento. Como resultado desse esforço, 38 desses Municípios reduziram suas taxas de desmatamento significativamente. Com destaque para o Município de Paragominas (PA) que foi excluído dessa lista por atingir os resultados exigidos.

Cadastro Ambiental Rural

Outra atividade executada em 2010 foi a ampliação da abrangência do Cadastro Ambiental Rural (CAR), iniciativa que induz a regularização ambiental de propriedades rurais. Na Amazônia, 94 Municípios iniciaram ações e campanhas de cadastramento. No Estado do Mato Grosso, o CAR já foi efetivado em mais de seis mil propriedades rurais, o que corresponde a aproximadamente 11 milhões de hectares. No Estado do Pará, cerca de 35 mil propriedades rurais estão registradas no Sistema de Licenciamento do Estado. Dos 43 Municípios considerados prioritários pelo PPCDAm para o controle do desmatamento, 17 estão em processo de regularização ambiental de suas propriedades rurais.

Em 2011, o trabalho será estendido aos Estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Pará e Mato Grosso. A maioria das iniciativas de CAR em curso contam com recursos do Fundo Amazônia, gerenciado pelo BNDES, do Fundo Vale ou de outras fontes para o cadastramento em outros biomas. Além disso, também há iniciativas de CAR em 12 Municípios na Amazônia apoiadas por acordos de cooperação internacionais.





Monitoramento e Controle do Desmatamento

Em 2011, prevê-se o mapeamento das áreas degradadas na Amazônia para que se permita o acesso a informações qualificadas e a consequente implementação de ações de recuperação para fins econômicos e ambientais. Tal mapeamento terá apoio do Fundo Fiduciário para Florestas Tropicais (RFT).

Cabe ressaltar as ações de fiscalização realizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) com o apoio da Força Nacional, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. No período de análise do INPE, 2009/2010, foram aplicadas 5.386 multas, totalizando R\$ 1,8 bilhão, 170 mil hectares foram embargados e 86 mil metros cúbicos de madeira foram apreendidos.

Em 2010, novo sistema de acompanhamento da implementação das ações do PPCDAm foi criado, o que facilita o monitoramento das ações. Ressalta-se que 90% das ações consideradas de maior impacto no desmatamento já estão detalhadas no sistema. Visando a promover um maior envolvimento dos Estados na gestão dos recursos florestais, o Governo Federal prestou apoio técnico à elaboração de planos de prevenção e controle do desmatamento e de queimadas dos Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins, devendo o mesmo ser estendido aos Estados de Roraima e Maranhão. Destaca-se que esses planos foram construídos de forma participativa e possuem articulação com o PPCDAm.

Bioma Cerrado

No PPCerrado estão previstas medidas para a redução da taxa do desmatamento, das queimadas e dos incêndios florestais, destacando-se o sistema de monitoramento sistemático da cobertura florestal do Cerrado, a capacitação de 4,5 mil brigadistas, a elaboração do Macro Zoneamento Ecológico e Econômico das regiões do Cerrado, a criação de Unidades de Conservação (UCs) totalizando 2,5 milhões de hectares, a inserção de mais sete produtos da sociobiodiversidade na Política de Garantia de Preços Mínimos, a disponibilização de linhas de crédito para a recuperação de mais de oito milhões de pastagens degradadas e a ampliação em 3,2 milhões de hectares de florestas plantadas em áreas já abertas.

Biomias Caatinga, Pantanal e Mata Atlântica

Em 2011, deverá ser concluído o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento no Bioma Caatinga, já em fase de elaboração pelo Governo Federal.

A partir de 2011, com a ampliação do monitoramento no território nacional, também serão divulgados os dados do desmatamento dos Biomias Caatinga, Pantanal e Mata Atlântica, em continuidade ao Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomias Brasileiros por Satélite, que já apresentou os dados referentes ao período 2002 a 2008.

c) Resíduos Sólidos Urbanos

Após cerca de vinte anos de debates e tramitação legislativa, foi sancionada, em 2 de agosto de 2010, a Lei nº 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sendo sua regulamentação estabelecida por meio do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro.

Em 2011, prevê-se a efetivação de Acordos Setoriais, a fim de implementar a logística reversa de produtos e embalagens,





conforme previsto na Lei e Decreto mencionados. Alguns setores já iniciaram tratativas no MMA, sinalizando interesse em atender prontamente à legislação e dar início à negociação e ao estabelecimento de logística reversa para seus produtos ou embalagens em caráter nacional.

Ainda para 2011, terão início os trabalhos relacionados à elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos e à implementação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos (Sinir), ambos nos moldes previstos na PNRS.

Em continuidade à política de gestão dos resíduos sólidos urbanos, destacaram-se, no exercício de 2010, o apoio para a elaboração de Planos Regionais de Gestão Integrada de Resíduos e a aquisição de equipamentos destinados a Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e ao Consórcio Público Ecotres, do Estado de Minas Gerais, buscando promover a regionalização dos serviços e a articulação e cooperação intermunicipal e interfederativa para a prestação sustentável dos serviços públicos de coleta e destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos. No mesmo sentido, apoiou-se a realização do 9º Festival Lixo e Cidadania, em Belo Horizonte, e a Reviravolta Expocatadores 2010, no Estado de São Paulo, objetivando propiciar espaços de intercâmbio e debates em torno do desenvolvimento sustentável, do multiculturalismo, do empreendedorismo e da educação ambiental, na busca de dinâmicas inovadoras de transformação social a partir do mercado da reciclagem e da profissionalização do catador, com inclusão social e dignidade humana. O apoio à 40ª Assembleia Nacional da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, que ocorreu em Uberaba (MG), possibilitou a construção de espaço de convergência social para a formulação de uma agenda nacional de saneamento básico, visando ao estabelecimento de uma política de desenvolvimento territorial sustentável.

Cita-se, ainda, avanço ocorrido durante o ano de 2010 quanto à constituição de consórcio público para a gestão dos resíduos sólidos, tendo os Municípios de Águas de Lindoia, Amparo, Itapira, Lindoia, Monte Alegre do Sul, Morungaba, Pedra Bela, Pinhalzinho, Santo Antônio da Posse, Serra Negra, Socorro e Tuiuti assinado os Protocolos de Intenções para encaminhamento às suas respectivas Câmaras Municipais.

Também as parcerias firmadas nos últimos anos com os Estados começaram a apresentar resultados positivos. Foi concluído em 2010 o estudo de regionalização dos resíduos sólidos urbanos nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Piauí, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Acre.

Está sendo finalizada, também, a elaboração dos projetos básicos para tratamento e disposição final de resíduos sólidos em Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e bacias receptoras de integração desse rio com as bacias do Nordeste Setentrional, de maneira a atender o previsto no processo de licenciamento ambiental das obras da integração, totalizando 801 intervenções e empreendimentos com o mesmo modelo tecnológico, beneficiando 321 Municípios.

Em março de 2010, o MMA, em cooperação com o IPEA, concluiu o relatório de pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para a gestão dos resíduos sólidos, base para a formulação de uma política voltada para a inclusão dos catadores de materiais recicláveis. Este estudo apontou que o gasto de R\$ 8 bilhões ao ano pode ser evitado se a reciclagem for implementada.

Com base nesses dados, criou-se grupo de trabalho com representação de diversos órgãos federais, BNDES, Caixa e IPEA para discutirem a implementação de Programas Federais voltados à inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis. Como resultado deste grupo, estabeleceram-se as bases para a implementação dos Programas Pró-Catador e de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos, inclusive minuta de decreto para normalização do Programa Pró-Catador.

d) Recursos Hídricos

Prosseguindo na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos





Hídricos (SINGREH), em 2010 o Governo desenvolveu atividades enfatizando o caráter estratégico da água para a manutenção dos ecossistemas e para o desenvolvimento econômico do País em bases social e ambientalmente sustentáveis. No âmbito da diretriz de fortalecimento da participação da sociedade na gestão do Estado, podem ser destacados a 1ª Pré-Conferência Nacional de Águas e a primeira revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH 2025). Além dessas, merecem menção as seguintes atividades: i) o desenvolvimento do enfoque ecossistêmico aplicado à gestão integrada de recursos hídricos; ii) o desenvolvimento da matriz de coeficientes técnicos de consumo de água nos processos produtivos e de um modelo de equilíbrio geral; iii) o desenvolvimento de estudos e estratégias para a gestão dos recursos hídricos transfronteiriços; iv) o planejamento estratégico do SINGREH e o desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH); v) o desenvolvimento do Sistema de Informações do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que funcionará integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH); e vi) a realização de estudos sobre Água e Mudanças Climáticas. Vale destacar, ainda, a deliberação de 17 resoluções e 7 moções pelo CNRH em 2010, tendo como exemplo a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema.

No âmbito da gestão de recursos hídricos transfronteiriços e cooperação internacional, merecem destaque, em 2010: i) a retomada de ações para a implementação do Plano Estratégico de Ações do Projeto Sistema Aquífero Guarani no âmbito do CIC-Plata; ii) a continuidade do processo formativo do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata; iii) as tratativas para a continuidade da Cooperação Brasil-Argentina em gestão integrada de recursos hídricos; iv) a realização, no âmbito da Conferência de Diretores Gerais de Água da Ibero-América (CODIA), do Curso Criação e Atuação dos Organismos de Bacias no Planejamento e na Gestão de Águas, em Brasília, para representantes de 12 países ibero-americanos; e v) o apoio no planejamento de atividades que visam à implementação do Acordo de Cooperação Brasil e Paraguai para a Bacia do rio Apa.

d.1) Revisão e Atualização do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)

O PNRH 2020 foi lançado em março de 2006, posicionando o Brasil com destaque no cenário internacional ao atender a meta da Cúpula de Johannesburgo para o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), de que todos os países elaborassem seus planos nacionais de recursos hídricos até 2005. O CNRH deliberou que o Plano seria revisto em 2010. O processo de revisão foi iniciado em janeiro de 2010 e, a partir de fevereiro, foram realizadas diversas reuniões incluindo as do CNRH as da Pré Conferência Nacional das Águas, debates nos Estados, oficinas regionais, três seminários nacionais, reuniões para debate sobre a consideração de enfoque ecossistêmico na gestão de recursos hídricos e a Oficina Nacional de Consolidação do Processo Regional, culminando com a elaboração do PNRH 2025, em novembro de 2010, juntamente com o XII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas em Fortaleza (CE). Como resultado da vertente regional do PNRH 2025 foram propostas 27 ações prioritárias para o horizonte 2011-2014.

d.2) Conjuntura dos Recursos Hídricos

Cabe à Agência Nacional de Águas (ANA) a elaboração do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, de forma sistemática e periódica. Esse documento tem como principal objetivo apresentar aos gestores de recursos hídricos e à sociedade uma visão ampla e integrada da situação dos recursos hídricos e de sua gestão no País e sua evolução ao longo do tempo.

O Relatório de Conjuntura constitui-se em documento de avaliação da quantidade e qualidade da água no País e a situação da gestão desses recursos, abordando questões legais e institucionais da Política Nacional de Recursos Hídricos. A atualização desse documento foi publicada no final de 2010, devendo ser revisto a cada dois anos.





d.3) Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

O CNRH é um colegiado que desenvolve regras de mediação entre os diversos usuários da água, ocupando a instância mais alta na hierarquia do SINGREH, sendo, assim, um dos grandes responsáveis pela implementação da gestão dos recursos hídricos no País.

Em 20 de setembro de 2010, foi publicada a Lei nº 12.334, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, criando o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e ampliando as atribuições do CNRH e da ANA. Entre outras deliberações do CNRH em 2010, destacam-se: a Resolução nº 106, que institui o Cadastro de Organizações Civas de Recursos Hídricos (COREH), com o objetivo de manter em banco de dados registro de organizações civis de recursos hídricos para fins de habilitação para representação no CNRH; a Resolução nº 107, que estabelece diretrizes e critérios a serem adotados para o planejamento, a implantação e a operação de Rede Nacional de Monitoramento Integrado Qualitativo, Quantitativo de Águas Subterrâneas; e a Resolução nº 109, que cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União (UGRH) e estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos comitês de bacia.

d.4) Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas

O Plano de Recursos Hídricos consiste em um documento programático que define a agenda de recursos hídricos de uma região, identificando ações de gestão, planos, projetos, obras e investimentos prioritários, dentro de um contexto que inclua os órgãos governamentais, a sociedade civil, os usuários e as diferentes instituições que participam do gerenciamento dos recursos hídricos.

Nesse sentido, são conquistas de 2010 o início da implementação do Plano da Bacia do Tocantins e Araguaia e da elaboração dos Planos das Bacias do Rio Doce, do Rio Verde Grande e dos afluentes da margem direita do Amazonas. Quando finalizados e aprovados, 54% do território brasileiro (4,5 milhões de km²) terão instrumentos de gestão dos recursos hídricos.

Em 2011, deverá ser aprovado o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica – Afluentes da Margem Direita (PRH-MDA) e ser iniciada a sua implementação. Também terá início a implementação do Plano Estratégico da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia; a avaliação da estratégia de implementação definida para o Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional (PISF); e concluído o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

d.5) Revitalização de Bacias Hidrográficas

O Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas tem como objetivo contribuir para minimizar a degradação ambiental e recuperar o regime natural dos recursos hídricos, atuando de maneira descentralizada, por meio de convênios com prefeituras e órgãos estaduais. Em 2010, foram desenvolvidas atividades de revitalização para conservação, recuperação e manejo do solo e água da bacia do Rio São Francisco, inclusive com apoio aos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRad) nos Estados da Bacia do São Francisco.

Entre as ações de saneamento na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco implementadas pelo Governo Federal com recursos contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destacam-se a implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades ribeirinhas em 106 Municípios da calha do Rio São Francisco; de obras de esgotamento sanitário em 194 Municípios, e de 13 consórcios intermunicipais de sistemas de tratamento de resíduos sólidos.

Na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP), foram executadas em 2010 a recuperação de 18 km de matas ciliares ao longo do





Rio Aquidauana, o terraceamento de 1.200 hectares, a adequação de 6 km de estradas rurais e a estabilização de processos erosivos, culminando com o plantio de 32.000 mudas de espécies florestais nativas.

Na Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia, em 2011, serão iniciadas ações visando à recuperação de 7 km² de áreas de preservação permanente no perímetro urbano do Município de Aruanã (GO), culminando com o plantio de 119.000 mudas de essências florestais nativas.

Outro destaque são as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Água Doce (PAD), que visa a estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para consumo humano, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental e socialmente sustentáveis, para atender, prioritariamente, as populações de baixa renda residentes em localidades rurais difusas do semiárido brasileiro. Em 2010, foram elaborados dez planos estaduais do PAD, que visam à definição dos arranjos institucionais em cada Estado e a hierarquização dos Municípios a partir de seus níveis de criticidade, com intuito de orientar os investimentos futuros. Com a implementação desses planos estaduais, até 2020, 25% da população rural do semiárido brasileiro terá água de qualidade para consumo humano. O programa beneficia mais de 60 mil pessoas de 68 localidades do semiárido brasileiro com acesso à água de qualidade para consumo humano.

d.6) Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

A cobrança pelo uso da água no Brasil vem sendo implementada desde 2001, tanto pela União quanto pelos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos e comitês de bacias hidrográficas. Em rios de domínio da União, a cobrança já está em funcionamento nas bacias do Rio Paraíba do Sul (MG, RJ e SP), desde 2003, dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (MG e SP), desde 2006 e, a partir de 2010, no Rio São Francisco. Em 2011 deverá ser iniciado o processo de cobrança na Bacia do Rio Doce (Minas Gerais e Espírito Santo).

Os recursos arrecadados com a cobrança retornam integralmente para a agência de águas ou entidade delegatária e são destinados a ações de recuperação e conservação da bacia, de acordo com o plano de aplicação aprovado pelo respectivo comitê de bacia.

d.7) Pré-Conferência Nacional de Águas – Pré-CONÁGUAS

Em março de 2010 foi realizada a Pré-Conferência Nacional das Águas (Pré-CONÁGUAS), que reuniu em Brasília mais de 400 representantes do SINGREH para tratarem do formato da Conferência. Com os aportes da Pré-CONÁGUAS e da Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos (CTEM), do CNRH, foram definidas as bases da proposta de resolução para a institucionalização da Conferência. Em 16 de dezembro de 2010, na XXIV Reunião Ordinária do CNRH, foi aprovada resolução que institucionaliza a Conferência Nacional das Águas (CONÁGUAS). Segundo a resolução, a CONÁGUAS será um mecanismo adicional de consulta pública para a gestão de águas, complementar às instâncias formais do SINGREH, e estará vinculada aos processos de revisões do Plano Nacional de Recursos Hídricos. A realização da Primeira Conferência Nacional de Águas (CONÁGUAS) está prevista para o segundo semestre de 2011.

e) Licenciamento Ambiental

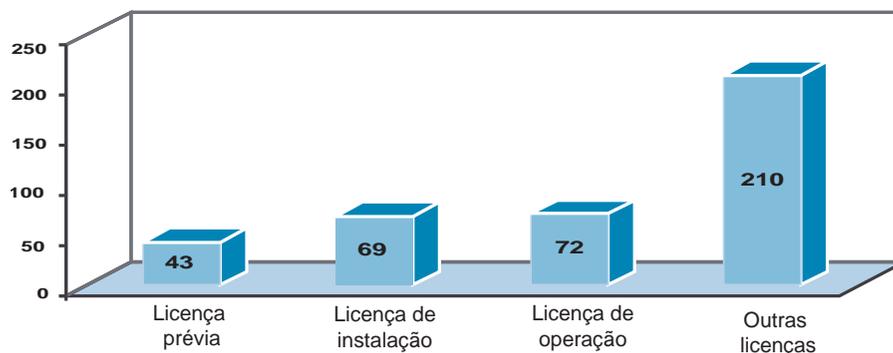
Em 2010, continuou-se a estratégia de articulação entre os integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e outros órgãos setoriais para o aprimoramento do licenciamento ambiental. Assim, o Governo Federal finaliza estudos para estabelecer medidas para a modernização do processo de licenciamento e a regularização ambiental dos empreendimentos já em operação nos setores de energia (parques eólicos, pequenas centrais hidrelétricas, linhas de transmissão e petróleo e gás) e de transporte (portos, hidrovias e rodovias).





Quanto ao licenciamento de novos empreendimentos, o Ibama emitiu, em 2010, 394 licenças, conforme tipologia indicada no quadro a seguir:

Licenças Ambientais emitidas pelo Ibama em 2010



Fonte: Ibama/MMA

Em continuidade ao processo de modernização do instrumento de licenciamento ambiental e considerados o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, implementar-se-á, em 2011, programa de capacitação dos técnicos ambientais federais para aplicação célere e harmônica dos procedimentos necessários ao licenciamento.

Para aprimorar a implantação do Protocolo Verde, no âmbito do sistema financeiro nacional, o sistema de informações sobre licenciamento ambiental vem sendo aprimorado para que sejam obtidas informações mais qualificadas sobre os empreendimentos submetidos a esse processo. Além disso, em 2011 será modernizado o Portal Nacional do Licenciamento Ambiental.

f) Zoneamento Ecológico-Econômico

Foi finalizado e institucionalizado, por meio do Decreto nº 7.378, de 1º de dezembro 2010, o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, instrumento de gestão ambiental que contou com a realização de consultas públicas e a participação de nove Estados da região.

Também em 2010 foi encerrada a execução do Projeto Base Cartográfica Digital da Amazônia, na escala de 1:100.000, que digitalizou, atualizou e validou as bases cartográficas analógicas elaboradas pelos Estados da Região e ainda produziu cartas para os vazios cartográficos, ampliando a capacidade de gestão ambiental e territorial dessa região.

Quanto ao Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, foram publicados os diagnósticos do meio físico, do meio biótico, socioeconômico e jurídico-institucional e as propostas de zonas e diretrizes de uso e ocupação foram sistematizadas para debates públicos. Além disso, foi instalado o Centro de Gestão Ambiental e Territorial, em Penedo (AL), para apoiar a implantação do ZEE.

Foram, ainda, iniciados projetos no Piauí, Goiás, Bahia e Espírito Santo, ampliando a área de projetos de ZEE para cerca de 2/3 do território nacional. Atualmente, cerca de 48,3% do território nacional é abrangido por diretrizes de uso e ocupação na escala 1:250.000.





A integração entre o ZEE e os Zoneamentos Agrícolas contribuiu para aproximar as políticas ambientais e agrícolas, rompendo com a dicotomia que tradicionalmente opunha uma a outra. Exemplo dessa sinergia foi a elaboração dos Zoneamentos Agroecológicos da Cana-de-Açúcar e da Palma de Óleo (dendê), instituídos por Decreto.

A partir desses zoneamentos, foram definidas estratégias para consolidar o Brasil como um grande produtor mundial de agro-energias limpas e renováveis, e adotado um conjunto de salvaguardas socioambientais para proteger o meio ambiente, evitar a competição com a produção de alimentos, evitar a expansão desordenada dessas culturas e reduzir o aquecimento global pela substituição de combustíveis fósseis.

g) Gerenciamento Costeiro

Em 2010 foi consolidado acordo de cooperação técnica, com transferência de tecnologia, entre os governos brasileiro e espanhol, envolvendo órgãos do executivo e universidades. Assim, está em curso a adaptação, para as especificidades do litoral brasileiro, de sistema de modelagem costeira desenvolvido pelos espanhóis, o que representará um aumento da capacidade técnica para gestão costeira nacional, especialmente para adoção de medidas de adaptação aos efeitos das mudanças do clima.

O Projeto Orla fortaleceu e expandiu sua base de atuação, cobrindo hoje cerca de 25% dos Municípios costeiros e com 15 comissões técnicas estaduais institucionalizadas ou em processo de formalização. Expandiu, ainda, sua base temática, estando em curso a adaptação da metodologia para as orlas fluviais e estuarinas. Em articulação direta com os Estados costeiros, foram estabelecidas diretrizes iniciais para elaboração de zoneamentos estaduais e para a integração desses com as macrodiretrizes de ocupação da costa, a serem elaboradas em 2011, no escopo do projeto MacroZEE Brasil.

Constituem-se prioridades para 2011 os temas de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, de enfrentamento à erosão costeira, de novos arranjos institucionais capazes de responder à expansão do Projeto Orla e de monitoramento e disponibilização de informações sobre a qualidade ambiental da zona costeira.

h) Gestão Ambiental Rural

Em 2010, por meio do Projeto de Gestão Ambiental Rural (GESTAR), elaborou-se plano de gestão ambiental territorial rural em seis regiões, abrangendo os Biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia. Além disso, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente) e do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), foram desenvolvidas, testadas, validadas e disseminadas para as comunidades rurais metodologias de gestão ambiental rural, e implementadas tecnologias de manejo e uso sustentável dos recursos naturais.

Iniciou-se a implementação do Programa Amazônia Sem Fogo, com apoio da cooperação entre os governos brasileiro e italiano, para a capacitação de mais de 400 técnicos, 800 famílias e lideranças em práticas alternativas ao uso do fogo e, ainda, a implantação de 40 unidades demonstrativas. Esse programa deverá se estender à Amazônia boliviana.

O Programa Mais Ambiente, criado por meio do Decreto nº 7.029, de 10 de dezembro de 2009, objetiva a regularização ambiental das propriedades rurais e atende de forma gratuita os beneficiários especiais. Tal iniciativa foi concebida como uma estratégia de política ambiental rural para fortalecer a gestão florestal no plano nacional por meio da atuação compartilhada dos órgãos ambientais dos três níveis de governo.

Destacam-se, também, no âmbito do Governo Federal, as iniciativas voltadas para a futura instituição do Programa Nacional de





Fomento às Boas Práticas Agropecuárias (PRÓ-BPA), cujo objetivo principal é garantir a produção de alimentos seguros, com atributos de qualidade e que atenda aos interesses dos mercados e aos requisitos da sustentabilidade ambiental.

i) Povos e Comunidades Tradicionais

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) foi criado para promover a conservação e o uso sustentável à biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades rurais, por meio do acesso às políticas de crédito, à assistência técnica e extensão rural, a mercados e aos instrumentos de comercialização e à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que busca a garantia de sustentação de preços de produtos da sociobiodiversidade.

Em 2010, foi consolidada a inclusão de produtos extrativistas na PGPM, tendo sido criados ou adequados preços mínimos para 10 produtos da sociobiodiversidade, viabilizando a subvenção da ordem de R\$ 24 milhões para 1,8 mil famílias extrativistas.

Nos últimos anos, ampliou-se o acesso dos produtos da sociobiodiversidade ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, também, a mercados institucionais para esses produtos, com a promulgação da Lei nº 11.947, de 2009, estabelecendo que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), devam ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios produzidos diretamente pela agricultura familiar, priorizando-se comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades quilombolas. Esse processo possibilita resultados diretos na renda dessas populações e agregação de valor aos produtos. Para 2011, a prioridade será a ampliação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade para outros produtos que contemplem todos os biomas brasileiros.

Além da inclusão econômica, outro avanço em 2010 foi a regularização fundiária de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais, com a entrega, pelo Governo Federal, das Concessões de Direito Real de Uso (CDRU), beneficiando 30 mil famílias em uma área de 1,4 milhão de hectares. Além disso, outros 5,6 milhões de hectares foram entregues pelo Governo Federal para regularização de outras UC, o que também beneficiará assentamentos da reforma agrária, na forma de compensação ambiental para o efetivo licenciamento ambiental desses assentamentos.

Priorizar-se-á em 2011 a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais e a incorporação ao Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade de produtos para contemplar todos os biomas brasileiros, ampliando a escala do Plano.

j) Concessões Florestais

A gestão de florestas públicas – 290 milhões de hectares, segundo o Cadastro Nacional de Florestas Públicas – compreende a criação de unidades de coconservação; a destinação de florestas públicas às comunidades locais; e a concessão florestal. Com o advento deste instrumento, o Governo Federal assumiu seu papel de ordenar a ocupação do território amazônico, proteger o patrimônio florestal público e estruturar uma economia forte de base florestal sustentada, uma das vocações do Bioma Amazônia.

Em 2010, foram realizados diversos estudos sociais, ambientais, econômicos e comerciais para realização de consultas públicas de cinco editais de concessão florestal. No total o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) já disponibilizou mais de um milhão de hectares de florestas para o manejo florestal, com potencial para dinamizar as economias de diversos Municípios amazônicos e gerar aproximadamente 12 mil postos de trabalho, movimentando uma economia de aproximadamente R\$ 500 milhões por ano. O ano de 2010 também marcou o início do processo produtivo com a extração das primeiras árvores oriundas da concessão da Floresta Nacional do Jamari, no Estado de Rondônia.





k) Sistema Nacional de Informações Florestais e Inventário Florestal Nacional

Em 2010, foi disponibilizada a primeira versão do Sistema Nacional de Informações Florestais e Inventário Florestal Nacional (SNIF) no sítio eletrônico do SFB, cujo objetivo é colecionar e produzir, organizar, armazenar, processar e disseminar dados, informações e conhecimentos sobre as florestas e o setor florestal. Também foi publicado o quarto Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF 2011), que indica a existência de 5,1 milhões de hectares de florestas federais passíveis de processos de concessão florestal.

Já o Inventário Florestal Nacional (IFN) periodicamente utiliza técnicas de amostragem, de modo a possibilitar o monitoramento contínuo dos seus recursos florestais, tendo como principal propósito fornecer informações para subsidiar a definição de políticas florestais, a gestão dos recursos florestais e a elaboração de planos de uso e conservação dos recursos florestais. Está previsto para 2011 o início da realização do Inventário Florestal nos Estados de Sergipe e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, com a coleta de dados biofísicos e socioambientais em campo.

l) Manejo Florestal Comunitário

Em 2010 foi elaborado o primeiro Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário, instrumento do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, instituído em 2009 no âmbito do MMA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e destinado a fortalecer a atividade florestal praticada por agricultores familiares e comunidades tradicionais.

O Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário 2010 teve como principal inovação a efetivação de uma rotina anual de planejamento e execução de ações para o manejo florestal no Bioma Amazônia, com envolvimento dos diferentes órgãos federais, estaduais e da sociedade civil. Foram realizadas ações de fortalecimento das organizações comunitárias, capacitação em gestão e manejo florestal, disponibilização de crédito, fornecimento de assistência técnica e extensão florestal e apoio à produção, beneficiamento e comercialização dos produtos florestais oriundos do manejo comunitário e familiar.

Para 2011, o Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário ampliará suas ações também para o Bioma Caatinga, de forma a atingir onze Estados. Serão realizadas, para a Amazônia e Caatinga, ações de fortalecimento e gestão dos empreendimentos comunitários; apoio às Organizações Estaduais de Meio Ambiente; disponibilização de crédito e fomento para as atividades produtivas; capacitação em gestão e manejo florestal; garantia de assistência técnica e extensão florestal, além do apoio à produção, beneficiamento e comercialização dos produtos florestais oriundos do manejo comunitário e familiar. O Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário 2011 envolverá a cadeia produtiva da madeira e de mais dez produtos não madeireiros da Amazônia e Caatinga.

m) Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), criado pela Lei nº 11.284, 2 de março de 2006, é um fundo público de natureza contábil, mantido no âmbito do Orçamento Geral da União e gerido pelo SFB. O FNDF tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor. Sua principal fonte de recursos consiste numa parcela dos pagamentos dos contratos de concessões florestais em florestas públicas da União.

Em 2010, o FNDF foi regulamentado pelo Decreto nº 7.167, de 5 de maio de 2010, tendo sido realizada a reunião de instalação do Conselho Consultivo do Fundo, na qual foi apreciado o Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR) 2010, instrumento de planejamento que orienta as aplicações de recursos para o ano e indica as áreas prioritárias e formas de aplicação.

Em 2010, foram selecionados 49 projetos, tendo sido apoiadas 21 iniciativas contemplando três biomas: Amazônia, Caatinga e Mata





Atlântica. O apoio envolve assistência técnica e capacitação para o manejo florestal comunitário e familiar e para a produção de sementes e mudas de espécies. Em 2011, o FNDF objetiva implementar os projetos selecionados em 2010 e executar o PAAR 2011, já elaborado e submetido ao Conselho Consultivo.

n) Esfera Internacional

As posições do Brasil na COP-15, em Copenhague, no final de 2009, quando adotou objetivos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa, referenciaram a atuação do País nas negociações internacionais no âmbito da Conferência-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em 2010 e permitiram que o Brasil continuasse a exercer papel de destaque na COP-16, em Cancún.

O Brasil também deu sequência, em 2010, aos preparativos para a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, com amplo apoio da Assembleia Geral da ONU. No ano de 2011, pretende-se consolidar esse processo, a fim de que os resultados da Conferência Rio+20 sejam relevantes, com novos e qualificados compromissos globais sobre meio ambiente e desenvolvimento.

O Brasil foi, em 2010, um dos principais protagonistas na Conferência de Nagoia da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), quando foi adotado o Protocolo para Acesso e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade.

Os avanços do País no cumprimento das metas globais para a biodiversidade, estabelecidas no Plano Estratégico da CDB para o período 2002-2010, foram apresentados no 4º Relatório Nacional elaborado para o Secretariado da Convenção, o qual, também retrata a situação atual dos ecossistemas e da biodiversidade brasileira.

Com base nas metas globais do Plano Estratégico aprovado pela COP-10, serão estabelecidas as seguintes metas nacionais para o período 2011-2020:

- i) redução dos impactos dos incêndios florestais e queimadas sobre os ecossistemas e unidades de conservação (UCs): realização de seminário internacional com pesquisadores especializados, a fim de se definir uma proposta de manejo de fogo em UCs; e elaboração de estudo para avaliar a possibilidade de mudança na legislação trabalhista, para que trabalhadores temporários recrutados para trabalhar no combate a incêndios florestais possam ter seus contratos de trabalho estendidos, a fim de poderem atuar em outras atividades antes e depois do início da decretação do estado de alerta, como na construção de aceiros e na avaliação da magnitude dos danos causados pelo fogo;
- ii) monitoramento dos biomas: serão destinados mais recursos para o Desenvolvimento do Sistema de Gestão Integrado e Participativo para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros, para possibilitar a qualificação das informações geradas pelo Projeto de Monitoramento dos Desmatamentos dos Biomas Brasileiros por Satélite; e
- iii) estabelecimento de instrumentos econômicos inovadores para fomento da conservação da biodiversidade: realização de estudo sobre a economia dos ecossistemas e da biodiversidade no Brasil.

o) Unidades de Conservação

Em 2010, seis unidades de conservação federais foram criadas e seis foram ampliadas, totalizando uma expansão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) em 669 mil hectares. A área de ampliação do SNUC nesse ano protege





importantes áreas nos Biomas Amazônia, Mata Atlântica e em área marinha, que, além de promoverem a proteção do meio ambiente, beneficiam diretamente centenas de famílias usuárias de seus recursos.

Para a consolidação das UCs criadas foram iniciados procedimentos para a elaboração de planos de manejo e estabelecimento de conselhos gestores, que são importantes instrumentos para a gestão eficiente de unidades de conservação, e para garantir a participação social na gestão desse Patrimônio Nacional.

Somam-se também as ações protagonizadas pelo Programa Áreas Protegidas na Amazônia (Arpa), em 2010, para a implementação e consolidação de 64 UCs naquele bioma e pelo Projeto Corredores Ecológicos, que investiu recursos no planejamento, fiscalização e implementação de UCs nos Biomas Amazônia e Mata Atlântica.

O quadro a seguir apresenta um balanço geral das UCs federais criadas no território brasileiro. Nos últimos oito anos, a área do SNUC foi ampliada em 27,4 milhões de hectares, que representam uma expansão de 58,2%. Esses dados demonstram o compromisso e o empenho do Governo com o meio ambiente e confirmam o protagonismo brasileiro na proteção e conservação de recursos naturais.

Unidades de Conservação Federais (UCs)

UCs Federais	Área criada (ha)	Nº de UCs criadas
Até 2002	47.193.063	235
De 2003 a 2010	27.479.789 ¹	75
Total	74.672.852	310

1 – Soma das áreas das novas 75 UCs criadas (26.261.357ha) e das 16 UCs ampliadas (1.218.432ha) no período de 2003 a dezembro de 2010.
Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (acesso: 11/2010)

Para 2011, os principais objetivos são a ampliação da área protegida por UCs em 380 mil de hectares; o reconhecimento de pelo menos três mosaicos de UCs para fomentar a gestão integrada das áreas protegidas; a implementação da campanha de divulgação da importância de UC para a melhoria da qualidade de vida e crescimento econômico regional; estabelecimento de incentivos econômicos e parcerias com o setor privado para aportar investimentos mínimos; a regulamentação das categorias de manejo de unidades de conservação e a regulamentação da concessão de serviços em UC de modo a propiciar o estímulo do turismo em áreas naturais.

p) Pesquisa em Biodiversidade

No que se refere ao Programa de Pesquisas em Biodiversidade (PPBio), foram contratadas diversas redes de pesquisa para a Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental e Semiárido. Os recursos, da ordem de R\$ 9,5 milhões para o período de 2010-2011, têm como objetivo o fortalecimento do Programa por meio de apoio a projetos de pesquisa científica e tecnológica que possam contribuir para ampliação e disseminação do conhecimento sobre a biodiversidade brasileira.

Em 2010, teve início o Programa de Capacitação em Taxonomia (Protax), visando a formação de recursos humanos, de forma a estimular e desenvolver a capacidade taxonômica instalada do País. O programa envolveu recursos na ordem de R\$ 12 milhões do CNPq e mais R\$ 7 milhões da CAPES, a serem distribuídos entre 103 projetos selecionados.

Foi aprovado o Projeto Gerenciamento e Uso de Informações para Ampliar a Capacidade Brasileira em Conservar e Utilizar a





Biodiversidade, orçado em US\$ 28 milhões, com financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (*Global Environmental Facility* - GEF) e do MCT. Foi mantida a parceria, até 2011, com o Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) para o desenvolvimento de pesquisas nas áreas temáticas de pecuária, pesca e bioprospecção, com recursos da ordem de R\$ 2,8 milhões. Foi, ainda, iniciado o processo licitatório para construção do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP).

10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) indicou, em relatório divulgado em novembro de 2010, que o mundo está caminhando para um novo cenário geocientífico global, onde crescem em importância relativa países como Coreia do Sul, China, Índia e Brasil.

Segundo a UNESCO, os esforços que estes países vêm fazendo para dinamizar seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) têm realçado suas potencialidades nos setores da indústria, da ciência e da tecnologia, o que gera um ambiente global mais competitivo.

O diagnóstico da Unesco mostra que, enquanto as economias dos Estados Unidos e de países da União Europeia padecem das consequências da recessão de 2008, empresas de economias emergentes, dentre elas o Brasil, vêm expandindo rapidamente o valor agregado de seus produtos, alimentando um “crescimento sustentado”. Revela ainda o Relatório da Unesco que “Essas economias emergentes (Brasil, China, Índia, África do Sul etc) já serviram no passado como repositórios para o suprimento externo de atividades manufatureiras, mas agora elas estão se movendo no sentido de um desenvolvimento autônomo de tecnologias de processos, desenvolvimento de produtos, design e pesquisa aplicada.”

Esta mudança de direção da atividade científica e tecnológica também foi demonstrada pelo Relatório da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), de maio de 2010, o qual revelou que, de modo geral, as nações da América Latina estão “concentradas” em um modelo produtivo a partir dos recursos naturais, embora dois países, México e Brasil, caminhem em outra direção. “Nestes países, as atividades industriais intensivas em tecnologia produzem entre 30% e 40% do valor agregado manufatureiro”.

Além disso, a CEPAL destaca que, no Brasil, os produtos de média e alta tecnologia representam de 35% a 65% do total de exportações, e que o País detém uma “estrutura produtiva com maior articulação e difusão de tecnologia entre os setores da economia”, em comparação com os demais países da América Latina e Caribe.

Um sinal evidente da maturidade tecnológica e da pesquisa aplicada, segundo a CEPAL, é o fato de que, em toda a região, as nações com maior registro de patentes de novos produtos ou processos são o México e o Brasil.

A percepção dos organismos internacionais sobre as inflexões no mundo da ciência, da tecnologia e da inovação, no século XXI, traz uma leitura importante das políticas e das ações desencadeadas pelas diversas nações do mundo, mas, sobretudo, reforça a certeza no movimento desencadeado pelo Governo para, a partir dos investimentos consistentes em ciência, tecnologia e inovação e das medidas tomadas para estabelecer um sólido marco regulatório no País, acelerar o crescimento da economia brasileira, aumentando a competitividade e a produtividade dos setores produtivos, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Este olhar externo também percebe a solidez do sistema econômico e monetário brasileiro, que atravessou a crise mundial de 2008 sem sobressaltos e demonstrou a eficácia da receita brasileira para combater a crise. O Brasil é um País com economia madura, sistema financeiro saudável, instituições sólidas, democracia plena e um processo de inclusão social crescente.

Esta nova dimensão da economia mundial foi percebida, por exemplo, por grandes empresas estrangeiras, que estão escolhendo o





Brasil para sediar novos centros de pesquisa internacionais. É o caso, por exemplo, de General Electric, IBM, Dell, Google, General Motors, Dupont, FMC Technologies, Schlumberger, Baker Hughes, entre tantas outras.

A decisão destas empresas não se alicerça apenas no presente. É o olhar que enxerga o futuro de potencialidades e de oportunidades que o Brasil oferece, que levou CEOs de todo o planeta a decidirem instalar no Brasil unidades avançadas de pesquisa e desenvolvimento. O *Financial Times* mostrou que o Brasil tornou-se o 2º melhor país do mundo para investir, tomando o lugar que cabia aos EUA. Em primeiro lugar, está a China.

Essa nova realidade no Brasil é confirmada pelos indicadores de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I). O orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) passou de R\$ 2,6 bilhões, em 2003, para R\$ 8,3 bilhões, em 2010. O orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal fonte de financiamento público do setor, vem crescendo a cada ano, passando de R\$ 0,6 bilhão, em 2003, para R\$ 3,2 bilhões em 2010, sendo que 2010 foi o primeiro em que não houve contingenciamento de recursos na área de C,T&I.

A evolução do dispêndio em P&D também é extremamente significativa. Enquanto que, em 2003, o dispêndio representava 0,96% do PIB Nacional, em 2009 este indicador atingiu 1,24% do PIB e deve chegar, segundo estimativas, a 1,25% em 2010. Deve-se registrar, neste item, o crescimento da participação do investimento privado em P&D. Em 2003, o setor empresarial participava com 0,44% do PIB, passando para 0,59% em 2009, devendo manter 0,59% em 2010, segundo estimativas.

Os avanços da pesquisa brasileira estão presentes tanto no mundo empresarial como nos setores público e acadêmico. O Brasil já é o 13º colocado no *ranking* da produção científica mundial. De acordo com a base de dados da *Thomson Reuters* (ISI), que mede a quantidade de artigos publicados em periódicos indexados, o Brasil produziu 32,1 mil artigos, em 2009, um expressivo salto se comparados com os números de 2003, quando o Brasil produzia 14,3 mil artigos científicos por ano.

O número de bolsas de pesquisa, em todos os níveis, concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT), alcançou, em 2010, um número próximo a 155 mil, enquanto em 2003 as bolsas foram pouco superiores a 80 mil por ano.

Em relação à inovação, os dados também são expressivos, já que o Governo vem desenvolvendo políticas públicas sólidas e consistentes e introduzindo medidas legais para acelerar os processos inovativos na economia brasileira.

A Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC 2008), divulgada em novembro de 2010, reforçou essa verificação, uma vez que, em 2003, havia 28.036 empresas industriais inovadoras e, em 2008, esse número atingiu 38.299, aumento de 36,6%. A participação das empresas inovadoras no total das empresas industriais também cresceu de 33,3% para 38,1%, entre 2003 e 2008. Os dados sobre gastos com atividade interna de P&D revelam crescimento real de 50,2% no período. Em termos de empresas que fazem uso de incentivos fiscais da Lei do Bem, o número saltou de 130, em 2006, para 542, em 2009.

O investimento em infraestrutura de pesquisa cresceu de R\$ 53 milhões, em 2003, para R\$ 480 milhões, em 2010, totalizando mais de R\$ 2 bilhões no período 2003 a 2010. Soma-se a isso a expressiva participação dos Estados no apoio a 122 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), cuja contratação alcançou R\$ 607 milhões.

Em 2010, demonstrando o diálogo e o processo de construção coletiva na definição dos rumos da ciência no Brasil, realizou-se a 4ª Conferência Nacional de C,T&I, a qual integrou agentes públicos e privados no debate e na formulação das políticas públicas. A Conferência serviu para reunir as demandas e as expectativas de toda a comunidade científica e tecnológica brasileira, e possibili-





tou aperfeiçoar a proposta para o Plano de Ação em C,T&I (PACTI) 2011-2015.

Todas estas conquistas só foram possíveis porque o avanço do Brasil na área de C,T&I mobiliza todos os setores da sociedade brasileira, envolvendo os Governos federal e estaduais, o Conselho Nacional dos Secretários para Assuntos de C,T&I, o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) e a Mobilização Empresarial pela Inovação. Todos esses atores estão conscientes de que o crescimento dos dispêndios em ciência, tecnologia e inovação é uma forma de alavancar a economia brasileira.

a) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

a.1) Formação de Recursos Humanos

O fortalecimento do Sistema Nacional de C,T&I decorre do incremento do universo de cientistas e pesquisadores em todo o País. Em 2010, o Brasil alcançou o total de 83.855 bolsas concedidas pelo CNPq, sendo 83.423 aqui e 432 no exterior, um aumento de 12% em relação a 2009. Somente em 2010, o CNPq implementou 19.293 bolsas de mestrado e doutorado, 3% a mais que no ano anterior. Considerando-se também as bolsas de Doutorado-Sanduíche no exterior, o número total chegou a 19.477 bolsas.

O CNPq tem sido, desta forma, agente decisivo na formação de recursos humanos para C,T&I. Além das bolsas de mestrado e doutorado implementadas no País, foram disponibilizadas outras 7.000 quotas de bolsas de Iniciação Científica Júnior, sendo 4.000 destinadas às FAPs e 3.000 à Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas.

No que concerne à destinação de recursos financeiros para a concessão de bolsas em áreas ou setores estratégicos do PACTI em 2010, os investimentos alocados a dois editais, um relacionado ao Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) e outro ao Programa de Capacitação em Taxonomia (Protax), ciência da classificação, alcançaram, em conjunto, o valor total de R\$ 53,2 milhões.

Em 2010, o número de bolsas de produtividade em pesquisa implementadas teve um incremento de 10%, e o de bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora aproximou-se de 400, dobrando, praticamente, o número de bolsas vigentes em 2009.

No que diz respeito às bolsas direcionadas especialmente às áreas relacionadas à PDP e aos objetivos estratégicos nacionais, o CNPq contabilizou, em 2010, 58.632 bolsas, considerando-se as modalidades de formação e de pesquisa, nas áreas de ciências agrárias, biológicas, saúde, exatas, da terra, engenharias e computação, o que representa um aumento de 18,4% relativamente a 2009 (49.524).

A política de Formação de Recursos Humanos pelo CNPq vem buscando, sobretudo, o equilíbrio regional na distribuição das bolsas, no País e no exterior, evidenciando-se, nos dois últimos anos, que o esforço realizado para a superação das disparidades regionais começa a mostrar resultado e destaca o crescimento das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que evoluíram, no período, 15%, 16% e 19%, respectivamente.

a.2) Infraestrutura e Fomento à Pesquisa

No contexto da infraestrutura para pesquisa, o Programa Nova Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) expande a atual Rede, abrangendo todo o País e integrando, em alta velocidade, mais de 600 organizações federais e estaduais de educação e pesquisa. O *backbone* nacional *Multigigabit* (conexões interestaduais de alta velocidade e desempenho), que alcançou 10 Estados em 2005, totalizou a implantação em 24 Estados em 2010, com capacidades de até 10 Gbps. Também integrou-se diretamente à Argentina e





ao Paraguai e interligará outras universidades no Mercosul para colaboração em educação, pesquisa, saúde e cultura. A expansão e a conexão das redes físicas de comunicação de dados em todas as capitais e em vários polos do interior constituirão importante patrimônio para a educação e pesquisa nos próximos 20 anos, pois permitirá o crescimento da velocidade de forma virtualmente ilimitada, a custo bastante reduzido. Essa infraestrutura exclusiva e moderna contribui diretamente para a formação de professores para as escolas, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e para a geração e uso de conteúdos digitais, seja na pós-graduação, seja na educação tecnológica. Até 2010, a RNP já integrou 288 *campi* de Instituições Federais de Educação Superior (IFES), Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs) e Unidades de Pesquisa (UPs), como suporte à interiorização do sistema de educação superior brasileiro. Em 2011, espera-se que outros 323 *campi* de IFES e IFETs no interior sejam conectados.

Na área da saúde, 57 hospitais universitários com Núcleos de Telemedicina foram interligados à Rede Universitária de Telemedicina (RUTE) e iniciou-se a terceira etapa, que contempla 75 hospitais de ensino para educação e capacitação, em conjunto com o Programa Nacional de Telessaúde. No universo da Cultura, a nova RNP está interligando as principais instituições do setor, no Rio de Janeiro e em São Paulo, em altíssima velocidade, para digitalização e distribuição de acervos, como por exemplo da Biblioteca Nacional e a Cinemateca Brasileira.

Iniciativa importante de fomento à pesquisa foi o estabelecimento dos novos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), lançados pelo Governo como uma evolução do programa Institutos do Milênio.

A tônica do Programa é a organização de grupos de P&D em rede, coordenados por instituições de excelência em pesquisa e na formação de recursos humanos. Vale frisar que as fontes de recursos são diversificadas e que o importante processo de articulação do MCT com as Secretarias estaduais de C&T resultou na contribuição de R\$ 214,7 milhões, por meio de FAPs. A adesão de outros parceiros (BNDES, Petrobras, MS, MEC/CAPES) possibilitou um aumento expressivo nos recursos, alcançando um total de R\$ 607 milhões disponibilizados para a contratação de 122 INCTs.

Decorrente do especificado no Edital que selecionou os projetos dos INCTs, a 1ª reunião de acompanhamento e avaliação do Programa foi realizada em Brasília, em novembro de 2010. Esta reunião contou com a presença dos Coordenadores dos 122 INCTs, pesquisadores, avaliadores e consultores, totalizando mais de 500 participantes. Os resultados parciais indicam o fortalecimento da cooperação entre os diversos grupos de pesquisa em todo o País, a internacionalização das redes de pesquisa, o envolvimento de empresas, mesmo que ainda de forma modesta, e a divulgação dos resultados para a sociedade, respondendo aos objetivos do programa.

O ano de 2010 encerrou um ciclo de metas estabelecidas em 2004 para os Institutos de Pesquisa, aqui incluídas as UPs da administração direta e as Organizações Sociais (OSs) supervisionadas pelo MCT.

Dos cinco grandes problemas comuns detectados em 2001 pela Comissão de Alto Nível, composta de 76 especialistas do Brasil e do exterior em seu Relatório de Avaliação dos Institutos de Pesquisa do Governo, quatro foram plenamente solucionados para as 13 UPs e quatro para as OSs: recuperação e expansão da infraestrutura física e laboratorial; recomposição orçamentária; implantação de sistemas efetivos de gestão; promoção da interação e integração, interna e externa, com outras instituições de pesquisa de desenvolvimento tecnológico do País, através da realização de projetos conjuntos e em redes; e recomposição dos quadros de pessoal nos próximos dois anos, problema que afeta especialmente as UPs.

Com os grandes problemas equacionados no que tange à infraestrutura básica e ao orçamento, e com o sistema de gestão implantado, os Institutos puderam, particularmente em 2010, desenvolver suas pesquisas científicas e tecnológicas e promover a inovação com o registro de mais de duas dezenas de patentes e pedidos de privilégio de propriedade intelectual, e com atenção especial às pesquisas realizadas nas áreas de educação e saúde, sem esquecer o assunto que afeta a todos: clima e previsão do tempo.





Na área científica, trabalhos com a biodiversidade levaram o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) à descoberta de plantas e ao desenvolvimento de importantes aplicações etnomedicinais na cicatrização de cortes profundos, picadas de cobra e ferradas de arraia; prevenção e tratamento de diabetes, prisão de ventre, câncer do colo do útero, alto colesterol e obesidade; identificação de microbactérias da tuberculose a partir do uso de fungos que aceleram o crescimento dos bacilos de Koch, reduzindo o tempo de diagnóstico da tuberculose de dois meses para até uma semana; utilização de inseticida a partir de espécie de flor de crisântemo para uso em mosquiteiros, contribuindo para a diminuição da incidência de malária.

Ainda no campo da saúde, foram destaques: o desenvolvimento de nanopartículas de ácido láctico para encapsulação de fármacos para tratamento da tuberculose e de biocerâmicos nanoestruturados para uso clínico em regeneração óssea; a fabricação de protótipo de colete para deficientes, capaz de sustentar a coluna vertebral de crianças com paralisia cerebral e esclerose acentuada, pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT); o desenvolvimento de alternativas ao uso da hidroxiapatita cerâmica em procedimentos de regeneração óssea para emprego pelo SUS e estabelecimento de sistemas normatizados para caracterização de nanobiomateriais para a medicina regenerativa e seu impacto na viabilidade celular e tecidual, pelos pesquisadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF).

O Instituto Nacional do Semiárido (INSA) deu início ao Projeto Farmácia Viva, objetivando o levantamento de informações junto às comunidades da Região, para a formação de um horto com plantas medicinais locais e estudos de propriedades fitoterapêuticas de espécies pouco estudadas, e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) teve um grande avanço na área da genômica, com mais de 30 milhões de sequências genômicas desenvolvidas em 2010, no âmbito do Projeto Genoma Brasil.

A tecnologia de ponta esteve contemplada em vários projetos do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), na área de circuitos integrados, especialmente os voltados para cartões magnéticos, telefones sem fio, e reguladores de tensão, bem como no desenvolvimento de nanoestruturas para serem utilizadas em sensores de ultravioleta ou em células solares sensibilizadas por corante, e de tabletes para carteiras e lousas digitais e estudos neurológicos.

Tecnologia avançada também esteve presente no Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA) e no Observatório Nacional (ON), com a construção e participação na construção de equipamentos sensíveis para telescópios internacionais, como o SOAR (Chile) e J-PAS (Espanha); no Programa Espacial Brasileiro, onde o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) vem promovendo não só a construção de satélites em colaboração com outros países (China, em destaque), como também distribuindo, gratuitamente, imagens no Brasil e no exterior a partir dos Satélites CBERS e Landsat (este, americano), com instalações de recepção na África e Ásia; e no Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), nos estudos de aproveitamento de resíduos de pedreiras e serrarias, motivo de poluição ambiental.

Na área de clima, o Programa de Mudanças Climáticas (PMCL), do INPE, desenvolveu produtos e serviços para estratégias empresariais de execução de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e créditos de carbono, gerando um guia de implementação de aplicação ao modelo de estimativa de emissões de gases, a partir do desmatamento da Amazônia. O supercomputador do Instituto, quando em operação total, permitirá a previsão climática com taxa de acerto maior do que hoje é conseguido (98% para 24 horas).

No campo da educação, merecem registro as iniciativas do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e do ON com a capacitação de professores e alunos de cursos médios, presenciais ou a distância, além da melhoria dos cursos de Pós-Graduação do CBPF, INPA, INPE, MPEG, ON e IBICT. Este último ocupa posição de destaque em nível nacional e internacional por seus projetos voltados ao movimento de acesso livre ao conhecimento. Exemplo desse compromisso é a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), lançada em 2002, que possui um arquivo de mais de 150 mil teses e dissertações provenientes de 95 instituições de ensino superior e o disponibiliza gratuitamente na Internet.





Finalmente, há que se ressaltar a instalação do Centro de Tecnologia do Bioetanol (CTBE), ligado à Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS), Organização Social (OS) localizada em Campinas (SP), que é uma iniciativa dedicada à pesquisa de fontes renováveis de energia e insumos para a indústria química. Pesquisas em bioenergia também tiveram um grande salto em 2010, tanto no INT, quanto em sua Coordenação Regional no Nordeste, Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene), além de cooperações do ON, INT, LNCC com projetos da Petrobras ligados à pesquisa e aproveitamento do Pré-Sal.

b) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas

A Lei de Inovação, Lei nº 10.973, 2 de dezembro de 2004, possibilitou a utilização de recursos públicos diretamente por empresas, inclusive recursos orçamentários, além de infraestrutura, pessoal, laboratórios e equipamentos, representando um passo importante para a construção de uma cultura de inovação no País.

Os incentivos fiscais da Lei do Bem, Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, apresentaram impacto positivo tanto pelos resultados tecnológicos, como pelo aumento dos investimentos em P&D de empresas, além de significativo crescimento no número de novas empresas beneficiárias. Os dados apresentados de 2006 a 2009 evidenciam que o número de empresas que aderiram aos incentivos continua aumentando.

Investimentos das Empresas beneficiadas pela Lei do Bem nas áreas de P&D em relação ao PIB Brasil (R\$ bilhão)

Ano	Empresas Habilitadas	Renúncia Fiscal (R\$ bilhão)	Investimento (c) (R\$ Bilhão)	PIB (d) (R\$ Bilhão)	(%) (c/d)
2006	130	0,230	2,19 ⁽¹⁾	2.433,0 ⁽²⁾	0,09
2007	300	0,883	5,13 ⁽¹⁾	2.558,8 ⁽²⁾	0,19
2008	460	1,58	8,80 ⁽¹⁾	2.889,7 ⁽²⁾	0,30
2009	542	1,38	8,33	3.143,0 ⁽²⁾	0,27

(1) Valores corrigidos e revisados; (2) Dados do IBGE
Fonte: MCT

O Governo aportou apoio financeiro expressivo nas atividades de P&D das empresas brasileiras. Um dos mecanismos usados foi o Programa de Subvenção Econômica, criado para promover a inovação por meio da aplicação de recursos públicos não reembolsáveis em projetos de pesquisa. De 2006 a 2010, a subvenção econômica beneficiou cerca de 825 projetos com mais de R\$ 1,5 bilhão. Em agosto de 2010, foi lançado novo edital com previsão de recursos de até R\$ 500 milhões, com o processo seletivo encerrado em 2011.

Em parceria com os Estados, o Governo concedeu, ainda, R\$ 150 milhões no mesmo período para as micro e pequenas empresas. Já a criação e o desenvolvimento de empresas inovadoras obtiveram um total de R\$ 230 milhões. Os investimentos em P&D resultantes dos incentivos fiscais da Lei do Bem alcançaram R\$ 24,4 bilhões e a renúncia fiscal atingiu R\$ 4,07 bilhões. Foram concedidos, também, empréstimos reembolsáveis no valor de R\$ 5,7 bilhões, de 2003 a 2010.

O Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), instituído pelo Decreto nº 6.259, de 20 de novembro de 2007, cuja finalidade principal é proporcionar condições para o aumento da taxa de inovação das empresas brasileiras, destinou mais de R\$ 330,0 milhões, de 2007 a 2010, para a implementação das seguintes Redes Temáticas:

- Centros de Inovação - 14 Redes Temáticas envolvendo 208 instituições em diferentes estágios de implementação: Bioetanol; Eletrônica para Produtos; Equipamentos e Componentes de uso Médico, Hospitalar e Odontológico; Insumos para a Saúde Humana;





Manufatura e Bens de Capital; Microeletrônica; Plásticos e Borrachas; Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação; Tecnologias para Energia Solar Fotovoltaica; Visualização Avançada; Vitivinicultura; Veículos Elétricos; Nanocosméticos e Insumos para Saúde; e Nutrição Animal;

- Serviços Tecnológicos - 20 Redes Temáticas envolvendo 211 laboratórios em 53 instituições com 484 participações laboratoriais, que receberam apoio do Sibratec para a ampliação e modernização da infraestrutura laboratorial, capacitação de recursos humanos, aprimoramento do sistema de gestão da qualidade laboratorial, além de programas de ensaio de proficiência para que estejam aptas a oferecer serviços de calibração, ensaios e análises, além de avaliação da conformidade para garantir a qualidade dos produtos disponibilizados no mercado; e
- Extensão Tecnológica - 22 redes formadas por entidades especializadas em extensão tecnológica, atuantes nos Estados da Federação, que prestam assistência tecnológica especializada às micro, pequenas e médias empresas, com vistas à solução de gargalos tecnológicos, adaptação de produtos e processos e a melhoria da gestão da produção.

Por meio dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), é fomentada a promoção da capacitação de recursos humanos e a atuação na identificação, proteção e divulgação de resultados de pesquisa e de tecnologias passíveis de exploração comercial, zelando pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento e outras formas de transferência de tecnologia.

O fortalecimento dos NITs, tem proporcionado às ICTs um aumento de recursos provenientes dos contratos de transferência e licenciamento de tecnologia, indicando um interesse crescente e a importância e relevância da Lei para a instituição científica e tecnológica. Foram 1.706 contratos, sendo 1.518 sem exclusividade, 112 com exclusividade e 76 de outras formas que foram, basicamente, de conhecimento não protegido disponível nas ICTs, concedidos/licenciados para terceiros.

A capacitação de recursos humanos, parte fundamental no processo de desenvolvimento e inovação tecnológica, abrangeu atividades de estímulo à realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) nas empresas, por meio da disponibilização de instrumentos específicos que tratam da capacitação de empresários e gerentes para a inovação, e à inserção de pesquisadores nas empresas. Em 2010, foram realizados cursos de capacitação de empresários e gerentes para a inovação em 11 Estados brasileiros. Também foi aprovada a inserção de mestres e doutores em 182 empresas que tiveram projetos de desenvolvimento tecnológico contemplados no Edital RHAE-Pesquisador na Empresa.

Para fomentar a inovação tecnológica no Brasil, o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI) apresenta-se como uma importante iniciativa para a promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação nas micro e pequenas empresas, ao estimular iniciativas de instalação e consolidação de incubadoras e parques.

As incubadoras de empresas são mecanismos de estímulo e apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, que facilitam a implantação de novas empresas focadas na inovação tecnológica. São 8.000 empresas inovadoras instaladas em 400 incubadoras, localizadas em 25 Estados, que geram 35 mil empregos e têm faturamento de cerca de R\$ 3,5 bilhões.

Os parques tecnológicos são complexos de desenvolvimento econômico e tecnológico que fomentam e promovem sinergias nas atividades de pesquisa científica e tecnológica e de inovação entre as empresas e instituições científicas e tecnológicas, públicas e privadas, com forte apoio institucional e financeiro entre os governos federal, estadual, municipal, comunidade local e setor privado.

As atividades do Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação (Pró-Inova) estimulam o desenvolvimento





de um ambiente favorável à inovação no País, disseminam informações sobre as vantagens de investir em atividades inovadoras, mobilizam e apoiam empresas na identificação e utilização dos instrumentos e programas mais adequados às suas necessidades. Em 2010, foi lançado edital de eventos no valor de R\$ 8 milhões, o que permitiu a realização de 300 eventos e cursos. Outro edital, de R\$ 7 milhões, apoiou o fortalecimento de 20 Entidades Setoriais de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em todas as regiões do País. O Pró-Inova passa também a apoiar o Reconhecimento Nacional à Gestão da Inovação, coordenado pelo Movimento Brasil Competitivo, que visa a reconhecer empresas que adotam a inovação como estratégia de crescimento para aumentar o grau de competitividade no mercado.

A partir do lançamento, em 2009, da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), atividade coordenada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), as ações do Pró-Inova passaram a ser executadas em parceria entre MCT, SETEC, FINEP, CNPq, BNDES e CNI. No âmbito da MEI, foi lançado Edital, no valor de R\$ 50 milhões, para apoiar Núcleos de Apoio à Gestão da Inovação (NAGI), visando à elaboração de planos e projetos de gestão da inovação nas empresas brasileiras.

c) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas

No Brasil, atuam na área de Nanotecnologia aproximadamente 170 empresas, mais de 1.400 pesquisadores e mais de 2.000 alunos com apoio do Governo Federal, além dos apoiados pelos Governos Estaduais. A criação do Fórum de Competitividade em Nanotecnologia pelo Governo Federal tem permitido o estabelecimento do marco regulatório, bem como o avanço nas questões de mercado, recursos humanos e impactos sócio-ambientais em prol de uma maior competitividade da nossa indústria e de uma melhor qualidade de vida do nosso povo.

Na área de Biotecnologia destacam-se os investimentos realizados na infraestrutura, pesquisa, desenvolvimento e inovação. Das 10 plataformas tecnológicas previstas no PACTI para Biotecnologia, oito foram implantadas e, em 2010, foi realizado um investimento da ordem de R\$ 8 milhões para biotérios e pesquisa em leveduras. Adicionalmente, foram disponibilizados R\$ 90 milhões para apoiar, por meio do edital de subvenção econômica, o desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores em biotecnologia por empresas brasileiras.

Destacam-se a Rede Nacional de Proteoma (Genoprot) e a Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio) com abordagens estratégicas para o desenvolvimento de produtos e processos nas áreas de saúde humana e animal, agricultura, indústria, e meio ambiente. O Genoprot, voltado para o fortalecimento de grupos de pesquisa consorciados em nível nacional, apoiou 50 projetos em 2010, e o Renorbio, em nível regional, já desenvolveu caprinos transgênicos que expressam a proteína antitrombina hG-CSF (fator estimulante de granulócitos humanos) para serem utilizados em pacientes imunodeprimidos e está desenvolvendo vacinas, profilática e terapêutica, contra a papilomavírus bovino. Como consequência das ações do Renorbio, rede que reúne 28 instituições do Nordeste, foram realizadas 25 defesas de tese e o depósito de 12 patentes em 2010.

Destacam-se, ainda, a contratação de seis projetos referentes ao Edital da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma), com aporte de R\$ 3,26 milhões; o Projeto Cenários para a Amazônia: Uso da Terra, Biodiversidade e Clima, encomendado pela FINEP no valor de R\$ 4 milhões; e a Rede Especializada de Monitoramento de gases de efeito estufa na Amazônia, em parceria com o Ministério da Ciência e Educação da Alemanha (BMBF), no valor de R\$ 21,6 milhões. No âmbito dessa Rede serão implementadas nove novas estações de monitoramento, inclusive o Observatório da Torre Alta, com 300 metros de altura.

Na área de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), o Governo buscou elevar a competitividade de softwares e serviços de tecnologia da informação, de acordo com as prioridades estabelecidas pela Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Os resultados foram expressivos: as exportações de software e serviços de TI passaram de US\$ 100 milhões, em 2002, para US\$ 4 bilhões





em 2010. Nesse período, o faturamento das empresas do setor aumentou de R\$ 30 bilhões para R\$ 50 bilhões, e pessoal ocupado na indústria cresceu de 265 mil para 550 mil.

Em 2010, o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) apresentou importantes avanços na consolidação da Política Espacial Brasileira. Entre eles, está a conclusão da Torre Móvel de Integração do Veículo Lançador de Satélites (VLS) permitindo a retomada, em breve, dos voos de qualificação do lançador de satélites nacional. As estações de controle dos Centros de Lançamentos de Alcântara e da Barreira do Inferno foram modernizadas e as infraestruturas estão sendo atualizadas para servirem aos lançamentos nacionais e aos relativos às atividades da empresa Alcântara Cyclone Space (ACS), fruto do Tratado entre Brasil e Ucrânia. As equipes desses centros têm sido treinadas por meio da operação com foguetes de treinamento contratados na indústria nacional, garantindo, assim, a confiabilidade e segurança das operações de lançamento de foguetes.

Está em fase de conclusão o sistema de controle da Plataforma Multimissão, que permitirá ao Brasil o domínio de uma das tecnologias mais críticas e essenciais para o desenvolvimento de atividades espaciais de forma autônoma. Está em fase final de testes o satélite CBERS-3, o qual, quando lançado, permitirá uma melhor capacidade de observação do território nacional com vistas à proteção ambiental, monitoramento agrícola e vigilância das fronteiras e do território marítimo.

Foram lançados editais que proporcionaram apoio para capacitação de pesquisadores e técnicos do Programa Espacial Brasileiro. Ademais, foram criados cursos de formação em engenharia espacial no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e na Universidade de Brasília (UnB).

São prioridades para 2011: a conclusão das obras de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara e do sítio de lançamento do Cyclone-4; a conclusão e lançamento do satélite CBERS-3; a realização do primeiro voo de teste tecnológico do VLS-1; a continuidade de desenvolvimento de um conjunto de satélites baseados na Plataforma Multimissão, compreendendo o satélite Amazônia-1, o satélite científico Lattes, o satélite de sensoriamento remoto com imageador radar (MAPSAR) e o satélite do programa internacional de medidas de precipitação (GPM-BR); o satélite brasileiro-argentino SABIA-MAR; o microsatélite universitário ITASAT e o início do desenvolvimento do satélite geoestacionário brasileiro (SGB).

A principal realização do setor nuclear ao longo de 2010 foi a consolidação das bases tecnológicas e industriais necessárias à implementação do novo Programa Nuclear Brasileiro (PNB). No segmento do combustível, deu-se continuidade aos projetos para ampliação da produção de concentrado de urânio no País, visando ao atendimento integral das demandas de Angra I, II e III. Também foi concluída a planta piloto de conversão, etapa da fabricação do elemento combustível ainda hoje realizada no exterior, o que possibilitará o desenvolvimento da planta industrial de conversão, a ser instalada até o ano de 2014, no complexo industrial de Resende, Rio de Janeiro. Encontra-se em andamento a complementação da planta de enriquecimento, tendo sido concluído o módulo I e iniciada a montagem do módulo II, dentre os quatro módulos previstos para implantação até 2015.

O Programa Nuclear da Marinha (PNM) continua avançando na construção do protótipo, em terra, do reator de propulsão naval e seu combustível. No Ciclo do Combustível Nuclear, destaca-se que a Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio (USEXA) encontra-se em fase final de montagem e foram iniciados os primeiros testes pré-operacionais. A conclusão das obras e o início do seu comissionamento estão previstos para o primeiro semestre de 2011.

As obras civis do protótipo do reator nuclear, em terra, do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (Labgene) avançaram em ritmo acelerado em 2010. Estão sendo construídos sete prédios do complexo. A montagem eletromecânica da subestação elétrica foi iniciada e os contratos para a fabricação dos últimos componentes principais foram assinados. Também foram concluídas a fabricação e a montagem das Torres de Resfriamento do Labgene e do gerador elétrico auxiliar.





Como resultado da parceria estabelecida entre a Marinha e as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), ressalta-se a conclusão e a entrega da terceira cascata de enriquecimento isotópico em Resende-RJ. Dessa forma, fica confirmada a posição do Brasil no seletor e pequeno grupo de países com tecnologia de enriquecimento de urânio.

Os desafios no campo da segurança nuclear, em 2010, motivaram a modernização das instalações do Centro Nacional de Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (CENAGEN), parte importante do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON). Esse Sistema é responsável pela segurança do programa nuclear do País e pela coordenação do Exercício de Resposta à Emergência Nuclear na Região de Angra dos Reis, realizado anualmente.

As atividades do SIPRON, no correr de 2011, continuarão a refletir a crescente importância e visibilidade do setor. Deverão prosseguir a revisão e a atualização de toda a legislação e das normas gerais em vigor bem como a construção de um setor exclusivamente dedicado à proteção das atividades nucleares, com o objetivo de melhor atender as naturais preocupações com a segurança do programa. Ainda mais visível será o Exercício Geral de Resposta a Emergência Nuclear a ser realizado na área de Angra dos Reis, em setembro de 2011. Trata-se de iniciativa importante, com a presença de observadores estrangeiros e com o envolvimento da população que vive nas proximidades das usinas nucleares. Em síntese, o Governo busca ter um corpo de normas e uma experiência prática de maior envergadura no que tange à proteção ao programa nuclear, objetivando não ficar aquém dos padrões das crescentes exigências de segurança observadas em todo o mundo.

No segmento de aplicações da tecnologia nuclear, deve-se destacar o empreendimento do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), que teve início em 2009 e encontra-se na fase de contratação dos serviços de engenharia para elaboração do projeto básico e, posteriormente, do projeto detalhado para implementação do empreendimento. Trata-se de uma nova instalação de pesquisa, desenvolvimento e produção, que possibilitará ao País a eliminação da dependência externa referente ao fornecimento de radiofármacos para a área médica, além da prestação de serviços de irradiação e de testes de materiais necessários para o desenvolvimento de componentes para atendimento do setor nuclear.

Outro aspecto importante a ser destacado diz respeito ao tratamento dos rejeitos radioativos oriundos das atividades nucleares desenvolvidas no País. Em 2010 houve continuidade das ações para projetar e construir um repositório nacional de rejeitos, tendo sido realizadas prospecções de locais adequados para abrigar o repositório, além de missões técnicas ao exterior visando à cooperação técnica junto a outros países.

c.1) Mar e Antártida

Em 2010, o Governo Brasileiro continuou empenhado na condução de atividades voltadas para a efetiva utilização, exploração racional e aproveitamento sustentável dos recursos marinhos. Por intermédio de diversos programas conduzidos no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), investiu-se na formação de recursos humanos e no desenvolvimento de diversas pesquisas científicas no mar e na Antártida. Além disso, o Governo tem realizado ações de divulgação dessa atividade, visando a ressaltar a importância das riquezas da Amazônia Azul, para o desenvolvimento do País. A intenção é de que essas ações sejam ainda mais efetivas em 2011.

Em Ciência do Mar foi lançado edital de P,D&I no valor de R\$ 30 milhões com foco na Plataforma Continental Brasileira de Norte a Sul, nos seguintes temas: grandes equipamentos e infraestrutura; valorização dos recursos vivos; e conhecimento dos fundos marinhos. Foi institucionalizado e regulamentado o emprego do navio Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul como embarcação de apoio a expedições científicas.





Destaca-se ainda a aquisição do navio Aspirante Moura para o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), da Marinha do Brasil. Este navio será de uso compartilhado, dando apoio à comunidade científica com 50 dias de mar e sete pesquisadores científicos de outras Instituições de Ensino Superior (IES) embarcados a cada cruzeiro marítimo, com a formalização de práticas de trabalho conjunto entre o MCT e o IEAPM, funcionando, então, como Laboratório Nacional Embarcado II.

As Ciências Antárticas avançaram com o lançamento de edital, no valor global de R\$ 14 milhões, para apoio a 19 projetos de pesquisa que envolvem extensa cooperação internacional, com seis países Sul-americanos (Argentina, Chile, Uruguai, Equador, Peru e Venezuela), além dos Estados Unidos, de nove países europeus, do Japão e da Nova Zelândia.

O Programa Antártico Brasileiro (Proantar) tem obtido muitas conquistas, ao longo de 28 anos operando no Continente Gelado. O Brasil realiza pesquisa científica de qualidade de modo a manter seu *status* de Membro Consultivo do Tratado da Antártida, o que lhe confere direito a voto em todas as decisões a serem tomadas sobre o futuro do continente. No último verão antártico, o Programa contou com o recém incorporado Navio Polar Almirante Maximiano, além do navio de apoio oceanográfico Ary Rongel, o que representou um avanço em termos logísticos e de pesquisa científica na região.

Em 2010, foi realizada a Operação Antártida (Operantar) XXVIII, ano em que também ocorreram o 8º, 9º e 10º voos de apoio logístico à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), nos meses de maio, julho e setembro, respectivamente. Ainda nesse exercício, ocorreu a primeira fase do treinamento e seleção do grupo base que ficará responsável pela manutenção da EACF, no período de 2011 a 2012, assim como a capacitação de duzentos pesquisadores que participarão da Operantar XXIX.

No âmbito do Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (Protrindade), foi concluída, em 2010, a construção da Estação Científica naquela ilha, com a utilização de material plástico de fácil manuseio, resistente à corrosão e apropriada para locais de difícil acesso. A Estação dispõe de dois laboratórios e tem capacidade para acomodar até oito pesquisadores. No Protrindade serão conduzidas pesquisas nas áreas de oceanografia, botânica e geociências, entre outras. Além da construção da Estação, a Marinha e o Ministério de Minas e Energia, por intermédio da Eletrobrás, retomaram as negociações, que deverão ser concluídas em 2011, para concretizar a cooperação em geração de energia, a partir de fontes eólicas e fotovoltaicas.

Com relação ao Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (Prorea), o Navio-Hidrográfico Sirius prosseguiu com o levantamento batimétrico além das duzentas milhas náuticas, na elevação do Rio Grande. Esse Programa tem importância política e estratégica, pois contribui para ampliar a presença brasileira no Atlântico Sul, na medida em que desenvolve tecnologia e qualifica recursos humanos, o que possibilitará ao Brasil reivindicar, perante a autoridade internacional dos fundos marinhos, áreas oceânicas para futura exploração.

No exercício de 2010 foi concluída a fase de aquisição de dados do trabalho relativo ao Plano de Levantamento da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (Leplac), cujo objetivo é o de elaborar outra proposta de limite exterior da margem continental brasileira além das duzentas milhas. Dois navios de pesquisas contratados efetuaram levantamentos geofísicos e batimétricos e coletaram amostras de rochas frescas, em pontos escolhidos, de modo a melhorar o embasamento de nossa proposta revisada. A partir de 2011, o Leplac entrará na fase de processamento e interpretação dos dados obtidos.

c.2) Defesa Nacional

Na área de ciência, tecnologia e inovação, o Governo vem desenvolvendo tecnologias autóctones e vencendo cerceamentos tecnológicos impostos por outros países. Nesse sentido, já foram obtidos resultados concretos, tais como: Radar SABER M-60, Viatura Blindada para Transporte de Pessoal, Válvulas TWT, Fibra de Carbono a partir da Poliacrilonitrila, Simuladores para Sistemas Operacionais





(Navais, Terrestres e Aéreos), Veículos Aéreos Não Tripulados (Sistema de Navegação e Controle) e Turbinas a Gás. Ressalta-se que as tecnologias desenvolvidas são de aplicação dual, ou seja, podem ser empregadas tanto para fins militares quanto civis.

Encontram-se em desenvolvimento outros projetos igualmente inovadores tais como: o do Radar M-200, o de Viatura Blindada para Reconhecimento; o de Sistemas Inerciais; o de desenvolvimento da Fibra de Carbono a partir de resíduos de petróleo; o de Rádio Definido por Software, o da Família de Simuladores; o de Míssil A-Darter e o de Sistema de Pouso e Decolagem para Veículos Aéreos Não Tripulados. Esses projetos terão continuidade em 2011, entretanto, a maioria deles tem a conclusão prevista para os próximos anos.

Ainda em 2010 iniciou-se a execução dos contratos comerciais do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), com o emprego de recursos da ordem de R\$ 2,1 bilhões. Em maio foi iniciada a construção do primeiro da série de quatro submarinos convencionais (S-BR), mediante o corte da chapa que está sendo utilizada na confecção da seção de proa. No mesmo mês foram iniciadas as obras civis do novo Estaleiro e Base Naval, com os trabalhos de terraplenagem da área localizada na Nuclep, em Itaguaí-RJ, onde está sendo erigida a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), destinada à montagem das seções de casco dos submarinos. As equipes responsáveis pelo recebimento das tecnologias de projeto e de construção encontram-se na França, realizando os cursos e estágios destinados a capacitá-las para o projeto e a construção de submarinos no Brasil. As obras marítimas e de acesso ao estaleiro e base naval na Ilha da Madeira foram iniciadas em setembro e terão continuidade em 2011.

d) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

O Plano de Ação 2007-2010 do MCT definiu a Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social como um dos eixos prioritários de ação, com vistas à popularização e aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão social.

Com esse objetivo, em outubro de 2010, foi realizada a 7ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), que promoveu, em todo o País, cerca de 14.000 atividades, em aproximadamente 400 Municípios, envolvendo 721 instituições de ensino e pesquisa e entidades diversas. A SNCT 2010 teve por tema principal Ciência para o Desenvolvimento Sustentável, se consolidando como um acontecimento importante na agenda brasileira.

Também foi realizada, em 2010, a 6ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que bateu recorde de alunos e escolas participantes: foram 19,7 milhões de estudantes de 45 mil escolas distribuídas por mais de 99% dos Municípios brasileiros. Foram concedidas três mil bolsas de Iniciação Científica Júnior aos medalhistas da OBMEP 2010 e prêmios foram direcionados também às escolas e aos Municípios nos quais os alunos se destacaram.

Os professores receberam cursos de aperfeiçoamento organizados pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Foi dada continuidade ao programa PICME (Programa de Iniciação Científica e Mestrado), iniciado em 2009, para os alunos universitários medalhistas da OBMEP, com bolsas do CNPq e da CAPES. Por meio de edital, o CNPq e o MEC apoiaram também olimpíadas em outras áreas da ciência, como física, astronomia, química, que envolveram mais de 1,5 milhão de estudantes. O Governo liberou, ainda, R\$ 4 milhões para atividades comemorativas do Ano Internacional da Química 2011, apoiando projetos especiais e um Edital que subsidiará 45 projetos.

O Portal do Professor também merece destaque, pois proporciona apoio aos professores da educação básica com recursos educacionais multimídia, e atingiu, em 2010, 4,6 milhões de acessos, quatro vezes mais do que em 2009.

Com o intuito de promover a popularização da ciência, o Governo tem um programa de apoio a centros e museus de C&T. Em 2010,





foram apoiados projetos para a instalação de novos espaços científico-culturais e o fortalecimento dos já existentes em instituições que promovem atividades de divulgação científica e o ensino não formal de ciências. Destaca-se o apoio a sete projetos de Ciência Móvel, veículos de ciência itinerante, para as Unidades de Pesquisa do MCT e o apoio ao Parque Científico e Cultural de Jequiá, em Recife, Pátio de Exposições de Astronomia, no valor de R\$ 25,7 milhões.

Com relação às tecnologias para o desenvolvimento social, foram totalizados 471 projetos de apoio a Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT's), entre 2003 e 2010. Os recursos investidos na implementação e modernização de CVTs em todo o País foram de R\$ 284,9 milhões. Os CVTs são, além de unidades de ensino e de profissionalização, centros voltados para a difusão do conhecimento científico e tecnológico, de conhecimentos práticos na área de serviços técnicos e de transferência de conhecimentos tecnológicos no seu meio de atuação visando à melhoria dos processos produtivos locais. Entre os CVTs apoiados estão unidades voltadas para setores da construção civil, gastronomia, turismo, confecções, fruticultura, pecuária, artesanato, metal-mecânico, tecnologia da informação, entre outros.

O Governo também incrementou o desenvolvimento regional e local ao apoiar iniciativas de inovação nos APLs. Parcerias entre institutos de pesquisa e desenvolvimento, universidades e produtores promoveram 196 projetos, de 2003 a 2009, sendo 17 em 2010.

No âmbito da Inclusão Digital, o Governo apoiou, de 2004 a 2010, 1.773 projetos, sendo 313 em 2010, com a instalação e manutenção de equipamentos, colocando em funcionamento, em todas as regiões do País, Telecentros, Centros de Acesso à Tecnologia para Inclusão Social (CATIS), Cidade Digital e Casa Brasil.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Tecnológico para o Biodiesel foi lançado, em 2010, edital para selecionar propostas em duas linhas de pesquisa. A primeira voltada para a seleção de projetos integrados de P,D&I em biodiesel, com a contratação de 14 projetos, no valor total de R\$ 10 milhões, e a segunda, no valor de R\$ 5 milhões, com o foco na sustentabilidade ambiental, com a contratação de 10 projetos em todo País.

Também no ano de 2010, foram contratados 134 projetos focados na formação de recursos humanos nas áreas de desenvolvimento e inovação na cadeia produtiva do etanol e biodiesel, envolvendo investimentos de R\$ 12 milhões.

No âmbito das energias renováveis, o ano de 2010 caracterizou-se por iniciativas voltadas ao planejamento de ações de suporte às necessidades sinalizadas no Plano Nacional de Energia 2030 e no Plano Decenal de Energia 2017, bem como solucionar os gargalos tecnológicos identificados junto ao setor empresarial. Os editais em elaboração contemplarão, em 2011, temas voltados para: formação de recursos humanos e P,D&I em tecnologias de gaseificação e combustão, envolvendo recursos de R\$ 9 milhões; desenvolvimento de processos para a obtenção do silício grau solar e de *waffers* grau solar, com recursos de R\$ 10 milhões; capacitação de recursos humanos e de laboratórios, no valor de R\$ 15 milhões; formação de recursos humanos e P,D&I em energia solar térmica, energia solar fotovoltaica, hidroeletricidade e energias oceânicas, no valor de R\$ 16 milhões.

Ainda merecem destaque dois projetos de pesquisa pelo seu porte, pela participação envolvendo academia, centros de pesquisa, empresa e setor público e pelo perfil inovador: a Plataforma de Desenvolvimento de Gaseificação da Biomassa, que visa a estabelecer uma plataforma de pesquisa em tecnologias de gaseificação com a finalidade de produção de gás de síntese e produtos com valores que montam R\$ 80 milhões; e a Plataforma de Desenvolvimento de Energia Solar cujo objetivo é estabelecer uma plataforma de pesquisa em tecnologia solar, inicialmente com a finalidade de construir a primeira usina solar térmica concentrada de geração de energia elétrica com valor final na faixa de R\$ 75 milhões.

A aplicação de recursos de PD&I em veículos elétricos e acumuladores de energia envolveu as seguintes iniciativas: criação, no





âmbito do Sibratec, de um Centro de Inovação em Tecnologias de Veículos Elétricos com recursos no valor de R\$ 10 milhões; lançamento de edital de subvenção econômica onde os veículos elétricos e acumuladores foram temas da área de Energia, concorrendo a recursos de até R\$ 50 milhões; edital, em processo de elaboração, com a finalidade de formar recursos humanos e realizar pesquisa em instituições de ensino e pesquisa em tecnologias veiculares de propulsão elétrica e acumuladores de energia, com recursos de R\$ 10 milhões; e encomenda, em processo final de negociação, coordenada por Itaipu, Lactec e Cepel, com a finalidade de absorver e desenvolver tecnologia de baterias avançadas de sódio, com recursos iniciais da ordem de R\$ 13,5 milhões.

Os avanços obtidos no setor de recursos minerais resultaram de investimentos realizados no fomento à pesquisa científica e tecnológica, no desenvolvimento tecnológico e na inovação, na formação, fixação e na capacitação de recursos humanos, no desenvolvimento da infraestrutura laboratorial de ensino e pesquisa nas áreas de geologia e tecnologia mineral, com foco nos setores de interesse para o desenvolvimento do País. Dando novo impulso ao setor, foram investidos, nos anos de 2009 e 2010, R\$ 33,7 milhões.

As linhas temáticas de C,T&I priorizadas têm como finalidade desenvolver a produção e uso limpo do carvão mineral por meio de: desenvolvimento de tecnologias limpas da cadeia produtiva do carvão mineral; desenvolvimento tecnológico e de inovação aplicado à cadeia produtiva carbonífera, em especial para geração termelétrica, siderurgia e carboquímica; e desenvolvimento de tecnologias para recuperação do passivo ambiental da bacia carbonífera de Santa Catarina.

Foi estruturada a Rede de P,D&I em carvão mineral com foco na cadeia produtiva, com a participação de 42 instituições públicas e privadas e cerca de 100 pesquisadores. O núcleo coordenador fica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e as áreas temáticas são: produção, conversão (uso e aplicação) e meio ambiente. Em apoio ao fortalecimento da Rede, em 2010 foram lançadas as seguintes ações:

- encomenda FINEP de Apoio à pesquisa científica, tecnológica e de inovação para redução dos impactos ambientais decorrentes da exploração e uso do carvão mineral brasileiro, executada pelo CETEM em parceria com a UFRGS e a Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC), no valor total de R\$ 1,5 milhão a ser investido nos anos de 2010 e 2011;
- lançamento pela FINEP duas encomendas, no valor total de R\$ 8,1 milhões, a serem investidos nos anos de 2010 e 2011 com objetivo de apoiar a criação do Centro de Tecnologias Limpas de Carvão, em parceria com a Eletrobrás, o Governo do Estado e o setor empresarial, pelo financiamento da construção e montagem do laboratório de combustíveis sólidos e de infraestrutura e capacitação laboratorial para estudos de gasificação de carvões brasileiros aplicados à geração termelétrica e produção de combustíveis; e
- encomenda CNPq feita à UFRGS, em parceria com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), de apoio à infraestrutura de pesquisa e à cooperação internacional em áreas temáticas prioritárias da Rede de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Carvão Mineral, no valor de R\$ 3,5 milhões a serem investidos nos anos de 2010 e 2011;

Estão sendo investidos recursos no valor de R\$ 3,4 milhões, em 22 projetos, nos anos de 2010 e 2011, para formação de pesquisadores em áreas selecionadas aos temas da Rede de P,D&I em carvão mineral em nível de graduação, pós-graduação e pós-doutorado.





III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES



III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES

1. Redução das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional

a) Redução das Desigualdades

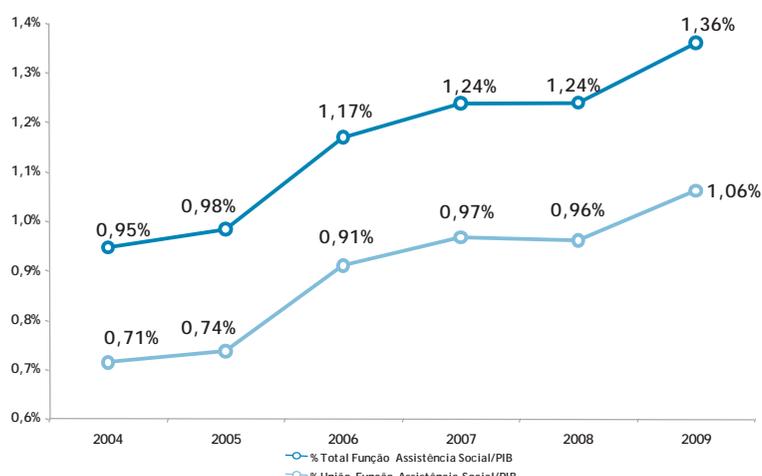
A partir da Constituição Federal de 1988 ocorreu uma forte mudança de paradigma em relação às políticas sociais no Brasil, que passaram a ser estruturadas como políticas públicas de caráter continuado e permanente. Na perspectiva de construção das bases de um Estado de Bem-Estar Social, a serviço do interesse público, a Constituição alargou o espectro dos direitos sociais e o campo da proteção social sob responsabilidade estatal, com impactos relevantes no que diz respeito ao desenho das políticas, seu financiamento e à seleção de beneficiários e benefícios.

Para dar cumprimento às determinações constitucionais de universalização das políticas sociais, descentralização e participação social, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e, com ele, a implantação de dois grandes Sistemas Públicos: o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em 2005, e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em 2006. Por meio destes sistemas descentralizados e participativos, e da articulação federativa que eles efetivam, o Governo fez chegar aos cidadãos brasileiros serviços, programas e benefícios que contribuem para que o País cumpra as diretrizes de erradicação da extrema pobreza, de redução da desigualdade, de garantia de segurança alimentar e nutricional e de acesso às ações de assistência social.

A gestão de políticas públicas por meio dos referidos sistemas contribui para a efetiva articulação e participação dos entes federados, integrando União, Estados e Municípios no esforço de efetivar as garantias de proteção social firmadas na Constituição Federal. A instituição dos sistemas propicia ainda a integração das instituições privadas e das organizações da sociedade civil, assim como da população e dos usuários das políticas, num processo de ampliação de direitos sociais e de aprofundamento da democracia brasileira.

No tocante ao volume de recursos, a institucionalização da política de proteção e promoção social trouxe uma clara expansão dos recursos da Assistência Social, principalmente no nível federal. Os recursos investidos cresceram em termos nominais 132,6% no período 2004-2009, e, em relação ao PIB, evoluíram de 0,95%, em 2004, para 1,36%, em 2009, conforme evidencia o Gráfico abaixo. A ampliação de recursos demonstrada ilustra a opção por uma política social de Estado concebida com foco nos mais pobres e uma clara prioridade de atuação e intervenção comprometidas com a agenda social.

Evolução dos recursos da Assistência Social em relação ao PIB, em termos nominais (2004-2009)



Fonte: SIAFI, SISTN/STN e IBGE.

Elaboração: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



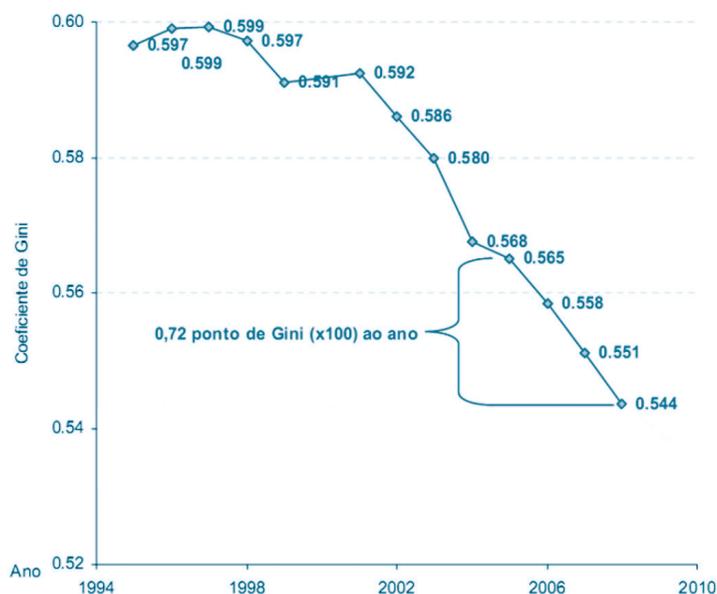


A relevância das escolhas políticas realizadas nas últimas duas décadas pode ser bem avaliada com a lembrança de que, anteriormente, cerca de um em cada quatro brasileiros estava sujeito à extrema insegurança alimentar e vivia um cotidiano marcado pela fome e pelo não reconhecimento de direitos sociais básicos. De fato, em 2003, 23% da população brasileira (39,3 milhões de pessoas) sobreviviam com renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo atual. Atualmente, milhares de brasileiros tiveram a oportunidade de se incluir na rede de proteção social que transformou o Brasil: 27,9 milhões de brasileiros saíram da pobreza entre 2003 e 2009. A desnutrição infantil diminuiu 62%, caindo de 12,5% (2003) para 4,8% (2008), estando próxima de ser zerada em 2010, e a taxa de ocupação de crianças de 5 a 17 anos (trabalho infantil) apresentou queda de quase 15%, entre 2006 e 2009.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a tendência de queda da concentração de renda observada nos últimos anos continua. O Coeficiente de Gini alcançou, em 2009, 0,544 evidenciando progresso social e declínio da desigualdade de renda de forma sistemática.

Essa redução contínua do Índice de Gini pode ser explicada pelo aumento dos rendimentos de trabalho e do rendimento médio mensal real de todas as fontes em todas as classes, especialmente nas dos rendimentos mais baixos. A despeito da crise econômica de 2008, a desigualdade seguiu decrescendo entre 2008 e 2009, embora a um ritmo pouco menor do que entre 2005 e 2008, conforme se observa no Gráfico a seguir.

Evolução do coeficiente de Gini entre 1995 e 2009



Fonte: Estimativas produzidas pelo Ipea, com base nos microdados da PNAD de 1995 a 2009, e publicadas no Comunicado Ipea nº 63, de 5 de outubro de 2010. Elaboração: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Os estudos apontam a influência das transferências de recursos da previdência e assistência social brasileira na renda dos domicílios, impactando de forma positiva a redução da pobreza e desigualdade nos últimos 20 anos, conforme destaca o Comunicado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) “Previdência e Assistência Social: Efeitos no Rendimento Familiar e sua Dimensão nos Estados”. Tais transferências sofreram expansão e consolidação nas duas últimas décadas, influenciadas pela instituição da seguridade social, pela política de valorização do salário mínimo e pela maior importância concedida às políticas sociais. Hoje as transferências previdenciárias e da assistência social representam quase 20% da renda das famílias brasileiras, em todas as Regiões, sobretudo para os estratos mais empobrecidos da população.





O conjunto das iniciativas adotadas no âmbito da assistência social contribuíram para que o Brasil atingisse, já em 2007, a meta de redução da extrema pobreza que havia sido proposta no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A meta proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) era a de redução da extrema pobreza à metade entre 1990 e 2015 – mas o Brasil se propôs a reduzir a extrema pobreza a 1/4 do que era no início do período, alcançando tal objetivo antes do período proposto. Em 1990, 25,6% dos brasileiros tinham renda domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza extrema; em 2007, a extrema pobreza havia caído a 6,1% e o País alcançava a meta autoestabelecida: em 2008, o percentual de brasileiros abaixo da linha da extrema pobreza recuou para 4,8%, ou seja, menos de 1/5 do verificado em 1990.

De fato, o progressivo aprimoramento das políticas sob responsabilidade do MDS e a consolidação do SUAS e do SISAN têm possibilitado de forma efetiva um expressivo conjunto de avanços. Além dos já citados, cabe lembrar a maior permanência de crianças e adolescentes na escola, a queda dos indicadores de desnutrição e mortalidade na infância e o alcance de maior autonomia por parte das mulheres, todos resultantes dos impactos do Programa Bolsa Família (PBF), conforme aferição dos estudos de avaliação realizados. Devem ainda ser lembradas as iniciativas destinadas a famílias, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, além de populações indígenas e quilombolas, e assentados da reforma agrária. Desdobrando-se em programas implantados com gestão democrática descentralizada, tais iniciativas têm contribuído efetivamente para a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Ao priorizar o enfrentamento à pobreza e à fome e promover amplos investimentos em ações e políticas de promoção e inclusão social, o Governo deu visibilidade aos grandes problemas sociais do País. Mais do que isso, atacando-os, resgatou a dignidade e garantiu melhores condições de vida a milhões de brasileiros. A prioridade dada ao tema fez com que o País se mobilizasse no sentido de estruturar uma rede de serviços e benefícios, envolvendo milhares de cidadãos, de gestores e de técnicos em torno do trabalho de estruturação das políticas nacionais de assistência social, transferência de renda e segurança alimentar e nutricional, efetivando as bases de um novo ciclo de desenvolvimento social do País.

b) Políticas de Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional

b.1) Transferência de Renda: o Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma das principais políticas de transferência de renda existentes no País. Criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, tem como objetivo contribuir para a superação da pobreza no Brasil por meio de três frentes de atuação: a transferência direta de renda, que representa uma melhoria imediata nas condições de vida das famílias pobres; o acompanhamento das condicionalidades, como reforço do direito de acesso das famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper o ciclo de pobreza entre gerações; e a oferta de programas complementares, que abrem oportunidades de desenvolvimento das famílias beneficiárias.

Em 2009, houve um aumento no valor dos benefícios que elevou o valor do Benefício Básico para R\$ 68,00 o valor do Benefício Variável para R\$ 22,00 e o valor do Benefício Variável Vinculado ao Adolescente para R\$ 33,00. No mesmo ano, a meta de atendimento do Programa foi ampliada e o processo de expansão foi iniciado.

Em 2010, deu-se continuidade à expansão do Programa, que iniciou o ano com 12,4 milhões e chegou a 12,8 milhões de famílias beneficiárias em dezembro, abrangendo todos os Municípios. Houve também uma considerável expansão no atendimento de grupos específicos marcados pela vulnerabilidade, como é o caso dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. O número de famílias indígenas cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) saltou de 77,6 mil,





em janeiro, para 83,4 mil, em novembro de 2010, e o número de famílias indígenas beneficiárias passou de 65,3 mil para 67,3 mil no mesmo período. Por sua vez, o número de famílias quilombolas cadastradas foi de 33,2 mil, em janeiro, para 39,6 mil, em novembro de 2010, e o número de famílias quilombolas beneficiárias aumentou de 26,4 mil para 31,6 mil, no mesmo período considerado.

Em 2010, o desembolso do Bolsa Família com pagamento de benefícios alcançou R\$ 13,46 bilhões, soma que deverá representar 0,38% do PIB. O Programa pode ser assim caracterizado como de baixo custo, considerando-se não apenas o tamanho do público atendido, mas também o impacto significativo do Bolsa Família na redução dos indicadores de pobreza e desigualdade. O valor médio do benefício por família passou de R\$ 94,24, em dezembro de 2009, para R\$ 96,97, em dezembro de 2010.

O processo de revisão cadastral das famílias beneficiárias, iniciado em 2009, teve continuidade ao longo de 2010. Das 1.168,7 mil famílias selecionadas para a revisão ao longo de 2010, 387,7 mil tiveram o benefício bloqueado em novembro por falta de atualização dos seus dados no Cadastro Único. Dessas, 309,8 mil permaneciam com benefício bloqueado em janeiro de 2011 e podem ter seus benefícios cancelados.

Em 2010, o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) continuou cumprindo o papel de dar suporte às gestões estaduais e municipais do Programa Bolsa Família. Em 2009, o IGD foi tornado despesa obrigatória por meio da Lei nº 12.058, de 13 de outubro; em 2010, merece destaque a publicação do Decreto nº 7.332, de 19 de outubro, que alterou a regulamentação do IGD. Até dezembro de 2010, foram transferidos aos Municípios R\$ 263,9 milhões para apoio às atividades de gestão do Programa. Por meio do IGD-E, foram transferidos aos Estados, até dezembro de 2010, R\$ 8,2 milhões.

Com base no acompanhamento do IGD municipal, foi desenvolvido o Projeto de Acompanhamento da Qualidade da Gestão Municipal do Bolsa Família e do Cadastro Único. Esse projeto envolve visitas de equipes do MDS a um conjunto de Municípios, para elaboração de um diagnóstico da gestão municipal do Programa e a confecção de um plano de providências. Até dezembro de 2010, foram visitados 39 Municípios, com aplicação de 39 questionários e elaboração de 24 relatórios e planos de providência.

O acompanhamento das condicionalidades do PBF teve uma trajetória de crescimento desde a criação do Programa. Em novembro de 2006, 62,8% dos estudantes beneficiários entre 6 e 15 anos tinham a frequência escolar acompanhada. Esse percentual subiu para 84,7% em novembro de 2007 e alcançou 89,6% em novembro de 2009, representando cerca de 14 milhões de alunos em acompanhamento. Em dezembro de 2010, o acompanhamento da frequência escolar permaneceu em 89,6%. O acompanhamento da frequência dos alunos entre 16 e 17 anos alcançou, em 2010, 79,5%, dois anos depois da criação do Benefício Variável Vinculado ao Adolescente. Finalmente, 68,4% das famílias com perfil saúde tiveram a condicionalidade na área acompanhada no segundo semestre de 2010 – percentual que, no segundo semestre de 2006, chegava a apenas 33,4%.

Ainda em relação às condicionalidades, vale destacar os resultados positivos apresentados na pesquisa de avaliação de impacto do PBF quando da análise das famílias beneficiárias do Programa. Houve aumento no número de crianças amamentadas e no período da amamentação pelas mães, diminuição do número de partos prematuros, aumento nos índices de vacinação, aumento da frequência escolar dos jovens, em especial nos de 15 a 17 anos, além de um melhor índice de manutenção das crianças na escola e de suas taxas de progressão.

Grande parte dos processos de gestão do Bolsa Família foram, até aqui, apoiados por sistemas relativamente isolados. Esse quadro começa a mudar com a entrada em operação do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SigPBF). Os diversos módulos do SigPBF (como os de gestão do Cadastro Único; de gestão de benefícios; de controle e fiscalização; e de relação com Estados e Municípios, entre outros) serão integrados e funcionarão como um importante instrumento para gestores municipais, estaduais e federal. Alguns módulos do SigPBF já estão em operação. Ao longo de 2011, todos os módulos que o compõem deverão estar em pleno funcionamento.





Em 2010, o Projeto de Inclusão Bancária, lançado em 2008, continuou fazendo parte das iniciativas voltadas para aumentar as oportunidades das famílias beneficiárias do Bolsa Família. Neste ano, o número de famílias do Programa que passaram a ter acesso à conta simplificada para receber seus benefícios e fazer operações bancárias alcançou 2,9 milhões.

Finalmente, em 2010, foram divulgados os resultados da 2ª rodada da Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família, que demonstrou os bons resultados do Programa nas áreas de saúde e educação. As crianças e adolescentes beneficiários entre 6 e 17 anos tiveram taxa de frequência 4,4 pontos percentuais superior à das crianças e adolescentes não beneficiários com igual perfil socioeconômico. A taxa de aprovação do grupo de beneficiários foi 6,0% superior ao do grupo de não beneficiários. As crianças beneficiárias, sempre na comparação com um grupo não beneficiário de igual perfil socioeconômico, tiveram taxas de vacinação em dia mais altas. Esses resultados evidenciam a contribuição do Programa para dar melhores perspectivas de futuro para as crianças e os jovens das famílias pobres.

Para 2011, espera-se institucionalizar as regras de reajuste dos critérios de elegibilidade do Programa (linhas de pobreza) e do valor dos benefícios.

b.1.1) Cadastro Único para Programas Sociais

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. Em novembro de 2010, o total de famílias cadastradas chegou a 20,47 milhões, 19,2 milhões das quais possuem renda até meio salário mínimo.

As informações do Cadastro Único viabilizam a seleção de famílias para programas sociais nas esferas federal, estadual e municipal. O cadastramento é executado pelos Municípios por meio da coleta de dados das famílias e as informações são consolidadas em nível federal. As principais informações das famílias cadastradas são: características do domicílio, composição familiar, identificação e documentação civil de cada membro da família, qualificação escolar dos membros da família, qualificação profissional e situação no mercado de trabalho, rendimentos e despesas familiares.

Em 2010, entrou em operação a Versão 7 do aplicativo do Cadastro Único e, com ela, o novo formulário de coleta de dados, que se aproxima conceitualmente do Cadastro das pesquisas conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com esse novo formulário foi ampliada a capacidade de identificação de grupos vulneráveis, como povos e comunidades tradicionais ou famílias em situação de rua, e da caracterização da pobreza.

As informações do Cadastro Único viabilizam a seleção de famílias para programas sociais complementares executados pelas três esferas de governo. Vários são os programas federais que têm utilizado a base do Cadastro Único, tais como: Tarifa Social de Energia Elétrica; Luz para Todos; Brasil Alfabetizado; Projovem Adolescente; Próximo Passo; além das linhas de microcrédito do Banco do Nordeste e o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES).

b.2) Geração de Oportunidades às Famílias Pobres

Dar continuidade e intensificar o processo de redução da pobreza e das desigualdades sociais requer a adoção de medidas que potencializem a incorporação de mais brasileiros à renda monetária duradoura, fruto do trabalho. Em janeiro de 2010, o MDS foi reestruturado com o objetivo de, entre outros, acelerar as ações de inclusão produtiva para o público do Cadastro Único. Desde então, criou e redirecionou seus mecanismos de atuação visando a formular e desenvolver estratégias e ações que ampliassem oportunidades de trabalho digno para populações em situação de vulnerabilidade econômica e social. Foi desenvolvida uma plataforma





de trabalho para gerar novas ideias sobre o conceito de inclusão produtiva e realizar prospecções de oportunidades, lançando as bases de uma Política Nacional de Inclusão Produtiva.

b.2.1) Política Nacional de Inclusão Produtiva

Um anteprojeto de lei prevendo a criação da Política Nacional de Inclusão Produtiva (PNIP) está em discussão no Governo, com foco no apoio a um ambiente favorável à preparação para o mundo do trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade social e com baixos níveis de renda e de escolaridade, identificados no Cadastro Único. Neste documento estão propostos conceitos, princípios e diretrizes para a inclusão produtiva, a formalização de novas relações de produção voltadas para empreendimentos hoje informais, a instituição do Sistema Nacional de Inclusão Tecnológica e Extensão Urbana (SINTEUR), a montagem de linhas de crédito para empreendimentos que comprovadamente promovam a inclusão produtiva e o acesso a compras públicas.

O objetivo do anteprojeto é o de intensificar o virtuoso processo de redução da pobreza e das desigualdades sociais potencializado pelos programas de transferência de renda, e amparado pelo forte crescimento econômico. O projeto é orientado para dinamizar um processo econômico e social que conduza à formação de cidadãos integrados ao mundo através do trabalho e que proporcione autonomia para as pessoas sobreviverem de maneira digna e sustentável.

Um dos vetores de atuação do PNIP é o novo ciclo de investimentos públicos e privados de grande porte em curso no País nos setores de infraestrutura, transportes e energéticos, com fortes impactos territoriais. O novo ciclo vem sendo promovido principalmente pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), entre outros. A implantação desses projetos requer articulação, planejamento e ação multissetorial que aproveite plenamente o potencial de inclusão produtiva do público do Cadastro Único, associada a um processo de dinamização do território. O Governo trabalha no sentido de tornar mais potentes metodologias para a atuação multissetorial em coordenação com as demais esferas de Governo – estaduais e municipais. Como exemplos de ações em curso que aproveitam as oportunidades de inclusão produtiva geradas pelo novo cenário de investimentos cabe citar o Programa Próximo Passo e o reforço escolar para beneficiários de políticas sociais.

O Próximo Passo é uma ação de qualificação e de inserção profissional voltada para os beneficiários do Programa Bolsa Família, realizada pelo Governo – por meio dos Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) responsável pelas ações de qualificação profissional; MDS, responsável pela mobilização dos beneficiários, e Turismo (MTur) em parceria com Estados, Municípios, empresários e trabalhadores. Trata-se de uma ação complementar ao Bolsa Família que busca gerar oportunidades de inserção profissional, para os beneficiários titulares e dependentes, nos setores da economia de maior crescimento.

Em 2009 e 2010 foram oferecidos cursos nos setores da construção civil, impulsionados pelas obras do PAC e PMCMV, e do turismo, em decorrência dos investimentos realizados para a Copa do Mundo FIFA 2014 e para as e Paraolímpicos Rio 2016. Na construção civil, o Programa beneficia famílias nas regiões metropolitanas de 18 Estados. No setor de turismo, são atendidos beneficiários de 22 capitais brasileiras. Desde 2009, 154.770 vagas foram ofertadas.

Ainda na área de qualificação profissional, também merece destaque o reforço escolar promovido para beneficiários de programas sociais visando a prepará-los para o 5º Ciclo do Plano Nacional de Qualificação do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (Prominp). O Programa conta com a coordenação geral do Ministério de Minas e Energia e com a coordenação executiva da Petrobras. Por meio deste programa, a empresa oferece cursos gratuitos com bolsas de estudo aos candidatos aprovados em seu processo seletivo. A idade mínima para concorrer às vagas é 18 anos. O processo seletivo para o 5º ciclo foi realizado em outubro de 2010 e selecionou 27.915 pessoas a serem qualificadas para este setor em 2011. O MDS, em parceria com a Petrobras, SESI, MEC, governos estaduais da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco e Rio de Janeiro, e prefeituras de Mossoró (RN) e São





Luís (MA), apoiou cursos de reforço escolar para cerca de 30 mil alunos. Aproximadamente 20.000 pessoas solicitaram isenção do pagamento da taxa visando a concorrer às vagas oferecidas. Em 2011 está prevista a ampliação deste reforço escolar para todos os Estados nos quais está programada a realização do 6º Ciclo do Plano Nacional de Qualificação do Prominp.

b.2.2) Intensificação das Ações em Execução

O Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social (CNDS), criado pelo Decreto nº 6.393, de 12 de março de 2008, visa a conjugar esforços da União, Estados e Distrito Federal para pactuar metas de desenvolvimento social e combate à fome, direcionados à inclusão social e à promoção da cidadania. Por meio da Portaria MDS nº 343, de 10 de outubro de 2008, o CNDS foi formalizado em sua operacionalização, viabilizando a pactuação com os Estados e Distrito Federal visando ao desenvolvimento de ações de inclusão produtiva. Até dezembro de 2010, 25 Estados e o Distrito Federal aderiram a esse Compromisso. Foram celebrados, entre 2008 e 2010, convênios com 9 unidades da Federação visando à execução de projetos de inclusão produtiva, nos quais foram aprovados recursos na ordem de R\$ 139,2 milhões para projetos com vigência de 2 a 3 anos.

O MDS estabeleceu cooperação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) de forma que o Banco aportará recursos não reembolsáveis do seu Fundo Social para a aquisição de equipamentos e a realização de obras nos projetos de inclusão produtiva apoiados pelo MDS e executados por governos estaduais no âmbito do CNDS. Em 2010 a execução desta parceria se deu por meio dos acordos firmados com os Estados do Acre, no valor de R\$ 10,2 milhões, e do Ceará, no valor de R\$ 6,3 milhões.

Outra relevante ação é a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, que tem por objetivo a instalação de 27 Centros de Referência para conexão dos catadores com o mundo da informação, além de mobilizar, articular e capacitar 12 mil catadores em todo País. A parceria do MDS com o BNDES para o fortalecimento da cadeia produtiva da reciclagem em cinco Estados, conta com aporte de recursos da ordem de R\$ 8 milhões que vêm sendo aplicados em investimentos para apoio a projetos de inclusão produtiva e articulação de redes de comercialização nas associações e cooperativas de catadores.

Em 2011, está previsto o investimento de R\$ 10 milhões para o desenvolvimento e replicação de tecnologia social para a redução do esforço humano no processo de trabalho da coleta, separação e reciclagem dos resíduos. São parceiros dessa iniciativa o BNDES, a Fundação Itaipu e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais recicláveis (MNCR).

A Estratégia Fome Zero, coordenada pelo MDS, atendeu no último ano, com doações de vestuário e alimento, todos os Municípios nos Estados de Pernambuco e Alagoas atingidos pelas enchentes. Outra ação já realizada refere-se à destinação de bovinos resultantes da apreensão, pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), de 341 semoventes do interior da Reserva Extrativista do Rio Xingu, no Município de Altamira, Estado do Pará. Em virtude da necessidade de destinação urgente, os semoventes foram repassados à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado do Pará para execução de projetos de segurança alimentar, direcionados a agricultores familiares e comunidades tradicionais, especialmente quilombolas, passíveis de enquadramento nos programas sociais.

Cabe destacar ainda as doações eventuais ao Fome Zero, que ocorrem de forma voluntária, por pessoas físicas ou jurídicas, visando a beneficiar entidades ou comunidades em situação de vulnerabilidade. O valor aproximado das doações efetuadas entre 2003 e 2010, de acordo com as prestações de contas finalizadas, chega a R\$ 43 milhões.

b.3) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais

O SUAS é um dos componentes da estratégia do Governo para combater a exclusão, a pobreza e as desigualdades, contribuindo para a promoção da cidadania por meio da proteção social às famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social.





Decorridos cinco anos de implantação do SUAS, na busca por constituir um sistema único, o Governo Federal tem implementado um conjunto de ações visando a orientar e apoiar o processo de constituição e qualificação do sistema em conjunto com os entes federados. Como resultado desse esforço, em novembro de 2010, 5.532 Municípios (99,4%) já se encontravam habilitados em algum nível de gestão do SUAS, sendo 372 (6,7%) em gestão inicial, 4.771 (85,7%) em gestão básica e 389 (7,0%) em gestão plena. Em 2010, houve ainda uma grande migração dos Municípios habilitados em gestão inicial para a gestão básica, em consequência, principalmente, do reordenamento dos recursos do piso básico de transição, que passaram a financiar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), tendo como exigência mínima a habilitação na gestão básica.

No conjunto de suas ações, em 2010, destacam-se a expansão da rede de unidades estatais prestadoras de serviços, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); a implantação de unidades CREAS específicas para a população em situação de rua (CREASPOP); a implantação do novo modelo de avaliação das pessoas com deficiência visando ao acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC); a expansão da cobertura do Projovem Adolescente; e as medidas que visam à regulação, qualificação da gestão e ampliação da capacidade institucional e de coordenação do sistema.

Os CRAS são unidades públicas estatais responsáveis pela organização e oferta de serviços de proteção social básica em seu território, voltados à prevenção de situações de risco social. Cada CRAS, necessariamente, e de forma exclusiva, oferta o PAIF. O Censo SUAS-2010 registrou a existência de aproximadamente 6,8 mil CRAS, em 4.720 Municípios e no Distrito Federal. Como parte do Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e outras Drogas, em 2010 o cofinanciamento federal para o PAIF foi ofertado a todos os Municípios, resultando em uma expansão que representou um grande passo para a universalização da Proteção Social Básica (PSB), referenciando aproximadamente 20,4 milhões de famílias, o que exigiu um aporte de recursos de aproximadamente R\$ 424 milhões. Para 2011, a previsão é de aportes de recursos de cerca de R\$ 435 milhões.

Além disso, 2010 foi o primeiro ano em que todos os serviços de PSB encontravam-se tipificados. Dentre eles, destacam-se a implantação dos Serviços de Proteção Social Básica a Pessoas Idosas e a Crianças de até seis anos e suas famílias, ofertados em aproximadamente 3.900 Municípios a 900 mil pessoas, e o Projovem Adolescente.

O Projovem Adolescente é uma das quatro modalidades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que visa a complementar a proteção social básica à família e estimular a inserção, reinserção e a permanência dos adolescentes de 15 a 17 anos no sistema educacional. Em 2010 a cobertura do Projovem Adolescente alcançou mais de 3,6 mil Municípios, oferecendo aproximadamente 650 mil vagas em 26 mil coletivos, demandando recursos da ordem de R\$ 311 milhões. Para 2011, a previsão é de investimento da ordem de R\$ 343 milhões.

O BPC constitui em renda mensal no valor de um salário mínimo destinado às pessoas idosas (a partir de 65 anos) e às pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. O BPC alcançou, em 2010, a cobertura de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas com deficiência e 1,6 milhão de idosos, investindo cerca de R\$ 20,1 bilhões. Para 2011, estima-se que essa garantia de renda beneficiará aproximadamente 1,9 milhão de pessoas com deficiência e 1,7 milhão de idosos, com investimento de R\$ 23 bilhões, refletindo a dinâmica demográfica, a superação de barreiras informacionais para acesso ao benefício e a implementação do novo Modelo de Avaliação da Deficiência e do Grau de Incapacidade das pessoas com deficiência, com base nos parâmetros estabelecidos pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), em 2009. O novo modelo torna a avaliação mais justa, ao considerar as funções e estrutura do corpo e o contexto social em que a pessoa se insere, favorecendo a universalização do acesso a todos aqueles que atendem aos critérios estabelecidos legalmente. Além disso, por meio do Programa BPC na Escola são identificados os beneficiários com deficiência (preferencialmente de 0 a 18 anos) que se encontram excluídos da educação regular, visando a garantir-lhes o acesso e permanência na escola, bem





como o acompanhamento do beneficiário e de sua família, com o objetivo de favorecer sua inclusão social e elevação da qualidade de vida. Até 2010, o BPC na Escola atingiu aproximadamente 218 mil beneficiários, em 2,5 mil Municípios. Em 2011, buscar-se-á a adesão de mais 2.900 Municípios, possibilitando expandir a cobertura a outros 108 mil beneficiários. Em 2010 também foram implementadas ações piloto do Projeto BPC Trabalho, que visa a desenvolver ações que favoreçam o acesso ao trabalho dos beneficiários com deficiência, prioritariamente na faixa etária de 16 a 45 anos, e que apresentem condições e interesse de participarem de atividades relativas à capacitação profissional e acesso ao trabalho. Destaca-se ainda que, com a edição da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, os beneficiários do BPC tiveram seus domicílios incluídos como público da Tarifa Social de Energia Elétrica.

A Proteção Social Especial (PSE) organiza, no âmbito do SUAS, a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado destinados a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos. Nesse sentido, os serviços destinam-se ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de violência física, psicológica e negligência; abandono; violência sexual; situação de rua; trabalho infantil; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; afastamento do convívio familiar, dentre outras.

A PSE organiza-se em dois níveis de complexidade: a proteção social especial de média e de alta complexidade. Os serviços de média complexidade oferecem atendimento especializado às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal e social e violação de direitos, sendo o CREAS a principal unidade pública-estatal de oferta desses serviços, dos quais o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é prestado necessária e exclusivamente nessas unidades.

Em 2010, o MDS realizou uma importante revisão do cofinanciamento da oferta de serviços pelos CREAS, que incluiu a regulamentação de novos parâmetros de cofinanciamento e a sua expansão, em razão do já referido Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e outras Drogas, o que possibilitou significativa ampliação da cobertura de atendimento no País. Com essa expansão, atualmente em mais de 940 Municípios novas unidades estão sendo implantadas, de forma a ampliar a cobertura da rede para 2.170 unidades CREAS, distribuídas em 1.955 Municípios, demandando recursos da ordem de R\$ 185 milhões. A expansão do cofinanciamento possibilitou ainda a ampliação da oferta, pelos CREAS, do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, representando um salto de 388 para mais de 900 Municípios com cofinanciamento do Governo Federal. Em novembro de 2010, teve início o processo de implantação de 101 unidades de CREASPOP em 88 Municípios, voltado à oferta do Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua. A meta para 2011 é cofinanciar a oferta deste Serviço em 116 Centros de Referência Especializados, presentes em todos os 99 Municípios com mais de 250.000 habitantes. Além disso, dentre os serviços de média complexidade também são ofertados serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência e idosos, em 1.558 Municípios.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade, por sua vez, se propõe a ofertar serviços especializados (abrigo, casa-lar), com o objetivo de aprofundar acolhimento a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e comunitário de origem. Em 2010, o Governo Federal destinou o cofinanciamento para a oferta de diferentes modalidades de serviços de acolhimento em 852 Municípios. Em 2011 está prevista a expansão destes serviços para 170 Municípios com população superior a 50 mil habitantes, o que permitirá o atendimento a aproximadamente 63 mil pessoas (média mensal).

No total está previsto para 2011 o cofinanciamento da prestação de serviços de média e alta complexidade em cerca de 2.460 unidades do CREAS (municipais e regionais), contando com um aporte de R\$ 288,0 milhões, possibilitando o atendimento a 141 mil famílias e indivíduos e 32,6 mil adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no âmbito da PSE.

No âmbito da Política de Assistência Social, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) compreende a transferência de renda, o trabalho social com as famílias e a oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para as crianças





e adolescentes afastados da situação de trabalho, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e a erradicação do trabalho infantil no País. Com efeito, o trabalho infantil tem apresentado redução significativa ao longo desta década, passando de 8,52% (2001) para 5,63% (2009) no grupo etário atendido pelo programa (de acordo com PNAD/IBGE). Em 2010, o cofinanciamento federal para a oferta do SCFV pelos Municípios e Distrito Federal beneficiou aproximadamente 840 mil crianças e adolescentes em 3.540 Municípios, exigindo um investimento da ordem de R\$ 268 milhões. Para 2011 está prevista a expansão da cobertura para aproximadamente 920 mil crianças e adolescentes, com um investimento da ordem de R\$ 249 milhões.

Considerando a situação de emergência e o estado de calamidade pública em 39 Municípios do Estado de Pernambuco e 19 Municípios do Estado de Alagoas, em 2010 foram destinados recursos para essas 58 localidades, com previsão para o atendimento de aproximadamente 147 mil pessoas.

Para o aprimoramento do SUAS, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 2008, o Projeto de Lei nº 3.077, que altera a organização da Assistência Social. O PL-SUAS visa a reordenar a gestão das ações descentralizadas e participativas da Assistência Social, estabelecer regras quanto à gestão, controle social, monitoramento e avaliação da política setorial. Em outubro de 2010, o PL foi aprovado pela Câmara dos Deputados, seguindo para tramitação no Senado Federal.

Outra importante estratégia utilizada para a consolidação do SUAS foi o investimento em capacitações envolvendo gestores, técnicos, conselheiros e prestadores de serviços da Assistência Social. As capacitações dos Conselheiros Municipais de Assistência Social e do Programa Bolsa Família envolveram mais de seis mil trabalhadores de dois mil Municípios. Em 2010, também foram organizadas capacitações sobre o Programa Bolsa Família e o SUAS e sobre Violência contra as Mulheres, direcionadas para os trabalhadores de CRAS e CREAS, que iniciarão atividades neste exercício. Também foram realizados Encontros Regionais e Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social, envolvendo 1,7 mil profissionais no debate sobre a política de recursos humanos do SUAS. Para 2011 a meta prevista de capacitação é de 11.728 agentes públicos e sociais, por meio do “Curso de Capacitação sobre Controle Social nos Municípios: Assistência Social e Bolsa Família”.

Também cabe destacar a realização do primeiro censo das entidades privadas de assistência social que possuíam convênio ou outras formas de ajuste com os Municípios e o Distrito Federal, além das entidades certificadas pelo MDS. Esta iniciativa viabilizou um retrato mais preciso do funcionamento dessas entidades, subsidiando o aprimoramento dos serviços prestados pela rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS.

Ainda no que tange ao aprimoramento da gestão e dos serviços ofertados pela rede assistencial, vale enfatizar a importância do monitoramento realizado via institucionalização do Censo SUAS, que a partir de 2010 passa a disponibilizar informações anuais sobre os órgãos de gestão, conselhos e unidades CRAS e CREAS e a realização do Suplemento de Assistência Social na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) em 2009. O Suplemento obteve informações sobre a gestão da assistência social e apontou, entre outros, para os seguintes resultados: 99,9% dos Municípios possuíam estrutura organizacional para tratar da política de assistência social; em 96,4% dos Municípios o órgão gestor da Assistência Social é responsável pelo Cadastro Único; 98,3% dos Municípios declararam haver regulamentação para a área de assistência social, através de Lei Orgânica Municipal e de outros instrumentos normativos; 93,1% declararam possuir Plano Municipal de Assistência Social; 99,3% afirmaram possuir Conselho Municipal de Assistência Social; 97,7% afirmaram possuir Fundo Municipal de Assistência Social, dos quais 91,4% constituídos por unidade orçamentária.

No campo normativo, destaca-se o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamentou a Lei nº 12.101, 27 de novembro de 2009, transferindo a concessão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para os Ministérios da Educação (MEC), Saúde (MS) e MDS, conforme a área de atuação da entidade interessada.





Para o ano de 2011, pretende-se dar continuidade à realização de oficinas para o fortalecimento do processo de planejamento conjunto entre a União e Estados e a consolidação da política de recursos humanos do SUAS. Outras ações previstas são: i) o aprofundamento da elaboração de orientações técnicas sobre PAIF, Projovem Adolescente e serviços de proteção social básica a pessoas idosas e a crianças de até seis anos e suas famílias; ii) o fortalecimento do uso do sistema de acompanhamento e gestão do Projovem Adolescente (Sisjovem) como ferramenta de monitoramento, controle social e gestão; iii) o acompanhamento e monitoramento das Metas de Desenvolvimento dos CRAS; e iv) o fortalecimento entre o relacionamento entre os Estados e o MDS visando à difusão do conhecimento e da qualificação do acompanhamento aos Municípios.

A partir dos resultados do levantamento nacional das crianças e adolescentes abrigadas em rede de acolhimento concluído em 2010, deverão ser definidas diretrizes para o reordenamento dessa rede de forma a promover: i) a reintegração familiar de crianças e adolescentes abrigados em razão da situação de pobreza de suas famílias; ii) o aprimoramento de parâmetros para funcionamento de equipamentos públicos de proteção social especial; e iii) o aprofundamento da regulação, visando ao reordenamento de serviços desenvolvidos na rede de acolhimento.

Em relação à gestão da rede socioassistencial privada, deverão ser concluídas, em 2011, a implantação do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (CNEAS) e a regulamentação do Vínculo SUAS. O CNEAS subsidiará a realização do diagnóstico das necessidades sociais e o planejamento das ações, a partir do conhecimento das potencialidades das entidades em regular funcionamento no País. Por sua vez, o Vínculo SUAS corresponde ao reconhecimento do gestor de que a entidade compõe a rede socioassistencial do SUAS, destinando-se à prestação complementar de serviços socioassistenciais.

b.4) Segurança Alimentar e Nutricional

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional tem por objetivo garantir aos cidadãos o acesso a comida e água em quantidade, qualidade e regularidade suficientes, de maneira sustentável e respeitando as diversidades culturais. Para tanto, são desenvolvidos programas e projetos de produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos, de apoio e incentivo à agricultura familiar, de desenvolvimento regional e outros voltados a populações específicas, como indígenas e quilombolas, contribuindo, assim, para o conjunto de estratégias do Fome Zero.

De acordo com o Suplemento de Segurança Alimentar da PNAD 2009 houve aumento da Segurança Alimentar no Brasil. Em 2009, 69,8% dos domicílios particulares tinham acesso regular e permanente a alimentos em diversidade e quantidade suficiente, em face de 65% do levantamento anterior, realizado em 2004. Isso significa uma diferença – em números absolutos – de 2,8 milhões de domicílios, correspondendo a aproximadamente 11,1 milhões de brasileiros que passaram a viver em segurança alimentar. Nessa mesma esteira ocorreu diminuição do número de domicílios que, em relação a 2004, vivenciaram as formas mais severas de insegurança alimentar, quais sejam, moderada e grave. Foi entre a população com os menores rendimentos (domiciliar per capita de até 1/4 do salário mínimo) que se constatou a maior elevação do nível de segurança alimentar, de 21,6%, em 2004, para 29,5%, em 2009.

b.4.1) Acesso à água

O Programa Segunda Água é uma iniciativa que visa a ampliar as condições de acesso adequado à água para produção de alimentos para o autoconsumo das famílias de baixa renda do meio rural do semiárido, por meio de tecnologias sociais de captação e reserva de águas (cisternas calçadão, barragens subterrâneas, tanques de pedra, barraginhas, bombas d'água populares, entre outros). O Programa tem como foco a produção de alimentos para o autoconsumo, por meio do componente de caráter produtivo da iniciativa, que compreende a capacitação das famílias na produção de alimentos, convivência com o semiárido, intercâmbios de





agricultores para a difusão de ações exitosas, entre outros. Em 2010 foram construídas 4.811 estruturas de “segunda água” (3.852 cisternas calçadão, 334 cisternas de enxurrada, 208 barragens subterrâneas, 105 barraginhas, 208 bombas d’água populares e 104 tanques de pedra), com recursos repassados em 2009 e parte em 2010, R\$ 25 milhões no âmbito do MDS, para implementação de 2.500 estruturas que serão concluídas em 2011.

O Programa de Construção de Cisternas utiliza tecnologia popular para a captação e armazenamento de água da chuva e representa uma solução de acesso a recursos hídricos para a população rural do semiárido brasileiro, que sofre com os efeitos das secas prolongadas. Trata-se de uma solução efetiva para a sustentabilidade da vida naquela região, ao garantir fonte de água de boa qualidade para consumo humano, beneficiando grupos sociais mais vulneráveis. Em 2010, foram construídas 40 mil cisternas com recursos repassados em 2009 e foram investidos R\$ 131 milhões no âmbito do MDS, para construção de mais 70.115 que serão concluídas em 2011.

b.4.2) Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) consiste na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, para doação a entidades socioassistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, recomposição dos estoques públicos e comercialização.

O PAA é executado com recursos do MDS e do MDA, que são comprometidos a partir de parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e com órgãos estaduais e municipais. Em 2010, os recursos disponibilizados pelos referidos Ministérios totalizaram R\$ 723,6 milhões, dos quais R\$ 655,9 milhões foram executados no exercício. O programa propiciou a aquisição de 462,4 mil toneladas de alimentos, produzidos por 155,6 mil agricultores em todo o Brasil. Os alimentos adquiridos contribuíram para o abastecimento de mais de 25 mil entidades que atendem a mais de 18,8 milhões de pessoas.

Por intermédio da parceria da Conab com o MDA foram comprometidos R\$ 57 milhões na aquisição de 30,5 toneladas envolvendo 10,6 mil agricultores. A parceria Conab com o MDS proporcionou o abastecimento de mais de 17 mil entidades que receberam 182,4 mil toneladas de alimentos adquiridos de mais de 79 mil agricultores, em um investimento de cerca de R\$ 287,7 milhões.

Nas estratégias de implementação do Programa, o MDS estabelece também parceria com governos estaduais e municipais para execução da modalidade de compra com doação simultânea.

No âmbito municipal, o MDS manteve convênios com 146 Municípios selecionados com recursos orçamentários no montante de R\$ 60,9 milhões para o atendimento a 24,5 mil agricultores com a aquisição de cerca de 28,5 mil toneladas de alimentos, o que beneficia 1.248 entidades assistenciais, aproximadamente 409 mil pessoas. Desse montante, foram executados R\$ 56 milhões.

Os convênios com os Estados previram o repasse de R\$ 45,6 milhões para atendimento de aproximadamente 19 mil agricultores familiares, com a aquisição de cerca de 24,5 mil toneladas de alimentos que serão doados a 1,3 milhão de pessoas atendidas em aproximadamente 7 mil entidades, sendo que dessa previsão foram executados R\$ 41,6 milhões.

Na modalidade do PAA de Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite, também executada em parceria com governos estaduais, foram investidos R\$ 213,5 milhões para manutenção do programa em todos os Estados da Região Nordeste e no Norte do Estado de Minas Gerais. Os recursos disponibilizados garantiram a compra de 191,2 milhões de litros (196,5 mil toneladas) de leite de pequenos agricultores familiares, compatibilizando-a com a distribuição gratuita aos segmentos populacionais vulneráveis, beneficiando 700 mil famílias com a distribuição diária de um litro de leite, além de aproximadamente 22,4 mil pequenos produtores de





leite, que tiveram renda garantida por meio da compra governamental de sua produção.

Além da execução por meio de governos estaduais que têm a atuação bastante focada nos Territórios da Cidadania, em 2010 a Conab também intensificou suas ações nesses territórios, tendo adquirido, com recursos do MDA e do MDS, R\$ 161,4 milhões em produtos fornecidos por mais de 40 mil agricultores e agricultoras familiares, reflexo da divulgação dos instrumentos de comercialização disponíveis, nas capacitações realizadas em 2009 e 2010.

Em 2011, a expectativa é de avançar na garantia do direito humano à alimentação adequada nos territórios mais pobres e no fortalecimento da agricultura familiar. Para tanto, espera-se adquirir, com recursos desses dois Ministérios, 460,6 mil toneladas de alimentos produzidos pelos agricultores familiares, com um investimento de R\$ 675 milhões.

b.4.3) Rede de Equipamentos

A Rede de Equipamentos compreende os Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos. Os Restaurantes Populares são implantados nos Municípios com mais de 100 mil habitantes por meio da cooperação entre o Governo Federal e os governos locais. O objetivo desse programa é a prestação de serviço público para a promoção do direito à alimentação adequada dos trabalhadores que fazem suas refeições fora do seu domicílio nos grandes centros urbanos do País, buscando ampliar a oferta de refeições nutricionalmente adequadas à população de baixa renda, a preços acessíveis, e contribuir para a redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Em 2010 foram aplicados R\$ 6,6 milhões para complementação financeira de 16 unidades contratadas em 2009 e para a contratação de 10 novas unidades, das quais cinco deverão receber complementação financeira em 2011.

As Cozinhas Comunitárias, implantadas em parceria com prefeituras municipais, atendem famílias em situação de vulnerabilidade social e risco de insegurança alimentar, previamente cadastradas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A distribuição de refeições é, em sua maioria, gratuita, podendo ser comercializada a preço acessível. Em 2010 foram aplicados R\$ 12,7 milhões para complementação financeira de 66 unidades contratadas em 2009 e para a contratação de 17 novas unidades a serem implantadas em comunidades quilombolas e Municípios selecionados. Também foram destinados recursos de crédito extraordinário para implantação de 11 unidades de cozinhas para os Municípios em situação de emergência e estado de calamidade pública dos Estados de Alagoas e 20 unidades em Municípios de Pernambuco.

Os Bancos de Alimentos arrecadam alimentos provenientes de doações de produtores e comerciantes locais, que, por razões variadas, são considerados impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo humano, e os distribuem a entidades que compõem a rede de promoção e proteção social municipal. Em 2010 foram gastos R\$ 4,8 milhões para complementação financeira de 16 unidades contratadas em 2009.

Em 2011 espera-se implantar 46 novos equipamentos, entre Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos, com investimentos da ordem de R\$ 42 milhões.

b.4.4) Cestas de Alimentos

A distribuição de cestas de alimentos é uma ação emergencial com o objetivo de atender às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. A prioridade é conferida a grupos remanescentes de quilombos, famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, comunidades de terreiros, indígenas, atingidos por barragens e populações residentes em Municípios vítimas de calamidades públicas, impossibilitadas de produzir ou adquirir alimentos.





No exercício de 2010 foi previsto um investimento de R\$ 69 milhões para a aquisição e distribuição de cestas pela Conab, dos quais foram executados R\$ 63,5 milhões. Foram entregues 1.709.591 de cestas de alimentos, contemplando aproximadamente 442.470 famílias. Além dos produtos comprados em leilões públicos, são agregados produtos oriundos do PAA.

2. Juventude

O ano de 2010 termina com grandes avanços no campo da Política Nacional de Juventude. A Proposta de Emenda Constitucional nº 42 foi aprovada e sancionada, como a Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, alterando o Capítulo VII do Título VIII e modificando o art. 227, inserindo no texto constitucional o jovem como sujeito de direitos.

Também foi aprovada pelo Congresso Nacional a adesão formal do Brasil à Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ). A OIJ é a única plataforma multilateral especializada na temática de juventude pelo viés das políticas públicas governamentais. É integrada por todos os países da América Latina, mais Portugal e Espanha, e a partir da aprovação do Congresso Nacional, o Brasil se tornou membro pleno da organização.

Outro grande passo em prol da juventude brasileira foi a promulgação da Lei nº 12.260, de 21 de junho de 2010, que reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela destruição, no ano de 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em virtude disso, uma Comissão foi instituída no âmbito do Poder Executivo, coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), em conjunto com o Ministério da Justiça (MJ), para definir o valor e a forma de reparação à entidade.

Em maio de 2010 foi realizada em Salvador a Pré-Conferência de Juventude das Américas, evento que reuniu delegações de 29 países tanto de sociedade civil quanto de governos, e representantes de 19 agências do Sistema ONU para discutir os rumos das políticas de juventude no continente americano. A “Carta da Bahia” é documento de referência para os novos desafios das Políticas Públicas para a Juventude (PPJ), tanto para os governos quanto para as organizações sociais. Em 12 de agosto, início do Ano Internacional da Juventude pela ONU, foi publicado decreto convocando a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude para setembro de 2011.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) atendeu, no ano de 2010, mais de 1 milhão de jovens e, desde sua criação, mais de 2 milhões. O Projovem foi criado em 2008 e é executado em quatro modalidades – Projovem Urbano, Projovem Adolescente, Projovem Trabalhador e Projovem Campo – sendo geridos, respectivamente, pelas seguintes Pastas: SG/PR, MDS, MTE e MEC.

Entre os dias 11 e 12 de agosto foi realizada a “Mostra, Jovem!” – 1ª Mostra de Produções do Projovem Urbano, em Brasília. Concebida com o objetivo de proporcionar um espaço para a troca de experiências e expressão da criatividade, além de ser uma oportunidade para os alunos do Projovem Urbano mostrarem, de forma coletiva e individual, trabalhos surgidos a partir das descobertas e vivências nos núcleos, e como resultado do desenvolvimento pedagógico e social. Durante os dois dias de exposição, 154 trabalhos foram expostos nas mais diversas modalidades, como: poesia, música, dança, teatro, artes plásticas, grafite, textos, desfiles, artesanato, desenhos, entre outros; além de produções ligadas diretamente ao currículo do curso: sínteses interdisciplinares, trabalhos de Qualificação Profissional e Planos de Ação Comunitária.

Participaram aproximadamente 1.300 pessoas ligadas ao Programa: 783 alunos, 97 professores e 122 coordenadores de 25 Estados e 97 Municípios; além de autoridades, gestores, membros de instituições parceiras e convidados.

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), órgão vinculado à SG/PR – composto por 60 membros, sendo 40 eleitos pela sociedade civil e 20 representantes indicados pelo poder público, que se renovam a cada dois anos e tem por finalidade analisar e propor Políticas Públicas de Juventude – realizou, em 2010, dois encontros de conselheiros municipais e estaduais, contribuindo para a





criação e fortalecimento dos espaços institucionais voltados para a temática de juventude.

3. Educação

A busca pela educação de qualidade para todos é o principal objetivo das ações executadas em 2010 e nas propostas para 2011. Tais ações têm como foco o acesso, a permanência e o desempenho no ensino por meio de, entre outras ações da mesma importância e magnitude, reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior; ampliação do transporte escolar; disponibilização de laboratórios de informática ligados à rede mundial de computadores em todas as escolas de ensino médio; expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; construção e reforma de creches e pré-escola; auxílio a pesquisas; e formação inicial e continuada dos trabalhadores da educação.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) tem como objetivo a conquista desses desafios, a partir de uma visão sistêmica de educação. Organizado em torno de quatro eixos norteadores articulados entre si – Educação Básica; Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade; Ensino Profissional e Tecnológico; e Educação Superior –, o PDE se estrutura como referencial para a execução das políticas educacionais e oferece aos Estados e Municípios uma variedade de mais de 40 ações e programas, que englobam todas as etapas da educação, e visam a melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem.

a) Educação Básica

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, estratégia do PDE, constitui um plano de longo prazo, sistêmico, que estabelece metas de qualidade a serem alcançadas com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). As adesões ao Compromisso, o comprometimento com as 28 diretrizes do Plano e a realização de um diagnóstico da realidade educacional local norteiam o apoio suplementar da União às redes públicas de educação básica dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Até o final de 2010, o Distrito Federal e 25 Estados já haviam elaborado e enviado o seu Plano de Ações Articuladas. Dos 5.565 Municípios, 5.496 já elaboraram o Plano e, entre os restantes, 17 não iniciaram a elaboração do PAR; 44 encontram-se em processo de elaboração; e 7 ainda não tiveram essa análise finalizada. Ressalta-se que todos os 1.827 Municípios priorizados pelo Ideb de 2005 e de 2007 já estão sendo atendidos por ações do MEC com base no PAR.

Ao longo dos últimos anos, o Governo trabalhou no desenvolvimento, fomento e disseminação de estudos e pesquisas sobre o currículo em todos os segmentos da educação básica. Para 2011, a previsão é de atendimento a 240 mil escolas públicas e privadas, atingindo um total de 2 milhões de professores, por meio da disseminação dessas orientações curriculares, de seminários estaduais, regionais e nacionais e da capacitação de docentes e gestores.

O Programa Ensino Médio Inovador surgiu em 2009 como uma forma de incentivar as redes estaduais de educação a criar iniciativas inovadoras para o ensino médio. A intenção é estimular as redes estaduais de educação a pensar novas soluções que diversifiquem os currículos com atividades integradoras, a partir dos eixos trabalho, ciência, tecnologia e cultura, para melhorar a qualidade da educação oferecida nessa fase de ensino e torná-la mais atraente. Em 2010 o repasse foi de R\$ 22,7 milhões destinados para todas as 357 escolas envolvidas no programa.

A Política Nacional de Educação Infantil visa a fortalecer a implementação, expansão e melhoria da qualidade das políticas municipais de educação infantil, mediante estudos e pesquisas sobre currículo na educação infantil, condição e trabalho docente, avaliação quantitativa e qualitativa da educação infantil, além da colaboração técnica e pedagógica aos Municípios na formulação de orientações curriculares, na construção de indicadores de qualidade, na atualização das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e





nas articulações intersetoriais e transdisciplinares. Em 2010, além das ações supracitadas, destacaram-se a apresentação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e o processo de trabalho compartilhado com as Universidades Federais.

O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil (Proinfância) visa a assegurar a disponibilidade de rede física escolar em condições adequadas de funcionamento, contemplando construções, ampliações, reformas, adequações e adaptações de espaços escolares da educação infantil, mediante transferência de recursos financeiros às entidades públicas federal, estadual, distrital e municipal. Em 2010 foram construídas 432 unidades escolares com investimento de, aproximadamente, R\$ 676 milhões. Para 2011 está previsto um investimento de R\$ 891 milhões a serem aplicados em 1,5 mil unidades escolares. Vale destacar que, para o exercício 2011, as ações do Proinfância serão atendidas no âmbito do PAC 2.

Em 2010, paralelamente ao processo de atualização e aprovação das novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de nove anos de duração, com base na Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, o MEC disponibilizou para todos os sistemas de ensino as expectativas de aprendizagem para os cinco primeiros anos do ensino fundamental, bem como as orientações pedagógicas para a organização do ciclo da alfabetização. Para o início do ano letivo de 2011, está prevista a distribuição de 220.856 jogos de alfabetização para as escolas públicas que atendem às crianças de seis a oito anos de idade.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) objetiva fornecer alimentação escolar para os alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Em 2010, o Programa beneficiou 46,9 milhões de alunos, com investimentos da ordem de R\$ 3,06 bilhões de uma dotação orçamentária autorizada de R\$ 3,12 bilhões. Para 2011, estão previstas ações de apoio ao exercício do controle social, à cooperação internacional e à execução do PNAE nos Municípios, como também de desenvolvimento das estratégias de educação alimentar e nutricional, de efetivação da implementação da compra direta da agricultura familiar, e de continuidade da articulação com as universidades federais. Está previsto um investimento de R\$ 3,1 bilhões para beneficiar um total de 46,9 milhões de alunos em 2011.

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) tem como objetivo estimular a prática da leitura e possibilitar o acesso de alunos e professores da rede pública de ensino à cultura e à informação a partir da distribuição de acervos de literatura, obras de referências e periódicos, com vistas à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem realizados nas escolas públicas. Em 2010, foram investidos R\$ 147,5 milhões na aquisição de 33,7 milhões de livros, incluindo atlas e mapas, dicionário de libras, periódicos, entre outros. Em 2011, o PNBE contemplará as escolas do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e escolas do Ensino Médio, com previsão de investimento de R\$ 115,8 milhões para a aquisição de aproximadamente 11 milhões de livros.

Como apoio à melhoria do processo de ensino aprendizagem, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) se destina a prover os alunos, inclusive aqueles com deficiência, e professores das escolas de educação básica pública das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, com obras didáticas, obras complementares ao currículo e dicionários da Língua Portuguesa. Em 2010, já foram adquiridos mais de 118,6 milhões de livros didáticos, com investimentos de aproximadamente R\$ 857 milhões. Para 2011 está previsto um investimento de R\$ 236 milhões para a aquisição de 69,2 milhões de livros.

No âmbito do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLD-EM), foram investidos, em 2010, mais de R\$ 116,5 milhões na aquisição de cerca de 17 milhões de livros. Para 2011, está prevista a aquisição de 59,9 milhões de livros de todas as disciplinas para todos os alunos do Ensino Médio, além de dicionários, totalizando um investimento de R\$ 790,6 milhões.

Por meio do Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização (PNLA) foram atendidos, em 2010, 1,95 milhão de educandos do Programa Brasil Alfabetizado e da EJA fundamental, e distribuídos 2,1 milhões de livros, totalizando aproximadamente R\$ 19,7 milhões em investimentos. Com a criação do PNLDEJA-2010, que incorporou ao PNLD os livros de ensino fundamental na modali-



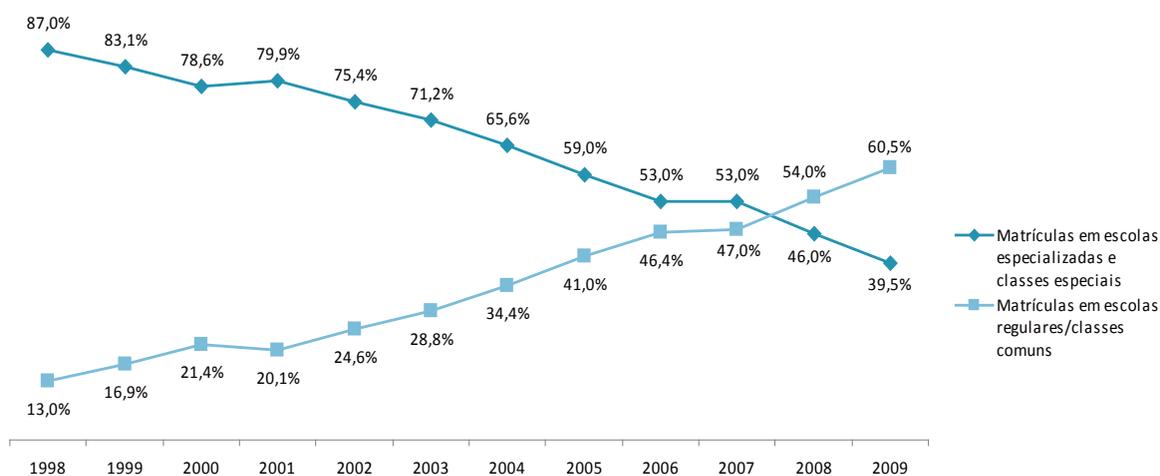


dade EJA, em 2011 serão atendidos 4,6 milhões de alfabetizandos e alunos de EJA Fundamental com a distribuição de 13,2 milhões de livros e investimentos de aproximadamente R\$ 133 milhões. Também foram distribuídas, em 2010, 57.600 cartilhas “Registro Civil” e 57.600 cartilhas “Escravo Nem Pensar”, na perspectiva intersetorial de fortalecimento da cidadania por meio da EJA.

Ainda no âmbito dos Programas do Livro, a Ação de Acessibilidade objetiva a produção e oferta dos livros didáticos e paradidáticos em formatos acessíveis – Braille, Libras e digital acessível – aos alunos com deficiência matriculados na educação básica. Esta ação contempla ainda a distribuição de laptops aos alunos cegos dos anos finais do ensino fundamental, ensino médio, EJA e da educação profissional matriculados na rede pública. Em 2010, para a produção e distribuição de livros em formato acessível e complementos em Braille para os alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, foram investidos cerca de R\$ 3,1 milhões; para a produção dos livros em Braille para os alunos do 2º ao 5º ano do ensino fundamental foram descentralizados R\$ 1,5 milhão para o Instituto Benjamin Constant.

Dentro de uma perspectiva da educação inclusiva, destaca-se ainda o Programa Escola Acessível, que objetiva promover a acessibilidade nas escolas públicas, disponibilizando recursos para adequações arquitetônicas e aquisição de recursos de tecnologia assistiva. Conforme o gráfico abaixo, esse programa tem permitido crescimento das matrículas de alunos com deficiência em escolas regulares. Em 2010, esta ação contemplou as escolas com Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas de 2005 a 2008, totalizando R\$ 65 milhões repassados por meio do PDDE. Para continuidade da ação em 2011, prevê-se o repasse de recursos às escolas com Salas de Recursos Multifuncionais contempladas na edição de 2009, totalizando R\$ 100 milhões.

Evolução da política de inclusão nas classes comuns do ensino regular (1998-2009)



Fonte: Inep/MEC

Em 2010, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais alcançou 4.615 Municípios (83%), contemplando 42% das escolas públicas com matrícula de alunos da educação especial, com investimentos de R\$ 41,2 milhões. Em 2011, serão atendidas as novas demandas apresentadas no PAR e também implementadas ações de atualização das salas, com novos recursos de tecnologia assistiva.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) atendeu, em 2010, cerca de 5 milhões de alunos da educação básica, com investimentos de aproximadamente R\$ 653 milhões – o que contribuiu, por meio de recursos suplementares às unidades da Federação, para o desafio de garantir acesso e permanência dos alunos residentes em área rural e matriculados em escolas públicas. Para 2011, está prevista a transferência automática de recursos financeiros no valor de R\$ 644 milhões para atender a 5,5 milhões de alunos da educação básica.





O Programa Caminho da Escola, por sua vez, objetiva renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa também busca a padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência em sua aquisição. Em 2010 foram adquiridos 6,7 mil ônibus, sendo 739 com recursos próprios, 1,9 mil por meio de financiamento e 4 mil por meio de convênios firmados com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – valores que representam investimentos de aproximadamente R\$ 140 milhões. Para 2011 está prevista a aquisição de 2 mil veículos e um investimento de R\$ 380 milhões.

A Olimpíada de Língua Portuguesa tem o objetivo de estimular o desenvolvimento das competências dos alunos em leitura e produção de textos. Em 2010, a 2ª edição da Olimpíada contou com a participação de 141.854 professores, de 60.123 escolas em 5.498 Municípios com uma estimativa de 7,2 milhões alunos envolvidos.

A Olimpíada de Matemática estimula o estudo dessa disciplina entre alunos das escolas públicas, de modo a identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas. Em 2010, foram inscritos 19,7 milhões de alunos de 44,7 mil escolas. Para 2011, prevê-se participação de 20 milhões de alunos.

No âmbito da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) oferece cursos de formação inicial aos professores das redes públicas de educação básica e tem como meta formar 450 mil professores até 2014. Na modalidade presencial, foram beneficiados, em 2010, mais de 40 mil professores em exercício. Na modalidade de ensino à distância, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) contribuiu para ampliar e interiorizar a oferta de cursos de educação superior. A UAB será responsável pela formação de 152 mil professores, principalmente os que trabalham em escolas no interior do País até 2014.

A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores institucionalizou a oferta de materiais didáticos e cursos de formação de professores, por meio da criação e fortalecimento de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento ligados a Instituições de Ensino Superior. Em 2010, o atendimento realizado a partir das demandas do PAR pelos Estados e Municípios beneficiou cerca de 53.119 professores, contando com 82 universidades parceiras. Em 2011, a Rede deverá formar aproximadamente 50 mil professores.

Implantado no âmbito dessa Rede, o Pró-Letramento – Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – atendeu 67 mil professores em 2010, nas áreas de Alfabetização e Linguagem e de Matemática. No segundo semestre de 2010, novas turmas do programa foram iniciadas com 17.852 professores inscritos. Para 2011, a previsão de atendimento é de 32 mil cursistas.

A formação de professores para a educação infantil constitui uma inovação em 2010. Foi criado o Curso de Especialização em Educação Infantil, implementado em cooperação com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e com as universidades que possuem centros e pesquisas em educação infantil. Nesse ano, foram atendidos 2.985 professores em 55 polos presenciais de 13 universidades, em 13 Estados. Para 2011, a previsão é atender 25.954 professores.

A Rede Educação para a Diversidade tem o objetivo de ampliar as oportunidades de formação de profissionais de educação nas temáticas da diversidade. É formada por 56 Instituições de Ensino Superior (IES), que receberam, desde 2009, financiamento do Governo para oferta de aproximadamente 91 mil vagas em 17 cursos, da extensão à especialização, tratando de temas como a cultura afro-brasileira e indígena; questões de gênero e diversidade nas escolas; educação ambiental; educação para os direitos humanos; educação e ambiente escolar, entre outros. Para 2011, a meta é ampliar o atendimento e alcançar pelo menos 50 mil novas vagas ofertadas em todo o território nacional.





O Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial oferta cursos de aperfeiçoamento e de especialização em educação especial, no âmbito da UAB, por meio de uma rede de 14 IES. São disponibilizadas vagas aos professores das redes públicas de ensino que atuam no atendimento educacional especializado, em salas de recursos multifuncionais, e professores do ensino regular. Em 2010, o investimento foi de R\$ 5 milhões para o custeio e para as bolsas de professores e tutores efetivadas pela UAB. Em 2011, por meio da Plataforma Paulo Freire, serão disponibilizadas 12 mil novas vagas nos cursos ofertados pelas instituições integrantes da Rede.

Para a formação e profissionalização dos trabalhadores da Educação que atuam fora da sala de aula conta-se com o Programa Profucionário, que titula em nível médio, com habilitação nas áreas Gestão Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos, Meio Ambiente e Manutenção da Infraestrutura Escolar, funcionários dos sistemas de ensino da educação básica pública. Em 2010, foram atendidos cerca de 11 mil profissionais.

O Programa Mais Educação contribui para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação da jornada escolar diária de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola básica, mediante oferta de educação integral. Envolve atividades optativas agrupadas nos seguintes macrocampos: i) Acompanhamento Pedagógico; ii) Educação Ambiental; Esporte e Lazer; iii) Direitos Humanos em Educação; iv) Cultura e Artes; v) Cultura Digital; vi) Prevenção e Promoção da Saúde; vii) Comunicação e Uso de Mídias; viii) Investigação no Campo das Ciências da Natureza; e ix) Educação Econômica. Em 2010, foram registradas adesões de 10.026 escolas, garantindo o atendimento a 2,2 milhões de estudantes, o que representou um aumento de 500% no número de beneficiários no período 2008-2010. Foram investidos, via PDDE, recursos da ordem de R\$ 387,3 milhões. Soma-se a estes dados a distribuição de 31 mil *kits* da Série Mais Educação, além de 9.332 *kits* de material didático-pedagógico para realização de oficinas e atividades pedagógicas, com investimento direto de R\$ 42,4 milhões. Estima-se para 2011 o atendimento de 15.000 escolas de baixo Ideb e cerca de três milhões de estudantes, critério mantido desde de 2008, em Municípios acima de 19 mil habitantes, além de formação de professores por meio das universidades públicas e recursos para alimentação escolar através do PNAE.

b) Educação Superior

O papel decisivo da educação superior para a inclusão social, geração de trabalho e renda, diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico levou o Governo a implementar programas que têm como finalidade a ampliação da oferta de vagas nesse nível de ensino, assim como a adotar medidas que viabilizassem a permanência dos estudantes na educação superior. A necessidade de inclusão de grande percentual da população neste nível de ensino levou à adoção de medidas relativas tanto ao ensino superior público quanto ao privado, tendo sempre como principal balizador dessa expansão a garantia da qualidade no ensino oferecido.

As ações a seguir são destaques no âmbito do Programa Brasil Universitário:

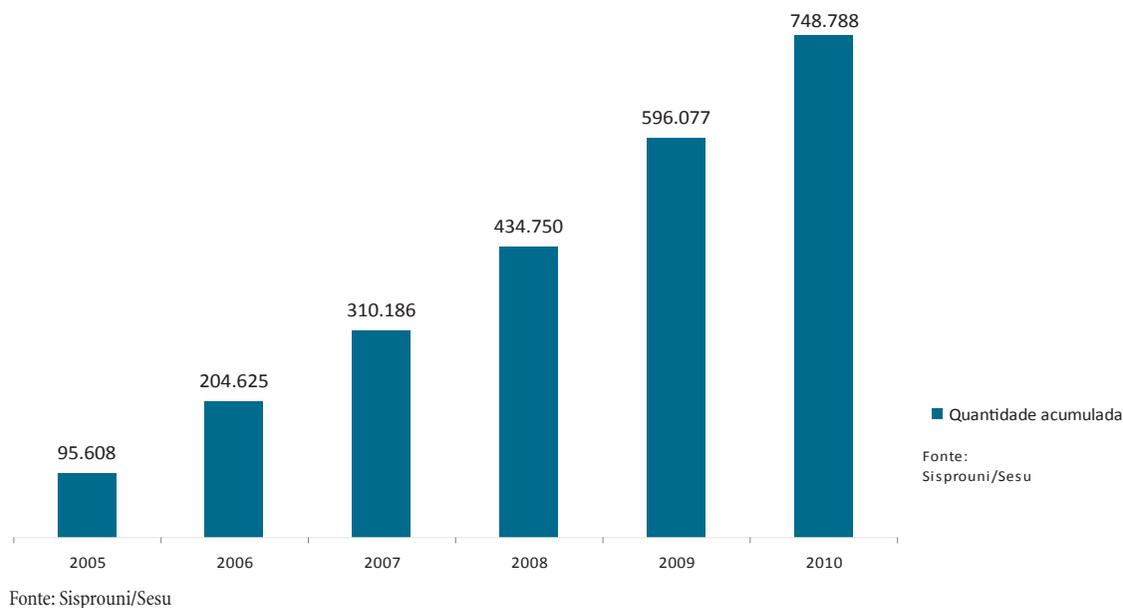
- O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) consiste na expansão sustentada das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), na ampliação do número de vagas na formação superior e na inovação pedagógica. Encontra-se em fase de execução o seu segundo ciclo, período de 2007 a 2012, caracterizado pela reestruturação e expansão das universidades federais, cuja meta é atingir 227 mil vagas ofertadas e 1.087.878 matrículas projetadas até o ano de 2012. O Programa representará uma ampliação de 140% no número de vagas no ensino noturno com relação ao ano de 2005. Para 2011, o Reuni prevê recursos da ordem de R\$ 1,06 bilhão.
- O Programa Universidade para Todos (Prouni) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo, integrais e parciais, em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Beneficiou em torno de novos 153 mil estudantes em 2010,





e a previsão para o ano de 2011 é atender mais 150 mil estudantes. Desde sua criação, o Prouni já atendeu a 748 mil estudantes, conforme demonstra o gráfico abaixo.

PROUNI – Bolsas ocupadas - quantidade acumulada



O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) é destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação. Em 2010, quando foi incorporada ao Fies a disponibilização a fluxo contínuo, permitindo aos estudantes contratar o financiamento a qualquer tempo e em prazo máximo de vinte dias, foram beneficiados 63.146 estudantes. Para 2011, há a previsão de atendimento a cerca de 160 mil contratos. Desde sua criação, o Fies já atendeu aproximadamente 620 mil estudantes.

Além das atividades de ensino, o Governo Federal, por meio do Programa de Extensão Universitária (Proext), busca induzir e incentivar as instituições públicas de ensino superior a desenvolverem ações voltadas à promoção de políticas públicas, por meio de Projetos de Extensão Universitária que enfatizam e promovem o desenvolvimento social. Em 2011, serão apoiados 550 Projetos.

Com vistas a combater as desigualdades sociais e regionais, bem como a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) oferece moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. O Programa contou, em 2010, com um investimento de R\$ 300 milhões para atender estudantes em todo o País e, para 2011, estão previstos R\$ 395 milhões.

O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar, estimulando a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior. Em 2011 serão beneficiados aproximadamente 9 mil bolsistas.

O Programa INCLUIR – Acessibilidade na Educação Superior – tem por objetivo promover a acessibilidade às pessoas com deficiência nas IES, por meio do apoio técnico e financeiro à formação de núcleos de acessibilidade. De 2005 a 2010, foram disponibilizados R\$ 17,4 milhões, contemplando 199 projetos de instituições em todas as regiões brasileiras para ações de acessibilidade, acolhimento e acompanhamento do estudante com deficiência no Ensino Superior. Para 2011, está previsto o





atendimento de 44 Projetos voltados à Inclusão nas IES.

Com o objetivo de criar condições materiais e institucionais para que os hospitais universitários federais desempenhem plenamente suas funções em relação às dimensões de ensino, pesquisa e extensão, e à dimensão da assistência à saúde, o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) dará continuidade, em 2011, à implantação do modelo de gestão e do sistema de informação (AGHU) e à execução centralizada de compras para aquisição de materiais, equipamentos e insumos, e que propiciou, em 2010, uma economia de, aproximadamente, R\$ 60 milhões. No próximo ano está prevista a construção de quatro novos hospitais universitários federais.

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um sistema de seleção de estudantes, realizada por meio das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para as vagas ofertadas pelas instituições públicas de ensino superior participantes. Em sua primeira edição, o Sisu contou com 51 instituições participantes e 47.913 vagas ofertadas. Para o processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2011, houve um crescimento de 62% no número de instituições participantes e de 73% no número de vagas ofertadas em relação ao mesmo período de 2010.

Quanto às ações de avaliação, supervisão e regulação do ensino superior brasileiro, estão previstas para 2011 a avaliação de 2.500 novos cursos de graduação e a emissão de 2.900 atos de regulação, referentes a credenciamento e reconhecimentos de instituições, autorização e renovação de reconhecimento de cursos.

O Portal de Periódicos promove o acesso à informação científica e tecnológica, sendo utilizado por 311 instituições públicas e privadas e órgãos de Governo. Em 2010, foram disponibilizados mais de 25 mil periódicos em textos completos, 130 bases referenciadas ou de resumos e 9 bases de patentes. Até outubro de 2010, o número de acessos ao Portal de Periódicos havia ultrapassado a marca dos 65 milhões, o que equivale a aproximadamente 215 mil acessos diários – resultado de investimentos de cerca de R\$ 100 milhões.

Na área da Pós-Graduação, em 2010 foram concedidas 57.744 bolsas no País, sendo 33.313 de mestrado, 21.651 de doutorado e 2.715 de pós-doutorado. Destacam-se as 5.924 bolsas concedidas pelo programa “Bolsas para Todos”, direcionadas a alunos de mestrado e doutorado de programas de Pós-Graduação de todas as Regiões do País, com ênfase nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Dando continuidade à recuperação, modernização e suprimento de equipamentos destinados à melhoria da infraestrutura dos programas de Pós-Graduação, em 2010 foram apoiados 96 projetos de IES, com um investimento de R\$ 68,6 mil.

Em 2010, o Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), que oferece suporte a eventos relacionados à Pós-Graduação, passou a investir na realização de eventos para formação e qualificação do quadro docente da educação básica, bem como em Cursos e Escolas Avançadas (CEA), concedendo aproximadamente R\$ 22 milhões para o apoio à realização de mais de 1.100 eventos científicos (congressos, *workshops* e seminários).

Ainda em 2010, foram apoiados 177 programas de Pós-Graduação *strictu sensu* de nível internacional, totalizando um investimento de R\$ 86,8 milhões. Como resultado da Avaliação Trienal, realizada em 2010, estima-se que 45 novos programas de Pós-Graduação passem a integrar o Programa de Excelência Acadêmica (Proex) em 2011.

Também em 2010, foram recebidas 861 propostas de cursos novos de Pós-Graduação para avaliação. Nesse ano, destacou-se a indução para a criação de Mestrados Profissionais com as reformas na regulamentação e com o lançamento de chamadas públicas e editais específicos, os quais estimularam as instituições a apresentarem propostas. Essas ações ocasionaram um aumento de 486%





no número de projetos de mestrado profissional em 2010, com relação a 2009. Na avaliação de cursos novos, realizada anualmente, cerca de 40% das propostas apresentam o padrão de qualidade exigido, assim a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) projeta para 2011 cerca de 5.200 cursos, um aumento de aproximadamente 20% sobre a base dos 4.383 cursos atuais.

c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

Nos últimos anos, o Governo vem promovendo um realinhamento das ações federais no campo da alfabetização e de educação de jovens e adultos, de forma a assegurar maior eficiência, relevância e efetividade, bem como maior integração com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

Como os sistemas estaduais e municipais de ensino são os principais responsáveis pela oferta de programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), a participação dos Estados e Municípios na distribuição dos recursos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) foi ampliada, atribuindo um papel complementar aos demais parceiros: instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil. A transferência automática de recursos financeiros para os entes federados foi fundamental para assegurar a execução descentralizada das ações.

Como forma de aumentar a abrangência das ações e aprofundar os meios para a continuidade dos alfabetizados nos estudos foram pactuadas, em 2010, Agendas Territoriais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, as quais, organizadas por unidade da Federação, são instrumentos que consolidam as estratégias para articulação territorial das ações de alfabetização e de EJA.

Ainda no âmbito do PBA, foram ofertadas, em 2010, vagas para 1,8 milhão de educandos em alfabetização de jovens e adultos, além da concessão de 224,5 mil bolsas para equipes de alfabetização e distribuição de 2,9 milhões de exemplares de livros e materiais didáticos. Já em 2011, o Programa deverá atender 2,1 milhões de alfabetizandos, com a preocupação da continuidade dos estudos dos egressos e o planejamento e gestão das ações estruturadas por meio das agendas territoriais. Para esse atendimento serão necessários, aproximadamente, 42 mil coordenadores de turmas de alfabetização e 209 mil alfabetizadores, significando recursos da ordem de R\$ 700 milhões para o pagamento de bolsas e apoio aos Estados e Municípios para executar essas ações. No período de 2003 a 2010, o PBA atendeu, aproximadamente, a 12,1 milhões de alfabetizandos, alcançando cerca de quatro mil Municípios.

Em 2011, com o Concurso Literatura para Todos (CLPT), terá início a distribuição de mais de 13 milhões de livros com obras literárias, contemplando educandos neoleitores das turmas de alfabetização e de EJA e bibliotecas escolares, além do público jovem e adulto do sistema penitenciário. Além disso, os projetos de pesquisa e de mediação de leitura em execução contribuem para a ampliação do acesso de jovens e adultos à literatura, fortalecendo a concepção de letramento e ampliando as ações culturais na EJA.

d) Educação Profissional e Tecnológica

O PDE apontou para a necessidade de reorganização da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, com o objetivo de atender ao desenvolvimento sustentável do País. Entre 2003 e 2010 foram criadas 214 novas unidades, que, somadas às 140 existentes, eleva para 354 o número de escolas técnicas distribuídas em todo o território nacional, interiorizando o acesso da educação pública. Ao final da expansão em curso, a rede federal atenderá a cerca de 540 mil jovens e adultos brasileiros.

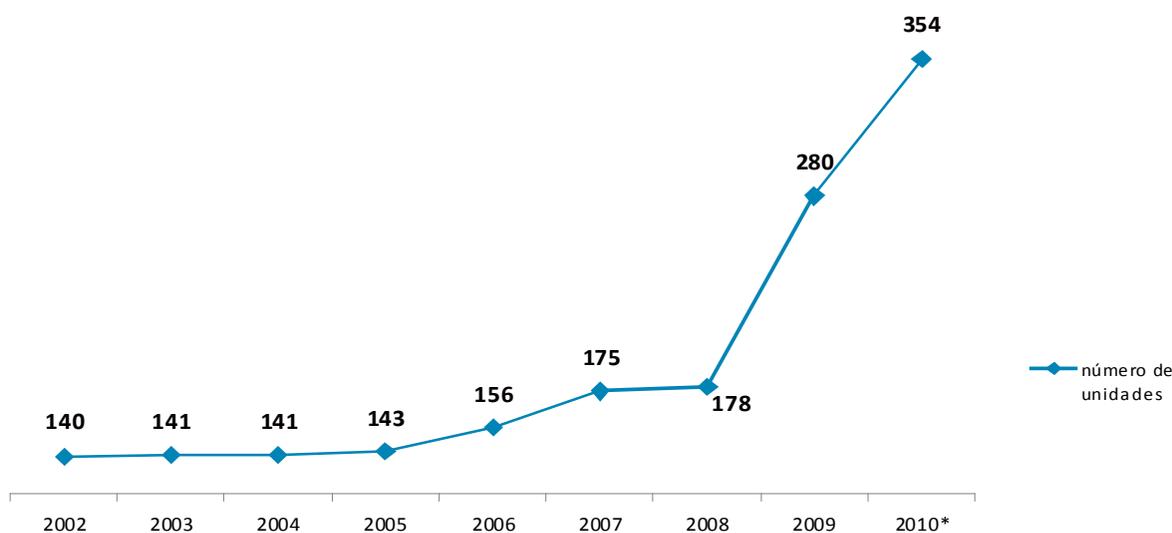
Destaca-se também que, em atendimento à Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, já foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia equiparáveis às Universidades Federais. Especializados na oferta de educação profissional, científica e





tecnológica em todos os níveis e modalidades de ensino e sintonizados com os arranjos sociais, culturais e produtivos locais, esses Institutos fomentam o desenvolvimento dos territórios onde estão inseridos. Os investimentos financeiros na expansão da rede federal, somados à sua reestruturação, superaram a estimativa de R\$ 2,3 bilhões, executados nos exercícios de 2008 a 2011. Os investimentos em recursos humanos apontam para a criação de 29.015 novas vagas de docentes e técnicos administrativos.

Expansão da rede federal de educação profissional e tecnologia



Fonte: Setec/MEC. * Previsão.

Para consolidar o momento vivenciado pela educação profissional brasileira, foi lançado o Programa Brasil Profissionalizado, que possibilita a modernização e a reestruturação do ensino técnico de nível médio das redes públicas estaduais. O objetivo do Programa é expandir o número de matrículas destinadas ao ensino médio integrado, incentivar o retorno de jovens e adultos à escola e aproximar a educação escolar do ambiente de trabalho. A estimativa do Programa é investir R\$1,8 bilhão, até 2011, na construção, ampliação e reforma de prédios escolares, além de adquirir equipamentos e mobiliários e aprimorar a capacitação dos profissionais da educação. De 2008 a 2010, mais de 1.200 escolas, em 1.018 Municípios, foram beneficiadas com recursos, representando investimento superior a R\$ 1 bilhão, no atendimento a aproximadamente 200 mil alunos.

e) Educação e Diversidade

O PDE procura pautar o processo educativo pela compreensão e pelo respeito do diferente e da diversidade, na busca da universalização com diferenciação, redução das desigualdades sociais e regionais, eliminação dos preconceitos de origem, raça, gênero, idade e quaisquer formas de discriminação.

No contexto da formação de professores, os maiores desafios estão na educação do campo e indígena, em especial para os anos e séries finais do ensino fundamental e para o ensino médio. Para o atendimento a essas demandas, foram criados o Programa de Apoio às Licenciaturas Indígenas (Prolind) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), cujas atividades se iniciaram, respectivamente, em 2005 e 2007, e já atenderam a mais de 3.000 docentes. Atualmente, são 2.953 vagas ofertadas para a formação de professores indígenas em 23 Cursos de Licenciaturas Interculturais criados em 20 IES pelo Prolind. Por sua vez, o Procampo trabalha atualmente com 3.285 vagas ofertadas em 31 IES. Para 2011 as metas são atender a 2.000 professores nas licenciaturas interdisciplinares do campo e 2.000 professores na licenciatura intercultural indígena.





Ainda em relação à Educação do Campo, destaca-se o Programa Escola Ativa, que consiste em estratégia pedagógica específica voltada para escolas do campo com classes multisseriadas. Segundo o Censo da Educação Básica de 2009, das 83 mil escolas públicas rurais, aproximadamente 58 mil (quase 70%) tinham ao menos uma turma multisseriada. Até 2010, o Programa havia sido implementado em 3.109 Municípios, beneficiando cerca de 39 mil escolas, 66 mil turmas e 1,3 milhão de alunos. Mais de 7 milhões de livros didáticos foram especificamente desenvolvidos com base nos princípios e fundamentos da Educação do Campo e na metodologia do Programa. Também foram distribuídos mais de 30 mil *kits* pedagógicos. O objetivo para 2011 é implantar o Programa em 3.340 Municípios e 41.560 escolas. Para isso, serão necessários recursos na ordem de R\$ 160 milhões.

Além dessas ações, destaca-se ainda o ProInfo Escola Ativa, que distribui *kits* tecnológicos compostos por cinco computadores e uma impressora para cada uma das escolas que aderiram ao programa Escola Ativa e que proporcionará o acesso e o uso pedagógico das novas tecnologias. Em 2009 foram distribuídos 7.000 *kits* tecnológicos e 10.300 *kits* em 2010. Para 2011, a meta é a universalização do atendimento às escolas participantes do Programa Escola Ativa com a distribuição de mais 22 mil *kits* tecnológicos.

Enfatiza-se também a retomada do projeto Piloto Escola Ativa Indígena e Extrativista que foi iniciado pelo Fundescola, no período de 2005 a 2008, com o objetivo de elaborar material didático específico para as escolas adesas ao Programa Escola Ativa situadas em comunidades indígenas e extrativistas, permitindo a valorização e o respeito à história e à cultura destes povos, pela inclusão de suas especificidades no currículo escolar. O material produzido está sendo revisado com a participação de professores indígenas e extrativistas em parceria com os Estados do Amazonas, Ceará, Paraíba, Roraima e Pará.

O Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade é desenvolvido em parceria com 168 Municípios-polo e promove a formação continuada para gestores e educadores de todos os Municípios, disponibilizando apoio técnico e financeiro para a realização de cursos anuais, na modalidade presencial. Em 2010, o investimento desta ação foi de R\$ 14,2 milhões. Para a sua continuidade, o Programa foi inserido no Guia de Ações do Plano de Ações Articuladas (PAR) para o período 2011-2014.

O Programa Saúde na Escola (PSE) constitui uma política para a integração e articulação intersetorial permanente entre educação e saúde, de forma a contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde no âmbito das escolas e das unidades básicas de saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

No ano de 2010, mais de 645 Municípios efetivaram a adesão ao programa atendendo a 6,2 milhões de estudantes. A expectativa para 2011 é de que 2.549 Municípios já habilitados efetivem a adesão atendendo mais de 18 milhões estudantes. O programa contabilizará, em 2011, um total de 3.802 Municípios e mais de 26 milhões estudantes contemplados com ações de promoção da saúde e de prevenção de doenças e agravos à saúde na escola. Foi também firmada parceria para elaboração de curso de aperfeiçoamento em educação e saúde, via Rede UAB, com 11 IES.

A Educação Ambiental avançou significativamente na proposição de políticas públicas para a inserção qualificada da temática nos currículos e nos projetos político-pedagógicos das escolas e dos cursos de educação superior. Foram criadas Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental (CIEA) em 24 Estados e no Distrito Federal; em junho de 2010 foi realizada a Conferência Internacional Infantojuvenil “Vamos Cuidar do Planeta”, com a participação de 47 países, 323 estudantes e 110 professores; e houve continuidade dos processos formativos na modalidade à distância pela Rede de Educação para a Diversidade, em parceria com o Sistema UAB, que ofereceu, em 2010, vagas para 2.505 professores em cursos de Educação Ambiental (aperfeiçoamento e especialização) e Escolas Sustentáveis (extensão).

No campo da Educação em Direitos Humanos, registrou-se avanço no diálogo com os sistemas de ensino para a elaboração dos





Planos de Ação de Educação em Direitos Humanos, com representação dos 26 Estados e do Distrito Federal. Em 2010, o Curso de Educação em Direitos Humanos formou 6.855 profissionais da educação, com investimentos de R\$ 9,6 milhões. Já o curso Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na Escola, que visa à formação continuada de profissionais da educação por meio de curso à distância, foi responsável pela formação de outros dois mil profissionais, havendo a previsão de formação, no âmbito da UAB, de mais 3.735 profissionais. Registre-se, ainda, a produção de três livros sobre a relação entre o ECA e a educação, bem como a instituição do curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

f) Cooperação Internacional

Em 2010, foi notória a expansão das ações de Cooperação Internacional, que somaram 79 programas com países-parceiros, como os Estados Unidos, México, Japão, Bélgica, França, Reino Unido, Chile, Paraguai, Haiti e Canadá. Foram empregados, aproximadamente, R\$ 226 milhões para beneficiar cinco mil bolsistas no exterior.

Foram executados 608 projetos conjuntos de pesquisa, 180 parcerias universitárias e 10 projetos especiais desenvolvidos com países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, tendo sido concedidas 1.508 novas bolsas de estudos e mantidas outras 906 em diferentes modalidades de ensino, totalizando 2.414 bolsas ativas.

A Escola de Altos Estudos cumpriu o papel de incentivar a formação de recursos humanos de alto nível acadêmico, por meio da mobilidade de acadêmicos estrangeiros de elevado conceito internacional, a fim de ministrarem cursos na Pós-Graduação brasileira. Em 2010, foram aprovados 27 projetos que têm a participação prevista de 102 professores.

Outro destaque é a Cooperação Internacional para a Educação Básica, que teve 515 bolsas concedidas em 2010, com orçamento de R\$ 8 milhões previsto para 2011. Diversas ações foram implementadas em 2010, entre elas: o Programa de Licenciaturas Internacionais, uma iniciativa do MEC em parceria com a Universidade de Coimbra, e os Projetos José Aparecido Oliveira (Português) e Amílcar Cabral (Matemática), ambos em Cabo Verde.

Em 2011, prevê-se a consolidação e a implementação de programas de cooperação internacional para a educação básica; a extensão das bolsas oferecidas no âmbito do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE), para ampliação dos regimes de cotutela e dupla diplomação; e o aperfeiçoamento do acompanhamento dos egressos que tiveram bolsa no exterior mediante a implementação da rede dos ex-bolsistas.

g) Financiamento da Educação

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um fundo de natureza contábil, de âmbito estadual, e tem como objetivo promover a inclusão socioeducacional em toda a educação básica. Os recursos do Fundeb se destinam ao financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica, sendo que, nos Municípios, devem ser contemplados os segmentos da educação infantil e do ensino fundamental; nos Estados, o ensino fundamental e médio; e, no Distrito Federal, todas as etapas da educação básica. Além disso, pelo menos 60% destes recursos devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades na educação básica.

Em 2010, foram investidos cerca de R\$ 6,7 bilhões, a título de complementação da União. Para 2011, está prevista uma complementação no valor de, aproximadamente, R\$ 9 bilhões, bem como ações de aperfeiçoamento do Fundeb, tais como: alteração na legislação do Fundeb objetivando, especialmente, a melhoria dos mecanismos operacionais e a transparência dos repasses à conta





do Fundo; regulamentação nos mecanismos de apoio financeiro da União, em caráter complementar, com o objetivo de garantir o valor do piso salarial do profissional do magistério público, junto aos entes estaduais e municipais que comprovarem incapacidade de assegurá-lo; realização de avaliação de resultado do Fundeb nos primeiros anos de sua implementação, com vistas à adoção de medidas operacionais e de natureza político-educacional corretivas, caso necessárias.

FUNDEB – Complementação da União (R\$ bilhões)



Fonte: FNDE/MEC

Cabe ressaltar o significativo aporte adicional de recursos proporcionado pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que determinou uma redução progressiva e o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU), no caso específico da Educação. Por essa iniciativa, o percentual original de 20% de desvinculação foi reduzido a 12,5% em 2009, caiu para 5,0% em 2010, e deverá anular-se totalmente a partir de 2011. Os ganhos para a Educação são de R\$ 3,3 bilhões, já realizados, em 2009; de R\$ 7,4 bilhões, estimados, para 2010; e de R\$ 12,5 bilhões, previstos, para 2011. A partir desse ano o ganho anual será permanente e proporcional à evolução da arrecadação de impostos federais.

Outro mecanismo muito importante para o financiamento da educação é o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que tem como objetivo prover recursos financeiros diretamente a escolas públicas da educação básica e a escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, com o objetivo de contribuir para a melhoria de sua infraestrutura física e pedagógica. O PDDE provê, supletivamente, meios para aquisição dos recursos didático-pedagógicos e equipamentos, e para a realização de reparos e conservação do prédio da unidade de ensino. Além disso, reforça a autogestão escolar e a participação social, mediante descentralização decisória e funcional do recurso público a ser utilizado. Em 2010, foram atendidas pelo Programa 115,9 mil escolas e foram investidos cerca de R\$ 1,45 bilhões. Para 2011, está previsto um investimento de R\$ 1,5 bilhão para beneficiar 163,2 mil escolas.

O Salário-educação, arrecadado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB/MF), é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública, podendo ser aplicada na educação especial, desde que vinculada à educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis socioeducacionais existentes entre os Municípios e Estados da Federação. O montante arrecadado no período de 2003 a 2010 foi da ordem de R\$ 58,4 bilhões correntes. Desse total, R\$ 35 bilhões foram repassados aos Estados e Municípios, sendo R\$ 19 bilhões a título de quota estadual e R\$ 16 bilhões de quota municipal. Em 2010, já foram investidos mais de R\$ 6,5 bilhões, e para 2011 está previsto um investimento de aproximadamente R\$ 7,2 bilhões.





h) Democratização da Gestão Nacional da Educação

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) busca a melhor organização da escola, com vistas ao aprimoramento da qualidade de ensino e aprendizagem, na medida em que fortalece e viabiliza o seu Projeto Político Pedagógico, por meio do assessoramento técnico e financeiro. Até novembro de 2010, quase 55% das 22.002 escolas prioritizadas tinham recebido recursos do programa, totalizando um montante da ordem de R\$ 226 milhões. Para 2011, a expectativa é de que a metodologia esteja disponível para toda a rede escolar. Quanto à priorização para fins de apoio financeiro, estima-se em cerca de 20 mil o número de unidades escolares que receberão recursos.

O Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública destina-se à formação continuada de gestores educacionais efetivos das escolas públicas. Em 2010, o programa iniciou o atendimento a 8.240 cursistas nos cursos de gestão escolar, nos níveis de aperfeiçoamento e especialização. Para o exercício de 2011 está estimado o atendimento de 20 mil gestores, em parceria com 31 Ifes em 26 Estados e Distrito Federal.

Com relação ao Programa de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho), em 2010 foram descentralizados recursos para a oferta de 1.600 vagas no curso de formação continuada para conselheiros municipais de educação, realizado à distância. O Pró-Conselho realizou ainda o III e IV Encontro Nacional dos Conselhos de Educação, com a participação de 218 conselheiros. Apoiou também encontro dos Conselhos Estaduais de Educação em cada uma das regiões e encontros estaduais dos Conselhos Municipais de Educação nos Estados de Sergipe, Espírito Santo, Ceará, Acre e Mato Grosso do Sul.

Para 2011, a previsão é de beneficiar conselheiros municipais com a oferta de três mil vagas no curso à distância e com a realização de cinco encontros presenciais de formação, em parceria com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime) busca fortalecer a capacidade de gestão dos dirigentes municipais, nos aspectos estratégico, administrativo, pedagógico, financeiro/orçamentário e de recursos humanos. Em 2010 estão sendo atendidos por meio do Curso de Extensão Pradime na modalidade de ensino à distância, um total de 3.235 dirigentes municipais de educação das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Para 2011 está previsto o atendimento e formação de 5.564 dirigentes municipais de educação, em encontros presenciais e por meio de cursos de extensão à distância.

Na esfera do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, em 2010 foram descentralizados recursos para a oferta de 3.300 vagas no curso de extensão à distância para Formação Continuada em Conselhos Escolares, destinados à formação de técnicos de secretarias de educação e conselheiros escolares. Na modalidade presencial foram atendidos 3.306 participantes de sete encontros para técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação e conselheiros escolares. Para 2011, a previsão é ofertar mais três mil vagas no curso à distância, para esse mesmo público, além de realizar nove encontros presenciais de formação, dos quais se destaca o III Encontro Nacional de Fortalecimento do Conselho Escolar.

i) Indicadores e Avaliações

Em atendimento ao que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o MEC realiza anualmente, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o Censo da Educação Básica e o Censo da Educação Superior e uma série de avaliações educacionais, destacando-se a Provinha Brasil, a Prova Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Avaliação de Estudantes. No ensino superior, a partir do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e Censo, são calculados os indicadores do ensino superior, destacando-se o Conceito Preliminar do Curso e o Índice Geral de Cursos, de cada uma das instituições de ensino superior brasileiras.





O Ideb, criado no âmbito do PDE, é um indicador que combina os dados de fluxo escolar, especificamente, as taxas de aprovação – obtidas a partir do Censo da Educação Básica – com os dados de desempenho escolar – obtidos a partir da Prova Brasil e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Tem como objetivo permitir o acompanhamento da evolução da qualidade da educação. O Ideb é calculado para cada uma das etapas de ensino e está definido entre valores de 0 a 10. De acordo com a última divulgação, de 2009, o Ideb para as séries iniciais do ensino fundamental é de 4,6; para as séries finais do ensino fundamental é de 4 e, para o ensino médio, é de 3,6. O objetivo é alcançar, em 2021, a média 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental, nível observado hoje nos países desenvolvidos.

Com relação à Prova Brasil, trata-se de uma avaliação censitária realizada a cada dois anos, sobre o rendimento e o desempenho dos alunos de 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa e Matemática, na rede pública de ensino, por meio da aplicação de provas e questionários. Objetiva fornecer um diagnóstico do nível de aprendizagem dos alunos de cada unidade escolar e de cada Município. A Prova Brasil deverá ser aplicada a mais de 5 milhões de estudantes no ano de 2011.

A Provinha Brasil, disponibilizada às redes públicas em 2010, tem como objetivo subsidiá-las na avaliação da alfabetização de seus alunos. A prova permite comparar melhor o desempenho ao longo do tempo e, desta forma, avaliar o impacto de políticas públicas na alfabetização das crianças, assim como coletar práticas que se mostrem bem sucedidas. É disponibilizada às redes de ensino que optam por sua utilização como ferramenta de melhoria da alfabetização das crianças.

O Enem faz parte de um processo de consolidação de um modelo mais democrático de acesso ao Ensino Superior, que permite uma melhor análise do ensino médio, uma vez que as provas são comparáveis no tempo. O objetivo é possibilitar o acesso de maior público de estudantes ao ensino superior, maior mobilidade e mudanças na estrutura do ensino médio. Na edição de 2010, 3,3 milhões de estudantes realizaram as provas. Em 2011, o Enem deverá ser aplicado a 4,5 milhões de estudantes.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) objetiva certificar jovens e adultos, fora de idade escolar, no ensino fundamental. A edição de 2010 contou com 300 mil inscritos em todo o Brasil.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) avalia as instituições de educação superior, os cursos de graduação e o desempenho dos estudantes. Seus objetivos são: melhorar a qualidade da educação superior; orientar a expansão da oferta de vagas e aumentar de forma permanente a sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social. Em 2010, avaliou 20 áreas e 422.896 estudantes. Desses, 261.745 são ingressantes e 161.151 são concluintes. Outros 227.170 inscritos são estudantes selecionados para edições anteriores do Enade que não o fizeram no momento correto. Em 2011, o Enade deve ser aplicado a 1 milhão de estudantes.

O Censo da Educação Superior coletou em 2010 dados sobre matrículas de 2.314 IES públicas e privadas. O Censo também vem sendo aprimorado ao longo dos anos, com melhorias nos sistemas de informação utilizados e na articulação e comunicação com as IES, além do uso das informações coletadas na regulação do ensino superior, o que induz a uma melhor qualidade na informação dos dados.

O Censo Escolar da Educação Básica, realizado anualmente, coleta dados de todas as escolas, incluindo matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar, possibilitando um diagnóstico da realidade educacional brasileira. O Censo de 2010 coletou informações em 194.973 escolas.

j) Ações Integradas

O Programa Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) na Escola, que visa ao acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola dos beneficiários com deficiências participantes do BPC, na faixa etária de zero a dezoito





anos, é uma ação interministerial que envolve a educação, a saúde, a assistência social e os direitos humanos. Em 2010, foi criado o Sistema de Relatórios do MEC (SISRel), possibilitando aos gestores a geração de relatórios a respeito da identificação das barreiras referentes à saúde, educação, assistência social e outras. Para sua continuidade, o Programa foi inserido no PAR 2011-2014.

O Banco Internacional de Objetos Educacionais é um repositório resultante da parceria do MEC com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), com a Rede Latino-americana de Portais Educacionais (Relpe) e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e tem o propósito de manter e compartilhar recursos educacionais digitais de livre acesso, em diferentes formatos – como áudio, vídeo, animação, simulação, software educacional – além de imagem, mapa, hipertexto, considerados relevantes para a comunidade educacional local, respeitando-se as diferenças de língua e culturas regionais. Atualmente, há 10.300 recursos educacionais publicados para todos os níveis de ensino e milhares aguardando cessão de direitos autorais ou avaliação. Esse repositório teve, aproximadamente, 1,5 milhão de acessos desde o seu lançamento e foi visitado por 159 países. Espera-se que, até 2011, países ainda não parceiros possam ser integrados e ter seus materiais cedidos e publicados no Banco e que materiais em outros idiomas sejam traduzidos para o português, ampliando o leque de opções para os professores brasileiros.

O Portal do Professor é uma solução tecnológica que permite o armazenamento e a circulação de conteúdos educacionais multimídia, oferecendo aos educadores, em especial aos professores atuantes na educação básica, acesso rápido e funcional a um acervo variado. O Portal teve 4,3 milhões de acessos desde o seu lançamento e foi visitado por interessados de 159 países. Há no Portal quase 7 mil aulas elaboradas por professores de todo o País e a participação de mais de 170 mil professores nos fóruns disponíveis. Com a universalização dos laboratórios de informática e de conexões de banda larga, espera-se colocar o Portal à disposição de todos os professores do País, sendo um centro de referência de produção da comunidade educacional local. Para as escolas sem conexão à Internet, será ofertado um portal *off-line*, de forma que todos os alunos e professores tenham acesso à informação.

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), na modalidade ProInfo Rural, adquiriu, para distribuição em 2010, mais 20 mil conjuntos de tecnologia, compostos de computadores e impressoras, propiciando às escolas acesso ao conteúdo educacional disponível em meio digital, além de todo o conteúdo da TV-Escola digitalizado. De 2004 a 2010, foram adquiridos cerca de 104 mil laboratórios para o ProInfo.

No âmbito do ProInfo Urbano, foram distribuídos e instalados 19 mil conjuntos de tecnologias adequados às necessidades e às demandas pedagógicas e administrativas das escolas públicas urbanas de educação básica em todo o País. Há, ainda, mais 4.750 novos laboratórios que se encontram em fase final de distribuição e instalação. Na modalidade de registro de preços, foram adquiridos mais 15 mil novos conjuntos para serem distribuídos em 2011. Registra-se que, em 2010, 56 mil escolas foram conectadas à Internet com banda larga, sendo que ainda no primeiro semestre de 2011 serão mais 6 mil escolas beneficiadas pelo Programa Banda Larga nas Escolas.

O Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado) objetiva proporcionar a inclusão digital de professores, gestores de escolas públicas da educação básica e a comunidade escolar em geral, e a dinamização e a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, por meio de promoção do desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos. Em 2010, foram formados 177.564 professores e gestores escolares.

O Projeto UCA – Um Computador por Aluno – pretende criar e socializar novas formas de utilização das tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras, para ampliar o processo de inclusão digital escolar e promover o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Em 2010 foram distribuídos 150 mil *laptops* para professores e alunos. Para 2011, a meta de capacitação será de três mil professores.

O Programa TV Escola tem como objetivos a formação continuada dos professores, a valorização dos profissionais da rede





pública e o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, por meio das transmissões da TV.

O sítio da TV Escola entrou no ar em abril de 2010 e, em menos de três meses, o número de cadastrados já era superior a 10 mil, e o de exibições de vídeos assistidos, a 50 mil. Atualmente, o sítio possui 32 mil cadastrados e 161 mil exibições de vídeos assistidos por mês. Somente no mês de novembro de 2010, suas páginas foram visitadas 500 mil vezes. O sítio oferece, ainda, 1.700 programas educativos de televisão, produzidos e adquiridos junto às produtoras de vídeos educativos (nacionais e internacionais). Em 2010, a TV Escola adquiriu 650 horas de programas e conteúdos para educação à distância e, no que se refere à produção e veiculação de programas, foram 8,6 mil horas.

Para 2011 estão previstas produções com a TV Cultura, coprodução de documentários e séries com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), produção de séries com produtoras independentes, além da produção da programação de linha. Uma das metas previstas é a incorporação da TV Escola ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTV).

O Projeto Rondon foi reinaugurado pelo Governo Federal em janeiro de 2005, depois de ficar desativado por 14 anos. Durante o período de férias escolares, professores e estudantes universitários são levados a regiões carentes do País para colaborar no processo de desenvolvimento sustentável nas comunidades visitadas. Essa oportunidade proporciona aos participantes o conhecimento da realidade nacional e a formação de mentalidade cívica e solidária, o que contribui para a consolidação do sentimento de responsabilidade social.

O Projeto é realizado com a parceria entre diversos Ministérios e as Forças Armadas, que fornecem o suporte logístico e a segurança necessários às operações. Conta ainda com a colaboração de governos estaduais, prefeituras municipais, da União Nacional dos Estudantes, de Organizações Não Governamentais, de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e de organizações da sociedade civil. As ações são realizadas, prioritariamente, em Municípios da região Norte e Nordeste, e já beneficiaram 652 Municípios, com o envolvimento de 9.812 rondonistas, oriundos de Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil.

Os rondonistas realizam atividades nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho. Destacam-se as campanhas educativas relacionadas à proteção dos direitos da criança, do adolescente e do idoso, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, gravidez precoce, uso de drogas ilícitas e prevenção de DST e Aids; elaboração de projetos técnicos (de engenharia e de saneamento ambiental) para a construção de aterros sanitários e para a coleta e tratamento de resíduos sólidos; capacitação de recursos humanos das prefeituras em gestão pública e em gestão de projetos e organização e capacitação dos Conselhos Municipais.

Em julho de 2010 foram realizados eventos do Projeto Rondon em 44 Municípios do Maranhão e de Pernambuco, com a participação de cerca de 880 estudantes e professores, de faculdades e universidades de todo o País. No Estado de Rondônia, o Programa abrangeu dezesseis Municípios localizados ao longo da BR-364. Para essa operação foram mobilizados 320 rondonistas, os quais participaram de atividades, palestras, oficinas, *workshops* e dinâmicas nas áreas de saúde, esporte, educação, gestão pública, gestão de projetos e sustentabilidade.

Para 2011 está prevista a participação de mais 2.400 universitários, que atuarão nos Estados do Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. O Projeto Rondon pretende aumentar a sua estrutura para poder atender à necessidade dos Municípios mais carentes e à capacidade existente nas instituições de ensino superior.

4. Saúde

A integralidade constitui-se em princípio e diretriz do Sistema Único de Saúde (SUS), fundamentando a atuação





governamental em saúde em todos os níveis de atenção.

A arquitetura do modelo de atenção à saúde tem como base a execução corresponsável por todos os entes federados com o acesso inicial por meio da atenção básica e extensão da oferta de serviços em nível de média e alta complexidade. Essa atuação tem na humanização um dos seus principais fundamentos para a obtenção do bem-estar individual e coletivo.

A complexidade da operacionalização do modelo descentralizado diante da diversidade de realidades regionais que caracterizam o Brasil exige aprimoramento da gestão como meio de adequação das disponibilidades de recursos à expansão da demanda. A partir dessa constatação, surgiu a necessidade de operacionalização de um modelo de gestão federal voltado para resultados, em que o desempenho da área é monitorado por indicadores gerenciais com o propósito de avaliar o seu desempenho.

a) Atenção Básica

a.1) Saúde da Família

A Estratégia Saúde da Família (ESF) hoje é uma política de Estado e uma prioridade da atual Gestão Federal. A Estratégia vem aumentando sua cobertura populacional e hoje abrange 52,2% da população brasileira, com 31.660 equipes de Saúde da Família e 244.883 Agentes Comunitários atuando no País. O crescimento dessa cobertura deve-se, entre outras ações, ao aumento de 80% do Piso da Atenção Básica (PAB), que passou de R\$ 10,00, em 2002, para R\$ 18,00, a partir de julho de 2009, como também possibilitou o aumento do PAB variável – incentivo aos Municípios que aderirem à Estratégia.

Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) foram criados a fim de ampliar o espectro das ações das equipes de Saúde da Família, bem como a sua resolutividade, e ampliar o número de profissionais de Saúde. Atualmente estão em funcionamento 1.317 unidades de NASF, presentes em 919 Municípios.

Buscando prover infraestrutura adequada às equipes de Saúde da Família, incentivar a melhoria do desempenho de suas ações e estimular a implantação de novas equipes, promoveu-se a implantação de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Em 2010, foi programada a construção de 8.600 UBS nos próximos quatro anos, com recursos específicos do PAC 2.

O Programa Saúde na Escola, outra ação importante no âmbito da Atenção Básica, já está implantado em 1.252 Municípios, principalmente na Região Nordeste, e envolve 36.892 escolas e 7.891 equipes de Saúde da Família, beneficiando 6,2 milhões de estudantes em todo o Brasil.

Em 2011, a meta é atingir cobertura de 70% da população brasileira com a ESF, com o desafio de crescer em grandes centros urbanos; estruturar um sistema de informações integrado com registro individual do paciente para melhoria da integração entre as equipes de Saúde da Família e todo o sistema de Saúde; ampliar o número de NASF; ampliar as equipes de Saúde Bucal; universalizar o Programa Saúde na Escola incluindo 6.872 ESF para o atendimento de 23,5 milhões de estudantes do ensino fundamental e médio das escolas públicas; melhorar o incentivo de custeio para manutenção das UBS; estimular a formação, em nível de pós-graduação, para os profissionais da Atenção Básica; e fortalecer a rede de pesquisa em atenção básica garantindo financiamento e continuidade para novas pesquisas voltadas ao desenvolvimento da capacidade de gerenciamento das Unidades Básicas de Saúde.

a.2) Saúde Bucal

Uma das principais marcas da atuação governamental em saúde, o Programa Brasil Sorridente teve sua operacionalização inten-





sificada com a implantação de 853 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) até 2010, em 723 Municípios. Já nesse mesmo ano ultrapassamos a marca de 20,4 mil equipes de Saúde Bucal (ESB) implantadas, integradas à ESF. Essas equipes estão presentes em 86,8% dos Municípios e beneficiam mais de 90 milhões de pessoas.

Outro crescimento expressivo refere-se ao número de Laboratórios de Prótese Dentária, que passou de 327, em 2009, para 780, em 2010, dobrando a produção de próteses dentárias. Além disso, em 2010, destacam-se: aquisição de 480 aparelhos de raios-x para estruturação e apoio da rede assistencial; a realização do Levantamento Epidemiológico das Condições de Saúde Bucal da População Brasileira (Projeto SB Brasil – 2010), onde foram examinadas mais de 38 mil pessoas; e a estruturação de ferramentas de monitoramento e avaliação das atividades dos CEOs.

Foram também adquiridas as 51 primeiras Unidades Odontológicas Móveis, cujo objetivo é oferecer Saúde Bucal às populações com dificuldade de acesso aos serviços, como é o caso das populações rurais. O atendimento está sendo ampliado em 15 Estados.

Dentre os desafios para 2011, incluem-se: a ampliação do fornecimento de consultórios odontológicos a todas as equipes de Saúde Bucal implantadas; e a aquisição de 4.000 gabinetes odontológicos. Prevê-se também a aquisição de 109 unidades odontológicas móveis, com a finalidade de atingir 160 dessas unidades em funcionamento até o final do ano, além de implantar mais 100 CEOs e 300 Laboratórios de Prótese Dentária.

a.3) Alimentação e Nutrição

Ações de promoção da alimentação adequada e saudável, de vigilância nutricional e controle das deficiências nutricionais sobre o processo saúde/doença tiveram, em 2010, um caráter de disseminação de informação e de conscientização da população para as boas práticas alimentares. Destacaram-se: implantação da Estratégia Nacional para Alimentação Complementar Saudável (Enpac); o apoio à realização de pesquisas populacionais sobre a situação de nutrição; a melhoria do perfil nutricional de alimentos industrializados; e a expansão do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional eletrônico (Sisvan – Web).

O setor Saúde empreendeu, em 2010, ações voltadas à promoção da alimentação saudável, à vigilância alimentar nutricional e ao controle das deficiências nutricionais e das doenças associadas à alimentação; e à cobertura de 9,4 milhões de pessoas com acompanhamento do estado nutricional via Sisvan.

Dentre as realizações previstas para 2011 estão: i) a organização da atenção nutricional no SUS; ii) a implantação do plano de redução do excesso de peso e da obesidade; iii) a implementação do plano de melhoria nutricional dos alimentos processados, com destaque para a redução do sal e da gordura saturada utilizada pela indústria; iv) a expansão da estratégia de alimentação complementar saudável, com ações de aconselhamento e educação nutricional para pais e cuidadores de crianças menores de 2 anos; v) a articulação intersetorial com a agricultura familiar para incentivar o consumo de frutas, legumes e verduras; e vi) a universalização da suplementação de micronutrientes nos diferentes ciclos da vida para combater carências nutricionais.

a.4) Hipertensão e Diabetes

O combate a agravos de maior incidência na população com mais de 65 anos, como a hipertensão arterial (HA) e a diabetes mellitus (DM), são foco de intervenções em atenção básica no SUS, por meio de ações de prevenção, diagnóstico, tratamento, controle e acompanhamento, vinculando-os, prioritariamente, à rede básica de saúde, com o objetivo de reduzir a morbimortalidade causada por essas doenças.





No Brasil, segundo dados do VIGITEL/2009 (Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico), existem cerca de 32,2 milhões de portadores de hipertensão arterial e 7,6 milhões de portadores de diabetes mellitus auto-referidos, sendo que 2.306.277 de diabéticos e 6.518.613 de hipertensos estão cadastrados e sendo acompanhados nas UBS, segundo dados do SIS-Hiperdia/2010 (Sistema de Gestão Clínica de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus da Atenção Básica).

Em 2011, as prioridades de atuação são a continuidade do projeto de educação para o autocuidado em diabetes, ampliando a rede para mais 10 mil agentes; a capacitação de três mil profissionais de saúde da rede básica em hipertensão e diabetes; e a capacitação de profissionais nos 26 Estados e no Distrito Federal para a operacionalização do novo Sistema de Informação em Hipertensão e Diabetes com objetivo de diagnosticar precocemente e monitorar a hipertensão arterial dos alunos cadastrados no Programa de Saúde na Escola.

a.5) Saúde no Sistema Penitenciário

A Política Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário é uma iniciativa conjunta dos Ministério da Saúde (MS) e da Justiça (MJ). Seu principal objetivo é organizar o acesso da população penitenciária às ações e serviços do Sistema Único de Saúde, com a implantação de unidades de saúde de atenção básica nas prisões e organização das referências para os serviços ambulatoriais especializados e hospitalares.

Em 2010, 18 Estados foram habilitados segundo as diretrizes do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, o que resultou na atuação de 239 equipes de Saúde cadastradas, distribuídas em 212 unidades de saúde em estabelecimentos prisionais. Foi realizado o Censo Nacional sobre Implantação e Funcionamento das Equipes de Saúde no Sistema Penitenciário, que apresenta também o 1º levantamento sobre agravos prevalentes na população privada de liberdade, bem como os grupos populacionais (mulher, criança, idoso, portador de deficiência) prevalentes nas unidades onde as equipes de Saúde estão atuando.

Para 2011, as ações previstas objetivam a ampliação das ações de Saúde no sistema penitenciário, por meio da qualificação nos Estados que ainda não contam com atuação específica (AP, MA, PI, RN, RR e SC); capacitação dos profissionais que atuam na área; e inserção da população penitenciária nos sistemas de informação em saúde como população específica. Outras iniciativas de impacto previstas são a implantação de prontuário unificando essa população com os usuários do SUS e o cadastramento de equipes com menor número de profissionais de saúde ajustando, dessa forma, a possibilidade de ampliação da cobertura de acordo com as especificidades dessa população.

a.6) Saúde Mental

A rede de atenção à Saúde Mental vem sendo ampliada e qualificada no sentido de proporcionar respostas adequadas, intersetoriais, sensíveis ao ambiente cultural, aos direitos humanos e às peculiaridades da complexa clínica do álcool e de outras drogas. Dentre as principais iniciativas na área destacam-se o Programa de Volta para Casa e a implantação de Residências Terapêuticas, para aqueles que não possuem vínculos familiares e egressos de longas internações. Em 2010, foram 3.639 beneficiários do Programa De Volta para Casa e 568 residências, beneficiando cerca de 3.100 pessoas com transtornos mentais. Além disso, cita-se a política de incentivo à ampliação dos leitos em hospitais gerais. Hoje, são 3.371 em todo o País.

Destaca-se ainda a criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF 3), específicos para tratar as questões de saúde mental, álcool e outras drogas. Essas equipes darão apoio especializado às equipes de Saúde da Família para a atenção a essa população e estão em processo de implementação.





No contexto da Atenção Integral aos Usuários de Álcool, que tem como objetivo intensificar e diversificar as ações de prevenção, promoção da saúde e tratamento dos riscos e danos associados ao uso de drogas, principalmente por crianças e adolescentes, foi lançado o Plano Emergencial de Ampliação do Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas (PEAD) e o Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e Outras Drogas, instituído pelo Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, que intensificaram e ampliaram ações integradas direcionadas aos usuários de *crack*, envolvendo diversos ministérios.

Foram também destaque em 2010 a implementação de 70 Consultórios de Rua em grandes cidades, 50 Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas 24 horas, com leitos para internação, ampliação leitos em hospitais gerais e comunidades terapêuticas, além de casas de acolhimento transitório para essa população. O Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e Outras Drogas investiu R\$ 90 milhões apenas para as ações de saúde, totalizando R\$ 410 milhões destinados para ações intersetoriais.

Em 2011, deverá ter continuidade a expansão da rede de cuidados em saúde mental, com especial ênfase no incremento do alcance do Plano Emergencial de Ampliação do Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas (PEAD) e o Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e Outras Drogas.

Tem-se também a perspectiva da intensificação das ações intersetoriais, de acordo com as recomendações da IV Conferência Nacional de Saúde Mental-Intersetorial, que deverá pautar a relação com outros setores do Governo e da sociedade civil.

a.7) Saúde da Mulher

O fortalecimento da assistência ao pré-natal, parto e puerpério na Região da Amazônia Legal e do Nordeste possibilitou, em 2010, a qualificação de 611 profissionais de saúde, em 26 maternidades que atendem a 252 Municípios, objetivando melhorar as práticas e condutas hospitalares para a adoção de procedimentos que beneficiem as gestantes evitando os riscos à sua saúde e à do bebê. Além disso, vários projetos para a adequação da ambiência ao parto e ao nascimento foram implementados em 45 maternidades de 22 Estados. Foram feitos investimentos para a ampliação de 67 novos serviços especializados no atendimento às mulheres e aos adolescentes vítimas de violência sexual, fortalecendo as redes estaduais e locais. Encontram-se hoje, prestando essa modalidade de atenção à Saúde, 509 hospitais em todas as regiões do País. Na atenção à saúde reprodutiva, foi disponibilizada na rede SUS um total de 55,14 milhões de insumos que beneficiaram 11,64 milhões de mulheres em todos os Municípios brasileiros em intervenções de controle da natalidade.

As ações previstas para 2011 irão dar continuidade ao fortalecimento da atenção perinatal nas maternidades; instituir novas ferramentas para melhorar o monitoramento dos serviços voltados para a atenção às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual; propiciar a produção e distribuição de manuais técnicos de atenção à gestação de alto risco, ao climatério, às urgências e emergências obstétricas e à violência; darão continuidade também ao fortalecimento das parcerias interministeriais relacionadas às questões de gênero, raça e cor.

a.8) Saúde da Criança

Em 2010, as ações relativas à saúde da criança estão relacionadas ao compromisso do Brasil com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno; incentivo e qualificação do acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; atenção à saúde do recém-nascido; e prevenção de violências e promoção da cultura de paz.

Na promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, destaca-se, em 2010, a expansão e consolidação da Rede Amamenta Brasil, com a realização de 58 oficinas estaduais para a formação de 1.407 tutores, incluindo 34 profissionais de países vizinhos (Argen-





tina, Paraguai, Bolívia e Peru), com o envolvimento de 1.072 unidades básicas de saúde e 17.159 profissionais. Merece também destaque a expansão e consolidação da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, com a aquisição de equipamentos para 16 Bancos de Leite e para 11 Postos de Coleta de Leite Humano para os Estados do Nordeste e Amazônia Legal, além da realização de oficinas estaduais sobre processamento e controle de qualidade do leite humano e realização de oficinas para readequação das políticas estaduais.

Na Qualificação da Atenção Obstétrica e Neonatal em maternidades da Região Nordeste e Amazônia Legal, foram realizados encontros de supervisão com os 21 apoiadores das 26 maternidades prioritárias dos 17 Estados; elaboração dos planos de trabalho pelas 26 maternidades; e inclusão das 26 maternidades prioritárias na Rede de Informações em Neonatologia. Houve, ainda, o fortalecimento e ampliação da atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso – Método Canguru (MC), com capacitação de 542 tutores no MC e definição dos centros de referência estaduais para o Método Canguru; qualificação de profissionais para o atendimento ao recém-nascido no parto, com capacitação de 131 parteiras tradicionais em reanimação neonatal nos Estados AP, AM, AC, RR e PA; e qualificação de profissionais para o atendimento ao recém-nascido na comunidade, com capacitação de 22 facilitadores nos 17 Estados do Nordeste e na Amazônia Legal.

As ações previstas para 2011 deverão dar continuidade ao que vem sendo desenvolvido, ressaltando-se: i) expansão e consolidação da Rede Amamenta Brasil, fortalecendo e monitorando a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) e a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano; ii) produção e distribuição das Cadernetas de Saúde da Criança; iii) apoio à Implementação da Linha de Cuidado Integral à Primeira Infância nos seis Municípios-polo da Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis; iv) fortalecimento e ampliação da atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso - Método Canguru; v) capacitação das parteiras tradicionais, no atendimento seguro da mulher e do recém-nascido, e dos profissionais de saúde em Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) Neonatal e Neonatal Comunitário, além da tradução e impressão do Manual Técnico do AIDPI Comunitário; e vi) qualificação de profissionais de saúde na linha de cuidado Atenção Integral à Saúde de Crianças e suas Famílias em Situação de Violência.

a.9) Saúde de Adolescentes e Jovens

A população adolescente e jovem é prioridade na perspectiva de ações intersetoriais e interdisciplinares de saúde. As principais metas relacionam-se à promoção da saúde integral e à melhoria do acesso de pessoas jovens ao sistema de saúde.

Nesse sentido, em 2010 foram instituídas as Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, e foi dada continuidade à produção e distribuição de 5 milhões de Cadernetas de Saúde de Adolescentes em 500 Municípios de todas as Unidades Federadas. Em 2010, o MS e o MEC acordaram a inclusão desse instrumento no *kit* a ser distribuído nas escolas participantes, beneficiando, a partir de 2011, mais de 4,7 milhões de adolescentes de 10 a 16 anos.

A estratégia ainda otimiza o Programa Saúde na Escola e outras ações intra e intersetoriais voltadas às pessoas jovens. Além disso, ampliou-se a adesão, para sete Estados e 20 Municípios, às ações da Política Nacional de Atenção à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei em privação de liberdade.

a.10) Saúde da Pessoa com Deficiência

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, voltada para a inclusão das pessoas com deficiência em toda a rede de serviços do Sistema Único de Saúde, tem como propósitos gerais: i) proteger a saúde da pessoa com deficiência; ii) reabilitar a pessoa





com deficiência na sua capacidade funcional e desempenho humano, contribuindo para a sua inclusão em todas as esferas da vida social; e iii) prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências.

Com relação à reabilitação, o número de unidades de saúde para atenção especializada passou de 1.198, em 2009, para 1.354, em 2010, nas áreas de deficiência física, deficiência auditiva e deficiência intelectual. Outra importante iniciativa no campo da reabilitação foi a expansão do fornecimento de órteses, próteses e de ações de reabilitação no SUS, que contou com o apoio da qualificação de profissionais em técnicas de utilização desses equipamentos e a implantação de oficinas ortopédicas.

A criação de incentivo financeiro para implantação das redes estaduais de serviços de reabilitação para pessoas com deficiência, o fortalecimento da rede estadual de atenção à pessoa com deficiência visual – com a implantação de novos serviços de reabilitação visual –, e o credenciamento de serviços de atenção à pessoa ostonizada também foram destaques em 2010.

Para 2011, serão investidos esforços na expansão de ações de inclusão social de pessoas com deficiência; na realização de capacitação e formação de profissionais ortesistas e protesistas em todo o País; e na organização das redes estaduais de atenção à saúde da pessoa com deficiência física e redes estaduais de atenção à saúde da pessoa com deficiência intelectual no SUS.

a.11) Saúde do Idoso

Em 2010, as principais ações realizadas no sentido de concretizar a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa foram: i) curso de Gestão em Saúde do Idoso e Envelhecimento, na modalidade à distância; ii) elaboração do livro “Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento”; iii) distribuição de dois milhões e quinhentos mil exemplares de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa e 70 mil Cadernos de Atenção Básica em Envelhecimento e Saúde, para os Estados e Municípios; e iv) realização de 28 oficinas de prevenção da osteoporose e quedas em pessoas idosas nos Estados, Distrito Federal e no Município do Rio de Janeiro, objetivando sensibilizar e capacitar os profissionais de saúde da rede SUS na atenção ao evento quedas e alcançar a meta de redução em 2% de internação por fratura de fêmur em pessoas idosas.

Para 2011, os principais desafios são: i) promover as Oficinas de Prevenção da Osteoporose, Quedas e Fraturas em pessoas idosas preferencialmente nos Municípios; ii) publicar material informativo sobre prevenção de quedas e fraturas e de um guia de orientações básicas para melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa; iii) adequar regulamentação referente aos centros de referência em atenção à saúde da pessoa idosa; iv) reestruturar e adaptar unidades básicas de saúde, em cooperação com a atenção básica, em Unidades Amigas do Idoso; e v) capacitar 1.000 profissionais sobre envelhecimento e saúde da pessoa idosa.

a.12) Saúde do Homem

A rede de atenção básica e as equipes de Saúde da Família foram definidas como principal forma de acesso à Política Nacional de Apoio Integral à Saúde do Homem, lançada em 2009. O objetivo maior é a melhoria das condições de saúde da população masculina, baseado no diagnóstico epidemiológico realizado em 2009 que identificou os principais agravos e enfermidades desse público, facilitando e ampliando o acesso às ações e aos serviços de assistência integral à saúde, contribuindo para a redução da morbidade e da mortalidade dos homens.

Até o ano de 2010, as diretrizes da Política foram efetivamente implantadas por parte das secretarias de Saúde de todas as 27 Unidades da Federação e de 80 Municípios, com uma cobertura potencial de 15 milhões de homens, o que representa cerca de 30% da população masculina brasileira entre 20 e 59 anos de idade. A expectativa inicial é de que, no mínimo, 5% dos homens na faixa etária de 20 a 59 anos procurem o serviço de saúde ao menos uma vez por ano. Isso significa que 2,5 milhões de homens





nessa idade devem buscar atendimento médico.

Para o exercício de 2011, prevê-se a expansão para outros Municípios com vistas a um aumento da cobertura; e a realização de estudos essenciais para a área em colaboração com organizações nacionais e internacionais. Salienta-se que a Política Nacional de Apoio Integral à Saúde do Homem é uma das três únicas políticas públicas presentes no mundo.

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade

A regulamentação vigente no âmbito da atenção especializada de média e alta complexidade tem como objetivos: i) estimular a mudança do modelo de atenção, organizando a prestação de serviços em redes, especificando ações, serviços e responsabilidades e qualificando essa atenção; ii) facilitar, qualificar e integrar o atendimento de média e alta complexidade em todo o País; e iii) avançar na definição de diretrizes e protocolos diagnósticos e terapêuticos em todos os níveis da atenção, de forma a estimular e difundir a boa prática e permitir melhores condições para a regulação, o controle e a avaliação dos serviços prestados. Em 2010, a operacionalização dessas diretrizes ocorreu por meio das realizações detalhadas nos subitens que se seguem.

b.1) Saúde Auditiva

Em 2010 foram habilitados três serviços, ampliando a rede de atenção à Saúde auditiva para um total de 145 serviços em todo o Brasil, os quais realizam o atendimento integral: triagem e monitoramento da audição de neonatos, pré-escolares e escolares; diagnóstico de perda auditiva de crianças, de jovens e de adultos – trabalhadores e idosos; tratamento clínico em otorrinolaringologia; e concessão da prótese Aparelho de Amplificação Sonora (AASI).

A perspectiva é de que, em 2011, a rede de atenção a saúde auditiva esteja completamente integrada, com pelo menos um serviço em operação em cada Estado brasileiro. Ao longo do ano será realizado monitoramento e avaliação da implementação das ações de atenção à saúde auditiva, bem como revisão da tabela de procedimentos do SUS, com o objetivo de acompanhar e avaliar os projetos de apoio ao desenvolvimento.

b.2) Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal

Com o objetivo de qualificar os serviços de terapia renal substitutiva, segundo os critérios pactuados e constantes da Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, até o final de 2010 foram habilitados 651 serviços de nefrologia.

Para 2011, as perspectivas são: habilitação de novos serviços de nefrologia; monitoramento de alguns serviços já habilitados; avaliação dos Projetos de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi/SUS) relacionados à terapia renal substitutiva; e elaboração do plano de contingência para atendimento da população na Copa do Mundo FIFA 2014 e nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

b.3) Hospitais de Ensino

Com finalidade de aperfeiçoar a relação entre os hospitais de ensino e o SUS, visando à melhoria de resolubilidade e integralidade dos serviços ofertados à população, em 2010 foram registrados, quanto à certificação, uma totalidade de 235 unidades, sendo 167 certificadas, e destas, 138 contratualizadas.

Para 2011, estão previstas novas certificações e as renovações das certificações já existentes, que terão como eixo norteador, a qualidade atingida pelas unidades de saúde já certificadas.





b.4) Hospitais Filantrópicos

O Ministério da Saúde, ao longo dos últimos anos, tem envidado esforços no sentido de estreitar a parceria com os hospitais filantrópicos visando ao desenvolvimento de políticas específicas para este segmento estratégico. Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), o Brasil conta com 3.594 hospitais filantrópicos, que representam um total de 41% de unidades hospitalares do SUS (8.592), disponibilizando mais de 121 mil leitos para o SUS, ou seja, 32,9% do total de leitos SUS existentes no País (366.877). O Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS foi instituído com o objetivo de buscar alternativas de apoio às instituições filantrópicas e melhorar o acesso à atenção de média e alta complexidade em saúde. As ações do programa adotam o critério de adesão e reúnem grande potencial de qualificação da assistência, da gestão e do processo de descentralização. Em 2011, há a perspectiva de ampliação desse programa, com a criação de área específica para certificação de entidades beneficentes de assistência social, que aponta para a aplicação da ferramenta de contratualização para todos os hospitais filantrópicos.

b.5) Terapia Intensiva

O MS vem priorizando o credenciamento de novos leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) e a reclassificação de leitos antes considerados de menor complexidade. Este processo, promovido com a participação dos gestores estaduais e municipais de saúde, entre 2003 e 2010, credenciou novos leitos de UTI e reclassificou leitos de UTI Tipo I para Tipo II ou III que apresentavam maior exigência técnica.

Em 2010, foram credenciados, até o mês de novembro, 801 novos leitos de UTI destinados ao usuário do SUS, totalizando 6.623 leitos novos e 62 leitos reclassificados.

Atualmente a cobertura nacional de leitos de UTI é de 3,45% do número de leitos hospitalares necessários. O preconizado é de no mínimo 4% do total de leitos de UTI públicos e privados. Para 2011, a perspectiva é ampliar a cobertura em 750 novos leitos de UTI.

b.6) Atenção às Urgências e às Emergências

A Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências concentra esforços na implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

Até dezembro de 2010, o SAMU 192 contava com 157 Centrais de Regulação Médica e disponibilizava o serviço para 2.730 Municípios, cobrindo cerca de 110 milhões de habitantes, 57,5% da população do País.

Além disso, foram habilitadas, em 2010, 468 UPAs em todo território brasileiro, beneficiando 386 Municípios. Em 2011 deverão ser habilitadas mais 125 unidades, 25% do número de Unidades previstas na 2ª fase do PAC.

b.7) Transplantes

No ano de 2010, os investimentos realizados na área de transplantes resultaram no avanço do número de órgãos transplantados de doador falecido, que aumentou 17,7% no primeiro semestre de 2010, em comparação ao mesmo período de 2009. Números parciais referentes a 2010 registraram 21.780 transplantes realizados, o que representa um crescimento de 8,79% em relação ao ano anterior. O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) consignou 414.896 novos doadores inscritos em 2010, perfazendo um total de 1.856.252 doadores, ou seja, 7 vezes mais que em 2003. Além disso, foram criadas 100 vagas de





residência médica em transplantes e a captação de órgãos recebeu reforço em suas estruturas com a criação de 45 organizações de procura de órgãos. Para 2011, pretende-se: realizar a publicação de Manual de Utilização do Protocolo de Morte Encefálica e de Avaliação e Manutenção do Doador; regulamentar o transplante de intestino; reduzir a lista de espera por transplantes de córneas; ampliar a rede de bancos de tecidos; consolidar o Sistema Informatizado de Gerenciamento da Lista Única (SIG), incluindo os dados relativos aos resultados pós-transplantes e relatórios gerenciais em geral; e criar leitos para os transplantes de células-tronco hematopoéticas (medula óssea) em hospitais públicos e filantrópicos.

b.8) Assistência Cardiovascular

No ano de 2010 foram habilitadas oito unidades de assistência cardiovascular de alta complexidade e um centro de referência de assistência cardiovascular de alta complexidade. Na área de assistência cardiovascular a rede passou a contar com um total de 244 estabelecimentos de saúde habilitados, dos quais 203 são unidades de assistência cardiovascular de alta complexidade e 41 são Centros de Referência. Ademais, foi estabelecido incentivo à Cirurgia Cardiovascular Pediátrica, por meio, do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC).

Para 2011 serão valorizadas iniciativas para habilitar 53 novas unidades e centros de referência de cardiologia e para acompanhar e avaliar os Projetos de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi/SUS) relacionados à cardiologia.

b.9) Sangue e Hemoderivados

Em 2010, destacam-se a certificação, pela Norma ISO 9001, de processos Gestão de Convênios, Gerenciamento de Prestação de Contas e Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede; a incorporação de mais dois Estados (Ceará e Pará) entre aqueles que realizam a triagem neonatal para a doença falciforme; a criação de um centro de referência em lesões ósseas e de tecido em doença falciforme para Região Nordeste; e o lançamento de campanha nacional inédita, em comemoração aos 100 anos do primeiro relato científico da doença falciforme.

Registre-se ainda o aumento na aquisição de fatores de coagulação para tratamento de hemofilias; o treinamento em centros para diagnóstico das hemofilias e inibidores, e para diagnóstico da doença de *von Willebrand*; a publicação do Manual de Reabilitação; e a disponibilização em consulta pública do Manual de Laboratórios de Hemostasia.

Os desafios a serem enfrentados em 2011 abrangem: i) concluir o mapeamento de processos e a implantação da qualidade total na área de Sangue e Hemoderivados, com proposta de certificação; ii) criar um portal e cadastrar as hemoglobinopatias; iii) implantar gradativamente os testes NAT na Hemorrede pública nacional; e iv) realizar Cooperação Técnica com o Uruguai.

Em 2010, a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) avançou no desenvolvimento de duas frentes fundamentais para o sucesso de seu empreendimento: o reinício das obras de construção da fábrica de hemoderivados, por meio da construção dos blocos B01 – Câmara Fria para Armazenagem do Plasma e B17 – Geradora de Energia Elétrica; e a assunção da responsabilidade pelo fracionamento do plasma brasileiro no exterior, com vistas a antecipar etapas do processo de transferência de tecnologia, autorizada por meio de portaria do MS.

Em 2011, com a licitação já em andamento, será iniciada a construção dos demais 12 blocos da planta industrial, bem como se pretende aumentar, gradativamente, o volume e a qualidade de plasma brasileiro encaminhado para fracionamento no exterior. O início de funcionamento da fábrica está previsto para o primeiro semestre de 2014.





b.10) Política Nacional de Atenção Oncológica

Foram priorizadas ações que envolvem a promoção da saúde, a prevenção, o diagnóstico precoce, o tratamento do câncer e a reabilitação e cuidados paliativos dos indivíduos. Nesse sentido, a estruturação da Rede de Atenção Oncológica (RAO) é indispensável para esse enfrentamento.

Para reduzir a defasagem na oferta de assistência oncológica no Brasil, a estratégia mais apropriada foi a da implantação dos Centros de Alta Complexidade em Oncologia (CACON). Essa iniciativa, vinculada ao SUS, é portadora de características físicas, tecnológicas operadas por recursos humanos adequados à prestação de assistência especializada de alta complexidade para o diagnóstico definitivo e tratamento de todos os tipos de câncer. Em 2010, mais dois CACONs estão em processo de implantação, totalizando 12 unidades implantadas em diversas Regiões do País. Para 2011, a previsão é de implantar mais 11 unidades, o que representará um total de 23 centros em operação.

Outra linha de atuação em oncologia é a da vigilância na área de transplante de medula óssea. Essa atividade teve destaque, em 2010, com a expansão dos Registros Nacionais de Doadores e Receptores de Medula Óssea e na Rede Nacional de Bancos Públicos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para Transplante de Células-Tronco Hematopoéticas. Até 2011, está previsto o armazenamento de 65 mil bolsas de sangue de cordão umbilical e a expansão do projeto com mais quatro bancos no País.

Com relação ao controle do câncer cérvico-uterino, em 2010 foi intensificado o rastreamento organizado na atenção primária com medidas no âmbito da gestão descentralizada do programa de rastreamento. Além disso, foram feitos investimentos na melhoria da qualidade do exame citopatológico e garantido o tratamento adequado das lesões precursoras. Por haver uma incidência proporcionalmente maior na Região Norte, foram intensificadas as ações de controle do câncer de colo do útero e avaliada as alternativas de ações para o controle da doença na Região.

Para reorganizar o principal centro nacional de referência oncológica, de acordo com a evolução da demanda, em 2010, foi concluída a elaboração do projeto básico de construção da ampliação espacial das instalações existentes do Instituto Nacional do Câncer (INCA), situada na cidade do Rio de Janeiro, com área prevista de 117.000 m², e a distribuição espacial racionalizada em forma de campus voltado para a integração das atividades de assistência, ensino, pesquisa, prevenção e gestão. Para 2011, está prevista a conclusão do projeto executivo do referido campus.

Por apresentar ações em todas as áreas-chave para o controle do tabagismo, tais como economia, agricultura, educação e saúde, o Brasil será o pioneiro na aplicação, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), de metodologia que servirá de modelo a outros países, para diagnóstico da situação e recomendações para o avanço de programa de controle do tabagismo. Em 2010, o Governo divulgou os dados da Pesquisa Especial de Tabagismo em pessoas de 15 ou mais anos de idade, com análise de informações oficiais sobre o uso dos produtos derivados do tabaco, as tentativas de cessação do hábito de fumar, a exposição à fumaça do tabaco, o acesso às campanhas de conscientização sobre os riscos do tabagismo e a percepção das pessoas sobre esses riscos, além dos aspectos relacionados à compra de cigarros industrializados.

c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

No Brasil, com o objetivo de concretizar o desenvolvimento e a disseminação de novos conhecimentos e tecnologias, o poder público federal tem fomentado estudos e redes de pesquisas em áreas prioritárias de interesse da saúde pública. Como resultado desse investimento, em 2010, foi lançado o *kit* nacional para diagnóstico da influenza H1N1, tecnologia desenvolvida no Brasil que se mostrou mais eficiente e 55% mais barata do que os insumos importados até então utilizados. No campo da terapia celular, desde





2008 são investidos recursos para a manutenção de rede atualmente composta por 52 grupos de pesquisa e oito centros de terapia celular. Ainda no campo do fomento, 30 projetos de pesquisas foram financiados pelo Governo Federal, no biênio 2009-2010. Outra iniciativa importante, executada em 2010, foi a parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) destinada a capacitar doutores para atuarem em projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação em áreas prioritárias para a saúde pública.

Visando à redução dos custos e a melhoria da assistência à saúde na rede de atenção, foram implantados, em 2010, 24 Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde em hospitais de ensino; expandida a Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde, atualmente com 44 membros; e lançado o Edital de Projetos de Avaliação Econômica em Saúde junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Em 2011, dar-se-á continuidade às atividades de fomento à pesquisa em saúde, à disseminação de evidências científicas – subsídios para os gestores e dirigentes da área de saúde nos processos de tomada de decisão –, e ao fortalecimento da avaliação de tecnologias em saúde no SUS. Vale ainda ressaltar a organização da 8ª reunião anual do HTAi (*Health Technology Assessment Internacional*), a ser realizada no Rio de Janeiro. Está prevista também a intensificação da cooperação técnica internacional no campo da biotecnologia com Cuba e com a Argentina, e a consolidação e disponibilização a outros países da América Latina da Plataforma do Registro Brasileiro de Ensaio Clínico (Rebec), lançada em dezembro de 2010. Trata-se de uma plataforma virtual, desenvolvida no Brasil, de acesso livre para registro de ensaios clínicos realizados em seres humanos, em andamento ou finalizados, por pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

d) Desenvolvimento e Inovação no Complexo Industrial da Saúde

O Complexo Industrial da Saúde (CIS) é um dos eixos de atuação do programa Mais Saúde. Essa frente tem o intuito de impulsionar a indústria farmacêutica nacional e de equipamentos de saúde para diminuir a dependência do Brasil em relação a esses produtos.

Nesse contexto, em 2010 foram aprovadas 11 parcerias envolvendo laboratórios públicos e privados que contemplam a produção de 11 produtos, acumulando 20 parcerias firmadas, desde 2009, o que resultará na produção de 25 produtos de interesse para a saúde pública.

Em 2010 evidenciou-se, ainda, a continuidade de investimentos nos laboratórios oficiais, institutos e pesquisas tecnológicas, privilegiando projetos de infraestrutura, desenvolvimento e qualificação da produção de fármacos e medicamentos. Consolidou-se ainda a parceria com o BNDES, que movimentou, em 2010, o montante de R\$ 1,6 bilhão e com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com cerca de R\$ 3,4 milhões destinados ao financiamento de projetos voltados ao desenvolvimento de unidades industriais com produção para o setor.

Outro ponto importante para ampliação do acesso aos medicamentos foram as negociações diretas com as empresas para a redução dos preços de produtos qualificados como de alto custo. Em quatro produtos negociados chegou-se a redução de cerca de 50% do praticado e até 75% menor do que o preço da lista da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED).

Quanto à perspectiva projetada para 2011 persiste a preocupação em normatizar o uso do poder de compras do Governo para balizar negociações com o setor privado. Nesse contexto, prevê-se, por meio de proposta de alterações a ser apresentada, na publicação da Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que sejam incluídas, de forma expressa, as prioridades do setor na produção de medicamentos e insumos para a Saúde.





e) Assistência Farmacêutica

A assistência farmacêutica voltada para a atenção básica teve um significativo aumento nos recursos descentralizados com o repasse financeiro do Governo Federal para as demais esferas de gestão, entre 1999 e 2010, passando de R\$ 1,00 para R\$ 5,10 per capita/ano. O valor global repassado destina-se à aquisição local de medicamentos básicos, com finalidade de ampliar o acesso da população.

O componente especializado da assistência farmacêutica objetiva garantir a integralidade dos tratamentos com especificações farmacotécnicas, em nível ambulatorial, para as diferentes fases evolutivas das 79 doenças que compõem a lista com cobertura medicamentosa governamental. Esse componente complementa a possibilidade de uma oferta integral dos medicamentos, tanto em nível assistencial básico quanto nos mais complexos.

Atualmente a compra de medicamentos estratégicos, centralizada em nível Federal, compreende 80 fármacos em 121 apresentações comerciais. Em 2010, destacou-se a inclusão da etravirina 100 mg (inibidor da transcriptase reversa não-nucleósido – ITRNN) no elenco dos medicamentos usados no tratamento dos portadores de HIV/Aids.

A produção pública de fármacos propiciou o fornecimento de 57 milhões de unidades do medicamento Efavirenz 600 mg que compõe o coquetel antiaids utilizado no SUS. A aquisição pública também possibilitou a distribuição de cerca de 14,7 milhões de frascos de insulina no decorrer de 2010. Até o final desse ano, foram produzidos, na esfera pública, para atender a demanda do SUS, mais de 8,5 milhões de unidades de biofármacos, elementos componentes de medicamentos para o tratamento de anemias, hepatites, controle da rejeição de transplantes, cânceres, doenças autoimunes e algumas doenças do metabolismo.

Ainda na esfera produtiva, o poder público possibilitou o fornecimento de mais de sete milhões de conjuntos de reativos para diagnósticos em testes rápidos para HIV, Sífilis e Leishmaniose. Visando à produção de conjuntos diagnósticos detectores de doenças infecciosas foram desenvolvidas pesquisas de interesse setorial para aperfeiçoar o diagnóstico laboratorial do vírus influenza A (H1N1), hoje fornecidos pela OMS. Tal iniciativa visa à substituição por similares nacionais com maior qualidade e sensibilidade.

Para ampliar o acesso de plantas medicinais e fitoterápicos pela população, em 2010 foi instituída a Farmácia Viva no âmbito do SUS. Também foi instituída a Comissão Técnica e Multidisciplinar de Elaboração e Atualização da Relação Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos (COMAFITO). Foram publicados 10 editais, com recursos do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica (PROBIO), cujo objeto é a elaboração de monografias de espécies vegetais da Relação Nacional de Plantas Mediciniais de Interesse ao SUS (Renisus). Foram capacitados 70 gestores municipais e estaduais, para a estruturação de projetos de assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos no SUS e 440 farmacêuticos para a Gestão da Assistência Farmacêutica, também em Fitoterapia e Homeopatia. A perspectiva para 2011 é capacitar 2000 farmacêuticos, 300 médicos e profissionais de equipes de Saúde da Família e NASF das 27 UFs.

A produção pública de vacinas, no mesmo ano, também foi incrementada, atingindo um total de 80 milhões de doses. Desse quantitativo, foram produzidas em 2010, apenas contra a febre amarela, 28 milhões de doses. As vacinas pneumocócicas conjugadas, proteção eficaz contra a pneumonia, meningite por pneumococo, otite média e as formas de bronquite e de sinusites, causadas pela bactéria pneumococo, teve sua produção de mais de 13 milhões de doses disponibilizada para aplicação na rede pública.

Nesse ano foram também ampliadas as ações relacionadas ao Programa Farmácia Popular do Brasil. A rede própria, em parceria com Estados e Municípios, beneficia mais de 950 mil pessoas por mês com suas 546 unidades em funcionamento. Já no sistema de co-pagamento, em parceria com o setor privado, 14.014 farmácias foram cadastradas em todo o Brasil sendo responsáveis por uma





média de 1,1 milhão de atendimentos por mês, totalizando 13 milhões de atendimentos no ano de 2010. No mesmo ano, também foi ampliado o elenco de medicamentos dessa parceria, passando a contar com 24 itens para tratamento de hipertensão, doença de Parkinson, asma, rinite, osteoporose, glaucoma, diabetes e contraceptivos, além da fralda geriátrica.

Para 2011 estão sendo alocados recursos orçamentários suficientes para garantir o acesso da população à lista de medicamentos atual, além da previsão de sua ampliação. No âmbito do acesso popular aos medicamentos básicos, a perspectiva da rede própria para 2011 é de atingir 600 unidades em funcionamento além de ampliar o elenco de medicamentos. Em relação à parceria com estabelecimentos privados, a meta prevista é atingir 20 mil estabelecimentos parceiros.

f) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Em 2010, os registros epidemiológicos mostram tendência de queda em doenças como tuberculose, hanseníase, esquistossomose, Aids, malária e meningite; continuidade da interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo, desde o ano 2000, e da transmissão vetorial da doença de Chagas pelo seu principal hospedeiro; além de tendências de eliminação do tétano neonatal e da raiva humana transmitida por animais domésticos.

O controle da tuberculose é considerado prioridade pelo Governo Federal desde 2003. Os dados mais recentes apontam que houve uma redução no número de casos desta doença passando de 80 mil, em 2003, para 73.405, em 2009. A incidência passou de 44/100.000 habitantes, em 2003, para 38,3/100.000 habitantes, em 2009, refletindo uma redução de 13%. Essa redução é fruto, principalmente, da descentralização das ações de controle de tuberculose para a Atenção Básica e da consequente expansão cobertura da estratégia do tratamento diretamente observado, que consiste no acompanhamento direto do paciente durante os seis meses de tratamento. Em 2010, com a introdução, em todo País, de uma quarta droga no esquema terapêutico para o tratamento da tuberculose e a adoção de uma apresentação farmacêutica em dose fixa combinada (todas as drogas em um único comprimido), espera-se aumentar a adesão e reduzir a taxa de abandono de tratamento de 9% para 5%, alcançando-se o parâmetro recomendado pela OMS.

O coeficiente geral de hanseníase passou de 29,37 para 19,64/100.000 habitantes, entre 2003 e 2009. Na transmissão entre menores de 15 anos de idade, o coeficiente de detecção baixou de 6,22, em 2006, para 5,43/100.000 habitantes, em 2009, contribuindo para a superação da meta prevista para 2011. Como estratégias para obtenção desses resultados destacam-se o aumento da descentralização do diagnóstico, do tratamento e da vigilância de contatos na atenção primária; a prevenção e reabilitação das incapacidades; e a intensificação da mobilização social, tendo como suporte a ampliação das redes de cuidado integral. Essa atuação descentralizada e integrada resultou no aumento de 175% no número de serviços de saúde com pacientes em tratamento da hanseníase de 2000 a 2010, passando de 3.327 para 9.155, sendo que 90% correspondem a serviços de atenção primária, responsáveis por 74% dos pacientes em tratamento de hanseníase no País.

A malária concentra 99,8% de sua transmissão na Região Amazônica. A redução de ocorrências pode estar relacionada aos seguintes fatores: i) aprimoramento da estrutura de atendimento de casos da enfermidade; ii) expansão da rede de diagnóstico para atenção básica; iii) melhor oportunidade de acesso ao tratamento; iv) mudança do tratamento para *P. falciparum*; e v) ao sistemático monitoramento da situação epidemiológica. Em 2010, houve uma redução de 42,17% no número de casos de malária, passando de 549.314, em 2006, para 317.677, em 2010, e a incidência passou de 26,6/1.000 habitantes, em 2006, para 12,6/1.000 habitantes, em 2010, correspondente a uma redução de 52,6 % o que reflete na redução de 59 % nas interações por malária.

A ação governamental na prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis (DST) possibilita a cerca de 200 mil pessoas que vivem com o HIV/Aids o acesso aos medicamentos antirretrovirais distribuídos na rede pública. Dados epidemiológicos





mostram que, na população geral, a maior parte dos casos de Aids está entre os homens e, entre eles, a principal forma de transmissão é a sexual. Já na faixa etária de 13 a 19 anos, a maior parte dos registros da doença está entre as mulheres. A incidência geral de Aids foi de 20,1/100.000 habitantes, em 2009, e a incidência de casos de Aids em menores de 5 anos de idade apresentou redução de 6,2, em 2002, para 3,0 por 100 mil habitantes, em 2009, indicando a redução da transmissão vertical do HIV.

Para prevenir as DST, a atuação governamental incentiva o uso do preservativo, sendo que, em 2010, foram adquiridos 788 milhões de unidades para a distribuição na rede pública e pelas organizações da sociedade civil.

Em 2010 foram imunizados 89 milhões de brasileiros como resposta à Influenza Pandêmica (H1N1). O total de pessoas imunizadas corresponde a mais de 47% da população brasileira. O dado coloca o Brasil na condição de país que mais vacinou mundialmente, em termos percentuais da população total. O êxito na estratégia de vacinação da H1N1 contribuiu para a redução de mais de 95% na ocorrência de casos graves e óbitos pela doença em 2010.

No mesmo ano, duas novas vacinas foram incluídas no calendário básico de vacinação disponível na rede pública de saúde: a pneumocócica 10-valente e anti-meningococo C. Para 2011, a prioridade será realizar a Campanha Nacional de Seguimento em menores de 5 anos com a vacina tríplice viral.

A situação epidemiológica atual da dengue é caracterizada por altas taxas de incidência da doença, pela circulação simultânea de vários sorotipos virais e pela presença do mosquito vetor em mais de 4.000 municípios. O número de casos de dengue registrados no período de janeiro a dezembro de 2010 aumentou 189,8% em relação ao mesmo período de 2009. O aumento foi observado em 22 Estados e no Distrito Federal. Em 2010, foram estimuladas ações emergenciais nos 16 Estados que concentram, no momento, o maior risco de epidemia.

A atuação Federal na promoção da saúde do trabalhador em 2010 foi operacionalizada por meio de 190 centros de referência. Outro importante avanço foi a garantia de financiamento sistemático para as ações de saúde do trabalhador repassado aos Estados e Municípios.

As perspectivas para 2011 no campo da prevenção e controle de doenças e agravos podem ser resumidas de acordo com os indicativos a seguir: i) com relação à tuberculose, fica mantido o compromisso em reduzir a incidência dessa doença e aumentar a proporção de cura de casos novos para 85%; ii) o compromisso para a hanseníase está focado na redução do coeficiente de detecção de casos novos em menores de 15 anos e no aumento da proporção de cura de casos novos de hanseníase para 90%; iii) no combate à malária a meta corresponde à redução da incidência e do Índice Parasitário Anual na Amazônia Legal; iv) as metas de combate à Aids estão relacionadas à redução da incidência em menores de 5 anos e na população geral como também da transmissão vertical do HIV; e v) no âmbito da saúde do trabalhador, as metas visam a ampliar o número de centros de atendimento específico para 200 unidades e aumentar a identificação e a notificação dos agravos à saúde do trabalhador a partir da rede de serviços sentinela com abrangência da rede de serviços.

g) Vigilância Sanitária

Visando à implementação de um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, importantes ações governamentais foram desenvolvidas em 2010. Entre elas, pode-se citar: i) a concessão e renovações de autorização de funcionamento de mais de 43 mil empresas; ii) a inspeção de 251 plantas de indústrias de medicamentos; iii) a certificação de boas práticas de fabricação em 369 empresas e 681 medicamentos; iv) a realização de mais de 70 mil inspeções sanitárias em





portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados; e v) a tramitação de mais de 200 mil pedidos de licenças de importação. É imprescindível destacar também as ações de enfrentamento e controle do H1N1

Até dezembro de 2010 foram concedidos, ainda, 492 registros para a área de medicamentos, sendo: 71 medicamentos novos; 174 medicamentos genéricos; 60 medicamentos fitoterápicos e homeopáticos; e 123 medicamentos similares.

O Brasil tem hoje 3.054 medicamentos genéricos registrados, com um total de 16.930 apresentações comerciais reguladas pelo poder público.

Com relação à propaganda de produtos e serviços do interesse da Saúde Pública, foram emitidos autos de infração por irregularidade sanitária a 1.283 veiculações e a suspensão de 30 e analisados 223 processos com sentenças deferidas.

Para 2011, prevê-se a continuidade das ações em desenvolvimento e a realização de pesquisa de satisfação com a população, visando ao aprimoramento da atuação do Governo na regulação de produtos e serviços de interesse sanitário.

h) Políticas de Qualificação de Pessoal e da Gestão do Trabalho em Saúde

Em 2010, foram apoiados: 23 projetos de qualificação de agentes comunitários de saúde, beneficiando 79.124 profissionais; a formação profissional em diversas áreas da saúde a cerca de 90 mil profissionais; o financiamento de congresso, em âmbito nacional, na área de enfermagem, propiciando atualização técnica a cinco mil profissionais. Também houve transferência de recursos a Estados e Municípios para aplicação em educação profissional desenvolvida em nível local.

Como meio de aumentar a resolubilidade da atenção à saúde prestada à população, foram promovidas, em 2010, a formação e o desenvolvimento permanente das equipes de Saúde da Família, utilizando-se de metodologias presenciais e à distância, permitindo a capacitação de curta duração de 6.658 profissionais das equipes da estratégia Saúde da Família em todo o território nacional; e de 5.700 profissionais com orientações de processos clínicos e laboratoriais.

Por meio de convênios com 11 universidades, foram desenvolvidos cursos de capacitação à distância, específicos para profissionais de saúde, resultando em 27.903 profissionais capacitados.

Com finalidade de fomentar grupos de aprendizagem tutorial no âmbito da estratégia Saúde da Família, por meio de iniciação ao trabalho e de estágios e vivências dirigidos a estudantes da área da saúde, foram fornecidas bolsas de estudos a 104 mil beneficiados.

Com a finalidade de capacitar gestores da área de saúde e gerentes de unidades de atendimento, em 2010, foram desenvolvidos 48 projetos que beneficiaram 35.512 gestores e gerentes.

Para 2011, pretende-se continuar as ações de capacitação e qualificação de profissionais e gestores da área da saúde, tendo como referência as seguintes metas: i) apoio ao programa de formação de profissionais de nível médio para 65.000 trabalhadores das áreas de radiologia, patologia clínica e citotécnica, hemoterapia, manutenção de equipamentos, higiene dental, auxiliar de consultório dentário, prótese dentária, agente comunitário de saúde - formação inicial, vigilância em saúde e enfermagem; ii) apoio a 36 escolas técnicas de saúde em infraestrutura e compra de equipamentos, bem como apoio aos cursos de capacitação técnica; iii) apoio à Universidade Aberta para especialização em processos do Sistema Nacional de Saúde; iv) manutenção e ampliação das ações de formação e graduação *latu sensu* em Saúde da Família; v) continuidade das ações de gestão voltadas à melhoria do trabalho em saúde por meio da desprecarização dos vínculos trabalhistas; e vi) apoio a atividades de regulação do trabalho.





i) Saúde Indígena

As ações públicas preventivas e de controle de doenças e agravos mais recorrentes nos territórios indígenas proporcionaram a elevação dos índices que mensuram a qualidade de vida dessas populações específicas. A atuação governamental em Saúde Indígena teve como orientação a garantia do acesso dessa população aos serviços de saúde, o fortalecimento da atenção básica local e a agilização dos encaminhamentos dos casos de média e alta complexidade.

A busca ativa de sintomáticos respiratórios propiciou investigação e diagnóstico precoce da tuberculose, além de maior oferta e efetividade no tratamento adequado. Os dados mais atualizados indicam que a taxa média anual de cura no período de 2006 a 2008 foi 83%, superior ao observado na população geral (73%), com uma taxa de abandono do tratamento de 4,3%, quase a metade do abandono na população geral. No período de 2000 a 2009 houve um decréscimo acumulado de 60,29% na incidência de tuberculose em todas as formas, com média de 6,7% ao ano, resultado superior ao registrado na população geral correspondente a 2,3% ao ano.

Na Amazônia, no período de 2006 a 2009, os casos de malária por *Plasmodium falciparum* reduziram em 50%. Nos 22 Distritos Sanitários Especiais Indígenas dessa Região, em 2009, quase a metade apresentou redução no registro de novos casos e em dois não houve novos registros após a implantação do teste rápido para diagnóstico, visando ao tratamento precoce. Considerando que as maiores taxas de letalidade por malária são produzidas pelo *Plasmodium falciparum*, em 2009 foram disponibilizados 16.210 tratamentos, contribuindo para reduzir, nos últimos três anos, em 77,8% o número de casos graves.

A ação governamental visou a aumentar a cobertura da vacinação para toda a população indígena. No período de 2006 a 2009, aumentou em 44% a cobertura de indígenas com esquema vacinal completo, atingindo uma cobertura de 77,0% em 2010.

A atuação em Saúde, associada a fatores socioeconômicos e socioambientais, contribuiu para a queda significativa da taxa de mortalidade infantil indígena no período de 2000 a 2009. Esse índice declinou de 74,6 por mil nascidos vivos para 41,9 por mil nascidos vivos, o que correspondeu a uma redução de 43,8%. No entanto, a dinâmica de redução desse índice foi intensificada no decorrer da década. Considerando apenas o período de 2007 a 2009, apresentou redução de 10,6% e no período de 2008 a 2009 essa redução foi de 5,5%.

Em 2010, Secretaria de Saúde Indígena passou a compor a estrutura central do MS, com a responsabilidade por elaborar, propor e implementar as políticas públicas de promoção e proteção da saúde indígena, atribuições até então reservadas à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Em 2011, haverá a estruturação efetiva da Secretaria de Saúde Indígena e o início da operacionalização dos trabalhos garantindo um novo modelo de gestão estruturado para a organização e execução descentralizada de ações específicas de atenção à saúde dos povos indígenas com territorialidade circunscrita pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).

j) Gestão Descentralizada e por Resultados

A agenda estratégica “Mais Saúde – Direito de Todos” (2008-2011) vem alcançando resultados expressivos. Uma das grandes conquistas foi a organização e a integração da rede pública de atendimento em saúde, que uniu, por exemplo, a ESE, o SAMU e as UPAs, que, por sua vez, dialogam com outros programas, como o Farmácia Popular e Saúde na Escola. Entre outros avanços, um maior equilíbrio entre a oferta e demanda de profissionais do SUS e melhor distribuição do quadro pelo território nacional, bem como o acesso à capacitação e à qualificação desses profissionais que atuam em áreas remotas.





Com relação ao fortalecimento da gestão descentralizada do SUS o Governo atuou, em 2010, na promoção, articulação e integração das atividades de cooperação técnica aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, subsidiando processos de elaboração e implantação de normas, instrumentos e métodos voltados para o seu fortalecimento, sob a orientação do marco diretivo dos Pactos pela Vida e de Gestão.

Nesse contexto, o foco das ações de apoio à descentralização é desenvolvido nas seguintes vertentes: i) Apoio à constituição de Colegiados Regionais de Gestão como espaço de planejamento e pactuação regional, tendo sido constituídos, até 2010, 415 desses colegiados; ii) Apoio técnico aos Estados e Municípios que aderiram ao Termo de Compromisso de Gestão com o objetivo de pactuar e formalizar as responsabilidades e atribuições da esfera na condução do processo permanente de aprimoramento e de consolidação do SUS – adesão acumulada de 27 UF (26 Estados e o Distrito Federal) e de 75% dos Municípios com Termos de Compromisso de Gestão pactuado; e iii) Apoio técnico aos Estados e Municípios com metas pactuadas e monitoradas com a finalidade de auxiliar na tomada de decisões, de maneira qualificada e respaldada por informações constantemente atualizadas – 27 UF e 100% dos Municípios com metas pactuadas e monitoradas.

As previsões para 2011 concentram-se na continuidade do processo de pactuação com as esferas estadual e municipal de gestão, com o apoio técnico e financeiro da esfera Federal, com perspectiva de constituição de mais 435 colegiados de gestão e alcançar 100% dos Municípios com Termos de Compromisso de Gestão assinados.

k) Ouvidoria, Participação Popular e Auditoria

Em 2010 foram apoiados um total de 47 entes federados, atingindo 118% da meta prevista para este ano e acumulando 228 entes federados entre 2008 e 2010. Em 2010 foram prestadas 9,9 milhões de informações à população sobre questões relativas ao setor.

A atuação em auditoria do SUS possibilitou o apoio e a implementação de 200 áreas de auditoria em Estados e Municípios estratégicos, sendo encerradas 1.562 auditorias em 2010.

Foram também implantados 192 componentes descentralizados de monitoramento e avaliação da gestão em parceria com Estados e Municípios do SUS atingindo em 100% a meta programada para 2010.

Uma das principais estratégias para a ampliação da participação popular nas deliberações do SUS constitui-se na capacitação contínua de conselheiros e de lideranças sociais na temática da Saúde em todo o Brasil. Em 2010, foram capacitadas, de forma descentralizada, 50.147 pessoas, 107% da meta anual estabelecida.

Foram também realizados 48 eventos populares visando ao fortalecimento da participação e mobilização social em defesa do SUS. Outro foco desta atuação específica foi a introdução de fóruns de discussão para a promoção da equidade em Saúde de populações em condições de vulnerabilidade e iniquidades. Foram implantadas, em 2010, 21 instâncias estaduais de promoção da equidade.

Foram também intensificadas ações de inclusão das populações remanescentes dos quilombolas na atuação do SUS por meio da Estratégia de Saúde da Família, incluindo a Saúde Bucal. Em 2010, foram atendidas 44.693 pessoas por meio da realização de atividades de sensibilização das lideranças para facilitar a indução e o acesso dessas populações.

Na perspectiva de dotar os conselhos de saúde de infraestrutura e apoio logístico, foram adquiridos e distribuídos computadores para 5.591 conselhos municipais de Saúde, 26 conselhos estaduais de Saúde e ao conselho do Distrito Federal e *laptops* a todos os conselheiros nacionais do Conselho Nacional de Saúde.





Outras iniciativas de destaque em 2010 para a promoção da participação social foram a capacitação de 4.712 integrantes dos movimentos sociais sobre os direitos em Saúde inerentes à cidadania; a capacitação de 1.500 gestores e técnicos com foco na promoção de uma maior equidade em Saúde para populações em condições de vulnerabilidade e apoio a 731 Municípios estratégicos para a implantação das políticas de promoção da equidade; e o desenvolvimento de sistema informatizado para a construção do relatório anual de gestão para auxiliar os gestores na elaboração em tempo hábil desse instrumento de gestão de forma a atender aos prazos estabelecidos nas normas que o instituem e regulamentam.

As perspectivas para 2011 estão concentradas na consolidação e ampliação, com apoio de recursos para custeio, equipamentos, capacitação e disponibilização de acesso ao sistema informatizado, respectivamente, do Sistema Nacional de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS, implantando 173 áreas e do Sistema Nacional de Auditoria do SUS com a implantação de 302 novas áreas de auditoria, em Estados e Municípios. Com relação a ouvidoria serão implantadas 173 áreas descentralizadas.

Estão previstas também a aprovação no Conselho Nacional de Saúde e Pactuação na Comissão Intergestores Tripartite das políticas de populações em situação de rua e ciganos.

Conclusão de aquisição e distribuição dos equipamentos de informática e comunicação para todos os Conselhos de Saúde em nível municipal, além da capacitação de 111 mil conselheiros de saúde.

Há também a previsão de aprovação do Projeto de Lei de Responsabilidade Sanitária e o apoio à realização das Conferências Municipais e Estaduais e Distrital e realização da 14ª Conferência Nacional de Saúde.

1) Saúde Suplementar

As iniciativas realizadas em 2010 no campo da Saúde Suplementar buscaram garantir a qualidade e continuidade da atenção à saúde, além de conferir maior poder de escolha aos beneficiários. Dentre as principais iniciativas, destacam-se: i) o programa de acreditação de operadoras, incluindo a qualificação dos prestadores, com o objetivo de promover uma melhoria continuada na qualidade assistencial da Saúde Suplementar; ii) a realização de consulta pública acerca da portabilidade de carências, com a proposta de ampliação e flexibilização das regras existentes; iii) a instituição de grupos de trabalho para o debate acerca da remuneração dos hospitais e sobre honorários médicos; iv) instituição de programa de monitoramento, acompanhamento e avaliação pró-ativa dos contratos firmados entre as operadoras de planos de saúde e a sua rede de prestadores de serviços; v) revisão das diretrizes do Programa Olho Vivo, que realiza fiscalizações preventivas, para abranger um maior número de operadoras, refletir uma representatividade maior das operadoras em número de beneficiários e implementar a regionalização da execução das operações de fiscalização; e vi) publicação da versão eletrônica da Carta de Serviços da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) na rede mundial de computadores, com o objetivo de informar aos cidadãos os serviços prestados por ela, como acessá-los e solicitá-los, quais os padrões de qualidade estabelecidos para esta prestação de serviços, além dos compromissos com o atendimento aos beneficiários e às operadoras de planos de saúde.

A intermediação cada vez mais efetiva nos conflitos entre operadoras e beneficiários, buscando soluções mesmo antes da instauração de um processo administrativo sancionador, por meio do instituto da reparação voluntária e eficaz, foi potencializada pelo projeto piloto de Notificação de Investigação Preliminar e sua posterior consulta pública e normatização, com 90% de resolutividade.

Para 2011, as perspectivas da função regulatória do setor saúde estarão concentradas nas seguintes ações: i) pactuação do modelo de financiamento do setor com alternativas de formas de reajustes para planos individuais novos; ii) possibilidade de formatação





de produtos de planos de saúde com alternativas mistas de mutualismo e capitalização; iii) determinação de prazos máximos para atendimento entre a autorização da operadora para exames e procedimentos e a efetiva realização; iv) definição de critérios para análise de suficiência de rede; v) revisão do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar do Programa de Qualificação de Operadoras, principalmente no que se refere à dimensão satisfação do beneficiário; vi) criação de alternativas de oferta de assistência farmacêutica ambulatorial para beneficiários do setor de saúde suplementar portadores de patologias crônicas de maior prevalência, como forma de reduzir o sub-tratamento; vii) avançar no modelo de mobilidade com portabilidade de carências; e viii) criar mecanismos de incentivo à comercialização de planos individuais.

Outro campo de atuação a ser explorado pela regulação em saúde refere-se à assistência ao idoso por meio da criação de produtos específicos para a terceira idade; criação de indicadores sobre atenção ao idoso, estímulo às operadoras a criarem incentivos aos beneficiários da terceira idade que participarem de programas de acompanhamento de sua saúde; e o incentivo a comercialização de planos de saúde para a terceira idade.

A intensificação da integração entre a saúde suplementar e o SUS deverá ser desenvolvida com a implantação da identificação unívoca do beneficiário para a saúde suplementar e o desenvolvimento do prontuário eletrônico.

5. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

A maior conquista no campo da Igualdade Racial foi a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, fruto de projeto que tramitou por mais de dez anos no Congresso Nacional. O Estatuto disciplina políticas afirmativas nas áreas do trabalho, da educação, da saúde, da cultura, da religiosidade, do acesso à terra, da moradia, do esporte e lazer, do empreendedorismo e da participação de negros e negras nos meios de comunicação.

O Estatuto prevê, ainda, a implantação de Ouvidorias Permanentes e do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), de forma a descentralizar e transversalizar as políticas de promoção da igualdade racial.

Outro avanço foi a consolidação do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir), que agrega as 27 unidades da Federação e possibilita a criação de ferramentas para a intensificação da política de promoção da igualdade racial em todo o território nacional. Até o final de 2010, 626 Municípios aderiram ao Fipir, dos quais 176 constituíram órgãos ou unidades voltadas à política de igualdade racial. Cabe especial destaque para as seguintes ações:

- 42 universidades públicas com ações afirmativas para população negra e 83 instituições federais de ensino que adotam algum sistema de cotas em todos os Estados;
- o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Ações Afirmativas (Pibic), que passou de 600 bolsas de estudo regulares, em 2009, para 800, em 2010;
- a formação de professores em diversidade de gênero e raça, por meio da Rede Universidade Aberta do Brasil que, em 2008, ofereceu 6.000 vagas, em 2009, 6.500 e, em 2010, 8.000 vagas;
- a formação de gestores de políticas públicas, com 6.000 vagas oferecidas em 2010 no Curso de Formação em Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça;





- a fase II do projeto A Cor da Cultura, com 2.700 educadores capacitados em 34 Municípios; e
- o fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com a participação de 150 gestores e profissionais de saúde e de igualdade racial em seminários nas Regiões Sul e Sudeste.

Também se destaca: i) o Plano Setorial de Qualificação (Planseq) do Trabalho Doméstico Cidadão, com qualificação de 2.100 trabalhadoras domésticas; ii) a publicação do Livro “Trabalho Doméstico no Brasil – rumo ao reconhecimento institucional”, com 20 mil exemplares; e iii) o Programa de Valorização da Diversidade, em parceria com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), com meta de qualificar mil inscritos na área bancária.

Registram-se, também, as políticas de Ações Afirmativas para a Promoção da Igualdade Racial no âmbito da segurança pública e juventude negra, por meio do Projeto Farol – Oportunidade em Ação, firmando parcerias com Estados e Municípios (CE, ES, MG, PE, RJ, RS e SP), voltado à ressocialização de 4.200 jovens afro-brasileiros em situação de vulnerabilidade social, egressos do sistema prisional ou em cumprimento de medidas socioeducativas; e a realização do Seminário “Segurança Pública e Promoção da Igualdade Racial”, com a criação de Grupo de Trabalho Interministerial com agentes das academias de polícia civil, militar e bombeiros, Governo Federal e sociedade civil. Por fim, a realização da oficina de preparação do Plano de Combate à Mortalidade da Juventude Negra.

No contexto da inserção da questão racial na agenda internacional do Governo brasileiro, destaca-se a realização do II Seminário Ibero-Americano de Jovens Líderes Indígenas e Afrodescendentes, com representantes de 14 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru, Portugal, República Dominicana.

No campo do reconhecimento das lutas históricas contra o racismo, cabe ressaltar, no âmbito das comemorações do Centenário da Revolta da Chibata, o batismo de um navio petroleiro com o nome do líder João Cândido, cuja vida foi marcada pela luta para a superação do racismo e da violência praticada nos navios brasileiros.

Quanto às prioridades para 2011, haverá ênfase: i) na estruturação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) e na implementação das Ouvidorias Permanentes, previstas na Lei nº 12.288, de 2010; ii) na qualificação da nova composição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR); e iii) no estabelecimento de avanços para a garantia da representação da diversidade racial nas esferas pública e privada, fortalecendo as iniciativas destinadas à promoção da igualdade de oportunidades.

Com o intuito de prover quadro próprio para a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), de promover a implementação do Estatuto da Igualdade Racial e o alcance de metas definidas no Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), prevê-se a realização do primeiro concurso para a contratação de 30 analistas técnicos de políticas sociais.

Buscar-se-á a consolidação do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CAM/Planapir), instrumento de interlocução entre as instâncias de Governo e da sociedade civil, com a finalidade de monitorar os resultados da política de promoção da igualdade racial.

No âmbito do Programa Interagencial de Gênero, Raça e Etnia, serão disponibilizados o Guia de Capacitação em Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Coletânea de Normas Legais, com o intuito de oferecer material didático adequado para capacitar gestores de políticas públicas, estaduais e municipais, e a sociedade civil organizada.

Até o ano de 2012 está previsto o início da Fase III do Projeto “A Cor da Cultura”, para formação de 3.000 multiplicadores das redes





de ensino (secretarias municipais, coordenadorias públicas de diversidade étnico-racial) e formação de 15.000 professores.

Com relação ao Projeto Farol – Oportunidade em Ação, pretende-se beneficiar 15.000 jovens negros em situação de vulnerabilidade social.

Será lançado o Selo 2011 Educação para Igualdade Racial, com o objetivo de premiar até 200 instituições de ensino e, no caso dos Clubes Sociais Negros – Projeto Memória, será elaborado dossiê dessas entidades junto ao IPHAN, para fins de seu reconhecimento como cultura imaterial. Também será dada continuidade às ações de qualificação por meio do Planseq Trabalho Doméstico Cidadão e Planseq Afrodescendente.

Na formulação de políticas de ação afirmativa está prevista, para 2011, a elaboração: i) do Plano de Combate à Mortalidade da Juventude Negra; ii) do Plano Operativo para a população beneficiária do Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci); e iii) do Plano Operativo para a população das Penitenciárias de Segurança Máxima.

Adicionalmente, está prevista a elaboração de pesquisas e a definição de ações específicas voltadas à inclusão no mercado de trabalho e ao empreendedorismo; a realização de encontros regionais para subsidiar a formação dos agentes de segurança pública na questão étnico-racial; a publicação do livro “Empoderamento de Mulheres Negras”; a realização de oficinas regionais para 1.000 gestores estaduais, municipais e conselheiros, de modo a fortalecer a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; a realização da III Feira Nacional de Economia Solidária das Comunidades Indígenas; e o lançamento do Selo Indígena de Economia Solidária, em parceria com o MTE e o MJ.

Com relação à população cigana, serão realizadas: i) campanhas pelo registro civil; ii) ações que garantam o acesso e permanência de alunos nas escolas; e iii) ações que promovam o acesso à saúde pública em todo o território nacional. Com o objetivo de garantir o acesso da população negra aos postos qualificados de trabalho gerados em função da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos e Paraulímpicos Rio 2016, serão realizadas coleta e análise de dados sobre a nova classe média e o espaço do negro, com recorte de gênero, no processo em curso de mobilidade econômica e social.

Prevê-se, ainda para 2011, a criação do “Museu Marinheiro João Cândido”, em São João do Meriti (RJ), e do Museu da Escravidão Negra e Indígena, em Brasília (DF). Também será elaborado o Plano Nacional das Comunidades de Terreiro e definidas ações para a regularização jurídico-fundiária dos terreiros inventariados em sete Estados e no Distrito Federal, com foco para preservação cultural dessas comunidades.

No plano internacional, como a ONU definiu 2011 como o Ano Internacional dos Afrodescendentes, a Seppir organizará campanha nacional de valorização da identidade da população negra, contribuindo para a redução do preconceito e a prática de racismo. Além disso, intensificará a execução do Plano de Ação Conjunta para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e Promoção da Igualdade entre Brasil e os Estados Unidos e as relações econômico-culturais com o continente africano.

a.1) Programa Brasil Quilombola

No âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ), a implementação do Programa Luz para Todos beneficiou 20.648 domicílios e os Programas Saúde da Família e Saúde Bucal alcançaram 580 e 483 famílias quilombolas, respectivamente. Registre-se a realização de 140 projetos de saneamento básico, beneficiando 38.625 famílias. Com relação ao Programa Bolsa Família, o número de famílias cadastradas alcançou 39,6 mil, em novembro de 2010, enquanto o número de beneficiárias aumentou de 26,4 mil para 31,6 mil, entre janeiro e novembro de 2010. Já no que se refere ao acesso a terra, 94 comunidades quilombolas foram beneficiadas com a emissão de 72 títulos de propriedade, no período de 2003 a 2010, regularizando 194,8 mil hectares.





Com relação às ações de apoio à produção econômica foi concluído em 2010 o projeto de estruturação da rede de empreendimentos quilombolas, o qual prevê, inicialmente, a articulação entre empreendimentos de 16 Estados, a partir da realização de dez oficinas.

Para defesa de direitos dessas comunidades, ainda em 2010, foram capacitadas 148 pessoas no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado com a Defensoria Pública da União para capacitação de defensores públicos no atendimento às comunidades quilombolas.

Com relação à infraestrutura, destaca-se a conclusão da ponte sobre o Rio Ribeira do Iguape, beneficiando diretamente as comunidades quilombolas de Ivaoporunduva, Galvão e São Pedro, no Município de Eldorado (SP), demanda histórica dessas comunidades.

Em 2011 pretende-se ampliar e consolidar políticas públicas para as comunidades quilombolas, tendo em vista estarem em curso cerca de 900 processos de titulação, assim como realizar a I Feira Nacional Quilombola e os primeiros Jogos Abertos para Comunidades Quilombolas do Brasil. Para a valorização da produção econômica dessas comunidades, será consolidado o Selo Quilombola e promovida a articulação programa de turismo étnico, em parceria com o Ministério do Turismo (MTur), incluindo comunidades quilombolas cujos produtos possuam o Selo.

b) Igualdade de Gênero

O ano de 2010 foi marcado por fatos relevantes no campo das políticas para mulheres. No campo institucional, destaca-se a promulgação da Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010, pela qual a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) passa a ter a mesma estrutura dos demais Ministérios e sua titular, agora denominada Ministra de Estado-Chefe, passou a ter assento no Conselho Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

b.1) Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) completou três anos de vigência, em 2010. Executado por um conjunto de 22 órgãos do Governo Federal o Plano alcançou amplo conjunto de mulheres brasileiras em áreas tão diversas como educação e cultura, trabalho e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, além do enfrentamento da violência, cujas ações compõem o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Em 2011, por ocasião da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o II Plano Nacional será avaliado pela sociedade e revisado segundo as demandas apresentadas pelas mulheres de todo o País.

Em onze Estados os Planos Estaduais de Políticas para Mulheres foram lançados ou encontram-se em processo de construção (MA, MG, MS, RJ, RN, SP, BA, PE, RS, AP e PA), no âmbito do PNPM.

Destaca-se também a instalação de instâncias responsáveis pelas políticas de gênero em órgãos governamentais, a exemplo dos comitês de gênero ou das diretorias de políticas para mulheres existentes em alguns ministérios. Esta ação, aprovada na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, resultou na existência de diferentes estruturas de gênero nos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Agrário, de Minas e Energia, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

b.2) Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Em 2010, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tornou-se uma realidade em praticamente todo o País. Até dezembro de 2010, 26 Estados e 104 Municípios do Rio Grande do Sul já haviam assinado com a SPM o Acordo de Cooperação Federativa, instrumento por meio do qual há a adesão formal do governo estadual ao Pacto.





As ações do Pacto foram estruturadas em quatro grandes áreas: i) consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; ii) promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids; iii) combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e iv) promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

Entre os principais resultados de 2010 destacam-se na primeira área: i) apoio à construção, reforma e reaparelhamento de 99 serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência, em todas as regiões do País, com repasse de R\$ 11,6 milhões para governos estaduais e municipais que aderiram ao Pacto; ii) apoio à capacitação de 3,7 mil profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, com o valor de R\$ 2,2 milhões; e iii) apoio à capacitação de mais de 8,7 mil pessoas nos temas da violência e garantia de direitos por intermédio do repasse de R\$ 1,7 milhão.

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – completou cinco anos de existência em 2010, com mais de 1,5 milhão de atendimentos. Apenas no ano de 2010 foram realizados 734.416 atendimentos. Nesse ano, a Central foi vencedora de dois prêmios nacionais, um na categoria “Serviço de Atendimento ao Público (SAP)”, da Garrido Marketing e Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o *case* “Velocidade e Resultados Surpreendentes na Central que Combate a Violência Contra a Mulher Brasileira”; e outro da Associação Brasileira de Telesserviços (ABT), onde o Ligue 180 foi vencedor na categoria “Serviço de Atendimento Comunitário/Cidadania”.

A Ouvidoria da SPM é outro importante serviço no atendimento às mulheres em situação de violência, que recebeu, em 2010, 5.302 reclamações sobre os serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Em agosto de 2010, em meio às comemorações da Lei Maria da Penha, foi entregue o Prêmio Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha. O Prêmio recebeu 181 inscrições e premiou cinco pessoas físicas ou jurídicas cujos trabalhos ou ações mereceram destaque no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.

Destaque-se, ainda, a assinatura da Portaria SPM/PR nº 85, de 10 de agosto de 2010, que instituiu as Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, que prevê o desenvolvimento de ações conjuntas entre diversos setores envolvidos com a questão de gênero, principalmente nas áreas de saúde, segurança pública, acesso à justiça, educação, assistência social, para a implementação de políticas voltadas à prevenção, enfrentamento, assistência e garantia do direito das mulheres do campo e da floresta.

Em novembro de 2010 foi realizado o II Encontro do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), cujo tema foi “Lei Maria da Penha e o Acesso à Justiça”. O objetivo do evento foi compartilhar experiências e uniformizar procedimentos que fazem parte da Lei, discutir as decisões oriundas dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher sob o prisma do acesso à justiça e, ainda, avaliar as vantagens e desvantagens de ampliação de competência do sistema.

Com relação à promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids, vale destacar o lançamento, em 2010, da Campanha de Carnaval, promovida pela SPM e o MS, voltada para a prevenção à Aids entre meninas de 13 a 19 anos e jovens gays, grupos cuja infecção por HIV vem crescendo intensamente nos últimos anos. Destaque-se também a campanha voltada para assegurar às beneficiárias do Bolsa Família o acesso a informações sobre a prevenção do HIV e de outras DSTs, assim como aos preservativos. A campanha “Camisinha, um direito seu”, lançada em abril de 2010, visa a facilitar o acesso ao preservativo às mulheres de baixa renda, orientá-las sobre como discutir com o parceiro a questão do uso da camisinha e incentivá-las a fazerem o teste de HIV.





No que diz respeito ao combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, os governos do Brasil e da Venezuela assinaram um Memorando de Entendimento, que prevê a criação de dois serviços de acolhimento às mulheres em situação de violência e tráfico, um no Município de Pacaraima (RR) e outro no território venezuelano.

No âmbito do Conselho Nacional de Imigração, foi elaborada a Política de Migração Feminina que contempla assuntos relativos à migração, gênero, trabalho e violência. Desse trabalho resultou uma recomendação específica sobre as mulheres migrantes e a incorporação das especificidades da migração feminina na política migratória nacional.

Reforçando a articulação internacional do Governo brasileiro para o enfrentamento do tráfico de mulheres, a SPM realizou, ao longo de 2010, missões em países europeus conhecidos como destinos das mulheres em situação de tráfico, tais como Espanha, Portugal, Bélgica, Suíça e Holanda. Foi lançada a cartilha “Guia de retorno ao Brasil – Informações Úteis sobre Serviços e Programas de Acolhimento” com informações sobre programas e serviços disponíveis no Brasil dos quais podem se beneficiar brasileiros que retornam do exterior em situação de vulnerabilidade.

No que tange às ações preventivas, vale destacar a realização de uma Campanha Nacional de Prevenção ao Tráfico de Mulheres, lançada no início de 2010, que contou com a distribuição de materiais informativos nos aeroportos e locais como shoppings, rodoviárias, portos, etc e com inserções de peças publicitárias em programas de rádio e em sistemas de mídia eletrônica de ônibus, trens e no metrô de São Paulo.

O Governo deu continuidade, em 2010, ao mutirão de assistência jurídica às mulheres em situação de prisão. Durante esse ano, os Estados do Acre, Mato Grosso do Sul e Tocantins concluíram o processo de revisão penal das mulheres nessa condição.

Com o objetivo de implementar a Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009, que assegura às mães presas o direito de acompanhar o desenvolvimento de seus filhos e de promover condições de permanência e de atendimento adequado aos recém nascidos e às crianças, foi elaborado e aprovado novo projeto arquitetônico para construção de unidades prisionais e de módulos creche e berçário. A partir de 2011, o repasse de recursos para os governos estaduais investirem nesta área será condicionado ao respeito às diretrizes estipuladas para as construções e reformas conforme previsto no projeto arquitetônico.

b.3) Educação e Cultura

Em 2010, mais dez universidades públicas apresentaram suas propostas de oferta do Programa Gênero e Diversidade na Escola, totalizando mais cinco mil novas vagas a serem ofertadas para a formação à distância de profissionais da educação, do sexto ao nono ano do ensino fundamental da rede pública, nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual. Somadas às universidades que já ofertavam o programa e às vagas já existentes, chega-se a um conjunto de 39 instituições e 24,5 mil vagas ofertadas. O programa integra a Universidade Aberta do Brasil, do Ministério da Educação, e representa uma importante ação no enfrentamento à violência contra as mulheres e à cultura de discriminação de gênero.

O curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, criado em parceria entre Unifem, Seppir, MEC, Ipea e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ), tem como objetivo formar profissionais aptos a atuar no processo de formulação e gestão de projetos e ações de forma a assegurar a transversalidade e a intersetorialidade de gênero e raça nas políticas públicas. O curso começou a ser ofertado em 2010, em nível de especialização e aperfeiçoamento, por meio da adesão de 18 universidades públicas federais e estaduais com cerca de 7 mil vagas em todas as Regiões do País entre 2010 e 2011.





Dando continuidade à implementação do Programa Mulher e Ciência, foi lançada em 2010 a 6ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, cujos objetivos são estimular e fortalecer a pesquisa no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos. A 6ª edição recebeu um total de 4.571 inscrições. Com relação ao fomento à pesquisa, o Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA nº 20/2010, no valor de R\$ 7 milhões, recebeu 303 inscrições, das quais foram recomendadas para apoio 208 propostas.

Ainda no campo da educação e do acesso das mulheres às ciências, foi realizado, em fevereiro de 2010, em Brasília, o Encontro Brasil – Reino Unido sobre Mulheres e Ciência, que procurou estimular a discussão e realização de pesquisas no Brasil e em outros países da América Latina sobre a temática gênero e ciência, com o foco em políticas públicas. O Brasil sediou também o VIII Congresso Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Gênero, cujo objetivo é discutir a participação das mulheres no campo científico-tecnológico das universidades e institutos de pesquisa dos países ibero-americanos.

Foi realizado entre os dias 2 e 4 de dezembro de 2010, na cidade do Rio de Janeiro, o VII Seminário Mulher e Mídia, tendo como tema A Mídia e as Mulheres no Poder. O evento foi organizado pela SPM, Instituto Patrícia Galvão e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e objetivou dialogar com profissionais da mídia para melhorar o enfoque do debate que envolve as mulheres e sua imagem e participação na mídia.

b.4) Trabalho

Em 2010, o Programa Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres, cujo objetivo é apoiar as mulheres na criação e desenvolvimento de seus próprios negócios, foi lançado também nos Estados de Goiás e São Paulo, onde cerca de 700 mulheres estão sendo beneficiadas. No Estado de Pernambuco, o programa foi ampliado e passou a apoiar cerca de 1.200 mulheres. Além desses, já foram atendidas pelo programa mais de cinco mil mulheres dos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pará e Distrito Federal.

O Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres apoiou, em 2010, mais de 800 mulheres nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Também em 2010, foi apoiado o Projeto Construindo a Autonomia das Mulheres Camponesas através do Artesanato, da Associação Nacional de Mulheres Camponesas, que prevê a realização de oficinas em 21 Estados para capacitação de um total de 420 mulheres no período 2010 e 2011.

Ao longo de 2010, as 88 organizações dos setores público e privado que participam do Programa Pró-Equidade de Gênero, cujo objetivo é promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas empresas e instituições por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional, dedicaram-se à implementação do plano de ações definido no momento de sua adesão. Desse conjunto, 58 organizações cumpriram todas as etapas do plano de ações e foram contempladas com o Selo Pró-Equidade de Gênero em solenidade que ocorreu no mês de dezembro de 2010.

Em 2010, o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais capacitou cerca de 400 mulheres por meio do Curso de Formação em Políticas Públicas para Mulheres Rurais.

O Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil, voltado à capacitação profissional de mulheres para o desenvolvimento de habilidades, aptidões e saberes teóricos e práticos na área da construção civil, foi realizado, desde 2009, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pará e Rio Grande do Norte. Em 2010, o Programa foi lançado no Estado do Rio Grande do Sul e pretende treinar 800 mulheres. Cerca de 2,5 mil mulheres dos diversos Estados apoiados foram capacitadas até o final de 2010 nos vários ramos da construção civil.





Destaca-se o lançamento, em 2010, da Campanha pela Valorização e Respeito às Trabalhadoras Domésticas, ação conjunta entre a OIT, o Unifem e a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), com apoio da SPM e da Seppir, com o objetivo dar visibilidade aos direitos das trabalhadoras domésticas

Outra importante ação, fruto da parceria entre a SPM, Seppir, MEC e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), foi a assinatura de um protocolo de intenções cujos objetivos são fortalecer os processos de administração e gestão de carreiras da mulher, da mulher negra e da mulher com deficiência no setor bancário. Essa atividade objetiva reverter o baixo número de mulheres negras empregadas neste setor, as desigualdades salariais entre homens e mulheres, e a dificuldade de ascensão de mulheres aos postos de chefia.

b.5) Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão

No âmbito da Campanha Mais Mulheres no Poder, lançada em 2008, foram realizadas as seguintes atividades: i) elaboração e publicação do livro *Mais Mulheres no Poder: contribuição à formação política das mulheres*. Este livro será a base para a formação do curso de extensão *Mulher e Formação Política*, a ser oferecido aos partidos políticos, às lideranças femininas e às interessadas na ocupação de cargos políticos no legislativo e no executivo; ii) atualização do site “Mais Mulheres no Poder: eu assumo este compromisso!”, que de 2009 a 2010 já registrou mais de 37 mil visitas à página, com uma média de 1.692 visitas por mês; iii) atualização e distribuição de 215 mil unidades do documento “Mais Mulheres no Poder: eu assumo este compromisso”, que elenca políticas, a serem incorporadas nos programas de candidatos identificados com o enfrentamento ao racismo e ao sexismo e com os princípios da igualdade e respeito à diversidade.

O Curso *Mulheres e Participação Política (MuPP)* objetiva capacitar mulheres para participação nos partidos políticos, nos processos eleitorais e na vida política brasileira. Disponível pela Internet o curso possui carga horária de 40h.

A fim de estudar o comportamento e as percepções das mulheres em relação à política brasileira foi lançado, em 2010, edital no valor de R\$ 1 milhão para apoio a pesquisa. Vencedor do certame, o Consórcio Bertha Lutz deverá elaborar pesquisa que contemple: comportamento e tendências do eleitorado; candidaturas e candidatos, por intermédio de monitoramento e análise de material de campanha, plataformas eleitorais, programas eleitorais para todas as candidaturas majoritárias; e, monitoramento de mídia, que deverá ter abrangência nacional e cobrir a mídia impressa e televisiva. Os resultados dessa pesquisa devem ser divulgados no início de 2011.

Com o objetivo de apoiar a organização das mulheres no interior dos partidos políticos, a SPM tem apoiado a criação de Fóruns Estaduais de Instâncias de Mulheres em Partidos Políticos, a exemplo do Fórum Nacional, criado em 2007. Ao longo de 2010 foram criados Fóruns Estaduais em onze Estados: BA, DF, ES, MS, MG, PA, PE, RJ, RS, SC e SP. Foram realizados os seminários *A Mulher e a Democracia*, com vistas a fortalecer a candidatura de mulheres e sua atuação nos partidos políticos, bem como potencializar a atuação de mais mulheres em espaços de poder.

b.6) Participação e Controle Social

O Governo apoiou a criação e o fortalecimento de diversos organismos de políticas para as mulheres e conselhos de defesa dos direitos das mulheres das esferas estaduais e municipais, com os objetivos de promover a institucionalidade das políticas para as mulheres no âmbito local. Em 2010, a SPM apoiou a criação ou fortalecimento de 66 conselhos e 65 organismos de políticas para as mulheres do Poder Executivo, com recursos da ordem de R\$ 3,6 milhões.

b.7) Estudos e Pesquisas

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (OBIG), lançado em 2009, tem o objetivo de coletar e divulgar informações acerca





das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres. Ao longo de 2010, o Observatório desenvolveu uma série de iniciativas que o consolidaram como importante ferramenta para subsidiar a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas com perspectiva de gênero. O primeiro ciclo de monitoramento realizado pelo Observatório teve como foco a temática Mulheres, Poder e Decisão, enquanto o segundo ciclo – que se encerra em março de 2011, tem como foco a questão do trabalho.

Por fim, destaque-se que o Observatório, em resposta a edital aberto pelo Fundo para a Promoção da Igualdade de Gênero, do Unifem, em consórcio com sete organizações não governamentais (ONGs) desenvolveu o projeto Mais direitos e mais poder para as mulheres brasileiras para a implementação de diversas atividades que visam à garantia de mais direitos para as brasileiras e ao aumento da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. A proposta foi selecionada, em 2010, entre mais de 700 outras concorrentes inscritas e receberá financiamento de US\$ 3 milhões para a implementação das ações até 2013 nos eixos: fortalecimento institucional das políticas de gênero e raça, mercado de trabalho, e espaços de poder e decisão.

Em continuidade aos estudos e pesquisas iniciadas e fomentadas pelo Comitê de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, no ano de 2010 foi lançada, pelo IBGE, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) com um bloco específico sobre a gestão da política de gênero. A pesquisa permitiu o diagnóstico inédito sobre a existência e a distribuição regional dos serviços que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência e dos organismos executivos de políticas para as mulheres e conselhos, bem como sobre a execução de políticas de promoção da igualdade de gênero nos Municípios.

Ressalte-se que o Brasil foi escolhido, em julho de 2010, para sediar a 35ª Conferência da Associação Internacional sobre Uso do Tempo (Iatur), principal organização internacional de pesquisadores sobre a temática, que acontecerá em 2013, na cidade do Rio de Janeiro.

b.8) Iniciativas no Plano Legislativo

Foi sancionada a Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010, que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam) para unificar as informações produzidas sobre os temas gênero e mulheres facilitando o acesso para os gestores públicos e para a sociedade em geral. A nova Lei torna obrigatória a produção anual, pelo Poder Executivo, de um documento que reúna todos os dados socioeconômicos e informações relativas a políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil.

Outra importante iniciativa aprovada foi a ampliação do direito à licença-maternidade também às bolsistas de pós-graduação. Com a medida as bolsistas passam a ter direito à licença maternidade de até quatro meses com o pagamento de bolsas.

b.9) Articulação Internacional

Em 2010, o Governo foi anfitrião de três importantes encontros internacionais:

- III Fórum de Mulheres Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), realizado nos dias 14 e 15 de abril de 2010, em Brasília, por ocasião da IV Cúpula do IBAS, com o objetivo de analisar os efeitos da violência e da crise econômica nas populações das nações do IBAS, particularmente das mulheres. O Brasil foi o presidente *pro tempore* do IBAS no ano de 2010;
- XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, realizada em julho de 2010, em Brasília, tendo como temas centrais o empoderamento econômico das mulheres, a empregabilidade, a distribuição de renda e o compartilhamento das responsabilidades familiares. Com a realização da XI Conferência, o Brasil assume a presidência *pro tempore* da Mesa Diretiva da Conferência até a realização do próximo encontro, previsto para 2013; e





- XXIV Reunião Especializada da Mulher do Mercosul – realizada em dezembro de 2010, na cidade do Rio de Janeiro. Também na condição de presidente *pro tempore*, o País coordenou todos os trabalhos do evento, que conta com a participação dos países membros do Mercosul (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina) e dos associados (Chile, Colômbia, Bolívia, Venezuela, Equador e Peru). Os principais objetivos da reunião foram: estabelecer os eixos de trabalho para o período 2011/2012 e avaliar os avanços do Projeto Fortalecimento da Institucionalidade e da Perspectiva de Gênero no Mercosul.

Ainda na área internacional, cabe mencionar que, em novembro de 2010, o Brasil foi eleito com mandato de dois anos para a Junta Executiva da ONU-Mulheres, novo organismo das Nações Unidas, criado para consolidar o tratamento do tema da igualdade de. Outra importante conquista foi a aprovação, em julho de 2010, do Plano Estratégico sobre a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres pelos chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

c) Promoção e Proteção dos Povos Indígenas

O ano de 2010 propiciou importantes avanços para a Política Indigenista brasileira, como a reestruturação da Fundação Nacional do Índio (Funai), a realização de concurso público para ingresso de 425 novos servidores, o desenvolvimento de proposta de Sistema de Informações Indigenistas, a ser implementado em 2011, e a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena, no âmbito do Ministério da Saúde.

Resultados expressivos foram alcançados na área dos direitos indígenas, graças à inclusão do segmento no cadastro previdenciário, na qualidade de Segurado Especial; à criação de critérios de compensação ambiental; ao reconhecimento de direitos a indígenas que vivem em áreas urbanas; e à definição de políticas integradas de atenção às mulheres indígenas.

Em relação à Educação Indígena foram implementados 36 Territórios Etnoeducacionais. Trata-se de uma política estratégica para aprofundar e qualificar o tratamento da sociodiversidade indígena nas políticas educacionais e na gestão pública, fundamentadas na territorialidade dos povos indígenas e suas relações interétnicas.

Outro ponto de destaque no campo da educação refere-se ao apoio na formação de 3.858 indígenas, sendo 1.517 nos cursos regulares, 1.189 nas licenciaturas interculturais e 1.152 nos cursos de magistério e outros, atingindo um total de 322 comunidades indígenas beneficiadas. As principais metas previstas para o ano de 2011 estão relacionadas ao apoio técnico e financeiro a 3.644 estudantes indígenas matriculados em cursos (regulares, licenciatura, interculturais, de magistério e outros), dando continuidade às parcerias já firmadas com diversas instituições. Também estão previstos para 2011, a construção de instrumentos de avaliação e monitoramento das ações de educação indígena e o desenvolvimento do banco de dados inerentes a esta ação, bem como a implementação do programa de informação sobre povos e culturas indígenas e a realização de diagnóstico da educação indígena referente aos impactos nas comunidades indígenas dos cursos de formação apoiados pela Funai.

No que se refere à localização e proteção de povos indígenas isolados ou de recente contato, foram realizadas em 2010 diversas ações, destacando-se as atividades de fiscalização das terras indígenas promovidas pelas seis frentes de proteção etnoambiental existente; a localização geográfica e monitoramento de índios isolados e de recente contato; e o apoio à saúde de índios de recente contato. No total, 35 comunidades de índios isolados e de recente contato foram atendidas com as ações de proteção.

Quanto à promoção do etnodesenvolvimento em terras indígenas, foram apoiados 732 projetos no exercício 2010, contemplando: as práticas sustentáveis de produção de alimentos; o apoio à implantação, operação e manutenção de infraestrutura de produção e comercialização de produtos indígenas; e a capacitação de indígenas na elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos produtivos e apoio às atividades de mulheres indígenas.





Com relação à área da cultura, foram implantados 30 Pontos de Cultura Indígena e foi desenvolvido o Projeto Documentação de Línguas Indígenas Ameaçadas de Extinção, em parceria com a Fundação Banco do Brasil e a Unesco.

Houve continuidade no processo de regularização de terras, com participação crescente da população indígena, tendo sido implementadas ações voltadas à gestão territorial e ambiental, com ênfase na proteção, o que inclui fiscalização e vigilância. As ações de extrusão dos invasores, repressão e combate às atividades ilegais, em parceria com a Polícia Federal e IBAMA, ensejaram a realização de 234 atividades em 143 terras indígenas, sendo 148 de fiscalização, 72 de prevenção e 14 de capacitação.

Foram realizados os estudos de fundamentação da posse tradicional indígena e os estudos antropológicos de identificação e delimitação em 40 terras indígenas. Também foram aprovados e publicados os resumos dos relatórios circunstanciados de duas terras indígenas e, por ato do Ministro da Justiça, as Portarias declaratórias de outras dez terras indígenas, declarando a posse tradicional de diversos grupos indígenas, com superfície total aproximada de 332,4 mil hectares. Três terras foram homologadas por decreto presidencial e oito terras indígenas, correspondendo a cerca de seis milhões de hectares, tiveram registro cartorial e no patrimônio da União.

Estima-se para 2011 a realização dos estudos complementares de fundamentação da posse indígena em 25 terras e de estudos antropológicos de identificação e delimitação em outras dez terras indígenas; a demarcação física dos limites de oito terras; a previsão do ato declaratório da posse tradicional de grupos indígenas para oito terras indígenas; a edição de decreto de homologação de nove terras; e o registro cartorial e no patrimônio da união de oito terras indígenas.

6. Direitos Humanos

a) Temas Estruturantes

O grande marco da política de Direitos Humanos, em 2010, foi o início do processo de implementação e monitoramento da terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), com a instalação do comitê de monitoramento e acompanhamento, composto por 21 Ministérios, e elaboração do primeiro Plano Bidual. Lançado em 21 de dezembro de 2009, o PNDH-3 atualiza e amplia as versões anteriores e orienta o Poder Executivo na elaboração de suas políticas públicas, buscando manter a rota ascendente de promoção e defesa dos direitos fundamentais que pautou a atuação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

Os avanços institucionais, em 2010, são a nova estrutura organizacional da SDH/PR, a conquista de sede própria e a assunção de novos temas, como a Política Nacional para a População em Situação de Rua, assim como a integração das ações desenvolvidas no âmbito dos Direitos Humanos e Saúde Mental.

A produção de dados e informações merece destaque. Em 2010, o Censo, realizado pelo IBGE, adicionou duas questões referentes a Direitos Humanos: uma sobre pessoas que vivem relações homoafetivas – pela primeira vez, o País terá um número oficial de casais do mesmo sexo –, e a outra sobre o Registro de Nascimento. Na esfera internacional, houve o lançamento, durante a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul (Raadh), do Fórum Virtual, ambiente de trabalho que garante a perenidade da atuação e a memória das atividades realizadas pelo grupo.

Para 2011, destacam-se: o lançamento do Atlas Direitos Humanos – publicação com visão crítica do estado atual dos direitos humanos no Brasil a partir de análises de indicadores e mapas; a realização da 2ª pesquisa Percepção sobre os Direitos Humanos no Brasil; e a definição de diretrizes para a primeira Pesquisa Censitária sobre População em Situação de Rua. No âmbito da Educação





em Direitos Humanos – que engloba políticas que buscam despertar a consciência e a atitude cidadãs para o reconhecimento dos próprios direitos e a incorporação de valores de solidariedade, tolerância e igualdade na diferença –, destacam-se as seguintes realizações: a 5ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul - realizada em 20 capitais; a 5ª edição do Show, da Feira e da Semana dos Direitos Humanos, em Belo Horizonte (MG) e uma edição extra da Semana em Fortaleza (CE) e a 16ª edição do Prêmio Direitos Humanos. Todos esses eventos têm previsão de continuidade para 2011.

Registre-se o lançamento de três edições da Revista Direitos Humanos, em português e espanhol (5ª, 6ª e 7ª edições), que terá continuidade em 2011 com periodicidade trimestral. Além disso, cabe ressaltar a estruturação de comitês de educação em Direitos Humanos nos Estados e Municípios (22 instalados até 2010, com previsão de mais dez em 2011) e o envolvimento de cerca de 165 mil pessoas em processos de capacitação, entre 2008 e 2010, com destaque para 50 mil lideranças comunitárias beneficiadas pela Rede de Educação Cidadã e Mobilização Social – Talher Nacional.

Incluído pela primeira vez em um programa nacional de direitos humanos, o tema Direito à Memória e à Verdade foi marcado pelo envio ao Legislativo do Projeto de Lei nº 7.376, de 13 de maio de 2010, prevendo a criação da Comissão Nacional da Verdade. Foram realizadas oito expedições à região do Araguaia e outras nove em demais localidades do País a fim de promover buscas de corpos de desaparecidos políticos. Essas expedições continuarão sendo realizadas em 2011.

Registre-se também que, em 2010, foi lançado o livro “Luta, Substantivo Feminino” – com a história de 45 mulheres mortas ou desaparecidas durante a ditadura e inclui depoimentos de outras 27 que sobreviveram, apesar de terem sido presas e torturadas 3/4 e foram inaugurados diversos memoriais denominados Pessoas Imprescindíveis em homenagem a pessoas que perderam suas vidas lutando pela democracia no País. A exposição fotográfica itinerante A ditadura no Brasil 1964-1985 percorreu mais nove cidades e teve público estimado em 100 mil pessoas.

b) Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica

As mobilizações realizadas no âmbito da Agenda Social tiveram importantes resultados em 2010, com foco nas Regiões Nordeste e Amazônia Legal. Foram implantadas 12 Unidades Interligadas que possibilitam aos recém-nascidos saírem já registrados da maternidade, nos Estados de Mato Grosso e Pernambuco. Além disso, foram realizados 373 mutirões apoiados pela SDH/PR e 571 em parceria com o MDA, que resultaram na emissão de mais de 116 mil certidões e outros 560 mil documentos civis básicos. Foi realizada mais uma campanha nacional com a participação do jogador de futebol Ronaldo Nazário de Lima (o Fenômeno) e da cantora Margareth Menezes. Para 2011, estão previstas a instalação de mais 900 Unidades Interligadas e a realização de, aproximadamente, 800 mutirões com apoio da SDH/PR, além de nova campanha publicitária.

O grande destaque cabe à implantação do piloto do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) em 21 cartórios do País. Trata-se de banco de dados nacional de pessoas registradas que interligará a base de todos os cartórios de registro civil à do Governo Federal. A iniciativa, que congrega esforços da SDH/PR, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, MJ, MS, MPS, MDS, MD, MF, MRE, INSS, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen/BR) e Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg/BR), trará unicidade, centralidade, padronização e controle ao sistema brasileiro de registro civil, sendo tal ação prioridade para 2011.

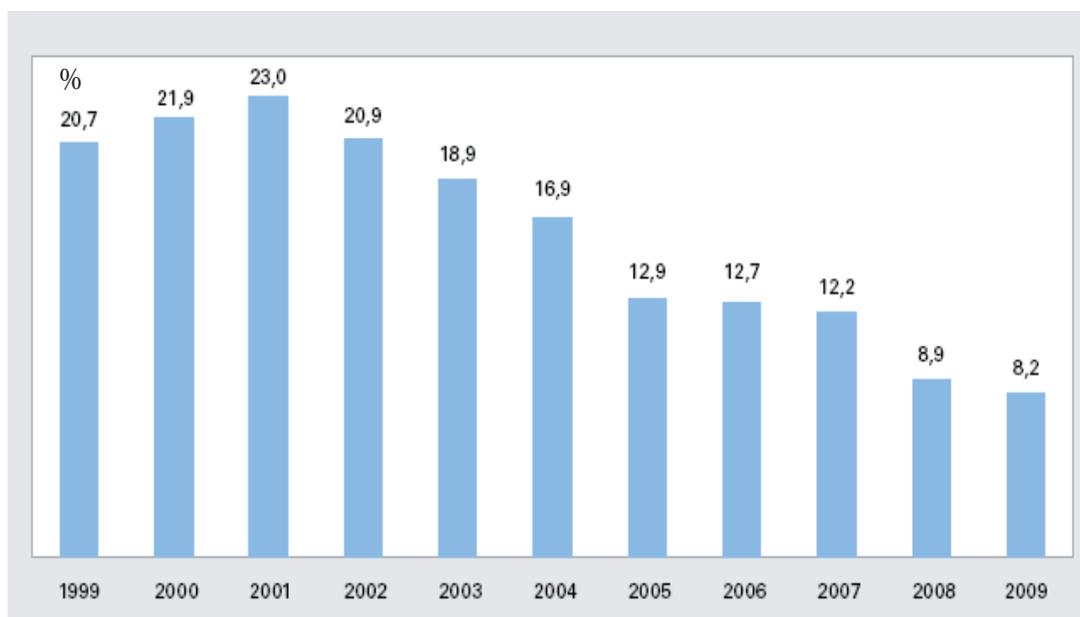
O índice de sub-registro (percentual das crianças nascidas que não foram registradas naquele ano e até os três meses subsequentes) caiu de 8,9%, em 2008 para 8,2% em 2009. Além disso, segundo o IBGE, houve aumento significativo no total de registros extemporâneos, demonstrando a efetividade da estratégia de realização de mutirões, e diminuição do tempo entre o nascimento e o registro, que, em sua maioria, está sendo realizado em até 90 dias após o nascimento. Apesar desses avanços, o índice de sub-





registro de 2009 mostra o grande trabalho que ainda há pela frente. Por esse motivo, as ações da SDH/PR para 2011 estarão voltadas para as ações estruturantes (Unidades Interligadas e SIRC) capazes de assegurar que esse índice não volte a subir.

Estimativas de sub-registro de nascimento - Brasil - 1999-2009



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 1999-2009; e Projeto UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02) - População e Desenvolvimento, Projeções Preliminares.

Cabe ressaltar ainda que o modelo de gestão da Agenda Social Registro Civil de Nascimento, por meio dos Comitês Gestores nacional e estaduais e envolvendo diversos órgãos e instituições estatais e não-estatais, foi uma das dez iniciativas premiadas na 15ª edição do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

c) Inclusão de Pessoas com Deficiência

No âmbito do Compromisso Nacional pela Inclusão das Pessoas com Deficiência a atuação dos diversos parceiros levou a resultados expressivos. 47% das municipalidades aderiram ao programa BPC na Escola, abrangendo 68% dos beneficiários com ações de inclusão escolar e acompanhamento de crianças e jovens com deficiência beneficiários do BPC no ambiente escolar.

Nas ações desenvolvidas pelo MEC, 10.489 escolas foram contempladas com recursos para torná-las acessíveis a estudantes com deficiência e 14.925 com salas de recursos multifuncionais. Participaram do programa de formação continuada para a educação especial 11.370 professores e, em 2010, foram disponibilizadas mais 24 mil vagas, em 12 cursos de aperfeiçoamento.

Quanto à concessão de órteses e próteses, foi cumprida, pelo Ministério da Saúde, a meta de implantação de dez oficinas entre 2007 e 2011. No quesito empregabilidade das pessoas com deficiência, dados do MTE indicam que 28.752 pessoas foram inseridas, até dezembro de 2010, em empresas privadas, como resultado das ações da fiscalização do trabalho.

Em 2010, foi publicado o livro e lançado o documentário da História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil, produtos inéditos no mundo. Foi realizado estudo sobre tecnologia assistiva no País e lançado o projeto “Cidade Acessível é Direitos Humanos”, com o objetivo de divulgar, incentivar e dar visibilidade às ações de acessibilidade das cidades participantes, para que





essas iniciativas sirvam de referência para disseminação em outros Municípios. Atualmente, participam do projeto as cidades de Campinas (SP), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Joinville (SC), Rio de Janeiro (RJ) e Uberlândia (MG). Em 2011, outras cidades serão convidadas a fazer parte desse projeto, ampliando a acessibilidade da população.

Outro avanço importante em 2010 foi a inclusão institucional da área responsável pelas políticas para pessoas com deficiência nos Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 e no 1º Projeto de Revisão do Comitê Paraolímpico Internacional. Esta inclusão é fundamental para assegurar o direito básico das pessoas com deficiência de participar na vida cultural e esportiva em igualdade de oportunidades com os demais brasileiros. Os trabalhos do Comitê começarão em 2011 e o Projeto de Revisão do Comitê Paraolímpico terá continuidade em 2011, como instância de articulação das garantias de acessibilidade dos Jogos Paraolímpicos Rio 2016. Além disso, destaca-se a assinatura de acordo de cooperação técnica entre a SDH/PR e o Comitê Paraolímpico Brasileiro, com o propósito de envolver os atletas como multiplicadores nas ações de promoção dos direitos da pessoa com deficiência, devendo a capacitação com esse objetivo ser iniciadas em 2011.

Ao longo de 2010, foram capacitados 1.390 conselheiros, sendo 380 no IV Encontro Nacional de Conselhos de Direitos, realizado em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), e 8 mil agentes e técnicos em acessibilidade. Foram apoiados dois conselhos de direitos e implantados dois núcleos do Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência (Sicorde). Seguem como desafio para 2011: i) a elaboração do selo brasileiro de acessibilidade; ii) a formulação de programa de capacitação para técnicos e agentes sociais em acessibilidade; e iii) a elaboração do observatório dos direitos da pessoa com deficiência e acessibilidade. Ainda que a SDH/PR tenha conseguido pautar a discussão sobre o Desenho Universal no Programa Minha Casa, Minha Vida, é em 2011 que, espera-se, seja assegurado institucionalmente esse desenho em todos os projetos do Programa, de forma que a concepção de produtos, ambiente, programas e serviços possam ser usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico.

d) Crianças e Adolescentes

O eixo Crianças e Adolescentes foi marcado pela realização, entre 6 e 8 de dezembro, da Feira Observatório de Boas Práticas e Projetos Inovadores em Direitos da Criança e do Adolescente, para disseminação das experiências de implementação da Agenda Social, com participação de 500 gestores, adolescentes, especialistas e ativistas, incluindo representantes governamentais de sete países da América Latina. Entre as 15 publicações lançadas nesse evento, destaca-se o livro “Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente”. Foram entregues cerca de 2 mil computadores e 159 veículos a Conselhos Tutelares e à rede de atendimento socioeducativo.

No projeto Bem-me-quer, foi realizada a I Pesquisa Censitária sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, em todos os Municípios com mais de 300 mil habitantes. Foi implantado o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, por meio do portal da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública (Rede Infoseg) em parceria com MJ, com base de dados sobre desaparecimento de crianças e adolescentes. Foram realizados seminários regionais e nacional sobre políticas de atendimento a crianças e adolescentes indígenas, e também o Seminário Internacional sobre Subtração de Crianças e Adolescentes, com participação dos Tribunais de Justiça das 27 Unidades da Federação e embaixadas de 28 países. Como avanço legislativo, ressalte-se a aprovação da Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que trata da alienação parental.

Em 2010, iniciou-se a implantação nas capitais brasileiras de versão *web* do módulo vinculado a Conselhos Tutelares do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia), que, em 2011, será expandida para os demais Municípios. Registre-se ainda a implantação e manutenção de 19 Escolas de Conselhos destinadas à capacitação de conselheiros dos direitos e tutelares, com universalização prevista em 2011.





No âmbito do combate à letalidade infantoadolescente, merecem destaque a realização da pesquisa Gangues e Gênero e a descentralização do Índice de Homicídio na Adolescência (IHA) aos gestores municipais.

Em 2010 foram firmadas parcerias de responsabilidade social com a adesão de 24 grandes empresas estatais e privadas ao termo de compromisso corporativo para enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes. Em 2011 serão fortalecidas ações de responsabilidade social de empresas a respeito desse tema, com foco nas 12 cidades sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

O Disque Denúncia Nacional (DDN) registrou, em 2010, um total de 149.311 atendimentos, dos quais 28.054 se converteram em denúncias encaminhadas. Foi iniciada a descentralização do software livre do Disque 100 e de sua metodologia, a qual foi disseminada para 15 Municípios de fronteira do Brasil com Argentina, Paraguai e Uruguai. O DDN foi incorporado ao Disque Direitos Humanos em dezembro de 2010. Também está prevista a internalização na estrutura da SDH/PR do monitoramento das denúncias sobre violações dos direitos de crianças e adolescentes na Internet, em parceria com o MJ.

No projeto “Na Medida Certa – reordenamento físico das unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei” – foram financiadas, em 2010, oito novas unidades adequadas aos novos parâmetros do Sinase e quatro reformas ou ampliações. Em 2011, pretende-se financiar a construção de três centros integrados de triagem e atendimento a adolescentes em conflito com a lei (a chamada “Justiça Instantânea”). Em 2010, o MDS ampliou o cofinanciamento de CREAS para a execução de medidas socioeducativas em meio aberto, com adesão aos Municípios com 20 mil habitantes ou mais. Hoje são mais de 900 Municípios cofinanciados. Foi lançada campanha nacional com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – Dê oportunidades: medidas socioeducativas responsabilizam, mudam vidas. Para 2011, espera-se implantar a nova versão *web* e *on-line* de um módulo do Sípia, com base de dados em unidades de internação e serviços municipais de execução de medidas em meio aberto.

No projeto Observatório Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, em 12 Estados foram realizadas parcerias com universidades estaduais para instalação de núcleos do Observatório. Para o ano de 2011 estão previstas ações de expansão para mais seis Estados.

Em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em 2010 foi lançado o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, iniciativa inédita desde a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foram aprovados o Plano Nacional pela Primeira Infância, a revisão do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e a nova resolução sobre o funcionamento dos Conselhos Tutelares. Em 2011 será formulado o Plano de Ação para os primeiros quatro anos do Plano Decenal e instituído o comitê de monitoramento para acompanhá-lo. Serão ainda realizadas avaliações de três planos temáticos em vigência: Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual; e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

O Programa Forças no Esporte é uma atividade realizada pelo Governo, por meio da utilização da infraestrutura das Unidades Militares das Forças Armadas, para ministrar atividades de reforço escolar e prática esportiva a crianças na faixa etária dos 7 aos 17 anos. Cita-se como principais resultados desse Programa o aumento no rendimento escolar e a melhoria da qualidade de vida de seu público-alvo, proporcionada pelas práticas de esporte e cidadania. Existe ainda a possibilidade de que os participantes do programa sejam acolhidos pelas Forças, para prestação do Serviço Militar.

No ano de 2010 participaram desse programa 68 unidades militares, com o atendimento de aproximadamente 10.000 crianças, contribuindo para a redução dos índices de violência familiar; a melhoria da saúde, da higiene, do rendimento escolar, da preservação do meio ambiente da população atendida; e o aumento da participação da comunidade em modalidades esportivas.





e) Grupos e Temas Especiais

As ações voltadas à promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) tiveram como marco a realização do I Seminário de Gestores Públicos LGBT e do Encontro Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores no Combate à Homofobia. Em agosto de 2010 foi concluída a primeira avaliação a respeito da execução das ações previstas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, mostrando como resultados, por exemplo, a instituição do Dia Nacional de Combate a Homofobia (17 de maio), o reconhecimento de casais homoafetivos para efeitos de declaração conjunta do imposto de renda e a autorização a servidores públicos federais transexuais e travestis de usarem o nome social. Ainda em 2010 foram implantados 15 Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia. Também cabe destaque a implantação do módulo LGBT no Disque Direitos Humanos. Para 2011, espera-se implantar mais dez centros e executar diversas ações do Plano Nacional.

A promoção dos direitos da pessoa idosa contou com a realização de quatro videoconferências temáticas, em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), e com a implantação de 18 Centros Integrados de Atenção e Prevenção à Violência contra Pessoas Idosas. 3 Estados e 5 Municípios aderiram ao Projeto Piloto do Plano Técnico de Articulação da Rede de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa (Plantar) e houve a implementação do módulo Idoso no Disque Direitos Humanos. Em 2011, o tema será pautado na Comissão Permanente dos Direitos da Pessoa Idosa.

Momento marcante foi o encontro ocorrido, em agosto de 2010, entre o Presidente da República e pessoas atingidas pela hanseníase, mostrando o compromisso do Estado de reparar aqueles que foram internados compulsoriamente em hospitais-colônia. Desde 2007 foram analisados mais de 11 mil requerimentos de pensão especial, dos quais 5,7 mil foram aprovados. Em 2011, serão concluídos os processos administrativos.

Sob o tema “Saúde mental: Direito e Compromisso de Todos – Consolidar Avanços e Enfrentar Desafios”, a 4ª Conferência Nacional de Saúde Mental consolidou a perspectiva de que saúde é um direito humano e de que a luta pela Reforma Psiquiátrica é parte indissociável da promoção dos Direitos Humanos. Foi implantado o Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos, em parceria com o MS, para encaminhar denúncias e produzir conhecimento sobre o tema, em parceria com instituições de ensino superior brasileiras. Foi estabelecida parceria com a Argentina no campo intersetorial da Saúde Mental e dos Direitos Humanos para a troca de boas práticas de atendimento a vítimas de violência do Estado. Para 2011, este intercâmbio será ampliado para outros países do Mercosul.

f) Garantia, Proteção e Defesa de Direitos

Os Centros de Referência em Direitos Humanos possibilitam acesso à justiça, assessoria jurídica e informações sobre direitos e capacitação de lideranças em Direitos Humanos. Em 2010, os centros existentes beneficiaram cerca de 230 mil pessoas, mas o projeto de integração com os demais centros seguirá como ação a ser realizada em 2011. Os 23 centros especializados no atendimento a vítimas de crimes atenderam, em 2010, 3.850 pessoas, e a previsão é de que essa rede seja ampliada em 2011.

A construção do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas seguirá como objetivo para 2011, por meio do envio ao Congresso de Projeto de Lei que o formaliza. Essa proteção é fundamental não apenas por preservar a integridade física e psicológica dos protegidos, mas também por colaborar para o enfrentamento à impunidade. Em 2010, o Programa de Proteção a Testemunhas, presente em 19 Estados, protegeu 940 pessoas, enquanto o programa federal, voltado à proteção de pessoas residentes nos Estados que ainda não fazem parte do Sistema, protegeu outras 100.

O Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos está presente em sete Estados e protegeu 120 pessoas neste ano. Por fim, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) foi implantado em mais três Estados





(Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná) e incluiu, em 2010, 1.073 pessoas (393 crianças e adolescentes e 680 familiares). Cabe destacar o cumprimento da meta estipulada no âmbito da Agenda Social, de se implementar o PPCAAM em 11 regiões metropolitanas de maior vulnerabilidade para a violência (MG, SP, ES, RJ, PE, PA, DF, BA, AL, RS e PR). Em 2010, também foi implantado o Núcleo Técnico Federal, que atenderá demandas de Estados que não possuem o programa. Para 2011, espera-se incorporar ao Sistema Nacional de Proteção mais três Estados, sendo um deles ao Programa de Proteção a Testemunhas e dois outros ao Programa de Proteção aos Defensores.

A atuação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) permaneceu intensa nos casos de graves violações de direitos humanos, com destaque para o acompanhamento do incidente de deslocamento de competência afeto ao assassinato do defensor de Direitos Humanos Manoel Mattos, em que se verificou a primeira federalização de crimes contra os Direitos Humanos no Brasil após a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004. Foi também aprovado o relatório da Comissão Especial para investigar violações às populações atingidas por barragens e lançado o livro Uma história de resistência e luta pelos Direitos Humanos no Brasil, sobre a trajetória do CDDPH desde a sua criação, em 1964. Para 2011 está prevista a criação de mecanismo que possibilite o monitoramento das recomendações feitas pelo CDDPH.

A Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos passou a contar com significativa ferramenta: o Disque Direitos Humanos, o qual, desde dezembro de 2010, funciona por meio do número 100 e recebe chamadas nos módulos para Pessoas Idosas, População LGBT, População em Situação de Rua, Crianças e Adolescentes e outros assuntos de Direitos Humanos. Em 2011 será implantado o módulo para Pessoas com Deficiência.

Nas ações de Combate à Tortura foi obtida a adesão de 17 Estados ao Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura (Paict). Nesse ano, também foi realizado o I Encontro dos Comitês Estaduais de Combate e Prevenção à Tortura – Região Nordeste e Acre. Em 2011, as ações serão voltadas à institucionalização do Mecanismo Preventivo Nacional de Combate à Tortura e à ampliação da adesão dos Estados ao PAICT.

A Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) realizou Encontro Nacional sobre Trabalho Escravo. Em parceria com a Associação dos Magistrados do Brasil, realizou-se curso para 150 juízes e procuradores federais e do trabalho. Ocorreram também oficinas de capacitação em oito Tribunais Regionais do Trabalho, para um público de cerca de 500 juízes e procuradores. Em 2011 será estimulada a criação de comitês e planos estaduais voltados ao combate ao trabalho escravo e mantidas as atividades de capacitação e sensibilização.

No que se refere ao tema População em Situação de Rua foi instalado o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional e realizado intenso diálogo com os órgãos governamentais e sociedade civil. Destacam-se a criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e a implementação de módulo específico para violações de direitos desse segmento no Disque Direitos Humanos.

g) Atuação Internacional

No cenário internacional, a cooperação Sul-Sul marcou de modo importante a agenda do Governo em 2010. A parceria com o overno da Guiné-Bissau foi consolidada pela execução do projeto de assistência técnica para universalização do registro civil de nascimento no país, resultando em um plano nacional que orientará as ações governamentais na área. Destaca-se também a criação de instrumentos de promoção do registro junto às escolas e comunidades locais por meio do livro Olhares Cruzados pela Identidade. Ainda com o governo de Guiné-Bissau, iniciaram-se negociações para a inserção da temática dos Direitos Humanos na política nacional educacional daquele país. Com Cabo Verde, as tratativas relacionam-se ao apoio para o fortalecimento institucional da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Justiça daquele país. Em 2011, será aprofundada a





agenda de cooperação Sul-Sul pela execução dos projetos firmados e de negociação de novas parcerias. No plano multilateral, deve ser realizada cooperação técnica na área das pessoas com deficiência na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Cumprindo orientação presidencial de priorizar a cooperação com o Haiti foi diagnosticada a necessidade de assistência técnica na área das pessoas com deficiência, o que resultou em cooperação para ações de apoio à instalação de centros de reabilitação e à realização de um censo de prevalência de pessoas com deficiência em nível nacional. Foram realizadas negociações sobre o registro civil de nascimento, com o objetivo de prestar auxílio nessa temática a partir de 2011 ao Haiti.

Em 2010 foi firmado, na América Latina, projeto de cooperação técnica com a Colômbia para o fortalecimento de entidades responsáveis por políticas públicas para a garantia dos Direitos Humanos de LGBT do Brasil e de Bogotá. Com El Salvador, firmou-se projeto de transferência de conhecimento e experiência para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Foi estabelecido diálogo de cooperação com a União Europeia em temas relativos aos direitos humanos e segurança pública. Para 2011, essa parceria deve ser fortalecida e aprofundada. Com Portugal, especificamente, está sendo negociada cooperação a ser implementada em 2011 para a proteção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Ainda no campo das relações internacionais, foram realizadas parcerias e assumidas novas responsabilidades no âmbito dos principais organismos internacionais. Registre-se a realização, sob a coordenação da SDH, da XVIII Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul (III RAADH); a visita da Relatora Especial da ONU sobre formas contemporâneas de escravidão; e a visita ao Brasil do Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

h) Pauta Legislativa

O maior destaque de 2010, na pauta legislativa, cabe à promulgação da Lei nº 12.314 em 10 de agosto, que alterou o status da então Secretaria Especial dos Direitos Humanos, tornando-a Secretaria de Direitos Humanos, órgão essencial da Presidência da República.

Seguem em análise pelo Congresso Nacional os seguintes Projetos de Lei, com expectativa de aprovação em 2011: i) PL nº 7.376/2010, que cria a Comissão Nacional da Verdade, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República; ii) PL nº 4.715/1994, que almeja instituir o Conselho Nacional dos Direitos Humanos; iii) PL nº 4.574/2009, sobre a composição do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH); iv) PL nº 2.980/2004 e apensos, que visa a institucionalizar e estabelecer regras para a proteção aos defensores de Direitos Humanos; v) PL nº 5.022/2009, que assegura validade nacional à Declaração de Nascimento Vivo (DNV); vi) PL nº 7.699/2006, que objetiva instituir o Estatuto da Pessoa com Deficiência; vii) PL nº 5.228/2009 que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição; viii) PL nº 134/2009, que visa a instituir o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo para adolescentes em conflito com a lei; e ix) PL nº 7.672/2010, que altera o ECA para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.

Encontram-se, ainda, em tramitação o PLC nº 86/07, que insere no Código de Processo Penal dispositivo que prioriza a celeridade dos processos que tenham testemunhas e vítimas em programas públicos de proteção; e a PEC 438/2001, que estabelece a pena de perdimento da gleba onde for constatada a exploração de trabalho escravo.

7. Previdência Social

A Previdência Social trabalha para contribuir com a visão de longo prazo de um Brasil democrático e coeso em que todos os





brasileiros e brasileiras tenham plena capacidade de exercer a sua cidadania. Ela é o seguro do trabalhador brasileiro, garantindo a reposição de renda para o seu sustento e de suas famílias nas situações de perda da capacidade para o trabalho, temporária ou permanente, em virtude de idade avançada, invalidez, acidente e outros.

Nesse sentido, a Previdência está focada em três objetivos setoriais: i) implementar uma política previdenciária justa e sustentável; ii) melhorar a qualidade do atendimento; e iii) reconhecer direitos e promover a inclusão no sistema. Além desses, são enfatizados seis objetivos estratégicos: i) dar continuidade ao processo de inclusão previdenciária; ii) prosseguir na melhoria de atendimento aos cidadãos; iii) buscar a sustentabilidade financeira e atuarial; iv) inverter a lógica de indenização para a lógica de prevenção das doenças e acidentes do trabalho com a regulamentação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), que entrou em vigor em 2010; v) avançar no âmbito dos Acordos Internacionais de Previdência, que são fundamentais para garantir a proteção dos trabalhadores brasileiros em tempos de globalização; e vi) aperfeiçoar os mecanismos de combate às fraudes.

Dois grandes projetos estão previstos para 2011: a implementação da Gestão de Informação Corporativa e da Gestão de Processos na Previdência Social. O primeiro tem como objetivo tornar a organização capaz de gerenciar e agilizar a recuperação de informações e conteúdos, bem como otimizar o processo de tomada de decisões e reduzir a possibilidade de fraudes e extravios de documentos. O segundo projeto visa a implementar a Gestão de Processos na Previdência Social como ferramenta de reestruturação, modernização e aprendizado organizacional. A gestão de processos permite identificar claramente os elos de conexão e interdependência entre todos os processos executados na organização, bem como a maximização da integração dos processos de trabalho e identificação das necessidades atuais.

a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

No âmbito do RGPS, os resultados de 2010 apontam para um crescimento da arrecadação líquida previdenciária em patamar superior ao aumento do pagamento com benefícios previdenciários, fato registrado nos anos de 2007 e 2008. A arrecadação líquida previdenciária acumulada de janeiro a dezembro de 2010 cresceu 16,5% em valores nominais, em comparação ao mesmo período de 2009, enquanto o crescimento do pagamento com benefícios previdenciários, também em valores nominais, foi de 13,3%. Em termos reais, ou seja, a preços de dezembro de 2010 corrigidos pelo INPC, a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários tiveram incremento de, respectivamente, 10,7% e 7,8%.

a.1) Inclusão Social

Houve continuidade, em 2010, da expansão da proteção social dos trabalhadores ocupados, como reflexo da combinação de significativa geração de empregos formais e das medidas de inclusão previdenciária.

Em 2010, foram desenvolvidas ações para disseminar informações previdenciárias à sociedade, com o objetivo de incentivar a inscrição no sistema previdenciário e esclarecer sobre os canais e critérios de acesso aos benefícios, com o objetivo de agilizar a prestação dos serviços e proporcionar maior comodidade aos usuários.

Em janeiro de 2010, o Programa de Educação Previdenciária (PEP) completou dez anos de sua criação e, de janeiro a dezembro de 2010, já foram atendidas nas ações do PEP 636.855 pessoas e formadas 13.715 para atuarem como disseminadores externos de informações previdenciárias, ampliando ainda mais o acesso da sociedade à informação previdenciária. Além da informação e conscientização sobre direitos e deveres previdenciários, esse Programa prepara a sociedade para usufruir, com tranquilidade e segurança, tudo o que a previdência pública, enquanto sistema de proteção social, pode oferecer.





a.2) Ampliação da Cobertura Previdenciária

A taxa de cobertura social dos trabalhadores ocupados aumentou, de 2006 para 2009, de 64,0% para 66,9%, segundo dados da PNAD/IBGE 2006 e 2009, exceto área rural da Região Norte, salvo Tocantins. Essa taxa mede a proporção de segurados na faixa etária de 16 a 59 anos em relação ao total de ocupados com a mesma faixa etária. O número de trabalhadores que contribuem para o RGPS chegou a 41,97 milhões. Em 2009 existiam no Brasil 56,58 milhões de pessoas, com idade entre 16 e 59 anos, protegidas pela Previdência Social (RGPS e Regimes Próprios). Este contingente fazia parte de um universo de 84,39 milhões de pessoas que se declararam ocupadas e se encontravam nessa mesma faixa etária.

No campo da ampliação da proteção social foi instituída, em 2010, a figura do micro empreendedor individual, que aumenta as possibilidades de inclusão previdenciária de empreendedores de baixa renda.

a.3) Saúde do Trabalhador

Em 2010 foi realizada a revisão de todo o Plano Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho, além da realização de estudos e pesquisas para a revitalização da reabilitação profissional. Houve ainda melhoria no reconhecimento das doenças do trabalho, por meio do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP), e iniciou-se a aplicação da nova metodologia do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), que flexibilizou as alíquotas do Seguro Acidente do Trabalho, em que empresas que registrarem mais acidentes pagarão uma alíquota maior. Essa medida estimulou uma cultura de prevenção de acidentes por parte do empregador.

O Governo também intensificou a ação integrada de combate aos acidentes no setor da Construção Civil e Transporte Rodoviário de Carga por intermédio dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Trabalho e Emprego.

Em 2011 está previsto, além da continuidade dessas ações, o aumento das atividades de orientação aos segurados e a contratação de consultorias técnicas para subsidiar a elaboração dos projetos do serviço social e para confecção de material educativo destinado aos segurados.

Sob o aspecto da recuperação da capacidade laboral interrompida por doenças, acidentes de trabalho e invalidez provisória, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vem estruturando ações de revitalização da reabilitação profissional de maneira a proporcionar análise das condições atuais e do trabalho de integração entre órgãos de Governo e outras instituições; ampliação do quadro de funcionários; capacitação de servidores para atuar nesta área; e estabelecimento de parcerias com Sistema "S", universidades, escolas, prefeituras, convênios de cooperação técnica com órgãos públicos e entidades de classe e representativas da sociedade.

a.4) Atendimento ao Cidadão

No âmbito da melhoria de atendimento ao cidadão, cabe destacar o reconhecimento automático de direitos, que permite a concessão de benefícios com maior rapidez e com menor burocracia, bem como o processo de expansão e melhoria da rede de atendimento do INSS.

O reconhecimento automático foi o início de um processo de mudanças, com uma nova forma de análise para a concessão de benefícios em até 30 minutos para os trabalhadores urbanos que requerem aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e salário-maternidade. Dessa forma, basta o cidadão conferir as informações constantes do extrato previdenciário apresentado no momento do atendimento e, se tiver o direito, o benefício é concedido em até meia hora.

Além disso, o segurado da Previdência Social possui atualmente a facilidade de agendar o dia e hora do seu atendimento por meio da central telefônica 135 ou pela Internet, sem a necessidade de deslocar-se até uma Agência da Previdência Social (APS), garan-





tindo maior comodidade nesse processo. O tempo médio de espera para o atendimento agendado, nacional, em dezembro de 2007 era de 56 dias; em 2008 passou para 23 dias e, em 2010, chegou a 17 dias.

Em dezembro de 2010 aproximadamente 903 mil agendamentos de serviços foram feitos, o que facilita a identificação prévia do segurado e otimiza o tempo de atendimento. Até dezembro de 2010, a Central 135 realizou cerca de 36 milhões de atendimentos.

A Previdência implantou também o Aviso de Requerimento de Benefícios, uma carta enviada aos segurados urbanos que completam as condições mínimas para requerer a aposentadoria por idade, e lançou a Carta de Serviços ao Cidadão, que informa sobre os benefícios e serviços oferecidos pela instituição, bem como os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Além dessas medidas, um conjunto de ações coordenadas no processo de reconhecimento de direitos previdenciários representou um avanço nos últimos anos. A Previdência, em busca da melhoria contínua da qualidade dos serviços previdenciários, deu continuidade às obras de construção de novas unidades do INSS. O Projeto de Expansão da Rede de Atendimento do INSS (PEX) prevê a criação de 720 novas agências. Com a expansão da rede, a Previdência Social estará presente em todos os Municípios com mais de 20 mil habitantes.

Concomitantemente à iniciativa de ampliação da Rede, tanto as novas agências quanto as antigas estão passando por um processo de padronização estrutural, buscando a adequação das instalações físicas aos novos padrões de atendimento, com a instalação de novos sistemas de climatização, automação, acessibilidade e segurança.

A qualidade do atendimento, que vem sendo amplamente demandada pela sociedade, é meta de trabalho da Previdência Social. Profissionalizar o atendente não só garante segurança na sua decisão, como também agilidade e controle dos prazos estabelecidos para resposta ao segurado, seja atendendo ao deferimento ou indeferimento. As ações abrangem iniciativas de tecnologia da informação; reestruturação de processos; política de desenvolvimento de pessoal; controle interno e mapeamento dos custos operacionais para tornarem os procedimentos das atividades finalísticas e operacionais ágeis, eficientes e confiáveis.

A rede de comunicação foi modernizada para suporte de transmissão de dados, voz e imagens, além da adoção de outras iniciativas de modernização tecnológica. Com esta mudança está sendo viabilizada a operação de 106 salas de videoconferência e a comunicação pela rede interna (Voz sobre IP) em 96 localidades. Houve avanço na modernização do parque de equipamentos, concluindo-se a substituição de 28 mil estações de trabalho e nove mil impressoras.

Para consolidar as mudanças e dar continuidade ao processo de construção de uma instituição de referência no serviço público, o INSS vem recompondo seu quadro de pessoal, que conta com 38.739 servidores ativos.

b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

No âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) várias ações foram implementadas ou fortalecidas em 2010, com destaque para a divulgação das soluções tecnológicas relativas ao cadastro dos servidores públicos e a disseminação da cultura previdenciária entre gestores e servidores públicos.

Foi prestada assistência técnica a diversas localidades participantes do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência. A ênfase na disseminação da cultura previdenciária nos Municípios participantes do referido programa visa também à unificação do cadastro dos servidores públicos até o ano de 2014.





O desenvolvimento do Sistema de Cadastro Nacional de Informações Sociais de Regimes Públicos de Previdência Social (CNIS/RPPS) tem como objetivo primordial disciplinar a aplicação do teto de remunerações, proventos e pensões previsto no art. 37, inciso XI da Constituição. Além do CNIS/RPPS está em desenvolvimento uma aplicação, ligada ao Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social (SIPREV/Gestão de RPPS), que permite a cada ente federativo formar o Cadastro de seus servidores, enviá-los para o CNIS/RPPS e obter relatórios gerenciais decorrentes de cruzamento de dados.

Outra ação importante é a implementação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), que atesta o cumprimento das regras de organização e funcionamento dos regimes próprios em cada ente federativo. Atualmente, o CRP é um dos requisitos retratados em subsistema do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF) onde se demonstra a situação de várias certidões de regularidade emitidas pelos órgãos federais, entre as quais o CRP.

Para alcançar uma efetiva atualização dos cadastros no âmbito dos Regimes Próprios foram recadastrados 358.104 servidores ativos, inativos e de pensionistas, relativos a 54 órgãos de 19 unidades da Federação. Na supervisão dos RPPS foram realizadas cerca de 2.438 auditorias diretas no período de 2003 a 2010.

c) Relações Internacionais da Previdência Social

Os avanços registrados no campo das relações internacionais da Previdência Social foram mantidos e ampliados em 2010, tanto no que diz respeito à negociação de novos acordos internacionais, quanto a iniciativas de cooperação técnica desenvolvidas pelo Ministério da Previdência Social em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Em termos de acordos internacionais no ano de 2010, cabe registro especial a assinatura, em 29 de julho, do Acordo de Previdência Social com o Japão. No decorrer do referido ano foram negociados ainda os textos dos Ajustes Administrativos aos acordos já assinados com Alemanha (2009), Bélgica (2009) e Japão (2010), habilitando, assim, que os instrumentos possam ser operacionalizados tão logo seja obtida sua ratificação pelo Congresso Nacional brasileiro. Outros textos de acordos foram negociados com países considerados relevantes para o Brasil, seja pela dimensão do fluxo migratório ou pela vitalidade das relações econômico-comerciais, como Canadá e Estados Unidos.

Além desses acordos, em 2010 foram iniciadas negociações com França e Moçambique, sendo promissoras as perspectivas de que a assinatura dos acordos de reciprocidade na área de Previdência Social com os dois países possa ocorrer em breve. Foram feitas também revisões nos textos dos Acordos com Cabo Verde, Espanha e Luxemburgo, firmados anteriormente, em razão de alterações desde então havidas na legislação previdenciária brasileira.

No campo da cooperação técnica internacional, o Brasil assinou em 24 de agosto de 2010, com a África do Sul, memorando de entendimento que prevê diálogo estruturado acerca de políticas sociais, sobre temas de interesse comum como, por exemplo, a expansão da cobertura previdenciária e a boa governança das políticas sociais no âmbito previdenciário. Ainda no campo internacional de cooperação, a experiência previdenciária brasileira se destaca, em especial, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no âmbito da qual o Brasil tem trocado suas experiências exitosas com Timor Leste, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau.

A principal finalidade destes encontros foi de promover e estreitar relações entre os respectivos governos, compartilhando e trocando informações e conhecimento em matéria de previdência social por meio de projetos específicos, tais como o Apoio para o desen-





volvimento e implementação do sistema de previdência social no Timor Leste, e o Projeto de Modernização da Previdência Social de Moçambique. Em agosto de 2010 foi realizada na América Latina missão exploratória ao Paraguai, integrada pelo MPS, ABC e OIT, e que culminou na assinatura, em 24 de novembro de 2010, do Projeto Promoção da Cooperação Sul-Sul na área de Segurança Social no Paraguai. Cada um desses projetos tem objetivos específicos que atendem às necessidades de cada um dos países. Ao ministrar capacitações técnicas e prover apoio aos cooperados, o Brasil não só contribui para o esforço de criação, desenvolvimento e modernização de seus sistemas previdenciários, mas também fortalece os laços tradicionais de amizade.

d) Previdência Complementar

Para contribuir com a implementação de uma política justa e sustentável a Previdência Social executou vários projetos e ações que visam a zelar pela solvência e liquidez dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar.

Em 23 de dezembro de 2009, com a edição da Lei nº 12.154, o sistema de Previdência Complementar fechado foi reorganizado de forma a separar as competências relacionadas com o Regime de Previdência Complementar (RPC). As atividades de fiscalização, de formulação e acompanhamento de políticas, de regulação, e de instância recursal passaram a ser desempenhadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), pela Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC), pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pela Câmara de Recurso de Previdência Complementar (CRPC), respectivamente, vinculados à estrutura do MPS.

Este sistema entrou em vigor com a publicação dos Decretos nºs 7.075 e 7.078, ambos de 26 de janeiro de 2010, que definiram as estruturas da Previc e do MPS. O Decreto nº 7.123, de 4 de março de 2010, disciplinou a organização e o funcionamento do CNPC e da CRPC.

Como órgão de assistência na formulação e acompanhamento das políticas e diretrizes para o setor, a SPPC possui agenda de visitas e participações em eventos com vistas a discutir matérias afetas ao segmento com diversos agentes que compõem o RPC.

Estão sendo realizados estudos sobre os impactos econômico-financeiros relativos à criação do fundo de pensão para os servidores públicos federais, objeto do Projeto de Lei nº 1.992, de 2007, com vistas a oferecer subsídios para sua implementação.

Outra atividade que envolveu os esforços foi a instalação dos dois colegiados do Regime de Previdência Complementar (CNPC e CRPC) tendo sido realizadas, a partir de então, 30 reuniões, sendo duas ordinárias e quatro extraordinárias do CNPC e 12 ordinárias e 12 extraordinárias da CRPC.

O CNPC, em suas seis reuniões, tratou da análise do cenário do RPC para definição de prioridades de regulação, de acordo com as visões dos entes representados no Colegiado, as entidades, os patrocinadores e instituidores, os participantes e assistidos e o Governo por meio dos Ministérios da Previdência Social, Fazenda, Planejamento e Casa Civil.

A CRPC analisou e julgou os 179 processos de recursos administrativos contra as decisões do órgão fiscalizador, função desenvolvida pela Previc, relativas às penalidades aplicadas às infrações cometidas no âmbito da legislação de Previdência Complementar fechada.

Cabe destacar também a celebração entre o MPS e a Previc do Acordo de Metas de Gestão e Desempenho, obrigatório para o funcionamento da recém-criada autarquia.

Em 2010, a Previc definiu como principais eixos estratégicos: i) a estruturação administrativa, com destaque para a realização de





concurso público e a operacionalização da arrecadação da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic); ii) autorização e licenciamento, conferindo agilidade no atendimento às demandas; iii) consolidação da supervisão baseada em risco, desenvolvendo melhorias no modelo atual de fiscalização; e iv) educação financeira e previdenciária.

Destaca-se ainda a adoção das práticas mais modernas utilizadas na Administração Pública mediante a: i) instituição do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a ser celebrado em decorrência de atividades de fiscalização e de processo administrativo que tenha dado causa à irregularidade, sempre que, em juízo de conveniência e oportunidade, o órgão fiscalizador entender que o ajustamento de conduta atende aos interesses protegidos por lei; ii) transparência de suas ações, possibilitando à sociedade o direito de manifestação sobre os atos normativos que pretende emitir, mediante a utilização de Consultas e Audiências Públicas, tendo sido realizadas duas em 2010; iii) instituição da súmula vinculante administrativa (Súmula Previc), com a finalidade de uniformizar entendimentos e procedimentos internos e de orientar o sistema de previdência complementar fechada; e iv) instalação da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Previc (CMCA).

Para 2011, seguindo o mapa estratégico da Previdência Social, as ações que serão desenvolvidas terão como foco o fortalecimento da educação previdenciária, o fomento e a elevação da cobertura previdenciária e a sustentabilidade do RPC, do aperfeiçoamento da governança, da gestão estratégica e da comunicação institucional.

As prioridades para 2011 estão refletidas ainda na consolidação da implantação administrativa da Previc, no contexto de gestão de pessoas, infraestrutura física e logística. E ainda, na priorização da manutenção e atualização do cadastro dos fundos de pensão e dos planos de benefícios; no fortalecimento da educação financeira e previdenciária e no desenvolvimento da supervisão baseada em risco; e no estabelecimento dos procedimentos indispensáveis para o bom funcionamento da Previc.

8. Cultura

Reconhecendo a cultura como uma necessidade básica e direito de todos os brasileiros, o macroprograma Mais Cultura incorpora à ação dos poderes públicos o ativo simbólico como um importante valor para o desenvolvimento e como elemento da política estratégica de Estado para reduzir a pobreza e a desigualdade. Sua forma de implementação favorece a cooperação entre os entes federados e a participação social, criando as bases para a construção do Sistema Nacional de Cultura.

Dentro do escopo do Mais Cultura, o Programa Cultura Viva apoia iniciativas organizadas pelas comunidades para o desenvolvimento de ações de produção, formação cultural e geração de renda, com vista à promoção da diversidade cultural brasileira. Destacam-se, entre essas iniciativas, os Pontos de Cultura, que, disseminados por todo o território nacional, viabilizam o acesso a equipamentos e serviços culturais para comunidades anteriormente desassistidas.

São estimuladas, prioritariamente, iniciativas já existentes, por meio de transferência de recursos, atividades de capacitação e da concessão de bolsas e prêmios. Até 2010 foram apoiados 2.985 Pontos de Cultura localizados em todo o Brasil e frequentados por cerca de 8,4 milhões de pessoas. Para 2011, espera-se que o apoio do Governo alcance 3,3 mil Pontos de Cultura.

Além do apoio aos Pontos de Cultura, o Programa aportou recursos em mais de duas mil iniciativas no semiárido nordestino e na Amazônia Legal, por meio dos Editais Microprojetos Mais Cultura, e implantou três mil Cines Mais Cultura em vários Estados, garantindo o acesso de muitas comunidades ao audiovisual. Para os próximos anos, pretende-se garantir que todo Município tenha Cines Mais Cultura e Pontos de Cultura em quantidade e qualidade adequadas ao tamanho de sua população, conectados numa forte rede colaborativa e participativa, além da reestruturação dos Microprojetos Mais Cultura, que deverão financiar 4 mil projetos em cidades social e economicamente vulneráveis.





Merecem destaque também as iniciativas Espaços Mais Cultura e Bibliotecas Mais Cultura, ambas com gestão compartilhada entre poder público e comunidade. Atualmente, 56 Espaços estão em processo de implantação nas áreas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em Municípios com até 500 mil habitantes. Ainda em relação a bibliotecas, 1.610 foram implantadas e 1.454 bibliotecas públicas já existentes foram modernizadas. Complementarmente, 3.932 Agentes Mais Leitura foram capacitados para fomentar o hábito da leitura em comunidades de 305 Municípios. A meta para o período entre 2011 e 2014 é implantar mais 300 Espaços e Bibliotecas Mais Cultura, modernizar mais quatro mil bibliotecas públicas e capacitar mais 12 mil Agentes.

Além das políticas executadas diretamente pelo Governo Federal foram disponibilizados recursos da ordem de R\$ 600 milhões mediante mecanismos de renúncia fiscal. Esses instrumentos funcionam com base em isenção fiscal a empresas, permitindo a aplicação de parte do imposto de renda devido em projetos culturais.

Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 6.722, de 2010, que cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura). O Procultura terá como principal mecanismo de financiamento do setor o novo Fundo Nacional de Cultura (novo FNC), que, seguindo um plano de diretrizes e critérios estabelecidos pela nova Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), alocará os recursos de forma abrangente e criteriosa, com maior controle e transparência. Os projetos avaliados e aprovados pelo Ministério da Cultura (MinC) receberão diretamente os recursos, sem que haja a necessidade da intermediação do patrocinador.

Ainda em 2010, mediante projeto piloto do novo FNC, foram lançados 13 editais de prêmios de fomento e incentivo à cultura, distribuídos nos seguintes fundos setoriais: Música; Circo, Dança e Teatro; Artes Visuais; Acesso e Diversidade Cultural; Ações Transversais e Equalização de Políticas Culturais; Patrimônio e Memória; Livro, Leitura, Literatura e Língua Portuguesa.

Na área do direito autoral foram obtidos, no último ano, avanços significativos, como a instituição do Fórum Nacional de Direito Autoral, instância de participação social para os processos de revisão da atual lei em vigor. Também merece destaque a realização de consulta pública com vistas à elaboração de anteprojeto de lei para reformulação da legislação atual sobre direitos autorais.

Como forma de evitar a descontinuidade das políticas públicas, foi sancionado o Plano Nacional de Cultura (PNC), Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, considerado o primeiro planejamento de longo prazo do Estado para a área cultural. Seu objetivo é construir uma articulação federativa em torno de conceitos e prioridades culturais, constituindo um modelo de compartilhamento de recursos coletivos que serão a base para as diversas políticas culturais nos próximos dez anos. O principal articulador federativo do PNC será o Sistema Nacional de Cultura (PEC 416/2005), cuja missão será formular e implantar políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, promovendo o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos e acesso aos bens e serviços culturais.

No âmbito do Programa Engenho das Artes, no ano de 2010, foram realizadas diversas iniciativas de apoio à produção e difusão de obras e espetáculos artísticos e culturais em diversos segmentos. Nas Artes Cênicas foram apoiados 274 projetos de montagem e circulação de espetáculos, abrangendo todas as regiões do País. O fomento à realização desses espetáculos permitiu a redução do preço dos ingressos e a melhoria da qualidade das produções em cartaz, contribuindo para ampliação de plateias.

Nas Artes Visuais foram concedidos incentivos à execução de 36 projetos, visando a difundir a reflexão e a produção artística no campo da fotografia. O Programa Rede Nacional de Artes Visuais foi implementado com o objetivo de fomentar a reflexão e o debate sobre as artes visuais, além de investir na capacitação de profissionais e na circulação do conhecimento, que resultou na seleção de 40 projetos com abrangência nacional.

Na Música, é importante citar as iniciativas de apoio concedidas em 2010 à criação musical clássica e popular, com a premiação de





24 projetos que resultaram na realização de diversos espetáculos em todo o território nacional. Foram incentivados ainda a produção crítica na área, com a premiação de 10 projetos de pesquisa relacionados à música brasileira erudita e popular, e a difusão da música em escolas da rede pública, com o apoio a 17 projetos de recitais de música de concerto.

As Artes Integradas foram beneficiadas com a intensificação do fomento à produção e à circulação de obras culturais críticas e literárias por meio de concessão de bolsas que contemplaram as áreas de Produção Crítica em Culturas Populares e Tradicionais, Reflexão Crítica e Produção Cultural para Internet, Criação Literária e Circulação Literária, entre outras.

Em relação à difusão e à promoção da cultura afro-brasileira foram desenvolvidas ações envolvendo as comemorações do Aniversário de Criação da Fundação Cultural Palmares e do Dia da Consciência Negra, quando foram concedidas 21 premiações a iniciativas culturais, distribuídas em várias cidades brasileiras.

No campo do simbólico foram incentivadas a elaboração de 30 trabalhos envolvendo os temas: Cultura Afro-Brasileira, Comunidades Tradicionais – Quilombos e Comunidades Religiosas de Matriz Africana, e Cultura Afro-Latina.

Em 2011, pretende-se reestruturar a Fundação Cultural Palmares, envolvendo, entre outros aspectos, a implantação de uma biblioteca digital e a realização de investimentos em estudos e pesquisas relacionados ao seu acervo arquivístico e bibliográfico.

No exercício de 2010, a preservação de acervos culturais de natureza literária foi continuada com a digitalização de cerca de 80 mil itens, contribuindo para a democratização e a universalização do acesso a esse tipo de bem cultural. Ainda nesse ano, importante apoio financeiro foi obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Projeto Bicentenário da Biblioteca Nacional, que, entre outras ações, prevê a restauração da cobertura do Prédio Sede da Biblioteca Nacional e a reforma da Hemeroteca Brasileira.

Todas estas iniciativas terão continuidade em 2011, bem como o desenvolvimento do projeto Biblioteca Acessível, que objetiva facilitar a pesquisa às pessoas com deficiência. Estão ainda previstos para 2011 a concessão de incentivos, sob a forma de bolsas, para tradução de obras brasileiras para outros idiomas, a difusão da cultura brasileira em eventos no exterior e a concessão de incentivos à pesquisa especializada ao acervo documental da Biblioteca Nacional.

Em 2010, diversas ações na área do audiovisual resultaram no apoio direto à produção de 7 filmes de longa-metragem, 20 filmes de curta-metragem e 22 roteiros. Ainda nesse campo de atuação, foi estabelecida parceria com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que viabilizou a produção de 6 documentários de longa-metragem e de 13 filmes de curta-metragem com temática infantil, para exibição na TV Brasil.

Destacam-se também os esforços empreendidos em 2010 no estímulo e fomento ao rádio brasileiro com a realização do concurso Nossa Onda, voltado à produção de 52 obras radiofônicas, entre radiocontos e radiodocumentários, sobre o tema Diversidade Cultural, destinado aos jovens entre 17 e 29 anos, das classes C, D e E. O referido concurso deu prioridade a projetos direcionados a comunidades integrantes dos Territórios da Cidadania ou do Projovem em que haja emissoras públicas de rádio.

Ao longo de 2010, promoveu-se a prospecção regular de eventos internacionais na área do audiovisual, buscando a abertura de mercados para os produtos brasileiros. Cabe também registrar a realização do Programa Internacional de Capacitação em Novos Formatos (PIC Novos Formatos), que permitiu a capacitação de 25 produtoras independentes brasileiras para atuarem nos mercados internacionais.





Em 2011, deverão ser apoiados diversos projetos de audiovisual, oriundos de 10 editais lançados ao final de 2010, que preveem investimentos da ordem de R\$ 30 milhões, visando à inovação audiovisual em áreas variadas, tais como: videodanças, roteiros, conteúdos e formatos para televisão, e curtas-metragens.

Estima-se que em 2010 a fatia de mercado do filme brasileiro terá alcançado cerca de 17%, e o público expectador atingirá marca superior aos 23 milhões, superando com folga as marcas obtidas em 2009. Esses resultados refletem a atuação do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), mecanismo importante da política de desenvolvimento e fortalecimento do setor Audiovisual e de sua cadeia produtiva. Em 2010 o FSA apoiou 45 produções de obras cinematográficas, 23 aquisições de direitos de distribuição de obras cinematográficas, 16 comercializações de obras cinematográficas e 10 produções independentes para televisão, totalizando investimentos de R\$ 81,5 milhões.

Ainda nessa linha, o Prêmio Adicional de Renda e o Programa Agência Nacional do Cinema (Ancine) contemplaram 14 produtoras, 10 distribuidoras e 57 exibidoras, totalizando 81 empresas, ultrapassando em 30% a meta prevista para este ano. O Programa Ancine de Incentivo à Qualidade do Cinema Brasileiro concedeu ainda apoio financeiro a sete empresas produtoras, em razão da premiação ou indicação de longas-metragens brasileiros de produção independente em festivais nacionais e internacionais.

Em 2010 deu-se continuidade ao Programa Cinema Perto de Você, que busca expandir o parque exibidor brasileiro mediante investimento e crédito para abertura de salas de cinema em regiões que não possuem tal equipamento, especialmente cidades médias do interior e periferias das grandes cidades. Está prevista, para os próximos quatro anos, a construção de 600 novas salas de cinema, de modo a suprir todos os Municípios com população de mais de cem mil habitantes.

Para 2011 estão previstos investimentos da ordem de R\$ 127 milhões nas iniciativas do FSA e na continuidade de iniciativas voltadas para a promoção da autossustentabilidade e da melhoria da qualidade da produção da indústria audiovisual nacional; a ampliação dos acordos de cooperação internacional; a continuidade do Programa de Apoio à Participação de Filmes Brasileiros em Festivais Internacionais; e a realização do Fórum Internacional de Regulação do Audiovisual.

A preservação do Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro recebeu, em 2010, forte incentivo do PAC Cidades Históricas, política pública que visa à promoção do desenvolvimento social a partir das potencialidades do seu patrimônio cultural. Os investimentos destinaram-se à execução de obras de recuperação e restauração, abrangendo desde obras emergenciais necessárias à recuperação parcial de patrimônios culturais danificados por agentes naturais até obras de restauração e adequação funcional de edifícios históricos.

Os investimentos aprovados para ações em todos os Estados e em 166 Municípios chegam a R\$ 164 milhões, sendo que foram efetivamente liberados em 2010, R\$ 69,2 milhões para 24 Estados e 76 Municípios. Para 2011, a previsão de investimentos é de R\$ 250 milhões.

As ações de proteção ao Patrimônio Cultural Brasileiro voltadas para o desenvolvimento local deverão ser intensificadas em 2011, com a implantação de 15 novas unidades da Rede Casas do Patrimônio e a realização de atividades de formação profissional de quadros para a gestão de políticas públicas nesse setor, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (Unesco).

No segmento museológico destaca-se, em 2010, a realização do IV Fórum Nacional de Museus, que aprovou o Plano Setorial de Museus, fruto de um processo participativo envolvendo plenárias estaduais e municipais, em consonância com o PNC. Paralelamente, deu-se continuidade a ações de capacitação de profissionais de museus e a adequação da força de trabalho da sede e de museus





vinculados ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que também passaram por modernização e informatização. Prevê-se a continuidade destas iniciativas ao longo de 2011.

Para 2011 pretende-se ainda desenvolver as seguintes iniciativas: i) implantação e consolidação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Estatuto de Museus e do Plano Setorial de Museus; ii) implantação do Sistema Nacional de Inventário de Bens Culturais e de Bens Culturais Desaparecidos; iii) finalização da restauração do Museu de Belas Artes e da construção do anexo do Museu Castro Maya, no Rio de Janeiro; e iv) ampliação do Programa Pontos de Memória e das ações de museologia social.

No que tange à acessibilidade, foi lançado edital de R\$ 1,23 milhão, voltado para a inclusão de pessoas com deficiência visual, que envolve iniciativas como a produção de títulos em formato acessível (Braille, Dayse ou Voz Sintetizada) e capacitação de audiodescritores para peças de teatro, filmes, programas de TV, exposições em museus, dentre outros.

Durante o ano 2010, o MinC exerceu a Presidência do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, cuja 34ª sessão anual foi realizada em Brasília e reuniu delegações de cerca de 120 países. Além disso, o País exerce no biênio 2010-2011 a presidência da Comissão Interamericana de Cultura da Organização dos Estados Americanos (CIC/OEA). Também merece destaque a realização em solo brasileiro do I Encontro dos Povos Guarani da América do Sul e do II Encontro Ibero-Americano de Ministros da Cultura para a Agenda Afrodescendente nas Américas e Caribe.

Já estão previstas as participações do Brasil, como país homenageado, no Festival Internacional de Artes Europolia Brasil 2011 e na Feira do Livro de Frankfurt, em 2013.

9. Esporte

Os programas e ações na área do Esporte têm como foco a inclusão social e a democratização do acesso como mecanismos para efetivar o esporte como direito social, compreendendo o esporte social e o de alto rendimento, que devem ser desenvolvidos de forma simultânea e sistêmica. Com esse objetivo, o Governo tem se empenhado em aumentar a escala de atendimento e em qualificar suas iniciativas na área, por meio da garantia de infraestrutura adequada, financiamento e constante participação e controle social, bem como da produção de conhecimento e condições favoráveis para tornar o esporte um fator de desenvolvimento humano.

a) Programa Segundo Tempo

O Programa Segundo Tempo (PST) é uma das iniciativas já consolidadas no setor. Oferece atividades esportivas no contraturno escolar, qualificando-se e ampliando seu atendimento ao longo dos anos. Em 2010, atuou em mais de 1,4 mil Municípios, distribuídos em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, atendendo aproximadamente 1,5 milhão de crianças, adolescentes e jovens, orientados por 27.544 professores e monitores. Um marco importante para o alcance desse resultado foi a cooperação com o MEC, que possibilitou sua inserção no Programa Mais Educação. As atividades dessa parceria proporcionaram atendimento, em 2010, de 329.659 crianças, adolescentes e jovens, orientados por 2.650 monitores, em aproximadamente 1,2 mil escolas de 87 Municípios.

Além do atendimento padrão feito pelo Programa, 159,9 mil crianças, adolescentes e jovens participaram das atividades do Projeto Recreio nas Férias, em 288 Municípios de 16 Estados em todas as regiões do País. No âmbito do PST também foram desenvolvidas propostas de projetos para públicos diferenciados, voltados aos universitários, à pessoa com deficiência, às questões de gênero e aos Institutos Tecnológicos. Foram 12 os eventos realizados, com 9.827 atendimentos.





A gestão do PST capacitou e qualificou 1.549 gestores, professores e monitores, estimulou a produção do conhecimento no âmbito do Esporte Educacional e realizou ações de cooperação técnica internacional para transferência da tecnologia do Programa em países com os quais o Brasil mantém relações de cooperação, com destaque para a Comunidade Ibero-americana e países da África.

Em 2011, o PST buscará elevar o atendimento médio anual para 2,5 milhões de beneficiados especialmente por meio do Programa Mais Educação; diversificar a atuação do programa, por meio da implantação de projetos especiais; e dar continuidade ao apoio à participação de escolares em jogos e eventos nacionais e internacionais e à realização de eventos e ações nacionais e internacionais de caráter educacional, fortalecendo as parcerias com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) e com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU).

b) Programa Esporte e Lazer da Cidade

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), criado em 2003, desenvolve ações em parceria com os governos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil para o funcionamento de núcleos de esporte e lazer, a realização e difusão de pesquisas e a formação de profissionais. A proposta central é contribuir para que os gestores dos Estados, Municípios e organizações não governamentais se atentem para a necessidade do desenvolvimento de programas locais que garantam o direito ao esporte e ao lazer, fundamentais para o desenvolvimento físico e social da população, diminuindo a vulnerabilidade social, sobretudo dos jovens.

Os núcleos Todas as Idades e Vida Saudável atenderam, em 2010, cerca de 1,5 milhão de cidadãos com atividades de esporte recreativo e de lazer. Nesse processo, foram gerados 2.639 postos de trabalhos e capacitados 7.917 agentes sociais e gestores. Em 2011, pretende-se encaminhar ao Congresso Nacional Projeto de Lei regulamentando o Programa, de forma a consolidar, qualificar e ampliar o alcance de suas ações.

c) Programa Inclusão Social pelo Esporte

O Programa Inclusão Social pelo Esporte busca a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e populações em situação de vulnerabilidade social, bem como procura suprir a demanda por materiais esportivos de programas administrados pelo Ministério do Esporte (ME). O Programa, no ano de 2010, obteve produção de 275 mil itens esportivos diversos, que beneficiaram cerca de 5 milhões de pessoas vinculadas aos programas sociais esportivos e escolas públicas. Para 2011, estima-se a produção de 621 mil itens esportivos, o que possibilitará 12 milhões de atendimentos.

d) Infraestrutura Esportiva

Em relação à infraestrutura esportiva, durante décadas prevaleceu sua concentração em espaços privados, fato que beneficiava a uma parcela restrita da população. Além disso, o investimento em infraestrutura esportiva faz parte de um movimento de fortalecimento do esporte no País, que deverá culminar com a realização de dois grandes eventos esportivos: a Copa do Mundo FIFA 2014 e os e Paraolímpicos Rio 2016. O objetivo é deixar como legado para a população brasileira uma grande oferta de equipamentos públicos de esporte e lazer.

Para reverter esse quadro, o Governo Federal vem realizando investimentos e desenvolvendo estratégias para diminuir o tempo das obras.

Em 2010 foram 193 convênios para a construção de Praças da Juventude nas cinco Regiões do País, tendo sido inauguradas as





duas primeiras Praças da Juventude em Aracaju (SE) e Mogi Guaçu (SP), com mais de 50 mil atendimentos. A Praça da Juventude é um projeto destinado a comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e de lazer que alia saúde, bem estar e qualidade de vida a atividades socioeducativas diversificadas. É uma área de, no mínimo, sete mil m² com um grande ginásio poliesportivo, além de diversas outras instalações esportivas. A previsão para 2011 é inaugurar mais 26 Praças, que se encontram em construção.

O Projeto Desenvolvimento de Processos Gerenciais e Operacionais no Ministério do Esporte para a Implantação dos Espaços Urbanos de Convivência Comunitária (PRODOC), tem como objetivo principal criar condições institucionais e técnicas para organizar e desenvolver processos de gestão, avaliação e comunicação para a concepção e implantação dos Espaços Urbanos de Convivência Comunitária em Estados e Municípios, em parceria com o MJ, por meio do Pronasci. Estes espaços são representados pelas Praças da Juventude e pelos Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer. Além disso, prevê-se a capacitação de pessoas para atuarem como gestores e técnicos, com a finalidade de desenvolver um amplo programa de divulgação e mobilização social para que esses espaços sejam, concretamente, integrados e assumidos pelas próprias comunidades nas quais estão inseridos.

Nos próximos quatro anos (2011-2014), prevê-se a construção de 800 Praças do PAC, tendo como prioridade atender regiões com alto índice populacional e baixa renda, oferecendo à população acesso a atividades e serviços diversificados. A Praça do PAC é um equipamento que deverá integrar atividades e serviços culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, oferecendo cobertura a todas as faixas etárias. O modelo de Praça do PAC mais completo, para terrenos de metragem mínima de sete mil m², contempla a construção de uma edificação multiuso com cineteatro de 120 lugares, telecentro, biblioteca, salas multiuso, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e vestiários, além da construção de quadra de areia, pista de skate, jogos de mesa, espaço criança, quadra coberta poliesportiva, espaço para a terceira idade, anfiteatro, equipamentos de ginástica, *kit* básico esportivo e pista de caminhada. Nos modelos de menor porte apenas parte desses equipamentos estarão disponíveis.

e) Desenvolvimento do Esporte de Alto Rendimento

No que se refere ao desenvolvimento do esporte de alto rendimento, o Governo tem procurado garantir investimentos em infraestrutura; ofertar condições adequadas de participação e desenvolvimento da prática das diversas modalidades esportivas; além de aperfeiçoar a gestão das entidades, a estrutura de clubes, a segurança e o conforto nos espaços de competições esportivas.

O Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão atua no segmento esportivo de alto rendimento, possibilitando ao atleta que se dedica ao esporte competitivo melhores condições para o acesso, desenvolvimento e conquista de resultados, de modo complementar às iniciativas de outras instituições que compõem o Sistema Nacional de Desporto (SND). Essa atuação tem como principal objetivo diminuir as disparidades entre as modalidades esportivas, melhorar o desempenho do atleta brasileiro de rendimento e promover a imagem do País no exterior.

Destaca-se a Bolsa-Atleta, que possibilita a atletas de modalidades desportivas diversas obter apoio financeiro para garantir a manutenção pessoal mínima, ofertando condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e às competições, o que leva a melhora dos resultados e eleva as possibilidades de atletas de esportes com menor visibilidade no País. Em 2010 foram contemplados 2.487 atletas.

Para o ano de 2011, a proposta é conceder três mil bolsas a atletas, já com a atualização dos valores dos benefícios prevista pela Medida Provisória (MP) nº 502, de 20 de setembro de 2010. Essa MP reestrutura a política para o esporte de alto rendimento, atualizando a legislação com a finalidade de melhorar a gestão dos recursos públicos federais investidos, de proporcionar maior trans-





parência e eficácia das ações governamentais e de dar foco na preparação de atletas brasileiros para os e Paraolímpicos Rio 2016.

As novas estruturas administrativas, ações, programas, legislações e normas voltados à preparação do Brasil para os e Paraolímpicos Rio 2016 objetivam levar o Brasil a figurar entre as 10 principais potências esportivas até 2016. Para isso, está prevista atuação no apoio à preparação de equipes e atletas que tenham potencial de conseguir resultados nas principais competições internacionais; a implementação de Núcleos de Esporte de Base; e o atendimento dos atletas de alto rendimento por intermédio do Bolsa-Atleta, com foco nas modalidades definidas como prioritárias para o alcance da meta.

f) Prevenção à Violência nos Estádios

Tiveram também continuidade as ações que visam a implementar uma política nacional de prevenção à violência nos eventos esportivos relacionadas ao futebol, com o objetivo de proporcionar conforto e segurança aos torcedores. Entre as ações destacam-se alteração do Estatuto do Torcedor pela Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010, que dispõe sobre a definição das entidades responsáveis pela prevenção da violência nos esportes; a indicação do conceito de torcida organizada e delimitação de suas obrigações; a tipificação penal específica para eventos esportivos; a redistribuição de obrigações das entidades envolvidas na organização das competições; e a determinação das obrigações do torcedor no recinto esportivo.

g) Preparação para a Copa do Mundo FIFA 2014 e para os e Paraolímpicos Rio 2016

O ME, por meio do Programa Brasil Campeão, coordenará as ações prioritárias para a organização dos e Paraolímpicos Rio 2016 no que tange às responsabilidades e investimentos assumidos pelo Governo Federal, com especial destaque para a Empresa Brasileira de Legado Esportivo – Brasil 2016, para a Autoridade Pública Olímpica (APO), e para a implementação da Autoridade Brasileira de Combate da Dopagem (ABCD). Apoiará também a preparação e a realização dos V Jogos Mundiais Militares no Rio de Janeiro, bem como a participação dos atletas nos Jogos Pan e Parapan Americanos de Guadalajara, México em 2011.

Para a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014 uma das principais ações realizadas no ano de 2010 foi o estabelecimento da Matriz de Responsabilidades, instrumento que define as atribuições da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com vistas à execução de medidas conjuntas e projetos de infraestrutura imprescindíveis para a realização dos eventos nas doze cidades-sedes. Outra ação de grande importância foi a sanção da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, que institui medidas tributárias referentes à realização no Brasil da Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014. Tais medidas versam sobre Direitos Alfandegários e Impostos; e isenção geral de impostos para a FIFA e se fazem necessárias para a efetivação de compromissos assumidos pelo Governo Federal, quando da escolha do País como sede desses eventos. Além disso, a lei também institui o Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recopa), destinado aos estádios que serão utilizados nas partidas oficiais dos referidos eventos.

Para 2011 está prevista a contratação de um sistema integrado de coleta de informações e análise de riscos, a inclusão de outras áreas na Matriz de Responsabilidades, a troca de informações com outros países e cidades-sedes de grandes eventos esportivos e continuidade das ações relativas à preparação do País para realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014.

h) Jogos Mundiais Militares

Os V Jogos Mundiais Militares – Jogos Mundiais da Paz – são um megaevento que acontecerá na cidade do Rio de Janeiro, em julho de 2011, e reunirá cerca de seis mil atletas de mais de 100 países filiados ao Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM). Há





expectativa da chegada no País de cerca sete mil pessoas, entre atletas e membros de comissões técnicas e turistas, cuja presença causará impacto na economia da cidade do Rio de Janeiro. O evento proporcionará a geração de um grande número de empregos diretos e indiretos, além de imprimir uma maior dinâmica ao turismo na cidade. No primeiro semestre de 2011 serão concluídas as etapas finais de implantação da infraestrutura necessária à realização dos Jogos Mundiais da Paz.

No exercício de 2010 tiveram continuidade as ações de preparação para a realização dos V Jogos Mundiais Militares. Atenção especial foi dispensada às tarefas de implementação da estrutura organizacional; construção das Vilas de Atletas; desenvolvimento do Sistema de Comando e Controle e dos Planos de Comunicação, de Comunicação Social e de Captação de Recursos; início da construção de três novas instalações esportivas e adequação das instalações do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (Cefan), Universidade da Força Aérea (Unifa) e da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx).

i) Lei de Incentivo ao Esporte

A Lei nº. 11.438, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), busca, por meio de incentivo fiscal, financiar projetos esportivos e paraesportivos como instrumento de desenvolvimento e fortalecimento do esporte nacional nas suas diversas modalidades e manifestações esportivas. Há a expectativa da captação de recursos ter atingido em 2010, aproximadamente R\$ 150 milhões por meio da LIE, um aumento de 35,2 % com relação a 2009, beneficiando cerca de nove milhões de pessoas, direta e indiretamente, no contexto dos projetos que recebem incentivo fiscal. Contribuiu para esse resultado a e ampliação da divulgação da LIE por meio da mídia, de visitas orientadas a grandes contribuintes e da realização do 1º Prêmio Empresário Amigo do Esporte.

Para 2011, em função de aperfeiçoamentos na gestão e da perspectiva favorável de crescimento econômico, é previsto um expressivo crescimento no número de projetos esportivos e nos valores por eles captados por meio da LIE.

j) Participação Social

No que concerne à participação social, os processos da Conferência Nacional do Esporte (CNE) tem contribuído com a elaboração e o controle da gestão da política de esporte e lazer pelo ME. A primeira CNE definiu os fundamentos da Política Nacional do Esporte com foco no desenvolvimento humano. A segunda propôs uma nova estrutura para o Sistema Nacional de Esporte e Lazer e teve como marco a conquista da Lei de Incentivo ao Esporte.

A III CNE, realizada em junho de 2010, mobilizou 220 mil pessoas no processo de discussão das ideias apresentadas pelo Ministério em conjunto com as 25 entidades que compõem a Comissão Organizadora Nacional. Em suas resoluções, a III CNE aprovou o Plano Decenal de Esporte e Lazer, que ratifica a necessidade de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer lastreado em recursos para tornar sustentável um projeto de longo prazo, com uma gestão do esporte e do lazer qualificada e que propicie condições de acompanhamento e avaliação dos programas.

A aprovação das resoluções que compõem o Plano Decenal do Esporte e Lazer caminha no sentido de fornecer consistência à Política Nacional de Esporte, definindo seus princípios, suas diretrizes, bem como as linhas estratégicas, as ações e metas para o desenvolvimento do Esporte e Lazer no País nos próximos 10 anos, considerando as recentes conquistas das candidaturas da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos e Paraolímpicos Rio 2016. Nesse sentido, a efetivação da política de fortalecimento do esporte como elemento de desenvolvimento econômico e humano auxiliará na projeção internacional do Brasil.





10. Programa Luz para Todos (LPT)

Criado em 2003 para universalizar o acesso e uso da energia elétrica, o Programa Luz para Todos (LPT) foi prorrogado, em 2010, de modo a possibilitar que as obras contratadas ou em fase de contratação fossem concluídas até dezembro de 2011. Tais obras estão localizadas, majoritariamente, nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Ao contribuir para incrementar a geração de trabalho e renda no campo o LPT tem promovido a inclusão social e o resgate da cidadania das famílias residentes no meio rural brasileiro. O Programa já beneficiou cerca de 13,2 milhões de brasileiros, sendo 1,72 milhão de pessoas atendidas em 2010. Para o ano de 2011, a expectativa é de que o serviço de energia elétrica atenda a 310 mil famílias, beneficiando aproximadamente 1,5 milhão de pessoas.

No tocante aos investimentos, do total de R\$ 14,3 bilhões previstos pelo Governo Federal para 2010, já foram liberados R\$ 9,1 bilhões, sendo que o restante dos recursos contratados será liberado ao longo de 2011.

As obras do Programa Luz para Todos também geram externalidades positivas e incrementam a economia. Estima-se que mais de 6,6 milhões de postes já foram instalados, 978 mil transformadores, 1,2 milhão de quilômetros de cabos elétricos foram utilizados e 398 mil novos postos de trabalho, diretos e indiretos, tenham sido criados. Também merece destaque o efeito multiplicador advindo do LPT, notadamente ao ensejar aumento das vendas do segmento industrial de eletrodomésticos nas comunidades beneficiadas, a exemplo de aparelhos eletroeletrônicos e equipamentos que melhoram as condições do trabalho rural.

O LPT tem viabilizado o desenvolvimento de projetos de geração de trabalho e renda em parceria com instituições públicas e privadas proporcionando significativos resultados de alcance social. Em 2010 foram instalados, em parceria com a Funai, 11 centros comunitários em comunidades indígenas atendidas pelo Programa Luz para Todos, que beneficiarão 642 famílias nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rondônia, Bahia e Pará.

11. Inclusão Digital

a) Banda Larga - GESAC

O Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão (GESAC) atua no contexto do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal, com objetivo de fornecer gratuitamente conexão de Internet banda larga a todos os 5.565 Municípios, com prioridade para comunidades isoladas ou de alta vulnerabilidade social, como populações ribeirinhas, silvicultoras e extrativistas, suburbanas, quilombolas, indígenas e de fronteira. O objetivo do Programa GESAC é permitir a conectividade de Internet em regiões carentes de infraestrutura de telecomunicações, de forma a favorecer a diminuição de desigualdades regionais e permitir serviços em educação presencial e à distância, saúde e previdência social, entre outros.

Por meio do Programa GESAC, o Ministério das Comunicações (MC) coopera com outros órgãos de Governo na disponibilização de conectividade banda larga a pontos públicos ou de interesse coletivo, a exemplo da conectividade em escolas públicas da zona rural.

Em dezembro de 2010 havia 10.934 pontos de presença em operação distribuídos em cerca de 5 mil Municípios do País, em tecnologia via satélite ou terrestre, e 985 unidades em remanejamento para completar o total de 11.919 conexões contratadas. O aditivo contratual assinado no referido mês objetiva a ampliação da rede GESAC em mais de 1.460 pontos em 2011, passando para o total de 13.379.





Para os próximos anos, o novo edital de contratação do Programa GESAC prevê a expansão da rede em mais 13 mil pontos de presença, totalizando mais de 26 mil unidades, de forma a atender os mais abrangentes projetos de inclusão digital do Governo brasileiro. A nova licitação contempla uma plataforma que permitirá usar a rede GESAC para aplicações de videoconferência, tele-educação, telessaúde e telemedicina.

b) Telecentros

Os Telecentros Comunitários são espaços públicos providos de computadores conectados à Internet em banda larga. Dentre as diversas atividades que podem ser desenvolvidas no âmbito da inclusão digital pela comunidade local no telecentro, destacamos o uso livre dos equipamentos, cursos de informática básica, acesso à educação à distancia, oportunidades de emprego, capacitação e novos negócios. O Programa disponibiliza também acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação visando à inclusão digital da população rural.

No ano de 2010, a implantação de Telecentros Comunitários atingiu 98,25% dos Municípios por meio da implantação de sete mil Telecentros em todo o território brasileiro.

Num esforço conjunto, os Ministérios das Comunicações e do Desenvolvimento Agrário implantaram, a partir de 2008, 88 Casas Digitais.

No exercício de 2009, foi lançado o Edital de Audiência Pública para discutir a expansão do Programa Inclusão Digital – Telecentros Comunitários, com o objetivo de universalizar o atendimento público de acesso à Internet, entregando, montando e instalando Telecentros Comunitários em todas as Bibliotecas Públicas existentes do Brasil. Também em 2010 deu-se início ao processo de aquisição de novos 15.000 Telecentros Comunitários, previstos para serem implantados no exercício de 2011.

c) Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)

O Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) por meio do Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, com o principal objetivo de massificar o acesso à Internet em banda larga para os cidadãos, instituições do Governo, entidades da sociedade civil e empresas. O maior objetivo reside no desenvolvimento de infraestrutura nacional e maior oferta de serviços de banda larga a preços acessíveis.

Com esse propósito, o Governo Federal delegou à Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) a missão de implantar, operar e gerenciar uma rede de telecomunicações que será capaz de atender 4.283 Municípios até 2014 com Internet rápida e barata. A empresa utilizará as fibras ópticas já instaladas pelo setor elétrico e petrolífero, que totalizam uma extensão de 30.803 quilômetros em quatro anos. Em 2011, já estarão em operação os Anéis Nordeste e Sudeste, com capacidade de chegar a 2.077 Municípios, e será iniciada a implantação do Anel Sul e da Rede Norte, os quais poderão atender 1.394 Municípios a mais.

Além da implantação da rede pela Telebrás, outras medidas foram empreendidas no âmbito do PNBL. A Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010, reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre os *modems*, equipamentos essenciais para o acesso à Internet. A Anatel realizou a licitação da Banda H, que permitirá o provimento de banda larga móvel em mais Municípios.

Destacam-se, ainda, importantes medidas de política produtiva e tecnológica no âmbito do PNBL, entre as quais a promulgação da Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que permite à Administração Pública conferir preferência de compra a equipamentos





para redes de banda larga com tecnologia nacional no âmbito de processos licitatórios e a orientação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTEL) para projetos relacionados à banda larga.

12. Justiça e Segurança Pública

a) Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)

Desenvolvido pelo MJ, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) marca o começo de uma nova era no combate à criminalidade no País, uma vez que articula as políticas de segurança pública com ações sociais, atuando no combate às causas da violência e não apenas às suas consequências.

O Pronasci já foi implementado nas regiões metropolitanas com índices mais elevados de homicídios, levando aos referidos locais um conjunto de ações preventivas e integradas que compõem os Territórios de Paz e objetivam enfrentar e prevenir a criminalidade e a violência. Dessa forma, o Estado passa a retomar o controle das regiões conflagradas pela violência, oferecendo acesso aos serviços públicos e melhorando a qualidade de vida da população. Até o momento, foram instalados 29 Territórios de Paz em 22 Municípios distribuídos por 11 Estados e Distrito Federal.

A capacitação de policiais, bombeiros, peritos, guardas municipais e agentes penitenciários conta com a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), que congrega instituições de ensino para a oferta de cursos de formação de tecnólogos, especialistas e mestres, além de programas de Educação à distância (EAD). A participação é estimulada pelo recebimento da Bolsa Formação, que oferece complemento de R\$ 443,00 na renda aos profissionais que ganham até R\$ 1,7 mil, sendo considerada uma oportunidade para que o profissional de segurança pública possa estudar e ser capacitado para melhorar o trabalho realizado nas comunidades em que atua. Em média, 150 mil policiais estão recebendo benefícios e o valor destinado à concessão da Bolsa Formação, no período de janeiro a dezembro, foi de cerca de R\$ 788 milhões.

O Pronasci realiza campanhas nacionais de desarmamento, mediante publicação de material informativo sobre o assunto. Por meio destas, os proprietários de armas de fogo são incentivados a entregá-las à Polícia Federal, mediante o pagamento de indenização. Assim, a entrega de armas de fogo tornou-se permanente quando foram entregues espontaneamente. Em 2010, mediante indenização, cerca de 14.240 armas foram recebidas.

O projeto Mulheres da Paz contempla líderes comunitárias em regiões conflagradas que passam por capacitação em temas como: ética, direitos humanos, cidadania e mediação de conflitos, com bolsa de R\$ 190,00 mensais. Elas contam com o apoio de equipes multidisciplinares para atuar como multiplicadoras do Pronasci e divulgar o programa nas comunidades, identificando famílias com necessidade de assistência e jovens que possam fazer parte do Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo). Em 2011, há previsão de ampliar o programa Mulheres da Paz para mais 30 mil mulheres.

O Protejo presta assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens de 15 a 24 anos expostos à violência, objetivando tirá-los do percurso do crime e transformá-los em multiplicadores do programa. Cada jovem recebe uma bolsa de R\$ 100,00 por mês durante um ano. Em média, 15 mil jovens já receberam ou estão cursando as atividades do programa. Tem-se prevista para o ano de 2011 a sua expansão para 50 mil jovens.

Para os projetos de efetivação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, que tem como objetivo integrar a





atuação dos serviços de prevenção e combate à violência contra a mulher, foram destinados cerca de R\$ 7,2 milhões visando à implementação de 14 juizados e cinco promotorias e núcleos especializados do Ministério Público.

O Pronasci se enraíza também por vários outros ministérios, integrando a União, os Estados, o Distrito Federal e Municípios, tendo sido implementadas várias ações nas origens socioculturais da comunidade, objetivando a prevenção, controle e repressão da criminalidade. Atualmente, o programa possui parcerias com ME, MCT, MTE, MinC e Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), que recebem recursos do MJ para atuação nas áreas indicadas pelo Pronasci. As principais iniciativas desses órgãos são: esporte e lazer na cidade, praça da juventude, pintando à cidadania, pintando a liberdade, telecentros de inclusão digital, microprojetos de cultura, bancos comunitários, ações integradas de prevenção da violência e do uso de drogas em Territórios de Paz.

Com o objetivo de aumentar a eficiência policial, o Governo, por meio do PAC 2, planeja a implantação de bases de polícia comunitária nas áreas mais violentas do País. Essas bases permitirão que os policiais se relacionem com os cidadãos e garantam a ambiência necessária para o ingresso dos demais serviços públicos. Também pretende orientar a atividade policial a fim de permitir a identificação de indivíduos procurados e o mapeamento de organizações criminosas, reduzindo as ações generalizadas e os seus danos. Pretende-se investir até 2013 o montante de R\$ 1,6 bilhão, com a instituição de 720 bases por ano.

b) Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Visando a profissionalizar a gestão das políticas e ações de segurança pública, e pautar as estratégias utilizadas segundo os princípios dos Direitos Humanos e da Cidadania, o MJ centrou suas ações em seis eixos principais: i) modernização organizacional das instituições de Segurança Pública; ii) criação de um sistema integrado de formação e valorização profissional; iii) implantação e modernização de estruturas físicas; iv) implantação de projetos de prevenção à violência e criminalidade; v) implantação de sistema de gestão do conhecimento; e vi) reaparelhamento e modernização dos órgãos de segurança pública.

Com o objetivo de valorizar a informação como principal ferramenta da ação policial, três sistemas de informações foram aperfeiçoados e modernizados: o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal; o Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade; e o Sistema de Monitoramento da Implantação do SUSP.

Outra importante realização para a melhoria dos indicadores de Segurança Pública é o processo de integração dos dados e informações criminais pela Rede Nacional de Integração das Informações de Segurança Pública (Rede Infoseg), que tem pautado sua gestão no aperfeiçoamento de seus recursos de modo a agregar precisão, disponibilidade e segurança. Atualmente, reúne cerca de 110 mil usuários, totalizando aproximadamente 35 milhões de consultas/ano, que o transforma no maior sistema de informações de segurança pública do País. Com foco nos grandes eventos esportivos que se aproximam, a Rede Infoseg tem apostado na interoperabilidade entre os diversos sistemas, buscando dados de instituições nos três níveis de Governo, que somam 5.237 órgãos conveniados até o momento.

O monitoramento constante da situação da segurança pública, agregado ao imenso volume de informações gerenciadas por tais sistemas, visa a permitir não só a avaliação e divulgação dos resultados alcançados, como também o amadurecimento das políticas de segurança pública, criando subsídios para a correção de problemas identificados.

Por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública, o MJ investiu cerca de R\$ 173 milhões nos entes federados, sendo sua aplicação basicamente em diárias, capacitação, sistemas de informação e equipamentos. Na ação de reaparelhamento das instituições estaduais de segurança pública, foram investidos R\$ 17,2 milhões por meio de convênios e aquisições diretas de bens para diversos Estados destacando-se a aquisição de 55 viaturas 4 X 4 para o Policiamento de Fronteira (Pefron) e 306 motocicletas com capacetes a serem distribuídos a todas as Unidades da Federação, exceto Rio de Janeiro e Distrito Federal. Os referidos equipamentos suprirão





necessidades das instituições de segurança pública no que tange à qualidade de vida policial e o enfrentamento da criminalidade. O Governo vem utilizando como contrapartida desses repasses o compromisso dos governos estaduais de implantação de políticas de proximidade com a polícia e de redução da violência policial.

c) Força Nacional de Segurança Pública (FNSP)

A Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) consolidou-se como instrumento de cooperação federativa, que atua à luz do Susp e do Pronasci, por meio da estruturação de um grupo de elite composto pelas polícias e bombeiros dos Estados.

Durante o ano de 2010 a Força Nacional atuou nos Estados de Maranhão, Santa Catarina, Amazonas, Bahia, Alagoas, Roraima, Pará, Rondônia, Mato Grosso, Paraná, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, auxiliando os governos dos referidos entes federados em questões variadas inerentes à segurança pública. Nessas operações foram apreendidas 66 armas de fogo, 22.187 munições, 40 explosivos, 34.798 kg de maconha, 105 kg de *crack*, 31 kg de cocaína, 35 kg de pasta de cocaína, 512 kg de outras drogas, além de 883 toneladas de produtos contrabandeados e 648 veículos. A FNSP também efetuou a prisão de 200 pessoas adultas e o recolhimento de 75 menores, ajudou na transferência de presos e na escolta de autoridades. Na área ambiental, foram apreendidos mais de 10 mil equipamentos irregulares.

Para o ano de 2011, a prioridade é o estabelecimento de uma base física permanente na região do Gama (DF), independente da já consolidada base física na cidade de Luziânia (GO), de modo a possibilitar a manutenção de um efetivo de 1,4 mil homens prontos para atuar em qualquer parte do País, com mobilidade e rapidez, pressupostos básicos para uma tropa dessa natureza. Outra ação prevista para 2011 é a estruturação da Polícia Civil na FNSP e a ampliação de operações investigativas por todo o País.

d) Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp)

A Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança (Renaesp) é um projeto de educação permanente do MJ para a realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* na área de segurança pública. O objetivo do projeto é difundir o conhecimento e a capacidade crítica necessários à construção de um novo modo de fazer segurança pública, com base na cidadania e direitos humanos. Em 2010, 1.128 profissionais de segurança pública, incluindo guardas municipais, policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, policiais federais, policiais rodoviários federais, peritos e agentes penitenciários foram beneficiados com os cursos de pós-graduação promovidos pela Renaesp.

O MJ desenvolveu em parceria com as instituições de Segurança Pública, a Rede Nacional de Educação à Distância para a Segurança Pública (Rede EAD), ambiente virtual de aprendizagem que promove ciclos de cursos à distância, atendendo à demanda por qualificação de maneira sistêmica, continuada e inclusiva, e, assim, viabilizando o acesso dos profissionais de segurança pública aos processos de aprendizagem. Para a implementação do projeto foi criada uma plataforma totalmente customizada e a instalação de 257 telecentros cobrindo as 27 unidades da Federação. Em 2010, mais de 536 mil profissionais de segurança pública foram capacitados por meio dos cursos da Rede EAD.

Dentre as perspectivas para 2011 está relacionada a consolidação de uma política pública de educação continuada, para maior valorização dos profissionais de segurança pública.

e) Programas e Projetos Especiais em Segurança Pública

Outra iniciativa do SUSP destina-se à implementação do Sistema Nacional de Prevenção da Violência e Criminalidade, que tem





por objetivo apoiar projetos e ações realizados pelos governos estaduais e municipais de prevenção à violência e criminalidade, em especial: i) implantação ou fortalecimento da filosofia de policiamento comunitário e de instrumentos para mediação de conflitos; ii) do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência; iii) dos conselhos comunitários de segurança; iv) dos espaços urbanos seguros; v) das ações voltadas ao desarmamento e promoção de uma cultura de paz; vi) do enfrentamento à violência doméstica e de gênero, por meio do fortalecimento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; e vii) de ações preventivas voltadas ao público infanto-juvenil, tanto na inserção de adolescentes infratores, quanto no enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil, bem como aos grupos em situação de vulnerabilidade, como os de livre orientação sexual, população em situação de rua, idosos, étnico-raciais, entre outros. Menciona-se também o fortalecimento dos controles interno e externo da atividade policial, sendo este por meio das Ouvidorias de Polícia e aquele pelas Corregedorias de Polícia no âmbito da ação de prevenção.

A ação Reparcelamento das Unidades de Segurança Pública passou a dar guarida a projetos com foco nas garantias individuais e coletivas, com ênfase na preservação da vida e que priorizem: i) a indução de políticas quanto ao uso de armamento e munição letais de calibres compatíveis com o meio urbano, bem como o incentivo à aquisição de armamento e munições não letais; ii) a investigação científica, para que se obtenha provas confiáveis nas elucidações de crimes; iii) o apoio à implementação de estrutura para a operacionalidade da aviação de Segurança Pública nos Estados e no Distrito Federal; e iv) a investigação judiciária com vistas à redução dos inquéritos relativos a homicídios não solucionados.

f) Combate à Criminalidade

Em 2010, a Polícia Federal envidou esforços na implantação de sistema de inteligência baseado em Veículos Aéreos não Tripulados (Projeto VANT) com a finalidade de monitorar continuamente as fronteiras brasileiras por meio da geração de imagens e informações sobre movimentos suspeitos de pessoas, veículos, aeronaves e embarcações para orientar as equipes de fiscalização terrestre e otimizar a repressão ao ingresso de produtos ilícitos e à saída ilegal de bens, valores e pessoas. A implantação do sistema, iniciada em 2009, deverá ser concluída em 2014, com um total de 14 aeronaves e cinco bases de controle, ao custo de US\$ 348 milhões.

No que se refere ao Projeto Sentinela, que busca prevenir e reprimir os crimes transnacionais – tráfico de drogas, tráfico de armas, contrabando, descaminho, entre outros – sem prejudicar o desejável fluxo lícito de pessoas e riquezas, teve como resultado, em 2010, a prisão de 1.649 pessoas e a apreensão de 270 armas, 1.429 veículos, cerca de 1,8 mil kg de pasta base de cocaína e mais de 55 mil kg de maconha.

No ano de 2010 foram instauradas 5.042 investigações para apurar a ocorrência de tráfico ilícito de entorpecentes, com o indiciamento de 3.784 pessoas e apreensão de 27 toneladas de cocaína e 154 toneladas de maconha.

Foi lançado em 2010 o Projeto PeQui que busca, por meio da caracterização química detalhada de amostras, fornecer informações mais precisas sobre: i) drogas apreendidas; ii) relação traficante-usuário; iii) tipos de fornecedores e redes de distribuição envolvidas (locais, nacionais, internacionais); iv) origem geográfica da amostra (país de origem, laboratório específico); v) método de produção da droga; e vi) produtos químicos utilizados no processo de fabricação.

Tal iniciativa possibilitará o auxílio no estabelecimento de conexões entre organizações criminosas que atuam de forma nacional e internacional, subsidiando ainda a realização de trabalhos científicos.

No mesmo sentido, a Polícia Federal contribuiu para a elaboração do Projeto RIC – Registro de Identidade Civil –, que permitirá ao cidadão brasileiro o uso de um documento de identidade mais confiável, moderno e funcional, com numeração única.





Em 2010, no que se refere às operações de preservação ambiental, foram realizadas 29 operações especiais que resultaram na prisão de 273 criminosos, além do cumprimento de 313 mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça. Tais ações tiveram como foco específico a desarticulação de quadrilhas especializadas na prática de inúmeras modalidades criminosas que afetavam sobremaneira a integridade do meio ambiente.

Quanto às operações de combate ao desvio de recursos públicos, que totalizaram em 29 ações, resultaram na prisão de 233 pessoas envolvidas em esquemas de fraudes que somaram um volume de R\$ 965 milhões.

Como meta para 2011, tem-se: i) a criação descentralizada de centros de referência voltados para a qualificação e racionalização de inquéritos policiais; ii) a realização de ações policiais pautadas na excelência de provas criminais; iii) a produção e o desenvolvimento das técnicas, conhecimentos e doutrinas aplicáveis a este tipo de investigação; e iv) o treinamento e capacitação de policiais.

O ano de 2010 foi um ano de consolidação dos trabalhos realizados pela Polícia Federal na área de combate aos crimes cibernéticos, especialmente fraudes bancárias eletrônicas e incremento de ações de capacitação e treinamento. Para responder a essa demanda, deu-se continuidade ao Projeto Tentáculos, constituído por um banco de dados sobre fraudes bancárias que permite melhor tratamento da informação, visando à melhoria dos resultados no âmbito da repressão a esses delitos.

No ano de 2011 pretende-se: i) ampliar a capacitação de servidores; ii) reforçar as parcerias nacionais e internacionais; iii) dar continuidade ao projeto Tentáculos; e iv) continuar o processo de desenvolvimento do Projeto Oráculo, que visa à investigação de incidentes de rede, com foco inicial às fraudes bancárias, evitando-se com isso a instauração de milhares de inquéritos policiais.

Quanto à modernização da Polícia Federal, o projeto Pró-Amazônia (Promotec) buscou efetivar, ao longo desses oito anos, a presença do Departamento de Polícia Federal (DPF) em todo território nacional, dotando-o de modernos meios operacionais, técnicos e científicos adequados à prevenção e repressão dos crimes de sua competência.

No ano de 2010 foram adquiridas torres para continuidade da instalação do Tetrapol (sistema de radiocomunicação segura), novos aparelhos AFIS (sistema automático de identificação) e mais unidades de equipamentos táticos de interceptação rádio frequência, *notebooks* robustecidos, softwares de sustentação e prova de conceito para o Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica (Cintepol), bem como equipamentos discretos, serviços de assistência técnica, servidores e equipamentos de rede, perfazendo uma execução da ordem de US\$ 15,3 milhões.

Vale frisar também que foram envidados esforços, no ano de 2010, para a negociação e assinatura do Promotec 2, que tem como objetivo dar continuidade aos avanços alcançados, com investimento previsto de R\$ 308 milhões, a partir de 2011.

No que tange aos direitos humanos, no ano de 2010, houve intensa participação do DPF no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas. Merece destaque o acompanhamento das ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que libertou, de janeiro a dezembro, 2.617 trabalhadores em condição análoga à de escravo. Ainda foi firmado termo de cooperação com o Ministério Público do Trabalho visando, além das ações de repressão, à capacitação dos integrantes de ambas instituições.

Para a Copa do Mundo FIFA 2014, a Polícia Federal tem em andamento um projeto para mapear as vulnerabilidades e coibir o tráfico de pessoas, a exploração infanto-juvenil, o turismo sexual e a superexploração do trabalho a ser implementado em parceria com organismos governamentais e internacionais nas cidades-polo em um cronograma que se inicia em 2011.

Em novembro de 2010, a Polícia Federal participou da maior operação policial já realizada com o objetivo de retomar uma área





antes dominada ao tráfico de drogas e devolvê-la à população. Um efetivo de 300 homens foi deslocado para a operação no conjunto de favelas do Alemão. Esse apoio tático da Polícia Federal às ações das forças de segurança pública estaduais, particularmente nas áreas ainda ocupadas pelo crime organizado, continuará a ocorrer em 2011.

No que se refere à segurança nas rodovias federais, a Polícia Rodoviária Federal qualificou suas intervenções no combate a ilícitos, principalmente roubo de veículos e cargas, assalto a ônibus e tráfico de drogas e armas. No exercício de 2010, a Polícia Rodoviária Federal efetuou 29.160 prisões, apreendeu 1,1 tonelada de *crack*, 4,7 toneladas de cocaína e 88,7 toneladas de maconha. Foram apreendidas no mesmo período 1.227 armas de fogo e 138.953 cartuchos (munição de diversos calibres).

O enfrentamento ao contrabando e ao descaminho resultou, no ano de 2010, na apreensão de 9,12 milhões de itens, entre os quais, cigarros e produtos de informática e mídia eletrônicas. O combate aos crimes ambientais produziu 48,2 mil m³ de madeira apreendidos. Os esforços para proteger a saúde pública resultaram na apreensão de cerca de 18 milhões de medicamentos irregulares.

A Polícia Rodoviária Federal, alinhada às diretrizes estratégicas do Governo Federal, tem fortalecido seu caráter de polícia preventiva e cidadã. O Projeto Unidade de Atendimento ao Cidadão (UNACI), que faz parte do Pronasci, tem sido um importante laboratório para a elaboração e difusão de boas práticas. Com essa visão preventiva e fazendo uso do conceito “álcool zero”, introduzido pela Lei n.º 11.705, de 19 de junho 2008, conhecida por Lei Seca, a Polícia Rodoviária Federal realizou mais de dois milhões de testes com etilômetros.

Para 2011, atenta à Resolução da ONU, que declarou os anos 2011-2020 como a Década das Ações pela Segurança Viária, a PRF continuará oferecendo duro combate à embriaguez ao volante, demonstrando os prejuízos que a mistura álcool e direção causa à economia e, principalmente, à tranquilidade das pessoas. O controle de velocidade e a participação social são outras iniciativas a serem reforçadas. As ações de Educação para o trânsito serão reforçadas com o Projeto Trânsito com Cidadania e com o Festival Estudantil Temático de Trânsito (Fetran).

O enfrentamento à criminalidade também continuará recebendo toda atenção da Polícia Rodoviária Federal, em particular furto e roubo de veículos de transporte de passageiros e cargas, os crimes ambientais e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Nas regiões fronteiriças, todas elas ligadas por rodovias federais, será incrementado o combate ao tráfico de drogas e armas e ao contrabando e descaminho.

g) Sistema Penitenciário Federal

Em 2010, o MJ repassou cerca de R\$ 100 milhões aos Estados para construção, reforma, aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos prisionais; reintegração social dos presos; penas e medidas alternativas; aparelhamento de ouvidorias do sistema penitenciário; integração ao Sistema Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen); e manutenção do Sistema Penitenciário Federal.

Para a geração de 1,2 mil vagas nos sistemas penitenciários dos Estados foram repassados, em 2010, cerca de R\$ 30 milhões. Já em 2011 serão investidos R\$ 129 milhões na geração de 2.460 vagas.

O Pronasci, visando à implementação de modelo de gestão penitenciária que promova efetivamente a reintegração social da pessoa presa e combata a reincidência criminal no País, investiu R\$ 37 milhões na construção de penitenciária especiais para jovens adultos e R\$ 3,2 milhões para a aquisição de equipamentos de segurança eletrônica em oito unidades da Federação. Em 2011, os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul serão contemplados com a construção de penitenciária feminina com potencial para incorporar 858 novas vagas ao sistema.





Em 2010 foi disponibilizado terreno para a construção da Escola Penitenciária Nacional, que prevê-se concluída em 2011, para a capacitação e qualificação de profissionais que atuam no sistema penitenciário.

No tocante à participação social e comunitária, serão realizadas ações conjuntas com a Comissão Nacional para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade, além de fomentar a criação, aparelhamento ou reaparelhamento de ouvidorias dos sistemas penitenciários estaduais.

As ações ligadas à aplicação de penas e medidas alternativas, com foco na redução do ingresso de presos de menor potencial ofensivo no sistema prisional, terão continuidade com o fomento à criação e apoio às centrais e núcleos de acompanhamento e varas judiciais especializadas.

No tocante à modernização dos estabelecimentos penais, serão intentadas ações para aquisição de equipamentos de segurança e viaturas, além da continuidade na implantação do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen). Ao todo, serão 108 unidades penais contempladas e R\$ 15,7 milhões.

A implementação do Sistema Penitenciário Federal resultou numa redução significativa das rebeliões nas penitenciárias estaduais. Quatro penitenciárias federais estão em funcionamento com 832 vagas, havendo previsão, para 2011, de iniciar as obras da 5ª Penitenciária Federal em Brasília (DF), o que acrescentará mais 208 vagas para o sistema.

h) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica

No ano de 2010, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) realizou diversas ações, destacando-se: i) a criação de sua Ouvidoria, com a finalidade de estimular a participação do cidadão na fiscalização e planejamento dos serviços públicos; ii) a imposição de maior rigor no combate aos cartéis, demonstrado pela aplicação da maior multa da história do CADE, no valor total de R\$ 2,5 bilhões, às empresas envolvidas no Cartel dos Gases Medicinais e Industriais; iii) a decisão de atos de concentração de grande repercussão social, tais como Itaú/Unibanco, Banco do Brasil/Nossa Caixa, Oi/BrT, Sanofi-Aventys/Medley, Abril/Chinaglia, Coca-Cola/Mate Leão, TIM/Telefônica; Polimix/Tupi; e iv) a celebração de acordos de cooperação internacional com Europa (DG Competition), Mercosul, Portugal e Rússia. Destaca-se ainda a reformulação do procedimento para instrução e julgamento de atos de concentração, em conjunto com os demais órgãos de defesa da concorrência, visando a conferir maior agilidade e qualidade nas decisões de forma que o tempo médio de análise de atos de concentração foi reduzido de 252 dias, verificado em 2005, para 165 dias em 2010.

Em relação à advocacia da concorrência, destaca-se a decisão dos ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) de suspender o direito *antidumping* então vigente sobre o mercado de cimento, dada a necessidade de manter a estabilidade interna de preços.

Para 2011, o plano de ação envolve o aprofundamento dos esforços do CADE para se tornar uma das agências de concorrência mais eficazes no mundo. Pretende-se dar continuidade às iniciativas bem sucedidas descritas acima e, ao mesmo tempo, realinhar recursos humanos e financeiros do Conselho para atender às demandas institucionais mais urgentes na conjuntura atual.

Em 2010 foram celebrados acordos de cooperação que permitiram uma atuação mais eficaz, difusa e capilarizada na prevenção e repressão a acidentes de consumo.

No âmbito da capacitação foi consolidada a implantação da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, ação estruturante voltada





para o combate da fragmentação e da precária sistematização da capacitação de técnicos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC). Com esse objetivo, foram capacitados em 2010 cerca de 3.080 integrantes do SNDC, sendo 427 pela realização de cursos itinerantes, 238 por oficinas temáticas e 2.415 por meio do ensino à distância.

São metas a serem alcançadas em 2011 na defesa do consumidor: i) realizar estudos e políticas com foco na proteção dos 30 milhões de novos consumidores incluídos no mercado de consumo; ii) incentivar a criação de escolas estaduais de defesa do consumidor, com as quais poderão ser feitas parcerias para a sua adequada estruturação; e iii) fortalecer e intensificar a integração do SNDC.

No âmbito do Programa de Combate a Cartéis, destacam-se as seguintes ações: i) Programa Jogando Limpo, campanha lançada em 11 de junho de 2010, por ocasião do 2º Encontro da Estratégia Nacional de Combate a Cartéis (ENACC), que tem por objetivo prevenir a ocorrência de cartéis e aumentar a concorrência em licitações a serem realizadas em razão da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos e Paraolímpicos Rio 2016; e ii) treinamentos específicos sobre os métodos e técnicas de investigação de cartéis em licitações, em que mais de 800 servidores da área de investigação participaram.

O MJ intensificou o compartilhamento de experiências e a cooperação com autoridades estrangeiras de defesa da concorrência e agências multilaterais. Como resultado, pode ser mencionada a escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar, em 2012, a 11ª Conferência Anual da Rede Internacional de Concorrência (ICN), uma rede virtual que integra autoridades de defesa da concorrência de diversos países com o objetivo de disseminar “boas práticas” de políticas antitruste. Trata-se da primeira vez que um país da América Latina sediará o evento.

Para 2011, as ações estratégicas do Governo na defesa da concorrência possuem como foco: i) prevenção e repressão a cartéis, com destaque para cartéis em compras públicas, especialmente as licitações a serem realizadas para realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos e Paraolímpicos Rio 2016; e ii) consolidação da ENACC, com destaque para a persecução criminal dos cartéis e a implementação das metas definidas no 2º encontro da ENACC.

i) Direitos Difusos

O Conselho Federal de Direitos Difusos (CFDD) é responsável pela administração dos recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, que têm por finalidade a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valores artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos. O CFDD já apoiou, entre os anos de 1999 e 2010, mais de 270 projetos, aplicando valor superior a R\$ 55 milhões. Para o ano de 2011, o CFDD prevê a aplicação de cerca de R\$ 17 milhões em pelo menos 60 projetos, que já foram selecionadas dentre 764 propostas encaminhadas.

j) Defensoria Pública Geral da União (DPU)

A Defensoria Pública da União (DPU), cumprindo com sua função de assistir juridicamente as pessoas necessitadas, ampliou essa assistência de forma integral e gratuita a tal população. Encontra-se em efetiva implantação novas 22 unidades de atuação, que ficarão responsáveis por prestar assistência a mais de 20 milhões de pessoas que não podem pagar pelos serviços de advocacia.

Foram intensificados os projetos da DPU-Comunidade, DPU-Itinerante e DPU nas Escolas, pelos quais os defensores federais se deslocam até os grandes aglomerados urbanos, localidades de difícil acesso e escolas públicas para levar noções de cidadania, prestar esclarecimento sobre os direitos e deveres dos cidadãos e garantir o acesso à Justiça.





O quadro de defensores públicos federais foi reforçado com a posse de novos 141 profissionais aprovados no 4º concurso de ingresso na carreira e a instituição deverá, pela primeira vez, superar a casa de um milhão de atendimentos/ano em todo o País.

Em 2011 será instituído o programa de Residência Jurídica que prevê o pagamento de bolsas a bacharéis de Direito, a fim de auxiliar defensores públicos federais no cumprimento de suas atribuições previstas na Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994. Deverá ainda ser instalada a corregedoria e a ouvidoria da DPU.

Em 2010, por meio do Pronasci, foram realizados cursos de formação de multiplicadores para magistrados, bem como o primeiro Curso de Formação de Multiplicadores em Mediação e Técnicas Mediativas para advogados. Além dos cursos, foram capacitados mais de 300 magistrados.

Foi instituído o projeto Pacificar, de fomento à mediação nas faculdades de Direito, com o objetivo de implantar, fortalecer e divulgar a mediação como instrumento à ampliação do acesso e maior efetividade da Justiça, além de difundir a cultura da resolução não violenta de conflitos entre os futuros operadores do Direito.

k) Reforma do Judiciário e Democratização do Acesso à Justiça

Em continuidade às ações de implementação do I e II Pactos Republicanos de Estado por um sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo e priorizando a Democratização do Acesso à Justiça, destacam-se as ações:

- **Assistência Jurídica Integral ao Preso e Seus Familiares:** Em 2010 foi celebrado convênio com a Defensoria Pública de Minas Gerais, contemplando a criação de núcleos especializados que irão atender aos presos e familiares de todas as unidades prisionais do Estado. Considerando este convênio, já são 18 Estados contemplados nesta ação, com investimento total de R\$ 15 milhões. A Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, cujo objetivo é disponibilizar defensores públicos de todo o País em caráter voluntário já atuou em três Estados (MG, PE e SC), beneficiando 5.066 presos. Foram investidos R\$ 600 mil para viabilizar as ações da Força.
- **Efetivação da Lei Maria da Penha:** Em 2010, o Governo, por meio de convenios, investiu R\$ 7,4 milhões para implementação de nove Juizados e 18 promotorias e núcleos especializados do Ministério Público. Para 2011, o planejamento é implementar núcleos da Defensoria Pública, juizados e promotorias especializadas nas unidades da Federação que ainda não possuem estes serviços.
- **Justiça Comunitária:** Em 2010, foram assinados convênios para implementação de nove núcleos de Justiça Comunitária em nos Estados de Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e Tocantins, com investimento equivalente a R\$ 3 milhões. A previsão para 2011 é investir recursos para implementação de 20 novos núcleos, priorizando a integração com as políticas públicas de Estados e Municípios, a exemplo das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro.
- **Capacitação de Operadores do direito em técnicas de mediação – projeto fortalecimento da mediação:** Em 2010 foram ampliadas as parcerias com tribunais regionais federais, tribunais de justiça dos Estados e com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Superior Tribunal de Justiça com vistas à realização de cursos de aperfeiçoamento em técnicas de composição e mediação de conflitos para magistrados.

Também foi realizado o 1º Curso de Formação de Multiplicadores em Técnicas de Mediação para Defensores Públicos, com a participação de 50 profissionais de vários Estados da Federação. Ao todo já foram capacitados mais de 1.000 operadores do Direito. Em





2011 pretende-se dar continuidade ao projeto capacitando magistrados e defensores públicos, bem como realizando os primeiros cursos para promotores de justiça.

Pretende-se também, em 2011, incluir novas ações de ampliação do acesso da justiça no Pronasci: Criação de Juizados do Torcedor (Copa do Mundo FIFA 2014); núcleos de Justiça Restaurativa; núcleos de atendimento à população em situação de rua (Defensoria Pública); e Depoimento Especial (Varas de Infância e Juventude).

Outra iniciativa será a criação do Portal dos Cartórios, que busca reformular o Cadastro Nacional de Cartórios, tornando-o um canal único de comunicação entre Governo Federal e serviços registrares de todo o País, facilitando a troca de informações e reduzindo seus custos. Será realizada ainda a informatização das bases de dados dos cartórios, obrigação criada pela Lei que instituiu o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

1) Assuntos Legislativos

No ano de 2010, a política legislativa no âmbito do Ministério da Justiça foi norteada por dois eixos principais: acompanhamento da agenda legislativa e democratização dos processos de elaboração normativa.

No ano de 2010 foram financiadas pesquisas sobre medidas de segurança, propriedade intelectual e conhecimentos tradicionais, dano moral, desenho de sistemas de resolução alternativa de disputas, regime jurídico dos bens da União, repercussão geral e o sistema brasileiro de precedentes, improbidade administrativa e cooperação jurídica internacional.

Foram ainda ampliadas as ações para a democratização do processo de elaboração normativa, por meio da utilização de ferramentas tecnológicas, para o desenvolvimento de processos de debates abertos sobre minutas de textos normativos de relevante interesse social. Neste sentido, foram iniciados os seguintes processos de discussão de textos normativos pela Internet:

- Marco Civil da Internet: anteprojeto de lei com vistas a reconhecer direitos dos usuários, estabelecer deveres para os intermediários, diretrizes para ações governamentais e princípios interpretativos relacionados à governança e uso da Internet no Brasil;
- Classificação Indicativa: debate sobre a atualização das portarias e revisão dos critérios que regem a matéria;
- Anteprojeto de Lei de proteção de dados pessoais: debate sobre proposta de anteprojeto de lei, buscando criar arcabouço legal efetivo para a proteção da privacidade e dos dados pessoais dos cidadãos.

Dentre as ações previstas para 2011, destacam-se atuação prioritária para aprovação do PL nº 3.443/08 – Lavagem de Dinheiro; PLS nº 150/06 – Crime Organizado; PLS 4633/09, 4634/09, 4635/09, 4636/09 e 4637/09 – Reforma Política; e PLS 4.857-A/2009 e nº 6.653/2009 – Igualdade de Gênero no Trabalho. Pretende-se também a conclusão do processo de elaboração do anteprojeto de lei sobre Marco Civil da Internet e do Estatuto dos Povos Indígenas, anteprojeto elaborado pela Comissão Nacional de Política Indigenista, entre outros.

O Projeto Pensando o Direito, que tem por objetivo fomentar a atividade acadêmica pelo financiamento de pesquisas na área do Direito, com caráter empírico ou multidisciplinar, sobre temas relevantes para a política e agenda legislativas, continuou suas atividades no ano de 2010. O projeto, realizado em parceria entre o MJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), não só aproximou o olhar das faculdades de direito ao processo legislativo, como colocou em discussão o próprio papel da academia no processo democrático brasileiro. Para 2011, pretende-se a institucionalização e ampliação do Projeto.





m) Combate à Lavagem de Dinheiro e Cooperação Jurídica Internacional

A fim de atender suas atribuições de articulador institucional e com a experiência adquirida pela sua atuação internacional, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) protagonizou proposta de aprimoramento da efetividade da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), foro nacional composto por mais de 60 órgãos dos três Poderes e do Ministério Público – pertencentes tanto à esfera nacional quanto estadual e municipal, além de instituições privadas.

No que se refere ao Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro, houve a inauguração de duas unidades – da Polícia Civil do Rio de Janeiro e da Polícia Civil de São Paulo; e a celebração de três novos acordos de cooperação para implantação de laboratórios nos Ministérios Públicos do Paraná e do Espírito Santo e na Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, este compartilhado com o Ministério Público do Estado.

Com relação ao fomento para o controle social sobre entidades do terceiro setor, no ano de 2010 aperfeiçoou-se a análise das prestações de contas das entidades sociais tituladas como de Utilidade Pública Federal (UPF), das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e das Organizações Estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil. A certidão de regularidade expedida pelo Cadastro Nacional de Entidades (CNEs/MJ) – sítio www.mj.gov.br/cnes – obteve ganhos de credibilidade e confiabilidade, passando a condicionar repasses de verbas públicas federais e municipais. A implementação do sistema gerencial do CNE/MJ, previsto para 2011, ampliará a transparência das informações das entidades sociais cadastradas.

No ano de 2010 foram iniciadas negociações bilaterais com Polônia e Japão em matéria de transferência de pessoas condenadas. Foram finalizadas negociações de acordos bilaterais em matéria de extradição com Áustria e Argélia. No âmbito multilateral, foi assinado o Acordo de Extradição Simplificada entre Brasil, Argentina, Portugal e Espanha.

n) Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

O Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), aprovado por meio do Decreto nº 6.347, de 8 de janeiro de 2008, apresentou metas concretas para o cumprimento dos princípios, diretrizes e ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas.

Ao longo dos anos de 2007 a 2010, o Governo Federal firmou articulações com os entes federativos e organismos internacionais para ações mais efetivas de combate ao tráfico de pessoas.

No exercício de 2011, prevê-se a continuidade de articulações com entes federados e organismos internacionais e o desenvolvimento de ações de forma a tornar o combate a essa modalidade criminal uma política pública permanente e efetiva. Dentre essas ações, estão previstas: i) a divulgação de novos estudos e pesquisas sobre o tema; ii) a capacitação de 30 mil atores envolvidos, direta ou indiretamente, com o enfrentamento ao tráfico de pessoas; iii) o aprimoramento de novos instrumentos para o enfrentamento a este crime; iv) a elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; v) a realização de encontros nacionais anuais da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; e vi) a capacitação das entidades usuárias do módulo de monitoramento do Sistema de Informações referente ao enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

o) Combate à Pirataria

Guiado pelo Plano Nacional de Combate à Pirataria, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP) dedicou sua atenção à articulação com Municípios para a implementação do Projeto Cidade Livre de Pirataria e





Feira Legal, tendo como fruto os planos de trabalho para viabilizar os acordos assinados com as prefeituras de São Paulo e Curitiba. Promoveu também a assinatura de um novo acordo com o Distrito Federal, sendo realizado o 1º Seminário de Capacitação para o Combate à Pirataria, alcançando cerca de 380 agentes públicos.

Em 2 de dezembro de 2010, o CNCP promoveu o lançamento da campanha “Brasil Original Compre Essa Atitude”, uma campanha pelo que é direito, em parceria com a Ancine, além de outras entidades que atuam na produção e exibição do cinema brasileiro.

Dentre os planos de ação previstos para 2011, destacam-se prioritariamente a estruturação, a implementação e o monitoramento do projeto Cidade Livre de Pirataria nos Municípios parceiros e a realização de novas parcerias essenciais à consecução do Plano Nacional de Combate à Pirataria.

Também para 2011 pretende-se realizar a divulgação e implementação do Diretório Nacional de Marcas – ferramenta que auxiliará todas as instituições repressivas das três esferas de Governo na identificação do representante da marca, o que possibilitará auxílio nos trâmites legais durante e após a apreensão de produtos falsificados, bem como a divulgação da campanha “Brasil Original Compre essa Atitude”.

p) Anistia Política

A Comissão de Anistia inovou na política de reparação às vítimas. Além de apreciar quase 67 mil pedidos de anistia, agregou uma gama de mecanismos de perfil simbólico: as Caravanas da Anistia – com julgamentos públicos da história e pedidos oficiais de desculpas às vítimas – e a implantação do Memorial da Anistia, para que reparação e memória sigam integradas, rumo à difusão das liberdades públicas e a defesa dos valores democráticos.

Nesse sentido, as principais ações realizadas no ano de 2010 resumem-se: i) em acelerar a apreciação administrativa dos mais de 67 mil requerimentos de anistia autuados com diminuição da média das indenizações concedidas aos anistiados, ajustando-as à realidade brasileira; ii) na realização de 47 Caravanas da Anistia com sessões públicas de julgamento nos locais onde ocorreram as perseguições; iii) no Projeto Marcas da Memória – História Oral da Anistia no Brasil que aponta a construção de ações gerais de preservação da memória histórica dos perseguidos e torturados; iv) na Chamada Pública nº 1, que envolve parcerias com a sociedade civil para realização de Projetos de Preservação, Divulgação e Formação Relativos à Memória da Anistia Política e do Processo de Justiça Transacional no Brasil; v) na realização de Audiências Públicas dando a oportunidade à sociedade de conhecer parte da história até então desconhecida; vi) na criação e publicação da Revista Anistia, do livro Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro e do Catálogo de Fotos dos 30 anos da Anistia e de diversos seminários e cursos no Brasil e exterior; e vii) no início da implementação do Memorial da Anistia Política do Brasil em Belo Horizonte (MG).

Para 2011, a Comissão de Anistia irá trabalhar na aprovação da estrutura regimental de cargos tanto para a Comissão de Anistia quanto para o Memorial da Anistia; na aprovação do Projeto de Lei de Acesso à Informação (PLC nº 41, de 2010); e na aprovação do PL 7.376/2010, que cria a Comissão Nacional da Verdade. Prevê-se ainda a inauguração do Memorial da Anistia Política do Brasil em Belo Horizonte e a realização de novas chamadas públicas com finalidade de resgatar e preservar a história política do País, assim como a preservação e disponibilização, por meio eletrônico, do Acervo sob a guarda da Comissão de Anistia.

Também é prevista para 2011 a publicação dos resultados de cursos e eventos internacionais promovidos. As Caravanas da Anistia devem continuar ampliando fortemente suas parcerias junto à sociedade civil. Finalmente, pretende-se concluir a análise de todos os processos protocolados no órgão até 2010 e promover esclarecimento público para que mais brasileiros acessem seu direito à reparação moral e econômica nos próximos anos, mantendo o protocolo da Comissão aberto a novos pedidos.





13. Prevenção Quanto ao Uso de Drogas

A condução da política sobre drogas no País consolida, de modo progressivo, a participação de diversos segmentos do Governo e da sociedade civil, fazendo convergir esforços frente aos contínuos desafios impostos pelo consumo e tráfico de drogas.

Em relação à formulação das respostas do Governo ao fenômeno das drogas, além das informações oriundas dos órgãos responsáveis pelo enfrentamento ao tráfico e delitos conexos, subsídios também relevantes são as tendências epidemiológicas reveladas pelos estudos diagnósticos produzidos junto à comunidade científica, parceria que também sustenta a ênfase na formação sistemática de recursos humanos qualificados para atuação na área.

Em 2010, respondendo às inquietações suscitadas pelo fenômeno do uso e tráfico do *crack*, o Governo instituiu o Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e outras Drogas, abrangendo diversas ações de caráter imediato e ações de natureza estruturante, contribuindo, sobremaneira, para a consolidação de uma agenda intersetorial no enfrentamento aos problemas relacionados ao uso e ao tráfico de drogas no País.

Para as ações imediatas foram destinados R\$ 410 milhões. Destacam-se aquelas voltadas à expansão e qualificação da rede de atenção integral aos usuários de *crack* e outras drogas, assim como o enfrentamento ao tráfico da droga em todo o território nacional, principalmente nos Municípios localizados em região de fronteira. As ações estruturantes, por sua vez, organizam-se em torno da integração de ações de prevenção, tratamento e reinserção social; diagnóstico da situação sobre o consumo do *crack* e suas consequências; campanha permanente de mobilização, informação e orientação; e formação de recursos humanos e desenvolvimento de metodologias de tratamento e reinserção social.

Com o intuito de garantir o alcance das estratégias já traçadas, para 2011 importa consolidar as ações previstas no âmbito do Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e outras Drogas, intensificando as estratégias preventivas no âmbito das escolas, da atividade judiciária e da comunidade, fortalecendo o enfrentamento ao tráfico nas áreas urbanas e regiões de fronteira. Ademais pretende-se ampliar as ações relacionadas com o tratamento e a reinserção social, acrescidas de intervenções específicas nas chamadas “cracolândias” e junto às comunidades vulneráveis, considerando a necessidade de construção de alternativas ao apelo da droga a partir da otimização das ações de base comunitária e fortalecimento da presença do Estado.

Por fim, no ensejo de fortalecimento dos laços de cooperação com os países vizinhos e consolidando o seu protagonismo regional no âmbito da cooperação internacional na área de drogas ilícitas, o Brasil seguirá coordenando, em parceria com a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) da Organização dos Estados Americanos (OEA), a implementação de um plano de enfrentamento ao *crack* na região do Cone Sul (Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile e Brasil), a exemplo do que vem sendo implementado em nosso País.





IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS:
DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA



IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

O compromisso de fazer o Brasil crescer de forma sustentada e acelerada tem se concretizado nos elevados patamares de investimentos em infraestrutura. Em maio de 2010, o lançamento do PAC 2 garantiu ao setor alocação de recursos para os próximos anos. Os investimentos realizados em 2010 permitiram avançar na mitigação de gargalos de infraestrutura e, conseqüentemente, aumentar gradativamente o potencial de crescimento da economia brasileira.

A capacidade de oferta energética foi expandida em 2010 e para 2011 espera-se novo aumento na capacidade de geração e transmissão. No setor de petróleo e gás natural merece destaque, além das novas notificações de descobertas de hidrocarbonetos, inclusive na Região do Pré-Sal, a sanção da Lei que estabeleceu o regime de exploração de partilha de produção para as áreas de Pré-Sal e áreas estratégicas. Houve também o início da produção em novas plataformas, contribuindo para o recorde de produção de 2.165 mil barris/dia. Para 2011 está prevista a continuidade deste processo de expansão da produção, aliada à continuidade da política de aumento do conteúdo local de bens e serviços do setor petrolífero, que vem contribuindo para alavancar a economia e gerar mais emprego e renda.

No que se refere à infraestrutura de transporte, inúmeras iniciativas foram empreendidas em 2010, tais como os investimentos na manutenção da malha rodoviária atual e na ampliação, pavimentação ou adequação dos eixos estratégicos consolidados; conclusão de eclusas e outras obras de manutenção de hidrovias, como dragagens e derrocamentos. A malha ferroviária nacional foi ampliada e novos traçados foram iniciados. No setor portuário foram concluídas diversas obras que resultaram no aumento da capacidade de operação dos portos brasileiros. O Programa Nacional de Dragagem permitiu investimentos para a manutenção da profundidade adequada nos canais de acesso e bacias de evolução, e se consolidou como um instrumento importante para a adequação da infraestrutura portuária às demandas da sociedade.

No intuito de melhorar a infraestrutura aeroportuária, o governo realizou investimentos diretos – por intermédio da Infraero – e iniciou, em 2010, o processo de concessão de aeroportos à iniciativa privada, baseado no Decreto nº 7.205, de 10 de junho de 2010, que dispõe sobre o modelo de concessão para exploração do aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN).

Destacam-se ainda a sanção da Lei nº 12.305, de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; a continuidade da Política Nacional de Habitação, incluindo seus principais eixos: o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), o PAC - Habitação e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Nas comunicações, destaca-se a ampliação da infraestrutura de banda larga de maior velocidade – *backhaul* – a todos os Municípios do País.

1. Energia

a) Energia Elétrica

O Governo desenvolveu, ao longo de 2010, um conjunto de ações visando a assegurar as condições necessárias para dotar o País de uma infraestrutura energética capaz de sustentar as taxas de crescimento do PIB previstas para os próximos anos. Nesse sentido, diversos projetos estratégicos de geração e transmissão estão inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que lhes confere prioridade na alocação de recursos e no acesso a financiamento, além de contar com monitoramento intensivo por parte do Governo.

Em relação à geração de energia elétrica, as usinas em implantação permitiram, até dezembro de 2010, um incremento de 6.149





MW de capacidade instalada, sendo 1.965 MW de fonte hidráulica, 3.727 MW de fonte térmica e 457 MW de usinas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). No que tange à transmissão, as obras executadas em 2010 resultaram na incorporação ao sistema de 2.561 km de linhas e 7.364 MVA de transformação.

Já para o ano de 2011, a previsão de expansão da oferta de geração é de 6.611,6 MW. Na transmissão, deverão ser acrescentados aproximadamente 2.985 km de linhas ao Sistema Elétrico Brasileiro, que ampliarão a integração energética entre as diversas regiões brasileiras.

a.1) Geração e Transmissão

Dos empreendimentos concluídos em 2010, destacam-se a Usina Hidrelétrica (UHE) Foz do Chapecó (855 MW), localizada nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as UHE's Serra do Facão (212,6 MW), Salto (108 MW), Barra dos Coqueiros (90 MW), Caçu (65 MW), Salto do Rio Verdinho (93 MW) e Foz do Rio Claro (68,4 MW), no Estado de Goiás, a Usina Termelétrica UTE Candiota III (350 MW), no Estado do Rio Grande do Sul, as UTE's Global I e Global II (297,3MW), no Estado da Bahia, e a UTE Bonfim (111 MW) no Estado de São Paulo

Para 2011 está previsto um acréscimo na capacidade de geração de energia elétrica no Brasil da ordem de 1.735,4MW de fonte hidráulica e 4.212,1MW de fonte térmica, totalizando 5.947,5 MW de potência instalada em novos empreendimentos, sendo os principais destaques a conclusão da UHE Dardanelos (261 MW) e da UTE Do Atlântico (490 MW) e o início da operação comercial da UHE Estreito (1.087 MW), da UHE Símplicio (333,7 MW) e da primeira máquina (73,3 MW) da UHE Santo Antônio, uma das usinas do Complexo do Rio Madeira.

No ano de 2010 o sistema de transmissão de energia elétrica alcançou a extensão de 99.910 km de linhas de transmissão. Cabe ressaltar que no ano de 2010 foram energizados 2.561 km de linhas de transmissão (LTs). Neste sentido, destaca-se a construção de trechos das seguintes LTs: i) LT Presidente Médici / Santa Cruz – 230 kV, com 233 km de extensão, promovendo o escoamento da energia gerada pela UTE Candiota; ii) LT Paraíso / Açú – 230 kV, com 135 km de extensão, promovendo o escoamento da energia gerada pela UTE Jesus Soares Pereira; e iii) as LTs Colinas / Ribeiro Gonçalves / São João do Piauí – 500 kV, com 720 km, e São João do Piauí / Milagres – 500 kV, com 400 km de extensão.

Está prevista para 2011 a conclusão de 2.985 km de linhas de transmissão e 10.204 MVA de potência de transformação. Merecem destaque as obras da Linha de Transmissão (LT) Tucuruí – Manaus – Macapá – 230kV e 500 kV, com extensão estimada em 3.652 km (C1 e C2). Trata-se de um dos maiores projetos de linhas de transmissão de energia elétrica já realizados no Brasil. O empreendimento percorrerá os Estados do Pará, Amazonas e Amapá, ligando a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará, aos Municípios de Manaus (AM) e Macapá (AP). O empreendimento produzirá o grande benefício de integrar o sistema isolado de Manaus e Macapá ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Cabe ressaltar ainda como grandes empreendimentos previstos para o ano de 2011 a construção dos bipolos da linha de transmissão em corrente contínua para escoamento da energia gerada pelas usinas do rio Madeira e as energizações das Subestações Ilha Solteira 2 – 440/230 kV, com 1.350 MVA, Jauru 500/230 kV, com 750 MVA e Chapadão 230/138 kV, com 675 MVA.

a.2) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão

Foram outorgados 77 empreendimentos de geração de energia elétrica em 2010, referentes aos Leilões A-5/2008; A-3/2009 Energia de Reserva/2009; A-5/2010 e o Leilão da UHE Belo Monte, que acrescentarão 6.250 MW médios ao SIN, a partir de 2012.





Merece destaque o Leilão da UHE Belo Monte, realizado em 20 de abril de 2010. Essa usina, localizada no Rio Xingu, terá 11.233 MW de potência instalada, com entrada em operação prevista para 2015 e investimentos da ordem de R\$ 19 bilhões.

No Leilão A-5/2010, realizado em 30 de julho de 2010, foi contratada energia elétrica de sete usinas, sendo três UHEs e quatro PCHs, que agregarão 809 MW de potência ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Foi realizado em 26 de agosto de 2010 o 3º Leilão de Compra de Energia de Reserva. Nesse leilão foram contratadas oito usinas a biomassa para fornecimento em 2011 e 2012 e duas PCHs, três usinas térmicas a biomassa de bagaço de cana e vinte empreendimentos de geração eólica para fornecimento a partir de 2013, totalizando 1.207 MW de potência instalada. O Leilão de Fontes Alternativas, também realizado em 26 de agosto de 2010, contratou, para 2013, cinco PCHs, uma usina térmica a biomassa de bagaço de cana e 50 empreendimentos de geração eólica, totalizando 1.548 MW de potência instalada.

O Leilão de Energia para Atendimento aos Sistemas Isolados (Região Norte) foi realizado em 9 de março de 2010. Foram contratadas três usinas, todas de fonte cavaco/resíduo de madeira, para suprimento de energia elétrica a partir de 2012, com potência de 42,2 MW e 35,8 MW médios de garantia física. O preço médio da energia foi de R\$ 148,72/MWh.

Foram outorgadas, em 2010, as concessões de transmissão de energia elétrica licitadas nos Leilões nºs 05/2009, 01/2010 e 06/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), compreendendo 2.288 km de Linhas de Transmissão e 23 subestações, com capacidade de 11.164 MVA.

O leilão de transmissão nº 01/2010, realizado em junho, contratou 708 km de LT e 11 subestações, que acrescentarão 1.754 MVA de transformação ao SIN. Estão previstos investimentos da ordem de R\$ 700 milhões e a criação de 3.450 empregos diretos. Esses empreendimentos, com previsão de entrada em operação para 2012, permitirão expandir a Rede Básica do SIN nos Estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo, e escoar a energia proveniente das usinas do Rio Madeira e do Complexo CERAN (UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho).

O leilão de transmissão nº 06/2010 contratou, em setembro de 2010, 501 km de linhas de transmissão e quatro subestações, que irão reforçar a capacidade de transmissão do SIN, além de Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG), conectadas à Rede Básica. São estimados investimentos em torno de R\$ 300 milhões, que permitirão expandir a Rede Básica do SIN nos Estados da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte e conectar as Usinas Eólicas que comercializaram energia no Leilão de Energia de Reserva nº 003/2009. A previsão é de que as instalações de transmissão licitadas entrem em operação em 2012 e que sejam gerados cerca de 2.150 empregos diretos durante a fase de construção.

O leilão de transmissão de energia elétrica nº 9/2010, realizado no dia 9 de dezembro de 2010 na sede da BM&FBovespa, em São Paulo, teve um deságio médio de 43,67% e movimentou cerca de R\$ 90 milhões para os 505 km de linhas de transmissão e nove novas subestações para os lotes arrematados, que totalizam 1.647 MVA. Apenas para o “lote E” não houve oferta no leilão. As instalações de transmissão a serem construídas nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul irão reforçar a rede básica do SIN. Os investimentos estimados, durante a construção das instalações de transmissão, são da ordem de R\$ 762,7 milhões e deverão gerar cerca de 3.900 empregos diretos.

Ocorreu em 17 de dezembro de 2010 o Leilão A-5/2010, 4º trimestre, para fonte hídrica. Foi contratada energia elétrica de duas UHE, Teles Pires e Santo Antônio do Jari, que agregarão, a partir de 1º de janeiro de 2015, 2.120 MW de potência ao SIN e contribuirão com 968 MW médios de energia elétrica. O preço do lance para a UHE Teles Pires foi de R\$ 58,36/MWh, o menor preço de energia elétrica já contratado para o Ambiente Regulado, com deságio de 33%, e para a UHE Santo Antônio do Jari foi de R\$ 104,00/MWh.





a.3) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão

Estão previstos três leilões de linhas de transmissão e subestações para o ano de 2011. O 1º leilão licitará a concessão do sistema de transmissão que possibilitará a integração ao SIN da 2ª etapa do projeto Ilha do Marajó, reforços na Região Nordeste, de transmissão à Região Sudeste e ao sistema receptor de energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, compreendendo dez subestações com 7.281 MVA de transformação, 1.261 km de LT e investimentos previstos de R\$ 1,64 bilhão. O objeto do 2º leilão será definido com base na consolidação de obras de Rede Básica para o período 2011/2013. Será também realizado um leilão de Transmissão e de Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICGS), associado ao LFA nº 07/2010 e LER nº 05/2010, que se encontra na fase de determinação dos empreendimentos a serem leiloados.

Serão realizados, também no ano de 2011, um leilão A-3 e dois leilões A-5 de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, bem como um leilão A-1 de energia existente e um leilão de reserva, com o objetivo de atender a demanda declarada pelas distribuidoras para o ano de 2014 e contratar cerca de 3.500 MW médios de energia elétrica, para fornecimento em 2016.

a.4) Planejamento do Setor Elétrico

No ano de 2010, o Ministério de Minas e Energia aprovou e publicou o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2019), que apresenta os principais empreendimentos selecionados para entrar em operação no período decenal de forma a garantir a segurança energética nacional ao mínimo custo econômico, social e ambiental. Também foram iniciados os estudos do Plano Nacional de Energia (PNE 2035), que consiste na definição das alternativas preferenciais de produção, transporte e uso da energia necessária ao atendimento da demanda energética nacional para diversos cenários. Para a consecução desses estudos o Ministério contou com o apoio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Eletrobras (CEPEL).

Assim como o PNE 2035, o Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 (PDE 2020), será publicado no ano de 2011, confirmando mais uma vez a solidez do planejamento energético brasileiro, implementado por meio de processos regulares e consistentes de consulta e diálogo junto à sociedade e aos agentes do mercado.

a.5) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa)

O Proinfa tem como objetivos estratégicos a diversificação da matriz energética, a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e a promoção da complementariedade das fontes eólicas e de biomassa com as hidrelétricas. Atualmente estão em operação 109 empreendimentos, sendo 50 PCHs (999,74MW), 38 usinas eólicas (835,43MW) e 21 UTEs a partir de biomassa (550,34MW). Em 2010 entraram em operação 343,05 MW, sendo 44,20MW de PCHs, 262,85MW de eólicas e 36MW de biomassa. O Proinfa, desde seu início, promoveu a inserção de 2.385,51MW no SIN.

a.6) Eficiência Energética

Em 2010, o Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf) teve sua primeira fase concluída, e atualmente encontra-se em processo de consulta pública. O principal objetivo desse plano é alcançar a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Energia 2030 de ter 10% do consumo de energia elétrica, em 2030, atendido por programas de Eficiência Energética. Para atingir esse objetivo, espera-se fortalecer os principais programas que dão suporte ao PNEf, quais sejam: o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e o Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET).





Em 2010 foram contabilizadas 36 categorias de equipamentos com selos PROCEL ou CONPET de eficiência energética, totalizando 4.383 diferentes modelos. Somam-se a esse esforço sete novas regulamentações de índices mínimos de eficiência energética, atendendo à Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que exclui compulsoriamente do mercado os produtos menos eficientes. Ainda nesse segmento de atuação merece destaque o lançamento da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia para Edificações Residenciais, um passo a mais na trajetória de efficientização desse setor tão relevante.

Há que se registrar, também, a conclusão dos estudos para se implementar um plano visando a “Disseminação de Sistemas de Aquecimento Solar no Brasil” para o período 2011-2015, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e outras instituições. Um avanço nessa direção foi a implantação pela Caixa Econômica Federal, em 2010, de mais de 28 mil sistemas de aquecimento solar no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

a.7) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico

No campo da regulação, deu-se continuidade ao segundo ciclo de revisão tarifária das distribuidoras, referente ao período 2007/2010. Em 2010 foram realizados reajustes tarifários em 62 distribuidoras e a revisão tarifária de uma distribuidora. No segmento de transmissão, em junho de 2010 foram revistas as tarifas de 12 transmissoras. Para 2011 estão programados 94 reajustes tarifários (56 concessionárias e 38 permissionárias) e sete revisões tarifárias de distribuidoras (concessionárias).

Destaca-se, ainda, a publicação da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, que define, entre outros, o dever das distribuidoras de energia elétrica de disponibilizar postos de atendimento em todos os Municípios de sua área de concessão ou permissão, dotados de estrutura suficiente para que o tempo máximo de espera seja de 45 minutos. Ademais, os prazos de atendimento de diversos serviços foram reduzidos, e, se violados, gerarão ao consumidor uma justa compensação na fatura seguinte.

Em 2010 foram realizadas 1.433 ações de fiscalização de serviços de energia elétrica. Está programada para 2011 a realização de 1.835 fiscalizações de instalações e serviços de geração, transmissão e distribuição, com priorização para os empreendimentos constantes do PAC. As fiscalizações serão realizadas principalmente pela ANEEL, contando com serviços de apoio de empresas credenciadas e, por delegação, pelas agências reguladoras estaduais conveniadas.

Do universo de 52 cooperativas de eletrificação rural aptas a se tornarem permissionárias de serviços públicos de distribuição, em 2010 foram regularizadas 11 cooperativas como permissionárias e seis como autorizadas. Para 2011 está prevista a regularização de 13 permissionárias e cinco autorizadas.

No âmbito de atuação da Ouvidoria, os serviços da central de teleatendimento da ANEEL aos consumidores e as atividades desenvolvidas, por delegação, pelas agências estaduais conveniadas proporcionaram 1.574.630 atendimentos em 2010. Foram aprimoradas e ampliadas as consultas e audiências públicas de forma a intensificar a participação da sociedade na agenda regulatória. Em 2010, foram realizadas mais de 130 audiências e consultas públicas à sociedade. O maior número desde 1998.

Entre os temas apresentados, destaca-se o aperfeiçoamento da metodologia para o terceiro ciclo de revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica, que será iniciado em 2011; a tarifa social de energia elétrica para a classe de baixa renda; a revisão tarifária de transmissoras, indicadores de continuidade de 63 distribuidoras, estudos de inventário e leilões, entre outros.

a.8) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico

No âmbito do PAC, em 2010, foram obtidas licenças ambientais para seis Pequenas Centrais Hidrelétricas, 15 Aproveitamentos/





Usinas Hidrelétricas, 29 Usinas Termelétricas e 53 Linhas de Transmissão/Subestações.

Dentre os aproveitamentos hidrelétricos licenciados, destaca-se a obtenção da licença prévia do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte (11.233MW), Teles Pires (1.820 MW), Colider (300 MW), Ferreira Gomes (252 MW), Garibaldi (177,9 MW), Cachoeira (63 MW) e Estreito (56 MW), totalizando 13.901,9 MW de potência. Ainda considerando os aproveitamentos hidrelétricos, destacam-se, também, as Licenças de Operação das Usinas Hidrelétricas Foz do Chapecó, Estreito do Tocantins, Dardanelos, Caçu, Foz do Rio Claro, Rondon II, Salto do Rio Verdinho e Barra dos Coqueiros, totalizando 2.330,5 MW.

Para os empreendimentos de transmissão de energia, os destaques são a Interligação Tucuruí – Macapá – Manaus, com obtenção de Licenças de Instalação para todos os trechos; a Interligação Madeira – Porto Velho – Araraquara, com obtenção de Licenças de Instalação para as subestações Coletora Porto Velho e Araraquara; a obtenção de Licenças de Instalação para o início das obras civis das estações retificadora e inversora (Estação Conversora 01 CA/CC e Estação Inversora 01 CC/CA); a obtenção de Licenças Prévias para LT Cuiabá – Ribeirãozinho – Rio Verde, LT Coletora Porto Velho – Araraquara C1; Estação Conversora 02 CA/CC e Estação Inversora 02 CC/CA, e Interligação Norte – Nordeste; e obtenção de Licenças de Operação para as LT's Colinas – São João do Piauí e São João do Piauí – Milagres.

b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis

O incremento estimado nas descobertas na região denominada Pré-Sal, nas bacias marítimas de Santos e Campos, no sudeste do País, que continuam em avaliação, são os seguintes: Tupi (5 a 8 bilhões de barris de óleo equivalente - boe), Iara (3 a 4 bilhões de boe), Guará (1,1 a 2 bilhões de boe), Jubarte (1,5 a 2 bilhões de boe), Franco (2,2 a 5,5 bilhões de boe), Florim (0,1 a 0,4 bilhão de boe), Sul de Guará (0,1 a 0,3 bilhão de boe), Libra (7 a 8 bilhões de boe), Entorno de Iara (0,6 a 0,8 bilhão de boe), Sul e NE de Tupi (0,5 a 0,7 bilhão de boe) e Peroba (1,1 a 1,8 bilhão de boe), totalizando 22,2 a 33,5 bilhões de boe. Esse volume equivale ao dobro das reservas provadas de petróleo e gás natural brasileiras em 2009, que foram de 15,1 bilhões de boe.

No setor de exploração e produção de petróleo e gás natural, destacam-se as novas notificações de descobertas de hidrocarbonetos em poços exploratórios. Foram registradas, em 2010, 156 descobertas, sendo 87 em mar e 69 em terra. Dessas notificações, 32 relacionam-se aos blocos marítimos na província do Pré-Sal. Com relação às declarações de comercialidade, nesse ano a Agência Nacional de Petróleo (ANP) recebeu 29 declarações, número superior ao verificado em 2009.

Em 2010, no âmbito do projeto de desenvolvimento da fase I dos campos de Cachalote (pós-sal) e Baleia Franca (pré e pós-sal), com capacidade de produzir até 100 mil barris por dia de petróleo e 3,2 milhões de m³ de gás natural, entrou em operação a plataforma *Floating Production Storage Offloading* (FPSO) Capixaba (deslocada do campo de Golfinho); e para a produção no campo de Uruguá – Tambaú, com capacidade para 35 mil barris/dia de petróleo e 10 milhões de m³/dia de gás natural, entrou em operação a FPSO Cidade de Santos. Ainda em 2010, no mês de dezembro, entrou em produção a Plataforma P-57, relativa à Fase 2 do Campo de Jubarte e cuja capacidade é de até 180 mil barris/dia de petróleo e 3 milhões de m³ de gás natural.

O ingresso dessas plataformas colaborou para o aumento da produção no País, que atingiu a média de 2.077 mil barris/dia em setembro de 2010, com recorde de produção registrado em agosto (2.165 mil barris/dia). Em outubro de 2010, a Petrobras colocou em operação o 1º Sistema Definitivo de Produção Tupi, no Bloco BM-S-11, na Bacia de Santos, por meio do navio-plataforma FPSO Cidade de Angra dos Reis, que testa um novo poço, ainda na fase de exploração, sendo parte do primeiro sistema definitivo do Pré-Sal da Bacia de Santos. Esta nova unidade está instalada próxima ao FPSO BW Cidade de São Vicente, que realiza desde 1º de maio de 2009 o Teste de Longa Duração (TLD) de Tupi, de onde aproximadamente 9,1 milhões de barris de petróleo foram produzidos em 2010.





Está previsto para 2011 o início da produção da Plataforma P-56, no Campo de Marlim Sul – Módulo 3, com capacidade de 100 mil barris/dia de petróleo e 6 milhões de m³ de gás natural, e da plataforma do tipo fixa PMXL-1, para produção de gás natural no campo de Mexilhão, com capacidade de 15 milhões de m³ por dia.

No que se refere à exploração e produção (E&P), cumpre destacar, ainda, os seguintes projetos em fase licitatória cujas obras deverão ser iniciadas em 2011: contratação de 28 sondas de perfuração e de oito cascos de plataformas do tipo FPSOs para serem instaladas em áreas do Pré-Sal da Bacia de Santos para o desenvolvimento da produção nas áreas de Tupi, Carioca, Lara e Guará.

Em 2011, o Governo dará continuidade à política de aumento do conteúdo local de bens e serviços do setor petrolífero, implementada por meio do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) e dos contratos de concessão e de cessão onerosa. Essa política tem possibilitado a reativação da indústria brasileira, em especial a naval, conforme demonstram as encomendas de plataformas e navios feitas no mercado nacional.

b.1) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás

Durante o ano de 2010, merece destaque a aprovação dos seguintes marcos legais: i) a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza a criação da empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) que representará os interesses da União nos contratos de partilha da produção; ii) a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, que autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal; e iii) a Lei nº 12.351, de 22 dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do Pré-Sal e em áreas estratégicas, cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos, além de alterar dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. O Fundo Social, que aplicará os recursos oriundos dos contratos de partilha de produção em atividades rentáveis no Brasil e no exterior, utilizará seus rendimentos no combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da previdência, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e da mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Destaca-se também o Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, que regulamentou a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, a Lei do Gás, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte, tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural. O referido decreto atribuiu ao Ministério de Minas e Energia (MME) a responsabilidade de elaborar o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País (PEMAT), que consiste em um planejamento de médio e longo prazo para a instalação e ampliação de gasodutos e demais componentes da infraestrutura de transporte de gás natural. A primeira edição do Plano está prevista para 2011.

A Lei do Gás incluiu novo dispositivo sobre a concessão para o aproveitamento do gás metano que ocorre associado a depósito de carvão mineral. Nesse sentido, visando a definir as bases para uma futura regulamentação desse dispositivo, em 2010 foi constituído um Grupo de Trabalho envolvendo o Ministério de Minas e Energia, a ANP, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O trabalho do grupo será concluído até o início de 2011.

b.2) Contrato de Cessão Onerosa

A Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, autorizou a União a ceder onerosamente à Petrobras o exercício das atividades de pes-





quisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos. Logo após a promulgação dessa Lei, foi constituído um grupo de trabalho envolvendo representantes do Governo e da Petrobras com o objetivo de elaborar as cláusulas e condições do contrato de cessão onerosa do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural pela companhia. O valor do contrato foi estabelecido com base em laudos técnicos de entidades certificadoras independentes contratadas pela Petrobras e pela ANP, conforme estabelecido no art. 3º da Lei 12.276, de 2010. A seleção das áreas para negociação deu-se em função do melhor conhecimento existente à época e incluiu extensões de jazidas, para fora da área concedida, onde já havia notificação de descoberta de hidrocarbonetos (Iara, Tupi, Júpiter e Guará). Foram definidos no instrumento de contrato entre a União, representada pelo MME, e a Petrobras, as áreas e os volumes de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, limitados a cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo, relacionados à cessão onerosa, em 3 de setembro de 2010.

b.3) Rodadas de Licitações de Blocos

A 11ª rodada de licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural, segundo o modelo de concessão, e a primeira rodada de licitações de blocos segundo o modelo de partilha da produção, estão previstas para se realizarem em 2011. A ANP já elaborou estudos para a seleção de blocos para a 11ª rodada de licitações, os quais serão submetidos à análise e aprovação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

b.4) Refino e Petroquímica

No setor de refino, no âmbito do PAC, 11 refinarias receberam investimentos de R\$ 32,2 bilhões para obras de modernização, qualidade e conversão. A meta é acrescentar 100 mil barris por dia à atual capacidade instalada de refino. Destacam-se as obras voltadas para o aumento do processamento de óleo nacional, a conversão de produtos pesados em derivados leves e a melhoria da qualidade dos combustíveis, com a adaptação das refinarias para produzirem gasolina e diesel com baixos teores de enxofre, em conformidade com as exigências ambientais. Em setembro de 2010, a unidade de produção de gasolina da Refinaria Potiguar Clara Camarão entrou em operação, com capacidade de refinar 30 mil barris/dia, decorrente de investimento da ordem de R\$ 413 milhões.

Com capacidade de processar 230 mil barris por dia e investimentos previstos de R\$ 26,7 bilhões, a Refinaria Abreu e Lima (PE) está projetada para operar a partir do primeiro trimestre de 2013. O principal produto da refinaria será o óleo diesel com baixo teor de enxofre para atender às exigências do mercado.

Nos Estados do Maranhão e Ceará estão sendo construídas as refinarias Premium I e II, que produzirão combustíveis de elevada qualidade e com baixíssimos teores de enxofre. A previsão é de que, no final de 2014, a Premium I já esteja operando com 50% de sua capacidade. As duas refinarias, quando concluídas, terão capacidade de refino de 900 mil barris por dia.

No segmento petroquímico, pode-se destacar os investimentos do PAC no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). Esse complexo de refino de petróleo pesado tem capacidade instalada para processamento de 330 mil barris por dia, e previsão de investimentos, até 2014, de cerca de R\$ 19,2 bilhões. Em 2010, 17,5 % do projeto do COMPERJ foram concluídos. Além do COMPERJ, destaca-se a Petroquímica Suape, com capacidade total de produção de 240 mil t/ano, cuja unidade de fios de poliéster já se encontra em pré-operação desde agosto de 2010. Em Suape também serão implantadas unidades de produção de ácido teraftalato, com capacidade de 700 mil t/ano, e de fabricação de resina para embalagem PET, com capacidade de 450 mil t/ano.

Outro ponto de destaque é a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, que instituiu o Regime Especial de Incentivos para o Desen-





volvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (REPENEC). Com isso, serão beneficiadas com desoneração de PIS/PASEP, CONFINS e IPI os projetos aprovados para implantação de obras de infraestrutura nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e de ureia a partir do gás natural.

No tocante à logística de transporte marítimo, destaca-se o Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF). Esse projeto integra o PAC e prevê a construção de 49 navios com capacidade de cerca de 4,0 milhões TPB (Tonelagem Porte Bruto). Na 1ª Fase – PROMEF I – serão acrescentados 2,7 milhões de TPB e na 2ª fase – PROMEF II – 1,3 milhão de TPB. Esses novos navios representam um acréscimo de 138% na capacidade atual, passando de 2,9 milhões de TPB para 6,9 milhões de TPB ao final do projeto, e deverão gerar, aproximadamente, 40 mil empregos diretos e outros 160 mil indiretos. Estima-se que tenham sido gerados, em 2010, 50 mil empregos pelo PROMEF. As premissas do programa são de que os navios sejam construídos no Brasil, com a garantia de um índice de nacionalização de 65% no PROMEF I e de 70% no PROMEF II. Até o momento, 46 navios já foram licitados, com investimentos previstos superiores a R\$ 8,8 bilhões. O programa permitiu reativar a indústria naval e colocar o País entre os principais fabricantes de navios do mundo. Outros setores da indústria foram impulsionados, entre eles o de navieças, o siderúrgico e o metalúrgico, os quais fornecerão insumos para a construção dos navios encomendados.

b.5) Mercado de Gás Natural

Durante o ano de 2010, o Ministério de Minas e Energia monitorou as condições de atendimento do mercado brasileiro de gás natural e publicou o Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural. Esse documento tem o objetivo de compilar as informações mais relevantes do setor, apresentando-as em formato de fácil leitura e de consulta rápida, que possa subsidiar àqueles que desejam acompanhar os diversos aspectos da indústria do gás natural no Brasil. O MME também acompanhou, por meio do monitoramento diário dos níveis de operação do SIN, as condições de suprimento às UTEs a gás natural que integram o Termo de Compromisso (TC).

Em decorrência do Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, regulamentador da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural, espera-se para 2011 a entrada de novos agentes, ampliando a oferta de gás natural ao mercado brasileiro e promovendo a competitividade no setor.

b.6) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural

Com relação à expansão da infraestrutura de transporte de gás natural, em 2010 a carteira de projetos monitorados totalizava 3.970 km de novos gasodutos. Desse total, 3.776 km foram concluídos (95%) e 194 km estão em fase de construção e montagem (4,9%). Com crescimento de 61,4% em relação ao ano de 2007, a malha de transporte passou de 5.759 km para 9.295 km, em novembro de 2010.

Destaca-se a conclusão do gasoduto Cacimbas – Catu, de 954 km, último trecho do gasoduto Sudeste-Nordeste (GASENE). O GASENE é composto por três trechos e cumpre a função estratégica de integrar as malhas de transporte de gás natural das Regiões Sudeste e Nordeste, dando uma nova configuração à rede brasileira de gasodutos.

Entrou também em operação comercial o gasoduto Gasduc III, de 183 km, que aumentará a flexibilidade na oferta e a capacidade





de transporte para atender ao mercado do Sudeste, região de maior consumo de gás natural do País. Além de permitir o crescimento da oferta para o mercado não térmico. Com o Gasduc III está garantido o pleno atendimento das usinas Mario Lago (922 MW), Barbosa Lima Sobrinho (394 MW), Leonel Brizola (1.036 MW) e Norte Fluminense (869 MW), que juntas têm capacidade instalada de 3.221 MW.

Ainda em 2010, foram concluídos os gasodutos Gasbel II e Pilar – Ipojuca, com 267 km e 189 km, respectivamente. O Gasbel II incrementa a capacidade de transporte de gás natural para a região metropolitana de Belo Horizonte e para o Vale do Aço, regiões que concentram indústrias dos setores de mineração, siderurgia e celulose. Já o gasoduto Pilar – Ipojuca objetiva a ampliação da oferta de gás natural para a parcela setentrional da Região Nordeste do País.

Em 2011 entrarão em operação os gasodutos Caraguatatuba – Taubaté, Gasan II e Gaspal II, com 96 km, 38 km e 60 km, respectivamente. Esses gasodutos irão levar o gás proveniente da Bacia de Santos para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro.

b.6.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL)

O Terminal de Liquefação de Gás Embarcado, com previsão de início de obra em outubro de 2011, possibilitará o escoamento de 10 milhões de m³/dia (capacidade de 2,5 milhões de toneladas por ano do gás do cluster do Pré-Sal) e tem como objetivo transportar gás tanto para o mercado doméstico como modal de transporte, quanto para exportação em uma situação de superávit na oferta.

b.7) Hidrogênio

No que tange ao acompanhamento das atividades relativas ao uso do hidrogênio como insumo energético, destaca-se a participação do Ministério de Minas e Energia, em setembro de 2010, na 3ª Reunião Conjunta dos Comitês Diretor e Técnico do IPHE, sigla em inglês para Parceria Internacional para a Economia do Hidrogênio, na cidade de Xangai, na China. Em 2010 foi concluída a fase de testes operacionais do ônibus e a construção da estação de produção e abastecimento de hidrogênio.

b.8) Biocombustíveis

O ano de 2010 foi importante para os biocombustíveis no Brasil. Avançou-se na consolidação do biodiesel no mercado interno, com a antecipação, para janeiro de 2010, da meta estabelecida em Lei que determinava a mistura B5 (5% de biodiesel no diesel) apenas a partir de 2013. Houve também relevante progresso no etanol, em especial com o início da construção do sistema dutoviário que interligará a produção do interior do País aos principais portos exportadores no Rio de Janeiro e em São Paulo, bem como com a retomada de investimentos em novas unidades produtivas.

O Governo brasileiro continuou desenvolvendo importantes ações no plano internacional visando a transferir a experiência brasileira em biocombustíveis e estimular seu consumo e produção em outros países, especialmente em desenvolvimento. Essa medida é importante para converter os biocombustíveis em vetores de desenvolvimento sustentável e ampliar a produção mundial, facilitando sua transformação em *commodities* energéticas. Adotando posicionamento construtivo e esclarecedor quanto às frequentes críticas aos biocombustíveis, o Brasil deu prosseguimento à inserção desses combustíveis de fontes renováveis em acordos multilaterais de cooperação. Podem ser destacados avanços e parcerias nas discussões no Mercosul, com a União Europeia, com a União Africana, com a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e com o Fórum IBAS





(Índia, Brasil e África do Sul). Além disso, foram enfatizadas as cooperações bilaterais com países como Estados Unidos, Paraguai, Suécia, Holanda e Moçambique, dentre outros.

Seguindo essa mesma linha, o Brasil também teve participação ativa junto a organismos internacionais. Na Agência Internacional de Energia, o Brasil tem contribuído no *Bioenergy Implementing Agreement* e na revisão crítica de documentos, inclusive do *World Energy Outlook 2010*, que é a principal publicação dessa entidade no contexto energético, incluindo os biocombustíveis. Na Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), o Governo brasileiro apoiou a realização do V Seminário Internacional sobre Biocombustíveis. Discussões específicas para o desenvolvimento dos biocombustíveis também foram conduzidas no *Global Bioenergy Partnership* (GBEP), inclusive com avanços na harmonização de critérios de sustentabilidade.

b.8.1) Biodiesel

O ano de 2010 foi um marco importante do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e para a consolidação desse novo combustível na matriz energética nacional.

No quesito produção, os dados mostram um salto de 70 milhões de litros de biodiesel em 2006 para 2,4 bilhões de litros em 2010, com crescimento de quase 50% em relação a 2009. Com isso, o Brasil tornou-se um dos principais produtores mundiais desse combustível, sendo, atualmente, o terceiro maior mercado mundial, superado apenas pela Alemanha e França.

No final de 2010 havia 55 usinas autorizadas a produzir e comercializar biodiesel no Brasil, com capacidade instalada de 5,2 bilhões de litros por ano, aproximadamente o dobro da demanda interna. Com ganhos de competitividade e ações no cenário internacional, essa capacidade ociosa credencia o Brasil a participar no mercado mundial como exportador de biodiesel.

No campo social, destaca-se o apoio à agricultura familiar por meio dos benefícios concedidos aos detentores do selo Combustível Social. Em 2010, foram cerca de 100 mil famílias de pequenos produtores rurais diretamente envolvidas e integradas na cadeia produtiva do biodiesel. Houve também avanço qualitativo na participação dos agricultores familiares, para os quais foram repassados 50 centavos de real para cada litro produzido de biodiesel em 2010, 19% a mais do que no ano de 2009.

Ainda merece registro o adensamento de uma cadeia produtiva que gerou e multiplicou renda e emprego, tanto na fase agrícola e nos mercados de insumos e serviços quanto nas atividades de transporte, armazenamento, mistura e comercialização do biodiesel. As matérias-primas oleaginosas produzidas no Brasil têm, ao longo dos anos, melhorado seu valor agregado. Antes do biodiesel, a possibilidade de aproveitamento da soja para fabricação de produtos mais elaborados era mais limitada, fazendo com que o excedente de grãos fosse exportado basicamente *in natura*. Agora, parte importante dessa matéria-prima recebe a agregação de valor no próprio Brasil, com o uso do óleo para biodiesel e do farelo para a composição de rações, ingrediente importante na cadeia produtiva da carne e do leite.

Outro destaque em 2010 foi o lançamento do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo, cujo objetivo é disciplinar e estimular a expansão do dendezeiro em áreas degradadas da Amazônia. Apesar do grande potencial para o cultivo da palma de óleo em vastas áreas de seu território, o Brasil ainda importa cerca de 60% de suas necessidades para as indústrias alimentícias, de cosméticos e de produtos farmacêuticos, químicos e industriais. A expansão do cultivo dessa palmácea beneficiará também a fabricação de biodiesel, por oferecer uma matéria-prima competitiva e rica em termos de densidade energética.

Ao cumprir os ditames do Zoneamento Agroecológico da Palma, que indica as áreas aptas para plantio, observadas as restrições ambientais, sociais e edafoclimáticas, a expansão da produção ocorre em bases sustentáveis, preservando a natureza e estimulando a recuperação de áreas degradadas na região amazônica.





No tocante à comercialização de biodiesel para atendimento à mistura compulsória por lei, foram estabelecidas e aperfeiçoadas diretrizes específicas para a realização dos leilões públicos de biodiesel. Trata-se de mecanismo transparente de comercialização e que proporciona igualdade de acesso entre os fornecedores. Assegura, ainda, a participação da agricultura familiar, haja vista a destinação de um volume preferencial (80% do total leiloado) às usinas detentoras do selo Combustível Social. De 2005 até o final de 2010 foram promovidos 20 leilões públicos para aquisição do biodiesel necessário à mistura obrigatória.

A expansão da Petrobras Biocombustível (PBio) em 2010 foi importante, principalmente quanto ao aumento da capacidade das suas três unidades de biodiesel localizadas no Nordeste e no Semiárido – Quixadá (CE), Candeias (BA) e Montes Claros (MG) – e ao ingresso, em parceria com sócio privado, na unidade instalada em Marialva (PR). Desenvolveu, também, projeto para uma nova usina com capacidade de 120 milhões de litros/ano, a partir de óleo de palma, no Estado do Pará, em parceria com a GALP, empresa portuguesa de petróleo.

O desenvolvimento do mercado impõe novos desafios para 2011 e anos seguintes. No curto prazo, do principal deles é o melhor equilíbrio entre demanda e oferta de biodiesel, em face do atual quadro de excesso de capacidade industrial instalada e cujo equacionamento poderá ser facilitado com o ingresso do Brasil nas exportações de biodiesel. No médio e longo prazos, o fortalecimento da participação da agricultura familiar na cadeia produtiva desse biocombustível, os ganhos de competitividade e a maior diversificação de matérias-primas constituem os principais avanços a conquistar.

b.8.2) Etanol

O setor de etanol conta atualmente com 440 usinas em operação. Na safra em curso, a área plantada de cana-de-açúcar cresceu 9,2% em relação à anterior. Passou de 7,4 para 8,1 milhões de hectares, resultando numa produção de 660 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (56 milhões de toneladas a mais do que no ano anterior). Desse modo foi possível expandir a produção de etanol de 25,8 para 27,6 bilhões de litros entre 2009 e 2010.

Esse avanço foi importante para superar as dificuldades verificadas no ano anterior. Salientam-se, em particular, as condições climáticas adversas que prejudicaram a safra de cana-de-açúcar nas principais regiões produtoras no final de 2009. Ainda assim, num cenário de demanda aquecida e redução da produção por motivos climáticos, foi necessário alterar de 25% para 20% o teor de etanol anidro adicionado à gasolina comercializada no Brasil. Tal redução vigorou entre fevereiro e abril de 2010 e foi importante para assegurar o abastecimento de combustíveis. Com o início da safra 2010, em maio, foi possível retornar ao percentual anterior. Esses fatores também explicam a redução de aproximadamente 48% no volume exportado de etanol em 2010, em parte compensada pela elevação dos preços médios de exportação, da ordem de 31%.

A demanda de etanol no mercado doméstico continuou aquecida e atingiu 24 bilhões de litros em 2010, com crescimento anual de 4,3%. Os dois principais fatores dessa ampliação foram o crescimento da frota dos veículos bicombustível e o preço favorável do etanol hidratado em relação ao da gasolina em diversas cidades brasileiras. Foram produzidos e licenciados 2,3 milhões de carros bicombustíveis (*flex fuel*) em 2010, o que representa aproximadamente 90% do total de veículos leves vendidos no País. A participação desses carros na frota total em circulação é estimada em 38%, com 12 milhões de veículos vendidos desde 2003. Assim, uma parcela muito significativa dos consumidores brasileiros já tem opção de escolher entre etanol e gasolina.

Nos últimos anos, o Brasil tornou-se centro de atenções e debates sobre biocombustíveis. Importantes acordos internacionais nessa área foram assinados e se avançou na cooperação, principalmente com países da América Central e do continente africano.

Nesse período, o Brasil promoveu políticas públicas importantes para garantir a produção sustentável de etanol nos próximos





anos. Por exemplo, o BNDES tem sido o maior agente financeiro do setor sucroenergético, com programas de financiamento de diversos elos da cadeia produtora de etanol, tais como: plantio da cana-de-açúcar; aquisição de máquinas e equipamentos; desenvolvimento tecnológico; e infraestrutura para armazenagem. Em 2010, o desembolso para financiamentos ao setor sucroenergético superou R\$ 6,5 bilhões.

Os últimos anos foram igualmente importantes para colocar a cana-de-açúcar como importante fonte renovável na oferta interna de energia. Ao crescimento do mercado de etanol une-se o aumento da participação do setor canavieiro na produção de energia elétrica a partir de resíduos da produção de açúcar e etanol.

Importante instrumento lançado pelo Governo brasileiro foi o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZAE Cana). Trata-se de estudo inédito do clima e do solo, nas regiões brasileiras, para disciplinar a expansão da produção sustentável de cana diante da crescente demanda mundial pelos biocombustíveis e do interesse de empresas nacionais e transnacionais em aportar recursos na produção de etanol no Brasil. Com o ZAE Cana, o poder público dispõe de instrumento para definir políticas públicas para ordenar a expansão da produção, a exemplo do licenciamento ambiental de unidades industriais no âmbito dos Estados e da concessão de financiamentos à produção em áreas aptas ao cultivo.

O Plano Decenal de Energia (PDE) 2010-2019 aponta que a produção de etanol no Brasil será de mais de 60 bilhões de litros em 2019. O principal fator desse crescimento é o mercado interno em franca expansão, haja vista a crescente participação dos carros bicombustíveis na frota total. Com o desenvolvimento tecnológico obtido na produção de etanol, fruto de mais de três décadas de pesquisa e aprimoramento das práticas e processos de produção, o Brasil teve êxito em produzir um biocombustível competitivo com a gasolina.

Encontra-se em desenvolvimento o Plano Diretor de Infraestrutura de Logística para Exportação de Etanol (PDIEE), sob condução da Petrobras e envolvendo agentes privados, que visa integrar os modais dutoviário, hidroviário e rodoviário. Em 2011, é esperada a concretização das obras do primeiro trecho do Alcoolduto Senador Canedo (GO)/São Sebastião (SP), ligando a região produtora de Ribeirão Preto (SP) e a Refinaria de Paulínia (SP) – Replan. A capacidade de transporte deverá ser ampliada em 12,9 bilhões de litros de etanol por ano.

A Petrobras Biocombustível (PBio) também ingressou em parcerias estratégicas com produtores de etanol. Atualmente, já soma capacidade de moagem de cana superior a 24 milhões de toneladas e de produção de mais de 900 milhões de litros de etanol por ano. São 10 usinas em operação e mais dois projetos em andamento.

Outra ação importante é o aprimoramento contínuo dos mecanismos de combate à adulteração, à fraude e à sonegação, visando a proporcionar ao consumidor brasileiro o acesso a um etanol de qualidade, em volume adequado e com preço competitivo.

b.9) Regulação, Fiscalização e Expansão do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) atua na regulação e fiscalização da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, orientada para a garantia do abastecimento de combustíveis e para a proteção dos interesses dos consumidores.

O ano de 2011 traz para a ANP o desafio de contribuir para a implantação do novo marco regulatório das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural a serem desenvolvidas, principalmente, na área do Pré-Sal. Além disso, serão intensificados os esforços de fiscalização das atividades da indústria do petróleo com foco na qualidade e na defesa





dos interesses dos consumidores de derivados e na segurança das operações e do meio ambiente.

O Plano Plurianual de Geologia e Geofísica da ANP (2007-2011), incluído no PAC, prioriza investimentos em áreas de nova fronteira exploratória, tornando-se uma das ferramentas do governo para auxiliar o desenvolvimento regional. Esse plano prevê um investimento de R\$ 1 bilhão em cinco anos e contempla 23 Estados.

Em 2010, foram executados 72 mil quilômetros lineares de aerolevanteamento, abrangendo os Estados do Amazonas, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul; reprocessados 13.000 pontos de dados de sísmicos; coletadas 2.000 amostras de solo para análise geoquímica nos Estados do Pernambuco e Ceará; e levantados 2.900 km de aquisição sísmica terrestre nos Estados da Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

Para 2011 está prevista a execução e contratação de projetos de geologia e geofísica em 12 Estados: Acre, Amazonas, Pará, Ceará, Bahia, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Santa Catarina. Encontra-se em andamento, por parte da ANP, a aquisição de sísmica, reprocessamento de linhas sísmicas e geoquímica em bacias terrestres de fronteira exploratória, visando a levantar dados que agreguem valor às áreas destinadas a licitações futuras nas bacias de Acre, Parecis, Paraná, Marajó e Araripe.

Em 2010, foi consolidada a metodologia de medição de conteúdo local (CL), implantada a partir da 7ª rodada de licitação, através da publicação de informes que sistematizam as regras de aferição de CL contidas na Cartilha de Conteúdo Local. Foi dado prosseguimento ao processo de credenciamento das empresas certificadoras de conteúdo local, responsáveis pela aplicação das regras contidas na Cartilha de CL, havendo atualmente 17 empresas credenciadas, contemplando 21 possíveis áreas de atuação. Foi desenvolvida metodologia de fiscalização de CL para os contratos assinados nas rodadas de licitação anteriores à sétima rodada. Em 2011 pretende-se iniciar o procedimento de auditoria nas certificadoras credenciadas pela ANP.

No âmbito do monitoramento da qualidade dos combustíveis, o percentual de não-conformidade geral passou de 2,05%, em 2009, para 2,20%, em 2010. O aumento verificado é justificado pela introdução do ensaio de determinação do teor de biodiesel de 5% no óleo diesel, no escopo do programa, a partir de 2009. Para os demais combustíveis, os índices de não-conformidade mantiveram a tendência de declínio observada em outros períodos. Até dezembro de 2010, foram analisadas 207.856 amostras de combustíveis. Cumpre destacar que, desde 2005, todo o território nacional passou a ser contemplado pelo monitoramento da qualidade dos combustíveis.

Foram realizadas cerca de 27.600 ações de fiscalização, em 2010, superando a meta de 20.830 ações. Para 2011 está prevista a realização de 25.000 ações de fiscalização. Será dada continuidade à celebração de convênios de cooperação técnica com outros órgãos públicos e à criação de novos escritórios regionais de fiscalização, de modo a tornar mais célere a coerção de práticas lesivas ao consumidor.

Em 2010 foram outorgadas 11.741 autorizações aos agentes econômicos de revenda de combustíveis e GLP. Em 2011 a expectativa é de outorgar 9.000 agentes, que deverão entrar no mercado de revenda de combustíveis e derivados, tais como postos de gasolina e revendas de GLP.

As ações de fiscalização realizadas no âmbito das atividades da indústria do petróleo, incluindo transporte e movimentação de gás, refino e segurança operacional, foram superiores a 3.000. Para 2011, a expectativa é que o esforço de fiscalização supere 3.300 instalações.

Em 2010 foram outorgadas 252 autorizações no âmbito da indústria do petróleo e 55 em instalações de biodiesel. Em 2011 está





prevista a outorga de 123 novas autorizações, como resultado da entrada de novos agentes para atendimento da demanda nacional de combustíveis e derivados de petróleo, e a ampliação da participação de biocombustíveis na matriz energética nacional.

Desde o início do PNPB foram realizados 20 leilões de compra de biodiesel, mecanismo exclusivo de comercialização dos volumes necessários ao atendimento da mistura compulsória. Os leilões viabilizaram o pleno abastecimento do biocombustível e deram suporte à consolidação do parque produtivo, contribuindo, dessa forma, para a sustentabilidade do programa.

c) Geologia e Recursos Minerais

Em 2010 foi elaborada a proposta de um novo Marco Regulatório para o Setor Mineral. Essa proposta surgiu da necessidade de modificações no atual Código de Mineração, vigente desde 1967, e de atualizações, que visam diminuir a especulação improdutiva e permitir maiores investimentos na pesquisa e na produção de minérios. Dessa forma, a nova legislação permitirá uma regulação mais segura para a atividade mineral, promovendo o aproveitamento racional dos recursos minerais do País, no interesse nacional.

Em 2010, também foi concluído o Plano Nacional de Mineração (PNM-2030). O plano apresenta o planejamento setorial de médio e longo prazos, de modo a garantir que o setor mineral continue contribuindo com o desenvolvimento do País. O PNM-2030 servirá de base para a formulação de políticas públicas que nortearão o desenvolvimento sustentável do setor nos próximos 20 anos, sendo objeto de revisões quadrienais, de forma a acompanhar as transformações conjunturais e as diretrizes contidas nos Planos Plurianuais.

Projetos de apoio a estudos do potencial econômico e das cadeias produtivas minerais também foram finalizados em 2010 e permitiram aos Estados obter maior conhecimento de seu potencial mineral e da indústria de transformação, o que permitirá a organização de políticas locais voltadas ao fomento do setor. Para isso, foram finalizados os estudos nos Estados do Amapá, Amazonas e Sergipe e em 2011 serão executados os projetos no Maranhão e em Roraima.

Em 2010, o setor mineral recebeu aporte de R\$ 127 milhões em ações inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com vistas à ampliação do conhecimento geológico nacional, envolvendo mapeamentos, levantamentos aerogeofísicos, avaliação de recursos minerais e outras atividades que atendem às necessidades da indústria mineral, da gestão territorial e da prevenção de riscos e acidentes naturais.

No âmbito do projeto Remplac, sob a coordenação do MME e executado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), foram realizados estudos que visam a ampliar o conhecimento geológico e a potencialidade mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB). Esses estudos têm como foco a amostragem de áreas específicas para análise de potencialidades minerais, dentre os quais se destacam as crostas cobaltíferas e os agrominerais, insumos majoritariamente oriundos da importação e destinados à fabricação de fertilizantes. Ainda visando à diminuição das importações dessas *commodities*, especificamente em relação ao fosfato em área continental, encontram-se em fase final os estudos de avaliação de possíveis depósitos localizados em 14 Estados.

Assim como em anos anteriores, a assistência técnica a pequenos produtores minerais e a busca pela formalização da atividade minerária fizeram parte das ações prioritárias do MME. Em 2010 o Projeto Extensionismo Mineral contou com mais de 800 capacitações, número também previsto para 2011. As ações de formalização estiveram ligadas ao Programa Nacional de Formalização da Produção Mineral (Pronafor) e permitiram a regularização de títulos minerários e de licenças ambientais em regiões do Pará, Minas Gerais e Rio Grande do Norte, dentre outros. Além do aspecto jurídico, o Pronafor fomentou a organização social por meio de cooperativas e permitiu a capacitação técnica e gerencial de pequenos produtores, possibilitando uma mineração sustentável.





Em 2010 foi editada a Portaria nº 514, de 7 de maio, de Concessão de Lavra para aproveitamento mineral de ouro de Serra Pelada, primeira concessão da história condicionada por meio de Termo de Compromisso que vincula a Portaria de Lavra à cessação de sua eficácia caso não sejam atendidos todos os elementos previstos.

2. Transportes

A infraestrutura de transportes tem grande importância para a economia de um país, pois interfere diretamente em outros setores, a exemplo dos setores agrícola e industrial, impactando sua competitividade. Nesse sentido, ao longo do ano de 2010, o Governo implementou diversas intervenções para o aumento da eficiência da infraestrutura de transportes, de forma a reduzir os custos logísticos do setor produtivo e propiciar novos patamares de desenvolvimento social e econômico do País.

No setor de transporte rodoviário, o Governo Federal tem investido na manutenção da malha rodoviária atual e na ampliação, pavimentação ou adequação dos eixos estratégicos consolidados.

Em relação ao transporte ferroviário, a atuação prioritária refere-se à remoção de gargalos da malha ferroviária que limitavam as possibilidades de expansão do modal. Os investimentos realizados resultaram na ampliação da malha ferroviária de bitola larga, na recuperação e readequação da malha de bitola estreita, e no desenvolvimento de estudos para implementação do transporte ferroviário de passageiros de alta velocidade.

No âmbito do transporte hidroviário, uma das prioridades é a implantação de terminais hidroviários na Amazônia, visando a dotar a região de infraestrutura portuária condizente às necessidades da população local, com garantia de segurança no embarque e desembarque de passageiros e mercadorias. Além disso, o Governo também priorizou a ampliação da malha hidroviária por meio de grandes intervenções, como a conclusão das eclusas de Tucuruí e outras obras de manutenção de hidrovias, como dragagens e derrocamentos em pontos específicos.

O setor portuário também recebeu investimentos para ampliação da infraestrutura, tendo sido concluídas diversas obras que resultaram no aumento da capacidade de operação dos portos brasileiros. O Programa Nacional de Dragagem permitiu investimentos para a manutenção da profundidade adequada nos canais de acesso e bacias de evolução, e se consolidou como um instrumento importante para a adequação da infraestrutura portuária.

a) Transporte Rodoviário

No transporte rodoviário o Governo Federal tem priorizado os investimentos destinados à duplicação dos eixos consolidados, à construção e pavimentação de eixos estratégicos e à manutenção e conservação de rodovias. Destacam-se ainda os esforços desenvolvidos para o aperfeiçoamento da cobertura do programa de manutenção de rodovias, o estabelecimento de programa de segurança, a redução de conflitos rodoviários em ambientes urbanos e a reformulação do modelo de concessões de exploração.

a.1) Manutenção de Rodovias: Conservação e Restauração

O Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV) e o Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (PROCREMA) constituem novas formas de contratação e gerenciamento de serviços de manutenção de rodovias. Nos contratos convencionais de conservação, o prazo de vigência é de apenas um ano e não são abrangidas intervenções relevantes, tais como recuperação de passivo ambiental e manutenção da faixa de domínio. O PIR-IV reformulou a gestão terceirizada de rodovias, aplicando contratos de recuperação e manutenção com prazo de vigência de





dois anos. A política do Governo Federal prevê a transição gradativa das contratações do tipo PIR-IV e CREMA 1ª Etapa, que correspondem a contratos de dois anos com intervenções de caráter funcional, para o tipo CREMA 2ª Etapa. Este possui prazo de cinco anos e inclui intervenções mais substantivas em grandes extensões, associadas à manutenção das vias, o que garante a qualidade do pavimento por um prazo maior.

Em 2010 foram executadas obras de conservação tradicional em 19.800 km de rodovias, recuperação em 3.200 km (PIR-IV), restauração e conservação em 320 km (CREMA) e restauração de pavimento em 4.900 km (restauração tradicional ou contratos de adequação de capacidade rodoviária).

Para 2011, pretende-se dar prosseguimento aos contratos de manutenção de 23.000 km de rodovias sob o programa CREMA 1ª Etapa e de 15.000 km no CREMA 2ª Etapa, o que representa cerca de 69% da extensão total de rodovias federais pavimentadas.

a.2) Sinalização nas Rodovias Federais (ProSinal)

O Programa de Sinalização Rodoviária (ProSinal) tem como objetivo melhorar a sinalização da malha rodoviária federal, garantindo orientação adequada e segurança aos usuários.

Em 2010, foram sinalizados 15.000 km de rodovias por meio do ProSinal e mantidos cerca de 26.000 km. Para o exercício de 2011 está prevista a licitação para a implementação do programa ProSinal II em aproximadamente 15.900 km de rodovias federais pavimentadas.

a.3) Controle de Velocidade

O Programa de Controle de Velocidade visa a reduzir o número de acidentes nas rodovias federais por meio de instalação de equipamentos de controle de velocidade, como barreiras eletrônicas e radares fixos.

No exercício de 2010 foram licitados 2.696 equipamentos para monitoramento de 5.392 faixas de trânsito por cinco anos. Nos exercícios de 2011 e 2012 serão instalados os seguintes equipamentos: 1.130 barreiras eletrônicas (ou lombadas eletrônicas) nas áreas urbanas das rodovias, com o objetivo de fazer controle ostensivo de velocidade, e 466 equipamentos para fiscalizar o avanço de sinal vermelho e a parada sobre faixa de pedestre. Nos trechos rurais, serão 1.100 radares fixos, do tipo discreto.

a.4) Plano Nacional Diretor Estratégico de Pesagem

Com o intuito de coibir o sobrepeso em veículos, evitando a deterioração prematura do pavimento, está prevista a implantação de dispositivos eficientes de controle de cargas, estrategicamente distribuídos nas principais rodovias federais. No exercício de 2010 foram elaborados estudos para a licitação, a ser realizada em 2011, de 157 postos de pesagem, sendo 94 fixos e 63 móveis.

a.5) Investimentos nos Empreendimentos Rodoviários – Construção e Adequação

Os empreendimentos rodoviários realizados em 2010 priorizaram as ações de adequação e construção de rodovias, principalmente aquelas estratégicas para o escoamento da safra, para a ampliação da fronteira agrícola e para a integração nacional. Com o objetivo de eliminar gargalos operacionais, tiveram destaque as obras a seguir, por Região:





Região Norte:

- BR-364/AC – Trecho entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, totalizando 349 km: concluídos 39 km em 2010;
- BR-317/AM – Trecho entre Boca do Acre e a Divisa AM/AC, totalizando 100 km: concluídos 49 km em 2010;
- BR-163/PA – Trecho entre a Divisa MT/PA e Santarém, totalizando 947 km: concluídos 58 km em 2010;
- BR-319/AM/RO – Trecho entre Porto Velho e Humaitá, totalizando 227 km: concluídos 200 km em 2010;
- BR-156/AP – Construção de ponte internacional sobre o Rio Oiapoque, com 378 m de extensão e 1.900 m de acessos, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa: executados, em 2010, 67% da mesoestrutura e 52% da superestrutura.

Para 2011 está prevista a conclusão das BR-364/AC, BR-317/AM, BR-163/PA, BR-319/AM/RO e BR-156/AP.

Região Nordeste:

- BR-101/RN – Duplicação e modernização do trecho entre Natal e a Divisa RN/PB, totalizando 81 km: concluídos 32 km em 2010;
- BR-101/PB – Duplicação do trecho entre a Divisa RN/PB e a Divisa PB/PE, totalizando 129 km: concluídos 7 km em 2010;
- BR-101/PE – Duplicação e modernização do trecho entre a Divisa PB/PE e a Divisa PE/AL, totalizando de 195 km, concluídos 10 km em 2010;
- BR-324/BA – Construção de acesso rodoviário ao Porto de Salvador: concluídos, em 2010, cinco viadutos e 4,6 km de pavimentação de vias de superfícies.
- BR-030/BA – Construção de 6 km de acessos e 1.200 m de ponte sobre o Rio São Francisco, entre Malhada e Carinhanha. Obra concluída em 2010;
- BR-135/MA – Duplicação de 15 km de acesso rodoviário ao Porto de Itaqui. Obra concluída em 2010;
- BR-135/PI – Pavimentação do trecho Jerumenha – Bertolínia. Obra concluída em 2010.

Para 2011 está prevista a conclusão das BR-101/RN, BR-101/PB, BR-101/PE e BR-324/BA.

Região Sudeste:

- BR-040/MG – Duplicação de 48 km do trecho Trevo de Curvelo – Sete Lagoas. Obra concluída em 2010;
- BR-040/MG – Construção de 460 m do viaduto Vila Rica e 3,24 km de acessos. Obra concluída em 2010;
- BR-050/MG - Duplicação do trecho entre Uberaba, Uberlândia e Araguari, totalizando 138,6 km: concluídos 7,5 km em 2010;





- BR-365/050/MG – Construção de 20,5 km do Anel Rodoviário de Uberlândia/MG. Obra concluída em 2010;
- BR-146/MG – Construção de 111,4 km do trecho Patos de Minas – Araxá. Obra concluída em 2010;
- BR-251/MG – Construção do trecho Boqueirão – Cangalha, totalizando 90,2 km: concluídos 18 km em 2010;
- BR-262/MG - Duplicação de 7,5 km do trecho Betim – Nova Serrana. Duplicação concluída em 2010 e obras de arte especial previstas para março de 2011;
- BR-158/SP/MS – Construção de 1.700 m de ponte e 20,1 km do acesso à Ponte Pauliceia/SP – Brasilândia/MS: concluída a ponte e o acesso de Brasilândia em 2010;
- BR-101/RJ – Duplicação de 29 km do trecho Santa Cruz – Mangaratiba. Obra concluída em 2010;
- Construção de 61,5 km do Trecho Sul do Rodoanel no Estado de São Paulo. Obra concluída em 2010.

Para 2011 está prevista a conclusão das obras das BR-050/MG, BR-251/MG, BR-262/MG e do acesso de Pauliceia/SP à ponte da BR-158/SP/MS.

Região Sul:

- BR-153/PR – Construção do trecho Ventania – Alto do Amparo, totalizando 84 km. Obra concluída em 2010;
- BR-376/PR – Construção do Contorno Norte de Maringá, totalizando 17,6 km: concluídos 4,1 km em 2010;
- BR-101/SC – Duplicação do trecho Palhoça – Divisa SC/RS, totalizando 249 km: concluídos 171 km em 2010;
- BR-101/RS - Duplicação do trecho entre a Divisa SC/RS e Osório, totalizando 249 km: concluídos 36,6 km em 2010;
- BR-16/RS – adequação do trecho Dois Irmãos – Rio Gravataí, totalizando 36km: concluído o complexo viário de Canoas; a ponte sobre o Rio dos Sinos; 66% da ponte sobre o Rio Gravataí; 65% dos viadutos do Rincão; e 54% do viaduto da Unisinos. Aberta a licitação do viaduto Sapucaia.

Para 2011 está prevista a conclusão das obras das BR-376/PR, BR-101/SC, BR-101/RS e BR-116/RS.

Região Centro-Oeste:

- BR-020/DF – Adequação do trecho Sobradinho – Planaltina/DF (Divisa DF/GO), totalizando 44,1 km. Obra concluída em 2010;
- BR-080/GO – Construção do trecho Uruaçu – Luiz Alves, totalizando 116,8 km: concluídos 34 km em 2010;
- BR-153/GO – Duplicação do trecho Aparecida de Goiânia – Itumbiara, totalizando 187 km: concluídos 15,6 km em 2010;
- BR-359/MS – Construção do trecho entre Entr. BR-163 – Alcionópolis – Divisa MS/GO, totalizando 269,4 km: concluídos 37 km em 2010;





- BR-58/MT - Construção do trecho entre Ribeirão Cascalheira e a Divisa MT/PA, totalizando 460 km: concluídos 130 km em 2010;
- BR-163/MT - Pavimentação do trecho entre a Divisa MT/PA – Travessia Urbana de Guarantã do Norte, totalizando 53 km : concluídos 11 km em 2010;
- BR-242/MT – Construção do trecho Ribeirão Cascalheira – Sorriso, totalizando 265,4 km: concluídos 37,0 km em 2010.

Para 2011 está prevista a conclusão das obras das BR-080/GO, BR-153/GO, BR-359/MS, BR-158/MT, BR-163/MT e BR-242/MT.

Além da conclusão dos empreendimentos acima citados, destacam-se, para 2011, as seguintes obras:

- Duplicação da BR-365 entre Uberlândia e o Trevão, no entroncamento com a BR-153, no Estado de Minas Gerais;
- Continuidade das obras de implantação e pavimentação da BR-163 no Estado do Pará, com destaque para o trecho de Rurópolis à Divisa PA/MT;
- Duplicação da BR-392/RS entre Pelotas e Rio Grande, inclusive o Contorno de Pelotas (85 km) e a ponte sobre o canal de São Gonçalo (km 59), no Estado do Rio Grande do Sul; e
- Início de duplicação da BR-101 nos Estados de Alagoas e Sergipe.

a.6) Concessões Rodoviárias

O Programa de Concessão de Rodovias Federais constitui-se na delegação de trechos rodoviários a empresas privadas, para os casos em que o volume de tráfego e a redução de custos operacionais para o usuário viabilizem o financiamento dos investimentos com tarifas módicas.

A Fase II da 2ª etapa de concessões de rodovias federais, que abrange 680,6 km da BR-116/324/BA, teve seu leilão realizado em 2009, com vitorias dos trabalhos iniciais aceitas em novembro de 2010 e a cobrança nas praças de pedágio iniciadas em dezembro de 2010.

Além disso, foram iniciados os procedimentos preparatórios para a 3ª Etapa de concessões dos serviços e da exploração da infraestrutura rodoviária federal, cuja Fase I abrange 2.054 km das BR-040/DF/GO/MG, BR-381/MG e BR-116/MG. A Fase II da 3ª Etapa prevê a concessão de 475,9 km da BR-101/ES/BA. Em 2010, ocorreram audiências públicas a fim de colher contribuições relativas às minutas de edital e contrato.

Para 2011 estão previstas a revisão das 1ª e 2ª Etapas de concessão de rodovias, implicando na proposição de alterações contratuais, tendo por base estudos comparativos, e a implantação da 3ª Etapa de concessões rodoviárias, Fase I e II.

a.7) Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

O Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros (PROPASS BRASIL) foi criado em 2008, para propor a reestruturação do transporte rodoviário interestadual de passageiros de longa distância. Em 2010 foi contratada uma pesquisa de abrangência nacional, a qual serviu de insumo para a elaboração do Plano de Outorgas e Projetos Básicos dos serviços de longa distância. O escopo do projeto foi ampliado e passou a contemplar os serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano e internacional de passageiros. As pesquisas operacionais referentes a essas duas outras modalida-





des de serviços foram concluídas em 2010. Para 2011 estão previstas a finalização dos estudos e a elaboração dos documentos formais para continuidade do processo de outorga e avanço no processo de licitação.

a.8) Transporte Rodoviário de Cargas

No que tange ao Transporte Rodoviário de Cargas (TRC), o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC), iniciado em 2004, foi alterado legalmente em 2007, inserindo a comprovação de experiência como exigência adicional para os transportadores autônomos e a necessidade de responsáveis técnicos para empresas e cooperativas. Para o atendimento a esses dispositivos, a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), mediante parcerias, promoveu o registro de 1.255 mil transportadores e 2.070 mil veículos (base agosto/2010), assegurando as condições previstas na legislação.

Até o mês de novembro de 2010 houve 11.360.796 fiscalizações, quantitativo esse maior que o resultado da fiscalização em todo o ano de 2009 (8.129.162 fiscalizações). Do total de fiscalizações obtidas até novembro de 2010, 11.174.770 referem-se à modalidade excesso de peso, 116.241 a veículos em que foram encontradas irregularidades no RNTRC, 32.074 no que diz respeito ao Vale Pedágio Obrigatório e 37.711 referentes ao Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC). Até o fim de novembro de 2010 foram lavrados 136.310 autos relativos a infrações no Transporte Rodoviário de Cargas, ante 85.484 durante o ano de 2009.

Em 2010, reuniões bimestrais de coordenação foram realizadas visando ao acompanhamento das metas do Plano Anual de Fiscalização, além da programação de comandos especiais de fiscalização. Desses, destacam-se as operações especiais do transporte de passageiros no período do Carnaval e na Semana Santa, objetivando oferecer maior segurança aos usuários nesses períodos de grande demanda, e o comando nacional do RNTRC, que teve como objetivo contribuir para uma maior adesão dos transportadores ao calendário de cadastramento do RNTRC.

O ano de 2010 significou avanço no marco legal que alterou a sistemática de pagamento do frete rodoviário de carga. Trata-se de alteração da Lei nº 11.442/2007, com o objetivo de substituir a “carta-frete” como forma de pagamento de fretes rodoviários a caminhoneiros autônomos, garantindo o pagamento integral do frete. Outro resultado desse aperfeiçoamento legal será a possibilidade de modernizar a frota dos caminhoneiros autônomos.

b) Transporte Ferroviário

A atuação do governo no modal ferroviário em 2010 visou à ampliação do sistema ferroviário em bitola larga e de alta capacidade, a eliminação de pontos críticos e a recuperação de trechos defasados, complementando a malha de bitola estreita.

b.1) Expansão da Malha Ferroviária

I – FERROVIA NORTE-SUL (FNS)

- Tramo Norte/TO, trecho entre Aguiarnópolis/TO e Palmas/TO, totalizando 504 km: executados 148 km em 2010, concluindo todo o tramo;
- Tramo Central/TO/GO, trecho entre Palmas/TO e Uruaçu/GO, totalizando 575 km: executados 117 km em 2010;
- Tramo Sul/GO, trecho entre Uruaçu/GO e Anápolis/GO, totalizando 280 km: executados 54 km em 2010.





II – EXTENSÃO SUL DA FERROVIA NORTE-SUL (FNS)

- Trecho Ouro Verde/GO – Estrela d'Oeste/SP, totalizando 670 km: contratadas obras e serviços em toda a extensão e emitida ordem de serviço para início das obras em 23 de dezembro de 2010.

III – FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE (FIOL)

- Trecho Ilhéus/BA – Barreiras/BA, totalizando 1.022 km: contratadas obras e serviços em toda a extensão. Emitida ordem de serviço para início das obras em 6 de dezembro de 2010, para o segmento entre Ilhéus e Caetité, totalizando 537 km.

IV – FERROVIA DA INTEGRAÇÃO CENTRO-OESTE (FICO)

- Tramo Campinorte/GO – Água Boa/MT, totalizando 383,3 km: projeto básico concluído em 23 de dezembro de 2010;
- Tramo Água Boa/MT – Lucas de Rio Verde/MT, totalizando 517,7 km: projeto básico contratado em 15 de dezembro de 2010.

V – FERROVIA NOVA TRANSNORDESTINA

- Missão Velha/CE – Salgueiro/PE, totalizando 96 km: executados 99% da infraestrutura, 18% da superestrutura e 90% das obras de arte especiais;
- Salgueiro/PE – Trindade/PE, totalizando 163 km: executados 78% da infraestrutura e 44% das obras de arte especiais;
- Trindade/PE – Eliseu Martins/PI, totalizando 420 km: executados 14% da infraestrutura e 3% das obras de arte especiais;
- Salgueiro/PE – Suape/PE, totalizando 522 km: executados 20% da infraestrutura e 7% das obras de arte especiais;
- Pecém/CE – Missão Velha/CE, totalizando 527 km: obras iniciadas em dezembro de 2010;
- Cabo/PE – Porto Real do Colégio/AL, totalizando 550 km: trecho concluído em junho/2010, mas atingido por enchentes, estando em avaliação o processo de recuperação.

VI – FERRONORTE

- Segmento 1 (km 0 – km 13, a partir de Alto Araguaia): concluído em setembro/2010;
- Segmento 2 (km 13 – km 176, a partir de Alto Araguaia): concluídos 72% da infraestrutura e 12% da superestrutura;
- Segmento 3 (Km 176 – Km 260) e Pátio de Rondonópolis (84 km): em fase de licenciamento ambiental.

Para 2011 estão previstos estudos e projetos para os seguintes novos trechos: Ferrovia da Integração Oeste-Leste, entre Barreiras/BA e Figueirópolis/TO, com 505 km; Conexão da Ferrovia Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul, entre Eliseu Martins/PI e Estreito/MA, com 596 km; Extensão Norte da Ferrovia Norte-Sul entre Barcarena/PA e Açailândia/MA, com 480 km; Prolongamento da Ferrovia Norte-Sul entre Estrela d'Oeste/SP e Panorama/MS, com 220 km; Trecho Final Sul da Ferrovia Norte-Sul, entre Panorama/SP-Rio Grande/RS, com 1.620 km; Ferrovia do Pantanal, entre Panorama/SP – Dourado/MS – Porto Murtinho/MS, com 750 km; e Corredor Ferroviário do Paraná nos trechos Cascavel/PR – Dourados/MS, com 523 km.





b.2) Adequação e Melhoria da Malha Ferroviária

Em 2010, foi concluída a transposição sobre linha férrea no Município de Santa Maria/RS. Além disso, estão em execução o contorno ferroviário e o pátio de Tutoia, em Araraquara/SP, a transposição em Campos Altos/MG, o rebaixamento da linha férrea no município de Maringá/PR e o terminal intermodal de Campo Grande/MS. Em fase inicial de execução estão os contornos ferroviários de Joinville e São Francisco do Sul, em Santa Catarina, os contornos ferroviários de Divinópolis, em Minas Gerais, e Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, a ligação ferroviária entre o Pólo Petroquímico de Camaçari e o Porto de Aratu, na Bahia, a adequação da linha férrea e construção do pátio Anísio Braz em Barra Mansa, no Rio de Janeiro, e a passagem inferior em Paverama, no Rio Grande do Sul. Em fase de elaboração de projeto executivo estão a transposição da via férrea no município de Bauru, em São Paulo, e a construção da ferrovia Litorânea Sul (Trecho Imbituba/SC – Araquari/SC).

Para 2011 está previsto o início do projeto da Ferrovia Corredor Santa Catarina (antiga Ferrovia do Frango). Além disso, em fase de licitação de obra para contratação em 2011 estão a construção de passagem superior sobre linha férrea em Alagoinhas, a construção de contorno ferroviário em Candeias na Bahia, obras complementares do contorno ferroviário em Barretos, construção de contorno ferroviário em Ourinhos, construção de viaduto sobre a linha férrea em São Carlos, construção de polo intermodal de cargas (contorno ferroviário) em Serrana e construção e projeto de viadutos sobre a linha férrea em Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo.

b.3) Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas (Prosefer)

Os principais pontos críticos da malha ferroviária estão sendo diagnosticados pelo PROSEFER com o objetivo de estabelecer uma programação de inserção das obras relativas a esses pontos no próximo Plano Plurianual (PPA). Até o momento já foram avaliados 13.501 km de um total de 14.948 km de ferrovias selecionadas. A conclusão dos estudos está prevista para o início de 2011.

b.4) Transporte Ferroviário de Passageiros em Alta Velocidade (TAV)

O primeiro Trem de Alta Velocidade (TAV) do País ligará as cidades de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 2010 foi assinada Carta Convênio de Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para implantação de um programa para a gestão do projeto do TAV, no montante de US\$ 5 milhões, em duas frentes de trabalho: uma dedicada à avaliação de propostas na licitação da concessão e implantação do TAV e outra denominada Integradora dos Estudos Ambientais, voltada aos trabalhos de licenciamento ambiental. Nesse sentido, foi aprovado pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) financiamento no montante de cerca de US\$ 83 milhões para o projeto de estudos técnicos e ambientais de implantação do TAV, a serem executados ao longo de 2011 e 2012. Foram também estabelecidas condições técnicas e jurídicas necessárias para a abertura do processo licitatório, que se realizará em abril de 2011.

c) Transporte Hidroviário

No ano de 2010 foram concluídas as obras de construção de 11 terminais fluviais no Estado do Amazonas, nas seguintes localidades: Coari, Itacoatiara, Manacapuru, São Raimundo, Humaitá, Manaquiri, Nova Olinda do Norte, Urucará, Urucurituba, São Sebastião do Uatumã e Terminal Pesqueiro. Para 2011 está prevista a construção de terminais fluviais nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Acre, que aumentarão a comunicação regional de pessoas e mercadorias entre os Municípios que utilizam prioritariamente o modo hidroviário como meio de transporte.





A conclusão da obra das Eclusas de Turucurí, em 2010, associada a intervenções pontuais previstas no portfólio do PAC 2, possibilitarão a navegação numa extensão de 505 km entre Belém e Marabá, no Estado do Pará, permitindo um escoamento mais eficiente da produção agromineral da região. Dentre as demais intervenções realizadas, destaca-se a licitação da obra do derrocamento do Pedral do Lourenço, localizado próximo a Itupiranga, no rio Tocantins, no Pará.

Em 2010 o Programa Manutenção de Hidrovias executou obras de manutenção da profundidade no canal de navegação, sinalização hidroviária nos trechos, destocamentos e retiradas de obstáculos em mais de 5.000 km de vias navegáveis nos principais rios federais. Em 2011, visando a aumentar a movimentação de cargas por via fluvial, estão previstos melhoramentos nas hidrovias do Madeira, São Francisco, Corredor do Mercosul, Tocantins e Paraná-Paraguai.

Em relação à atividade de planejamento do setor, foi publicado o documento “Diretrizes da Política Nacional do Transporte Hidroviário”. Esse trabalho estabelece as diretrizes gerais para o fomento à navegação interior no Brasil, em consonância com os preceitos de garantia dos usos múltiplos das águas e planejamento integrado dos recursos hídricos. A meta é elevar a participação do modal hidroviário na matriz de transportes brasileira, possibilitando ao Brasil contar com os benefícios econômicos, ambientais e sociais dessa modalidade de transporte.

d) Fomento à Indústria Naval

Dos 354 projetos atualmente constantes da carteira do Fundo da Marinha Mercante (FMM), 177 estão contratados, sendo quatro estaleiros, dos quais três estão em construção – Atlântico Sul (Suape/PE), Navship (Navegantes/SC) e STX (Niterói/RJ, modernização) –, e 173 embarcações, das quais 93 estão em construção. Esses projetos envolvem mais de R\$ 11 bilhões em financiamentos. Os 177 projetos restantes aguardam contratação – 162 embarcações e 15 estaleiros –, representando um investimento total de R\$ 12,43 bilhões.

No que concerne ao ano de 2010, 17 empreendimentos foram concluídos, tendo recebido aproximadamente R\$ 800 milhões em financiamentos, e 48 foram contratados – esses últimos representando um montante de R\$ 4,2 bilhões em garantias de financiamentos. O número de postos de trabalho nos estaleiros cresceu em mais de 3 mil unidades (ou 6,7%) relativamente a 2009. Entre as obras, merecem destaque a conclusão da primeira fase do Estaleiro Atlântico Sul e o lançamento dos três primeiros navios do Projeto PROMEF – I.

O fomento à indústria naval também está contemplado no PAC II, a ser iniciado em 2011, garantindo a continuidade dos investimentos até então realizados.

e) Infraestrutura Portuária

As políticas e diretrizes do Governo para o desenvolvimento do setor portuário contemplam a melhoria da gestão e a promoção de programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos.

Em 2010, foram realizados, no âmbito do PAC I, diversos investimentos no setor portuário, com destaque para os seguintes resultados:

Projetos concluídos

- Avenida Perimetral Portuária Margem Direita, em Santos, SP, Trechos 1 e 2;





- Recuperação do Berço 102 do Porto de Itaqui, MA;
- Estudos e Projetos do Terminal Múltiplo Uso no Porto de Vila do Conde, PA;
- Dragagem de Aprofundamento nos Portos de Rio Grande, RS, Angra dos Reis, RJ, Itaguaí, RJ, fase 2, Aratu, BA, Salvador, BA; e
- Dragagem do Canal Interno do porto de Suape.

Projetos em andamento

- Ampliação dos molhes do Porto de Rio Grande, RS, 98% realizados;
- Berços 201 e 101 do Porto de São Francisco do Sul, SC, 72% e 82% realizados, respectivamente;
- Conclusão da Construção do Cais para Contêineres do Porto de Maceió, AL, 3ª fase, 98% realizados;
- Ampliação do Píer Principal do Porto de Vila do Conde, PA, 27% realizados;
- Ampliação e Adequação do Terminal Salineiro de Areia Branca, RN, 43 % realizados;
- Construção do Berço 100 do Porto de Itaqui, MA, 55% realizados;
- Dragagem do Porto de Natal, RN, 45% realizados;
- Dragagem do Porto de Santos, SP, 40% realizados;
- Dragagem do Porto do Rio de Janeiro, RJ, 35% realizados;
- Dragagem do Porto de São Francisco do Sul, SC, 34% realizados;
- Dragagem do Porto de Fortaleza, CE, 30% realizados; e
- Dragagem do Porto de Cabedelo, PB, 12% realizados.

Projetos em contratação

- Avenida Perimetral Portuária Margem Esquerda, no Guarujá, SP Derrocamento do Canal e Plano de Desenvolvimento de Infraestrutura de Acessos Terrestres, no Porto de Santos, SP; e
- Dragagem de Aprofundamento do Porto de Itajaí, SC.

Elaboração de ações preparatórias para contratação

- Construção do Berço 108 do Porto de Itaqui, MA;





- Dragagem do Canal Externo do Porto de Suape, PE;
- Dragagem dos Portos de Vitória, ES, e Paranaguá, PR; e
- Modernização do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande, RS.

Em face da necessidade de retomada do processo de planejamento dos portos brasileiros, foi contratada a elaboração do Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), por meio de cooperação técnica com a Universidade de Santa Catarina. A partir do diagnóstico situacional, pretende-se elaborar prognósticos para avaliação de cenários e análise de conjunto de proposição de ações de médio e longo prazo que permitirão a tomada de decisões fundamentadas para expansão da capacidade e melhoria da eficiência portuária. No PNLPL estão previstos os Planos Diretores Estratégicos para 12 Portos Públicos de importância estratégica nacional, com um investimento total de R\$ 30 milhões.

Complementarmente, a grande quantidade de procedimentos burocráticos e a complexidade de rotinas que envolvem o manejo da carga exigiram esforços no sentido de arregimentar todos os entes públicos que atuam nos portos, em especial a Receita Federal, Polícia Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Ministério da Agricultura, no sentido de unificar, através de sistema que funcione como janela única, a coleta, distribuição e uso das informações necessárias à operação portuária. Esse projeto, denominado Porto Sem Papel, encontra-se em fase de produção para atendimento aos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória, com investimentos totais de R\$ 22 milhões.

Em 2010, também foram editados marcos legais que merecem destaque, como a Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010, que eleva a SEP ao status de Ministério, denominando-a Secretaria de Portos; o Decreto nº 7.262, de 12 de agosto de 2010, que aprova a estrutura regimental da Secretaria de Portos; e a Portaria SEP/PR nº 108/2010, que estabelece as diretrizes para outorga de concessão de novos portos organizados marítimos. Vale destacar que se encontram em conclusão duas propostas de decretos presidenciais relevantes para o setor: i) o decreto que estabelecerá procedimentos para a regularização ambiental dos portos e terminais marítimos brasileiros e instituirá o Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária; e ii) o decreto que criará a Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem com o objetivo de propor metodologia de formação de preços em cada zona de praticagem e medidas para o aperfeiçoamento da regulação do serviço.

Para o ano de 2011, pretende-se ainda:

- Concluir as obras de infraestrutura e acessos terrestres constantes do PAC 1: Ampliação do cais comercial do Porto de Vitória (ES); recuperação dos berços 101 e 102 e construção dos berços 100 e 108 do Porto de Itaqui (MA); ampliação do píer principal do Porto de Vila do Conde (PA); construção do acesso rodoferroviário do Porto de Suape (PE); recuperação da infraestrutura do Porto de Luis Correia (PI); ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN); ampliação dos molhes e do cais público do Porto Novo de Rio Grande (RS); recuperação dos berços 101 e 201 do Porto de São Francisco do Sul (SC); e ampliação da Avenida Perimetral Margem Direita do Porto de Santos (SP).
- Iniciar algumas obras constantes do PAC 2, tais como: ampliação do quebra-mar do Porto de Salvador (BA); implantação do terminal de contêineres no Porto de Fortaleza (CE); ampliação do terminal de usos múltiplos, atualmente existente, e a construção de um novo terminal, no Porto de Santarém (PA); construção de novos terminais no Porto de Suape (PE); execução dos reforços estruturais dos cais da Gamboa e de São Cristóvão, no Porto do Rio de Janeiro (RJ); ampliação do cais do Porto de Natal (RN); continuidade do processo de modernização do cais do Porto de Rio Grande (RS); alinhamento dos berços do Porto de Itajaí (SC); construção da Avenida Perimetral Margem Esquerda do Porto de Santos (SP); ampliação dos píeres de atracação do Terminal da Alamoia e reforços estruturais de diversos berços em razão da dragagem, também no Porto de Santos (SP).





- Concluir os serviços de dragagem contratados com recursos do PAC 1 e dar continuidade ao Programa Nacional de Dragagem, no âmbito do PAC 2, com serviços a serem contratados para os Portos de Santos (SP); Imbituba (SC); Porto Novo de Rio Grande (RS); Areia Branca (RN); Barra do Furado (RJ); Rio de Janeiro (RJ); Itaguaí (RJ); Luís Correia (PI); Barra do Riacho (ES); e Maceió (AL).
- Promover as obras portuárias necessárias à realização da Copa do Mundo FIFA 2014: intervenções nos portos de Manaus (AM), Fortaleza (CE), Natal (RN), Recife (PE) e Salvador (BA), com vistas à construção ou modernização de terminais de passageiros; no porto do Rio de Janeiro (RJ), para a construção de píeres de atracação de navios de passageiros; e em Santos (SP), para o realinhamento do cais visando a aumentar a quantidade de navios atendidos simultaneamente.

Além das obras, serão necessárias as seguintes iniciativas no que se refere ao sistema portuário nacional:

- dotar a atividade portuária de mecanismos modernos de controle de tráfego de navios, rastreamento de cargas, armazenamento e gestão de dados e sistemas;
- adotar as providências necessárias à regularização ambiental das instalações portuárias e promover o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, em cumprimento à legislação ambiental;
- concluir o Plano Nacional de Logística Portuária, assim como os planos diretores dos principais portos do País;
- dar continuidade à modernização dos marcos legais, de forma a gerar segurança aos investimentos no setor;
- realizar estudo técnico para avaliação da organização institucional e da eficiência da gestão do setor portuário brasileiro;
- integrar os diversos modais de transporte, com vistas à contínua redução de custos e aumento da competitividade do produto nacional no comércio exterior;
- monitorar os convênios de delegação para a execução das atividades portuárias;
- institucionalizar o processo de profissionalização da gestão dos portos nacionais, redefinindo, inclusive, a estrutura e o papel dos conselhos da autoridade portuária, de forma a aumentar a eficiência do setor, a melhor utilização dos equipamentos públicos e a recuperação econômica e financeira das companhias;
- aprimorar o plano geral de outorgas portuárias, aperfeiçoando o sistema de concessões públicas e arrendamentos portuários;
- aprimorar as relações trabalhistas do setor, promovendo continuamente a requalificação da mão de obra, a implantação de um sistema unificado para a guarda portuária e o saneamento de passivos trabalhistas e previdenciários; e
- institucionalizar o processo de arbitragem para a fixação de preços de praticagem.

3. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária

A aviação civil brasileira manteve, em 2010, tendência de crescimento superior à verificada nos anos anteriores. A demanda por transporte aéreo cresceu 24,33% para os voos domésticos e 20,99% no segmento internacional, no período de janeiro a dezembro de 2010, se comparada ao mesmo período de 2009.





Um dos fatores fundamentais para o crescimento da demanda foi a redução do preço das passagens – que, por sua vez, foi impulsionada pela política de implantação gradual da liberdade tarifária adotada pelo Governo, a partir de 2008, para os voos internacionais com origem no Brasil.

A redução no preço das passagens domésticas foi motivada, em grande parte, por uma maior competição entre as empresas do ramo, contribuindo para a inserção de mais segmentos da sociedade brasileira no mercado consumidor do transporte aéreo.

No que se refere ao preço das passagens aéreas internacionais, é importante destacar que desde de abril de 2010 vigora o regime de liberdade tarifária nos voos regulares com origem no Brasil, em virtude do disposto na Resolução da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) nº 83, de 22 de abril de 2009. Tal medida vem contribuindo para o crescimento da demanda nesse segmento do transporte aéreo.

Também houve ampliação nos acordos aéreos bilaterais firmados entre Brasil e outros países, o que ampliou as oportunidades de surgimento de novos voos internacionais, com mais opções de rotas e menor tempo de conexão. Atualmente, mais de 1.000 voos partem todas as semanas do Brasil com destino a 78 países.

Da mesma forma, acordos firmados com os Estados Unidos e com a União Europeia, em 2010, consolidaram o processo de flexibilização do transporte aéreo brasileiro e contribuíram para o aumento da conectividade no território nacional. Em 2011, acordos a serem celebrados com Cuba, Costa Rica e Nicarágua consolidarão a aproximação do Brasil com o Caribe e a América Central.

A despeito do crescimento do transporte aéreo em 2010, os índices de atraso e cancelamento de voos domésticos e internacionais foram mantidos em padrões compatíveis com os de 2009. De 1º de janeiro a 1º de dezembro de 2010, houve 5,04% de voos cancelados e 4,58% de voos com atraso superior a uma hora, de um total de cerca de 907 mil partidas programadas. No mesmo período de 2009, 4,98% dos voos foram cancelados e 3,73% tiveram atraso de mais de uma hora – as partidas programadas, contudo, somaram 649 mil. Apesar do índice de cancelamento dos voos e os atrasos superiores a uma hora terem aumentado, observa-se um aumento significativo no número de voos realizados - 649 mil em 2009 para 907 mil em 2010 (aumento de 39%).

Buscando resguardar os direitos dos passageiros, em especial em casos de voos atrasados ou cancelados, além das situações de preterição, foi editada a Resolução nº 141 da Anac, que definiu obrigações e procedimentos que as empresas aéreas devem observar nesses casos. Tal regulamentação foi aprovada após amplo processo de discussão pública e traz inovações quanto aos direitos dos passageiros do transporte aéreo. Entre elas estão a redução do prazo em que a empresa deve prestar assistência ao passageiro e a ampliação do direito à informação e a obrigação de recomodação imediata nos casos de voos cancelados, interrompidos e para os passageiros preteridos de embarcar em voos com reserva confirmada. Pela norma anterior, a companhia aérea podia esperar até quatro horas antes de começar a providenciar a recomodação em outro voo, o reembolso do valor pago ou mesmo facilidades de comunicação e alimentação para o passageiro prejudicado. Com a nova regulamentação, grande parte dessas providências passa a ser imediata.

Para que se promova a melhoria da infraestrutura aeroportuária brasileira, é fundamental que se direcione maiores investimentos para o setor, inclusive com a participação da iniciativa privada. Assim, foi dado importante passo na concessão de aeroportos à iniciativa privada, com a publicação do Decreto nº 7.205, de 10 de junho de 2010, que dispõe sobre o modelo de concessão para exploração do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que atenderá à região metropolitana de Natal (RN). A Anac, que atuará como poder concedente, abriu audiência pública, no período de 25 de agosto a 24 de setembro de 2010, para tratar do edital da concessão. Há previsão de que esse instrumento seja publicado no primeiro semestre de 2011.





Os investimentos públicos na infraestrutura aeroportuária em aeródromos de interesse regional, de baixa e média densidade de tráfego, realizados por meio do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA), continuaram em 2010. O Governo vem trabalhando na atualização da metodologia de execução desse programa, na revisão dos critérios técnicos de aplicação dos recursos financeiros e na adequação da legislação vigente. Espera-se para 2011, como efeito das medidas propostas, o aumento da acessibilidade em Regiões como o Norte e o Nordeste do Brasil, com o surgimento de novas ligações aéreas de baixa e média densidades de tráfego e o desenvolvimento da economia local em segmentos como o turismo.

Destaca-se também a atuação do Conselho de Aviação Civil (CONAC), órgão de assessoramento do Presidente da República, na definição de políticas públicas para o setor. O CONAC aprovou, no ano de 2010, resoluções relativas ao transporte aéreo internacional e à segurança operacional, questões de relevância na agenda governamental para a aviação civil. Tais resoluções têm como fundamento as diretrizes contidas na Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), aprovada por meio do Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009. Em 2011 deverá ser concluída a proposta do Plano Aeroviário Nacional (PAN), que contemplará o planejamento de médio e longo prazos, até 2030, para investimentos no setor aéreo e sua integração com outros modais de transporte.

A segurança operacional da aviação foi tratada por meio da Resolução nº 003 do CONAC, de 23 de setembro de 2010, que apresentou diretrizes para a mitigação dos riscos decorrentes do perigo aviário nos aeródromos brasileiros e suas imediações. Cabe registrar que, em 2010, o Brasil apresentou índices de segurança melhores do que aqueles dos três anos anteriores. Em 2010, foram registrados 102 acidentes, contra 111 em 2009, 109 em 2008 e 101 em 2006. Dessa forma, em 2011 prosseguir-se-á com a atualização da legislação e com o trabalho de conscientização dos agentes envolvidos sobre a prevenção de acidentes aeronáuticos. Além disso, serão necessários investimentos na formação e capacitação de profissionais e a intensificação das ações de fiscalização por parte dos órgãos e entidades vinculados às atividades da aviação civil.

Para atender à crescente demanda do setor de aviação civil, o Governo brasileiro, por intermédio da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), vem investindo na ampliação e na modernização dos 67 aeroportos de sua responsabilidade. Nesse sentido, a Infraero vem realizando obras que, em sua maioria, estão contempladas no PAC, sendo que algumas foram concluídas em 2010 e outras estão em andamento, com previsão de término para os próximos anos.

No rol das obras concluídas no ano de 2010, destacam-se:

- a revitalização do terminal de passageiros 2 do Aeroporto Internacional de Porto Alegre – Salgado Filho;
- a substituição de 37,6 mil m² de forro e luminárias do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim;
- a reforma e revitalização do sistema de luzes de aproximação (ALS) e *flash* das cabeceiras 10 e 15 da pista de pouso do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim;
- a conclusão parcial do conector do atual terminal de passageiros para operação de mais duas pontes de embarque do Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre;
- o fornecimento, implantação e montagem das estruturas e instalações do módulo operacional - MOP para o Aeroporto de Vitória – Eurico de Aguiar Salles; e
- o fornecimento, implantação e montagem das estruturas e instalações do MOP para o Aeroporto de Goiânia – Santa Genoveva.





No exercício de 2011, a Infraero prosseguirá com a realização de ações voltadas para a melhoria da prestação de serviços nos aeroportos do País. Assim, a empresa dará continuidade à aquisição de veículos operacionais, ônibus, microônibus e caminhões-pipa; equipamentos e materiais para laboratório de análise de solos, rocha, concreto e asfalto; sistemas de docagem; esteira de bagagem e pontes de embarque e implantação de MOP nos Aeroportos de Ilhéus, Imperatriz e Guarulhos.

Há previsão de conclusão, em 2011, entre outras, das seguintes obras:

- construção da PR-FE, ampliação da PR-B e recuperação de trecho da pista 09R/27L do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro;
- construção da pista de táxi de saída rápida do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro;
- construção da infraestrutura e das novas edificações do DTCEA e torre de controle do Aeroporto de Macaé;
- construção do novo pátio de aeronaves do Aeroporto de Parnaíba;
- construção da torre de controle do Aeroporto Internacional de Salvador – Deputado Luís Eduardo Magalhães;
- construção da torre de controle do Aeroporto Internacional de Congonhas – São Paulo;
- construção da nova torre de controle do Aeroporto de Belo Horizonte – Pampulha;
- obras de adequação das áreas de embarque e desembarque dos terminais de passageiros 1 e 2 do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro; e
- obras e serviços de infraestrutura e instalação do ILS Cat II com DME na pista 09L e 27L do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro.

Dos projetos concluídos em 2010, figuram entre os mais relevantes:

- a elaboração do projeto da reforma do corpo central do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek (1ª fase da reforma);
- projeto básico de reforma e ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins;
- projeto básico de construção do novo terminal de passageiros e edificações complementares do Aeroporto Internacional de Santarém - Maestro Wilson Fonseca;
- projeto executivo da ampliação do sistema de pátios do Aeroporto Internacional Afonso Pena – Curitiba;
- projeto executivo do alargamento das interseções da recuperação e revitalização do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antônio Carlos Jobim; e
- projetos básico e executivo da construção da pista de táxi de saída rápida do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro.





Planeja-se concluir, em 2011, entre outros:

- o projeto para reforma e ampliação sul do terminal de passageiros e pátio do Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitscheck;
- projeto de restauração das pistas de táxi K, Z, L, C e G, bem como projeto da pista de táxi R de ligação ao novo viaduto de aeronaves e RESA nas quatro cabeceiras do Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitscheck;
- projeto básico de ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Pinto Martins – Fortaleza;
- projeto para reforma do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Salvador Deputado – Luís Eduardo Magalhães; e
- projeto da torre de controle do Aeroporto Santa Maria – Aracaju.

4. Comunicações

a) Universalização dos Serviços de Telecomunicações

O setor de telecomunicações tem um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade brasileira, na medida em que sua evolução proporciona benefícios no que se refere ao aumento da produtividade dos agentes econômicos, à atração de novos investimentos e ao aumento das taxas de emprego e renda da população.

Nesse contexto, o Governo Federal priorizou ações como a troca de obrigações de universalização dos Postos de Serviços de Telecomunicações (PST), que são unidades com acesso à Internet em linha discada, de baixa velocidade, constantes do segundo Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), pela extensão da infraestrutura de banda larga de maior velocidade (*backhaul* ou enlaces de entroncamento), a todos os 5.565 Municípios do País, sendo que em dezembro de 2010 já estavam atendidos 5.415 Municípios com infraestrutura que permite conexão em banda larga e outros 149 Municípios prontos para atendimento, via tecnologia satelital, assim que houver demanda da sociedade.

Alinhado à política de expansão da infraestrutura de redes digitais de banda larga, e com implantação concluída em 2010, o Programa Banda Larga nas Escolas, negociado com as prestadoras de serviços de telecomunicações, prevê o fornecimento gratuito, até o final dos atuais contratos de concessão, em 2025, de conexão banda larga de 1 Mbps em todas as escolas públicas urbanas de ensino básico, em um total de 62.864 escolas.

Na disseminação da tecnologia de Terceira Geração (3G) da telefonia móvel, as obrigações de cobertura estabelecidas no edital do leilão das licenças permitiram que, em dezembro de 2010, 5.529 Municípios contassem com o serviço móvel pessoal, cujas redes são capazes de prover banda larga em velocidades superiores a 1 Mbps.

No contínuo processo de ampliação da infraestrutura de telecomunicações, foi elaborada a proposta do terceiro Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), que vigorará no período de 2011 a 2015, com o objetivo de aumentar progressivamente a universalização de acessos individualizados e coletivos, e de ampliar a capacidade da infraestrutura de rede para conexão em banda larga, buscando-se reduzir as desigualdades regionais e as barreiras de atendimento à população. No âmbito da telefonia, foram propostas novas metas para ampliação do atendimento obrigatório de mais de 90.000 Telefones de Uso Público (TUP), contem-





plando todas as escolas e postos de saúde rurais do País, comunidades quilombolas, aldeias indígenas, postos da Polícia Rodoviária Federal, assentamentos de trabalhadores rurais, unidades de conservação ambiental de uso sustentável e organizações militares. Esse contingente soma-se às 6.651 novas localidades já atendidas no período de 2006 a 2009, e expande de modo significativo a cobertura nas regiões mais remotas e carentes.

b) Avanços na Regulação

Em consonância com as políticas públicas de telecomunicações, em 2010 as ações para desenvolvimento do setor foram balizadas pelo Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR), conferindo transparência e previsibilidade à regulação do setor de telecomunicações brasileiro. Especial atenção foi dispensada aos projetos do PGR associados aos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga, instituído por meio do Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010.

Até novembro de 2010 foram emitidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) 13 Resoluções com grande impacto sobre os direitos dos usuários e a qualidade dos serviços prestados. Merecem destaque: i) a Resolução nº 550, sobre Exploração de Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual, que permitirá o ingresso no mercado de prestadores que não possuam licença para uso de frequências e eventualmente não tenham infraestrutura de rede de telecomunicações, com impacto positivo para a competição no setor; ii) a Resolução nº 549, sobre Remuneração pelo Uso de Redes do Serviço Móvel Pessoal, que determina quais os Grupos de Prestadoras de Serviço Móvel Pessoal são considerados detentores de participação de mercado significativa na oferta de interconexão em rede móvel nas suas respectivas áreas de prestação, com potencial importante para estimular a competição entre operadoras do serviço móvel; iii) a Resolução nº 548, sobre avaliação da Eficiência de Uso do Espectro de Radiofrequências, que tem por objetivo promover o uso eficiente do espectro, que se caracteriza como recurso público escasso; e iv) a Resolução nº 537, sobre alterações nas Condições de Uso da Faixa de Radiofrequências de 3,5 GHz, atribuindo a faixa de radiofrequências de 3.400 MHz a 3.600 MHz adicionalmente ao Serviço Móvel, em caráter primário, para que instituições públicas possam contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço, bem como a implementação de projetos associados.

Para o setor de TV por Assinatura, destaca-se a publicação, em dezembro de 2010, do novo Planejamento do Serviço de TV a Cabo e do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), que substituiu o anterior, de 1997, e estabelece que não haverá limite ao número de outorgas do Serviço de TV a Cabo e do Serviço MMDS, salvo em caso de indisponibilidade de radiofrequência. Com a publicação do planejamento, espera-se para 2011 a retomada do processo de outorga para a prestação do serviço de TV a Cabo e um avanço desse serviço para todos os Municípios.

Em 2011, outros importantes instrumentos regulatórios serão concluídos ou irão à Consulta Pública, com destaque para o Plano Geral de Metas de Competição, os Regulamentos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Telecomunicações, o Regulamento sobre Resolução de Conflitos, os Regulamentos de Sanções Administrativas e de Fiscalização e a licitação internacional para a contratação da consultoria de Implementação do Modelo de Custos.

c) Inovação em Telecomunicações e TV Digital

O setor de telecomunicações é um dos mais dinâmicos da economia. E esse dinamismo é a expressão de uma elevada competitividade no setor – que, por sua vez, está alicerçada na inovação e no desenvolvimento tecnológico. O Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), criado em 2000, é hoje um mecanismo de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico específico para o setor de telecomunicações e vem, desde a sua criação, apoiando diversos projetos relevantes de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em instituições científicas e tecnológicas e empresas em todas as regiões do País.





Em 2011, o Funttel deverá ter seu orçamento ampliado para R\$ 200 milhões, em recursos não reembolsáveis, mais R\$ 50 milhões para a ação reembolsável. Também para 2011 espera-se a conclusão do processo de elaboração de nova regulamentação para o Fundo, com vistas a estabelecer um mecanismo mais efetivo para operacionalizar as transferências legais à Fundação CPQD e conferir maior autonomia decisória aos agentes financeiros do Funttel na gestão dos recursos reembolsáveis.

As transmissões da TV Digital brasileira, iniciadas em 2 de dezembro de 2007 em São Paulo, já atingem mais de 89,5 milhões de brasileiros, em 425 Municípios. Por medida do Governo, a partir de 2010 todos os televisores de *Liquid-Crystal Display* (LCD) ou de plasma, com diagonal de tela igual ou superior a 32 polegadas, deverão ter o receptor para os sinais do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) integrados. A partir de 2011, a medida atingirá, também, os televisores com diagonal de tela maior que 26 polegadas e em 2012 todos os aparelhos de TV com essas tecnologias deverão ser capazes de sintonizar sinais da TV Digital.

Em julho de 2010, o *middleware* de interatividade da TV brasileira, conhecido como GINGA, passou a estar completamente especificado e padronizado no País. Para que a população brasileira possa usufruir de aplicativos interativos, é necessário, além da transmissão desses aplicativos, que os televisores tenham o GINGA instalado. Nesse sentido, o MC já iniciou os procedimentos para alterar novamente o Processo Produtivo Básico (PPB) dos televisores, de forma que se torne obrigatória a instalação do GINGA em todos os televisores que tenham receptores do sinal digital.

Paralelamente ao esforço para levar os sinais de TV Digital interativa a todo o território nacional, o Governo tem se empenhado em uma campanha diplomática para difundir o padrão no mundo. Até dezembro de 2010, além do Brasil, dez outras nações já haviam se decidido oficialmente pela utilização dessa tecnologia como seu padrão de televisão digital: Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Filipinas, Japão, Paraguai, Peru e Venezuela. Com isso, os sinais do padrão nipo-brasileiro de TV Digital serão irradiados sobre uma população de mais de 550 milhões de habitantes. Os esforços de difusão externa do padrão brasileiro continuam com ações previstas, sobretudo na África e América Central.

d) Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações

Até dezembro de 2010 foram realizadas aproximadamente 18.000 ações de fiscalização destinadas à verificação do cumprimento de normas e regulamentos em todas as regiões do País, priorizando a garantia dos direitos dos usuários e a qualidade dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo prestados nos regimes público e privado. Vale destacar que 93% dos recursos disponíveis para ações de fiscalização foram direcionados para atividades de interesse coletivo. Como resultado dessas ações, foram instaurados 3.325 Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados). Ao longo do exercício de 2010, foram julgados pelo Conselho Diretor da Anatel 8.906 Pados e, destes, 7.498 geraram sanções de multas, totalizando cerca de R\$ 2,5 bilhões.

e) Serviços Postais

e.1) Universalização dos Serviços Postais

O provimento dos serviços de atendimento e de distribuição postais enfrenta o desafio de responder às transformações demográficas e urbanas ocorridas nos últimos anos no Brasil, de forma que os distritos com mais de 500 habitantes, referência para o estabelecimento das metas de atendimento, passassem de 1.537 para quase 2.200. Nesse sentido, durante o ano de 2010 a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) deu continuidade ao aumento no quantitativo de agências próprias, oferecendo todos os serviços postais básicos a 6.257 localidades, e foi dada continuidade à instalação de unidades de atendimento para que o serviço postal básico chegue aos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.





A ECT conta com pelo menos uma agência instalada em cada um dos Municípios e, até dezembro de 2010 atendeu à demanda por serviços postais distribuindo mais de 8,8 bilhões de objetos nos 55,5 milhões de domicílios do Brasil.

e.2) Exportação por Remessas Postais

O sistema simplificado de exportação por remessas postais permite que milhares de empresas, principalmente as micro e pequenas empresas nacionais, possam ter acesso ao mercado externo, realizando remessas de seus produtos pela via postal, valendo-se da facilitação do despacho aduaneiro e da redução dos custos de embarque no processo exportador de remessas até o limite de US\$ 50 mil, ampliando a base exportadora e os resultados da balança comercial e contribuindo, assim, para o desenvolvimento socio-econômico do Brasil. Desde a implantação da modalidade, em 1999, até o mês de novembro de 2010, acumulou-se o valor de US\$ 1,33 bilhão, sendo que nos 11 meses de 2010 as exportações simplificadas resultaram em US\$ 238,6 milhões.

e.3) Atuação no Âmbito Internacional

Em 2010, o Governo Federal continuou a participar ativamente nos organismos postais dos quais faz parte, como União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep), União Postal Universal (UPU), Mercosul e Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA), com uma atuação voltada ao desenvolvimento e aprimoramento do intercâmbio de correspondências e encomendas e demais serviços postais internacionais, além de fortalecer a integração hemisférica e buscar processos decisórios mais abertos a um número maior de países no âmbito postal, principalmente àqueles em desenvolvimento.

e.4) Inovações dos serviços

No que se refere às inovações dos serviços, destacam-se o Programa Leve-Leite, que distribui latas de leite aos alunos regularmente matriculados na rede pública de ensino do Município de São Paulo; a Operação Enem, que distribui as provas do Exame Nacional do Ensino Médio; a Operação Remédio em Casa, que por meio de contratos com governos estaduais e municipais realiza a logística de distribuição de medicamentos; a Gestão de Armazenagem, que consiste no gerenciamento de materiais de terceiros em ambiente da ECT e/ou do próprio cliente; e os serviços de Logística Reversa, decorrentes de maior conscientização da sociedade com relação à questão ambiental.

f) Radiodifusão

f.1) Radiodifusão Comunitária

O Ministério das Comunicações buscou ao longo dos últimos oito anos a universalização dos serviços de radiodifusão. Isso representa a presença de pelo menos um serviço de radiodifusão em cada Município, e o pleno acesso à informação e à liberdade de expressão no setor de comunicação eletrônica.

Perseguindo esse objetivo, foram concedidas 305 outorgas de Serviços de Radiodifusão Comunitária em 2010, totalizando 4.210 entidades autorizadas a executar esse tipo de serviço de rádio em todo o País, sendo que, dessas, mais de 3.100 entidades já possuem a licença provisória ou definitiva emitidas. Para o ano de 2011 a perspectiva é continuar avançando na universalização da radiodifusão.

f.2) Demais Serviços de Radiodifusão

No que se refere à radiodifusão comercial e educativa, atualmente existem 4.962 entidades autorizadas a executar os serviços





de radiodifusão sonora comercial e educativa (rádio), 512 canais de geradoras de televisão e mais de 10.100 autorizações para retransmissão de televisão. Só em 2010 foram concedidas 11 outorgas para emissoras de rádio e TV educativas e 140 para emissoras de rádio e TV comercial. Ainda em 2010, foram autorizadas 209 entidades para executar o Serviço Retransmissão de Televisão (RTV).

Outro resultado importante foi o avanço nas consignações de canais digitais. Até o momento foram consignados mais de 185 canais de televisão digital (TV-D) e mais de 30 canais de retransmissoras de televisão (RTV-D). Desse total, só no ano de 2010 foram consignados 18 canais de TV-D para capitais e 30 consignações para cidades-polo dos Estados, além de 22 canais de RTV-D.

Para 2011, dando continuidade ao processo de implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital, está prevista a expansão das consignações de transmissões digitais para as capitais e novas consignações para as cidades-polo dos Estados ainda não contempladas, realizando assim a interiorização da TV Digital.

f.3) Digitalização dos Serviços de Radiodifusão Sonora

Desde 2009 o Ministério das Comunicações (MC) vem avançando nos testes e avaliações com sistemas de radiodifusão sonora digital, sistema DRM (*Digital Radio Mondiale*). Durante essa fase, o consórcio DRM fornece os equipamentos necessários e o MC coordena os testes que estão sendo realizados em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. O principal objetivo é subsidiar tecnicamente a definição do padrão brasileiro de Radiodifusão Sonora Digital.

5. Saneamento

A política governamental para o setor de saneamento se manifesta, basicamente, sob duas linhas estratégicas de atuação: a implementação de programas de investimentos, especialmente através das intervenções incluídas no PAC, e o apoio às ações destinadas à melhoria da gestão dos serviços de saneamento básico, notadamente nos aspectos relacionados ao planejamento, fiscalização e controle social. Assim, nos últimos anos, além de apoio financeiro aos Estados e Municípios para a implantação, ampliação e melhorias dos sistemas de saneamento, o Governo Federal tem priorizado algumas ações fundamentais como estratégia para viabilizar uma atuação consoante à Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as Diretrizes para o Saneamento Básico. A referida Lei atribuiu ao Governo Federal, sob a coordenação do Ministério das Cidades (MCID), a responsabilidade de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) como principal instrumento para a efetivação da Política Nacional de Saneamento Básico e como orientador dos planos municipais de saneamento.

Portanto, no âmbito institucional, estão se consolidando as condições para praticar os avanços alcançados com a instituição do novo marco regulatório para o setor de saneamento. A esses progressos são somados a sanção da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e os esforços na condução do processo de elaboração do Plansab desde 2009. O Plansab inclui a fixação de metas de cobertura e qualidade dos serviços de saneamento, a definição das ações e estratégias governamentais para alcance das metas, bem como mecanismos de controle, monitoramento e avaliação de sua implementação. A elaboração do plano envolveu discussões que permearam toda a sociedade e incluiu a realização de eventos e seminários contemplando a diversidade territorial e a abrangência temática do plano, proporcionando aos entes federados, aos prestadores de serviço e aos diferentes segmentos da sociedade a possibilidade de acompanhar e contribuir ao longo do processo.

A Lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabeleceu o ciclo de prioridades para a gestão desses resíduos, compreendendo a não geração, a redução, o reuso, a reciclagem, o tratamento e a destinação final. A Lei ainda prevê a necessidade de





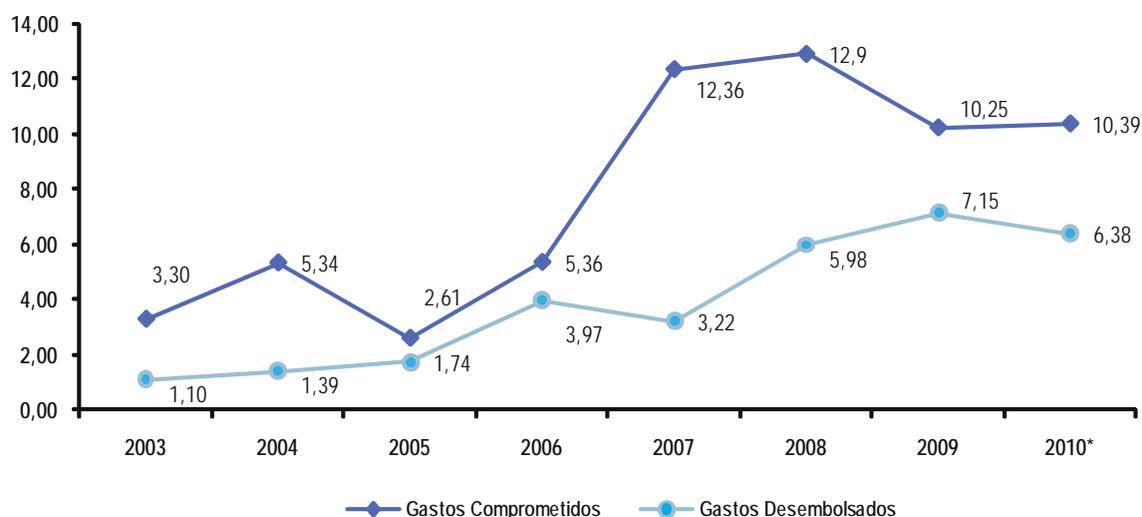
elaboração de planos de resíduos sólidos em várias esferas da administração pública e do setor privado; a estruturação de cadeias de logística reversa a fim de retornar mercadorias e embalagens ao setor produtivo após o seu ciclo de vida, tal como hoje já ocorre com pilhas e pneus; a ampliação da cobertura por coleta seletiva; e a implantação de mecanismos de disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos em todos os Municípios.

Com o lançamento do PAC em 2007, reverteram-se as limitações financeiras que restringiam os novos investimentos, elevando o volume de contratações de uma média de R\$ 3 bilhões anuais, verificada de 2003 até 2006, para cerca de R\$ 10 bilhões por ano até 2010. O aporte de R\$ 40 bilhões para investimentos durante o quadriênio do PAC (2007 a 2010) representou, além da garantia de fluxo constante de crédito num horizonte de médio prazo, uma iniciativa marcada pela concertação federativa, cooperação entre a União, Estados e Municípios e retomada do investimento estatal em saneamento.

Salienta-se que, além de promover o crescimento econômico, a natureza dos investimentos priorizados pelo PAC vem reforçar as ações que visam a redução da pobreza e a desigualdade social. Ademais, o saneamento é agente promotor da saúde pública, além de grande gerador de empregos e promotor de desenvolvimento econômico e social.

O gráfico abaixo revela a evolução dos investimentos públicos aplicados (comprometidos e desembolsados) em saneamento básico, evidenciando os esforços do Governo Federal na retomada das contratações de operações de crédito e repasses com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). Nota-se que os valores comprometidos entre 2007 e 2010 (média dos últimos quatro anos) é 176,4% superior aos valores dos compromissos de gastos apurados entre 2003 a 2006 (média dos quatro anos anteriores). O aumento das contratações já reflete positivamente nos desembolsos: na comparação com o período 2003/2006, os valores médio-desembolsados entre 2007/2010 são 177,2 % superiores. Esse resultado é decorrência do aumento expressivo da disponibilidade de recursos proporcionada pelo PAC.

Evolução dos Gastos Comprometidos e Desembolsados em Saneamento Básico (R\$ bilhões) Período 2003 a 2010



Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Ministério das Cidades.

* Valores preliminares para 2010

As séries foram indexadas pelo IGP-DI de junho de 2010. Inclui gastos em saneamento do Ministério das Cidades, Funasa, Ministério da Integração, Ministério do Meio ambiente e outros.





Para o setor de saneamento, as medidas institucionais, econômicas e de gestão previstas no PAC propiciaram alterações legislativas com vistas à ampliação do volume de recursos orçamentários, ao aumento do efetivo de recursos humanos responsáveis pela gestão dos investimentos, à simplificação de instrumentos licitatórios e de mecanismos de transferências de recursos, e ao estímulo ao crédito e ao financiamento para o setor público.

No planejamento do PAC, do montante a ser alocado pelo MCID, de 2007 a 2010, R\$ 8 bilhões foram provenientes do Orçamento Geral da União e R\$ 20 bilhões oriundos de fundos públicos, por meio de empréstimos realizados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Somado a esse montante, foram acrescidos R\$ 8 bilhões em contrapartidas dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

No MCID, até 11 de janeiro de 2011, foram selecionados empreendimentos que ultrapassam R\$ 36 bilhões, sendo 59,2% provenientes de recursos de empréstimos do FAT e do FGTS (recursos onerosos) e 40,8% do OGU (recursos não onerosos).

Do montante selecionado, foram contratados investimentos totais de R\$ 35,3 bilhões em mais de 1.700 empreendimentos, conforme demonstra a tabela seguinte. Tendo em vista a necessária melhoria das condições de esgotamento sanitário dos domicílios urbanos, cerca de 40% dos recursos foram destinados a investimentos na ampliação e em melhorias dos sistemas de esgotamento sanitário. A prioridade conferida ao esgotamento sanitário foi orientada, principalmente, pelos baixos índices de cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotos. Além de considerar os precários indicadores do esgotamento sanitário no Brasil, o programa também buscou reverter o perfil das iniciativas do Governo Federal, em que, historicamente, predominaram os investimentos em abastecimento de água.

Total de Investimentos Contratados e em Contratação do PAC, por modalidade, sob gestão do MCID (R\$)

Modalidade	Situação dos Investimentos		Total Geral
	Contratado	Em Contratação	
Abastecimento de Água	7.939.770.099,51	214.457.594,60	8.154.227.694,11
Desenvolvimento Institucional	1.058.618.237,53		1.058.618.237,53
Esgotamento Sanitário	14.070.098.611,29	198.065.912,24	14.268.164.523,53
Estudos e Projetos	167.948.797,28	10.727.320,12	178.676.117,40
Manejo de Águas Pluviais	5.088.282.578,27	466.593.395,33	5.554.875.973,60
Manejo de Resíduos Sólidos	205.886.319,51		205.886.319,51
Saneamento Integrado	6.740.218.424,81	52.680.465,30	6.792.898.890,11
TOTAL GERAL	35.270.823.068,20	942.524.687,59	36.213.347.755,79

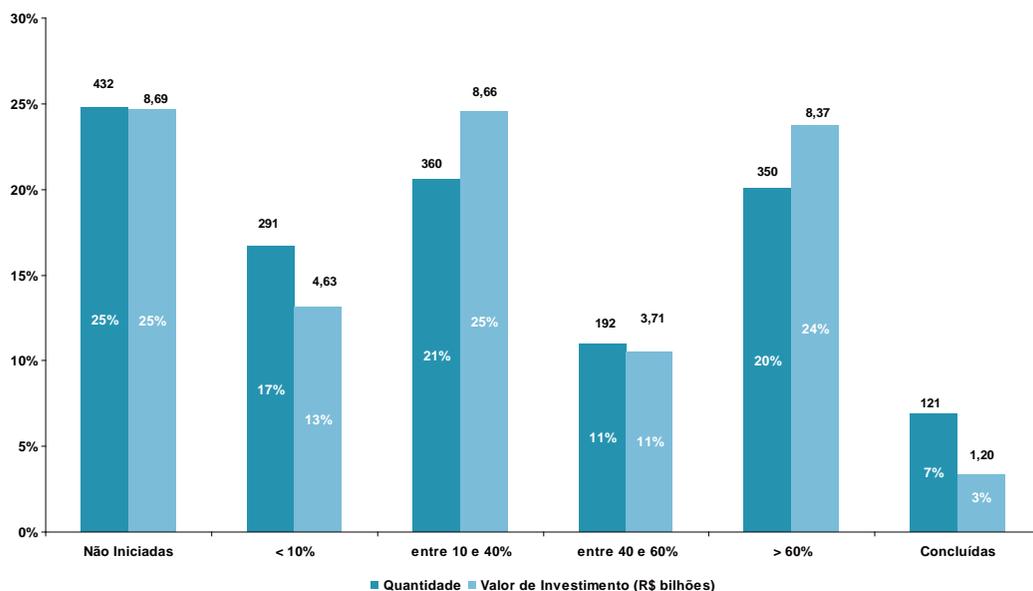
Fonte: BDSAN - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades. Dados de 11 de janeiro de 2011

Na análise da execução dos empreendimentos contratados com recursos do PAC, observa-se que, dos R\$ 35,3 bilhões, foram executados R\$ 11,36 bilhões, correspondentes ao valor liberado pela União, que representa uma execução média de 32,2% dos recursos totais contratados. O gráfico seguinte detalha a execução física acumulada dos investimentos em saneamento básico contratados com recursos do PAC, entre os anos de 2007 e 2010. Nota-se que grande parte dos empreendimentos, cerca de 75% das operações totais (R\$ 26,5 bilhões), já tiveram suas obras iniciadas e encontram-se nas diversas fases de execução. Além disso, constata-se que 7% das operações foram concluídas (121 empreendimentos), o que equivale a investimentos de R\$ 1,2 bilhão, cerca de 3% dos valores totais contratados.





Investimentos do PAC em Saneamento Básico - Contratados entre 2007 e 2010



Fonte: BDSAN - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades
Dados de 11 de janeiro de 2011

Vale destacar que em 2010 foram selecionados investimentos de R\$ 1,48 bilhão em 36 empreendimentos. Desse montante, até janeiro de 2011 foram contratados 21 empreendimentos, que somam investimentos de R\$ 1,27 bilhão.

As ações de saneamento desenvolvidas em Municípios de pequeno porte, de responsabilidade do Ministério da Saúde por meio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), tiveram foco sobre o controle de doenças e agravos em populações com fragilidade de inserção social, tendo forte apoio na continuidade das ações de saneamento ambiental. Em 2010 alcançou-se a contratação acumulada de 6.390 empreendimentos, resultando em um cenário favorável para a política de saneamento em áreas especificamente priorizadas, conforme descritas a seguir.

- Saneamento em áreas indígenas – foram priorizadas e contratadas 2.163 obras em 1.432 aldeias indígenas;
- Melhoria das condições de habitação na zona rural em áreas endêmicas da doença de Chagas e de ações de manejo ambiental e drenagem urbana para o controle da malária – restauração e reconstrução de casas e ações de melhoria ambiental em 53 áreas indígenas;
- Ampliação, em 113%, da oferta de sistemas de esgotamento sanitário, alcançando 495 Municípios, superando os 464 previstos para o final de 2010, dos quais 21 foram implantados em 2010, beneficiando mais de 370 mil famílias, cerca de 1,5 milhão de pessoas;
- Ampliação, em 106%, da oferta de sistemas de abastecimento de água, totalizando 1.202 Municípios, superando os 1.132 previstos inicialmente para até 2010. Dessas implantações, 76 ocorreram, beneficiando aproximadamente 649 mil famílias, correspondentes a 2,6 milhões de pessoas; e
- Implantação de ações de saneamento domiciliar e módulos sanitários: da programação de até 500 Municípios para até 2010, foram contemplados 597 Municípios, 35 dos quais em 2010.





O saneamento rural envolve as ações de abastecimento de água e solução adequada para os dejetos depositados em comunidades rurais com população inferior a 2.500 habitantes, priorizando as intervenções em escolas rurais. Até 2010 foram atendidas 807 escolas das 889 inicialmente programadas, 138 das quais em 2010, significando o atendimento de 91% da meta prevista para o período 2007/2010.

Já as ações de saneamento em comunidades rurais contemplaram 1.382 comunidades, beneficiando cerca de 125 mil famílias.

Destacam-se ainda:

- Implantação de ações de saneamento em 362 das 380 comunidades em áreas quilombolas programadas, das quais 74 foram beneficiadas no exercício de 2010, representando o atendimento de 95% da meta prevista para o período de 2007/2010.
- Implantação de 22 laboratórios de controle da qualidade da água para consumo humano, dos 25 inicialmente programados, o que representa o atingimento de 88% da meta prevista para o período 2007 a 2010; e
- Apoio a 171 cooperativas para desenvolvimento de projetos de coleta e reciclagem de materiais, das 210 programadas, representando 81% da meta prevista para o período 2007 a 2010, das quais 124 em 2010.

As perspectivas para 2011 contemplam as seguintes ações:

- Implantação de abastecimento de água, esgotamento sanitário e instalações hidrossanitárias em áreas quilombolas, com vistas à redução de doenças e agravos relacionados à falta ou inadequação de saneamento;
- Desenvolvimento de ações direcionadas para a melhoria das condições das habitações existentes, por meio de reforma ou substituição por habitações construídas adequadamente em Municípios de alto risco de transmissão da doença de Chagas;
- Expansão do atendimento aos Municípios a serem selecionados a partir dos menores índices de cobertura por rede de distribuição de água e de solução adequada de esgotamento sanitário (fossa séptica + rede coletora de esgoto);
- Minimização da proliferação do vetor da malária por meio de obras de engenharia e/ou manejo ambiental (drenagem) no sentido de inviabilizar as condições ambientais e biológicas favoráveis à proliferação do vetor;
- Expansão da implantação de sistemas de resíduos sólidos aos Municípios a serem selecionados a partir dos maiores índices de infestação por *Aedes aegypti*;
- Garantia das condições de eficiência e eficácia do tratamento da água com vistas a possibilitar o controle da qualidade da água pelos Municípios; e
- Apoio aos projetos de coleta e reciclagem de materiais.

O PAC 2, lançado em maio de 2010, sinalizou a continuidade dos investimentos de longo prazo para o setor, promovendo condições para um planejamento setorial, público e privado, de médio prazo, e dando seguimento ao processo de melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Foram disponibilizados R\$ 45,1 bilhões para investimentos em saneamento, sendo R\$ 41,1 sob a gestão do MCID e os demais





R\$ 4 bilhões destinados aos programas sob responsabilidade da FUNASA. Cerca de 50 % desses recursos são oriundos do OGU e os demais 50% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Esses investimentos estão divididos por modalidade, conforme a tabela abaixo:

Previsão de Investimentos do PAC 2 para o setor de saneamento (2011 – 2014)

Modalidade	Fonte de Recursos (R\$ bilhões)		Total Geral
	OGU	FIN (FAT e FGTS)	TOTAL
Água	2,5	4,0	6,5
Redução de Perdas	1,0	1,0	2,0
Esgoto	7,0	5,5	12,5
Drenagem	5,0	4,0	9,0
Saneamento integrado	1,5	1,5	3,0
Resíduos Sólidos	1,0	0,5	1,5
Projetos	0,3	0,3	0,6
Financiamento Privado	-	5,0	5,0
Água e Esgoto para Peq. Munic.*	4,0	1,0	5,0
TOTAL	22,3	22,8	45,1

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades

*Recursos sob gestão da FUNASA

No PAC 2 o atendimento aos Municípios foi dividido em 3 grupos, de acordo com a região e o porte municipal. O Grupo 1, que concentra cerca de 60% da população brasileira, abrange os Municípios de Regiões Metropolitanas (RMs) e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs), Municípios acima de 70 mil habitantes das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e acima de 100 mil habitantes nas Regiões Sul e Sudeste. Nesse grupo estão incluídos 477 Municípios elegíveis. O Grupo 2 abrange Municípios das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que têm entre 50 e 70 mil habitantes e das Regiões Sul e Sudeste que têm entre 50 e 100 mil habitantes. No Grupo há 2.221 Municípios, que representam cerca de 8% da população brasileira. Por fim, o Grupo 3 inclui 4.866 Municípios com população inferior a 50 mil habitantes, que abrangem aproximadamente 32% da população. É importante salientar a destinação de R\$ 300 milhões para apoio aos Municípios na elaboração de projetos, visto que este foi um dos entraves encontrados durante a primeira fase do PAC.

As premissas para seleção das propostas serão: i) articulação entre as modalidades no território; ii) complementação de obras da primeira fase do PAC; iii) atendimento de demandas estruturantes e integradas entre áreas de desenvolvimento urbano e intermunicipais; iv) projetos de engenharia prontos ou em estágio avançado de preparação; v) licenciamento ambiental; e vi) situação fundiária que permita rápido início de obras.

Além disso, uma série de critérios de priorização, como índices de cobertura, desempenho no PAC 1, áreas de risco, índices de mortalidade infantil, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dentre outros, estão sendo adotados para priorização das intervenções.

O ambiente de investimentos continuados para o setor de saneamento deve permanecer, durante o exercício de 2011, em patamares bastante próximos aos do quadriênio 2007-2010, com potencial de crescimento em virtude das contratações do PAC 2. Estima-se que serão comprometidos (OGU e financiamentos) recursos da ordem de R\$ 11,4 bilhões, considerando o planejamento de execução do PAC 1 e as novas contratações no PAC 2.





6. Habitação

a) Política Nacional de Habitação

A Política Nacional de Habitação possui como objetivo principal retomar o processo de planejamento do setor habitacional e garantir novas condições institucionais para promover o acesso à moradia digna a toda a população, notadamente aquela de baixa renda. Na implementação dessa política, os principais eixos da ação governamental são: o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), o PAC - Habitação e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O PlanHab orientará o planejamento das ações públicas e privadas no setor habitacional ao longo de 15 anos, com o objetivo de melhor direcionar recursos para o enfrentamento das necessidades habitacionais do País. As ações estratégicas propostas pelo Plano estão definidas em quatro linhas de atuação: i) modelagem de subsídios e alavancagem de financiamentos para população de baixa renda; ii) organização institucional e ampliação do leque de agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS); iii) propostas e mecanismos de fomento para a cadeia produtiva da construção civil; e iv) incentivos à adoção de mecanismos de política territorial e fundiária para ampliação de áreas para habitação de interesse social.

Estudos relativos aos déficits habitacionais apontam para uma dívida social acumulada próxima de 5,6 milhões de novos domicílios em 2008, de acordo com a nova metodologia adotada para sua quantificação, além de mais de 10 milhões de moradias com problemas de infraestrutura básica. Esse quadro justifica uma atuação estatal no horizonte de médio e longo prazo, com investimentos continuados, que considere não apenas as necessidades habitacionais acumuladas, mas também aquelas decorrentes do crescimento demográfico e da reposição de unidades obsoletas.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) estabelece as bases de um desenho institucional que prevê a integração entre os três níveis de governo e define as regras que asseguram a articulação financeira do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) entre os entes da Federação. O SNHIS representa a estruturação do processo de planejamento habitacional nos níveis subnacionais ao vincular a participação no Sistema à instituição dos fundos locais de habitação de interesse social e dos respectivos conselhos gestores. A elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, outro requisito da adesão ao Sistema, completa um novo quadro institucional, que permitirá aos poderes executivos locais a elaboração de um desenho de estratégias que promovam o acesso à moradia digna, de acordo com as especificidades regionais, contribuindo para o enfrentamento do déficit habitacional do País.

O PAC - Habitação possui como objetivo a expansão dos investimentos em infraestrutura social e urbana e visa ao desenvolvimento sustentável dos setores produtivos ligados à habitação. O programa tem como princípios a criação de um ambiente favorável ao crescimento e à universalização dos benefícios econômicos e sociais a todas as regiões e traz a perspectiva de expressiva ampliação no aporte de recursos destinados à área habitacional. As intervenções do PAC - Habitação possibilitam a mitigação da carência habitacional de parcela da população com renda de até cinco salários mínimos residente em assentamentos precários situados nas principais cidades e regiões mais populosas.

No anúncio do PAC, para o quadriênio 2007-2010, estavam previstos, inicialmente, aportes de recursos para os programas e ações governamentais integrantes do PAC - Habitação da ordem de R\$ 106,3 bilhões. Desse montante, R\$ 10,1 bilhões correspondem a recursos provenientes do OGU, R\$ 4 bilhões de financiamento ao setor público, R\$ 32,5 bilhões de financiamentos habitacionais para pessoas físicas, compreendendo recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), R\$ 42 bilhões de recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), além de R\$ 17,7 bilhões de contrapartida de Estados, Municípios e pessoas físicas.





Em 2009, o Governo deu início, mediante a Lei nº 11.977, de julho de 2009, a um dos principais programas para enfrentamento da crise econômica internacional e redução do déficit habitacional – o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Como resposta anticíclica à crise, tornou-se uma oportunidade para que os setores habitacionais público e privado pudessem atuar de forma convergente. Por um lado, favoreceu-se a implementação de um modelo nacional de subsídio, necessário para ampliar a concessão de crédito e para disponibilizar a moradia adequada ao perfil das famílias de média e baixa renda; e por outro viabilizou-se a implementação de operações imobiliárias por construtoras. Assim, com a criação do PMCMV, um dos objetivos estratégicos da Política Nacional de Habitação foi implementado, qual seja, o estabelecimento de condições para a ampliação de um mercado popular de habitação.

b) PAC - Habitação

b.1) Transferências Obrigatórias ao Setor Público

Estão sendo investidos no PAC - Habitação recursos da ordem de R\$ 13,1 bilhões, sendo R\$ 10,1 bilhões de recursos orçamentários da União e R\$ 3,0 bilhões de contrapartida dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Desses, R\$ 4,0 bilhões estão alocados no FNHIS e R\$ 9,1 bilhões no PAC-PPI.

As obras de urbanização de assentamentos precários concentram a maior parte dos recursos e representam a prioridade do PAC - Habitação: são R\$ 11,8 bilhões, ou 90% dos recursos, e quase 860 mil famílias beneficiadas. Outros recursos, totalizando R\$ 1,1 bilhão, são para provisão habitacional por meio do FNHIS, atendendo a cerca de 55 mil famílias.

Do total investido, R\$ 4,4 bilhões estão sendo aplicados em obras emblemáticas, ou seja, em urbanização de grandes complexos onde há concentração de precariedade habitacional, situações de risco e carência de infraestrutura. São 21 obras em 14 unidades da Federação, destacando-se: Complexo do Alemão e Rocinha, no Rio de Janeiro; Heliópolis, Paraisópolis e Billings/Guarapiranga, em São Paulo; Bacia do Maranguapinho, em Fortaleza; Bacia do Beberibe, em Recife; Ribeirão Arrudas, em Belo Horizonte; Rio Anil, em São Luís, entre outros, beneficiando quase 335 mil famílias.

As ações de urbanização englobam ainda erradicação de palafitas e habitações em áreas de risco nos Municípios de Rio Branco (AC), Manaus (AM), Macapá (AP), Belém, Ananindeua, Santarém, Marabá e Castanhal (PA), Porto Velho (RO), Lauro de Freitas (BA), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), região metropolitana de Recife (PE) e Baixada Santista (SP), além de outras intervenções.

Até dezembro de 2010, no âmbito do PAC, foram 180 obras contratadas no programa PAC-PPI, no valor total de R\$ 9,1 bilhões, representando quase 100% de contratação das propostas selecionadas. Já no FNHIS, são 3.365 empreendimentos em 1.995 Municípios em todas as unidades da Federação, num valor total de R\$ 3,9 bilhões.

Dentre esses, foram beneficiados mais de 1.500 Municípios nos 26 Estados, com investimento de cerca de R\$ 112 milhões oriundos do FNHIS para desenvolvimento institucional, sendo R\$ 25,7 milhões para serviços de assistência técnica e R\$ 75,4 milhões para elaboração de Planos Locais de Habitação.

Ainda em 2010, foi realizada a primeira seleção do PAC 2, que classificou propostas de diferentes grupos de Municípios, divididos em três grupos, de acordo com a população e regiões metropolitanas. Conforme a nova metodologia, os Estados, Municípios e o Distrito Federal puderam pleitear recursos tanto para obras de urbanização de assentamentos precários e produção habitacional, quanto para elaboração de seus estudos e projetos. Foram classificadas 167 propostas e um total de R\$ 3,3 bilhões (OGU) referentes a obras de habitação do Grupo 1, e 131 propostas e R\$ 96,5 milhões para projetos desse mesmo grupo. Os grupos 2 e 3 ainda estão em fase de pré-seleção.





b.2) Financiamento ao Setor Público

A partir da ampliação da capacidade de endividamento dos Estados e Municípios, em decorrência da Resolução nº 3.438, de 2007, do Conselho Monetário Nacional (CMN), pôde-se retomar as operações do Pró-Moradia, programa operado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) com recursos do FGTS, e estabelecer parceria com o BNDES para execução de operações no âmbito dos Projetos Multissetoriais Integrados (PMI), operados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Em 2009, também por intermédio de resolução do CMN, o limite de crédito ao setor público foi ampliado para R\$ 5,5 bilhões, destinados à contratação de projetos de urbanização de assentamentos precários e produção de novas habitações pelos entes federados que possuam capacidade de pagamento e endividamento. Até esse ano haviam sido contratadas 16 intervenções do PMI, totalizando R\$ 554 milhões, e 186 intervenções do Pro-Moradia, representando R\$ 4,6 bilhões.

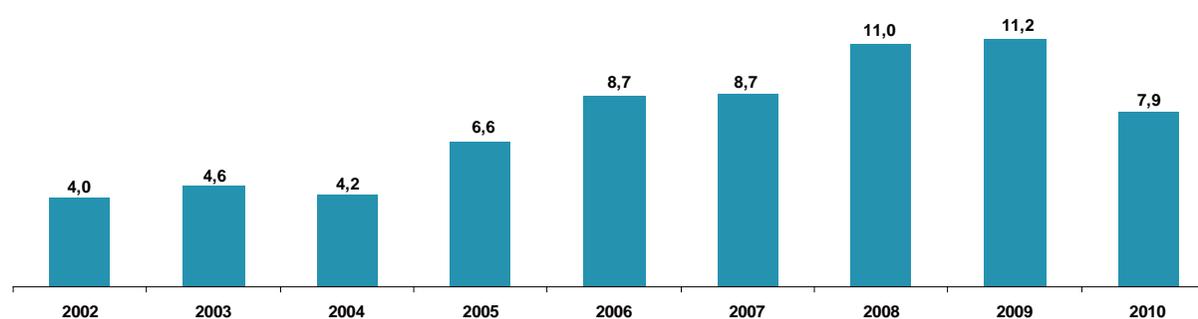
As obras de urbanização de assentamentos precários somam R\$ 4,8 bilhões (117 obras) representando 90% desse recurso, atendendo 402 mil famílias. Destacam-se as obras de urbanização da Pedreira Prado Lopes e Aglomerado Morro das Pedras, em Belo Horizonte, a Vila Nazaré, em Porto Alegre, a Via Mangue, em Recife, e a 2ª etapa da Falha Geológica, em Salvador.

Em 2010 houve mais duas seleções que classificaram 25 propostas, num montante de R\$ 669 milhões, que estão em fase de contratação.

b.2.1) Financiamentos habitacionais para pessoas físicas

De 2007 a 2010, os créditos concedidos a pessoas físicas com recursos do FGTS, do FAR e do FDS beneficiaram 971 mil famílias com a aquisição, reforma ou construção de unidades habitacionais; houve alocação de R\$ 38,9 bilhões, superando em 20% a meta, de R\$ 32,5 bilhões, para o período (2007-2010). Estima-se que a esses recursos ainda são acrescidos R\$ 12,3 bilhões de contrapartidas individuais. Vale ressaltar que os valores de 2009 e 2010 não incluem o total de financiamento destinado ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Contratação de financiamentos habitacionais para pessoas físicas (R\$ bilhões)



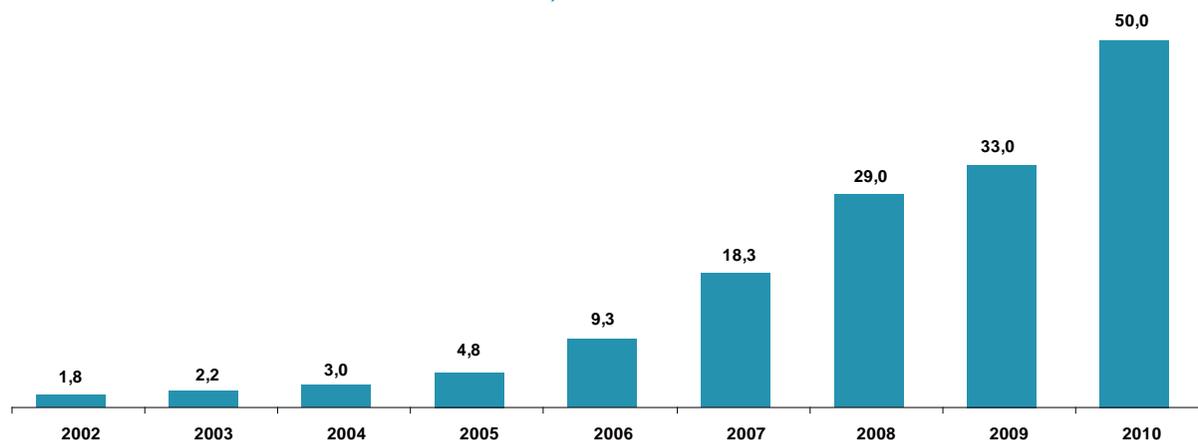
Fonte: CAIXA de 17 de dezembro de 2010. Não inclui PMCMV.

Já em relação ao financiamento a pessoas físicas com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), destinado à habitação de mercado, no período 2007/2010, houve investimento total de R\$ 130,3 bilhões, superando em cerca de 11% a meta de R\$ 45 bilhões estipulada para o ano de 2010. O investimento possibilitou o acesso à moradia para mais de 1,1 milhão de famílias. A abertura do capital do setor imobiliário também possibilitou crescimento do montante de recursos destinados à habitação de mercado, resultando em expressivo volume de contratações, conforme pode ser visto no gráfico que segue.





Contratação SBPE (R\$ bilhões)



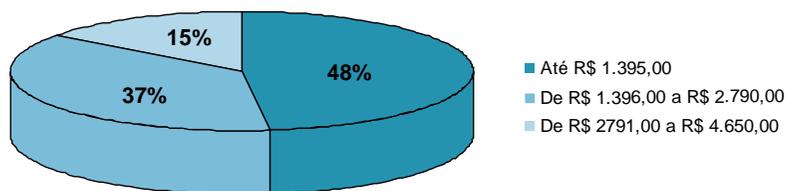
Fonte: ABECIP até novembro de 2010.

b.3) Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)

Desde o início das operações do PMCMV, em 2009, até o dia 30 de dezembro de 2010, segundo dados preliminares fornecidos pela CAIXA, foram contratadas 1.004.015 unidades, no montante de R\$ 53,16 bilhões, superando a meta de um milhão de unidades habitacionais. As operações foram realizadas pela CAIXA e demais agentes e instituições do sistema financeiro de habitação.

As contratações apresentaram os seguintes perfis de renda familiar dos beneficiários dos imóveis:

Distribuição das unidades do PMCMV por faixa de renda – 2010



Prévia - Balanço PMCMV 30/12/2010

Fonte: Ministério das Cidades

Importante destacar o expressivo volume de contratações (48% do total) na faixa de renda até R\$1.395,00, onde se concentra a maior parcela do déficit habitacional.

De janeiro a 30 de dezembro de 2010 foram contratadas 728.487 unidades habitacionais, representando investimentos de R\$ 36,1 bilhões.

Para o quadriênio 2011/2014, serão destinados R\$ 71,7 bilhões a financiamentos para o Programa Minha Casa, Minha Vida, sendo R\$ 62,2 bilhões do OGU e R\$ 9,5 bilhões de subsídios do FGTS. Da nova meta de 2 milhões de novas moradias, 1,2 milhão (60% dos recursos) deverão ser construídas para famílias com renda de até R\$ 1.395,00.





b.4) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica

Dentre as iniciativas adotadas em 2010 para fomentar o desenvolvimento institucional e a cooperação técnica, cabe destacar alguns eixos principais. O primeiro deles é o eixo de capacitação, com duas ações estruturantes: a consolidação de cursos à distância (EAD) e de capacitação presencial. A consolidação dos cursos à distância tem sido um dos principais mecanismos para ampliação de vagas para a capacitação de gestores dos governos federal, estadual e municipal, além de técnicos da CAIXA e demais agentes sociais. O objetivo principal dessa modalidade é garantir o fortalecimento institucional do setor habitacional, bem como a ampliação da capacidade de planejamento e gestão de programas e projetos de habitação. Desde 2008, o MCID desenvolve, na modalidade EAD, as seguintes temáticas: *Urbanização de Assentamentos Precários, Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social e Apoio à Elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social*. No ano de 2010, cerca de 800 Municípios e 2.800 gestores participaram dos cursos ofertados pelo EAD.

Além dos cursos à distância, o MCID manteve sua estratégia de capacitação presencial junto aos Estados e Municípios para a implementação da Política Nacional de Habitação. Nesse ano foram capacitados cerca de 410 gestores locais dos Estados do Maranhão, Goiás e São Paulo, para a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

Outro eixo de atuação está dedicado a estruturar contratações de produção de material de caráter técnico para apoiar a formulação de políticas e ações do MCID, assim como garantir instrumentos didáticos para a capacitação necessária das ações e programas habitacionais. Essas contratações envolvem renomados órgãos de pesquisas e consultorias, além de parcerias. Entre os principais trabalhos produzidos em 2010 destacam-se os seguintes estudos e publicações: i) Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários; ii) Plano Nacional de Habitação (PlanHab); iii) Guia de Adesão ao SNHIS 2010; iv) Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação; v) Urbanização de Favelas: a Experiência do PAC; vi) Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários – Versão Bilingue – Material Didático Curso EAD; vii) Guia Como Delimitar e Regular Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de Vazios Urbanos; viii) Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social – Material Didático Curso EAD; ix) Identificação e Mapeamento do Comportamento do Mercado Residencial Formal da RMSP e Metodologia para Estimar Oferta Residencial Formal nas demais RMS do País; e x) Instrumentos de Monitoramento e Avaliação das Ações do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Finalmente, o terceiro eixo de trabalho está voltado para a consolidação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), instituído pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Para tanto, o MCID faz o monitoramento das obrigações decorrentes da adesão ao SNHIS e do cumprimento, por parte dos Municípios e Estados, por meio dos relatórios encaminhados pela CAIXA. O cumprimento das obrigações decorrentes da adesão ao SNHIS trata da obrigatoriedade da elaboração do PLHIS e da criação de conselhos e fundos municipais de habitação de interesse social pelos Estados e Municípios.

b.5) Qualidade e Produtividade

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) tem por objetivo elevar a qualidade e a produtividade no setor da construção civil. Busca a interlocução com os setores diretamente envolvidos com a temática da construção civil. Para implementação das ações que compõem o PBQP-H, no exercício de 2010 foram alocados recursos do Orçamento Geral da União (OGU) da ordem de R\$ 1 milhão.

O aporte anual de recursos privados em qualidade e inovação, realizado pelas empresas, devido ao fomento estabelecido pelo programa, é estimado em R\$ 120 milhões para implementação dos programas setoriais da qualidade, envolvendo as atividades de normalização técnica, desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade, realização de auditorias e de ensaios





laboratoriais, acompanhamento dos indicadores da conformidade técnica do setor, capacitação dos profissionais da qualidade e outras atividades de Tecnologia Industrial Básica (TIB); R\$ 154 milhões para implementação do Sistema da Avaliação de Conformidade nos níveis D, C, B e A do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras (SIAC); e R\$ 4,2 milhões para implementação do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT), na elaboração de diretrizes, avaliações técnicas e auditorias em produtos e sistemas construtivos inovadores desenvolvidos pelas empresas do setor.

Em 2010, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), e em sintonia com as diretrizes do PBQP-H, o BNDES disponibilizou uma linha de crédito automática e pré-aprovada, podendo atingir até R\$ 1,5 milhão de limite de crédito por beneficiário, para apoiar de forma ágil as micro, pequenas e médias empresas, com receita bruta anual de até R\$ 60 milhões, objetivando aumentar a competitividade empresarial e a capacidade das empresas para responder às demandas do mercado. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) destinou R\$ 57 milhões para apoiar pesquisas nas áreas de saneamento e habitação com foco no PAC e no PMCMV, bem como para o apoio à inovação tecnológica no âmbito do SiNAT.

b.6) Perspectivas para 2011

No decorrer dos oito anos, período curto para a temporalidade da política habitacional, houve importantes avanços na consolidação de uma estratégia nacional para garantir habitação de interesse social para as famílias de baixa renda. É significativa a ampliação do acesso à moradia, seja em função da estabilidade, aumento da renda e redução das desigualdades, seja como resultado dos programas habitacionais.

O aumento de cerca de 9,6 vezes nos recursos para habitação nos últimos anos, os quais passaram de R\$ 7 bilhões para R\$ 67,1 bilhões, especialmente com a consolidação do SNHIS e a inclusão do tema no eixo de infraestrutura social e urbana do PAC, está beneficiando, desde 2003, cerca de 5,5 milhões de famílias. Resultados dessa política podem ser verificados, por exemplo, na diminuição do déficit habitacional brasileiro em 21% ao longo do referido período.

Contribuiu expressivamente para esse resultado a adesão ao SNHIS de 5.370 Municípios e de todos os Estados e do Distrito Federal, proporcionando ampliação dos recursos para uma política habitacional sincronizada, além do fortalecimento institucional do setor. Esse avanço é demonstrado pelo fato de que, em 2004, apenas 42% dos Municípios possuíam órgão específico para habitação, já em 2008, 70% desses entes possuíam tal órgão, segundo dados da última Pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic), realizada pelo IBGE.

Em 2011 espera-se o fortalecimento do SNHIS, a implementação do PlanHab e a continuidade dos programas e investimentos no setor. O PAC - Minha Casa, Minha Vida é um eixo de investimentos criado no âmbito do PAC 2 e vai abranger a ampliação de metas do PMCMV, a concessão de financiamentos habitacionais do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e as obras de urbanização de favelas, antes agrupadas sob o nome PAC - Urbanização de Favelas.

O novo eixo PAC - Minha Casa, Minha Vida prevê investimentos de R\$ 278,2 bilhões para a construção de 2 milhões de novas moradias no Brasil, destinadas a famílias de baixa renda. Destaca-se que, dos 2 milhões de novas moradias, 1,2 milhão (60% das unidades), serão construídas para famílias com renda de até R\$ 1.395,00. Esses recursos serão assim distribuídos: R\$ 71,7 bilhões para financiamentos nos moldes do atual Programa Minha Casa, Minha Vida, dos quais R\$ 62,2 bilhões do OGU e R\$ 9,5 bilhões de subsídios do FGTS; R\$ 176 bilhões em financiamentos habitacionais com recursos do SBPE; e R\$ 30,5 bilhões para obras de urbanização de assentamentos precários, dos quais R\$ 27 bilhões do OGU e R\$ 3,5 bilhões de FGTS.





7. Planejamento e Gestão Territorial Urbana

Com o intuito de fortalecer a capacidade das equipes municipais, dos gestores e da sociedade civil para a implementação de políticas de planejamento e gestão urbana que produzam cidades mais justas e sustentáveis, o Governo Federal concentra seus esforços no apoio e fomento à implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade.

Em 2010, deu-se prosseguimento à gestão dos contratos já assinados para apoio aos Municípios na elaboração/revisão de Planos Diretores, com o acompanhamento e assistência técnica para 58 contratos ativos. Também foi estruturado um Banco de Dados de Planos Diretores para agregar informações relativas à legislação urbana, divulgar os Planos Diretores do País e proporcionar uma troca de experiências entre os Municípios. Com o intuito de fortalecer a capacidade das equipes municipais, dos gestores e da sociedade na implementação das políticas públicas, foram capacitados mais de 1.100 agentes locais em elaboração e implementação de Plano Diretor em 116 Municípios do Estado de Pernambuco.

No que se refere ao apoio à implementação dos instrumentos do Estatuto das Cidades, deu-se continuidade às ações do projeto Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação de Planos Diretores, concluindo a avaliação qualitativa de 526 Planos Diretores e realizando mais de 50 oficinas de capacitação de agentes do poder público e atores da sociedade civil, mobilizando cerca de 2.000 pessoas. Foi também realizado o I Seminário Nacional sobre Política e Administração do Imposto Sobre a Propriedade Imobiliária.

Com relação aos conflitos fundiários urbanos, foi realizada ampla disseminação da Resolução Recomendada nº 87, do Conselho das Cidades, que trata da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, com destaque para o Seminário Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos realizado na cidade de São Paulo. Também foram adotadas diligências para mais de 25 casos de conflitos fundiários, envolvendo mais de 12.000 famílias.

Até 2010, o Programa Papel Passado apoiou diretamente, com recursos do Governo Federal, ações de regularização fundiária urbana que beneficiaram 381.175 famílias com processo de regularização iniciado, 54.460 com títulos concedidos e 26.194 com títulos registrados em cartório. Indiretamente, a União apoiou os Municípios, por meio de capacitação e ação de remoção de obstáculos legais, fortalecimento e complementação da legislação incidente na regularização fundiária. Além disso, todas as obras de urbanização inseridas no PAC também incorporam a dimensão da regularização em conjunto com a implantação da infraestrutura e de serviços urbanos.

No Programa Terra Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com o MCID, foram destinadas, em 2010, 52 áreas do INCRA em 42 Municípios da Amazônia Legal, que beneficiarão 64,7 mil famílias com a regularização fundiária urbana.

Além do acompanhamento dos convênios celebrados com governos de Estados e institutos de terras em Minas Gerais, Mato Grosso, Pará e Roraima, foram celebrados convênios com as entidades ambientais e Fundação Bento Rubião de assistência técnica para implementação de instrumentos de acesso à terra urbanizada em São Vicente (SP) e Macaé (RJ), respectivamente.

No que tange às ações de capacitação, foram promovidas oficinas e seminários para a capacitação de parceiros em Municípios que façam parte de projetos de regularização fundiária urbana na Amazônia Legal, conforme a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, nos Municípios de Palmas (TO), Manaus (AM), Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, no Pará.

Com vistas a dar continuidade ao processo de produção de cidades mais justas e saudáveis, pretende-se, em 2011, realizar ampla





agenda nacional de avaliação de dez anos do Estatuto da Cidade, promover agenda nacional de apoio à provisão de terra urbanizada à população de baixa renda de forma articulada ao PMCMV e ao PAC, promover agenda nacional de apoio à gestão da valorização da terra e à tributação imobiliária, apoiar os Municípios envolvidos em impactos de grandes empreendimentos na estruturação do planejamento urbano e na gestão do solo urbano, estruturar o apoio para o planejamento urbano de pequenos Municípios, apoiar o fortalecimento da governança metropolitana e implementar agenda de prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos, com destaque para a criação de um manual de conduta das ações de reintegração de posse e estruturação de núcleos regionais de mediação de conflitos. Para a consolidação dos avanços conquistados nos últimos anos na regularização fundiária urbana e inserção do tema na pauta das políticas urbanas implementadas nos Municípios, é necessária a continuidade do programa para ações de capacitação e implementação de atividades de regularização fundiária de assentamentos urbanos informais.

Desde 2004, o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais apoiou ações em 160 Municípios, seja através do apoio direto do Programa com recursos do Orçamento Geral da União, da disponibilização de imóveis públicos para habitação em áreas centrais ou da promoção de ações de capacitação e cooperação técnica. Para tanto, foram assinados 174 contratos de repasse/convênios, sendo 35 para elaboração de planos ou projetos de reabilitação e 139 para a execução de obras de requalificação urbana ou de edifícios.

Em relação à disponibilização de imóveis públicos, a partir de um trabalho conjunto iniciado em 2009 com vistas à identificação e destinação de imóveis não operacionais do Fundo do Regime Geral da Previdência Social para programas de produção de habitação de interesse social, foram analisados 1.073 imóveis constantes do Plano Nacional de Desmobilização do Ministério da Previdência, nos quais foram realizadas vistorias conjuntas que resultaram na seleção de 190 imóveis considerados aptos à transformação em habitação. Em 2010, 27 imóveis de propriedade da União foram doados ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) para realização de empreendimentos no PMCMV. Ainda neste ano, outros 27 imóveis estão com processos de compra em andamento.

Em 2010, foram iniciadas diversas parcerias para a elaboração de publicações e para o desenvolvimento de ações de capacitação. Nesse sentido, estão em elaboração, para publicação em 2011, um guia de implementação de ações de reabilitação de áreas centrais e sítios urbanos (parceria com o IPHAN), dois cadernos técnicos para implementação da Outorga Onerosa do Direito de Construir e das Operações Urbanas Consorciadas (parceria com o *Lincoln Institute of Land Policies*) e um curso à distância de Reabilitação de Áreas Centrais (parceria com a CAIXA).

Em relação à cooperação institucional, foi assinado, com a Junta de Andaluzia da Espanha e o Governo do Estado da Bahia, um programa de ações para recuperação de imóveis no centro antigo de Salvador, para habitação e para elaboração de um guia de arquitetura e paisagem de Salvador e Recôncavo. Foi assinado também um acordo de cooperação técnica com o Governo da Bahia e com a prefeitura de Salvador para implementação do plano de reabilitação do centro antigo, e consolidada parceria entre a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a prefeitura do Rio de Janeiro para garantia do interesse social nas ações de requalificação urbana no âmbito do Projeto Porto Maravilha.

Para 2011, espera-se dar continuidade às ações de cooperação federativa para o desenvolvimento de projetos de recuperação de imóveis para moradia. Além disso, espera-se consolidar o Serviço de Moradia Social como um programa federal e apoiar ações e projetos-piloto de locação social em nível local.

Visando a prevenção e a redução de riscos em encostas e inundações, deu-se prosseguimento à gestão dos contratos de repasse de recursos para elaboração de planos de redução de riscos a 64 Municípios, o que vem ocorrendo desde 2004, e para o desenvolvimento de projetos de estabilização de encostas a 15 municipalidades. Em parceria com a Agência de Cooperação do Japão (JICA), foi desenvolvido um programa de capacitação para multiplicadores desse tema.





Em março de 2010, com o lançamento do PAC 2, foi incorporada no âmbito do programa a área de prevenção de riscos composta pelas modalidades de inundações e de contenção de encostas. Os recursos destinados para a área de contenção de encostas somam R\$ 1 bilhão. Para a primeira fase de seleção dos investimentos, iniciada em maio de 2010, foram destinados R\$ 500 milhões para obras de contenção de taludes e R\$ 50 milhões para elaboração de planos municipais de redução de riscos e projetos básicos de engenharia. O critério de habilitação dos Municípios nessa modalidade leva em conta o porte populacional ou sua localização em regiões metropolitanas prioritárias e com registro de acidentes graves relacionados a deslizamentos de encostas.

O resultado da primeira fase de seleção da Ação de Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários envolve a execução de 385 obras de contenção em 41 Municípios, abrangendo nove Estados brasileiros (ES, MG, RJ, SP, SC, AL, BA, PE e AM), bem como a elaboração de 1.306 projetos básicos de engenharia e 49 planos municipais de redução de riscos. A seleção de planos e projetos nessa etapa permitirá às prefeituras e aos governos dos Estados pleitear recursos para obras de contenção de encostas na segunda fase de seleção da ação no PAC 2, em 2011.

No âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC), no ano de 2010 foram apoiados 21 projetos de extensão universitária no âmbito do 1º Edital PROEXT – Programa de Apoio à Extensão Universitária – Cidades, cuja ênfase é a implementação do SNIC e de Cadastros Territoriais Multifinalitários (CTM) nas municipalidades. Os projetos aprovados atenderão, inicialmente, a 965 Municípios cujas atividades de capacitação ocorrerão nos anos de 2010 e 2011. Ainda em 2010, foram aprovados mais 24 projetos e nove programas nas diversas áreas do desenvolvimento urbano, por meio do PROEXT 2010, em parceria com o MEC. Destaca-se, ainda, a compra e distribuição de 30.000 km² de imagens de satélite da área urbana para aproximadamente 500 Municípios e de *kits* didáticos para a implementação do Sistema Nacional de Informações das Cidades.

Em 2011 pretende-se dar continuidade às atividades empreendidas por meio do PNCC, com a implementação dos cursos de extensão universitária e de ações no âmbito do Programa de Apoio aos Municípios em Tributação Imobiliária. Além disso, estão previstas a estruturação/implementação do portal do PNCC, que irá abrigar cursos à distância, biblioteca e videotecas virtuais, blogs, fóruns temáticos e material didático de apoio à capacitação referente às diversas temáticas relacionadas com as políticas urbanas.

8. Mobilidade Urbana

Com relação à regulamentação do setor de mobilidade urbana, houve a aprovação do Projeto de Lei Consolidado (PLC 166/2010), na Câmara Federal e em três comissões no Senado Federal, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, fixando princípios, diretrizes e objetivos da política.

O projeto dispõe sobre: i) integração com a política de desenvolvimento urbano e as políticas de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos; ii) diretrizes para a regulação dos serviços de transporte público coletivo, disciplinando os aspectos tarifários e questões voltadas à licitação dos serviços de transporte coletivo; iii) direitos dos usuários dos serviços de transporte coletivo e instrumentos de participação da sociedade civil no planejamento, fiscalização e avaliação da política; iv) priorização dos modos de transporte não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o individual; v) mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade e incentivo ao desenvolvimento e uso de energias renováveis e menos poluentes; e vi) o Plano de Mobilidade Urbana como o instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

O Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-transporte), programa de financiamento com recursos do FGTS, está sendo a principal fonte de recursos para os projetos na área de mobilidade urbana associados à Copa do Mundo FIFA 2014. Esses recursos onerosos foram ampliados significativamente, passando de R\$ 1 bilhão, em 2009, para R\$ 8 bilhões, em





2010. Foram selecionados 55 projetos nas 12 cidades sedes (Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), apoiando obras de implantação de corredores exclusivos para transporte coletivo, *Bus Rapid Transit* (BRT), Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), implantação e readequação de vias, estações, terminais e sistemas de monitoramento de controle de tráfego. Do total de projetos selecionados, 54 foram financiados pelo Pró-transporte e, até dezembro de 2010, foram assinados 37 contratos de financiamento.

Com vistas a melhorar as condições de mobilidade, acessibilidade e salubridade da população brasileira de baixa renda, estão em fase de seleção de propostas, com recursos de financiamento do Pró-transporte, projetos para pavimentação e qualificação de vias urbanas, dando prioridade às regiões de baixa renda, densamente ocupadas e com carência de infraestrutura urbana, na segunda etapa do PAC 2. As obras previstas visam a proporcionar à população beneficiada um ambiente urbano qualificado, por meio da implantação de pavimentação nova em vias existentes, sistema de drenagem de águas pluviais (microdrenagem) e redes de água e esgoto nas vias objeto das intervenções, calçadas, guias rebaixadas e sinalização viária. Estão alocados recursos de financiamento no Pró-transporte no valor de R\$ 6 bilhões, divididos em duas etapas – R\$ 3 bilhões para 2010 e o restante para 2011.

a) Transporte Metroferroviário

No que concerne ao transporte metroferroviário, muitos avanços foram alcançados. No sistema metroferroviário administrado pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), destaca-se a continuidade da expansão da Linha 1, no trecho São Leopoldo – Novo Hamburgo. O empreendimento, com extensão de 9,3 km e quatro novas estações, beneficiará diretamente a 30 mil usuários do transporte público e está gerando mais de 1.200 empregos diretos e indiretos. O custo total de implantação está orçado em cerca de R\$ 752 milhões.

Os recursos assegurados permitiram o planejamento consistente das atividades envolvidas, adequado ao cronograma contratual de três anos. A partir do início dos serviços, em fevereiro de 2009, até outubro de 2010, 67,35% da execução física foram concluídos, com previsão de início da operação comercial no primeiro semestre de 2011.

Junto com o empreendimento estão sendo realizados importantes investimentos sociais, tendo já sido concretizado o reassentamento de 189 famílias, distribuídas em dois loteamentos: Brás III e Padre Orestes, ambos no Município de São Leopoldo. O reassentamento contempla, além da construção das casas, saneamento básico, tratamento dos resíduos, sistema viário, transporte coletivo, iluminação pública e demais equipamentos públicos. Serão ainda transferidas mais 540 famílias para o Loteamento Padre Orestes.

Até outubro de 2010, foram executados 31,60% do projeto de eficiência energética no sistema. Quanto à adequação dos trens à Acessibilidade Universal, em 2010 foram concluídas as obras da Estação Mercado, as intervenções de acessibilidade em quatro Trens-Unidade Elétricos (TUEs), os projetos executivos das estações tipo (8 estações) e as obras do pátio da área administrativa, e foi iniciada a execução das obras das estações tipo.

Em 2010 também foi iniciada a implantação do Sistema Aeromóvel, que conectará a Estação Aeroporto ao Aeroporto Salgado Filho, com um orçamento de R\$ 29,90 milhões e previsão de conclusão em 12 meses.

Em relação à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), vale destacar uma série de relevantes investimentos. Em Recife, entrou em operação comercial o trecho reformado e eletrificado Recife – Cajueiro Seco, na Linha Sul. Foram iniciadas as obras da Estação Cosme e Damião, na Linha Centro, e dos terminais integrados Cajueiro Seco e Tancredo Neves, além de ter sido contratada a construção do terminal aeroporto na Linha Sul. Foi concluído o projeto para recuperação e modernização do trecho Cajueiro Seco – Cabo e foram lançadas as licitações para as obras civis. A concorrência internacional para aquisição de 15 Trens Unidades Elétricos





(TUE) para operação nas Linhas Centro e Sul se configura na realização de maior destaque em 2010, uma vez que permitirá atender a uma demanda esperada de 374 mil passageiros por dia útil. Destacam-se, também, a conclusão da reforma e climatização dos 25 TUEs da frota atual e a continuação da fabricação e montagem dos sete Veículos Leves Sobre Trilhos (VLT) que irão operar no Trecho Cajueiro Seco – Cabo.

Em Belo Horizonte foram concluídos os serviços de fornecimento do sistema de sinalização do trecho São Gabriel – Vilarinho e Pátio de São Gabriel, a modernização do Centro de Controle Operacional (CCO) e a complementação do *video-wall* para tele supervisão da movimentação nas estações. Verificou-se aumento da demanda diária de passageiros transportados acima de 15% em relação ao ano de 2009, atingindo recorde de 219.416 passageiros no mês de novembro.

Em Salvador, a implantação do trecho Lapa – Pirajá apresentou como marcos, em 2010, a conclusão das obras civis de quatro estações, do túnel e elevados no trecho Lapa – Acesso Norte. Foram implantados 6 km de via permanente e iniciadas as obras de construção do pátio auxiliar de manutenção. Foram entregues à Prefeitura de Salvador seis TUEs, cuja aquisição ficou a cargo do Governo do Estado da Bahia. No projeto de modernização do trem de subúrbio – trecho Calçada – Paripe – o principal avanço se deu na recuperação do material rodante já em operação e na contratação da recuperação de mais três TUEs e duas locomotivas. Com relação às obras civis, merece destaque a conclusão da reforma/recuperação de sete estações, da via permanente, da subestação alimentadora e da rede aérea de tração. Viabilizou-se também a aplicação de R\$ 48,8 milhões para conclusão da recuperação total da ponte São João.

Nos investimentos para o sistema de Fortaleza já foram aplicados, até 2010, R\$ 410 milhões na implantação do metrô da Linha Sul. Foram concluídos, até o final do exercício, 87% das 13 estações de superfície, o prédio administrativo do centro de manutenção, a escavação dos 3,9 km de túnel realizados e os testes com os dois primeiros TUEs entregues. Estão sendo enviados esforços visando a operacionalizar 19 km do Sistema, entre as estações de Vila das Flores e Parangaba, no primeiro semestre de 2011. Na modernização da Linha Oeste, já foram disponibilizados R\$ 70 milhões previstos para a ação. Até o final do exercício de 2010 foram concluídos 99% das nove estações, o viaduto de Caucaia, sete passagens de nível, além de 97% da remodelação dos 20 km da Via Permanente e a entrega de dois VLT. A implantação do sistema de VLT em Sobral, no norte do Estado do Ceará, com parte dos recursos disponibilizados pela União, teve como principal marco em 2010 a abertura da licitação para as obras civis.

No Sistema de Maceió, prosseguem as obras de recuperação do prédio da estação central e iniciou-se a retirada do comércio ao ar livre conhecido localmente como Feira do Passarinho, permitindo a contratação da remodelação da via permanente entre as ruas Dias Cabral e Melo de Moraes, para operação com VLT, cuja primeira composição foi entregue no mês de dezembro de 2010 e as demais serão entregues ao longo de 2011. Adicionalmente, com o objetivo de recuperar os danos causados pelas fortes chuvas ocorridas no Estado, que implicaram na interrupção de parte da operação em Maceió, a liberação de crédito extraordinário possibilitou a realização de concorrência pública para recuperação do trecho atingido, incluindo a reconstrução das estações de Gustavo Paiva e Lourenço Albuquerque.

Em Natal e João Pessoa foram executados serviços de recuperação de pontos críticos da via permanente e do material rodante. Destaca-se que, no Sistema de João Pessoa, foram substituídos todos os dormentes de madeira por dormentes de concreto ao longo de toda a via, além de terem sido recuperadas três pontes.

Considerando todos os sistemas sob gestão da CBTU, no ano de 2010 foram transportados 125 milhões de passageiros, superando em 13% o resultado alcançado em 2009. A média diária atingiu 420 mil passageiros transportados, 13,5% superior ao apurado em 2009. Os dois maiores sistemas, Belo Horizonte e Recife, apresentaram um incremento na demanda transportada, em relação ao ano de 2009, de 15,4% e 13,7%, respectivamente, superando todas as expectativas. Como consequência desses resultados extremamente promissores, a receita auferida pelos cinco sistemas superou os R\$ 117 milhões, valor 14,4% superior ao de 2009.





As metas para o exercício de 2011, em cada um de seus sistemas, foram estabelecidas a partir dos resultados positivos alcançados em 2010, conforme se segue:

- Para o ano de 2011, no sistema de Recife estão programados a entrega dos sete VLTs que irão operar no trecho Cajueiro Seco – Cabo, o início das obras de construção do Viaduto da 9ª Travessa de Cajueiro Seco, a conclusão da construção dos terminais de integração Tancredo Neves, Cajueiro Seco e da Estação Cosme & Damião, o início das obras de recuperação da via permanente do trecho Cajueiro Seco – Cabo, a construção dos terminais de integração Aeroporto, Prazeres, Largo da Paz e Joana Bezerra e a conclusão da implantação do sistema de bilhetagem automática.
- Em Belo Horizonte, trecho Eldorado – Vilarinho, estima-se uma evolução no desenvolvimento dos projetos das Linhas 2 e 3, na execução das obras civis do Pátio de Estacionamento de Vilarinho, iniciada em 2009, no projeto de modernização de sua sinalização e o avanço nas negociações para contratação do fornecimento de dez novos TUEs.
- Em Salvador, serão concluídas as obras civis e as instalações de manutenção do trecho Lapa – Acesso Norte. Com a conclusão dos testes de aceitação dos trens, será iniciada sua operação comercial, retomando-se, em seguida, as obras do Trecho acesso Norte – Pirajá. Em prosseguimento à modernização do sistema de trem de subúrbio, Trecho Calçada – Paripe, objetiva-se a conclusão da sua recuperação com a reforma/recuperação da ponte São João, da frota de material rodante e das locomotivas de apoio.
- Na Linha Sul do Sistema de Fortaleza prevê-se a conclusão das obras civis de todas as estações, passarelas, do centro de manutenção, do centro de controle operacional e do prédio da administração. Também serão concluídos o elevador, dois viadutos metroferroviários e um rodoviário. Outro marco relevante será a continuidade do contrato de fabricação dos TUE. Na Linha Oeste, as metas concentram-se na recuperação e modernização do material rodante, com a conclusão da entrega dos VLT e a conclusão da modernização e recuperação de 13 carros de passageiros.
- No Sistema de Maceió está prevista a continuidade das reformas das estações e a recuperação da via permanente, assim como a modernização dos sistemas de telecomunicações e sinalização, que viabilizarão a operação dos oito VLTs a serem entregues até o final de 2011.
- Em Natal e João Pessoa, os recursos destinam-se à continuidade de ações visando a restabelecer boas condições de qualidade e segurança à operação, com a recuperação de trechos críticos da via permanente e da frota de material rodante.

9. Trânsito

O Governo desenvolveu ações destinadas a reduzir o crescente número de acidentes e aumentar a segurança no trânsito, atingindo a população brasileira em geral e, notadamente, o universo de 54 milhões de condutores habilitados, proprietários de 63 milhões de veículos registrados, ciclistas e pedestres.

Visando ao fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e o aprimoramento e formação dos técnicos envolvidos com a gestão do trânsito, foi dada continuidade ao Programa de Capacitação de Profissionais de Trânsito, com a realização de cursos específicos em que foram capacitados 4.662 profissionais. Foram editados e distribuídos aos órgãos e entidades do SNT e profissionais envolvidos com o tema 50 mil exemplares da edição comemorativa *100 Anos da Legislação de Trânsito*, publicação que reúne documentos originais de toda a legislação de trânsito de 1910 a 2009 e que, além de ser um importante trabalho de pesquisa, também presta uma homenagem a todos os que participaram ativamente da formulação do sistema de trânsito no País.





Com o mesmo objetivo, foi realizado o III Seminário Denatran de Educação e Segurança no Trânsito, que teve como tema “Cinto de Segurança e Cadeirinha”. O evento promoveu a discussão com especialistas das áreas da educação, saúde, segurança veicular e comportamento social e foi o maior evento já realizado no Brasil sobre o tema.

Com o intuito de informar a população, cinco grandes campanhas educativas foram produzidas e veiculadas em âmbito nacional por meio de sete filmes para TV, spots de rádios, outdoor, busdoor, folders e cartazes para mobiliário urbano. Os temas abordados foram: “*que lembranças você quer levar do carnaval?*”, “*cinto de segurança e cadeirinha*”, “*tire férias, não tire vidas*” e “*álcool e excesso de velocidade*”.

Deve-se destacar, também, a criação do Sistema de Registro de Avisos de Risco (Recall) de Veículos Automotores, concebido a partir de acordo de cooperação técnica firmado com o Ministério da Justiça, com o objetivo de garantir o acompanhamento da realização e atendimento de recalls de veículos de acordo com o chamamento das montadoras e importadoras. Deu-se, ainda, continuidade à manutenção, expansão e implantação do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), Registro Nacional de Condutores Habilitados (Renach), Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf), Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav) e Sistema Integrado de Monitoramento e Rastreamento Automático de Veículos (Simrav).

Em sua décima edição, o Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito, que tem como principal objetivo incentivar a sociedade a analisar, refletir e produzir trabalhos voltados à melhoria da qualidade de vida no trânsito, premiou 27 trabalhos em nove categorias, além do Município com o maior número de trabalhos enviados.

O Denatran destinou recursos no montante de R\$ 176,78 milhões a projetos de melhoria das condições viárias para a redução de acidentes de 501 Municípios em 24 Estados.

Para o ano de 2011, o Denatran deverá: i) concluir a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav) e do Sistema Integrado de Monitoramento e Rastreamento Automático de Veículos (Simrav); ii) realizar o Exame Nacional de Instrutores de Trânsito (ENIT) e o Exame Nacional de Examinadores de Trânsito (ENET); iii) promover o XI Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito; iv) promover a realização de cursos de capacitação, destinados a profissionais do SNT; v) realizar programas educativos permanentes de âmbito nacional, com campanhas de utilidade pública; vi) promover a edição de publicações diversas, tais como o Código de Trânsito Brasileiro e legislação complementar em vigor, manuais brasileiros de sinalização de trânsito e manuais técnicos de engenharia de tráfego; vii) realizar encontros com órgãos e entidades do SNT, objetivando garantir a melhoria do trânsito e aperfeiçoamento da fiscalização de trânsito; viii) promover o IV Seminário Denatran de Educação e Segurança no Trânsito e o I Congresso Internacional de Trânsito; e ix) realizar visitas de acompanhamento técnico aos órgãos e entidades municipais de trânsito integradas ao Sistema Nacional de Trânsito.





V - SOBERANIA NACIONAL:
PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO



V – SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO

1. Política externa

Em 2010, o Brasil seguiu engajado em sua política externa, no aprofundamento da integração da América do Sul, nos esforços de diversificação de parcerias internacionais e na democratização dos processos decisórios globais. Intensificaram-se também as medidas de apoio às comunidades brasileiras no exterior.

No que tange à América do Sul, foram registrados importantes avanços, como a retomada do dinamismo comercial e o crescimento. A crise econômica verificada em 2009 aos poucos foi superada e, pela primeira vez, a América do Sul representou 16,4% do comércio total do Brasil com o mundo, ultrapassando o volume de comércio com os EUA. Ressalta-se que o País registra superávit comercial com todos os países da região, salvo a Bolívia, em função do fornecimento de gás ao Brasil.

Em 2010, a relação com a Venezuela gerou superávit de US\$ 3,021 bilhões; com a Argentina, de US\$ 4,096 bilhões; e com o Paraguai, de US\$ 1,936 bilhão. A corrente de comércio com a Argentina atingiu, em 2010, o recorde de US\$ 32,948 bilhões.

Em prol de um cenário de integração, buscou-se o fortalecimento da União Sul-Americana de Nações (Unasul). Foram lançadas propostas de contínua expansão institucional, como nas áreas de economia e meio ambiente. O Brasil defendeu a expansão organizada da Unasul e logrou aprovar regras que dão organicidade ao processo. A Unasul ganhou nova visibilidade internacional e impulsionou iniciativas políticas de grande projeção, como a coordenação da assistência ao Haiti, tendo o Brasil contribuído com US\$ 40 milhões, por meio do Programa Brasil-Unasul. Em novembro de 2010, a IV Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Unasul aprovou o Protocolo sobre Compromisso com a Democracia, que prevê a possibilidade de aplicação de sanções como o fechamento de fronteiras e a interrupção do comércio, em caso de ruptura da ordem democrática.

O processo de integração no âmbito do Mercosul foi intensificado. A Cúpula de San Juan, na Argentina, encerrou negociações de quase sete anos com a aprovação de programa para eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC). Está aberto, hoje, o caminho para consolidar a União Aduaneira, discutir a coordenação de políticas comerciais e negociar acordo com a União Europeia. Igualmente significativa foi a aprovação do Código Aduaneiro, que uniformiza normas e procedimentos e dará maior segurança jurídica aos operadores de comércio. O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), proposto pelo Governo brasileiro em 2003, ganhou novo perfil com a aprovação de projetos em montantes sem precedentes. Em San Juan, foram aprovados nove projetos, que perfazem a cifra de US\$ 795 milhões, sendo US\$ 650 milhões financiados pelo Fundo, destinados a linhas de transmissão elétrica, rodovias, apoio a pequenas e médias empresas, reforma de escolas públicas e saneamento básico. O Brasil logrou fazer crescer a percepção de que o Mercosul traz benefícios também aos pequenos sócios.

Sob a mesma perspectiva, promover o papel do Brasil como ator de crescente relevância no sistema internacional e manter o engajamento da diplomacia brasileira na discussão de temas globais serão prioridades para 2011. O avanço na integração física, energética e da infraestrutura entre o Brasil e seus parceiros sul-americanos é questão de extrema relevância. Outro desafio será aprofundar o Mercosul, com a aprovação do critério de representação cidadã no Parlamento e a consolidação da União Aduaneira. Da mesma forma será prioridade fortalecer a Unasul, por meio do apoio à Presidência *pro tempore* guianense. Em 2011 serão adotadas também ações para revitalizar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Além do fortalecimento da Unasul e Mercosul, a relação entre o Brasil e os países da América do Sul foi ainda mais consolidada por meio de diversas iniciativas. O Brasil passou a apoiar reivindicações argentinas sobre as ilhas Sandwich e Geórgia do Sul, além das Malvinas. Foi adotada Declaração Nuclear que traz nova moldura em matéria de política nuclear e cooperação tecnológica, o que já





permitiu uma evolução favorável na construção conjunta de dois reatores de pesquisa a partir de projeto argentino. A Declaração Conjunta sobre Cooperação Nuclear será prioridade para 2011, assim com o avanço no projeto de satélite conjunto. Avançou-se na criação de fundo de US\$ 100 milhões para promover a integração produtiva e apoiar setores avançados na Argentina.

Com a Colômbia, os contatos entre os Presidentes dos dois países contribuíram para consolidar a confiança do novo Governo colombiano no Brasil. Assim, espera-se, para 2011, aprofundar as relações em suas vertentes econômica e política e intensificar a cooperação regional.

Com o Paraguai, o Brasil iniciou a implementação, por meio do Focem, do compromisso de construção da linha de transmissão entre Itaipu e Villa Hayes (Assunção). As obras devem ficar prontas em 2013. A referida linha de transmissão, o Regime de Tributação Unificada e a ampliação das jornadas de regularização migratória de brasileiros são objetivos para 2011.

Na agenda com o Uruguai, foi assinado o Acordo de Navegação da Hidrovia Uruguai-Brasil. Com a assunção do novo Governo uruguaio, tomaram fôlego diversos projetos de infraestrutura que podem contar com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Pretende-se para 2011 avançar, com o Uruguai, no planejamento para a construção da linha de transmissão elétrica de 400 km unindo os dois países.

Junto ao Governo chileno foram retomadas as negociações de acordo de investimentos que devem ser continuadas em 2011, o que reflete a nova posição do Brasil como investidor no exterior e poderá servir de parâmetro para outras atuações nessa linha. Está prevista possível participação brasileira no projeto do telescópio E-ELT, a ser instalado no Chile. Deverá também ser inaugurado o Corredor Rodoviário Bioceânico Brasil-Bolívia-Chile.

Com o Peru, instalou-se a Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça. A Rodovia Interoceânica Sul e o trecho rodoviário do Eixo Multimodal IIRSA Norte têm inauguração prevista para o início de 2011, ano em que se pretende implementar o Acordo Energético entre Brasil e Peru.

Em 2011, em parceria com a Bolívia, será aprofundado o combate ao narcotráfico e promovida a regularização migratória dos brasileiros.

Com a Venezuela, o objetivo será avançar nos projetos de cooperação agrícola, industrial, bancária e habitacional. Manter o bom diálogo político e dar seguimento ao financiamento e construção do porto de Mariel e avançar na implementação dos compromissos assumidos na I Cúpula Brasil-CARICOM será a tônica nas relações com Cuba em 2011.

Com o México, iniciaram-se negociações de um Acordo Estratégico de Integração Econômica, ênfase a ser mantida durante 2011.

No Haiti, o Brasil se posicionou como um dos grandes parceiros no pós-terremoto: mobilizou intensa assistência humanitária, com recursos da ordem de US\$ 171 milhões; aumentou seu contingente na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah); e anunciou doações de US\$ 172 milhões, com um programa significativo em saúde, sendo também o primeiro país a fazer o depósito no Fundo de Reconstrução. Ao lado dos EUA, França, Espanha, Canadá e Venezuela e de representantes da ONU, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Comunidade do Caribe (CARICOM), o Brasil integrou a Comissão Interina, criada pelo Governo haitiano para aprovar os programas da reconstrução. Em 2011, será mantido o engajamento brasileiro na Minustah e junto à construção da hidrelétrica de Artibonite, com vistas à estabilização e ao desenvolvimento econômico e institucional do Haiti.





O ano de 2010 foi também marcado pela continuação do processo de adensamento das relações do Brasil com a África. Ressalta-se a realização do “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”, no qual estiveram presentes 45 delegações africanas, sendo 39 delas chefiadas por seus Ministros da Agricultura. Destaca-se também a realização de Comissões Mistas de Cooperação com África do Sul, Argélia, Botsuana, Burkina Faso, Camarões, Moçambique e Senegal. O Presidente da República, em 2010, participou da I Cúpula Brasil-Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Brasil-CE-DEAO), em Cabo Verde, e em seguida visitou a África do Sul, Guiné-Equatorial, Quênia, Tanzânia e Zâmbia. Em novembro de 2010, foi a Moçambique visitar a fábrica de antirretrovirais a ser inaugurada em Maputo com recursos da cooperação brasileira. Vários presidentes africanos vieram ao Brasil, entre os quais os da África do Sul, Angola, Camarões, Libéria e Zâmbia. Foram assinadas, ainda, as Parcerias Estratégicas com África do Sul e Angola e criadas Embaixadas Residentes em Serra Leoa, Libéria e Maláui.

O Brasil foi sede da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa, na qual se discutiram a valorização da língua e sua projeção internacional e delegação brasileira compareceu à VIII Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Luanda.

Em relação ao Oriente Médio, o Brasil posicionou-se de modo a contribuir para a promoção da paz. Em 2010, pela primeira vez um Chefe de Estado brasileiro visitou Israel, Territórios Palestinos Ocupados, Jordânia e Catar. Também de maneira inédita, visitaram o Brasil o xeque do Catar, Hamad Bin Khalifa al Thani, e o Presidente da Síria, Bashar Assad – além do Presidente libanês, Michel Sleiman. Merecem destaque a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio Mercosul - Israel e a doação de US\$ 500 mil à *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East* (UNRWA), agência da ONU que trata dos refugiados palestinos, para a reconstrução de campo de refugiados palestinos no Líbano.

Em 2011 serão aprofundadas as relações bilaterais com países da África e do Oriente Médio, estimulando visitas de alto nível. Com o continente africano será promovida a criação de novas rotas aéreas diretas.

Houve continuidade no processo de estreitamento das relações do Brasil com a Ásia e com a Oceania. No âmbito econômico-comercial, destacam-se a consolidação da China como nosso principal parceiro no mundo e a significativa ampliação do intercâmbio com a região. No âmbito político, registra-se a visita do Presidente da República ao Irã, as visitas do Presidente da China, Hu Jintao, do Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, e dos Chanceleres da Nova Zelândia e da Austrália. Foram também celebrados encontros presidenciais com os mandatários do Japão e da República da Coreia, à margem de reuniões multilaterais. O Brasil fez doações para ajuda humanitária ao Paquistão, ao Sri Lanka, às Maldivas e à República Quirguiz. Foi realizada missão técnica ao Afeganistão e ao Paquistão para promover a expansão de iniciativas de cooperação.

Em 2011, será preparada visita presidencial à China e serão retomadas as reuniões da Subcomissão Econômico-Comercial e estimuladas medidas conducentes à elevação do valor agregado das exportações brasileiras para aquele país.

No ano de 2010 foram abertas Embaixadas residentes em Myanmar e em Bangladesh e estabelecidas relações diplomáticas com as Ilhas Marshall, Kiribati e Micronésia. Igualmente, no campo diplomático, foram criadas as Embaixadas em Suva (Fiji), Yaren (Nauru) e Honiara (Ilhas Salomão), cumulativas com a Embaixada em Camberra; Funafuti (Tuvalu) e Apia (Samoa), cumulativas com a Embaixada em Wellington; Malequeoque (Palau), cumulativa com a Embaixada em Manila; e Timphu (Reino do Butão), cumulativa com Nova Delhi. Deu-se, ainda, início aos trabalhos para abertura das Embaixadas do Brasil em Katmandu e em Cabul.

No âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e do agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China (BRIC), o Brasil teve atuação proeminente em 2010, tendo sediado a IV Cúpula IBAS e a II Cúpula BRIC, realizadas em Brasília. O Brasil ainda teve ação destacada como coordenador regional sul-americano das Cúpulas América do Sul-Países Árabes (ASPA) e América do Sul-África (ASA).





Estreitar a coordenação política e aprofundar a cooperação triangular no âmbito do IBAS e buscar a ampliação da agenda político-estratégica do BRIC são linhas de ação para 2011, além de esforços para a conclusão da Rodada Doha e a conclusão da negociação de Acordo de Associação Mercosul-União Europeia.

Foram também intensificadas as relações Brasil-Estados Unidos em 2010. Durante a visita ao Brasil da Secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, foi criado o Diálogo de Parceria Global Brasil-EUA e foram assinados três Memorandos de Entendimento, sobre Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países, Cooperação em Mudança do Clima e Cooperação para o Avanço da Condição da Mulher. Foram também assinados o Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, o Acordo sobre Segurança de Informação Militar e o Acordo para Redução de Dívida em Apoio à Conservação de Florestas Tropicais. Com o Canadá, foram criados o Diálogo de Parceria Estratégica, o Foro de Altos Executivos e o Diálogo Político-Militar. Para 2011, será preparada visita presidencial e reuniões do Diálogo de Parceria Global e do Diálogo de Parceria Econômica com os EUA.

No âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil desempenhou papel relevante no tratamento das principais questões interamericanas ao longo de 2010, como a suspensão de Honduras da OEA após a ruptura da ordem democrática naquele país, em junho de 2009, e a tentativa de golpe de estado no Equador, em setembro. O Brasil participou da XL Assembleia Geral da OEA, cujo tema central foi “Paz, Segurança e Cooperação”.

A agenda internacional brasileira também buscou a intensificação das relações com a Europa. O Presidente da República realizou, em 2010, visitas oficiais a Portugal e à Rússia e participou da IV Cúpula Brasil-União Europeia (UE) e da VI Cúpula América Latina e Caribe-UE. Visitaram o Brasil Chefes de Estado ou de Governo e outros altos mandatários da Alemanha, Áustria, Belarus, Bósnia e Herzegovina, Chipre, Dinamarca, Espanha, Estônia, Hungria, Itália, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Montenegro, Países Baixos, Romênia, Rússia, Sérvia, Suécia e Turquia, bem como o Presidente do Conselho Europeu da UE e o Secretário-Geral Ibero-Americano. Foram criadas Embaixadas residentes na Albânia, Belarus, Bósnia e Herzegovina, Chipre, Estônia e Geórgia, e Embaixada cumulativa em Mônaco.

Em 2011, objetiva-se aprofundar a parceria estratégica com a União Europeia e construir novas alianças com países europeus em áreas específicas: aeroespacial (Ucrânia), energia (Noruega, Reino Unido, Rússia), esportes (Reino Unido), mudança do clima e meio ambiente (França, Noruega), defesa (França, Itália, Rússia, Suécia), reforma da governança global (Alemanha, França, Reino Unido), financeira (Alemanha) e telecomunicações (Espanha, Finlândia, Portugal).

Na Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil assumiu, pela 10ª vez, assento não permanente no Conselho de Segurança (CSNU), e manteve a contribuição com efetivos militares para a Minustah. Na área de desarmamento, o Brasil participou da Cúpula de Segurança Nuclear, presidiu a Conferência do Desarmamento e participou da II Reunião das Zonas Livres de Armas Nucleares e da VIII Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Buscar resultados concretos na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e orientar a presença brasileira no Conselho na busca de soluções diplomáticas para desafios na esfera da paz, segurança e desarmamento são compromissos para 2011, assim como revitalizar a Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS).

No campo dos Direitos Humanos, o Brasil exerceu, em 2010, a presidência do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), integrou a Junta Executiva da ONU-Mulheres (UN-Women) e sediou a XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. Foi sede do XII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal.

Em 2011, será organizada a Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde no Rio de Janeiro. Buscar-se-á eleger





candidato brasileiro ao cargo de Diretor-Geral da FAO e será dado seguimento ao processo preparatório da Conferência Rio+20 (2012) sobre desenvolvimento sustentável.

a) Cooperação Técnica

No que se refere à cooperação técnica Sul-Sul, foram realizadas 590 iniciativas em 2010, ao custo de cerca US\$ 35 milhões, alcançando 81 países, com predominância para a África (52% dos recursos aplicados), seguida da América Latina e do Caribe (40%) e Ásia (8%). Em especial, foram priorizados projetos no Haiti, Timor-Leste, Paraguai e países de língua portuguesa na África. Os setores com maior volume de operações foram agricultura (22%), saúde (16%), educação (12%), meio-ambiente (7%), segurança pública (6%) e administração pública (5%). Entre esses projetos, destacam-se uma fazenda experimental de cultivo de algodão no Mali, um projeto de rizicultura no Senegal e um programa de segurança alimentar no Haiti, além do funcionamento de centros de formação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em Timor-Leste, Paraguai, Cabo Verde e Guiné Bissau e da preparação de novas unidades no Haiti, Guatemala, Bolívia, Jamaica, Moçambique, Colômbia e São Tomé e Príncipe. Foi iniciada, ainda, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), a instalação de um centro de formação profissional em comércio e serviços no Haiti. Além disso, iniciou-se a construção de um hemocentro em Gana voltado para o tema da anemia falciforme.

Na área de energia, em 2010 o Brasil promoveu a realização de estudos de viabilidade de produção de bioenergia no Senegal e na Guatemala e iniciou estudo na Guiné-Bissau, em parceria com os EUA. Foram organizados seminários de capacitação para a produção de biocombustíveis (“Pro-Renova”) em 11 países na África. Nas Américas, o Brasil contribuiu para o projeto “Construindo com eficiência energética e sustentabilidade” da Parceria de Clima e Energia das Américas, em favor do uso eficiente de energia em bairros de baixa renda, e participou do processo decisório norte-americano que culminou com a classificação do etanol brasileiro como “biocombustível avançado”. Em 2011, serão consolidadas as parcerias internacionais para o aumento do número de produtores e consumidores dos biocombustíveis e promovida a transformação do etanol em *commodity*. Serão estimuladas parcerias estratégicas na área de usos pacíficos da energia nuclear.

Em foros internacionais, o Brasil está engajado na definição de critérios de sustentabilidade da bioenergia no *Global Bioenergy Partnership* (GBEP) e na *International Organization for Standardization* (ISO), e participa da elaboração do Tratado Energético Sul-Americano no âmbito da Unasul e da criação do Foro Internacional de Energia (IEF), organização que deverá, pela primeira vez, reunir os maiores produtores e consumidores mundiais de energia. Para fortalecer a posição do Brasil como protagonista na atual expansão do mercado global de usos pacíficos da energia nuclear, buscou-se ampliar e diversificar parcerias estratégicas com África do Sul, China, Coreia do Sul e França.

A campanha pela adesão de novos países ao padrão nipo-brasileiro de TV digital seguiu exitosa. Bolívia, Costa Rica, Equador, Filipinas, Paraguai e Venezuela agora se somam a Argentina, Brasil, Chile, Japão e Peru. O grupo abarcado pelo padrão ISDB-T representa população superior a 550 milhões de habitantes e PIB de US\$ 7,7 trilhões, atingindo escala de mercado internacional. Em 2011, continuará o trabalho de divulgação do padrão de TV digital nipo-brasileiro nas Américas do Sul, Central, Caribe e África.

Ainda na área de ciência e tecnologia (C&T), destacam-se a negociação com a França para transferência de tecnologia ao Brasil na área de supercomputação e a ampliação da cooperação com a China, sobretudo na área espacial. No contexto da capacitação brasileira em C&T, foram lançadas negociações para associação do País ao Conselho Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN) e ao Observatório Europeu Austral (ESO). Nos foros multilaterais que tratam de Governança da Internet, o Brasil ajudou a consolidar posições desenvolvimentistas, divulgando o Decálogo de Princípios para a Governança e Uso da Internet, concebido pelo





Comitê Gestor da Internet no Brasil. Foi exitosa a candidatura do Rio de Janeiro para sediar, em 2013, a reunião do W3C, consórcio internacional que define padrões para o uso e desenvolvimento da Internet. No plano regional, destaca-se o avanço do diálogo sul-americano para integração das redes de fibra ótica.

b) Negociações Econômico-Comerciais

No que tange a negociações econômico-comerciais pluri e multilaterais, empreenderam-se em 2010 ações destinadas a impulsionar as negociações relevantes, tanto do ponto de vista da governança econômica global como da manutenção e abertura de mercados. Na reunião de Cúpula em Madri foram retomadas as negociações de acordo de livre comércio Mercosul-União Europeia, suspensas desde 2004. Foi assinado o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito, o segundo dessa natureza a ser concluído pelo bloco com parceiro extrarregional. Em abril, entrou em vigor para o Brasil o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel, assinado em 2007.

Durante a presidência *pro tempore* brasileira do Mercosul, foram promovidas negociações com a Jordânia, Síria e Autoridade Nacional Palestina. Houve, igualmente, ativa participação brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC), com vistas ao relançamento e à conclusão, em 2011, da Rodada Doha. Merecem destaque ainda as seguintes ações: i) a conclusão das negociações da Rodada São Paulo do Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC); ii) a realização, no Brasil, do 33º Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL); iii) o diálogo econômico com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), destacando-se a revisão do Acordo do Setor Aeronáutico (ASU); e iv) a participação na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) e na Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Registrem-se, igualmente, o acordo com os EUA sobre algodão e a negociação com a Rússia de concessões no mercado de carnes, no contexto da acessão daquele país à OMC. O Itamaraty ampliou a rede de Setores de Promoção Comercial (SECOMs) nas Embaixadas no exterior, com a abertura de 34 novos setores, totalizando 100 unidades em 78 países.

Na esfera do G-20, o Brasil exerceu papel ativo em prol de mudanças na governança econômica e contribuiu para importantes resultados nas Cúpulas de Toronto e Seul, quais sejam: i) acordo para aumentar o poder dos países em desenvolvimento no FMI; ii) abertura de foros importantes, como o Comitê de Basileia sobre bancos, para a participação dos países emergentes; e iii) início de maior cooperação em políticas macroeconômicas para gerenciar coletivamente a economia mundial no século XXI. De modo similar o País atuou no âmbito de organismos internacionais como FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Asiático de Desenvolvimento. No plano bilateral, como credor, o Brasil renegociou as dívidas de Suriname e Cabo Verde.

c) Comunidades Brasileiras no Exterior

No que se refere às comunidades brasileiras no exterior, em 2010 o Brasil deu continuidade à implementação de amplo programa de regularização migratória dos brasileiros no Paraguai e ao equacionamento do problema dos nossos concidadãos que vivem em área fronteiriça boliviana. Realizaram-se reuniões de consulta bilateral sobre questões consulares e migratórias com Espanha, Reino Unido, Portugal, França, México, EUA e Japão. Foram criados centros de apoio a brasileiros vítimas de tráfico, exploração laboral e violência doméstica. Foi aberta, em caráter experimental, a Casa do Trabalhador Brasileiro no Japão, e assinado um acordo de cooperação na área de previdência social.

Ressalte-se a entrada em operação da Ouvidoria Consular e a edição do Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010, que estabeleceu diretrizes da política governamental para as comunidades brasileiras no exterior e criou o Conselho de Representantes de Brasilei-





ros no Exterior (CRBE), eleito por votação eletrônica. A III Conferência Brasileiros no Mundo, realizada no Rio de Janeiro, fechou um ciclo de realizações que teve início com a “Carta aos brasileiros que vivem longe de casa”, divulgada em 2002 pelo então candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva.

2. Soberania

A construção de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia e que reduza as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais deve compatibilizar as prioridades nos campos político, social e econômico com as imperiosas necessidades de defesa. Nesse sentido, cumpre às Forças Armadas estabelecer e preservar um ambiente de segurança adequado para que esses desafios sejam ultrapassados, de forma a garantir não só a soberania nacional e a integridade territorial, mas também a projeção regional, hemisférica e global do Estado brasileiro.

Para direcionar a atuação do Governo na questão da soberania nacional, a Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, foi pautada em ações estratégicas de médio e longo prazos. A END tem como objetivo a modernização da estrutura nacional de defesa, por meio de três eixos estruturantes que são a reorganização das Forças Armadas, a reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e a implementação de uma política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

Em 2010, foi sancionada a Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, criando o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, e foram editados decretos dispondo sobre a Nova Estrutura Militar de Defesa e sobre a reorganização da estrutura do Ministério da Defesa. Deu-se início à efetiva implantação das ações decorrentes da END, oportunidade em que foram apresentadas diversas propostas de mudança de legislações que dizem respeito à defesa nacional. Entre outras, a do projeto de lei que define a articulação e o equipamento das Forças; a de atualização da Política Nacional da Indústria de Defesa e da Política de Ciência e Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional.

Em cumprimento às diretrizes da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa, foi elaborado, em 2009, o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (Paed). Esse plano tem o objetivo de harmonizar a capacidade de defesa do País com o seu crescente nível de desenvolvimento e com o papel de protagonista desempenhado pelo Brasil no cenário internacional.

Para isso, há a necessidade do restabelecimento e do incremento, ao longo dos próximos 20 anos, de nossa capacidade dissuasória. Isso requer o estabelecimento de uma estrutura de defesa flexível, com capacidade de vigilância e monitoramento das áreas estratégicas, dotada de elevado grau de mobilidade e apta a ser empregada, conforme preconizado pela END. O Plano também considera a necessidade de racionalidade administrativa, de coordenação de projetos comuns, de cooperação entre as Forças e de integração dos programas e projetos constantes do Paed aos demais segmentos da sociedade brasileira com responsabilidades diretas em relação à defesa do Brasil.

O Paed representa a consolidação dos detalhados Planos de Articulação e Equipamento da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, referenciados a metas de curto prazo (até 2014), de médio prazo (entre 2015 e 2022) e de longo prazo (entre 2023 e 2030), com os respectivos custos e prioridades.

Em 2010, o Governo continuou a priorizar as ações voltadas para a Amazônia. No que diz respeito à manutenção da soberania e integridade territorial e ao desenvolvimento regional, destaca-se o papel do Programa Calha Norte (PCN), criado em 1985. Em 25 anos de existência, o PCN, que teve sua área de atuação expandida em agosto de 2008, abrange atualmente 194 Municípios, 95 dos quais ao longo dos 10.938 quilômetros da faixa de fronteira, em seis Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia





e Roraima), numa área que corresponde a 32% do território nacional (2.743.986 km²), onde habitam cerca de oito milhões pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil.

O PCN possui mais de 900 empreendimentos em andamento na sua vertente civil, que possibilitarão o atendimento a demandas essenciais nas áreas de educação, saúde, saneamento básico e infraestrutura para a população amazônica. Para 2011, o programa pretende empreender ritmo de trabalho igual ao de 2010.

Das ações realizadas pela vertente militar do PCN, cabe destacar: i) a implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva em Barcelos (AM); ii) a adequação dos Pelotões Especiais de Fronteira; iii) a implantação da Agência Fluvial em Humaitá-AM; iv) a aquisição e manutenção de embarcações dos Comandos dos 9º e 4º Distritos Navais, capitânicas, delegacias, agências, do Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia e da Comissão de Aeroportos da Amazônia; v) a assistência médica e odontológica às comunidades ribeirinhas, efetuadas pelas três Forças; e vi) a melhoria das condições operacionais dos hangares de manutenção de aeronaves das unidades sediadas na Região.

Para 2011, encontram-se planejadas, entre outras, as seguintes ações: i) conclusão das instalações do 3º Batalhão de Infantaria de Selva em Barcelos (AM); ii) continuidade na adequação dos Pelotões Especiais de Fronteira; iii) aquisição e manutenção de embarcações; iv) continuidade das ações de assistência às comunidades carentes; e v) realização de ações voltadas para o desenvolvimento regional, por intermédio de convênios firmados com Estados e Municípios, localizados na área de atuação do Programa, buscando o atendimento do propósito maior do Programa de *“fixar o homem na região, aumentar a qualidade de vida das populações atendidas, integrar socialmente as comunidades isoladas e aumentar a presença do Estado na Região”*.

Em estreita sintonia com a END, o Exército Brasileiro, responsável pela defesa terrestre do País, implementou, em 2010, as ações planejadas na Estratégia Braço Forte, que teve como base os planos de Articulação e Equipamento, os quais detalharam as ações de planejamento decorrentes das condicionantes e diretrizes estabelecidas na END.

O Plano de Articulação, desenvolvido por meio dos Programas Amazônia Protegida e Sentinela da Pátria, contempla a distribuição espacial das organizações militares do Exército por todo o território nacional, com prioridade para a Região Amazônica. O Programa Amazônia Protegida abrange um conjunto de projetos voltados para o fortalecimento da presença militar na região Amazônica, tendo como um dos aspectos mais importantes o aumento da vigilância e monitoramento das fronteiras. O Sentinela da Pátria tem como escopo a reorganização e a modernização das brigadas e das unidades básicas de emprego da força terrestre. Nesse contexto, prosseguiu-se com a instalação, transformação e implantação de organizações militares em áreas estratégicas do Brasil, exceto a da Região Amazônica, já priorizada pelo Programa Amazônia Protegida.

Na área estratégica da Bacia do Prata, prosseguiu-se com o processo de adequação e instalação de organizações militares, com a continuidade das obras de construção do 3º Regimento de Carros de Combate, sediado em Ponta Grossa (PR), e a adaptação de instalações militares em Curitiba e Rio Negro (PR), bem como Santa Maria, Alegrete, São Gabriel e Rosário (RS), com o objetivo de reestruturar as forças blindadas e receber os novos veículos blindados de combate *Leopard*, contribuindo, dessa forma, para a dissuasão e a maior projeção de poder no contexto internacional.

Em 2010, os recursos destinados ao equipamento da Força Terrestre foram empregados, principalmente, nas ações de aquisição de simuladores de artilharia de campanha e no processo de aquisição de mais blindados do tipo *Leopard*. Para 2011, há previsão de chegada de aproximadamente 81 desses carros de combate, o que elevará a frota para mais de 220 veículos blindados. Esse incremento promoverá a equivalência tecnológica do Brasil aos demais países do Cone Sul, o que garantirá a necessária projeção nacional na Região.





O Plano de Equipamento compreende os Programas Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro. O primeiro destina-se a viabilizar e completar a modernização dos equipamentos e as dotações de suprimentos do Exército, para que se tenha reais condições de atuar em qualquer parte do território nacional, com seus próprios meios, no curto prazo. No contexto desse Plano, prosseguiu-se com a renovação gradual do material de emprego militar, com prioridade para as estruturas blindadas, as de infantaria leve e de selva, as de operações especiais e a estrutura de forças de paz.

O Programa Combatente Brasileiro teve suas principais ações voltadas para pesquisa, desenvolvimento, produção e aquisição de meios de emprego militar diretamente afetos ao combatente. Esse Programa contempla projetos de ciência e tecnologia direcionados para a indústria nacional de material de defesa. Constituem-se em objetos desse programa a nova família de veículos blindados sobre rodas (carros de combate Guarani), os meios de artilharia destinados à defesa antiaérea, os meios de engenharia de combate e de construção, bem como os meios de comando e controle.

Para atingir os objetivos propostos para os próximos anos, é necessário que o Exército brasileiro passe por um amplo processo de transformação. Essa conclusão é fruto de estudos, diagnósticos e formulações de novas concepções para o futuro. Essa mudança permitirá que a Força terrestre brasileira alcance o patamar de força armada de país desenvolvido e seja um ator mundial capaz de se fazer presente, com a prontidão necessária, em qualquer ponto da área de interesse estratégico do Brasil.

O processo de transformação a que se propõe o Exército, iniciado com os planos de Articulação e Equipamento da Estratégia Braço Forte, permitirá à Força terrestre atender as capacidades básicas previstas na END. Esse processo está baseado nos vetores de doutrina, preparo e emprego; educação e cultura; gestão de recursos humanos; gestão corrente e estratégica, C&T; e modernização do material.

No que tange à ciência e à tecnologia, em agosto de 2010 foi criado o Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber), com a finalidade de defender o Estado brasileiro de possíveis ameaças às redes virtuais e sistemas de tecnologia da informação.

No exercício de 2011, dar-se-á início à instalação da infraestrutura física do projeto piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), tendo por base um dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) e, a partir daí, a implantação do Sistema em mais 20 PEF já existentes, e para os outros 28 projetados para implantação até 2030, gerando tecnologia nacional e empregos diretos e indiretos.

O Sisfron também contribuirá para o atendimento de anseios do Governo e da sociedade no que tange ao combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas, de modo a facilitar ações conjuntas das Forças Armadas com o Ibama, a Defesa Civil e a Polícia Federal, em áreas estratégicas do País. O Sisfron será integrado aos Sistemas de Vigilância da Amazônia, de Gerenciamento da Amazônia Azul, de Defesa Aeroespacial Brasileiro e ao Projeto de Modernização Técnica da Polícia Federal, tendo como base a infraestrutura de telecomunicações nacional.

No prosseguimento das atividades referentes ao Plano de Articulação, continuam como principais ações em 2011 a implantação de novos PEF; o completamento da estrutura operacional e logística da região amazônica; e a reorganização e modernização das brigadas e das unidades básicas de emprego da Força terrestre, distribuídas pelas áreas estratégicas do Brasil.

O Serviço Militar também será foco de projetos constantes do Plano de Articulação. Tais projetos possibilitarão a formação e a preparação da reserva mobilizável do Exército pelo estabelecimento de novos centros de preparação de oficiais da reserva, tiros-de-guerra, escolas de instrução militar e centros de recrutamento e desmobilização, situados em localidades estrategicamente posicionadas no território, distantes das escolas e das unidades militares atualmente responsáveis pela formação de reservistas.





O projeto Soldado Cidadão tem como objetivo oferecer oportunidade de formação complementar aos jovens brasileiros incorporados às Forças Armadas, facilitando seu ingresso no mercado de trabalho, após o cumprimento dessa obrigação cívica. Em 2010, foram qualificados cerca de 14.800 jovens egressos do Serviço Militar, sendo 11.685 do Exército, 1.169 da Aeronáutica e 1.946 da Marinha. Desde o início do programa, em 2003, foram beneficiados mais de 147.000 jovens. Para 2011, o Soldado Cidadão tem por meta atender 25.000 jovens.

Para 2011, há a previsão de ingresso de aproximadamente 70.000 jovens na faixa etária de dezenove anos apenas no Comando do Exército. Esses jovens comporão, no futuro, a reserva mobilizável, e terão a oportunidade de conhecer, durante o serviço ativo, valores éticos, cívicos e morais, imprescindíveis à formação do cidadão brasileiro.

No que tange à indústria de produtos de defesa, cabe destacar a destinação de recursos para a modernização da infraestrutura operacional e administrativa da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), empresa pública de natureza estratégica para o setor. Em 2011 será dada continuidade a esse processo de reestruturação, com vistas à recuperação da capacidade produtiva da Imbel, que deverá fabricar produtos para utilização das Forças Armadas e das forças auxiliares.

a) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) e outras Missões de Paz

No que concerne à participação em Missões de Paz, o Governo vem cumprindo o acordo celebrado entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse sentido, desde 2004 mantém um contingente de 1.266 militares das Forças Armadas na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah). A tropa brasileira está constituída de quatro organizações militares: dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz (BRABATT 1 e 2), uma Companhia de Engenharia (BRAENGCY) e um Grupamento de Fuzileiros Navais. É o maior efetivo entre os países que participam da missão.

A situação de estabilidade no Haiti atingiu indicadores aceitáveis de segurança. A eficiência da missão da ONU foi a grande responsável pelas conquistas alcançadas por aquele país. Os seus contingentes civis e militares, em trabalho diuturno, garantem a necessária tranquilidade para o povo haitiano. A Minustah permitiu a estabilização político-institucional do Haiti e tem contribuído para o seu desenvolvimento social e econômico. Foi reconhecida internacionalmente como uma das missões de paz das Nações Unidas de maior sucesso.

O Brasil, por meio da sua tropa, é protagonista nesse cenário, pois liderar, com grande êxito, uma missão de elevado grau de complexidade logística e operacional contribui substancialmente para demonstrar a capacidade de atuação das Forças Armadas brasileiras, bem como dar peso ao País no trato de questões internacionais, diante das demais nações.

Além da Minustah, as Forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil também contribuem com 96 militares em onze diferentes missões de paz da ONU, que participam como observadores ou integrantes de Estado-Maiores, atuando nos seguintes países e regiões: Sudão, Libéria, Costa do Marfim, Timor Leste, Nepal, Chipre, Líbano, Guiné Bissau, África Ocidental, Saara Ocidental e no próprio Haiti. Para isso, os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos. Deverão ser mantidas, em 2011, as atuais conquistas brasileiras no campo das operações de manutenção da paz da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

b) Operações Combinadas e Conjuntas

Por intermédio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) foram realizados, em 2010, exercícios militares com





o emprego conjunto das Forças Armadas, sob coordenação centralizada e comando único. Tais operações têm por objetivo estratégico reforçar o poder dissuasório do Estado brasileiro, além de aumentar a integração e a interoperabilidade das Forças, de modo a estarem aptas para responder a sua missão.

Foram realizadas, no ano de 2010, as operações de grande porte Atlântico II e Amazônia, com deslocamento de grandes efetivos. A primeira ocorreu no mar territorial e faixa litorânea, com operações em Fernando de Noronha e no Arquipélago São Pedro e São Paulo, e a segunda na Região Norte. As duas operações simularam múltiplos aspectos de uma situação real.

Em 2010, também foram realizadas 81 operações de intensificação da presença das Forças Armadas na faixa de fronteira, sendo 73 patrulhas de reconhecimento e oito operações de grande vulto, com destaque para as operações Fronteira Sul, Cadeado e Curare, voltadas, em sua maioria, para a região amazônica. A finalidade dessas operações foi basicamente intensificar a presença do Estado nas faixas de fronteira das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste; combater o tráfico ilegal de aeronaves no espaço aéreo brasileiro; e combater o narcotráfico e os ilícitos transnacionais. Estão previstas para 2011 as operações conjuntas Juruá e Anhanduí.

Para viabilizar o trabalho das Forças Armadas na realização de operações combinadas, missões humanitárias e de manutenção da paz, foi criado o Sistema de Comunicações Militares Via Satélite (Siscomis), que se constitui em valiosa ferramenta de telecomunicação do Sistema Militar de Comando e Controle, para o qual foram empregados recursos em 2010 para sua manutenção e ampliação.

Foram também aportados recursos no Sistema Tático de Enlace de Dados (Sisted), responsável pela promoção da sinergia entre as diversas plataformas navais, terrestres e aéreas das Forças. Nesse sentido, em 2010, o País avançou no delineamento de um empreendimento voltado ao desenvolvimento e à produção doméstica de uma família de equipamentos que empregam o conceito de Rádio Definido por Software (RDS), tecnologia situada na vanguarda das comunicações militares. Em 2011, continuarão os investimentos nessa atividade, visto que o êxito desse projeto permitirá que as Forças Armadas disponham de equipamentos capazes de atender, de forma integrada, à grande parte das futuras demandas por comunicações militares das três Forças e, sobretudo, proporcionará um incremento exponencial na interoperabilidade dessas instituições.

No que concerne à defesa aérea, em 2010 foram destinados recursos para o preparo e emprego da Força Aérea Brasileira (FAB), o que propiciou o aprimoramento tático-operacional e administrativo do seu efetivo militar e civil, tendo por resultado o aperfeiçoamento da logística de pronto emprego. Espera-se que em 2011 essa melhoria seja ainda mais intensa.

Com o objetivo de capacitar e manter capacitado o seu efetivo para operar aeronaves nacionais e adquiridas no exterior, a FAB realizou treinamentos específicos com a utilização de simuladores de voo. Prevista no Plano de Missões de Ensino da Força, essa atividade foi realizada por meio de intercâmbio com outros países, bem como com operações aéreas conjuntas, tanto no exterior, quanto no País. Pretende-se, no decorrer de 2011, intensificar as ações de adestramento em simuladores, que reduzem os riscos e custos, e as de operações conjuntas.

Também foram realizadas operações aéreas para treinamento de pilotos e pessoal da área de logística da FAB, em conjunto com a Marinha, o Exército Brasileiro e forças aéreas dos Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Chile e França. Tais operações buscaram o preparo conjunto das Forças Armadas e o fortalecimento da integração e o vínculo de amizade com as referidas nações.

No que tange à manutenção e suprimento de combustíveis e lubrificantes e de material aeronáutico, os recursos destinados à manutenção operativa da aviação militar foram incrementados em 2010, possibilitando o cumprimento da meta anual de 180.000 horas de voo. Da mesma forma, foram realizadas todas as manutenções preventivas e corretivas, periódicas e obrigatórias, da frota de aeronaves.





No que diz respeito à área de Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, em 2010 deu-se continuidade à modernização e à revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab). Essas iniciativas visaram aprimorar a sua capacidade tecnológica e operacional, além de elevar a segurança dos usuários dos serviços de transporte aéreo. Está prevista a implantação de quatro novos radares, no ano de 2011, para que seja possível a ampliação da cobertura da área de vigilância do espaço aéreo brasileiro.

Também está programada, para 2011, a implantação e substituição de equipamentos de precisão para aproximação e pouso em vários aeroportos, com ênfase para o Aeroporto do Galeão, que terá capacidade de operação similar aos aeroportos mais modernos do mundo, que operam, independente de condições meteorológicas favoráveis, mesmo com restrições de visibilidade e teto.

Vale destacar, ainda, que em 2011 há necessidade de se continuar com a implementação da moderna concepção de apoio à navegação aérea, advinda dos novos conceitos Comunicação, Navegação e Vigilância/Gerenciamento do Tráfego Aéreo (CNS/ATM), elaborados pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), tendo em vista a necessidade de alcançar melhores índices de segurança e eficiência, diante da evolução tecnológica da aviação civil em todo o mundo e da projeção de crescimento do tráfego aéreo para as próximas décadas.

Pretende-se implantar, em 2011, o *backup* do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA), no Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA), em São José dos Campos; o CGNA - fase 2, no Rio de Janeiro; o *backup* do Centro de Controle de Área (ACC) e de Aproximação (APP) no ICEA; modernizar o Sistema de Tratamento de Visualização de Dados (STVD) de APP em Porto Seguro; implantar o novo software de STVD (Sagitário) nos Cindacta I (Brasília), Cindacta II (Curitiba), Cindacta III (Recife), bem como nos APP do Galeão e de São Paulo; modernizar a Torre de Controle de Tráfego Aéreo (TWR) de Belém, Confins e Curitiba, incluindo terminal de STVD; implantar simulador de tráfego aéreo na Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR); implantar a Estação Meteorológica de Superfície (EMS) 2 em Fernando de Noronha; substituir a EMS 2 de Tabatinga; substituir a EMS 1 de São Paulo, Recife, Fortaleza, Foz do Iguaçu, Pirassununga, Confins, Porto Alegre e Santa Cruz; implantar a EMS 1 em Uberlândia e Vitória; implantar a EMS TÁTICA em Caracará; substituir o atual Radiofarol OMNI-direcional em VHF (VOR/DME – *Very High Frequency Omni-Range/Distance Measuring Equipment*) por Radiofarol OMNI-direcional em VHF- *Doppler* (DVOR/DME – *Doppler Very High Frequency Omni-Range/Distance Measuring Equipment*) em Belém, Boa Vista, Foz do Iguaçu, Anápolis, Galeão, Confins, Recife e São Paulo; implantar DVOR/DME em Tabatinga; implantar ILS CAT I em Uberlândia e Vitória; substituir ILS CAT I de Campo Grande e Florianópolis; substituir o NDB de Oiapoque, Afonsos, Bacacheri, Foz do Iguaçu e Maxaranguape; substituir o sistema de controle de aproximação de solo (MGCA - GCC) de Natal; substituir os sistemas de climatização, energia e aterramento de Santiago, Canguçu, Catanduvas, Jaraguari e Morro da Igreja; implantar as estações de V/UHF *Datalink* em Canoas, Catanduvas, Corumbá, Jaraguari e Santiago; implantar as estações de VHF em Coxim, Guarapuava, Porto Murinho, Porto Primavera, São Francisco do Sul e Três Lagoas.

Quanto à tecnologia de uso aeroespacial, está em fase de conclusão o estudo de definição do Veículo Lançador de Satélites (VLM-1) e sua carga útil experimental de entrada hipersônica (SHEFEX-III). Participam do projeto o Instituto Aeroespacial da Aeronáutica, o Centro Aeroespacial Alemão (DLR) e as empresas brasileiras Mectron, Avibrás, Cenic e empresas europeias.

Em março de 2010, foi negociada com a estatal sueca *Swedish Space Corporation* a compra de novos foguetes de sondagem VSB-30, já utilizados em 11 lançamentos de experimentos científicos e tecnológicos apoiados pela Agência Espacial Europeia (ESA). O desenvolvimento desse foguete foi realizado com o investimento de cerca de R\$ 5 milhões, participando o DLR com 40% desse valor. Para 2011, foram planejados quatro lançamentos do VSB-30, no campo de Esrange, em Kiruna, na Suécia, para atender ao programa europeu de microgravidade e também para substituir o foguete inglês *Skylark 7*, que deixou de ser produzido.





Em outubro de 2010, foi concluída a negociação com a Agência Espacial Europeia e o Centro Espacial da Guiana (CSG), em Kouru, Guiana Francesa. Essa negociação destina-se à revisão do protocolo existente entre os dois países, que prevê a continuidade do rastreamento dos foguetes Ariane (França/Europa) pelo Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), bem como também dos foguetes Soyuz (Rússia) e Vega (Itália), lançados do CSG.

Encontram-se em fase de conclusão, em conjunto com a Rússia, os trabalhos de modernização e aprimoramento do Veículo Lançador de Satélites VLS-1 e o anteprojeto do VLS-1B com motor a combustível líquido no terceiro estágio.

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) foi o responsável pelo lançamento de oito foguetes em 2010, que envolveu veículos de treinamento para o Centro e de sondagem e experimentos de microgravidade. Foram construídas e reformadas, no CLA, as seguintes instalações: Centro de Controle, Casamata e Posições Operacionais de Lançamento de Foguetes; desenvolvimento e implantação do Sistema de Rastreamento Óptico de Foguetes; reativação do Sistema de Comunicação HF; instalação da Estação Móvel de Telemetria no Sítio da Raposa; implantação do Sistema Leads para visualização de informações meteorológicas; e revitalização do Lançador de Porte Médio (LPM).

Concluiu-se em 2010 a construção da torre móvel de integração, localizada no Centro de Lançamento de Alcântara. Há a expectativa de realização dos diversos testes de adequação dos sistemas dessa torre e do Veículo Lançador de Satélites (VLS) para utilização ainda em 2011. A meta para o próximo exercício é dar continuidade aos procedimentos necessários à modernização do Centro, para o lançamento dos foguetes VLS e Cyclone-4, com o aprimoramento de sua infraestrutura operacional, técnica e de apoio.

No que diz respeito ao ensino profissional da Aeronáutica, houve a participação do corpo docente e discente em eventos científicos no País e no exterior, e a realização de parcerias para troca de conhecimento que resultaram em um grande número de produções científicas e tecnológicas em formato de artigos para congressos, revistas e livros. Graças a essas parcerias, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) foi pioneiro na instalação de um avançado sistema de arquivos deslizantes eletroeletrônicos em sua biblioteca.

No que se refere à Defesa Naval, foram efetuadas, no ano de 2010, várias manobras militares pelas unidades da Esquadra, com o propósito de manter o preparo das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como de suas tripulações, no adequado estado de prontidão operativa. Com esse intuito, foram realizadas diversas comissões, inclusive, algumas com a participação de marinhas estrangeiras.

Quanto ao reaparelhamento e adequação da Marinha do Brasil (MB), em 2010 ocorreu a prontificação da Corveta “Barroso”, construída no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e já entregue ao Setor Operativo. Com relação aos Navios-Patrolha (NPa) de 500ton, o primeiro lote composto dos NPa “Macaé” e “Macau”, construídos no Estaleiro Inace S.A., no Estado do Ceará, já foi entregue à MB. O segundo lote será construído pelo Estaleiro Ilha S.A., no Estado do Rio de Janeiro.

Também teve continuidade o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), em decorrência de parceria estratégica entre o Brasil e a França, objetivando a fabricação de quatro submarinos convencionais, a construção de um estaleiro e de uma base naval para submarinos e a obtenção de um submarino de propulsão nuclear, com previsão de conclusão em 2025 mas com possibilidade de prorrogação já aprovada para 2027.

Proseguiram-se também com as modernizações do Navio-Aeródromo “São Paulo”, Corveta “Júlio de Noronha”, Navios-Balizadores, Aeronaves de Asa Fixa AF-1/1A e Helicópteros *Super Lynx*. Para 2011, está previsto o início da modernização da Corveta





“Frontin”. A Fragata “Rademaker” teve o seu processo de revitalização iniciada em 2009, com a previsão de conclusão para 2011.

Ainda em 2010, foram adquiridos o Navio de Pesquisa Oceanográfico “Aspirante Moura”, incorporado à Armada e transferido para o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, em Arraial do Cabo-RJ; e o Navio de Assistência Hospitalar “Soares de Meirelles”, incorporado e sediado no Comando do 9º Distrito Naval, em Manaus-AM. Também foi iniciado o processo de obtenção de quatro Avisos Hidroceanográficos Fluviais e do Navio Hidroceanográfico Fluvial, a serem construídos em um estaleiro nacional.

Quanto aos meios aéreos navais, foram adquiridos quatro Helicópteros de Multi-Emprego S-70B *Sea Hawk* da Empresa *Sikorsky*, dos EUA, cujo recebimento está previsto para 2012. A primeira unidade de helicópteros do tipo EC-725 *Super Cougar*, referentes ao Projeto H-XBR, conduzido em parceria com a Força Aérea Brasileira (FAB), foi entregue à Marinha em 2010.

Com o propósito de contribuir para a segurança da navegação; com a salvaguarda da vida humana no mar e hidrovias interiores; e com a prevenção da poluição ambiental, causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio, a Marinha realizou variados eventos para o atendimento de acordos internacionais, assim como daqueles relacionados à inclusão social, à repressão aos ilícitos transnacionais e à segurança da população.

Nesse sentido, foram empreendidas no exercício de 2010 mais de 100.000 ações de inspeção naval e vistoria, que superaram em 56% a previsão inicial. Esse resultado é fruto do esforço continuado de controle e fiscalização das embarcações, que se reflete diretamente na segurança da população.

O Centro de Dados Regional (CDRL) ou *Long Range Identification and Tracking (LRIT)* foi aprovado nos testes finais realizados pela *International Maritime Satellite Organization (IMSO)*. A Organização Marítima Internacional (IMO) o homologou, definitivamente, para operar no ambiente de produção. O CDRL, além de permitir o acompanhamento por satélite de navios mercantes estrangeiros acima de 300 toneladas, em viagens internacionais, a uma distância de até mil milhas náuticas de nosso litoral, também possibilita o monitoramento dos navios mercantes, de bandeira brasileira, em qualquer parte do globo.

O evento de maior destaque que evidenciou a empregabilidade do CDRL, em 2010, foi o salvamento da tripulação do veleiro canadense “Concórdia”, que naufragou na costa brasileira e foi resgatado por navios mercantes que se encontravam próximos do acidente e estavam monitorados pelo LRIT. Graças a essa operação não ocorreu qualquer perda de vida humana.

No âmbito interno da atuação subsidiária, o Governo, por intermédio do Ministério da Defesa, tem priorizado a atuação das Forças Armadas em iniciativas de apoio ao desenvolvimento econômico e social do País, sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial. Essas iniciativas contemplam o apoio e a assistência à população em casos de desastres e calamidades; campanhas de vacinação e enfrentamento de endemias; reconstrução de infraestrutura urbana e de transporte; atendimento médico-hospitalar e odontológico às comunidades localizadas em áreas de difícil acesso, tais como as comunidades ribeirinhas da Amazônia; e, sobretudo, mais recentemente, em ações de colaboração com os governos estaduais para manutenção da lei e da ordem.

No ano de 2010, foi de fundamental importância para o restabelecimento da segurança da população do Rio de Janeiro o apoio das Forças Armadas, na ação do Estado no combate à ocupação de traficantes nas comunidades situadas no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro. A Marinha participou da operação com o envio de carros de combate, fundamentais para a entrada em locais de difícil acesso. Por sua vez, a Aeronáutica também prestou apoio aéreo às operações. Por fim, efetivos do Exército e dos Fuzileiros Navais participaram diretamente na retomada do território, até então ocupado pelas organizações criminosas que ali atuavam.





Tendo em vista o clamor da população – que apoiou maciçamente a ação governamental – vislumbra-se a possibilidade de o Exército permanecer nas áreas retomadas até que se atinja um nível razoável de segurança que proporcione aos moradores daquelas comunidades o retorno às suas atividades cotidianas com a tranquilidade desejada.

No que se refere à ajuda humanitária internacional, o País coordenou o transporte de alimentos e medicamentos para doação, em caráter de assistência humanitária, aos flagelados por desastres naturais no Haiti e no Chile.

O Haiti, após a ocorrência de terremoto, foi atendido com a doação de medicamentos e gêneros de primeira necessidade. Nessa operação, a Força Aérea Brasileira consumiu 3.300 horas de voo. Os navios da Marinha do Brasil foram mantidos por 122 dias no mar para transportar 1.180 toneladas de doações.

O Chile foi apoiado, após a ocorrência de terremoto, com o envio do Hospital de Campanha da Marinha do Brasil, que realizou 12.869 atendimentos às vítimas e 635 cirurgias. Foram deslocadas duas aeronaves de asa rotativa do Exército para atuar no resgate das vítimas e na distribuição de alimentos e medicamentos.

No exercício de 2010, as ações realizadas no âmbito do Programa de Ensino Profissional da Marinha possibilitaram a qualificação e a capacitação contínuas de alto nível para o emprego em atividades de natureza técnico-profissional. Os cursos oferecidos atenderam desde a formação básica até os níveis mais elevados de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*.

Foram executadas no ano letivo de 2010: i) a renovação do convênio com a Universidade de São Paulo (USP) para dar continuidade ao Curso de Formação de Engenheiros Navais, conduzido pela Escola Politécnica; ii) o prosseguimento do Curso de Graduação de Engenharia Naval e do Curso de Especialização em nível de Pós-Graduação *lato sensu* - Gestão e Tecnologia em Construção Naval; iii) a contratação da Aliança Francesa para ministrar o curso de língua destinado aos Engenheiros Navais que atuarão no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub); iv) a realização do curso *Master of Business Administration* (MBA), do Instituto COPPEAD de Administração, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD/UFRJ), nos Cursos de Política e Estratégia Marítimas e de Estado-Maior para Oficiais Superiores, ministrados pela Escola de Guerra Naval; e v) os cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento, ministrados nos Centros de Ensino da MB.





VI - DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA



VI – DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA

A participação social foi adotada como um importante instrumento de governo na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas, conferindo qualidade e viabilidade a um projeto de desenvolvimento de longo prazo. Para a superação do antigo modelo, foi necessário um esforço conjunto da sociedade e do Estado baseado em uma relação de diálogo permanente e de respeito à autonomia dos movimentos sociais.

Em 2010, foram realizadas mais de 500 reuniões com centrais sindicais, entidades representativas dos bancários, petroleiros, aposentados, movimentos sociais, organizações não governamentais, entidades de trabalhadores rurais, universidades, intelectuais e entidades estudantis. Esses encontros expressam o compromisso do Governo com a construção de um novo padrão de relacionamento com os diferentes setores da sociedade civil.

1. Informação ao Cidadão

O Governo apresentou avanços no que se refere às ações e estratégias desenvolvidas para aperfeiçoar, integrar e fortalecer os canais de comunicação dos órgãos do Poder Executivo, com o propósito de informar e esclarecer os cidadãos brasileiros sobre políticas públicas, programas e ações governamentais, de acordo com o que dispõe o art. 37, § 1º da Constituição Federal. Em 2010, para o alcance desses objetivos, deu-se continuidade à política de regionalização da comunicação, incluindo conteúdo e mídia, ao aprimoramento da avaliação das ações de comunicação, por meio de pesquisas de opinião, e à busca de maior eficiência dos instrumentos de gestão, controle interno e de comunicação pública, por meio da Internet.

Em março, foi lançado o novo Portal Brasil com versões em inglês e espanhol para atender à demanda de públicos no exterior. Ao longo do ano, o Portal evoluiu em novas ferramentas e conteúdos, com destaque para os Especiais de Eleições, Ciência e Tecnologia, Inovação, Comitê das Partes – COP 10 e COP 16, Governo de Transição, Linhas do Tempo e Programas de Governo para o cidadão, além da criação de perfis nas redes sociais Twitter e Youtube, com o objetivo de interagir com o cidadão e ampliar a comunicação de serviços e informações. O Portal da Presidência foi redesenhado para dar mais eficiência à comunicação via Internet.

A estratégia de regionalização de mídia alcançou mais de dois mil Municípios e cerca de oito mil veículos de comunicação. Foram realizadas 95 campanhas de publicidade institucional e de utilidade pública para informar a população sobre os seus direitos e prestar contas à sociedade sobre ações, programas e medidas do Governo Federal de interesse do público em geral e também de segmentos específicos. Entre as de utilidade pública mereceu destaque a campanha de esclarecimento sobre os prazos de recadastramento dos beneficiários do programa Bolsa Família e as campanhas referentes às seguintes políticas afirmativas: i) Cidades Acessíveis, que incentivou e divulgou ações de acessibilidade; ii) autodeclaração de cor e raça no Censo 2010; e iii) o centenário da Revolta da Chibata, por ocasião do Dia da Consciência Negra.

Com relação às campanhas institucionais, ressalta-se a “Brasil 2010”, que visou a sensibilizar a sociedade para o novo patamar de desenvolvimento alcançado pelo País, fortalecer a autoestima da população e também fixar o conceito “Estamos vivendo um novo Brasil”. Essa campanha teve desdobramento regional, com conteúdo específico para cada unidade da Federação, que apresentou ações de infraestrutura integradas a programas sociais e seu reflexo positivo na vida dos brasileiros. Outras campanhas relevantes foram o Balanço de quatro anos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que apresentou o andamento das obras do Programa e o funcionamento da estrutura federativa para que a sociedade acompanhasse e fiscalizasse a aplicação dos recur-





tos públicos; a Campanha de Educação, que tratou da inauguração de 78 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), localizados em vários Estados; e a de fim de ano, que buscou reafirmar a confiança no modelo de desenvolvimento que marcou o período 2003-2010.

Foram aperfeiçoados o Cadastro Nacional de Veículos de Comunicação e o Sistema de Compartilhamento de Dados sobre Custos de Produção de Serviços de Publicidade entre os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, que passará a abrigar o cadastro de fornecedores de serviços especializados às agências de propaganda, em decorrência de disposição na Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

A comunicação pública consolidou uma área de produção de conteúdos próprios para disseminação em diversos meios e aprimorou os produtos já existentes. Dentre os principais produtos estão o boletim *Em Questão*, em versão digital, eletrônica e impressa; a Central de Notícias do Portal Brasil; a Revista Digital do Portal Brasil; e o *Jornal de Balanço*.

O Governo manteve a rotina de entrevistas cotidianas aos diversos segmentos da imprensa, consolidando a política de diversificação, democratização e profissionalização da comunicação com a imprensa e a sociedade. Em 2010, o Presidente da República concedeu uma média superior a três entrevistas por semana, foram mais de 150 entrevistas para as imprensas estrangeira, nacional, regional e segmentada, sendo 80 coletivas e 70 exclusivas.

O Presidente foi entrevistado, em 2010, pelas principais redes de televisão do País, por jornais de 16 Estados e por comunicadores de rádio de dez Estados de todas as regiões. Entre os veículos estrangeiros destacam-se as emissoras CNN, CBS e Al Jazeera, o jornal *El País*, a revista *The Economist* e a agência *Associated Press*. Emissoras de televisão e revistas regionais também foram atendidas, além dos portais IG e Terra e da agência de notícias *Carta Maior*, em conjunto com os jornais *Página 12*, da Argentina, e *La Jornada*, do México. Foram estendidos os canais de comunicação por meio das redes sociais, com a criação de perfis no Twitter - Blog do Planalto, com cerca de 14 mil seguidores, e *Imprensa PR*, com cerca de 5 mil seguidores – e canais exclusivos no Flickr e no YouTube.

Para divulgar o Brasil no exterior, houve um intenso trabalho com o objetivo de despertar o interesse e gerar percepção positiva de jornalistas e formadores de opinião ao redor do mundo sobre o País. Durante a COP 15, veio o reconhecimento por meio de dois prêmios na categoria *media relations*: *Stevie International Business Award* e o *IPRA-2010 Golden World Award* para Excelência em Relações Públicas. Outras ações relevantes no exterior foram a realização do seminário para atrair investimentos para o Brasil, realizado em Madri, Espanha, em 2010, com a presença do Presidente da República, ministros e empresários, e outro evento na Costa Oeste dos Estados Unidos, sobre inovação tecnológica brasileira.

Na área de patrocínio, foi aprimorado o Sistema de Acompanhamento e Controle das Ações de Comunicação (Sisac) para dar mais agilidade ao processo de análise e aprovação das ações patrocinadoras. O sistema integrou, via Internet, 71 instituições de governo e 962 usuários ativos que viabilizaram a análise e a deliberação de projetos patrocinados por empresas do Poder Executivo Federal. Foi publicado ainda o primeiro Regimento Interno do Comitê de Patrocínios, em sintonia com o Código de Ética do Servidor Público.

O Governo avançou na institucionalização da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), como empresa pública responsável pela implantação e gestão do Sistema Público de Comunicação, nos termos do art. 223 da Constituição Federal. A TV Brasil renovou significativamente sua grade de programação informativa, diferenciada e complementar, com a oferta de 15,5 horas semanais de





novos conteúdos. A programação observou o compromisso com a exibição de conteúdos regionais e independentes. Em maio de 2010, foi lançada a TV Brasil Internacional, canal destinado a divulgar informações e conteúdos culturais sobre o País, atendendo também aos mais de três milhões de brasileiros emigrados. Inicialmente transmitido para 49 dos 55 países africanos e retransmitido por dezenas de operadoras latino-americanas, o canal chegou a Portugal e aos Estados Unidos em dezembro de 2010. A EBC prosseguiu com os investimentos em equipamentos de radiodifusão, visando à digitalização dos sistemas de produção e transmissão e superou a sua fragmentação física no Distrito Federal com a implantação de uma sede onde funcionam todas as suas unidades e canais.

As principais ações propostas para 2011 são a evolução do Portal Brasil com a criação de novos perfis de público, conteúdos e serviços e o desenvolvimento de ferramentas que permitirão implementar o processo de colaboração do cidadão com a construção do Portal; a ampliação das ações de publicidade no meio Internet; o reforço na divulgação do Brasil na América do Sul e na Ásia; o início da implantação do Operador da Rede Nacional de TV Pública Digital; e o estabelecimento de diretrizes de comunicação destinadas às mídias sociais.

2. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

Criado em 2003 pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, de iniciativa do Poder Executivo, o CDES se fortaleceu e se constituiu em um processo exitoso de aprendizagem para a igualdade política, o debate de ideias e a pactuação.

O CDES realizou, ao longo do ano de 2010, 74 atividades, entre reuniões ordinárias plenárias, reuniões de Grupos de Trabalho, seminários, colóquios e missões internacionais, que contaram com a participação ativa dos Conselheiros, de ministros e altos dirigentes da administração pública, lideranças sociais, intelectuais e pesquisadores.

O grande destaque do trabalho realizado pelo CDES, em 2010, foi a elaboração e divulgação da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC). Conforme prática do Conselho, a ANC não é um produto acabado, mas uma contribuição para o diálogo, para a ampliação de consensos e a construção de viabilidade em torno de questões fundamentais para o País. Conselheiros e conselheiras de todas as regiões mobilizaram-se para constituir espaços, envolver outras lideranças no debate e agregar a perspectiva regional à Agenda, em um total de 13 reuniões, realizadas em várias cidades brasileiras. A valorização do diálogo social aparece também como resultado desses encontros, disseminando a disposição para constituição de conselhos econômicos e sociais nos diversos Estados.

Iniciou-se no ano de 2010 o debate em torno dos seguintes temas ligados à ANC: i) Desenvolvimento rural sustentável; ii) Acesso a Banda Larga; iii) Educação e Inovação; iv) Financiamento para o Desenvolvimento – Balanço de Pagamentos e Transações Correntes e Financiamento de Longo Prazo; e v) Cadeia produtiva do Pré-Sal.

Também foi criado o GT Grandes Eventos Esportivos, cujo objetivo é acompanhar de maneira ampla todos os aspectos envolvidos na realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

O Observatório da Equidade avançou nos seus trabalhos, produzindo análises sobre os temas “As Desigualdades na Escolarização no Brasil” e “Sistema Tributário Nacional”, cujos relatórios foram atualizados a partir de informações produzidas pelas equipes técnicas de cada um dos temas e do seu Conselho Diretor, e de dados gerados por intermédio de seminários e colóquios temáticos.

No que se refere à cooperação internacional, o CDES realizou em 2010, em parceria com o Conselho Econômico e Social Europeu





(CESE), a 2ª Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-União Europeia, em janeiro, em Belém (PA), sobre o tema “Mudança climática e matriz energética mundial”. A 3ª Mesa Redonda ocorreu em Bruxelas, Bélgica, em setembro, e teve como tema “Dimensão Participativa e Equidade Social e Segurança Alimentar e Nutricional”.

No ano de 2010 foi realizada também a 2ª Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia, em maio, cujo tema foi “O papel do BRIC como instrumento de formação da nova ordem econômica, de criação de mecanismos de eficácia da governança global, e de decisão das tarefas prioritárias do desenvolvimento dos países participantes”. Em relação às atividades bilaterais, o CDES promoveu ainda uma reunião conjunta com o Conselho Econômico e Social da Espanha durante sua participação no 6º Encontro da Sociedade Civil União Europeia - América Latina.

No âmbito da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS), destaca-se a participação do CDES nas reuniões do Conselho de Administração da Associação, bem como em sua Assembleia Geral, realizada em julho, em Nova Iorque, EUA. O CDES foi relator do principal tema de trabalho da atual presidência da AICESIS – “O papel dos conselhos econômicos e sociais e de instituições similares no novo modelo econômico, social e ambiental de governança global”. Com o intuito de trazer mais subsídios ao tema, o Conselho promoveu no mês de setembro, em Brasília (DF), o Seminário Internacional sobre Governança Global.

As prioridades temáticas para 2011 estão expressas na ANC, que possibilitará ao Conselho gerar análises e recomendações centradas nos novos horizontes da educação, nos desafios do Estado democrático, na transição para a economia do conhecimento, na garantia do trabalho decente com inclusão social, no papel das infraestruturas e da sustentabilidade ambiental, e no padrão emergente de produção.

Conforme sua missão de assessoramento, o CDES deverá mobilizar sua capacidade de análise e de diálogo qualificado para debater e contribuir para questões e projetos prioritários para a Presidência da República. De forma a disseminar a prática do diálogo social e viabilizar a constituição de uma rede de debate em torno do desenvolvimento, o Conselho também deverá manter as ações de apoio a iniciativas de criação de conselhos econômicos e sociais nos Estados e Municípios brasileiros e em outros países. A manutenção do trabalho do Observatório da Equidade permitirá que o CDES contribua para aumentar o conhecimento da sociedade civil sobre as políticas públicas e elabore propostas para que o desafio do enfrentamento das desigualdades brasileiras persista e avance.

No âmbito internacional, propõe-se que o Conselho dê novos passos na parceria com o Conselho Econômico e Social Europeu (CESE). Também é proposta a continuidade na promoção das relações bilaterais com instituições homólogas e na consolidação da participação do CDES na AICESIS, garantindo a interação das lideranças da sociedade civil brasileira com lideranças de mais de 60 países e blocos.

3. Conferências Nacionais, Conselhos e Fóruns de Diálogo

Os resultados da construção e fortalecimento de espaços e formas de diálogo se refletiram no próprio processo de tomada de decisões do Governo, que passou a ser realizado em conjunto com a sociedade civil por meio das Conferências Nacionais, dos Conselhos, Fóruns e Mesas de Diálogo.





As conferências nacionais adquiriram um caráter inovador, permitindo aos mais variados segmentos da sociedade civil expressarem suas demandas e propostas. Desde 2003, os debates mobilizaram mais de cinco milhões de pessoas nas etapas municipal, estadual e federal.

Em 2010, foram realizadas nove Conferências Nacionais:

- 2ª Conferência Nacional de Cultura, de 11 a 14 de março;
- 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, de 23 a 25 de março;
- 1ª Conferência Nacional de Educação (CONAE), de 28 de março a 1º de abril;
- 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), de 26 a 28 de maio;
- 3ª Conferência Nacional do Esporte, de 3 a 6 de junho;
- 2ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), de 16 a 18 de junho;
- 4ª Conferência Nacional das Cidades, de 19 a 23 de junho;
- 4ª Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, de 27 de junho a 1º de julho; e
- 3ª Conferência Nacional das Comunidades Brasileiras no Exterior, em 2 e 3 de dezembro.

Para o ano de 2011 estão previstas as seguintes Conferências:

- 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude;
- 1ª Conferência Nacional de Turismo;
- 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Mulher;
- 14ª Conferência Nacional de Saúde, que terá como tema “Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social – Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro”;
- Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social;
- 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- 1ª Conferência Nacional das Águas;
- 4ª Conferência de Meio Ambiente;
- 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; e
- 8ª Conferência Nacional de Assistência Social.





Os Conselhos Nacionais, espaços institucionais de diálogo do Estado com a sociedade, tiveram, ao longo de 2010, uma intensa agenda de reuniões e encontros. Para facilitar o acesso a essas atividades, foi produzido um caderno trimestral sobre os Conselhos, contendo informações tais como: composição, finalidade, endereço e agenda prevista para o período.

As Mesas de Negociação resultaram em importantes conquistas para a sociedade brasileira. Foi o caso da Mesa de Negociação dos Atingidos por Barragens (MAB), que resultou na assinatura do Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010. O Decreto instituiu o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos hidrelétricos e criou o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, atendendo à reivindicação do MAB no sentido de avançar na definição do conceito de atingidos.

A Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, instalada em 2008, é fórum nacional de diálogo e negociação tripartite, criada para debater e propor soluções para tornar mais humano e seguro o cultivo manual da cana-de-açúcar, além de promover a reinserção ocupacional dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita. Em 2009 foi firmado, entre o Governo Federal e entidades de trabalhadores e de empresários do setor sucroenergético, o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar. Em 2010 foi formalizada a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional.

Temas fundamentais para o País foram objeto de acompanhamento e articulação como, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Lago Tucuruí, que envolve todos os Municípios e a população atingida direta ou indiretamente pelas obras e mudanças ocorridas na região a partir da implementação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí; e o Plano de Desenvolvimento da Região Turística do Meio-Norte, que envolve 99 Municípios (33 do Estado do Piauí, 33 do Ceará e 33 do Maranhão). Outra importante ação desenvolvida foi o Grupo de Trabalho responsável pela implementação das ações do Programa Trabalho Doméstico Cidadão (PTDC).

Em 2011, pretende-se dar continuidade à coordenação do diálogo dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil com o Governo Federal e consolidar o Sistema Nacional de Participação Social. Também serão empreendidos esforços para garantir maior integração entre os vários canais setoriais de participação social, promover iniciativas com o objetivo de assegurar a inter-setorialidade e fortalecer a participação social nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas nos três níveis de Governo.

O Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, que oferece cursos de capacitação para a gestão democrática e participativa de políticas públicas, encerrou, em 2010, sua primeira fase com a formação de 4.378 alunos. O Programa terá continuidade em 2011, com a oferta de uma nova turma de 150 alunos no Curso de Especialização, com previsão de formatura em fevereiro de 2012.

Ainda em 2010 foi firmada uma parceria com o Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), com o objetivo de mensurar o impacto das conferências e dos conselhos nacionais na formulação de políticas públicas no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo federais realizadas no período entre 2003 e 2010.

Foram também realizados sete cursos de formação de multiplicadores do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) e outros três cursos de atualização para os multiplicadores, abrangendo novas formas de uso do Sistema. Os cursos de formação contaram com 150 representantes de entidades da sociedade civil que atuam nas áreas rural, cultural,





direitos humanos, políticas para as mulheres, crianças e adolescentes, juventude, meio ambiente, portadores de deficiências, igualdade racial, orientação sexual, difusão comunitária, territórios da cidadania, favelas, pesca artesanal, cooperativismo, atingidos por barragens, quebradeiras de coco, moradia popular, assistência social, populações extrativistas e prevenção às dependências.

Em 2011, o Governo dará continuidade à formulação, discussão e socialização de conceitos, procedimentos e experiências relativas à democracia participativa; intensificará suas relações com os centros de pesquisa sobre participação social e democracia participativa; realizará seminários nacionais e regionais; e desenvolverá estudos com o objetivo de construir indicadores de participação social nas políticas públicas.

No âmbito internacional, foram praticadas em 2010 ações relacionadas ao fortalecimento da participação social nos temas prioritários da política externa brasileira. Merecem destaque os programas voltados para o Mercosul, que têm por objetivo divulgar, informar e capacitar a sociedade civil sobre o processo de integração regional, sistematizar e dar visibilidade à agenda social da integração e aproximar o Mercosul das populações.

Foram realizadas, ao longo do ano de 2010, três reuniões ordinárias do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo, nas quais foram debatidos os temas: migração e trânsito de pessoas, negociações externas (acordos comerciais com outros blocos e países) e o Instituto Social do Mercosul. O Conselho foi instituído por meio do Decreto nº 6.594, de 6 de outubro de 2008, que criou o Programa Mercosul Social e Participativo, com o propósito de promover a interlocução entre o Governo Federal e as organizações da sociedade civil sobre as políticas públicas para o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Deu-se também prosseguimento à realização das Cúpulas Sociais do Mercosul – um espaço de diálogo e interação entre governos e sociedade civil dos países membros e associados, a respeito do processo de integração regional. As propostas emanadas dos debates realizados nas Cúpulas Sociais são encaminhadas às Cúpulas de Chefes de Estado do Mercosul para apreciação pelos Presidentes das nações integrantes. As Cúpulas Sociais acontecem semestralmente, de forma coordenada com as Cúpulas de Chefes de Estado. A organização da atividade compete ao país que está exercendo a Presidência do Bloco no momento.

Em julho de 2010, foi realizada a IX Cúpula Social, que reuniu cerca de mil lideranças sociais dos quatro países do Mercosul na Isla del Cerrito, localidade da província argentina do Chaco. A X Cúpula Social do Mercosul aconteceu em Foz do Iguaçu (PR), entre os dias 14 e 16 de dezembro de 2010, e contou, em seu encerramento, com a participação dos presidentes dos 12 países da América do Sul.

As atividades do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo e as Cúpulas Sociais do Mercosul deverão ter continuidade em 2011. O Conselho realizará as quatro reuniões anuais estabelecidas pelo Decreto 6.594, de 6 de outubro de 2008. A partir de 2011, as Cúpulas Sociais deverão contar com o suporte da Unidade de Apoio à Participação Social do Mercosul, novo espaço do organograma institucional do Bloco, cuja criação foi anunciada durante a XL Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, no dia 17 de dezembro de 2010, em Foz do Iguaçu.

Outro tema que evoluiu ao longo do período foi o diálogo social Brasil-Noruega, uma parceria entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação dos Trabalhadores da Noruega (LO) e Confederação Empresarial da Noruega (LHO). A iniciativa teve por objetivo promover o Diálogo Social e a Comunicação entre governos, traba-





lhadores e empresários, com vistas a avançar nas propostas que contribuam para o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento social e a revitalizar os laços de cooperação entre a Noruega e a América Latina, com destaque para o Brasil, devido à forte presença de investimentos de empresas norueguesas no País. O II Fórum de Diálogo Social Brasil-Noruega reuniu-se durante o período de 1 a 8 de maio de 2010, em Oslo, com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre o modelo tripartite de diálogo social adotado pelo país escandinavo.

Já no âmbito do Programa Brasil Próximo, resultante de acordos entre os governos da Itália e do Brasil, o objetivo é implementar projetos piloto, em parceria com Estados e Municípios, de cooperação entre os dois países com o foco no tema de desenvolvimento local. Participam do programa mais de 40 cidades dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Piauí e Amazonas. Na Itália, fazem parte da cooperação as regiões da Úmbria, do Marche, da Toscana, da Emilia Romagna e da Ligúria. Em dezembro de 2009 foi instalada em Brasília a Comissão Intersetorial para a gestão do Brasil Próximo, formada por representantes de 11 ministérios e que tem como finalidade coordenar as parcerias entre os dois países no âmbito do Programa.

O Governo também trabalha em parceria com a Universidade para a Paz (UPAZ), criada pela Organização das Nações Unidas em 1980, com sede na Costa Rica, com a missão de proporcionar uma educação superior para a paz. A cooperação com o Brasil tem permitido aportar a contribuição dos países latino-americanos para o combate à violência, o respeito aos direitos humanos e a solução negociada dos conflitos. Em novembro de 2010, um grupo de dirigentes do Banco do Brasil participou do Curso Piloto “Desafios em Negócios Internacionais de Hoje”, organizado especialmente pelos especialistas da UPAZ para atender às necessidades de internacionalização do Banco.

Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – plataforma social, sob a coordenação da ONU, que sintetiza a Declaração do Milênio que 191 países assinaram com o compromisso de melhoria de indicadores sociais, ambientais e econômicos –, com os resultados já alcançados o Brasil deverá cumprir todas as metas traçadas para 2015. O Prêmio ODM Brasil apresentou os 20 projetos que mais se destacaram dentre quase 1.500 inscritos. Foi realizado o terceiro ciclo de seminários estaduais com a finalidade de apresentar e debater o quarto Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, reunindo sete mil lideranças sociais. Os 27 núcleos estaduais de ODM, criados em 2006 e 2009 para serem catalisadores e disseminadores regionais das ações de ODM, fortaleceram sua atuação levando Municípios e instituições em geral a adotarem os ODM como plataforma social.

Significativo número de universidades e instituições de ensino superior também começaram a participar dos núcleos estaduais e a realizar atividades de extensão com seus alunos. Institutos de pesquisa estaduais realizaram levantamentos sobre a situação dos Estados e de Municípios no que tange ao estágio do alcance dos ODMs, possibilitando o planejamento das ações para os próximos anos.

Faltam cinco anos para o término do período estabelecido para atingir as metas do milênio. Os estudos e as pesquisas constantes do último Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODMs indicam que há condições de erradicar a miséria e a fome no País até 2016. Para apoiar o cumprimento das metas e estimular sua antecipação, está em construção o Projeto Movimento ODM Brasil 2015, cujo objetivo é concentrar esforços na produção de conhecimentos, na capacitação de lideranças, no fortalecimento da gestão estadual e municipal, no aperfeiçoamento da governança do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, na continuidade da mobilização e da advocacia e no fortalecimento da participação do setor produtivo.





4. Relações Institucionais

a) Articulação com o Poder Legislativo

O diálogo com os partidos políticos e com o Congresso Nacional marca o esforço para a consolidação do desenvolvimento brasileiro. Os resultados desse esforço de articulação democrática e diálogo institucional são expressivos considerando a produção legislativa que, em 2010, alcançou considerável intensidade, com a conversão de 22 medidas provisórias em lei; a aprovação de 39 projetos de lei de autoria do Poder Executivo e de 70 importantes Acordos Internacionais; e a confirmação congressual de 68 indicações de autoridades para agências, tribunais e embaixadas. O valor real dessa produção normativa, entretanto, deve ser compreendido por meio de uma análise específica de alguns dos marcos legislativos aprovados.

No ano de 2010, a legislação sobre o Pré-Sal avançou significativamente por meio das seguintes iniciativas: a aprovação do novo marco regulatório do Pré-Sal, que definiu a capitalização da Petrobras, pela Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, a criação da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) pela Lei nº 12.304, de agosto de 2010, e a aprovação do Projeto de Lei nº 5.940, de 2009, convertido na Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que instituiu o regime de partilha de produção de petróleo em áreas do Pré-Sal e em áreas estratégicas e criou o Fundo Social, com a finalidade de constituir fonte de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, e da sustentabilidade ambiental.

Em dezembro de 2010, foi enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 8.051, com o objetivo de disciplinar a distribuição de *royalties* advindos da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do Pré-Sal e em áreas estratégicas. Com a aprovação, a lei permitirá a distribuição mais equitativa dos recursos provenientes dos *royalties* entre Estados e Municípios, além de garantir a compensação financeira aos entes federados produtores e confrontantes.

Uma série de medidas legislativas visando ao desenvolvimento econômico nacional foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2010. Destaca-se a Medida Provisória (MP) nº 472, de 2009, convertida na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, que instituiu o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (REPENEC), criou o Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) e instituiu o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional (RECOMPE). Imprescindível citar a MP nº 495, de 2010, convertida na Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que estabeleceu margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais, priorizando bense serviços produzidos no País.

O Congresso Nacional também aprovou matérias relacionadas à preparação do País para a FIFA 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, sendo as mais importantes a MP nº 497, de 2010, convertida na Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, que instituiu o Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recopa) e a MP nº 496, de 2010, transformada na Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, que dispôs sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

No campo da educação e cultura, destaca-se a aprovação dos projetos de lei que estabeleceram a criação das Universidades da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e da Integração Latino-Americana (UNILA), transformados,





respectivamente, nas Leis nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010. Também foi aprovado o Plano Nacional de Cultura (PNC) pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Ainda sobre o tema, vale citar a aprovação do projeto de lei, transformado na Lei nº 12.260, de 21 de junho de 2010, que reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela destruição, no ano de 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) e estabeleceu reparações.

Na área de agricultura, houve impactos positivos decorrentes da aprovação do projeto de lei complementar que criou mecanismos de aperfeiçoamento para o seguro rural, convertido na Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, e do projeto de lei convertido na Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Política e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER e PRONATER). Destaca-se também a criação do Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP), a partir da conversão da MP nº 494, de 2010, na Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

Alguns dos projetos de lei aprovados em 2010 tiveram ampla repercussão na mídia e na sociedade civil, como a Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010 – a lei da Ficha Limpa; a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – o Estatuto da Igualdade Racial; e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 – a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Também foram aprovadas duas alterações constitucionais de grande relevância: Emenda Constitucional (EC) nº 66, de 13 de julho de 2010 – conhecida como proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Divórcio; e a EC nº 65, de 13 de julho de 2010 – denominada PEC da Juventude (PEC 42, de 2008).

Para o ano de 2011 é prioridade a condução das reformas tributária e política e o acompanhamento dos seguintes projetos de lei (PL): i) PL nº 3.337, de 2004, que altera o marco legal das agências reguladoras; ii) PL nº 5.186, de 2005, que altera a Lei Pelé; iii) PL nº 7.200, de 2006, que trata da reforma universitária; iv) PL nº 3.077, de 2008, que organiza o Sistema Único de Assistência Social; v) PL nº 5.395, de 2009, que exige curso superior para professores da educação básica; vi) PL nº 5.487, de 2009, que institui a Política Nacional dos Serviços Ambientais; e vii) PL nº 8.051, de 22 de dezembro de 2010, que trata do pagamento e da distribuição de *royalties*. Destacam-se ainda grandes prioridades econômicas e de infraestrutura para 2011, como o PL nº 7.673, de 2010, que autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV), e o PL nº 1.481, de 2007, que dispõe sobre o acesso a redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino e permite a ampliação do uso do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (Fust).

Prevê-se também o acompanhamento das matérias de interesse do PAC (o PLC nº 32, de 2007, que atualiza a Lei de Licitações, e o PLC nº 6, de 2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência) e dos seguintes projetos de lei iniciados na Câmara dos Deputados: o PLC nº 1, de 2010 - Complementar, que regulamenta as hipóteses de cooperação ambiental entre os entes federativos; e o PLC nº 41, de 2010, que garante acesso pleno, imediato e gratuito a informações públicas e proteção das informações pessoais e sigilosas.

Em 2011 será importante, ainda, aprofundar os instrumentos de diálogo e negociação com as lideranças partidárias e membros das comissões temáticas, de forma a assegurar governabilidade e aprovação de projetos que contribuam para o desenvolvimento político, econômico e social do País. Nesse sentido, espaços de negociação do mérito das matérias devem ser assegurados como forma de qualificar a produção legislativa, preservada a autonomia dos poderes.

Propõe-se, por fim, o aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento Legislativo (SIAL), que atende às necessidades de assessoramento e informação da Administração Pública Federal quanto às atividades do Congresso Nacional, bem como de





relacionamento entre as assessorias parlamentares do Poder Executivo e os órgãos de representação governamental nas Casas Legislativas, isto é, a Liderança do Governo na Câmara, no Senado e no Congresso Nacional. O SIAL pode ser aprimorado em termos de gestão de processos, pela racionalização dos fluxos rotineiros do trabalho e pela incorporação de instrumentos de tecnologia da informação que modernizem a gestão documental, a comunicação entre órgãos de governos e o acesso à informação parlamentar.

b) Articulação Federativa

No último ano, buscou-se aprofundar a relação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios por meio da criação de instâncias permanentes de pactuação e articulação federativa. Principal exemplo desse processo foi o encaminhamento do Projeto de Lei nº 7.388, de 2010, que institui o Comitê de Articulação Federativa (CAF) como órgão de assessoramento do Presidente da República, vinculado à Secretaria de Relações Institucionais. Criado em 2003, por meio de um protocolo de cooperação entre a Casa Civil da Presidência da República e as entidades representativas dos Municípios – Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP) –, o CAF veio gradualmente se fortalecendo, tendo sido regulamentado pelo Decreto nº 6.181, de 3 de agosto de 2007, como instância consultiva à qual compete a articulação entre o Governo Federal e os Municípios. Além do CAF, houve o fortalecimento de outras instâncias de diálogo federativo, como as comissões gestoras tripartites dos sistemas federativos, as mesas tripartites de gestão e monitoramento do PAC e os comitês de articulação estadual do Programa Territórios da Cidadania (PTC).

Resultado desse diálogo federativo foi a aprovação de novos marcos legais que fortaleceram institucionalmente o Estado brasileiro nos diversos níveis de governo e favoreceram os investimentos públicos e privados nos territórios, como o Plano Nacional de Banda Larga, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e, mais recentemente, o Plano Nacional de Cultura.

Necessário destacar também, no último ano, as ações de cooperação federativa com as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e, ainda, a formação do primeiro consórcio público entre a União, o Estado e o Município do Rio de Janeiro, que se constitui na Autoridade Pública Olímpica (APO), responsável pela gestão da infraestrutura necessária para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

O processo de fortalecimento institucional e de estímulo à autonomia financeira dos Municípios foi ampliado a partir da Agenda Nacional de Apoio à Gestão Municipal. Tendo como base suas ações, em 2010 foi possível um incremento dos processos de articulação dos programas do Governo Federal de capacitação e assistência técnica aos Municípios; de ampliação do acesso dos Municípios à tecnologia da informação; de reformulação e simplificação do acesso aos programas federais; e de fortalecimento da participação e controle sociais sobre as políticas públicas descentralizadas. Destaca-se, nesse processo, o apoio à formação de onze consórcios públicos intermunicipais em Territórios da Cidadania.

Durante a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, tradicional manifestação do movimento municipalista, realizada em maio de 2010, foram anunciadas medidas para aprofundar o processo de aperfeiçoamento do pacto federativo a partir do fortalecimento dos executivos municipais. No encontro, foi ainda comunicado o envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 589, de 2010, que estabelece a equalização do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), protegendo-o de oscilações negativas. E para esclarecer os Municípios a respeito dos principais programas federais com os quais têm parceria, foi elaborada e distribuída, também durante a marcha, a publicação “Brasil Forte, Cidades Melhores”, com o balanço dos ganhos e avanços dos Municípios ao longo dos últimos anos.





Com os Estados, estabeleceu-se o monitoramento das agendas regionais propostas a partir dos fóruns de governadores do Nordeste, da Amazônia Legal e do Centro-Oeste, e do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul). Com base nas sistemáticas reuniões realizadas em 2010, tais instâncias contribuíram para a promoção do diálogo e da concertação de uma agenda política regional entre os governadores. Merece destaque o acompanhamento dos compromissos Mais Nordeste pela Cidadania e Mais Amazônia Legal pela Cidadania, que obtiveram significativos avanços na proposta de redução dos índices de mortalidade infantil, analfabetismo e sub-registro civil de nascimento, e de ampliação da oferta de assistência técnica e extensão rural para o agricultor familiar.

No processo de seleção dos projetos a serem contemplados na segunda fase do PAC, foram realizadas reuniões locais e em Brasília com o objetivo de esclarecer os mecanismos de escolha. Com a medida, garantiu-se a apresentação de projetos em melhores condições técnicas do que em processos semelhantes realizados em anos anteriores, evidenciando-se que ações de apoio à gestão municipal têm impacto direto na qualidade das políticas públicas desenvolvidas em parceria com os entes federados.

Ainda no âmbito do PAC 2, no eixo de infraestrutura urbana e social, foi definida a extinção da exigência de contrapartidas financeiras de Estados e Municípios para os projetos, tendo em vista que as finanças desses entes subnacionais ainda se recuperam dos efeitos da crise econômica internacional, que chegou a seu ponto mais agudo em 2009. Tal medida facilitou o ingresso dos Municípios no Programa, sobretudo os de menor porte. Para os localizados em áreas rurais, contemplados com equipamentos para a construção e manutenção de estradas vicinais, foi ofertada a proporção de 50% dos recursos oriundos do Orçamento Geral da União. Até então, o financiamento era integralmente a cargo das municipalidades.

A integração do olhar federativo entre todos os órgãos do Executivo Federal foi mantida por meio do Sistema de Assessoramento Federativo (SASF) que, coordenado pela Secretaria de Relações Institucionais, integra os agentes públicos que possuem relação direta com os entes federados. Foram realizadas, em 2010, oito reuniões cujas pautas de maior destaque foram o PAC 2, a proposta de criação de uma Lei de Responsabilidade Social e o Plano Nacional de Banda Larga.

Do ponto de vista internacional, houve forte estímulo à cooperação interfederativa, manifestada por meio de diversas iniciativas, tais como: i) a consolidação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), como espaço de participação direta de governadores e prefeitos na estrutura institucional do Bloco; ii) a instituição da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira; iii) a construção da Agenda de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça, com metas e estratégias para as fronteiras brasileiras; iv) a criação do Fórum de Governança Local Índia, Brasil e África do Sul (IBAS); v) o acompanhamento de acordo entre as cidades brasileiras que sediarão a Copa do Mundo FIFA 2014 e as sul-africanas que receberam os jogos em 2010, a fim de promover cooperação técnica e intercâmbio de experiências; vi) o envolvimento de Municípios brasileiros no esforço de reconstrução do Haiti após o terremoto de janeiro de 2010; e vii) o estímulo às parcerias entre cidades e Estados brasileiros e regiões europeias (França, Itália e Espanha).

Com o objetivo de fortalecer as relações intergovernamentais e a cooperação entre os entes da Federação, será importante, em 2011, consolidar as instâncias permanentes de diálogo federativo criadas nos últimos anos, como os fóruns regionais de governadores no caso dos Estados, e o Comitê de Articulação Federativa, no âmbito dos Municípios. Também será fundamental apoiar o diálogo federativo promovido pelas comissões tripartites previstas nos diversos sistemas setoriais, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e instituir o Conselho de Gestão Fiscal, previsto no art. 67 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).





Em 2011, pretende-se dar continuidade à priorização da formulação, execução e monitoramento, realizados com a participação dos entes da Federação, dos principais programas federais, como o PAC e o Programa Territórios da Cidadania (PTC). Importante também será o apoio aos Municípios e Estados que sediarão a Copa do Mundo FIFA 2014 e ao consórcio público que se constituiu na Autoridade Pública Olímpica (APO).

Para fortalecer o pacto federativo cooperativo, estatuído na Constituição de 1988, será necessário, em 2011, buscar a regulamentação dos seguintes dispositivos: i) o art. 18, sobre a criação de Municípios; ii) o art. 23, que prevê normas de cooperação para exercício das competências comuns aos entes da Federação; iii) o art. 25, que dispõe sobre as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; iv) o art. 43, sobre as regiões de desenvolvimento; e v) a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, que trata da vinculação de recursos para a saúde.

Ainda nos assuntos federativos, projeta-se para o ano de 2011 a continuidade das ações da Agenda Nacional de Apoio à Gestão Municipal e o apoio às ações internacionais dos entes federados, por meio das seguintes iniciativas: o fortalecimento do FCCR e do Fórum de Governança Local do IBAS; a realização do IV Encontro da Cooperação Descentralizada Franco-Brasileira em Fortaleza (CE); e a institucionalização, por meio da criação de um marco jurídico, da política de cooperação internacional federativa no Brasil.





VII - ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE
NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO



VII – ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO

1. Eficiência na aplicação dos Recursos Públicos

O compromisso do Estado para equacionar o desafio imposto pelas demandas sociais crescentes e pela limitação de recursos disponíveis reflete a importância da qualidade do gasto público. Nesse sentido, foi criado o Programa de Eficiência do Gasto Público (PEG), que visa a melhorar a qualidade do gasto público, por intermédio da eliminação do desperdício e da melhoria contínua da gestão dos processos, com a finalidade de otimizar a prestação de bens e serviços aos cidadãos.

O programa já foi implementado em 53 organizações, sendo 35 institutos de ensino superior, 15 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação (SAA/MEC). Com a adoção dessas medidas, o Governo já economizou cerca de 8,6 milhões por meio da redução de desperdícios.

No sentido de alavancar os recursos para aumentar a capacidade de investir em obras e serviços de infraestrutura, o Governo tem nas Parcerias Público-Privadas (PPP) um dos meios de financiamento de projetos. Para tanto, foram celebrados, pela União, acordos de cooperação técnica com Estados e órgãos setoriais e entre o Estado da Paraíba e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Estado de Alagoas e o BNB, e com o Estado da Bahia.

O Consórcio Datacenter foi o primeiro projeto de PPP da esfera federal, formado pelo Banco do Brasil S.A. e pela Caixa Econômica Federal, assinado na modalidade de concessão administrativa. O Projeto de Irrigação Pontal, no Município de Petrolina (PE), deverá ter seu termo de contrato assinado na primeira quinzena de janeiro de 2011, e o Projeto Esplanada Sustentável, definido como prioritário para execução no regime de PPP, teve o extrato do procedimento de manifestação de interesse publicado para a apresentação de projetos pelos interessados.

Estão em fase de estudos, para posterior contratação, os projetos Rodoviário Transcerrados do Estado do Piauí, Plataforma Logística São Francisco/Juazeiro (BA) e Sistema Geoestacionário Brasileiro (SGB), na estruturação e modelagem para o setor espacial da Agência Espacial Brasileira.

A fim de compartilhar conhecimentos, lições aprendidas e melhores práticas para promover o acesso a serviços básicos e infraestrutura, foram realizados o Seminário Internacional PPP Américas 2010 – As Parcerias Público-Privadas no Brasil e na América Latina: Desafios e Perspectivas, com a participação de 180 representantes de 17 países, e um *workshop* em Londres. No setor de saúde, foi promovido o Seminário Internacional PPP Saúde 2010, com o objetivo de apresentar estudos de casos de parcerias dessa natureza em hospitais, no México, Portugal, Chile, Colômbia e Brasil.

Para 2011, as iniciativas relativas às PPP que terão destaque são: i) acompanhamento da contratação do Projeto Irrigação Pontal, no Município de Petrolina (PE); ii) finalização do edital e contrato para licitação como concessão administrativa do Projeto Rede de TV Pública Digital (RTVDB), pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC); e iii) conclusão da estruturação dos projetos Satélite Geoestacionário Brasileiro (SGB/AEB/MCT), Plataforma Logística do São Francisco (BA) e Rodovia Transcerrados (Estado do Piauí e BNB).

No que se refere à captação de recursos externos para o financiamento de projetos de investimento, foi dada continuidade à postura criteriosa com relação às novas aprovações de financiamentos, tendo em vista o redirecionamento federativo e setorial desses recursos.





Nesse contexto, a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) recomendou a preparação de 36 novas operações de financiamento externo, representando cerca de US\$ 1,3 bilhão de novos financiamentos, gerando projetos com custo total de aproximadamente US\$ 2 bilhões. Foram contratadas com Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFID) 51 operações de financiamento externo, equivalentes a cerca de US\$ 7,7 bilhões. Desse total, a exemplo dos últimos anos, a maior participação nos recursos coube aos Estados (66,7%, em 34 operações), seguida dos Municípios (19,6%, em dez operações) e da União (13,7% em sete operações).

O Brasil continuou com a política de fortalecimento das relações com os organismos financeiros internacionais. Nesse sentido, o Brasil participou da nona recomposição de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do sexto aumento de capital do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), da recapitalização da Corporação Andina de Fomento (CAF), da décima segunda recomposição de capital do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), da quinta recomposição do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e da negociação do acordo de cooperação Sul-Sul, com o Banco Africano de Desenvolvimento (FAD).

Como parte do esforço empreendido para a busca de maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, foram desenvolvidas, também, ações direcionadas à implementação de melhorias no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), no Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET), no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias (SICONV) e no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), com o desenvolvimento de diversas novas funcionalidades e migração de plataforma de alguns módulos operacionais, com uso de tecnologia mais eficiente e atualizada. No ano de 2010, houve economia de cerca de R\$ 4,2 bilhões para o Governo Federal com o uso do pregão eletrônico, valor esse estimado pela diferença entre os valores de referência e os valores efetivamente homologados.

Para 2011, estão previstas: i) a implantação do modelo de compras compartilhadas; ii) a ampliação do programa de contratações sustentáveis; iii) a implantação e a revisão do Sistema de Registro de Preços em normas e de funcionalidades do sistema; iv) a revisão da legislação e regulamentos da licitação de modalidade pregão; v) a implantação da nova metodologia de valor de referência; vi) a complementação dos sistemas para atender a todas as alterações de benefícios de micro e pequenas empresas e de processo produtivo básico nos termos do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010; vii) a instrumentalização da aplicação da Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, após a regulamentação; viii) a implantação do novo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF); e ix) a conclusão do novo Sistema de Gerenciamento de Dados de Catalogação (SGDC-P) e sua integração ao SIASG.

Em 2010, foi dado seguimento aos trabalhos de aplicação dos procedimentos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), visando à convergência da Contabilidade Pública às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Foram desenvolvidas rotinas, elaboradas orientações normativas e realizados cursos de capacitação para aplicação dos novos procedimentos ainda no exercício contábil de 2010.

Além disso, foram implementadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) as transações que automatizarão a produção dos Demonstrativos do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2001 (GFSM 2001), com o objetivo de promover maior transparência e conhecimento das finanças e das operações governamentais.

Também em 2010, foi disponibilizado para os usuários o Sistema de Custos para a Administração Pública Federal (SIC), com o intuito de fornecer instrumentos aos gestores públicos para a melhoria da qualidade e o aumento da eficiência do gasto público. O processo de capacitação desenvolvido para os usuários do SIC envolve órgãos da administração direta de todos os poderes, os quais são representados por Comitês de Servidores, que serão responsáveis pela validação das informações de cada órgão.





a) Arrecadação Tributária Federal

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) atingiu a cifra de R\$ 778,9 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2010. O desempenho da arrecadação, comparado com o mesmo período de 2009, apresentou variação real acumulada, atualizada pelo IPCA, de 10,4%. O resultado da arrecadação foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: i) crescimento de 14,43% no volume geral de vendas no período de dezembro de 2009 a novembro de 2010, em relação ao período de dezembro de 2008 a novembro de 2009; ii) compensações nos pagamentos da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), nos primeiros meses de 2009, mediante a utilização de créditos oriundos de pagamentos a maior; iii) aumento das alíquotas do IOF para 6% nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais; iv) crescimento de 11,71% na produção industrial no acumulado de dezembro de 2009 a novembro de 2010 em relação a dezembro de 2008 a novembro de 2009; e v) aumento nominal de 13,23% na massa salarial de dezembro de 2009 a novembro de 2010 em relação a igual período do ano anterior, conforme Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação às medidas de desoneração tributária estabelecidas no ano de 2010, convém destacar: i) dedução do imposto de renda devido referente às doações aos Fundos do Idoso; ii) redução da alíquota específica da Cide sobre gasolina; iii) redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre móveis; iv) prorrogação da desoneração de IPI sobre bens de capital, caminhões, veículos comerciais leves e materiais de construção; v) desoneração das subvenções governamentais direcionadas às atividades de pesquisa tecnológica; vi) desoneração das atividades de construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol no âmbito do Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol (Recom); vii) desconto do crédito presumido de PIS/Cofins para os produtores de carne e couro; viii) alíquota zero para o PIS/Cofins incidente sobre serviço de transporte de trens de alta velocidade; e ix) ampliação do limite máximo do valor do imóvel com possibilidade de aquisição através do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCV).

b) Resultado Fiscal

Durante o ano de 2010, a política fiscal do Governo Federal foi conduzida num cenário de retomada do crescimento econômico no ambiente pós-crise financeira internacional. Os indicadores de atividade econômica apontam para uma forte recuperação do crescimento do PIB em 2010, com variação esperada de 7,5%.

No que diz respeito à política fiscal, a Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO-2010), estabeleceu meta de superávit primário para o setor público consolidado de 3,3% do PIB. Em novembro de 2010, a Mensagem nº 647/2010, posteriormente convertida na Lei nº 12.377, de 30 de dezembro de 2010, alterou a meta de superávit primário de 2010 para 3,10% do PIB, sendo 2,15% para o Governo central e zero para as Estatais Federais não-financeiras.

Em relação à meta para as Estatais Federais, destaca-se a exclusão das empresas do Grupo Eletrobrás da apuração do resultado primário. Nesse contexto, propôs-se, adicionalmente, que as demais empresas estatais federais do setor produtivo mantivessem equilíbrio fiscal com resultado primário neutro para o conjunto das mesmas.

Até novembro de 2010, o resultado primário realizado do setor público consolidado foi de R\$ 90,8 bilhões. Tal resultado implicou a redução da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), como proporção do PIB, de 42,8%, em dezembro de 2009, para 40,1%, em novembro de 2010. Dessa forma, 2011 será um ano de consolidação fiscal, com aceleração de investimentos estratégicos e fortalecimento da poupança pública.





c) Administração da Dívida Pública

Conforme afirmado no Plano Anual de Financiamento 2010 (PAF), o gerenciamento da Dívida Pública Federal (DPF) tem como objetivo minimizar os custos de financiamento no longo prazo.

Até novembro de 2010, os indicadores encontram-se dentro das metas estabelecidas, com destaque para o incremento na participação de títulos prefixados na DPF, e sua contrapartida, a diminuição na proporção de dívida remunerada pela taxa de juros Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). A dívida remunerada por índices de preços manteve seu peso relativo na DPF praticamente estável, enquanto se observou a diminuição da participação da dívida com remuneração atrelada à variação da taxa de câmbio na DPF. No período de dezembro de 2009 a novembro de 2010, o estoque da DPF cresceu nominalmente 11,28%, principalmente pela combinação da apropriação de juros e da emissão líquida do ano. O prazo médio permaneceu praticamente estável durante o ano, e registrou 3,5 anos em novembro de 2010. Por sua vez, o percentual vencendo em 12 meses encontra-se em 23,53% em novembro, devendo aproximar-se do limite inferior estabelecido no PAF até o final de 2010.

Quanto às perspectivas para 2011, o alongamento do prazo médio da DPF e a redução de seus vencimentos no curto prazo, bem como a continuidade da substituição gradual dos títulos indexados à taxa Selic por outros prefixados e atrelados a índices de preços permanecem como diretrizes na estratégia de emissão da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi).

d) Fortalecimento do Investimento Público

A taxa de investimento do Governo Federal em proporção do Produto Interno Bruto (PIB) elevou-se consistentemente nos últimos anos, e atingiu 3,34% do PIB em novembro de 2010. Os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) alcançaram 0,55% do PIB no mesmo período. Simultaneamente, ocorreu a recuperação da capacidade de investimento das empresas estatais, que no acumulado até novembro de 2010 perfazia 2,14% do PIB. A estimativa para o ano de 2010 é de investimento da União no montante de R\$ 49,1 bilhões no País e das Estatais Federais de R\$ 73,1 bilhões, perfazendo R\$ 122,2 bilhões para o Governo Federal. Essa cifra é a maior desde o início do Plano Real, e o triplo da registrada no mesmo período de 2000. Considerando a parcela de investimentos realizados por Estados e Municípios com recursos próprios, a estimativa é de que, ao final de 2010, a taxa de investimento público esteja próxima a 5% do PIB, o melhor resultado desde 1994.

Tais números evidenciam que o investimento público brasileiro ascendeu a novo patamar, especialmente após o lançamento do PAC. O papel indutor do Estado imprimiu nova dinâmica aos investimentos no Brasil, em especial na área de infraestrutura. Nesse contexto, é fundamental o investimento da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), com um robusto plano de investimentos programado até 2014, em decorrência da exploração do Pré-Sal. Além disso, os bancos públicos, com destaque para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), continuam a apoiar, de forma indireta, os investimentos do País com seus financiamentos, contribuindo para que a retomada do crescimento ocorra com o alargamento da capacidade produtiva da economia para o futuro, permitindo, também, a construção da infraestrutura necessária para os grandes eventos esportivos previstos para ocorrer no País em 2014 e 2016.

Para os investimentos voltados ao setor energético, o Conselho Monetário Nacional (CMN) concedeu autorização para: i) a concessão de garantias por empresas estatais de energia elétrica a sociedades especificamente constituídas para realização de investimentos vinculados ao Programa de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, no âmbito do PAC; e ii) a liberação de R\$ 1,5 bilhão em crédito para investimentos vinculados ao PAC. Além disso, para atender à demanda decorrente da realização da Copa do Mundo FIFA 2014, ampliou-se em R\$ 350 milhões a oferta de crédito às empresas estaduais de energia de Estados que têm cidades-sede, garantindo condições financeiras para a realização dos investimentos necessários em geração, transmissão e distribuição de eletricidade.





As perspectivas futuras apontam para o reforço da gestão e dos investimentos do PAC, cuja coordenação passa para o Ministério do Planejamento a partir de 2011. O PAC conta com um novo conjunto de investimentos para o período 2011-2014, denominado PAC 2, com o intuito de manter a estratégia de indução do investimento público e privado, de manutenção da taxa de crescimento do PIB e de geração de emprego. Em que pese o sentido de continuidade do programa, mantendo a participação significativa dos investimentos no eixo energia, cabe destacar o aumento do investimento no eixo social e urbano. Foram anunciados R\$ 955 bilhões em investimentos até 2014, distribuídos nos seguintes eixos: Energia; Transporte; Água e Luz para Todos; Minha Casa, Minha Vida; Comunidade Cidadã e Cidade Melhor.

No que se refere ao fortalecimento da gestão administrativa e fiscal dos Municípios, merece destaque o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), o qual tem por objetivos: i) criar condições para que as administrações municipais possam alcançar maior autonomia no financiamento do gasto público, por intermédio de receitas próprias, e melhorar o desempenho de suas funções sociais, especialmente no atendimento ao cidadão e ao contribuinte; ii) estruturar minimamente a gestão administrativa e fiscal dos Municípios, sobretudo naqueles com extrema dependência de transferências de recursos, de modo a aprimorar a execução de políticas oriundas do Orçamento da União; iii) contribuir para reduzir as disparidades técnicas e operacionais existentes entre as várias administrações fiscais municipais e para que se estabeleçam as bases para a integração dos diferentes sistemas fiscais; e iv) favorecer a transparência da gestão pública e o controle social. A implementação da segunda fase do PNAFM, inicialmente prevista no montante de US\$ 450 milhões, foi aprovada pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) em março de 2009. A “carteira de pleitos” registra demandas de 30 Municípios e totaliza cerca de US\$ 290 milhões. A partir de 2011, será aplicado o PNAFM Territorial por meio de parceria entre o Ministério da Fazenda e o Programa Territórios da Cidadania

e) Apoio aos Estados e Municípios

Para auxiliar os entes federados, objetivando a manutenção dos programas de investimentos em curso e a aplicação de recursos em educação, o Governo Federal destinou aos Estados e ao Distrito Federal R\$ 1,6 bilhão, por intermédio da Lei nº 12.306, de 6 de agosto de 2010, a título de auxílio financeiro, dos quais R\$ 800 milhões foram distribuídos por critério do Fundo de Participação Estadual (FPE) e outros R\$ 800 milhões no âmbito do Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio. Outras medidas importantes de apoio foram: i) a abertura de linha de crédito de R\$ 4 bilhões para o financiamento de contrapartidas de obras do PAC e do PCMV; ii) a ampliação do prazo de contratação de operações de crédito previstas nos Programas de Ajuste Fiscal para 31 de dezembro de 2010 e as previstas do Programa Emergencial de Financiamento para 31 de junho de 2011; iii) a retirada do prazo limite para contratação de operações de crédito no âmbito do Programa de Modernização da Administração das Receitas da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais (PMAE); e iv) o apoio à reestruturação produtiva em cidades atingidas por fortes chuvas nos Municípios dos Estados de Alagoas e de Pernambuco, por meio de autorização para contratação de até R\$ 600 milhões em operações de crédito subvencionadas no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

f) Dívida Ativa da União

Em relação à Dívida Ativa da União (DAU), a arrecadação de 2010, acumulada até o mês de dezembro, apresentou o montante aproximado de R\$ 16,2 bilhões, sendo que cerca de R\$ 4,2 bilhões referentes aos créditos em parcelamentos especiais; R\$ 4,1 bilhão referente aos créditos não previdenciários, inclusive os que estão em parcelamentos ordinários; R\$ 581,9 milhões relativos à arrecadação de créditos previdenciários; e R\$ 10,8 bilhões oriundos de valores arrecadados em depósitos judiciais.





O estoque da DAU registra o montante aproximado de R\$ 880,6 bilhões, composto pelas inscrições de créditos não previdenciários no montante aproximado de R\$ 692,5 bilhões e por inscrições de créditos previdenciários equivalentes a cerca de R\$ 188,1 bilhões.

g) Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF)

O Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) tem por objetivo mobilizar e formar a consciência fiscal e social, propiciando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controles social e fiscal do Estado. Em 2010, na modalidade de educação à distância, foram treinados 1.200 auditores, capacitados 11 mil disseminadores de educação fiscal nos Estados e 500 lideranças em educação fiscal no Programa de Formação de Dirigentes Fazendários (PDFAZ). No âmbito do Programa de Educação Financeira nas Escolas, foi iniciado, em agosto de 2010, o projeto piloto que abrange 900 escolas públicas do ensino médio do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, São Paulo e Tocantins, com o objetivo de ensinar os alunos a planejar o futuro e a tomar decisões de consumo, poupança e investimento. O projeto Cidadania Fiscal, em 2010, capacitou 300 alunos de escolas públicas do Distrito Federal nos temas educação fiscal, cidadania, meio ambiente e estrutura do Parlamento. Deu-se ainda continuidade ao Prêmio ESAF de Monografias em Educação Fiscal, com premiação dos trabalhos vencedores de R\$ 44,5 mil.

2. Informatização de Serviços – Investimento em TI

A Política de Tecnologia da Informação e Comunicação da Administração Pública Federal foi prioridade do Governo, com o foco de promover a cidadania digital, por meio de ações de inclusão digital e da oferta de serviços eletrônicos, possibilitando o atendimento rápido e conclusivo aos diversos públicos. Com o objetivo de aumentar a transparência da ação governamental e a participação do cidadão nas políticas públicas, foram definidas diretrizes para padronização dos portais de disseminação de dados e informações à sociedade, alinhadas com as experiências internacionais de dados abertos, com a incorporação de padrões abertos e a possibilidade de reutilização dos dados em aplicativos desenvolvidos pela sociedade.

O Portal de Serviços e Informações de Governo – Rede Governo permanece como principal fonte oficial de informações sobre o Programa Governo Eletrônico e sobre o Sistema de Recursos de Administração em Informática (SISP). Visando a aglutinar iniciativas de participação popular, tais como audiências públicas, fóruns, ouvidoria, fale conosco e outros, foi disponibilizado portal na Internet (<https://www.consultas.governoeletronico.gov.br/ConsultasPublicas/index.do>) destinado à realização de consultas públicas.

O Rede Governo continua em operação desde 2000 e vem recebendo apenas as atualizações de informações, pois será substituído em breve pelo Guia de Serviços Públicos. Ressalte-se que a parte qualitativa da Pesquisa Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC e-Gov 2010) apontou uma boa percepção dos usuários em relação a esse ambiente.

Dando continuidade ao projeto de compilação de um conjunto de documentos, visando a qualificar as estruturas e os conteúdos dos portais, sítios e serviços da Administração Pública Federal, foram disponibilizadas à sociedade mais duas cartilhas dos Padrões Brasil e-Gov e estão em elaboração a Cartilha de Desenho e Arquitetura da Informação e os Arquivos Bases de Apoio.

O Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-Mag) foi revisado e colocado em consulta pública sob a versão 3.0, adequando-se ao *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG 2.0), do consórcio internacional de padrões para internet W3C.

O censo da *Web* varreu os domínios registrados sobre o <.gov.br> e aportou subsídios para formulação de políticas públicas, com destaque para as questões de acessibilidade, interoperabilidade, tipo de servidores utilizados nas organizações, tecnologias mais utilizadas no desenvolvimento de portais e sítios públicos, entre outras.





Em 2010, manteve-se a prática de avaliação qualitativa de portais, sítios e serviços, com destaque à avaliação qualitativa do Portal Brasil, dos portais dos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, da Secretaria de Direitos Humanos, da Fundação Nacional do Índio, do Conselho Nacional de Arquivos e Arquivo Nacional, entre outras.

O redesenho do Portal do Software Livre do Governo Federal (www.softwarelivre.gov.br) possibilitou a adoção de tecnologias *web* mais modernas, tornando-o referência para acompanhamento, controle e difusão do software livre na sociedade, e ampliou o número de soluções disponíveis de 34 para 42 e mais de 90 mil cadastros válidos, o que tem contribuído para racionalizar a contratação de software pela administração pública.

O uso e o desenvolvimento prático do software livre tiveram como destaque a automação bancária do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal; os processos de migração de correio eletrônico no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), na Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), nas Forças Armadas e na Itaipu Binacional, entre outras; e o uso de ferramentas disponibilizadas no Portal do Software Público, com destaque para o Sistema de Inventário (CACIC), o Sistema de Gestão de Contratos (OASIS) e o Sistema de Gestão de Demandas (SGD).

No que se refere à Arquitetura de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING), aprofundou-se a estratégia de sua disseminação entre os órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), por meio da realização de palestras, da promoção de Curso de Interoperabilidade e da publicação de um livro com casos de sucesso de implantação de soluções tecnológicas baseadas na e-PING.

Ampliou-se, também, a participação dos Governos estaduais na sua construção, por intermédio de um grupo de trabalho denominado GT ABEP (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação). O desenvolvimento de serviços públicos alinhados com os preceitos do Decreto n.º 6.932, de 11 de agosto de 2009, que dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, levou ao início do desenvolvimento de projeto piloto, com conjunto de serviços de grande impacto para o cidadão, em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A Rede de Comunicação do Governo Federal (INFOVIA) ganhou novos contornos e desafios com o lançamento e implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e a reformulação da Telebras, que será responsável pela implantação e gestão da rede. Nesse contexto, o avanço da rede vem agregando novo gerador de economia dos gastos públicos com serviços de telecomunicações no Governo Federal, da ordem de R\$ 16 milhões anuais.

Em 2010, mais 16 órgãos foram agregados à INFOVIA Brasília e ingressaram no Serviço de Voz da INFOVIA mais três órgãos, totalizando 38 que realizam ligações entre si sem custos. Outro resultado benéfico da discussão sobre a implantação da INFOVIA Brasil foi o fato de as grandes empresas do setor de telecomunicações começarem a ofertar, no mercado atacado de Internet, serviços com preços e qualidades melhores para outros pequenos provedores de serviço de Internet, que atuam fora dos grandes centros urbanos. Em 2011, buscar-se-á expandir o número de acessos da rede INFOVIA Brasília para mais 15 órgãos.

3. Transparência na Administração e Controle Social

Em 2010, foi encaminhado ao Congresso Nacional documento denominado Orçamento ao Alcance de Todos, juntamente com a proposta orçamentária para 2011. Essa publicação, com linguagem mais acessível ao cidadão, tem por objetivo propiciar maior compreensão sobre os dados orçamentários a todos os setores da sociedade que têm interesse em saber onde o Governo Federal





aplica os recursos arrecadados. Para 2011, pretende-se dar continuidade à produção e distribuição da revista Orçamento ao Alcance de Todos, que alcançou, em 2010, a marca de 1,2 mil exemplares distribuídos.

No sentido de estimular o exercício da cidadania, a interação com Estados, Municípios e sociedade civil, mantendo a transparência das informações, foi desenvolvida a Escola Virtual da Secretaria do Orçamento Federal (SOF), que vai ajudar a capacitar profissionais responsáveis pela gestão orçamentária, bem como representantes da sociedade. Pela Internet, a escola atua em todo o País por meio de cursos à distância sobre orçamento público. A Escola Virtual pretende, também, contribuir para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e dos processos orçamentários nas esferas federal, estadual e municipal.

Na busca de maior eficiência, agilidade e, especialmente, maior transparência ao processo de liberação de recursos para Estados, Municípios e organizações não governamentais (ONGs), o Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV), disponível no Portal de Convênios (www.convenios.gov.br), encontra-se operando e vem sendo plenamente utilizado por seu público-alvo.

Instituído pelo Governo brasileiro em 2004, o Portal da Transparência, considerado um dos principais instrumentos de promoção do acesso à informação e da transparência pública, continuou, em 2010, em processo de aprimoramento sistemático. Pesquisa feita pelo *International Budget Partnership* (IBP), em 2010, classificou o Brasil em 9º lugar em um *ranking* de 94 países que tiveram o seu grau de transparência do orçamento público analisado pelo IBP. Ainda em 2010, o Portal foi considerado o melhor site de transparência pela ONG Contas Abertas, que criou um Índice de Transparência (IT) para comparar sites dos governos federal, estaduais e municipais. Pelo Portal da Transparência qualquer cidadão pode consultar dados referentes à execução financeira do Governo Federal.

Em 2010, o portal recebeu quase 3 milhões de visitas e revelou recursos no montante de R\$ 7,7 trilhões, com informações atualizadas diariamente, em linguagem simples e compreensível a qualquer cidadão, permitindo completa visibilidade das despesas realizadas pelo Governo Federal. Além disso, registrou mais de 33,6 mil cidadãos cadastrados para receberem informações sobre repasses decorrentes de convênios federais. Entre as inovações processadas em 2010, destacam-se: i) seções específicas que permitem ao cidadão acompanhar os investimentos do Governo Federal feitos para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016; ii) inclusão da consulta Informações Diárias, com a divulgação de dados relativos à execução da despesa orçamentária; iii) inclusão da consulta por programas; iv) disponibilização de fácil acesso aos *downloads* dos dados do Portal; e v) disponibilização de dados do Portal em gráficos.

Outro importante instrumento de promoção da transparência pública são as Páginas de Transparência, que, em 2010, totalizaram 442. Por meio dessas páginas, os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal disponibilizam dados sobre a execução orçamentária e financeira, licitações, contratos, convênios, diárias e passagens em seus sítios na Internet.

Salienta-se, ainda, o Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), que consolida a relação das empresas que sofreram sanções pelos órgãos e entidades da administração pública das diversas esferas federativas. O quantitativo de penalidades divulgadas passou de 1.063 no final de 2008 para 3.757 em dezembro de 2010. Em 2010, o CEIS passou a apresentar informações com as penalidades de impedimento de contratar e licitar com a administração pública, aplicadas a pessoas físicas condenadas em ação judicial de improbidade administrativa. Em dezembro de 2010, esses registros representaram 1.468 penalidades, o equivalente a 39% do Cadastro.

Para 2011, pretende-se continuar o aprimoramento do Portal da Transparência mediante a implantação de novas consultas, melhoria do banco de dados, interfaces e disponibilização de ferramentas para cruzamento de dados e o *download* dos dados brutos.





O Governo Federal prosseguiu, em 2010, estimulando o controle social da gestão pública, mediante o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público. O programa, realizado por meio de capacitações presenciais, educação à distância e distribuição de cartilhas e materiais didáticos, já beneficiou, de 2004 a 2010, mais de 1.639 Municípios e capacitou mais de 37 mil cidadãos. Adicionalmente, em 2010 o Brasil intensificou ações para promoção da ética e da consciência cidadã junto ao público infante-juvenil, com destaque para: i) Portalzinho da Criança Cidadã, com média de cinco mil acessos/mês; ii) Concursos de Desenho e Redação, conduzidos desde 2007; iii) Concursos Culturais do Olho Vivo nos Estados; iv) Dia da Criança Cidadã, realizado anualmente, desde 2008, em Brasília e em alguns outros Estados; e v) Projeto em parceria com o Instituto Cultural Mauricio de Sousa, denominado “Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania”, iniciado em 2009. Tais ações envolveram, ao término de 2010, mais de 990 mil alunos e 31 mil professores.

Em outubro de 2011 deverá ser realizada a Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social, com o objetivo de debater, com os diversos segmentos da sociedade, a participação ativa da sociedade nas atividades de planejamento, gestão e controle das políticas públicas em todas as esferas governamentais.

Ainda em 2010, o Governo Federal estabeleceu projeto de parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) objetivando realizar estudos e desenvolver mecanismos institucionais e organizacionais que permitam à administração pública brasileira promover, proteger e assegurar o acesso a informações públicas como um direito fundamental do indivíduo. Em abril de 2010, a Câmara dos Deputados aprovou e encaminhou ao Senado Federal o Projeto de Lei nº 5.228, de 2009, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição, e dá outras providências. Espera-se, em 2011, a aprovação desse projeto pelo Poder Legislativo.

4. Produção e Disseminação de Informações

A produção e a política de disseminação de informações estatísticas e geocientíficas tem permitido maior conhecimento do País e o exercício da cidadania. Essas informações subsidiam o Governo no planejamento e execução de ações estratégicas para a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, com redução das desigualdades social e regional, e são úteis ainda para a identificação dos avanços alcançados nos indicadores sociais e econômicos.

Em 2010, a realização do Censo Demográfico demandou instalação de 6.823 postos de coleta, cobrindo todos os Municípios, contratação de pessoal temporário, treinamentos para a qualificação de toda equipe, coleta de dados nos 314.018 setores censitários e divulgação dos primeiros resultados de população. Esses resultados, 190.732.694 habitantes em 56.541.472 domicílios particulares ocupados, foram aplicados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com vistas ao estabelecimento das cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

No âmbito das geociências, merecem destaque: o lançamento da nova edição da publicação Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2010 (IDS 2010), que reúne um conjunto de informações sobre a realidade brasileira, em suas dimensões ambiental, social, econômica e institucional; a segunda edição do Manual Técnico de Geomorfologia, utilizado como referência para mapear o relevo brasileiro; e o Relatório Técnico de Cobertura e Uso da Terra do Estado do Rio Grande do Sul e o Mapa de Cobertura e Uso da Terra do Estado do Rio Grande do Sul, resultado do projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra, que tem como objetivos gerais o recobrimento do País em termos da classificação dos tipos de uso, a análise dos impactos e a definição dos indicadores da qualidade ambiental.

Em 2010, foi disponibilizada a nova versão do Modelo de Ondulação Geoidal (MPGEO2010) e foram inauguradas novas estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo GNSS (sistema de localização composto atualmente pelo americano Sistema de





Posicionamento Global, popularmente conhecido por sua sigla GPS, e pelo russo GLONASS). Além disso, foram disponibilizadas 2.100 novas imagens de satélite da Amazônia Legal e da Região Nordeste, correspondendo a 74% do território nacional.

Merece destaque iniciativa do Governo que visa a catalogar, integrar e harmonizar dados geoespaciais produzidos ou mantidos por instituições governamentais, de maneira que possam ser facilmente localizados, explorados em suas características e acessados para os mais diversos usos, por qualquer cliente com acesso à Internet. Nessa direção, em 2010, registra-se a assinatura da Ata de Lançamento da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), que marcou a inauguração do Portal SIGBrasil. O Portal já disponibiliza dados da Base Cartográfica Contínua (BCIM), dados de Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em 2011 será dado prosseguimento aos trabalhos de apuração e divulgação do Censo Demográfico 2010, divulgação dos dados de Universo e da Amostra, da Malha Digital, de Mapas Estatísticos, do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos, do Atlas do Censo Demográfico e da Metodologia do Censo Demográfico 2010, lançamento de nova versão do Portal da INDE, com inclusão de dados de instituições públicas; homologação e lançamento da nova versão da Especificação de Dados Geoespaciais Vetoriais (EDGV); processos de produção de dados e metadados geoespaciais, gerenciamento e operacionalização do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG) e SIG Brasil, e inserção da temática da INDE na área educacional de ensino e pesquisa.

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre desenvolvimento no País e envolver o leque mais amplo possível de setores sociais, o Governo, por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vem promovendo uma série de cursos, com diferentes perfis e níveis de profundidade. Destaca-se, em 2010, a realização da 1ª Conferência do Desenvolvimento (Code/Ipea), com o objetivo de criar um espaço nacional de debates no momento em que o País volta a discutir planejamento e estratégias de desenvolvimento.

Foram produzidos indicadores que anteciparam o comportamento do setor produtivo. Entre eles, cabe destacar o Sensor Econômico – com o objetivo captar as expectativas empresariais acerca do comportamento da economia brasileira; o Indicador de Produção Industrial – que antecipa a produção industrial do mês analisado; o Índice de Qualidade do Desenvolvimento (IQD) – que procura captar a qualidade do desenvolvimento econômico e social, a sustentabilidade do crescimento, a evolução do nível de bem-estar e o tipo de inserção externa que o Brasil vivencia em relação ao resto do mundo; e o Índice de Expectativas das Famílias (IEF) – que aborda os temas situação econômica nacional, condição financeira passada e futura, decisões de consumo, endividamento e condições de quitação de dívidas e contas atrasadas, e mercado de trabalho, especialmente nos quesitos segurança na ocupação e sentimento futuro de melhoria profissional.

Foram atendidos quase 400 bolsistas, nos sub-programas Pró-Redes – integração de redes de pesquisa em áreas temáticas com ênfase na aplicação de resultados focados na sustentabilidade do desenvolvimento social e econômico brasileiro – e Cátedras – chamada pública para incentivar o ensino e o debate junto aos estudantes de universidades e a divulgação de ideias, informações e trabalhos relevantes para a discussão sobre o desenvolvimento nacional.

5. Valorização dos Servidores

A democratização das relações de trabalho, a profissionalização do serviço público e a valorização do funcionalismo pautaram a gestão de recursos humanos no âmbito da Administração Pública Federal.

No que tange à democratização das relações de trabalho, a Convenção nº 51 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi ratificada, pelo Congresso Nacional, como resultado do Grupo de Trabalho que reuniu as principais entidades sindicais de servidores federais, estaduais e municipais para discussão da regulamentação da negociação coletiva, do direito de greve e da liberdade





sindical no setor público. A Convenção foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, garantindo o direito à negociação aos trabalhadores do setor público.

No sentido de desenvolver competências de servidores públicos, foi implementada sistemática de avaliação do desempenho, regulamentada pelo Decreto nº 7.133, de 19 março de 2010, introduzindo instrumentos de democratização das relações de trabalho, tais como pactuação de metas por equipe de trabalho; autoavaliação combinada com a avaliação dos servidores pelos membros da sua equipe de trabalho; participação de representantes dos servidores na Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho; e criação de um Comitê Gestor da Política de Avaliação de Desempenho, com representação da Administração Pública, das entidades sindicais e da sociedade organizada.

Essa nova sistemática de avaliação de desempenho contribui para a profissionalização dos serviços públicos, na medida em que pressupõe a articulação de metas de desempenho dos servidores com as metas institucionais do órgão. Em 2011 pretende-se implementar e acompanhar a sistemática de avaliação de desempenho em todos os órgãos e entidades federais, bem como capacitar os servidores dos órgãos que já implantaram o processo em 2010.

Outro instrumento que contribuiu para a valorização dos servidores foi a organização das unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), responsáveis por desenvolver ações de perícia, vigilância dos ambientes de trabalho, promoção à saúde, registro dos acidentes de trabalho,nexo das doenças profissionais e apoio assistencial para os casos de agravos instalados. Foram inauguradas 22 unidades do SIASS, em diversos órgãos, contando com equipes multiprofissionais que desenvolvem ações integradas. Foi também implantado o Sistema de Administração de Pessoal – Saúde (SIAPE SAÚDE) em 52 órgãos, com 19,5 mil perícias em saúde realizadas.

Além disso, o benefício da assistência médico-odontológica foi universalizado para todos os servidores federais e transformado em despesa orçamentária obrigatória, sendo recuperado o seu valor *per capita* e tornado-o isonômico entre todos os entes do Poder Executivo.

Para 2011, as metas são: i) estabelecer uma rede nacional de unidades de atenção à saúde do servidor, abrangendo todas as cidades com servidores públicos federais; ii) consolidar a política de promoção à saúde; iii) construir um sistema nacional de vigilância em saúde e segurança do serviço público federal; e iv) estimular a criação de uma rede de operadoras de auto-gestão de saúde suplementar.

No contexto da profissionalização dos servidores públicos, foram realizados cursos de formação inicial para 102 Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), 198 Analistas de Infraestrutura, 489 Analistas de Tecnologia da Informação e capacitados 863 servidores nas áreas de gestão, planejamento, orçamento e finanças. Em 2011, pretende-se capacitar 12.600 servidores em atividades presenciais, além de formar e aperfeiçoar cerca de 1.250 servidores nas áreas de gestão, planejamento, orçamento e finanças.

Foi desenvolvido, em articulação com as escolas de governo, o Sistema Mapa da Oferta de Capacitação da Rede de Escolas de Governo, que conta com 136 dirigentes públicos e cerca de quatro mil cursos já cadastrados, permitindo conhecer a oferta de capacitação de servidores públicos em nível nacional.

Visando ao fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, foram realizadas 19.760 capacitações em cursos à distância e formados 90 Facilitadores de Aprendizagem de instituições parceiras, a fim de consolidar as redes sociais que permitem aprendizagem em conjunto. Foram ofertados cursos para cerca de 220 servidores públicos na área de avaliação econômica de projetos sociais e em pós-graduação *lato sensu* em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social.





Pretende-se, para o próximo ano, capacitar 20 mil servidores em atividades à distância, bem como continuar com atividades de capacitação nos setores de seguridade social, tecnologia da informação e tecnologia em gestão pública e aperfeiçoamento da gestão do Plano Plurianual.

6. Gestão

a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão

O Governo tem buscado aproximar a gestão do Plano Plurianual (PPA) da realidade de implementação das políticas públicas e alterar o padrão de relacionamento com os órgãos, enfatizando as dimensões estratégica e tática do Plano. É central nesse processo tanto a atribuição de responsabilidades aos órgãos setoriais, para o acompanhamento e avaliação de suas programações, quanto a recente proposta de organização temática do planejamento. Organizar o planejamento sob tal prisma é condição para o acúmulo de conhecimento sobre as políticas e irá contribuir para a elaboração do PPA 2012 – 2015.

Na perspectiva da dimensão tática do PPA, o trabalho de destaque em 2010 foi o estudo sobre os principais entraves à execução de obras públicas, em especial as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para tanto, foram identificados com representantes de órgãos e entidades executores os principais entraves à implementação das obras, principalmente nos setores de saneamento, habitação e rodovias. O estudo apontou, entre outras, as seguintes linhas de ação: i) reelaboração da disciplina para a contratação de obras públicas, que culminou no art. 127 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2011, relativa ao custo global de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União; ii) realização de concurso para Analistas de Infraestrutura; e iii) elaboração de anteprojeto de lei para criação de empresa de estudos prévios para a contratação de projetos de obras públicas.

Para o atendimento a projetos prioritários do Governo, notadamente no PAC 1 e 2, foram alocados 300 Analistas de Infraestrutura, conforme as competências requeridas nos diversos órgãos.

Ressalta-se, também, a coordenação do trabalho de classificação dos Municípios conforme porte populacional, para efeito de elaboração de carteiras em infraestrutura urbana e social do PAC 2. Tais grupos refletem concentrações de déficits e passivos urbanos e sociais, distribuindo-se a carteira de acordo com esses indicadores. Foram elaborados critérios específicos para a seleção dos equipamentos sociais, de modo que a distribuição dos equipamentos pelo território refletisse a concentração de déficits setoriais.

As Praças do PAC, de acordo com o estabelecido na Portaria Interministerial nº 401, de 9 de setembro de 2010, são espaços que integram atividades de esporte, lazer, cultura, saúde e assistência social. Em 2010 foi elaborado manual para instrução do processo seletivo, formulação preliminar, avaliação e indicação das propostas a serem contempladas. O manual está disponível no seguinte endereço: http://www.pracasdopac.gov.br/Arquivos/manual_pracas.pdf.

Quanto à atividade de monitoramento do PAC, foram elaborados relatórios mensais contendo o histórico e projeção de pagamentos e da inscrição em restos a pagar (período 2007-2010), de todos os setores do programa integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, de forma a auxiliar a atuação do corpo técnico e subsidiar os gestores do PAC no processo de tomada de decisão. Destaca-se, também, o envio ao Congresso Nacional do Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011, ano base 2009, documento redigido anualmente, que apresenta o comportamento das variáveis macroeconômicas e a apuração dos indicadores dos programas.

Foi realizado o 1º Seminário Conseplan de Planejamento Governamental, em parceria com o Conselho de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan), evento que promoveu um diálogo entre o Governo Federal e os outros entes da Federação para construir um planejamento alinhado e efetivo, sob a nova forma de abordagem temática, com vistas ao desenvolvimento nacional.





A revitalização da função planejamento a partir do olhar sobre as políticas públicas foi materializada, entre outros, pela elaboração de 50 Documentos de Referência Temática, produtos que tiveram como foco a análise das políticas públicas a partir de sua agregação em temas que organizam a atuação governamental em assuntos de relevante interesse para a sociedade.

Em 2011 será elaborado o PPA para o período 2012-2015, sendo que os conceitos relacionados ao método de elaboração do PPA, assim como seu monitoramento e avaliação, serão revistos com o objetivo de fortalecer seu conteúdo estratégico, alinhado às decisões para a formulação de políticas públicas, e seu direcionamento tático, para a criação das condições necessárias para a implementação eficaz da ação de Governo.

Em relação à área de gestão, as ações de organização e a modernização do Estado tiveram dois eixos: i) o de “estudos”, relativo à formulação de diretrizes e geração de conhecimento em gestão pública, concebido para otimizar a gestão nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal em outras esferas de governo; e ii) o de “aplicações”, relacionado ao fomento à melhoria da gestão, destinado ao atendimento direto de demandas de órgãos e entidades públicas, para melhoria de sua capacidade institucional e da gestão orientada para resultados e para o cidadão, por meio de apoio técnico e financeiro.

No eixo de estudos, os resultados mais relevantes foram as análises das estruturas organizacionais da Administração Pública Federal (APF), a formulação de propostas de políticas e diretrizes para a reorganização dos formatos jurídico-institucionais e para a implementação de processo de contratualização de desempenho institucional da APF. Além disso, foi elaborado o estudo taxonômico das formas jurídicas de atuação da administração pública e dos formatos de cooperação entre o Estado e entidades civis sem fins lucrativos, disponível no site <http://www.gespublica.gov.br>, do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública).

Destacaram-se, também, o compartilhamento de experiências e boas práticas de gestão pública com o Governo espanhol e o fortalecimento do diálogo setorial entre o Brasil e a União Europeia em desenvolvimento regional e em desenvolvimento sustentável.

O segundo eixo de atuação, baseado no fomento à melhoria da gestão, disponibilizou ferramentas e apoio para avaliações continuadas da qualidade do sistema de gestão das organizações públicas, por intermédio do Gespública. Organizações que comprovaram alta qualidade em gestão receberam o Prêmio Nacional da Gestão Pública (PQGF). Em 2010, 34 organizações participaram do Prêmio. Duas delas receberam o troféu: o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e o Instituto Estadual de Hematologia (Hemorio). A premiação incluiu homenagem às 23 instituições públicas que implantaram Cartas de Serviços em suas áreas de atendimento ao cidadão.

Outros avanços nesse eixo foram a ampliação da Rede Nacional de Gestão Pública (RNGP), um espaço de discussão e colaboração para a troca de experiências, disseminação de conhecimentos e desenvolvimento de propostas para a gestão pública, que mobiliza milhares de participantes, com seminários internacionais visando ao aprimoramento e intercâmbio do modelo de excelência em gestão pública; a implantação do Portal do Projeto Brasil Municípios na Internet (www.projetoBrasilmunicipios.gov.br), como espaço de articulação e compartilhamento de experiências entre os Municípios; e a edição dos seguintes Decretos: nº 7.232, de 19 de julho de 2010, e nsº 7.311 e 7.312, de 22 de setembro de 2010, para dotar as universidades federais e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, vinculados ao MEC, de autonomia para realização de concurso público e provimento de cargos.

Para recomposição da força de trabalho, foram autorizadas 17.683 vagas para concursos públicos, permitindo a abertura de novas Universidades e de unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets), do Ministério da Educação (MEC), e a expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).





Foi concluída a primeira etapa do projeto de compartilhamento de base de dados cadastrais de recursos humanos, com o cruzamento da base de dados do cadastro do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e dos cadastros de recursos humanos dos Estados e dos servidores civis do Poder Executivo da União, resultado de acordo entre os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Previdência Social e o Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Administração (CONSAD). O acordo já conta com a adesão de 13 Estados.

Outro avanço relevante foi o aprimoramento do Sistema de Organização e Inovação do Governo Federal (SIORG), disponibilizando novas funções e publicação das Sínteses Organizacionais dos Órgãos e Entidades da Administração Pública, no sítio SIORG-Cidadão, com informações globais sobre as principais características da estrutura organizacional e recursos alocados.

Para concluir os projetos de fortalecimento das estruturas organizacionais e a elaboração das Normas de Auditoria Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro, foram prorrogados até para 2013 os contratos do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE) e do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX). Entre as realizações mais importantes do PROMOEX, destaca-se o aumento da transparência, com o Portal Nacional dos Tribunais de Contas (www.controlepublico.org.br). Também houve avanços na implementação do banco de dados único de gestão fiscal, previsto no art. 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com vistas à consolidação nacional das contas dos entes da Federação.

a.1) Planejamento de Longo Prazo

O Planejamento de longo prazo exerce papel indutor dos investimentos privados, internos e externos, e é essencial para alocação estratégica de recursos e definição de metas que permitam balizar a trajetória do Brasil rumo ao estágio de economia desenvolvida.

Para 2011, pretende-se desenvolver as seguintes iniciativas: fomentar a cooperação entre instituições de excelência na formação de recursos humanos qualificados e na produção científica em áreas estratégicas para a segurança, o desenvolvimento e a defesa nacional, particularmente a nuclear, a cibernética e a espacial; fortalecer as Redes de Prospecção, Planejamento e Gestão Estratégica orientadas ao desenvolvimento de estudos prospectivos relativos a setores e temas relevantes para as políticas públicas governamentais; propor medidas institucionais e de investimentos que garantam acesso e cobertura social de qualidade às políticas públicas; realizar estudos destinados ao desenvolvimento de uma metodologia para seleção e hierarquização de projetos de infraestrutura econômica e social, que deverão compor uma carteira de investimentos de longo prazo, e propor um arranjo institucional, de caráter federativo, capaz de organizar processos para apresentação, análise e aprovação de projetos.

Também para 2011 será continuado, em parceria com o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG na sigla em inglês) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Ipea, o programa de estudos comparados de políticas públicas em curso ou já implementadas em outros países. Será realizado também o acompanhamento dos impactos socioeconômicos e ambientais da apropriação de renda do petróleo e gás natural, na região do Pré-Sal. Com vistas ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para inovações de produtos e processos, pretende-se elaborar proposta de regulamentação do art. 5º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e anteprojeto de lei que altera as regras de criação de Ação Preferencial de Classe Especial (*Golden Share*) na composição acionária, objetivando formação de empresas privadas para o desenvolvimento e comercialização de tecnologias de interesse do Estado em áreas estratégicas, assegurado o controle do interesse público no empreendimento.

A atualização do Plano Brasil 2022, o aprofundamento da articulação com governos Estaduais e Municipais, referenciando as ações





de planejamento ao território, e o desenvolvimento, em parceria com outras instâncias de Governo, do Plano Amazônia 2022, do Plano Nordeste 2022 e do Plano Centro-Oeste 2022, estão previstas como atividades para 2011.

b) Gestão do Patrimônio da União

O Governo continuou a preceituar que os bens patrimoniais da União devem apoiar as políticas públicas, com destaque para aquelas de inclusão social, de fortalecimento do papel do Estado na indução do desenvolvimento econômico nacional e da preservação ambiental. Nesse contexto, foi definida a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União (PNGPU), que preconiza que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para o País.

O ano de 2010 foi considerado importante para a consolidação da política de destinação de imóveis da União para regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social, destacando-se as transferências de 14 núcleos urbanos aos Municípios da Amazônia; de área urbana de 465 hectares ao Município de Porto Velho (RO), beneficiando cinco mil famílias de baixa renda; de sede urbana ao Município de Belterra (PA), beneficiando três mil famílias de baixa renda, que vivem em área de 1,7 mil hectares; além da transferência de bairros urbanos ao Município de Boa Vista (RR).

Foram tituladas 6.911 famílias em Municípios dos Estados do Pará, Tocantins, Ceará, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Piauí e Mato Grosso. Foram destinadas áreas para regularização fundiária, que beneficiaram cerca de 33 mil famílias de baixa renda, e realizadas seis transferências de áreas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em apoio à reforma agrária, sendo beneficiadas 102 famílias, em Municípios dos Estados do Paraná, do Pará e de Goiás.

Em apoio ao combate das desigualdades regionais, foram regularizadas áreas de reservas extrativistas federais, beneficiando mais de 36 mil famílias que fazem o manejo sustentável de aproximadamente 430 mil hectares de áreas da União, em ambientes costeiros e marinhos.

No campo das destinações de imóveis incorporados, foram realizadas 37 cessões provisórias de imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), em especial para apoiar políticas de cultura, transporte, habitação, urbanismo e funcionamento de órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Para o projeto de revitalização de portos, que visa à melhoria da infraestrutura urbana, foram destinadas duas áreas da RFFSA, Praia Formosa e Pátio da Marítima, na região portuária do Rio de Janeiro.

Foram intensificadas as ações de destinação de áreas da União em apoio à provisão habitacional, com ênfase no novo Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida, e realizada oferta de imóveis com vocação para Habitação de Interesse Social (HIS).

Em apoio à política para o meio ambiente, foram entregues 18 áreas destinadas a unidades de conservação nos Estados da Bahia, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Ceará. Está prevista, para 2011, a entrega de outras unidades nos Estados de Pernambuco, Ceará e Bahia.

Para 2011, pretende-se fortalecer a regularização da ocupação de áreas de domínio da União, por meio da construção de parcerias institucionais e da participação popular, priorizando os assentamentos informais consolidados e provisão habitacional. Serão desenvolvidas ações de modernização dos processos de caracterização das áreas da União, por meio do desenvolvimento de novas metodologias, tais como o georreferenciamento e vetorização das bases cadastrais dos imóveis federais, prospecção de novos modelos de negócios e padrões de gestão dos imóveis da União e desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de informação sobre os imóveis da União.





No âmbito da Gestão Integrada da Orla Marítima, avançou-se na elaboração dos planos de gestão integrada de Municípios dos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, de forma a promover o ordenamento do uso e ocupação da zona costeira. Em 2011, espera-se ordenar os espaços nas orlas marítimas e fluviais com fundamento na garantia da participação social, na definição de diretrizes para a utilização sustentável dessas áreas, nos princípios da inclusão sócio-territorial e da requalificação urbanística e ambiental.

Com relação à arrecadação e cobrança de receitas patrimoniais, foram criados novos códigos para recolhimento de receitas patrimoniais, a fim de permitir a correção dos lançamentos, a correta classificação orçamentária e financeira, conferindo transparência e melhoria no acompanhamento da arrecadação. Para 2011, deverá ser finalizado o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Receitas Patrimoniais, que unificará o processo de arrecadação e cobrança de todas as receitas. Como resultado desse esforço, em 2010 o volume de recursos arrecadados foi de R\$ 424,3 milhões, 34,5% maior em relação ao mesmo período de 2009. Em 2011, pretende-se aumentar a arrecadação e incrementar o potencial de arrecadação, bem como realizar os procedimentos referentes à cobrança de créditos patrimoniais da União inadimplidos, ou o devido encaminhamento para fins de execução fiscal.

c) Fortalecimento da Capacidade Institucional em Regulação

O fortalecimento institucional das agências reguladoras e a criação de mecanismos que assegurem a melhoria da qualidade da regulação e da gestão do sistema regulatório – que inclua maior eficiência, transparência e legitimidade – é um imperativo decorrente do compromisso do Governo de promover o desenvolvimento econômico do País, fortalecer a livre iniciativa e ampliar a democracia, conferindo ao Estado maior capacidade de gestão e transparência.

Para alcançar os objetivos propostos foi instituído o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG), pelo Decreto nº 6.062, de 16 de março de 2007. O PRO-REG tem por finalidade contribuir para a melhoria do sistema regulatório, coordenando as ações entre as instituições que participam do processo regulatório no âmbito federal, dos mecanismos de prestação de contas e de participação e monitoramento por parte da sociedade civil e da qualidade da regulação de mercados.

Com vistas a atingir o objetivo de fortalecer e aperfeiçoar o sistema regulatório, o programa foi estruturado em quatro eixos de atuações: i) fortalecer a capacidade de formulação e análise de políticas públicas nos setores regulados; ii) melhorar a coordenação e o alinhamento estratégico entre as políticas setoriais e o processo regulatório; iii) fortalecer a autonomia, transparência e desempenho das agências reguladoras; e iv) desenvolver e aperfeiçoar os mecanismos para o exercício do controle social e transparência.

Dando continuidade às ações empreendidas desde 2008, as ações em 2010 focaram, em especial, a implementação da Análise de Impacto Regulatório (AIR). Para tanto, têm sido realizadas apresentações de sensibilização junto ao corpo dirigente das agências reguladoras. Foi constituído um grupo de técnicos – composto por, aproximadamente, 90 servidores de agências reguladoras e ministérios – para os quais foi ofertada capacitação em pontos chave da AIR.

Algumas agências reguladoras estão desenvolvendo projetos piloto em AIR. Na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) já foi concluído o primeiro piloto e estão planejados mais nove projetos até o fim do ano. Em agosto, iniciou-se projeto piloto na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Têm sido envidados esforços para que outras agências, como a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), também desenvolvam projetos piloto em AIR.

Também foram promovidas novas edições de alguns dos cursos ofertados nos anos anteriores, como o curso Regulação – Teoria e Prática, e três novas turmas de 26 servidores do curso avançado em regulação do *Institute of Brazilian Business & Public*





Management Issues (IBI). O programa financiou a participação de quatro servidores no *Short Course on Regulation* da *London School of Economics and Political Science* (LSE). Em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), foi desenvolvido o Programa de Fortalecimento de Competências em Gestão e Regulação, que ofereceu seis cursos aos servidores das agências reguladoras no Rio de Janeiro e Brasília.

Foram contratados dois trabalhos de consultoria para apresentar proposta de atos normativos para implantação da AIR como instrumentos de apoio à melhoria da qualidade da regulação no Brasil e estudo sobre as fontes de receitas próprias das Agências Reguladoras relacionadas ao exercício de suas funções regulatórias, fiscalizatórias e relativas ao exercício do poder de outorga. No último quadrimestre de 2010, foram publicados os estudos de consultoria produzidos no biênio 2008/2009. Planejam-se também contratar estudo para elaboração de indicadores de problemas de consumo, tomando como referência os dados captados pelo SINDEC e uma consultoria para apoio técnico aos projetos pilotos a serem desenvolvidos.

Foi estabelecido junto ao marco lógico do PRO-REG um conjunto de indicadores que auxiliam a mensurar os avanços trazidos pelo programa. Como indicador de finalidade são utilizados alguns componentes do Índice de Competitividade Global (ICG), que é elaborado e publicado pelo Fórum Econômico Mundial, e que permite avaliar avanços no ambiente de negócios. São considerados os componentes (ou pilares) Institucional (PI) e Infraestrutura (PIE). Adotou-se como linha de base o ano de 2005, em que o Brasil apresentava valores de 3,38 e 3,2 de PI e PIE, respectivamente. A meta é que, ao final do programa, o País apresente um incremento de 10% no PI e de 8% no PIE, assumindo os valores 3,72 e 3,46, respectivamente. No último *Global Competitiveness Report* (2009-2010), o Brasil obteve o valor 3,5 para ambos os pilares, de modo que, em relação à linha de base, houve um aumento de 3,6% do PI e de 9,4% do PIE. Assim, em relação ao PIE, pode-se observar que a meta de 8% já foi superada.

O índice que acompanha o atendimento do propósito do programa é o Indicador de Qualidade Regulatória Ampliado (IQRA), que é a média ponderada do Indicador de Qualidade Regulatória (IQR). Este é um indicador composto, desenvolvido para captar o desenvolvimento da qualidade regulatória das agências federais brasileiras. O IQR concatena três dimensões de análise que são de relevância para os objetivos do PRO-REG: coordenação institucional e monitoramento; autonomia e transparência; e mecanismos de consulta e prestação de contas. A cada uma dessas dimensões (ou subíndices) é atribuído um peso, de acordo com a relevância da dimensão para o fortalecimento da capacidade regulatória.

Em trabalho de consultoria anterior à assinatura do contrato de empréstimo 1811/OC-BR, o IQRA foi estimado em 0,35 e esse valor é utilizado como linha de base do indicador. Estipulou-se como meta atingir um IQRA 0,65 no fim do ano 2011. O IQRA avaliado em meados do 2010 foi de 0,59. Assim, houve um aumento de quase 70% em relação à linha de base.

Em resumo, no tocante às atividades de capacitação, de 2008 a 2010 foram capacitadas 1.544 pessoas, sendo 386 servidores de ministérios e 800 de agências reguladoras federais.

c.1) Projeto Melhor Regulação: Reduzindo a Sobrecarga Regulatória nos Negócios

O Projeto Melhor Regulação: Reduzindo a Sobrecarga Regulatória nos Negócios é executado no âmbito do Convênio de Cooperação firmado em abril de 2010 entre os governos do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e a República Federativa do Brasil, por intermédio da Casa Civil. O Convênio de Cooperação, previsto para vigorar até março de 2012, conta com financiamento do Governo britânico no montante de £159.000 (cento e cinquenta e nove mil libras esterlinas).

As atividades desse projeto são complementares às ações do PRO-REG e têm como foco auxiliar a implementação AIR, a partir das





experiências do Governo britânico com a utilização desse instrumento. Uma das ações mais importantes do projeto é a coordenação de cinco projetos piloto em AIR nas áreas de saúde, transporte e energia.

O projeto é conduzido por um grupo diretivo composto por representantes da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da ANAC, da ANEEL, da ANS, da ANTT, da ANVISA, do Ipea e da Embaixada Britânica no Brasil.

Além das reuniões do grupo diretivo e sua contribuição para a melhoria da coordenação entre as agências reguladoras e órgãos centrais do governo em relação à implantação e utilização da AIR, foi realizada em julho de 2010 uma visita técnica ao Reino Unido a fim de se conhecer o sistema e as instituições encarregadas da AIR naquele país. A delegação foi composta por representantes da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda, da ANAC, da ANEEL, da ANS, da ANTT, da ANVISA, da ENAP e do Ipea.

Em consonância com as ações PRO-REG, estão sendo elaborados a Lista de Verificação e o Manual de Utilização de AIR, bem como estão sendo discutidos os critérios de aplicação da ferramenta, os quais comporão o *tool kit* previsto no projeto.

Em setembro de 2010 foi realizado workshop conduzido por especialistas ingleses em AIR. O curso tratou dos modelos existentes de AIR e apresentou casos concretos de aplicação da ferramenta, tomando como referência tanto a experiência britânica, como os casos de interesse brasileiro. O Projeto ainda prevê a realização de mais dois workshops para treinamento no modelo de AIR a ser implementado no Brasil.

Uma ação prioritária nesse projeto é o desenvolvimento de cinco projetos piloto em AIR em agências selecionadas, a fim de se testar a ferramenta, treinar pessoal e antecipar os desafios de implementação desse tipo de ferramenta no contexto brasileiro. Está sendo negociada a contratação de consultora internacional para dar apoio técnico aos projetos pilotos que serão desenvolvidos no âmbito do Projeto.

d) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional

No que se refere à supervisão de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, foram aprimoradas as ferramentas do segmento cooperativo de crédito, mediante revisão e ampliação do método de avaliação de cooperativas centrais (MACC), que passou a incorporar informações de governança e de apoio a negócios nos serviços prestados pelas centrais, para fins de cumprimento das atribuições especiais previstas nas normas vigentes.

Em linha com decisões tomadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas entidades profissionais, o Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou que as instituições financeiras constituídas na forma de companhia aberta, ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria, elaborem e divulguem demonstrações consolidadas de acordo com os pronunciamentos internacionais de contabilidade emitidos pelo *International Financial Reporting Standard* (IFRS), a partir da data-base de 31 de dezembro de 2010. Em decorrência, a área de fiscalização constituiu comitê técnico denominado CTCON, cujo objetivo é prestar assessoramento aos departamentos da supervisão nos assuntos relacionados com a convergência ao IFRS.

Para o ano de 2011, dentre as ações de regulamentação, cabe destacar aperfeiçoamentos na base normativa que dispõe sobre: i) cheques, objeto da Audiência Pública nº 33, de 2009; ii) uso de instrumentos mitigadores de riscos, entre eles o Fundo Garantidor de Crédito (FGC); iii) regulamentação do Sistema Nacional de Garantias de Crédito, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14





de dezembro de 2006; iv) ajuste da base de cálculo da TR; v) atualização e consolidação das normas sobre sociedades financeiras e sobre corretoras de valores; vi) fixação de limites operacionais para o segmento de consórcios; e vii) estabelecimento de critérios de remuneração dos administradores das instituições financeiras.

e) Regulação de Mercados

Ressalta-se o acompanhamento e definição de modelos, processos, contratos e parâmetros pelas agências reguladoras para a implementação dos projetos incluídos no PAC e políticas relacionadas à infraestrutura nacional, dentre os quais: i) o setor energético, com os projetos de construção das Usinas Hidrelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, Programa Luz para Todos e petróleo e gás; ii) o setor de transporte terrestre, incluindo análise da concessão da BR 101/ES relativa à 3ª etapa e o projeto Trem de Alta Velocidade (TAV); e iii) o setor de transporte aéreo, no que tange à política de reajuste das tarifas aeroportuárias, bem como no esforço de aumentar o número de frequências aéreas entre o Brasil e os Estados Unidos e o Brasil e a União Europeia.

Em 25 de março de 2010 foi publicada a Portaria MF nº 244, que estabelece o Índice de Serviços Postais (ISP), define os termos de reajuste e revisão e institui o mecanismo de teto de preço para os reajustes, com desconto de fator de produtividade (Fator X), que visa a aumentar o grau de previsibilidade dos reajustes desse importante setor.

Foram alteradas e consolidadas em 2010 as normas que disciplinam a cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras. A principal medida consiste na regulamentação da cobrança de tarifas relacionadas à prestação de serviços de cartão de crédito. A mudança teve por objetivo facilitar a comparação de preços e a escolha do tipo de cartão mais adequado ao cliente. Foi instituída a obrigatoriedade de oferta de cartão básico. Adicionalmente, visando a incentivar o uso racional do cartão de crédito e a contribuir para a redução do endividamento dos clientes das instituições emissoras de cartão de crédito, foram estabelecidas regras sobre o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito.

f) Fortalecimento da Estrutura de Regulação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em 2010, a CVM consolidou o processo de supervisão baseada em risco, por meio de ações preventivas estabelecidas pelo Plano Bienal 2009-2010, descritas e divulgadas pela autarquia em seus Relatórios Semestrais e disponíveis para o público em seu sítio institucional.

Em termos de relações internacionais, a CVM participou ativamente do *Financial Stability Board* (FSB), órgão criado pelo G-20 para identificar vulnerabilidades, desenvolver e implementar políticas de regulação e supervisão no interesse da estabilidade financeira.

O Brasil, por intermédio da CVM, foi eleito membro do Comitê Executivo da Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO) para um mandato de dois anos. Os trabalhos desenvolvidos pela IOSCO atualizam os princípios de regulação do mercado de valores mobiliários e determinam a cobertura de áreas importantes para o funcionamento dos mercados de capitais.

Na atividade de regulamentação do mercado foram realizadas nove audiências públicas e a edição de cinco instruções.

A CVM submeteu à audiência pública a minuta de instrução que visa a introduzir novo mecanismo de distribuição de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro intitulado Programa de Distribuição Contínua. O referido programa contribuirá para o aprimoramento dos mecanismos de captação de recursos de médio e longo prazo.





Ainda na área de regulamentação, em continuidade ao processo de convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais, conforme determinado pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, o ano de 2010 se encerrou com a emissão de 14 atos normativos aprovando três novas deliberações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e 16 alterações e aprimoramentos de normas emitidas nos anos de 2008 e 2009.

Para 2011, os esforços serão voltados para: i) a internalização das alterações de aprimoramentos de normas já existentes e de novas normas e interpretações que venham a ser emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB); ii) a emissão ou atualização de normas contábeis, convergentes com as internacionais, aplicáveis aos fundos de investimento; e iii) o acompanhamento do processo de sedimentação do novo arcabouço contábil brasileiro, incluindo a adoção de ações educativas.

g) Mercado de Seguro e Resseguro

Em 2010, o Governo, por meio da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atuou nas principais associações de supervisores e reguladores de seguros internacionais, garantindo a visibilidade do mercado brasileiro de seguros no exterior.

Durante o ano de 2010, a SUSEP atuou: i) no âmbito nacional – na supervisão de 116 sociedades seguradoras, 17 sociedades de capitalização e 28 entidades abertas de previdência complementar; ii) em termos de mercado comum – participou do subgrupo de serviços financeiros do Mercosul, com vistas a acelerar o processo de integração dos mercados; e iii) nas atividades de intermediação das operações de seguro – autorizou a concessão de mais de três mil habilitações para pessoas físicas e mais mil para pessoas jurídicas.

Em relação ao mercado aberto de resseguros, iniciado com a promulgação da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, observa-se um número significativo de resseguradores cadastrados. Em 2010 o segmento contou com 87 resseguradores em atividade no País, ante 76 em 2009. O aumento da presença desses resseguradores amplia a oferta de novos produtos, gerando benefícios para os segurados. Nas operações de resseguro, estão ativas e habilitadas, 32 corretoras de resseguros.

Em 2010 foi facultada aos mutuários do financiamento habitacional a escolha da sociedade seguradora provedora do seguro habitacional, sem a imposição do agente financeiro. Assim, foram repassados ao mutuário os benefícios da competição, tendo sido verificada queda significativa nos prêmios do seguro habitacional.

Em função da dinâmica dos mercados financeiros e dos instrumentos utilizados, foi proposta ao CNSP minuta de resolução que tem por objetivo aperfeiçoar o marco legal que dispõe sobre os critérios para a realização dos investimentos das sociedades supervisionadas.

Para 2011 prevê-se a regulação do capital adicionado baseado nos riscos de subscrição de previdência, com objetivo de reduzir a probabilidade de insolvência das sociedades seguradoras que atuam nesse segmento de mercado e das entidades abertas de previdência complementar. Em função da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, a SUSEP participará diretamente da regulamentação do Fundo de Catástrofe do Seguro Rural.

7. Combate à Corrupção

a) Ações de Prevenção

Em 2010, intensificou-se o acompanhamento da implementação, no Brasil, das medidas previstas nos três tratados internacionais





que o País ratificou na área de prevenção e combate à corrupção, quais sejam: a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção da ONU); a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA); e a Convenção Sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE).

Nesse período o Governo manteve a presidência do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da OEA (Mesicic), assumida em 2009, acompanhando o cumprimento dos compromissos nela assumidos pelos Estados partes.

Em 2010, o Governo Brasileiro solicitou à OCDE a avaliação do sistema de integridade da Administração Pública Federal Brasileira, que objetiva: i) auxiliar o Brasil na construção de uma estrutura sólida de integridade, a partir do mapeamento dos riscos de ocorrência de má gestão do recurso público e de boas práticas que poderiam ser replicadas internamente; ii) identificar se os elementos fundamentais da estrutura de integridade do nosso sistema estão compatíveis com as boas práticas internacionais; e iii) aperfeiçoar as medidas de integridade já implementadas. O relatório foi aprovado pelo Comitê de Governança Pública da OCDE com identificação dos avanços brasileiros na prevenção e combate à corrupção e algumas sugestões de aprimoramento, entre as quais a de aperfeiçoar a legislação brasileira referente a licitações públicas, que, na avaliação da OCDE, permite muitos recursos, ficando, dessa forma, sujeita a paralisações e atrasos. Após a reunião, o Brasil foi convidado a integrar, como membro permanente, o Comitê de Governança Pública da OCDE.

Pretende-se, em 2011, ampliar a Cooperação Internacional, especialmente da relação Sul-Sul: prestação de assistência e cooperação técnica a países demandantes, especialmente na América Latina, África e da Comunidade de Língua Portuguesa, nas áreas de controle interno, prevenção e combate à corrupção.

Ações de promoção da ética e da integridade junto ao setor privado como forma de conscientizar as empresas quanto ao seu papel no enfrentamento do fenômeno da corrupção, também foram prioridades. Em 2010 foi criado sítio na Internet dedicado à conscientização do empresariado sobre o seu papel e sua responsabilidade na luta anticorrupção, disponível em: <http://www.cgu.gov.br/AreaPrevencaoCorrupcao/AreasAtuacao/IntegridadeEmpresas/>.

Ainda nesse ano, o Governo criou a ação Conversa com Empresas, a ser realizada em todos os Estados, para sistematizar a discussão sobre temas afetos à promoção da integridade e prevenção da corrupção no setor privado.

Além disso, promoveu a Conferência Latino-Americana sobre Responsabilidade Corporativa na Promoção da Integridade e no Combate à Corrupção, com o objetivo de reunir autoridades públicas e representantes do setor privado, associações profissionais e sociedade civil para discutir os riscos e as consequências associadas à corrupção em transações comerciais. Foi discutida, entre outros temas, a responsabilidade das empresas na luta contra a corrupção. Aproximadamente 500 pessoas, de 29 nacionalidades, participaram do evento.

O Governo lançou, no dia 9 de dezembro de 2010, o Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade, projeto desenvolvido em parceria com o Instituto Ethos de Empresas, o qual objetiva divulgar lista de empresas que adotam um conjunto de medidas de integridade e ética.

Outra linha de atuação que merece destaque é o mapeamento preventivo de riscos à corrupção, caracterizado pela criação do Observatório da Despesa Pública (ODP), em 2008, que visa ao monitoramento sistemático de gastos públicos para identificação de situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitá-las antes que ocorram. O ODP já monitorou, somente nos últimos dois anos, mais de R\$ 120 bilhões de recursos públicos, tendo sido emitidos mais de 200 mil alertas sobre situações atípicas ou fora dos padrões na execução do gastos públicos. Destacam-se as análises e monitoramento: i) dos gastos realizados por meio de





Suprimento de Fundos; ii) do sistema COMPRASNET, para verificação de tipologias de fraudes e produção de estatísticas e relatórios gerenciais sobre as compras efetuadas pelo Governo Federal; iii) dos contratos de terceirizações do Governo Federal; e iv) dos beneficiários do Programa Bolsa Família; e v) da aquisição de passagens e concessão de diárias.

O ODP já recebeu três prêmios que ressaltam sua característica inovadora e seu grande potencial como ferramenta de apoio à gestão pública e ao controle interno do Governo Federal. Para 2011 pretende-se aperfeiçoar e ampliar a utilização do ODP nas ações de controle preventivo e antecipação de riscos de corrupção, bem assim de avaliação da execução dos programas de Governo.

Com relação à avaliação da compatibilidade patrimonial de servidores públicos federais, as análises resultaram em 115 casos nos quais os indícios coletados foram suficientes para embasar a instauração de Sindicância Patrimonial. Foi realizado ainda o trabalho de Exame Sistemático das Declarações de Bens e Rendas. Nesse processo, 423 agentes públicos foram alvos de exame, resultando na abertura de 71 investigações preliminares. Tais investigações culminaram em 27 casos de recomendação de apuração via Sindicância Patrimonial.

Foram, ainda, realizados projetos temáticos que abordaram áreas críticas relativas à aplicação de recursos públicos e à conduta de servidores, tais como: Conflito de Interesses; Agências Reguladoras, contemplando casos de descumprimento do período de quarentena; OSCIPs e Fundações de Apoio; e o Exame Sistemático de Transferências Voluntárias, com realização de projeto-piloto que abordou os convênios do Ministério do Turismo celebrados entre 2008 e 2010.

Na questão do aprimoramento do marco legal, aguarda-se aprovação, pelo Congresso Nacional de diversos Projetos de Lei, entre os quais se destacam o PL nº 6.616, de 2009, o qual propõe adicionar os tipos penais qualificados de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa na legislação brasileira, tornando-os hediondos e passíveis de prisão temporária; e o PL nº 6.826, de 2010, que objetiva disciplinar a responsabilidade da pessoa jurídica pela prática de atos ilícitos relacionados à lavagem de dinheiro, a ações de organização criminosa e os praticados contra a Administração Pública nacional ou estrangeira e o sistema financeiro.

b) Controle Interno

Ao longo de 2010, as atividades de controle interno foram desenvolvidas em pelo menos cinco frentes de trabalho: i) no acompanhamento da execução dos programas de Governo; ii) na realização das auditorias anuais de contas, de acompanhamento permanente dos gastos e de pessoal; iii) no Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos; iv) na auditoria de contratos de recursos externos; e v) na atuação investigativa, mediante articulação com outros órgãos de defesa do Estado.

No que tange ao acompanhamento da execução dos programas de governo, as atividades foram intensificadas mediante o acompanhamento de 80 ações de governo. Destaque para as 1.875 ações de controle executadas, relacionadas a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo acompanhamento sistemático contempla, entre outras, ações do Programa Luz para Todos, Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, Construção e Adequação Rodoviária, Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário, e Abastecimento de Água e Habitação.

As atividades de acompanhamento da execução dos Programas de governo estão orientadas para a ampla interação com os gestores federais e objetivam colaborar, preventivamente, para a correção de fragilidades detectadas pelo controle interno. Em 2011, pretende-se agregar ao universo de acompanhamento e avaliação de programas governamentais, entre outros, os do PAC 2 e dos empreendimentos da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Ainda, na vertente de interação com os gestores, está prevista para 2011 a intensificação de ações no sentido de aprovação dos





seguintes instrumentos: Decreto sobre Controle Preventivo, o qual orienta as atividades do controle interno para uma abordagem preventiva e proativa; e Decreto sobre Transferências Fundo a Fundo, que institui modalidade especial de acompanhamento e controle dos recursos transferidos pelo sistema “fundo a fundo” para outras esferas federativas e que não se submetem aos controles existentes para convênios e contratos de repasse.

As melhorias implementadas relativas às Auditorias Anuais de Contas tiveram continuidade em 2010 mediante uma maior interação com o gestor federal com vistas a aprimorar o processo de prestação de contas e de responsabilização dos gestores (*accountability*), além da intensificação das auditorias de acompanhamento da gestão. As alterações têm se refletido em alertas aos gestores sobre eventuais problemas que precisam ser resolvidos ao longo do exercício e em sugestões de melhoria durante a elaboração do relatório de gestão, entre outras. No ano de 2010 foram realizadas 1.880 auditorias, sendo 515 auditorias anuais de contas e 1.365 de acompanhamento permanente dos gastos, das quais 954 de monitoramento da gestão e 411 de aprofundamento.

Na área de pessoal, foram desenvolvidas 53 novas trilhas para verificação da consistência das folhas de pagamento dos órgãos federais, além da análise e encaminhamento ao TCU de processos relativos a aposentadoria, pensão e admissão de servidores. Em 2010 foram analisados 99.473 atos de pessoal envolvendo recursos no valor aproximado de R\$ 647 milhões.

Visando à eficiência e gestão da folha de pagamento, o Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal realizou auditorias priorizando os assuntos com maior volume de despesas e com maior capacidade de materialidade e de reversão em economia, com foco mais gerencial; menos processual e mais sistêmica; menos corretiva e mais preventiva; menos executora e mais gestora.

Nesse sentido, destaca-se o trabalho que está sendo realizado com o pagamento de Função Comissionada no Poder Executivo Federal, pois inaugura um conceito de atuação e tratamento do assunto de forma integral, atuando horizontalmente e auditando todos os órgãos pagantes do País e buscando a solução com o envolvimento dos órgãos de controle e Advocacia Geral da União (AGU).

Merece destaque também a elaboração do Sistema de Inteligência e Gestão da Auditoria (SIGA), que irá fazer a auditoria sistêmica em 86,0% da folha de pagamento. Atualmente são feitos menos de 0,5%. Como resultado das 49 auditorias realizadas foram ressarcidos R\$ 682,7 milhões aos cofres públicos. Em 2011, o plano de ação nesse contexto está focado na implantação do SIGA e as auditorias serão priorizadas por assuntos, como laudos de insalubridade, gratificação de cargo e concurso, progressão e pagamento de índices financeiros.

As Tomadas de Contas Especiais (TCE) são os instrumentos processuais utilizados para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à Administração Pública Federal e obtenção de ressarcimento. Em 2010 foram auditados 1.481 processos de TCE, dos quais 1.106 foram certificados e encaminhados ao TCU para julgamento, o que representa retorno potencial aos cofres do Tesouro Nacional da ordem de R\$ 1,6 bilhão.

Em continuidade ao Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos (Programa Sorteio), foram realizados três sorteios no ano de 2010, resultando na fiscalização de 180 Municípios, envolvendo R\$ 3,2 bilhões em recursos públicos federais. Além disso, iniciou-se o processo de avaliação do Programa sob três aspectos: i) avaliação do impacto do sorteio nos Municípios com incremento da chance de serem sorteados; ii) avaliação concreta dos efeitos das fiscalizações em Municípios já sorteados, por meio de comparação entre as constatações evidenciadas; e iii) avaliação da efetividade das fiscalizações na atuação dos ministérios gestores. A conclusão desta avaliação está prevista para 2011.

Destaca-se que esse Programa tem os objetivos de estimular a sociedade para o controle dos gastos públicos, de inibir e dissuadir





a corrupção e de realizar o monitoramento da execução dos programas de governo. Ao utilizar o mesmo sistema de sorteio das loterias da Caixa Econômica Federal para definir, de forma isenta, as áreas municipais e estaduais a serem fiscalizadas quanto ao correto uso dos recursos públicos federais, o Governo desenvolveu uma das principais inovações na atuação do controle interno do Poder Executivo Federal dos últimos anos, em especial, pela mobilização da sociedade em torno do tema controle social. O programa encontra-se na 33ª edição, com 1.825 Municípios fiscalizados (32,8% do total) e englobando recursos públicos federais de aproximadamente R\$ 16,2 bilhões.

No campo da Auditoria de Operações de Crédito Externo e de Projetos de Cooperação Técnica Internacional, as auditorias realizadas referem-se à avaliação de desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação executados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com o suporte de organismos internacionais de cooperação. Nos últimos anos, a abordagem das auditorias tem transcendido o viés contábil, assumindo um enfoque de avaliação de resultados, objetivos e metas dos projetos, no contexto das ações governamentais que lhes dão suporte. Como resultado do aprimoramento da abordagem das auditorias, o PNUD promoveu melhoria na avaliação dos trabalhos produzidos e apresentados pela Controladoria-Geral da União (CGU) àquele organismo. Em 2010 foram realizados 92 acompanhamentos, por intermédio de 185 auditorias conduzidas junto aos órgãos e entidades que executam os projetos.

As atividades de ações investigativas consistem em trabalhos especiais, dotadas de processos, procedimentos e instrumentais específicos, os quais propiciam condições para o desenvolvimento de trabalhos com enfoque ainda mais forte no efetivo combate à corrupção. O Governo estabeleceu um padrão inédito de cooperação entre instituições com funções igualmente relacionadas à defesa do Estado brasileiro, respeitadas as identidades de cada um – CGU, Polícia Federal (PF), TCU, Ministério Público da União (MPU), Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), entre outros, que atuam agora em parceria com excelentes resultados para o controle do dinheiro público e o enfrentamento da corrupção. Desta parceria foram realizados, em 2010, 22 importantes trabalhos, com destaque para as seguintes operações especiais: Parceria, Mão Dupla, Uragano, Mãos Limpas, Via Ápia, Atlântida, Vide Bula e Caixa de Pandora.

Além desta atividade, há a apuração de denúncias apresentadas por entidades da sociedade civil ou diretamente por cidadãos, bem como o atendimento a solicitações específicas oriundas de outros órgãos. Durante o exercício de 2010 foi analisado um total de 3.033 denúncias e representações e foram concluídas 1.613 ações de controle, realizadas em 256 Municípios. Os resultados, além de constarem dos Relatórios Anuais de Auditoria sobre a Prestação de Contas dos responsáveis pelas respectivas unidades e entidades, são enviados ao TCU e, se for o caso, à PF e ao MPU.

c) Medidas Corretivas

A ação de governo na aplicação das penalidades administrativas seguiu a proposta estabelecida para 2010, que visou ao aperfeiçoamento de mecanismos de responsabilização administrativa disciplinar, de modo a punir efetiva e rapidamente os agentes públicos envolvidos em práticas ilícitas, passando a fazer uso, a cada dia mais, das sanções que o próprio Executivo pode aplicar, contribuindo para a reversão da histórica cultura da impunidade.

Como resultado efetivo do aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares e da melhoria do acompanhamento das demais ações, em curso no âmbito do Poder Executivo Federal, verifica-se o crescente número de punições expulsivas (demissões, destituições de cargos e funções comissionadas, e cassações de aposentadoria ou disponibilidade) aplicadas a servidores, as quais, em relação a componentes do regime estatutário, totalizam 2.969, de 2003 a 2010. Em 2010 foram aplicadas 521 punições expulsivas sendo: 433 demissões; 53 destituições; e 35 cassações. Como principais motivações que embasaram as punições expulsivas aplicadas em 2010 permanecem as irregularidades relativas a valimento do cargo (33,16%) e improbidade administrativa (17,68%).





No tocante às apenações de cunho não expulsivo, em números válidos de 2007 até 2010, foram computadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, 1.847 suspensões e 1.894 advertências a servidores públicos estatutários, perfazendo um total de 3.741 apenações.

Dentro do regime celetista, com dados válidos de 2003 a 2010, foram arbitradas 4.959 punições expulsivas.

A intensificação dos trabalhos possibilitou, em números de 2003 a outubro de 2010, o efetivo acompanhamento de mais de sete mil procedimentos disciplinares, dentre os mais de 40 mil instaurados por órgãos e entidade do Poder Executivo Federal. Nesse período também foram acompanhadas 205 Operações Especiais da Polícia Federal, com apuração acerca do envolvimento de 1.847 servidores.

No ano de 2010, houve instauração e condução direta de 75 procedimentos administrativos disciplinares, entre Processos Administrativos Disciplinares (PADs), em sentido estrito, e Sindicâncias Punitivas e Investigativas. Foram instauradas 13 Sindicâncias Patrimoniais; verificada a regularidade de 1.257 processos disciplinares instaurados e conduzidos; realizadas 1.480 investigações preliminares. Foram feitas ainda 45 inspeções em unidades de correição do Poder Executivo.

Em relação ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU PAD) procurou-se, em 2010, centrar esforços em duas principais frentes: fortalecimento da base de dados e continuidade do programa de inovação do sistema, tais como as funcionalidades voltadas à integração do CGU-PAD com os sistemas SIAPE e CPF e as inovações na geração de relatórios e alteração de campos, objetivando o registro de informações consideradas relevantes no gerenciamento e supervisão da função disciplinar.

Espera-se implementar, no exercício de 2011, estrutura para a realização de atos em processos disciplinares por meio de Teleaudiências, dispensando o transporte de agentes envolvidos em processos disciplinares até o local da audiência.

No âmbito da apuração de graves ilícitos praticados por sociedades empresárias que participam de licitações e contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo, a CGU já aplicou declaração de inidoneidade a 15 pessoas jurídicas. Até o presente momento, todas as punições aplicadas foram submetidas à apreciação do Poder Judiciário e foram por ele confirmadas.

A cooperação entre os órgãos da República que atuam no combate às fraudes em licitações e contratos administrativos (CGU, PF, MPU, TCU etc.), no ano de 2010, foi bastante positiva. Os elementos produzidos por esses organismos foram compartilhados, o que representou um incremento do número de análises de dados por parte da Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores (CPAF) e um aperfeiçoamento da busca da verdade possível, para o alcance do necessário teor de justiça, sem descuidar de valores como a licitude dos meios probatórios, a ampla defesa e o contraditório.

d) Ações de Capacitação

O Governo está aprofundando as relações de cooperação de suas equipes de controle interno e de gestão, em todas as instâncias e oportunidades, com vistas à conjugação de esforços para otimizar a gestão pública. A partir das experiências bem sucedidas de orientação e capacitação de gestores em palestras, encontros, cursos de curta duração, presenciais ou a distância e com o objetivo de potencializar o efeito benéfico dessas ações, foi instituído, por meio da Portaria CGU nº 1.965, de 04 de outubro de 2010, o Programa de Capacitação e Orientação dos Gestores Públicos Federais (Capacita). Seu objetivo é prover gestores de orientação e capacitação em busca de uma gestão pública federal eficiente e eficaz. Nos últimos dois anos foram capacitados cerca de 15 mil servidores públicos federais em diversas áreas e temas, com destaque para aprimoramento dos controles internos administrativos, convênios, licitações e contratos.





Com a finalidade de dotar a Administração Pública de quadros mais bem preparados para integrar as comissões processantes, o Governo tem ministrado curso em Direito Disciplinar que, de 2003 a 2010, capacitou 9.323 servidores em todo o País, sendo 1.928 somente no período de janeiro a dezembro de 2010. No âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, em 2010 foram 544 Municípios contemplados e 4.775 servidores capacitados. Tal programa objetiva aprimorar a gestão dos recursos públicos pelos Estados e Municípios.

Paralelamente às ações de educação presencial desenvolvidas, foi criada, em 2009, a Escola Virtual da CGU, como um instrumento de promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção, por meio da educação à distância. Só em 2010, 1.803 pessoas participaram dos cursos da Escola Virtual.

Para 2011, almeja-se ampliar a utilização dessas ferramentas, como forma de atingir maiores contingentes dos públicos alvos dos programas de capacitação e orientação: cidadãos, lideranças locais, conselheiros, servidores públicos, professores. Pretende-se, ainda, intensificar as ações de capacitação e orientação aos gestores federais, na busca da conscientização de que o controle é responsabilidade compartilhada de todos os níveis da Administração. Quanto aos gestores subnacionais, será intensificada a cooperação e assistência a Estados e Municípios, com ações voltadas para estruturação dos seus sistemas de controle interno, fortalecimento da gestão, promoção da ética e desenvolvimento de ações que garantam transparência e acesso à informação.

e) Ações de Ouvidoria

O Governo tem concentrado seus esforços na criação de ouvidorias federais contribuindo para o fortalecimento da cidadania. Dessa forma realiza ações encadeadas em duas frentes de atuação: a primeira de identificação, nas unidades de ouvidoria já existentes, da estrutura, funcionamento, recursos e necessidades com vistas a harmonizar as vias de comunicação, e os procedimentos básicos; e a segunda de estímulo à ampliação do segmento com a criação de novas unidades de ouvidoria nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Em 2010, foram realizados cinco cursos gratuitos de aperfeiçoamento, em cinco capitais brasileiras, para ouvidores e servidores de unidades de Ouvidoria Pública do Brasil, com participação franqueada a servidores de Estados e Municípios.

Foi priorizado, em 2010, o estreitamento de relações no plano internacional com os Provedores de Justiça de países lusófonos com a elaboração de documentos técnicos para a criação da Associação de *Ombudsman* das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa, além do levantamento de assuntos de interesse comum para celebração de futuros acordos de cooperação e realização de visitas técnicas. Foi realizado também o 1º Fórum das Américas de Ouvidorias, Defensores e *Ombudsman* para discutir o tema Os desafios da participação cidadã no nosso continente.

O número de Ouvidorias no Poder Executivo Federal saltou de 40 unidades, existentes em 2002, para 165 unidades, em 2010, responsáveis pelo atendimento e solução do expressivo quantitativo de mais de três milhões de manifestações de cidadãos por exercício.

O Governo planeja, em 2011, continuar apoiando a implantação de unidades de ouvidoria nos ministérios que ainda não possuem unidades de atendimento ao cidadão; desenvolvendo ações para promover a conscientização dos entes do Poder Executivo sobre a utilização de informações das ouvidorias em seus planejamentos; e mantendo a grande aproximação com ouvidorias nacionais e seus congêneres internacionais.

A Ouvidoria do Servidor é um canal de comunicação direto com o servidor público federal. Atualmente, 20 órgãos públicos estão





operando *on-line* e foram recebidas mais de 6.000 mensagens, via Internet, no Portal www.ouvidoriadoservidor.gov.br e centenas de cartas e outras formas de correspondências.

Em 2011, pretende-se elaborar proposta de Projeto de Lei sobre Assédio Moral e, em parceria com outras Ouvidorias do Poder Executivo, proposta de Projeto de Lei para regulamentar a existência das Ouvidorias Públicas, além da realização de fóruns e Encontro de Ouvidorias.

f) Combate à Lavagem de Dinheiro

Em 2010, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), unidade de inteligência financeira do Brasil, atuou em cooperação com autoridades envolvidas no combate ao crime organizado, à corrupção e aos crimes financeiros, visando à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT). A atuação conjunta do Ministério da Fazenda, do Ministério Público e do Poder Judiciário viabilizou o bloqueio judicial de cerca de R\$ 6,0 milhões em contas-correntes e outras aplicações financeiras de pessoas que respondem a processos criminais.

O banco de dados do COAF, principal insumo para a elaboração dos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF), alcançou a quantia de 4,3 milhões de comunicações de operações financeiras, reportadas pelos diferentes setores econômicos elencados na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Essa ferramenta possibilitou análise de 3.614 casos com a produção de 1.125 RIFs, em 2010, os quais se relacionaram a 49,7 mil comunicações de operações financeiras e 30,5 mil pessoas físicas ou jurídicas. Houve mais de 2,1 mil intercâmbios de informações com autoridades nacionais e estrangeiras envolvidas em ações de PLD/CFT e foram recebidas mais de um milhão de comunicações de operações financeiras.

Em 2010, sob a supervisão do COAF, foram imputadas multas no montante global de R\$ 881 mil, o que elevou o total de multas aplicadas desde 2004 ao montante aproximado de R\$ 3,6 milhões.

No âmbito da representação brasileira em organismos internacionais de PLD/CFT, o Governo participou das ações implementadas no Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI), principalmente aquelas voltadas à coordenação do processo de Avaliação Mútua do Brasil. O Relatório Final de Avaliação Mútua do Brasil foi aprovado na Sessão Plenária do GAFI de junho de 2010. O relatório destacou a adequação do sistema brasileiro de PLD/CFT aos padrões internacionais, principalmente nos aspectos preventivos que envolvem a regulação dos setores econômicos, supervisão e aplicação de regras prudenciais e inteligência financeira.

Nesse Relatório, o GAFI recomendou o aperfeiçoamento normativo com vistas a aumentar a efetividade do sistema brasileiro de PLD/CFT. Nesse sentido, foi apontada a necessidade de revisão do marco regulatório, mormente no que diz respeito à tipificação do financiamento do terrorismo, à ampliação da efetividade de processos judiciais e ao aperfeiçoamento dos sistemas estatísticos, assuntos que serão prioridades em 2011.

Ainda em 2010, iniciou-se no âmbito do Bacen, a execução do Projeto de PLD/CFT, com os objetivos de: i) aperfeiçoar o processo de supervisão pela integração dos Departamentos daquele Banco nas respectivas atuações; ii) criar condições para atingir nível de excelência em assuntos relacionados ao tema PLD/CFT, com o propósito de estabelecer padrões de regulação e de fiscalização em linha com as melhores práticas internacionais; e iii) implantar sistema informatizado de apoio às áreas de supervisão em matéria de PLD/CFT.





g) Combate aos Crimes Contra a Previdência Social

Em relação ao combate aos crimes contra a Previdência Social, foram deflagradas 67 ações em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF), que resultaram em: i) 326 mandados de busca e apreensão; ii) 211 mandados de prisão; e iii) 13 conduções coercitivas. Os prejuízos estimados alcançam a cifra de aproximadamente R\$ 294,9 milhões.

8. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União

Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, e tem como competência as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo.

A atuação consultiva da AGU é prestada por meio do assessoramento e orientação aos dirigentes do Poder Executivo Federal, suas autarquias e fundações públicas, com a finalidade de proporcionar segurança jurídica aos atos administrativos realizados, notadamente quanto à materialização das políticas públicas, à viabilização jurídica das licitações e dos contratos e, ainda, na proposição e análise de medidas legislativas como projetos de lei, de medidas provisórias, de decretos e de resoluções, entre outros, necessárias ao desenvolvimento e aprimoramento do Estado brasileiro.

A atuação contenciosa da AGU é levada a efeito por meio da representação judicial e extrajudicial da União. A representação judicial é exercida em defesa dos interesses da União em ações judiciais. A representação extrajudicial é exercida perante entidades não vinculadas ao Poder Judiciário, como órgãos administrativos da própria União, dos Estados ou dos Municípios.

Na defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), destacam-se as seguintes ações:

- **ADPF nº 186 e RE nº 597285 - Política de ações afirmativas no ensino superior** – foi apresentada manifestação em defesa da constitucionalidade das políticas de cotas raciais e as reservas de vaga para alunos do ensino público em universidades federais;
- **ADPF nº 153 – Manutenção da Lei de Anistia** – a tese defendida, que foi vitoriosa, garantiu o entendimento de que a anistia concedida pela Lei nº 6.638/79 é ampla, geral e irrestrita, alcançando os crimes políticos e todos os demais que lhes são relacionados;
- **ADI nº 3944 - TV Digital** – a posição da União, defendendo que as regras atacadas não configuram nova outorga, foi acolhida pelo STF;
- **ADI nº 2182 – Lei de Improbidade** – a atuação judicial da União, que defendeu a Lei nº 8.429/1992, deu ensejo à improcedência do pedido formulado na ADI;
- **ADI nº 4439 – Liberdade de crença** - defendeu-se a constitucionalidade das normas que facultam o ensino religioso, de qualquer credo, nas escolas públicas, reforçando compromisso do Estado brasileiro com o pluralismo e o respeito à diversidade religiosa;
- **RMS nº 25.943 – fiscalização de verbas federais pela Controladoria-Geral da União (CGU)** - garantiu-se a constitucionalidade do ato do Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União que determinou a realização de sorteio





público com a finalidade de selecionar 60 Municípios com população de até 500 mil habitantes para serem objeto de processo de fiscalização quanto à aplicação de recursos federais, decorrentes de transferências voluntárias;

- **MS nº 27622 e outros – Unidades de Conservação Ambiental:** assegurou-se a legalidade do decreto presidencial que criou o Parque Nacional Mapinguari, nos Municípios de Canutama e Lábrea (AM); e
- **ADI nº e 4403 – Nova lei do mandado de segurança** - defendida a tese de que a nova disciplina do mandado de segurança aprovada pelo Congresso Nacional é plenamente compatível com o princípio da isonomia e com a atuação indispensável do advogado, previstos na Constituição Federal.

No exercício da representação judicial e extrajudicial da União, em matéria fiscal, o Governo reverteu e consagrou, no ano de 2010, diversas teses jurídicas que consolidaram os resultados obtidos em anos anteriores, com destaque para a atuação contenciosa no âmbito dos Tribunais Superiores e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

A definição de controvérsias em matéria tributária, com resultado positivo para as teses defendidas pela Fazenda Nacional, resultou na manutenção da receita corrente de tributos, na recuperação de créditos tributários inadimplidos e na redução da despesa com pagamentos de precatórios judiciais e com compensações tributárias resultantes de condenações impostas à Fazenda Pública, o que auxiliou a manutenção do superávit primário das contas públicas sem prejuízo aos programas de investimentos e sociais do Governo Federal.

Assim, no ano de 2010, o STF julgou favoravelmente à União a questão relativa à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) incidentes sobre as receitas decorrentes de exportações (RE nº 564.413 e RE nº 474.132), cuja estimativa de impacto financeiro era da ordem de R\$ 36,0 bilhões, para o período de 1996 a 2008.

Outro importante julgamento concluído favoravelmente à União diz respeito à impossibilidade de creditamento, pelas empresas, do IPI na aquisição de produtos isentos (RE nº 566.819), confirmando entendimento que já restava jurisprudencialmente consolidado quanto a créditos presumidos na aquisição de insumos não tributados ou sujeitos à alíquota zero. Com relação à atuação judicial no âmbito dos Tribunais Superiores em matéria tributária, cabe ressaltar diversas teses revertidas a favor da União, em sede de Recursos Repetitivos, no Superior Tribunal da Justiça (STJ), como: i) o reconhecimento da ilegitimidade do contribuinte de fato para pleitear a repetição de indébito do Imposto sobre Produtos Industrializados (RESP 903.394/AL); ii) reconhecimento da possibilidade de alteração do valor constante na Certidão de Dívida Ativa, quando configurado o excesso de execução, em razão de declaração de inconstitucionalidade parcial de tributo, desde que a operação importe meros cálculos aritméticos, sem que seja necessária a extinção da execução fiscal (RESP 1.115.501/SP); e iii) reconhecimento de que a alienação de bens pelo devedor já configura fraude à execução após a mera inscrição em Dívida Ativa do crédito tributário (RESP 1.141.990/PR).

O Governo Federal também acompanhou, em 2010, aproximadamente 32 medidas judiciais sobre a Copa do Mundo FIFA 2014, bem como 128 medidas judiciais consideradas estratégicas, com destaque para as seguintes atuações:

- **UHE Jirau** – garantida a atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) como órgão licenciador, demonstrando a higidez do processo de licenciamento ambiental (50 medidas judiciais);
- **UHE Belo Monte** – assegurada a legalidade do processo de licenciamento ambiental da hidrelétrica, e viabilizado o leilão para concessão da exploração elétrica da usina;





- **UHE Foz do Chapecó** – garantiu-se a emissão de Licença de Operação da usina e, como consequência, o funcionamento e a geração de energia elétrica;
- **UHE Teles Pires e UHE Couto Magalhães** – assegurou-se a realização das audiências públicas, evitando a suspensão do processo de licenciamento ambiental das hidrelétricas;
- **Trem de Alta Velocidade (TAV)** – assegurada a realização das audiências públicas para discutir o empreendimento; e
- **Ferrovias de Integração Oeste-Leste** – demonstrada a higidez do processo de licenciamento ambiental dos órgãos governamentais, bem como garantida a realização da licitação.

Além disso, destaca-se a atuação da AGU por meio do Grupo Permanente de Combate a Corrupção que em 2010 propôs 2.147 ações de execução de julgados do TCU, e 1.559 ações civis públicas, de improbidade administrativa e de ressarcimento (ajuizamento ou intervenção), cujos valores somam R\$ 2,7 bilhões. Ainda como resultado do trabalho do Grupo Permanente em 2010 foi decretada a indisponibilidade de R\$ 582,6 milhões em bens e valores e houve o efetivo recolhimento de R\$ 491,2 milhões ao erário.

Por fim, no que concerne à atividade consultiva, destaca-se, o cadastro de 117.766 manifestações jurídicas, englobando pareceres, notas, despacho de teor jurídico e cotas, destacando-se os pareceres que limita a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros e que reconhece a união homoafetiva para fins previdenciários. Além disso, houve a atuação em 20 conciliações totalizando economia de mais de R\$ 20 milhões aos cofres públicos, além de realização de 192 reuniões de conciliação e de abertura de 154 novos procedimentos conciliatórios.



ANEXO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**Relatório Anual sobre a situação do Ministério Público no País
e as atividades do Conselho (art. 130-A, § 2º, V da Constituição)**



Presidente

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Conselheiros

Achiles de Jesus Siquara Filho

Adilson Gurgel de Castro

Almino Afonso Fernandes

Bruno Dantas

Claudia Maria de Freitas Chagas

Cláudio Barros Silva

Luiz Moreira Gomes Júnior

Maria Ester Henriques Tavares

Mario Luiz Bonsaglia

Sandra Lia Simón

Sérgio Feltrin Corrêa

Sandro José Neis

Taís Schilling Ferraz

INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é o órgão de controle externo criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, para ser um instrumento de ampliação da participação cidadã nos rumos do Ministério Público e de fortalecimento dos princípios democráticos na gestão da Instituição. Com esse intuito, a Constituição Federal atribuiu ao Conselho Nacional o exercício do “*controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus Membros*” e lhe conferiu o dever de “*zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências*”.

No empenho por avançar em direção ao crescente respeito à cidadania, o Conselho Nacional, desde a sua criação, tem assumido como uma de suas relevantes incumbências a tarefa de zelar pela ética, pela probidade e pela retidão dos Membros e dos Servidores do Ministério Público, de maneira a contribuir para o aumento da confiança depositada pela sociedade nas instituições que zelam por realização de justiça.

Em 2010, a par de continuar orientando seus esforços à garantia da pronta e idônea atuação dos Membros do *Parquet*, o CNMP deu um importante passo para eleger, como desafio prioritário, a tarefa de, com criatividade e habilidade, elevar a qualidade da gestão administrativa e financeira de seus próprios quadros e do Ministério Público brasileiro.

Nesse sentido, o Conselho Nacional tem buscado direcionar suas ações para o cumprimento de seus objetivos estratégicos. Tem se esforçado por avançar em direção à adoção de medidas que possam contribuir para promover ganhos de eficiência e de qualidade nos serviços oferecidos pelo próprio Conselho e pelo Ministério Público e que, indiretamente, possam agregar maior efetividade à intervenção do *Parquet*, na defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Durante o ano de 2010, o CNMP evoluiu para uma gestão administrativa profissional, criando as Secretarias vinculadas à Secretaria-Geral, para suportar as atividades finalísticas do Órgão, além de dar suporte ao modelo de Gestão Estratégica implantado com o horizonte 2010-2015.

Este relatório anual, elaborado em observância ao art. 130-A da Constituição Federal, apresenta a síntese das atividades desenvolvidas pelo CNMP durante o ano de 2010, com desdobramentos a serem expandidos no horizonte definido pelo seu Planejamento Institucional, e aborda tanto aquelas atividades voltadas ao exercício do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, quanto aquelas voltadas ao aperfeiçoamento e à modernização de sua gestão.



I - O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Organização Interna e Funcionamento

O Regimento Interno do CNMP, em vigor desde 11 de dezembro de 2008, fixou suas regras de funcionamento e atribuições de controle, e instituiu como órgãos do CNMP o Plenário, a Presidência, a Corregedoria Nacional, as Comissões e a Secretaria-Geral. No decorrer do ano de 2010, foram realizados diversos avanços importantes em relação à organização interna e ao funcionamento do CNMP.

O presente relatório anual é desenvolvido a partir da disposição institucional e organizacional do CNMP, e versa sobre as atividades desenvolvidas em cada um de seus órgãos e os resultados obtidos no ano de 2010, observando-se a obrigação contida no art. 130-A, § 2º, V, da Constituição da República de 1988, e também o disposto nos arts. 132 e 133 do Regimento Interno deste Conselho.

1.1. Plenário

O Plenário do CNMP é composto por 14 Conselheiros, nos termos do arts. 130-A da Constituição Federal. Entre as competências do CNMP podem ser destacadas as seguintes: Controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus Membros; Zelo pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público; Planejamento estratégico do Ministério Público nacional.

É nesse sentido que o Plenário do CNMP tem se pautado. O órgão não possui formação exclusiva de Membros do Ministério Público; sua composição é plural. Além de representantes do Ministério Público, o Conselho conta, em sua composição, com representantes do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil e de cidadãos indicados pelas Casas do Poder Legislativo. Inequivocadamente essa composição plural contribui para o enriquecimento dos trabalhos e atribuições desse órgão de índole constitucional.

1.1.1. Sessões do Plenário

Em 2010 foram realizadas 12 Sessões Ordinárias e 13 Sessões Extraordinárias, distribuídas da forma a seguir:

SESSÕES ORDINÁRIAS	SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS
26/01/2010	24/02/2010
23/02/2010	23/03/2010
09/03/2010	28/04/2010
27/04/2010	12/05/2010
11/05/2010	22/06/2010
07/06/2010	20/07/2010
27/07/2010	18/08/2010
17/08/2010	31/08/2010
28/09/2010	29/09/2010
26/10/2010	27/10/2010
30/11/2010	13/12/2010
01/12/2010	14/12/2010
	15/12/2010

Tabela 01 – Sessões Ordinárias e Extraordinárias do CNMP em 2010.

Fonte: Sítio CNMP – <http://www.cnmp.gov.br> – Em 10 de dezembro de 2010. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010)



Além disso, em 21 de junho de 2010 foi realizada Sessão Solene, no Memorial JK, marcando o aniversário de cinco anos de criação deste Conselho. Foi lançado também, na mesma data, o Planejamento Estratégico do CNMP, com horizonte 2010-2015.

1.2. Presidência

A Presidência do CNMP é exercida pelo Procurador-Geral da República, cargo que é atualmente ocupado pelo Subprocurador-Geral da República Roberto Monteiro Gurgel Santos. Suas atribuições encontram-se previstas nos arts. 26 e 29 do Regimento Interno do Conselho.

1.2.1. Atos Normativos

O CNMP possui atribuição de expedir atos normativos, consistentes em resoluções, recomendações, enunciados administrativos. Durante o ano de 2010 foram aprovadas 13 resoluções e quatro recomendações.

Segue, abaixo, o repertório dos atos normativos editados pelo Conselho neste ano.

1.2.1.1. Resoluções

RESOLUÇÃO	ASSUNTO	DATA APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Resolução nº 50	Cria e regulamenta o Boletim Eletrônico do Conselho Nacional do Ministério Público.	26/01/2010	04/03/2010, DJ, Seção Única, páginas 15/16
Resolução nº 51	Altera a Resolução CNMP nº 36 que dispõe sobre o pedido e a utilização das interceptações telefônicas, no âmbito do Ministério Público, nos termos da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.	09/03/2010	13/05/2010, DJ, Seção Única, páginas 01 e 02.
Resolução nº 52	Altera a Resolução CNMP n. 42, que trata dos programas de estágio no âmbito do MP.	11/05/2010	10/06/2010, DJ, Seção Única, página 1
Resolução nº 53	Disciplina a revisão geral anual da remuneração dos membros e servidores do Ministério Público	11/05/2010	10/06/2010, DJ, Seção Única, página 1
Resolução nº 54	Altera o regimento para permitir a participação de membros da diretoria do Conselho Federal na OAB nas sessões do CNMP	27/04/2010	29/06/2010, DJ, Seção Única, página 2.
Resolução nº 55	Estabelece regras sobre eleição para formação de lista tríplice no MP brasileiro	28/04/2010	29/06/2010, DJ, Seção Única, página 2.
Resolução nº 56	Uniformiza inspeções em estabelecimentos prisionais por membros do MP.	22/06/2010	16/08/2010, DJ, Seção Única, página 1.
Resolução nº 57	Altera a Resolução n.º 40, para assegurar a possibilidade do cômputo dos cursos a distância como atividade jurídica, para fins de concurso, nos termos que estabelece.	27/04/2010	16/08/2010, DJ, Seção Única, página 1.



RESOLUÇÃO	ASSUNTO	DATA APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Resolução nº 58	Dispõe sobre a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, do Ministério Público da União e dos Estados e dá outras Providências.	20/07/2010	16/08/2010, DJ, Seção Única, página 1.
Resolução nº 59	Altera a Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, e dá outras providências.	27/07/2010	16/08/2010, DJ, Seção Única, página 1.
Resolução nº 60	Disciplina a estrutura dos serviços auxiliares do Ministério Público e dá outras providências.	27/07/2010	16/08/2010, DJ, Seção Única, página 2.
Resolução nº 61	Altera a Resolução CNMP nº 43 que institui a obrigatoriedade de realização periódica de inspeções e correições no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.	27/07/2010	Aguardando publicação no DJ.
Resolução nº 62	Altera a Resolução nº 42, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre a concessão de estágio a estudantes no âmbito do Ministério Público dos Estados e da União.	31/08/2010	Publicado no Diário da Justiça, Seção Única, de 20/09/2010, pág. 01

Tabela 02 – Resoluções aprovadas pelo CNMP em 2010.

Fonte: Sítio CNMP – <http://www.cnmp.gov.br> – Em 10 de dezembro de 2010. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010)

1.2.1.2. Recomendações

RECOMENDAÇÃO	DATA	ASSUNTO
Recomendação nº 15	12/04/2010	Dispõe sobre o exercício do controle externo por parte dos membros do Ministério Público da União e dos Estados, segundo as normas constitucionais e legais pertinentes e com as orientações regulamentares expedidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público.
Recomendação nº 16	28/04/2010	Dispõe sobre a atuação de membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.
Recomendação nº 17	22/06/2010	Dispõe sobre a implantação de órgão de execução com atribuição exclusiva para a fiscalização e o acompanhamento da execução da pena.
Recomendação nº 18	12/05/2010	Recomendar aos ramos do Ministério Público da União e dos Estados, na pessoa dos respectivos Procuradores-Gerais, atenção para o devido cumprimento do art. 39, §§3º e 7º da Constituição Federal.

Tabela 03 – Recomendações aprovadas pelo CNMP em 2010.

Fonte: Sítio CNMP – <http://www.cnmp.gov.br> – Em 10 de dezembro de 2010. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

1.2.1.3. Enunciados Administrativos

Não houve enunciado administrativo aprovado até o momento em 2010.



1.2.2. Outros Atos

Estão detalhadas, dentro deste item, as informações sobre os Termos de Cooperação Técnica firmados, as Notas Técnicas expedidas e as ações contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

1.2.2.1. Termos de Cooperação Técnica

- Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o CNMP e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina com o objetivo de estabelecer cooperação na área de fiscalização (assinado em 9 de fevereiro de 2010 e publicado em 25 de março do mesmo ano, pág.132 do D.O.U – seção III);
- Protocolo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério Público Federal e o CNMP para parceria em ações de gestão administrativa (assinado em 12 de abril de 2010);
- Protocolo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Tribunal Superior Eleitoral, o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Justiça, a Defensoria Pública da União, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Nacional do Ministério Público, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais, o Conselho Nacional de Secretários de Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para a conjugação de esforços entre os partícipes no sentido de assegurar o direito de voto dos presos provisórios e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou em situação de internação provisória (assinado em 20 de abril de 2010);
- Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o CNMP e o Ministério Público Militar com o objetivo de estabelecer cooperação na área de transporte de processos e documentos (assinado em 24 de maio de 2010);
- Primeiro Aditivo ao Protocolo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério Público Federal e o CNMP para parceria em ações de gestão administrativa (assinado em 28 de julho de 2010);
- Portaria Conjunta nº 621 que entre si celebram o Ministério da Justiça, o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, instituindo Grupo de Trabalho para: I – acompanhar o procedimento para a construção de 82 estabelecimentos penais, que gerarão a criação de 18.904 novas vagas, cujos valores orçamentários de R\$ 502.633.609,82 foram descentralizados para a Caixa Econômica Federal, encaminhando soluções para eventuais problemas detectados, inclusive quanto aos novos cronogramas de execução; II – analisar os cronogramas de execução de 38 estabelecimentos penais não entregues, que resultarão na criação de 9.307 vagas, cujas obras foram iniciadas no período de 2004 a 2009, a fim de propor medidas e encaminhar soluções; e III – analisar o atual procedimento administrativo referente à construção de estabelecimentos penais, propondo sua reformulação, se for o caso, com vistas a propiciar maior celeridade.

1.2.2.2. Notas Técnicas

- Nota Técnica que expede o Conselho Nacional do Ministério Público, no exercício das competências previstas no art. 130-A, §2º, II, da Constituição Federal e no art. 19, VI, do seu Regimento Interno, e nos termos da deliberação do Colegiado, contra a aprova-



ção do Projeto de Lei n. 267/2007 (expedida em 06 de abril de 2010);

- Nota Técnica que expede o CNMP a propósito do controle externo da atividade policial por parte do Ministério Público (expedida em 12 de abril de 2010);
- Nota Técnica que expede o Conselho Nacional do Ministério Público, no exercício das competências previstas no art. 130-A, §2º, II, da Constituição Federal e no art. 19, VI, do seu Regimento Interno, e nos termos da deliberação do Colegiado, reunido em sessão administrativa, em 5 de março de 2010, acerca do Projeto de Lei n. 265/2007 (expedida em 13 de abril de 2010).

1.2.2.3. Ações Contra o Conselho Nacional do Ministério Público

Não houve nenhum tipo de ação contra o Conselho até o momento em 2010.

1.3. Corregedoria Nacional do Ministério Público

1.3.1. Competências, Estrutura Orgânica e de Pessoal

1.3.1.1. Competências

A função de Corregedor Nacional do Ministério Público é exercida pelo Promotor de Justiça do Estado de Santa Catarina, Sandro José Neis, eleito na sessão do CNMP do dia 10 de agosto de 2009, para um mandato de dois anos.

As atribuições do Corregedor Nacional do Ministério Público estão previstas no § 3º do art. 130-A da Constituição Federal e regulamentadas pelo art. 31 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

1.3.1.2. Estrutura Orgânica

A Corregedoria Nacional do Ministério Público, órgão do CNMP funciona no SHIS QI 3, Lote A, Bloco G, Ed. Terracota, Lago Sul, em Brasília-DF e está organizada internamente nas seguintes unidades: Gabinete do Corregedor, Membros Auxiliares, Assessoria e Secretaria.

1.3.1.3. Estrutura de Pessoal

Atuam como membros auxiliares da Corregedoria Nacional oito Membros requisitados, com dedicação exclusiva, nos termos do art. 130-A, § 3º, III, da Constituição Federal, assim distribuídos: dois do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; dois do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; dois do Ministério Público do Trabalho; um do Ministério Público Federal; e um Ministério Público Militar.

No ano de 2010, foram ainda requisitados Membros do Ministério Público dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Paraíba e do Ministério Público da União (Ministério Público Federal e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios) para atuarem em procedimentos específicos (Sindicâncias, Inspeções e Correições).



O quadro de Servidores da Corregedoria Nacional está assim distribuído:

CARGO	QUANTIDADE	DATA APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Analista Processual do CNMP	6	26/01/2010	04/03/2010, DJ, Seção Única, páginas 15/16
Analista de Controle Interno requisitado	1	09/03/2010	13/05/2010, DJ, Seção Única, páginas 01 e 02.
Técnico Administrativo do CNMP	4	11/05/2010	10/06/2010, DJ, Seção Única, página 1
Técnico Administrativo requisitado	3	11/05/2010	10/06/2010, DJ, Seção Única, página 1
Assistente Administrativo requisitado	1	27/04/2010	29/06/2010, DJ, Seção Única, página 2.
TOTAL	15	28/04/2010	29/06/2010, DJ, Seção Única, página 2.

Tabela 04 – Quadro de Servidores da Corregedoria Nacional.

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

Existem ainda dois cargos comissionados, exercidos por Servidores da própria Corregedoria Nacional, e um estagiário na área jurídica.

1.3.2. Atividade Disciplinar, Correicional e Executiva

Os tipos processuais atuados na Corregedoria Nacional no período (10 de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2010):

TIPOS PROCESSUAIS	QUANTIDADE	%
Reclamação Disciplinar	456	86,20%
Revisão de Processo Disciplinar	19	3,59%
Sindicância	32	6,05%
Inspeção	12	2,27%
Correição	5	0,95%
Outros	5	0,95%
TOTAL	529	100,00%

Tabela 05 – Distribuição dos tipos processuais atuados na Corregedoria Nacional

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



1.3.2.1. Atividade Disciplinar

- Reclamações Disciplinares encerradas na Corregedoria Nacional, no período considerado, tiveram as seguintes decisões:

MOTIVAÇÃO	QUANTIDADE	OBSERVAÇÃO
"Atuação suficiente do órgão disciplinar local (art. 74, § 6º, RICNMP)"	194	Apuração no órgão de origem. Encerrados com ou sem punição.
"Indeferimento liminar. Falta de comprovação de autoria. (art. 74, § 1º, RICNMP)"	66	O autor não comprovou a autoria. Ausência de documentos pessoais.
"Arquivamento sumário. O fato narrado não configura crime ou ilícito penal. (art. 74, § 2º e art. 31, I, RICNMP)"	69	-
"Abertura de Sindicância. Instrução pela Corregedoria nacional. (art. 75, RICNMP)."	25	-
Outros	5	Reclamações reatuadas como outros tipos processuais; juntadas a Processos Disciplinares, perda do objeto etc.
TOTAL	358	-
TOTAL	529	100,00%

Tabela 06 – Decisões das Reclamações Disciplinares encerradas na Corregedoria Nacional.

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

- Revisão de Processo Disciplinar

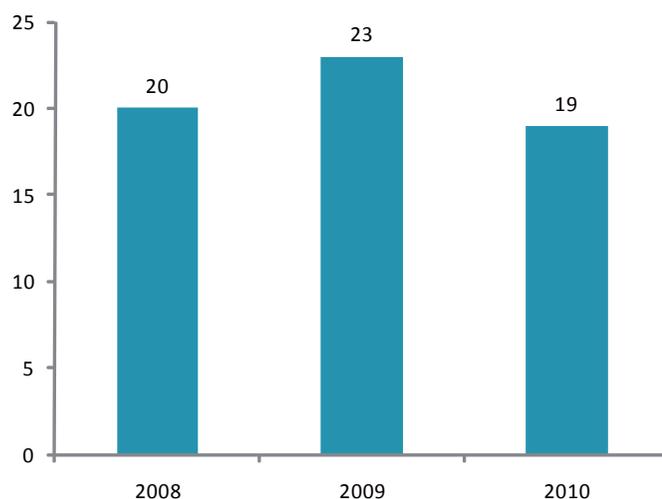


Gráfico 01 – Quantitativo de Revisões de Processos Disciplinares – Período: 2008 a 2010.

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

- Sindicância

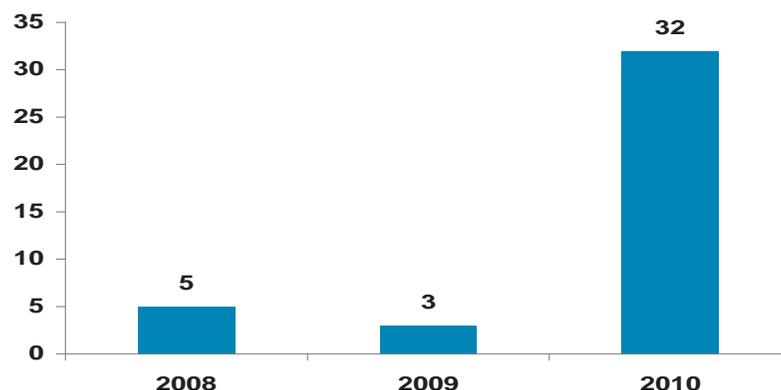


Gráfico 02 – Quantitativo de Sindicâncias instauradas – Período: 2008 a 2010.
Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

1.3.2.2. Atividade Executiva

Deu-se início à fase de realização de inspeções pela Corregedoria Nacional, sendo lançado um Plano de Trabalho com o objetivo de se visitar todas as unidades dos Ministérios Públicos dos Estados e os ramos do Ministério Público da União.

Neste intuito, dando continuidade aos trabalhos já iniciados no ano de 2009, no ano de 2010 foram empreendidas cinco visitas de inspeção, com a instauração de 12 procedimentos, com a seguinte distribuição: três no Estado de Alagoas (Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho); três no Estado da Paraíba (Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho); quatro no Estado do Pará (Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Militar); um no Estado do Piauí (Ministério Público Estadual); e um no Estado de São Paulo (Ministério Público Estadual).

A metodologia empregada está consubstanciada no Manual de Inspeções elaborado pela Corregedoria Nacional, disponível no sítio do CNMP na Internet. A Inspeção tem por objetivo verificar a regularidade administrativa e funcional das Unidades inspecionadas.

A realização de inspeções pela Corregedoria Nacional tem se mostrado fundamental para o conhecimento da realidade administrativa e funcional dos órgãos inspecionados, permitindo, ainda, ao CNMP o conhecimento de temas que antes não chegavam ao órgão pela via normal de provocação.

A Correição é instrumento de fiscalização e apuração de fato determinado. Na Corregedoria Nacional é instaurada para averiguar uma situação específica, decorrente da própria atividade disciplinar. Pode ainda ser deflagrada por deliberação do Plenário do CNMP, no julgamento de outros processos, como ocorre nos julgamentos dos relatórios de inspeções.

ANO	QUANTIDADE
2008	1
2009	-
2010	5

Tabela 07 – Quantitativo de Correições instauradas – Período: 2008 a 2010.
Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



1.3.2.3. Total de Procedimentos Atuados por Ano

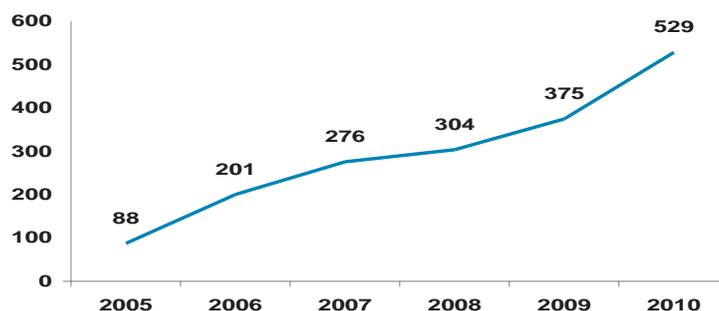


Gráfico 03 – Evolução Anual – Total de Procedimentos Atuados na Corregedoria Nacional – Período: 2005 a 2010.
Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

1.3.2.4. Procedimentos em Tramitação em 30 de novembro de 2010

TIPO	QUANTIDADE
Reclamação Disciplinar	381
Revisão de Processo Disciplinar	0
Sindicância	21
Inspeção	10
Correição	1
Outros	-
TOTAL	413

Tabela 08 – Quantitativo de processos em tramitação na Corregedoria Nacional.
Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

1.3.3. Visitas, Representações e Participações em Eventos

O Regimento Interno do CNMP atribui ao Corregedor Nacional uma função de integração com as demais unidades do Ministério Público (art. 31, inc. IX e X), além de suas competências disciplinares e executivas (realização de inspeções e correições). Para tanto, reserva-lhe a missão de manter contato direto com os demais órgãos do Ministério Público (visitas e atendimentos), a promoção de reuniões com a finalidade de estudo, acompanhamento e apresentação de sugestões.

Com este objetivo, no ano de 2010 o Corregedor Nacional participou, dentre outras atividades, dos seguintes eventos:

ATIVIDADE/EVENTO	QUANTIDADE
Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNCGMPEU)	3
Congressos/Palestras	11
Reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça	2
Visitas de Inspeções	5
Reuniões com Entidades de Classe (CONAMP, ATMP, ASMMT, etc)	3
TOTAL	24

Tabela 09 – Quantitativo de eventos com participação do Corregedor Nacional em 2010.
Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



1.3.4. Acompanhamento de Atos do Conselho Nacional do Ministério Público

A Corregedoria Nacional é órgão do CNMP com competência disciplinar e correicional. No entanto, outras atividades poder-lhe-ão ser atribuídas por deliberação do Plenário do CNMP, conforme prevê o art. 31, inc. VII, do Regimento Interno.

Nesse diapasão, a Corregedoria Nacional foi incumbida de acompanhar o cumprimento da Resolução CNMP nº 36/2009 e da Resolução CNMP nº 43/2009. A Resolução nº 36/2009 dispõe sobre o pedido e a utilização de interceptações telefônicas e de telemática no âmbito do Ministério Público, cabendo à Corregedoria Nacional receber informações sobre o quantitativo mensal de interceptações em cada unidade. Para tanto, mantém banco de dados alimentado por sistema informatizado, recebendo as informações das Corregedorias-Gerais. A Resolução nº 43/2009 institui a obrigatoriedade da realização de inspeções e correições no Ministério Público dos Estados e da União, ficando a Corregedoria Nacional responsável por receber os calendários anuais e os relatórios dos trabalhos executados para análise dos trabalhos efetivados.

1.3.5. Atividades Desenvolvidas pelas Corregedorias-Gerais

Correições e inspeções efetuadas

Correição e Inspeção são procedimentos previstos nas Leis Orgânicas como espécies de atividade executiva, e visam, primordialmente, a verificar a regularidade e a qualidade dos serviços desenvolvidos nos órgãos visitados. Com o entendimento de que tal atividade é fundamental para o bom funcionamento dos órgãos do Ministério Público, em 2009, o CNMP editou a Resolução nº 43, que tornou obrigatória a realização de inspeções e correições em todas as unidades do Ministério Público, com a intenção de atender aos comandos já existentes na respectiva Leis Orgânicas. Com esta observação, percebe-se o gradual aumento desta atividade a cada ano, a exemplo do ano de 2009, quando nenhuma Unidade deixou de realizar este tipo de procedimento.

MINISTÉRIO PÚBLICO	CORREIÇÕES	INSPEÇÕES
MPE – ACRE	25	40
MPE – ALAGOAS	33	5
MPE – AMAPÁ	56	6
MPE – AMAZONAS	20	-
MPE – BAHIA	125	8
MPE – CEARÁ	55	143
MPE – ESPÍRITO SANTO	1	34
MPE – GOIÁS	88	-
MPE – MARANHÃO	52	12
MPE – MATO GROSSO	100	4
MPE – MATO GROSSO DO SUL	46	9
MPE – MINAS GERAIS	193	11
MPE – PARÁ	1	28
MPE – PARAÍBA	49	1
MPE – PARANÁ	82	11
MPE – PERNAMBUCO	166	30
MPE – PIAUÍ	20	11
MPE – RIO DE JANEIRO	141	-
MPE – RIO GRANDE DO NORTE	3	35
MPE – RIO GRANDE DO SUL	163	-



MINISTÉRIO PÚBLICO	CORREIÇÕES	INSPEÇÕES
MPE – RONDÔNIA	48	4
MPE – RORAIMA	26	37
MPE – SANTA CATARINA	117	2
MPE – SÃO PAULO	54	110
MPE – SERGIPE	26	-
MPE – TOCANTINS	28	-
MPF	685	-
MPT	8	-
MPM	5	-
MPDFT	26	94
TOTAL	2442	635

Tabela 10 – Números apresentados pelas Corregedorias Gerais em 2010.
 Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

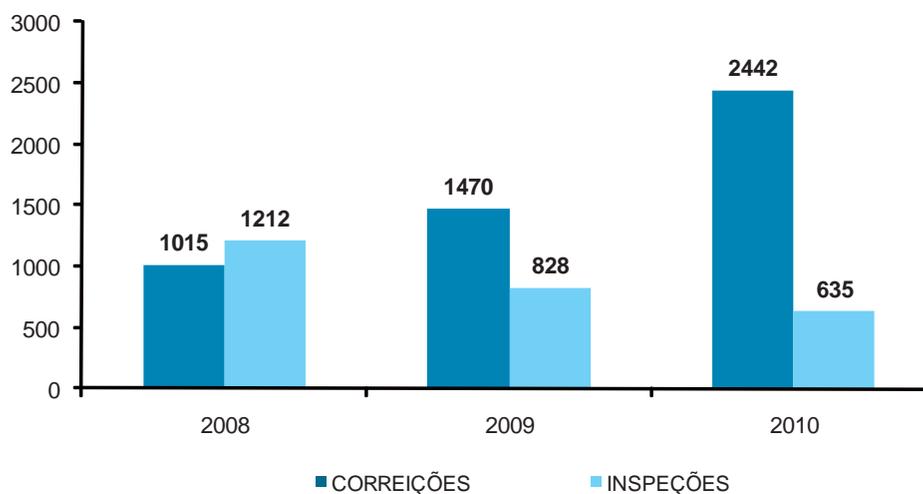


Gráfico 04 – Comparativo de Procedimentos (Correções e Inspeções) – Período: 2008 a 2010.
 Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

Acompanhamento de estágio probatório

O acompanhamento de estágio probatório ocorre naquelas unidades onde existam membros nos dois primeiros anos de efetivo exercício, sendo etapa necessária para o vitaliciamento.



MINISTÉRIO PÚBLICO	ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO		
	Encerrados com Proposta de Vitaliciamento	Encerrados com Proposta de Não Vitaliciamento	Em Andamento
MPE – ACRE	-	-	21
MPE – ALAGOAS	-	-	-
MPE – AMAPÁ	8	-	3
MPE – AMAZONAS	-	-	14
MPE – BAHIA	-	-	16
MPE – CEARÁ	2	-	54
MPE – ESPÍRITO SANTO	1	-	-
MPE – GOIÁS	3	-	33
MPE – MARANHÃO	-	-	38
MPE – MATO GROSSO	-	-	30
MPE – MATO GROSSO DO SUL	-	-	18
MPE – MINAS GERAIS	24	-	54
MPE – PARÁ	34	-	45
MPE – PARAÍBA	-	-	16
MPE – PARANÁ	31	-	50
MPE – PERNAMBUCO	-	-	3
MPE – PIAUÍ	11	-	2
MPE – RIO DE JANEIRO	52	-	34
MPE – RIO GRANDE DO NORTE	-	-	33
MPE – RIO GRANDE DO SUL	-	-	-
MPE – RONDÔNIA	-	-	14
MPE – RORAIMA	1	-	8
MPE – SANTA CATARINA	-	-	44
MPE – SÃO PAULO	-	-	51
MPE – SERGIPE	-	-	11
MPE – TOCANTINS	12	-	15
MPF	12	-	72
MPT	28	-	135
MPM	3	-	-
MPDFT	-	-	8

Tabela 11 – Quantitativo sobre o Acompanhamento de estágio probatório em 2010.

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



Procedimentos concluídos no período

MINISTÉRIO PÚBLICO	PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS			
	Espécie de procedimento	Arquivados em 2010	Encerrados em 2010 com aplicação de penalidade	Em andamento
MPE - ACRE	Fase Investigatória	-	-	-
	Inquérito Administrativo	15	-	4
	Processo Administrativo	-	-	3
	Outros	-	-	-
MPE - ALAGOAS	Fase Investigatória	54	-	25
	Inquérito Administrativo	7	2	7
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	-	-	-
MPE - AMAPÁ	Fase Investigatória	-	-	-
	Inquérito Administrativo	3	-	10
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	-	-	-
MPE - AMAZONAS	Fase Investigatória	-	-	-
	Inquérito Administrativo	3	1	3
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	21	-	-
MPE - BAHIA	Fase Investigatória	106	-	63
	Inquérito Administrativo	3	1	-
	Processo Administrativo	11	3	6
	Outros	5	-	-
MPE - CEARÁ	Fase Investigatória	-	-	-
	Inquérito Administrativo	13	-	19
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	-	-	-
MPE - ESPÍRITO SANTO	Fase Investigatória	387	-	-
	Inquérito Administrativo	107	10	27
	Processo Administrativo	9	1	4
	Outros	-	-	-
MPE - GOIÁS	Fase Investigatória	53	-	29
	Inquérito Administrativo	13	4	11
	Processo Administrativo	-	-	1
	Outros	37	-	9
MPE - MARANHÃO	Fase Investigatória	60	-	56
	Inquérito Administrativo	2	1	7
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	20	-	-
MPE - MATO GROSSO	Fase Investigatória	37	-	7
	Inquérito Administrativo	-	-	-
	Processo Administrativo	4	1	3
	Outros	-	-	-
MPE - MATO GROSSO DO SUL	Fase Investigatória	15	-	7
	Inquérito Administrativo	5	1	-
	Processo Administrativo	-	-	2
	Outros	7	-	1



MINISTÉRIO PÚBLICO	PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS			
	Espécie de procedimento	Arquivados em 2010	Encerrados em 2010 com aplicação de penalidade	Em andamento
MPE - MINAS GERAIS	Fase Investigatória	240	-	97
	Inquérito Administrativo	-	-	-
	Processo Administrativo	6	-	12
	Outros	79	-	32
MPE - PARÁ	Fase Investigatória	52	-	17
	Inquérito Administrativo	-	-	-
	Processo Administrativo	-	6	5
	Outros	-	-	-
MPE - PARAÍBA	Fase Investigatória	26	-	36
	Inquérito Administrativo	-	-	-
	Processo Administrativo	-	1	4
	Outros	-	-	-
MPE - PARANÁ	Fase Investigatória	140	-	41
	Inquérito Administrativo	5	5	2
	Processo Administrativo	2	4	5
	Outros	-	-	-
MPE - PERNAMBUCO	Fase Investigatória	102	-	28
	Inquérito Administrativo	-	-	-
	Processo Administrativo	4	1	10
	Outros	-	-	-
MPE - PIAUÍ	Fase Investigatória	21	-	13
	Inquérito Administrativo	12	-	15
	Processo Administrativo	2	1	13
	Outros	-	-	-
MPE - RIO DE JANEIRO	Fase Investigatória	172	-	46
	Inquérito Administrativo	2	1	2
	Processo Administrativo	-	7	9
	Outros	130	-	18
MPE - RIO GRANDE DO NORTE	Fase Investigatória	64	-	14
	Inquérito Administrativo	3	-	1
	Processo Administrativo	2	-	-
	Outros	17	-	1
MPE - RIO GRANDE DO SUL	Fase Investigatória	125	-	34
	Inquérito Administrativo	2	-	2
	Processo Administrativo	1	2	11
	Outros	44	-	12
MPE - RONDÔNIA	Fase Investigatória	22	-	1
	Inquérito Administrativo	2	-	4
	Processo Administrativo	-	-	1
	Outros	-	-	-
MPE - RORAIMA	Fase Investigatória	9	-	-
	Inquérito Administrativo	-	-	-
	Processo Administrativo	1	-	-
	Outros	1	-	3



MINISTÉRIO PÚBLICO	PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS			
	Espécie de procedimento	Arquivados em 2010	Encerrados em 2010 com aplicação de penalidade	Em andamento
MPE - SANTA CATARINA	Pedido de Explicações	-	-	-
	Sindicância	42	-	26
	Proc. Adm. Sumário	1	3	9
	Proc. Adm. Ordinário	22	-	3
MPE - SÃO PAULO	Fase Investigatória	294	-	141
	Inquérito Administrativo	26	-	19
	Processo Administrativo	20	16	30
	Outros	-	-	-
MPE - SERGIPE	Fase Investigatória	6	-	-
	Inquérito Administrativo	-	-	-
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	-	-	-
MPE - TOCANTINS	Fase Investigatória	7	-	-
	Inquérito Administrativo	20	-	4
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	3	-	-
MPF	Fase Investigatória	84	-	58
	Inquérito Administrativo	4	-	8
	Processo Administrativo	-	1	-
	Outros	119	-	-
MPT	Fase Investigatória	24	-	3
	Inquérito Administrativo	7	-	8
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	24	-	8
MPM	Fase Investigatória	23	-	7
	Inquérito Administrativo	1	-	1
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	-	-	-
MPDFT	Fase Investigatória	26	-	28
	Inquérito Administrativo	5	-	2
	Processo Administrativo	1	2	2
	Outros	16	-	6

Tabela 12 – Quantitativo de Procedimentos concluídos em 2010.

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

Legenda: - Fase Investigatória: Representação, Expediente Administrativo, Pedido de Providências, Apuração Sumária, Protocolados, Expedientes; - Inquérito Administrativo: Procedimento investigatório Preliminar, Inquérito Administrativo, Procedimento Administrativo Preliminar, Processo Preliminar e Sindicância; - Processo Administrativo: Processo Administrativo Disciplinar, Procedimento Administrativo Disciplinar Ordinário e Processo Administrativo Sumário; e - Outros: Consultas, Pedidos de Informação, Procedimentos de Orientação Formal, Processos de Verificação de Pendências, Pedido de Explicação e Atendimento de Partes.

ANO	ARQUIVADOS	ENCERRADOS (COM APLICAÇÃO DE PENALIDADES)
2008	1034	37
2009	1133	52
2010	6046	75

Tabela 13 – Comparativo anual de número de procedimentos arquivados e encerrados – Período: 2008 a 2010.

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



Quanto à estrutura física e de pessoal, em recente mudança, a Corregedoria Nacional passou a ocupar um prédio inteiro no Condomínio onde está localizada a sede do CNMP. Tal providência ampliou os espaços para membros e servidores, permitindo um melhor atendimento. No entanto, pelo volume de atividades desenvolvidas, o número de servidores ainda está aquém do necessário para a realização dos trabalhos de rotina e para as viagens de inspeção, fazendo-se necessária a requisição de pessoal em outros órgãos do Ministério Público.

No que se refere à atividade disciplinar, no período compreendido neste Relatório, foram instaurados 529 novos processos, o que configurou um aumento de 41% em relação ao ano de 2009. Este aumento, em parte, foi reflexo da realização de inspeções, que passou a identificar e trazer, diretamente para o CNMP, notícias de eventuais irregularidades. E uma das formas de contato direto com a sociedade ocorre por meio do atendimento ao público, realizado durante as visitas de inspeção.

Cumprir destacar que entre estes procedimentos houve um aumento significativo de sindicâncias instauradas pela Corregedoria Nacional, o que reflete o exercício da sua atuação supletiva, naqueles casos em que se entendeu haver maior necessidade de investigações complementares.

O controle disciplinar do CNMP, no qual está incluída a Corregedoria Nacional, não tem o objetivo de substituir os controles internos. Pelo contrário, sua atuação visa exatamente a garantir que esses controles funcionem adequadamente. Dessa forma, pelas informações prestadas, percebe-se um aumento significativo no número de procedimentos instaurados e encerrados no período (com e sem aplicação de sanção disciplinar), bem como no número de procedimentos executivos (correções e inspeções). É evidente que a perseguição da punição disciplinar é importante, no entanto a punição não é um fim em si mesma, mas consequência do trabalho da Administração pela busca da regularidade dos serviços públicos prestados pelo Ministério Público à sociedade brasileira.

1.4. Comissões

As Comissões Permanentes são órgãos do CNMP criados com o fim de permitir o aprofundamento de temas de relevância para o Ministério Público e o desenvolvimento de atividades específicas consideradas de interesse do CNMP.

Conforme prevê o Regimento Interno, modificado pela Resolução de nº 41 de 16/06/2009 e pela Emenda Regimental nº 3 de 27/07/2010, são Comissões Permanentes do CNMP: I – Comissão de Controle Administrativo e Financeiro; II – Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Carcerário e no Controle Externo da Atividade Policial; III – Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Área da Infância e Juventude; IV – Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; V – Comissão de Jurisprudência; e VI – Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo.

No segundo semestre de 2010 (Emenda Regimental nº 3 de 27/07/2010), a antiga Comissão Disciplinar, de Controle Externo da Atividade Policial, de Controle do Sistema Carcerário e de Controle das Medidas Socioeducativas Aplicadas em Adolescentes em Conflito com a Lei, foi desmembrada em duas comissões (itens II e III supra).

Atualmente, integram as Comissões os seguintes Conselheiros:

- **Comissão de Controle Administrativo e Financeiro:** Conselheiro Bruno Dantas (Presidente); Conselheiro Almino Afonso Fernandes; Conselheiro Cláudio Barros Silva; Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia; e Conselheira Sandra Lia Simón.
- **Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Carcerário e no Controle Externo da Atividade Policial:** Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia (Presidente); Conselheiro Adilson Gurgel de Castro;



Conselheiro Cláudio Barros Silva (renunciou ao cargo de membro desta Comissão); Conselheira Maria Ester Henriques Tavares; Conselheiro Sérgio Feltrin Corrêa; e Conselheira Taís Schilling Ferraz.

- **Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Área da Infância e Juventude:** Conselheira Sandra Lia Simón (Presidente); Conselheiro Achilles de Jesus Siquara Filho; Conselheira Cláudia Maria de Freitas Chagas; Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior; e Conselheira Taís Schilling Ferraz.
- **Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo:** Conselheira Cláudia Maria de Freitas Chagas (Presidente); Conselheiro Achilles de Jesus Siquara Filho; Conselheiro Bruno Dantas; Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior; Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia; Conselheira Sandra Lia Simón; e Conselheira Taís Schilling Ferraz.
- **Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público:** Conselheiro Cláudio Barros Silva (Presidente); Conselheiro Achilles de Jesus Siquara Filho; Conselheiro Adilson Gurgel de Castro; Conselheira Maria Ester Henriques Tavares; e Conselheiro Sérgio Feltrin Corrêa.
- **Comissão de Jurisprudência:** Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior (Presidente); Conselheiro Almino Afonso Fernandes; Conselheiro Bruno Dantas; Conselheiro Cláudio Barros Silva; e Conselheira Maria Ester Henriques Tavares.

No ano de 2010 atuaram nas comissões os seguintes membros-auxiliares:

- Em auxílio à Comissão do Sistema Carcerário e Controle Externo: Procuradora de Justiça Ivana Farina Navarrete, do Ministério Público do Estado do Goiás; Procurador da República no Estado de São Paulo, Roberto Antônio Dassié; Procurador da República no Estado da Bahia Vladimir Aras; e Promotor de Justiça Marcos Reichelt Centeno, do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
- Em auxílio à Comissão da Infância e Juventude: Promotor de Justiça Rodrigo Medina, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
- Em auxílio à Comissão de Jurisprudência: Promotor de Justiça Bruno Amaral, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- Em auxílio à Comissão de Controle Administrativo e Financeiro: Procuradora Regional da República da 1ª Região Valquíria Oliveira Quixadá Nunes; Promotor de Justiça Alexandre Sócrates da Silva Mendes, do Ministério Público do Estado do Tocantins.
- Em auxílio à Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, com atuação preponderante no Grupo de Trabalho da ENASP: Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento, do Ministério Público do Estado da Bahia.

No ano de 2010, destacaram-se como principais ações das Comissões Permanentes do CNMP:

1.4.1. Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

No ano de 2010, a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro esteve à frente da aprovação da Resolução nº 49/2009, que estabeleceu a obrigatoriedade de o CNMP solicitar anualmente aos tribunais de contas o envio dos relatórios de inspeção e das decisões proferidas por ocasião do julgamento das contas relativas à administração do Ministério Público. Os relatórios assim en-



caminhados têm sido autuados como Procedimentos de Controle Administrativo, um para cada Ministério Público, e distribuídos entre os membros do Conselho Nacional.

A comissão ainda expediu, em junho de 2010, o Ofício-Circular nº 05/2010/NAC-CCAF/SG/CNMP a todos os procuradores-gerais de justiça, a fim de levantar informações detalhadas sobre o pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público (subsídios, parcelas indenizatórias, gratificações ou outras vantagens pecuniárias). Em relação a cada unidade do Ministério Público, estão sendo abertos procedimentos de controle administrativos específicos, com distribuição aos membros do plenário do CNMP, para análise das informações coletadas. Na reunião realizada no dia 25 de outubro de 2010, a Comissão procedeu a análise de algumas respostas oferecidas ao Ofício-Circular nº 05/2010/NAC-CCAF/SG/CNMP, reiterando-se seu conteúdo aos procuradores-gerais que não prestaram informações, designando-se o Conselheiro Almino Afonso para que mantenha contato mais estreito com os Tribunais de Contas acerca da concessão de verbas remuneratórias a membros e servidores do Ministério Público.

Por provocação da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, o Plenário do CNMP realizará a análise das aposentadorias concedidas após a Emenda Constitucional nº 41/2003 a servidores e membros do MP. Nesse sentido, conforme decidido na reunião do dia 8 de junho de 2010, foi expedido o Ofício-Circular nº 06/2010/NAC-CCAF/SG/CNMP a todos os tribunais de contas, solicitando que sejam encaminhados ao CNMP todos os atos de aposentadoria de servidores e membros do MP analisados pelos tribunais nos últimos cinco anos, em que tenha havido manifestação do órgão pela irregularidade ou regularidade com ressalvas da concessão. Recebidas ou não as informações, serão abertos procedimentos de controle administrativos específicos, para cada caso concreto de concessão de aposentadoria a membro ou servidor do MP em que tenha havido manifestação do Tribunal de Contas pela irregularidade ou regularidade com ressalvas, os quais serão distribuídos aos membros do Plenário do CNMP.

A Comissão tem tomado a iniciativa para verificar o cumprimento das resoluções do CNMP que dizem respeito ao controle administrativo e financeiro do Ministério Público. Nesse sentido, foram expedidos os ofícios nº 32, 33, 34, 35 /2010/NAC-CCAF/SG/CNMP, respectivamente, aos Procuradores-Gerais do Ministério Público Federal, do Trabalho e dos Estados de Minas Gerais e do Paraná, com o fim de obter informações a respeito do cumprimento da Resolução nº 18/2007, que disciplina o exercício de cargos de direção e administração em cooperativas de crédito por membros do Ministério Público.

Por fim, ficou assentado na reunião do dia 25 de outubro de 2010, sob a presidência do Conselheiro Bruno Dantas, que as respostas aos ofícios enviados com o propósito de fiscalizar o cumprimento das decisões do Conselho em temas afetos aos controles administrativo e financeiro devem passar por uma análise prévia de mérito pelos membros-auxiliares da comissão (elaborando-se minuta de decisão), para que seja verificada a conveniência e a oportunidade de instauração de um processo próprio de controle, permitindo que os conselheiros se debruem com maior profundidade nos casos necessários. A medida atende ao princípio constitucional da eficiência na medida em que racionaliza os trabalhos da Comissão.

1.4.2. Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Carcerário e no Controle Externo da Atividade Policial

Realização do I Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do MP junto ao Sistema Carcerário, em 14 de abril de 2010, que teve por público-alvo os membros do Ministério Público com atuação junto aos presos provisórios e definitivos recolhidos em estabelecimentos penitenciários federais e estaduais e que reuniu em Brasília mais de cem membros do *Parquet* de todo o Brasil. Na ocasião, buscou-se dar início, no âmbito do CNMP, à discussão acerca de alternativas que possam reverter na melhoria do sistema penitenciário brasileiro;

Reunião, em 12 de julho de 2010, promovida por membro auxiliar da Comissão, com cinco membros do Ministério Público, tendo



por finalidade discutir os dados coletados até aquela data por meio do Ofício-Circular nº 04/2010/NAC-CODIS/SG/CNMP, e as medidas concernentes à padronização do controle externo da atividade policial pelo MP brasileiro.

A partir das discussões do encontro de 14 de abril de 2010 foram apresentadas ao Plenário do CNMP, em 11 de maio de 2010, proposta de resolução com o fim de disciplinar a uniformização das inspeções em estabelecimentos penais pelos membros do Ministério Público, e proposta de recomendação para que os procuradores-gerais dos MPs estaduais e da União implantem órgão de execução com atribuição exclusiva para fiscalizar e acompanhar a execução de penas. As propostas, aprovadas em sessão plenária do dia 22 de junho de 2010, culminaram com a edição da Resolução nº 56 de 22 de junho de 2010, que dispõe sobre a uniformização das inspeções em estabelecimentos penais pelos membros do Ministério Público. Com a Resolução, foi determinada a obrigação de visitas mensais a estabelecimentos penais por membros do Ministério Público, através do preenchimento de formulários – mensal e anual – padronizados anexos à Resolução. A medida integra o rol de ações conjuntas destinadas a garantir condições dignas aos apenados no Brasil, na forma preceituada pela Constituição Federal de 1988.

Na mesma diretriz do item anterior, a comissão tomou a iniciativa da realização de mutirões carcerários em unidades da federação brasileira, bem como envidou esforços para estar diretamente presente e acompanhar os mutirões realizados por iniciativa do CNJ.

Também como resultado dos debates do I Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do MP junto ao Sistema Carcerário, foi apresentada, em 12 de maio de 2010, proposta de resolução que visa a alterar os arts. 3º, II, e 4º, § 3º, da Resolução nº 20/2007, com o objetivo de aprimorar a regulamentação do controle externo da atividade policial no âmbito do Ministério Público.

Está ainda em curso a coleta de informações acerca do controle externo da atividade policial junto a todas as unidades do MP, por meio da expedição do Ofício-Circular nº 04/2010/NAC-CODIS/SG/CNMP aos procuradores-gerais de Justiça, solicitando resposta a 20 questões afetas ao controle externo da atividade policial (existência de previsão na constituição estadual e na lei orgânica do Ministério Público Estadual que regule essa função institucional, existência de grupo especial de atuação, Centro de Apoio Operacional e/ou promotorias especializadas com atribuições relacionadas ao controle concentrado da atividade policial, existência de normatização interna mediante atos, portarias, provimentos, resoluções, recomendações, avisos, previsão em planos gerais de atuação, dentre outras) e da tabulação das respostas enviadas.

Ao longo das reuniões realizadas no segundo semestre do ano, a comissão demonstrou especial preocupação com os grupos de extermínio que contam com a participação de policiais, nova modalidade criminosa que agrava a situação da segurança pública em muitos estados brasileiros. A comissão contou com o depoimento de alguns membros dos Ministérios Públicos dos Estados da Bahia, Paraíba e São Paulo, revelando a necessidade de instrumentalizar o combate a esses grupos, principalmente através da proteção e segurança dos representantes ministeriais encarregados dessa missão. Para o ano de 2011, estão previstos encontros nacionais para discussão do tema, bem como a elaboração e divulgação nacional de uma cartilha de orientação à população à exemplo da Cartilha da Polícia Cidadã formulada pelo Grupo de Controle Externo da Atividade Policial da Procuradoria da República no Estado do Paraná.

Necessário ressaltar que houve, principalmente no segundo semestre do ano de 2010, uma preocupação e efetivo acompanhamento pelas Comissões nos mutirões carcerários realizados nos Estados, com presença efetiva de Membros e Membros-auxiliares que realizaram visitas em estabelecimentos prisionais.

1.4.3. Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Área da Infância e Juventude

Realização do I Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude, em 5 de julho de 2010, destinado aos Coordenadores de Centros de Apoio Operacionais da Infância e da Juventude e



Membros da Comissão Permanente da Infância e Juventude e Educação (COPEIJE/GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores Gerais. Do encontro, emergiram propostas que poderão ser incorporadas ao plano de atuação do CNMP para a área da infância e da juventude, destacando-se: intermediação do CNMP para possibilitar e aprimorar o amplo acesso do Ministério Público aos cadastros nacionais geridos pelo CNJ; criação, na estrutura do CNMP, de comissão permanente e exclusiva da infância e da juventude (Emenda Regimental nº 03 de 27 de julho de 2010); criação de grupo de apoio composto de representantes dos diversos estados, para auxiliar nas tarefas de planejamento e operacionalização do plano de atuação do CNMP para a área da infância e da juventude; criação de grupo de integração interinstitucional especializado, composto de representantes do MPU e MP junto aos Tribunais de Contas e dos MPs Estaduais. Na ocasião, foi feito o anúncio formal de que, a partir do segundo semestre de 2010, o CNMP iniciaria a coleta de informações atualizadas sobre a estrutura das promotorias da infância e da juventude em todo o país, bem como sobre os procedimentos de inspeção em estabelecimentos destinados ao cumprimento de medidas socioeducativas de internação impostas a adolescentes em conflito com a lei e ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco.

Na reunião de 15 de setembro de 2010, discutiu-se a situação dos menores em instituições de acolhimento. Tendo em vista a falta de fiscalização da atuação do Ministério Público e a inexistência de uma ação conjunta entre MP e Judiciário que visem ao bem estar de crianças e adolescentes internados, foi proposto que sejam feitas trocas de experiências entre os MPs para estabelecer rotinas de atuação, cumprindo as determinações do ECA, e que seja estudada a possibilidade de fazer uma proposta de resolução para ser seguida em todo o país. Deliberou-se também acerca da realização de um diagnóstico nacional da municipalização das medidas socioeducativas e efetiva implementação do SUAS no âmbito dos municípios, a ser feito possivelmente em parceria com universidades públicas.

Na reunião do dia 18 de outubro de 2010 foram mencionados casos de torturas ocorridas em estabelecimentos de internação de adolescentes no Estado de Santa Catarina. Resolveu-se comunicar ao MP do respectivo Estado para que façam visitas ao estabelecimento, sendo que a Comissão da Infância e Juventude ainda pretende fazer uma visita informal para verificar tal denúncia. Propôs-se, ainda, a criação de um grupo de capacitação para promotores na área da Infância e da Juventude, tendo sido determinado o levantamento de custos de implementação, a criação de um calendário, o fornecimento de cursos direcionados etc. Sobre a regulamentação das inspeções de unidades de internação, determinou-se a articulação com os MPs estaduais para estudar proposta de resolução. Por fim, acerca da capacitação dos Promotores de Justiça para utilização dos cadastros nacionais do CNJ (CNA, CNCA e CNAEL), pretende-se realizar um evento em fevereiro de 2011, com o apoio do CNJ, para capacitação dos participantes do evento, experiência que deve ser multiplicada nos Estados.

1.4.4. Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo

Realização, em conjunto com a Secretaria de Gestão Estratégica, do 1º e do 2º *Workshop* de Planejamento Estratégico, com a finalidade de obter subsídios para a elaboração e execução do plano estratégico do CNMP. O primeiro foi realizado com vistas à construção de consensos em torno da missão, visão e valores do CNMP e o segundo com o fim de eleger metas e indicadores;

Execução, condução e acompanhamento do processo, em conjunto com a Secretaria de Gestão Estratégica, do contrato de consultoria voltada à construção do plano estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público;

Lançamento do Planejamento Estratégico do CNMP, no dia 21 de junho de 2010, com primeiro anúncio formal acerca do início do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público;

Envolvimento do CNMP no desenvolvimento da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública - ENASP, que tem por premissa básica a integração dos diversos órgãos que compõem o Sistema de Justiça e de Segurança na construção de soluções efetivas para



os problemas que afligem a área de segurança pública e o sistema criminal brasileiro. Na ENASP, o Conselho Nacional do Ministério Público, representado pela Conselheira Taís Ferraz, coordena o Grupo de Persecução Penal, cabendo a ele, nessa qualidade, a apresentação de sugestões de medidas conjuntas voltadas à agilidade e à efetividade dos procedimentos de investigação, denúncia e julgamento dos crimes de homicídio. A fim de produzir, em diálogo com as unidades do Ministério Público, plano de trabalho voltado a tais medidas, a Comissão de Planejamento Estratégico agregou-se a membros do Ministério Público com atuação junto ao Controle Externo da Atividade Policial e ao Tribunal do Júri, na primeira reunião de trabalho em que se tratou do tema, em 24 de abril de 2010. Em 13 de maio de 2010, foi instituído grupo de trabalho voltado ao auxílio e gerenciamento das ações sob a coordenação ou desenvolvidas com a participação do Conselho Nacional do Ministério Público, abrangidas pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – ENASP, formado por dez membros do Ministério Público. O grupo se reuniu com a comissão de planejamento nos dias 8 e 23 de junho de 2010. Por meio da ação integrada do GT e dos membros da comissão, foi produzido o plano de trabalho apresentado e aprovado no âmbito da ENASP no dia 1 de julho de 2010. O plano elege projetos e ações e fixa metas a serem alcançadas pelos órgãos do sistema de Justiça, a fim de que seja cumprido o objetivo de agilizar e dar maior efetividade às investigações, denúncias e julgamentos de ações penais nos crimes de homicídio. O grupo voltou a se reunir em Brasília no dia 21 de julho de 2010, para o detalhamento das ações e dos projetos.

Acompanhamento do trâmite de processos legislativos de potencial impacto institucional, a juízo da Comissão. Destaca-se, no acompanhamento legislativo, a aprovação do PL nº 5.909/2009 pela Câmara dos Deputados em novembro de 2010, que cria 301 cargos e determina a estruturação administrativa do CNMP. O acompanhamento da matéria continua perante a Casa Revisora.

Realização, no dia 8 de junho de 2010, de interface com o Presidente e com a Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, para discussão dos termos de proposta de resolução dispoendo sobre a criação e as atribuições das Ouvidorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. A proposta, apresentada pelo Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, discutida e alterada pela Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, culminou com aprovação, no dia 1 de dezembro de 2010, de resolução que determina a implantação das ouvidorias no Ministério Público dos Estados, da União e no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público. A resolução aguarda numeração e publicação no DJ.

Encontro com a Diretora de Gestão do Conselho Nacional de Justiça, para apresentação das linhas gerais do processo de planejamento estratégico do Poder Judiciário nacional, realizado pelo CNJ, com exposição breve da dinâmica de produção dos planos daquela instituição (primeiro encontro nacional, de sensibilização para a questão do planejamento do Poder Judiciário, 12 encontros regionais, entrevistas, eleição dos 15 objetivos estratégicos nacionais, segundo encontro nacional com a validação do marco estratégico; concomitantemente aos encontros, detalhamento dos atuais 46 indicadores do judiciário pelos servidores da Secretaria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento do Plano nacional).

No segundo semestre de 2010, a Comissão de Planejamento Estratégico deu início ao processo de Planejamento Estratégico do Ministério Público, em conjunto com as unidades do MP. Para tanto, foram feitas duas reuniões no Plenário do CNMP com a participação de convidados representantes de associações e entidades de classe de membros e servidores do MP, projetando-se a realização, para o ano de 2011, de um encontro nacional sobre planejamento estratégico do MP seguido de encontros regionais.

Desenvolvimento de projeto relativo à revisão dos questionários eletrônicos normatizados pelas Resoluções nº 32 e 33 do CNMP, que dispõem sobre o envio dos dados relativos à atuação administrativa e financeira pelas unidades do Ministério Público.

Em trabalho conjunto com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e o Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público, a Comissão esteve à frente da aprovação de Resolução que disciplina a padronização e uniformização terminológica e taxonômica de todas as atividades das unidades do Ministério Público. A medida significa importante avanço para o



princípio da unidade do Ministério Público.

Estão sendo realizadas ações conjuntas entre CMNP e o CNJ para a criação de cadastros de Ações Cíveis Públicas, Inquéritos Cíveis Públicos e Termos de Ajustamento de Conduta, bem como para implantação do processo eletrônico no âmbito do CNMP.

1.4.5. Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público

A Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público tem debatido questões voltadas ao fortalecimento de um Ministério Público autônomo, moderno e integrado a outras Instituições, como: a atuação dos Membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil; a necessidade de racionalização da intervenção no processo civil; o trabalho associado entre as Ouvidorias do Ministério Público e o CNMP; a regulamentação de padrões mínimos a serem adotados pelos Ministérios Públicos na instalação e funcionamento das ouvidorias; a apresentação de projeto de resolução regulamentando a revisão salarial anual para Membros e Servidores do Ministério Público, dentre outros temas.

Destaque-se que, emergiu da atuação da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público a apresentação, ao Plenário do CNMP, da proposta de recomendação disposta sobre a atuação dos Membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil. Apreciada e aprovada em sessão plenária de 28 de abril de 2010, por ocasião do julgamento do processo nº 0.00.000.000935/2007-71, a proposta compôs o texto da Recomendação nº 16/2010, publicada em 16 de junho de 2010. Por meio dela, o CNMP recomenda aos Ministérios Públicos que, no âmbito de sua autonomia, priorizem o planejamento das questões institucionais, destacando as que, realmente, tenham repercussão social, devendo, para alcançar a efetividade de suas ações, redefinir as atribuições através de ato administrativo e também repensar as funções exercidas por Membros e Servidores da Instituição, permitindo que estes, eventualmente, deixem de atuar em procedimentos sem relevância social, para, em razão da qualificação que possuem, direcionar a sua atuação na defesa dos interesses da sociedade.

Também foi apresentada pela Comissão, em sessão de 11 de maio de 2010, a proposta de Resolução que disciplina a revisão geral anual da remuneração dos Membros e Servidores do Ministério Público, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal. Por meio da Resolução, aprovada sob o nº 53, determina-se que cada Ministério Público encaminhará, na falta de iniciativa de caráter geral, projeto de lei às Casas Legislativas visando a assegurar a revisão geral anual da remuneração dos Servidores e dos subsídios dos Membros.

Dentre os trabalhos em andamento, destaque-se a elaboração de estudos acerca de grupos especiais e as forças-tarefa no Ministério Público Brasileiro, que é o objeto do Pedido de Providências nº 0.00.000.001210/2009-61, atualmente em fase de diligências. No bojo desse procedimento, está sendo feito levantamento junto a todas as Unidades do Ministério Público acerca da existência de designações temporárias e excepcionais de Membros do *Parquet*, criação de grupos ou força-tarefa e a existência de atos normativos internos acerca do tema, com vistas a posterior apresentação de proposta de regulamentação dos grupos especiais e forças-tarefa ao plenário do CNMP.

Cabe registrar, ainda, que têm sido desenvolvidos, no âmbito da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público, estudos com vistas a posterior emissão de orientação acerca da atuação do Ministério Público em segundo grau. Nesse aspecto, a fim de balizar a análise sobre as atribuições exercidas pelo MP em segunda instância, e de maneira a fornecer elementos concretos para a avaliação do panorama nacional, todas as unidades do MP foram chamadas a fornecerem dados sobre a movimentação processual em segundo grau (número de Membros atuando em 2º grau, em quais matérias afetas ao cargo cada membro atuou, número de feitos distribuídos e devolvidos com parecer, ou não, mês a mês, quantas sessões cada membro participou no Tribunal, como é feita a distribuição, se o membro exerce atividades administrativas cumulativas, ou não, bem como se há membro autorizado a não participar da distribuição ou com distribuição reduzida, dentre outros). Vide o processo de nº 0.00.000.000915/2007-08, que se encontra em pauta, porém tem sido sucessivamente adiado seu julgamento.



1.4.6. Comissão de Jurisprudência

A Comissão de Jurisprudência tem buscado aprimorar a transparência dos dados relativos ao CNMP, de maneira a conferir maior visibilidade às ações do Órgão perante a sociedade. Para tanto, a Comissão tem se voltado para a implementação de dois projetos, regulamentados pela Resolução CNMP nº 41/2009: o desenvolvimento de um sistema de jurisprudência; e a criação, confecção e distribuição da revista de jurisprudência e doutrina do Conselho Nacional do Ministério Público.

Em parceria com a Secretaria da Tecnologia da Informação, a Comissão de Jurisprudência tem se empenhado no desenvolvimento do Sistema de Jurisprudência do CNMP, que foi implantado, em fase de testes, em junho de 2010. No dia 16 de julho de 2010, no Plenário do CNMP, foi feita a primeira demonstração do sistema de jurisprudência pelo Setor de Tecnologia da Informação aos Servidores dos Gabinetes, da Coordenadoria Processual e da Corregedoria Nacional.

Sobre o procedimento de alimentação do sistema, aprovou-se em 30 de agosto de 2010 a requisição de um servidor que fará exclusivamente esse trabalho com relação às decisões antigas e atuais. A alimentação obedecerá ao projeto de padronização do formato dos documentos jurisprudenciais (decisões, relatórios, votos e ementas) do CNMP, apresentado pela Secretaria-Processual, em sua primeira versão, aos Membros da Comissão de Jurisprudência em reunião de 10 de maio de 2010, aos Servidores dos Gabinetes do CNMP em 30 de junho de 2010 e a todos os Conselheiros em reunião administrativa. As regras de padronização dos documentos oficiais se encontram em fase de análise, quanto à necessidade de ajustes e alterações.

Para gerenciar e avaliar as funcionalidades do sistema, bem como proceder ao controle da qualidade de tal alimentação, foi criado um Comitê Gestor, que é integrado por quatro Servidores e pelo Membro Auxiliar da Comissão e que está em funcionamento desde 30 de junho de 2010.

O projeto Revista de Jurisprudência tem sido desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Comunicação Social do Conselho. A proposta é de, por um lado, criar mecanismos para a divulgação dos posicionamentos jurisprudenciais do CNMP e, por outro, contribuir para a criação de um espaço institucional de discussão de questões voltadas ao aprimoramento da atuação do Ministério Público, ao debate acerca dos obstáculos à maior eficiência de sua atuação, ao surgimento de alternativas para contornar deficiências e limitações internas ou interinstitucionais. Ou seja, um espaço aberto à reflexão que tenha, direta ou indiretamente, a atuação do Ministério Público como espectro de análise crítica e ao qual sejam convidados a participar atores internos ao MP (integrantes de sua estrutura política ou administrativa) ou externos à Instituição.

O projeto inicial é o de veiculação de um informativo eletrônico para a jurisprudência do CNMP e criação e distribuição de uma revista impressa voltada à publicação de artigos doutrinários com periodicidade semestral.

Encontra-se em fase de formação o Conselho Editorial da revista impressa, para o qual têm sido convidados profissionais com efetiva disponibilidade para a leitura e seleção dos artigos a serem encaminhados ao CNMP.

Desde o dia 1º de julho, têm sido realizadas tratativas entre o CNMP e o Senado Federal voltadas à verificação da possibilidade e da conveniência da celebração de convênio entre os órgãos para a realização do projeto gráfico de criação e confecção da Revista de Jurisprudência do CNMP e de outros serviços conexos, como customização da versão *online* da revista, confecção de peças para o lançamento (cartazes, *e-mail marketing*, convite em formato postal), *mailing* e distribuição gratuita para as bibliotecas dos MPs e das Universidades Públicas e onerosa, mediante assinatura, para bibliotecas privadas.

A meta é que os dois primeiros números da revista sejam lançados em 2011, conforme determinação do presidente da Comissão de Ju-



risprudência, sendo a primeira edição para o primeiro semestre e a segunda para o segundo semestre, sem data previamente estabelecida, haja vista que os artigos estão sendo aos poucos recebidos por doutrinadores convidados e, alguns, ainda estão sendo traduzidos.

1.5. Secretaria Geral

A Secretaria Geral é diretamente subordinada à Presidência, cabendo-lhe exercer as atividades de apoio técnico-administrativo necessárias à preparação e à execução das funções do Conselho Nacional do Ministério Público. A Secretaria exerce também os serviços cartorários do CNMP: receber, autuar e movimentar os processos em tramitação.

O Regimento Interno do CNMP dispõe no Capítulo VI, art. 38, que a Secretaria Geral é diretamente subordinada à Presidência do CNMP, sendo dirigida por membro do Ministério Público designado pelo Presidente, nos termos do art. 29, inciso XX, do mesmo Diploma Legal, cabendo-lhe assessorar todos os demais órgãos do Conselho.

Atualmente, o cargo de Secretário-Geral é ocupado pelo Procurador Regional da República José Adércio Leite Sampaio, e o de Secretário-Geral Adjunto pela Procuradora Regional do Trabalho Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, ambos nomeados por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 003, de 12 de agosto de 2009, publicada no Diário da Justiça no dia 17 do mesmo mês.

Integram a Secretaria Geral as seguintes áreas: Secretaria de Gestão Estratégica, Secretaria de Comunicação, Secretaria Executiva, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Planejamento Orçamentário, Secretaria Jurídica e Secretaria de Tecnologia da Informação.

Como principal realização da Secretaria Geral no ano de 2010, deve ser destacada a organização do 1º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público – Governança Institucional. O evento em questão reuniu mais de 300 Membros e Servidores integrantes do Ministério Público, com atuação nas áreas de Gestão, Tecnologia da Informação e Comunicação de todas as unidades do país.

O Congresso discutiu as melhores práticas de Governança Institucional, com foco nos princípios da transparência, planejamento, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Como principal resultado do Congresso, será estabelecido um Fórum Nacional de Gestão, nos moldes dos já estabelecidos Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação (CPTI) e Comitê de Políticas de Comunicação (CPCOM), alinhado com o estabelecido pelo Planejamento Estratégico do Conselho, visando à proposição e ao alinhamento de práticas de gestão entre as unidades do Ministério Público.

1.5.1. Secretaria de Gestão Estratégica

A Secretaria de Gestão Estratégica foi instituída no organograma do CNMP a partir do ano de 2010 buscando atingir os seguintes objetivos: i) Implantação de um modelo de gestão estratégica, visando ao planejamento estratégico institucional, com o horizonte 2010-2015; ii) Implantação de um conceito de evoluções sucessivas, alinhado ao planejamento estratégico da instituição, estabelecendo-se uma metodologia de gestão de projetos, baseadas nas melhores práticas da Administração Pública; e iii) Disseminar e possibilitar ao Conselho a internalização e a absorção do conhecimento sobre a execução de suas atividades (sejam elas referentes à área meio ou fim), além de estabelecer o CNMP como referência para a difusão de políticas de gestão perante as unidades do Ministério Público e outros órgãos da Administração Pública.

Com esses objetivos definidos, a Secretaria de Gestão Estratégica foi composta por três Servidores, divididos nas seguintes áreas:

- **Secretaria de Gestão Estratégica**, representado pelo próprio Secretário, responsável direto pela implantação das atividades de planejamento estratégico da instituição, além da liderança de todos os projetos e atividades da secretaria;



- **Coordenadoria de Gestão de Projetos**, com um servidor, responsável pela coordenação e pela implantação da metodologia de gestão de projetos, além da criação de uma estrutura de Escritório de Projetos, capaz de suportar as evoluções sucessivas definidas e alinhadas ao planejamento estratégico institucional;
- **Núcleo de Ação Estratégica**, com um servidor (criado através da Resolução nº 25, de 3 de dezembro de 2007), responsável pelo suporte às solicitações da Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, acompanhamento do fornecimento das informações referentes às Resoluções nº 32 e 33 (criadas em 1º de dezembro e 15 de dezembro de 2008, respectivamente) para possibilitar o diagnóstico de volumes referentes às questões administrativas e funcionais das unidades do Ministério Público, além de dar apoio às demais áreas da Secretaria em questão.

A seguir, temos os principais projetos da Secretaria, durante o ano de 2010:

- **Planejamento Estratégico CNMP – Horizonte 2010-2015**: Sendo o principal objetivo da Secretaria de Gestão Estratégica, o Planejamento Estratégico do CNMP foi tratado com grande prioridade pelos Membros e Servidores do Conselho, durante todo seu processo de desenvolvimento. Para a composição do projeto, foi contratada uma consultoria especializada (GD Consult – Gestão e Desenvolvimento Ltda.) para trabalhar sob a coordenação direta desta Secretaria, visando ao estabelecimento da metodologia *Balanced Scorecard* no Conselho. O projeto de implantação foi realizado entre os meses de fevereiro e junho do corrente ano, com seu lançamento durante o aniversário de cinco anos do Conselho Nacional do Ministério Público, em solenidade realizada no Memorial JK, localizado em Brasília-DF. O Mapa Estratégico do CNMP encontra-se a seguir.

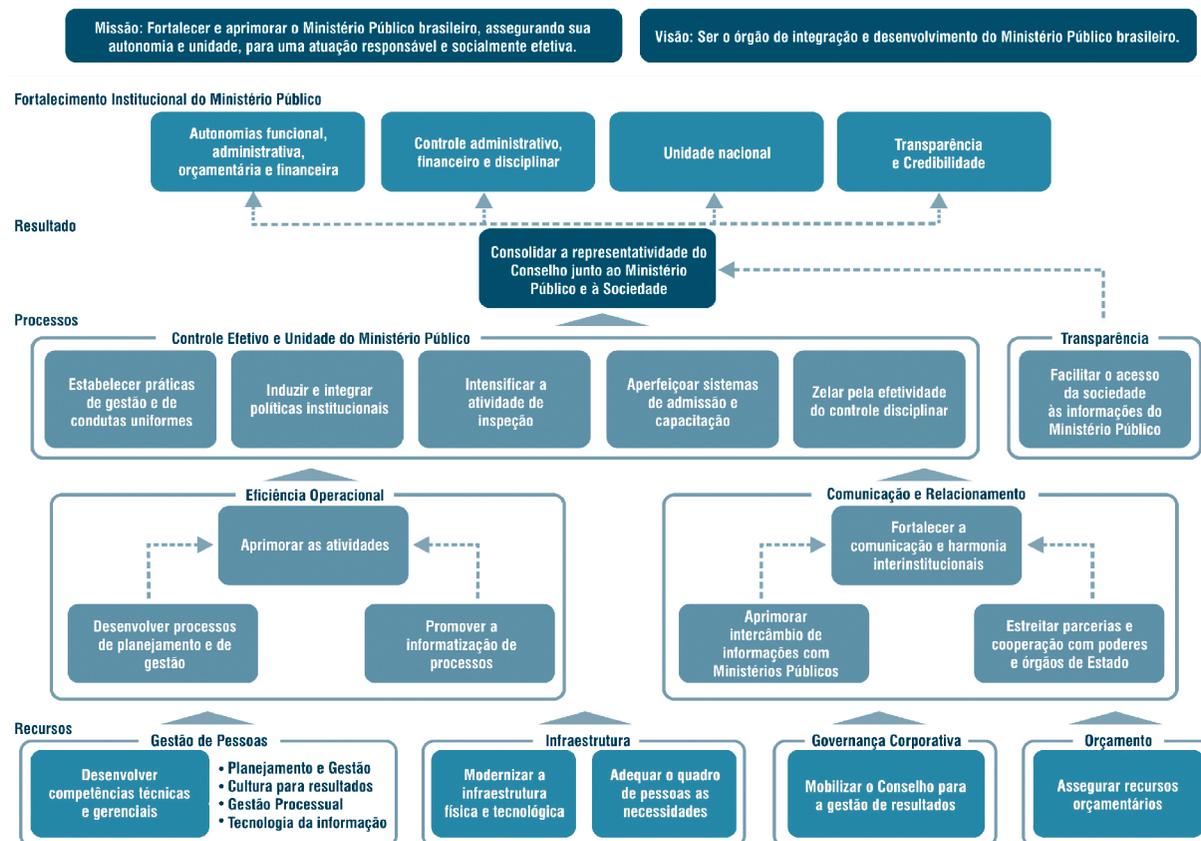


Figura 01 – Mapa Estratégico – Conselho Nacional do Ministério Público

Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

Após o seu lançamento, foram definidas também a estratégia de comunicação aos Membros e Servidores do Conselho, sua divulgação aos demais órgãos, além da forma de documentação, acompanhamento e mensuração dos indicadores. Como parte dessa estratégia de comunicação foram organizados alguns eventos para a estruturação do conteúdo da informação a ser repassada aos Servidores, além de traduzir, em ações do dia a dia de cada um dos Servidores, o Planejamento Estratégico da instituição. O Planejamento Estratégico do CNMP encontra-se hoje em fase de revisão periódica, através das Reuniões de Análise da Estratégia, para que seja possível a avaliação das ações tomadas do período e realinhar as iniciativas para que as metas traçadas sejam alcançadas.

- **Metodologia de Gestão de Projetos e a criação do Escritório de Projetos:** Outro objetivo desta Secretaria compreende o desenvolvimento de uma metodologia capaz de suportar as evoluções sucessivas decorrentes do Planejamento Estratégico, além da montagem de uma estrutura de Escritório de Projetos, que será responsável pelo acompanhamento dos projetos considerados estratégicos. Desta forma, a Coordenadoria de Gestão de Projetos vinculada a esta Secretaria é a unidade responsável pela execução das atividades citadas no CNMP, buscando sempre a estruturação de uma metodologia consistente, condizente com as melhores práticas da Administração Pública. A Metodologia de Gestão de Projetos do CNMP começou a ser elaborada em março de 2010, em conjunto com a estruturação do Escritório de Projetos. A MGP-CNMP se baseia em uma das melhores práticas em gestão de projetos, definidas pelo Project Management Institute (PMI), e que tem como principal fonte de informações o PMBoK (*Project Management Body of Knowledge*).
- **Planejamento Estratégico do Ministério Público:** O projeto em questão é um dos projetos mais relevantes no Planejamento Estratégico do CNMP, tendo o objetivo de estabelecer diretrizes únicas para todo o Ministério Público, possibilitando um alinhamento conjunto das unidades, focado em objetivos comuns. Diante de sua complexidade e de sua abrangência, foi contratada para suportar o desenvolvimento do mesmo a consultoria especializada GD Consult–Gestão e Desenvolvimento Ltda. O projeto possui 6 (seis) etapas no seu desenvolvimento, que podem ser definidas da seguinte forma:

ETAPA	DESCRIÇÃO
1 - Análise inicial da situação das unidades do Ministério Público e Revisão Documental	Análise contempla a revisão de toda a documentação das unidades do Ministério Público (referente aos seus planejamentos estratégicos locais), as principais legislações inerentes a estes planejamentos, além de toda a documentação e todo o projeto realizado no CNMP, bem como a documentação e legislações existentes para estas atividades.
2 - Encontro para Formalização do Compromisso junto ao Ministério Público.	Encontro nacional inicial onde seriam convidados os Procuradores-Gerais de Justiça e principais representantes das unidades do Ministério Público, além dos membros e os Secretários do CNMP, com o intuito de estabelecer um compromisso de todas as unidades do Ministério Público em torno do estabelecimento de diretrizes únicas, direcionados pelo Conselho Nacional do Ministério Público.
3 - Encontros Regionais – Coleta de Informações do Ministério Público	Encontros de trabalho regionais, com os representantes das unidades do Ministério Público, buscando ouvir as necessidades e particularidades de cada unidade, além de colher solicitações comuns a todos.
4 - Preparação do Mapa Estratégico – Principais Metas e Projetos	Consolidação das informações colhidas nos eventos e construção do Mapa Estratégico Nacional com uma proposta inicial de grandes Metas Estratégicas a serem seguidas pelas unidades do Ministério Público. Além disso, serão definidas as ações de âmbito nacional para o alcance dessas metas.
5 - Apresentação do Planejamento Estratégico Nacional	Apresentação do Mapa Estratégico do Ministério Público, além da validação da proposta de Metas Estratégicas e as iniciativas apresentadas.
6 - Estratégia de Comunicação do Planejamento Estratégico Nacional	Estabelecimento de uma estratégia de comunicação a todos os membros e servidores do Ministério Público, além de toda a sociedade, buscando envolvimento de todos na elaboração do Planejamento e o comprometimento com as metas estabelecidas.

Tabela 14 – Etapas do Projeto de Planejamento Estratégico do Ministério Público.
Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



O Evento Nacional, para o lançamento do projeto, está previsto para ser realizado em fevereiro de 2011. Os eventos regionais estão planejados da seguinte forma:

ETAPA	DESCRIÇÃO
Evento 1 – Goiânia	Distrito Federal, Goiás e Tocantins
Evento 2 – Belém	Amazônas, Amapá e Pará
Evento 3 – Porto Velho	Acre, Rondônia e Roraima
Evento 4 – Porto Alegre	Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina
Evento 5 – Rio de Janeiro	Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro
Evento 6 – São Paulo	Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo
Evento 7 – Salvador	Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe
Evento 8 – Fortaleza	Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte

Tabela 15 – Agenda dos Eventos Regionais – Planejamento Estratégico do Ministério Público.
Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

1.5.2. Secretaria de Comunicação Social

A Secretaria de Comunicação Social (Secom) foi criada no contexto de reestruturação administrativa do Conselho. Subordinada à Secretaria Geral, a Secom é responsável pela elaboração e gestão da política de comunicação do Conselho Nacional, tanto com públicos externos como com o público interno. Para isso ampliou seu quadro funcional de três Servidores em 2009 para cinco Servidores em 2010 (três analistas de comunicação do quadro do MPU, uma analista de comunicação cedida pela Câmara dos Deputados e uma agente administrativa com formação em Relações Públicas cedida pelo Ministério das Minas e Energia), além de dois estagiários.

As principais atividades desenvolvidas pela Secom são: A manutenção e a atualização do portal do Conselho na Internet; Produção e envio de boletim sobre as sessões do Plenário, destinado a todo o Ministério Público, em atendimento à Resolução CNMP nº. 50/2010; Produção de informações para a imprensa e atendimento às demandas dos jornalistas; Acompanhamento das notícias sobre o Conselho publicadas pela imprensa e distribuição dessa informação para o público interno do CNMP; Assessoria aos conselheiros, às inspeções da Corregedoria Nacional, aos trabalhos das comissões do Conselho; Articulação com assessores de comunicação das unidades do Ministério Público; Assessoria aos gestores em comunicação interna; Manutenção da Intranet do CNMP; e Publicação de boletim informativo interno em versões eletrônica e mural.

Algumas ações e iniciativas realizadas por esta Secretaria merecem destaque:

- **Identidade visual:** Um dos principais projetos da Secretaria e Comunicação em 2010 foi a criação de uma identidade visual para o CNMP. Até então, o Conselho adotava uma versão modificada do brasão da República como sua marca. Com a definição de sua missão e visão, ficou clara a necessidade de uma marca que refletisse os propósitos da instituição e contribuísse para identificá-la. A marca, baseada na ideia de integração do Ministério Público a partir de objetivos comuns, foi lançada em dezembro. A Secretaria de Comunicação deve concluir sua aplicação em documentos, sistemas e mobiliário do Conselho até março de 2011.
- **Imprensa:** Em 2010, a Secom realizou em média 70 atendimentos a jornalistas por mês. Até novembro de 2010, foram contabilizados 752 atendimentos. Esses atendimentos e as sugestões de pauta enviadas aos jornalistas geraram 2703 aparições do CNMP na mídia impressa entre janeiro e novembro – em média, 246 notícias por mês. O número de aparições variou em função de processos em julgamento pelo Plenário, da realização de inspeções e de outras



atividades da agenda do Conselho, como o levantamento do número de inquéritos de homicídios não solucionados, no âmbito da Enasp.

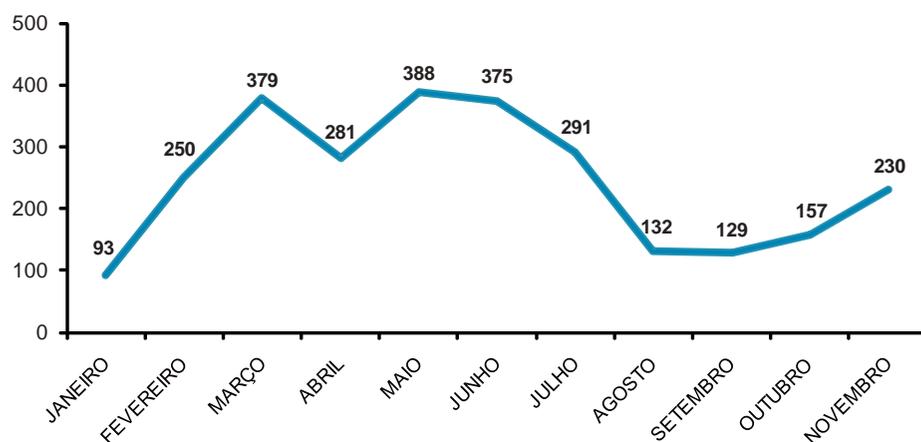


Gráfico 05 – Evolução Mensal – Aparições na mídia impressa.
Fonte: Secretaria de Comunicação Social. (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

Para preparar os porta-vozes do Conselho de modo a otimizar o relacionamento com a imprensa, a Secretaria de Comunicação promoveu, em outubro, um treinamento de mídia voltado aos conselheiros. Ainda com o objetivo de aperfeiçoar o relacionamento com a imprensa, foi preparada a contratação de serviços de cadastro de jornalistas, envio de mala direta e acompanhamento de notícias publicadas (*clipping*) em rádio, televisão, impresso e Internet. Até então, esses serviços são providos, em parte, pela Procuradoria Geral da República.

• **Internet:** Em 2010, o CNMP teve na Internet seu principal canal de diálogo com a sociedade. Estão disponíveis no sítio da instituição documentos como atas e pautas das sessões, relatórios de atividades, resoluções, legislação, além dos arquivos em áudio de todas as sessões realizadas desde 2006. Busca processual, íntegra de decisões, informações institucionais e sobre os conselheiros também podem ser encontradas. Formulários eletrônicos permitem aos interessados enviar denúncias e sugestões ao órgão. Ao longo do ano, foram criadas áreas específicas para concursos, licitações e para projetos como a Estratégia Nacional de Segurança Pública (Enasp) e o 1º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público. A página, desenvolvida em outubro de 2006, com o apoio da Secretaria de Comunicação da Procuradoria Geral da República (PGR), ainda facilita o contato entre o CNMP e a imprensa, com a publicação de notícias sobre a atuação do órgão e sobre as decisões mais importantes do colegiado. No ano de 2010 foram publicadas no portal do CNMP 177 notícias. Em dezembro de 2010 foi colocado em licitação o desenvolvimento de um novo portal para o CNMP, com recursos atualizados para favorecer o acesso do cidadão e dos Membros do Ministério Público. A previsão é que o novo portal – incluindo Intranet, Extranet, portal da Transparência e *hotsites* – esteja no ar em julho de 2011. Enquanto isso, ao longo do ano, o portal passou por diversos aperfeiçoamentos, como a reformulação da página inicial, com reorganização dos conteúdos, inclusão de fotos e de notícias destacadas como manchetes, aumentando o dinamismo da ferramenta de comunicação. O portal do CNMP na Internet recebeu no período 168.534 visitas, de 92.519 computadores diferentes. Apesar da alteração na forma como os acessos ao site são contabilizados, a partir de julho de 2010 é possível dizer que, em todos os meses de 2010, o número de visitantes e de visitas ao site do Conselho superou 2009.



1.5.3. Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva – SE foi criada em fevereiro de 2010, com a reestruturação administrativa do CNMP. Subordinada à Secretaria Geral, tem como principais atribuições: i) Assessorar o Secretário-Geral no planejamento das atividades e na gestão orçamentária e financeira do CNMP; ii) Planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas Secretarias de Planejamento Orçamentário, de Gestão de Pessoas, de Tecnologia da Informação, Jurídica, e pelas Coordenadorias de Administração e de Administração de Edifícios; iii) Ordenar as despesas e demais atividades decorrentes do ato, como assinar contratos e autorizar aquisições e homologar licitações; iv) Coordenar as ações administrativas do CNMP e promover seu inter-relacionamento com as demais unidades do Ministério Público e outros órgãos da Administração Pública; e v) Prestar informações para subsidiar o processo de contas do Conselho Nacional do Ministério Público.

Fazem parte da estrutura da Secretaria Executiva a Assessoria Jurídica; a Secretaria de Gestão de Pessoas; a Secretaria de Planos e Orçamentos; a Secretaria Processual; a de Tecnologia da Informação; a Coordenadoria de Administração e a Coordenadoria de Administração de Edifícios.

Desde a sua criação, o CNMP contou com o apoio do Ministério Público Federal na execução operacional de sua gestão administrativa e financeira. Contudo, no início do ano de 2010 o Conselho tornou-se Órgão Orçamentário, portanto com autonomia para gerir o seu próprio orçamento. Em face dessa decisão, inúmeras ações e providências foram tomadas para tornar o CNMP, de fato, independente.

O processo de autonomia teve início no mês de março, definindo-se cinco etapas principais para a conclusão do projeto. O prazo estabelecido para a finalização de todas as etapas é até o final de dezembro de 2011:

- **Primeira etapa:** assumir a gestão orçamentária e financeira e a execução do orçamento do CNMP. O prazo estabelecido para finalizar essas atividades foi 30 de julho de 2010. No entanto, no final de abril de 2010 esta etapa foi totalmente concluída.
- **Segunda etapa:** adequar a estrutura física e logística para suportar o aumento do quadro de Servidores, decorrente do crescimento das atividades institucionais. O prazo para conclusão dessa etapa é até o final de junho de 2011. Foram realizadas as seguintes ações: ocupação do edifício-sede 2, antiga sede do MPM; reforma dos blocos G e E do Edifício Terracotta para acomodar a Corregedoria, a Presidência e melhorar a estrutura dos gabinetes dos Conselheiros; negociações com a Secretaria de Orçamento Federal que resultaram na destinação de 60 milhões de reais na PLOA/2011 para aquisição da sede própria do CNMP.
- **Terceira etapa:** estruturação da Coordenadoria de Administração para assumir as novas atribuições de execução orçamentária e financeira, de realização de licitações para aquisição de bens e contratação de serviços, de gestão dos contratos administrativos, de gestão de material e patrimônio, dentre outras. O prazo estabelecido para a conclusão dessas atividades foi até dezembro de 2010. Esta etapa foi superada em outubro deste mesmo ano, com a publicação das portarias que instituem a Comissão Permanente de Licitações, a Comissão de Pregão e o Registro de Preços e da portaria que normatiza a gestão dos contratos no âmbito do CNMP.
- **Quarta etapa:** assumir a folha de pagamento até dezembro de 2011. Foi estabelecido um prazo maior por tratar-se de atividade muito complexa que exige estrutura tecnológica, desenvolvimento de sistemas e pessoal capacitado para o desempenho dessas atribuições.
- **Quinta etapa:** migração de todos os sistemas e estrutura de informática até dezembro de 2011. Atividade complexa que exige aporte de capital, transferência de tecnologia e contratação de serviços e pessoal qualificado para assumir as novas atribuições.



- **Última etapa:** implantação da Auditoria Interna do CNMP até dezembro de 2011. Para a conclusão desta etapa faz-se necessária a alocação de funções e cargos em comissão, bem como a lotação de Servidores qualificados no Conselho para desempenhar as atividades de controle interno e operações contábeis.

Todas as atividades desenvolvidas pela Secretaria Executiva, desde a sua criação, tiveram como foco o alcance dos objetivos e metas de estruturação e autonomia, estabelecidas no Planejamento Estratégico do CNMP e no Plano de Gestão da Secretaria Geral, destacadamente:

- **Programação Orçamentária e Financeira:** Uma grande preocupação da Secretaria Executiva foi de garantir os recursos orçamentários e financeiros para o funcionamento do CNMP, por isso conduziu, junto com a Secretaria de Planejamento Orçamentário, a revisão e adequação da programação orçamentária e financeira para o início 2010, a elaboração da proposta orçamentária para 2011 e as negociações com a Secretaria de Orçamento Federal para aumento da base orçamentária do CNMP.
- **Execução orçamentária e financeira:** Capacitação de Servidores para realizar a operacionalização da execução orçamentária e financeira. Até abril de 2010 toda a execução orçamentária e financeira do CNMP era realizada pela PGR. Os Servidores do CNMP não tinham o conhecimento técnico necessário para absorver essas atividades, razão pela qual foram destacadas duas servidoras que receberam treinamento prático e teórico durante quatro meses na CCEOF da PGR e na Divisão de Execução Orçamentária e Financeira da Procuradoria da República no Distrito Federal. Outro servidor foi capacitado, também na PGR, para realizar a conferência documental e a conformidade de gestão. Foi aberta a conta corrente do CNMP. Foram firmados convênios com os órgãos do Poder Executivo para utilização dos sistemas, SIASG, Comprasnet e SIGPLAN. Implantação do cartão de pagamentos do Governo Federal para pagamento de despesas com suprimento de fundos. Migração da gestão dos contratos administrativos para o CNMP. A grande maioria dos contratos de prestação de serviços que atendem o Conselho foram feitos pela PGR, com cláusulas que garantem o atendimento ao CNMP, por isso a gestão desses contratos é compartilhada. Foi elaborado planejamento de licitações para substituição dos contratos de prestação de serviços, de forma que o CNMP assumira a titularidades desses contratos. As aquisições de bens e contratações de serviços passaram a ser realizadas pelo CNMP desde julho de 2010. Foi criado o Núcleo de Compras e designada, em outubro, a Comissão Permanente de Licitação para garantir que o CNMP possa gerir o seu orçamento e realizar as aquisições e contratações necessárias ao funcionamento do órgão.
- **Estruturação das secretarias:** Coordenação das atividades e orientação aos Secretários na criação e estruturação das Secretarias de Gestão de Pessoas, de Planejamento Orçamentário, Jurídica e de Tecnologia da Informação, bem como das Coordenadorias de Administração e de Administração de Edifícios e da Assessoria Jurídica da Administração. Orientação e supervisão na expedição de normas e portarias que regulamentam as atividades administrativas do CNMP.
- **Plano de ação:** Foi elaborado o plano de ação da Secretaria Executiva para o alcance das metas estabelecidas pela Secretaria Geral, do qual se destacam as seguintes atividades: - Mudança das áreas administrativas para o edifício-sede 2, antigo prédio do Ministério Público Militar. A ocupação da sede 2, em estado precário, foi necessária por falta de espaço físico no edifício Terracotta para acomodar a nova estrutura administrativa do CNMP. Os projetos básicos para contratação de manutenção corretiva e preventiva estão sendo elaborados pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura da PGR, com previsão de conclusão em dezembro de 2010. Estima-se que até fevereiro de 2011 as deficiências estruturais do prédio estejam solucionadas. Várias ações já foram finalizadas e outras estão em andamento para melhorar as instalações como, por exemplo, a reforma da rede lógica e telefônica; reforma da central telefônica; revisão das instalações elétricas e hidrossanitárias; revisão do sistema de climatização; contratação de serviços de vigilância armada, de serviços de conservação e copeiragem, de serviços de reprografia; instalação de link de e do CPD; Adequação do bloco G do Ed. Terracotta, para acomodar a Corregedoria Nacional. O contrato para reforma foi assinado em agosto e a obra encontra-se em andamento, com prazo para conclusão até o dia 10 de novembro. Além da reforma



foi providenciada a aquisição de mobiliário e a contratação de serviços de vigilância, copeiragem, limpeza e reprografia; Reforma do bloco E do Edifício Terracotta, para acomodação da presidência e melhor atendimento aos gabinetes dos Conselheiros. A elaboração do *layout* está em andamento, com previsão de finalização dos serviços em março de 2011; e Designação de comissão para seleção de imóveis para aquisição da sede do CNMP.

- **Plano de Gestão da Secretaria Geral:** A Secretaria Executiva propôs e participou ativamente dos eventos para elaboração do Plano de Ação para o alcance das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico do CNMP. O primeiro evento foi realizado em Pirenópolis, com todos os Secretários, onde foi iniciado o Plano de Gestão da Secretaria Geral. A conclusão dos trabalhos ficou a cargo da Secretaria de Gestão Estratégica.
- **Projetos:** A Secretaria Executiva participa de vários projetos que estão em andamento, fazendo parte, inclusive, do Comitê Executivo de Projetos. Tem como objetivo garantir os recursos necessários para a conclusão dos projetos estratégicos e implementar projetos setoriais de interesse da Secretaria Geral.

1.5.3.1. Assessoria Jurídica de Administração

A Assessoria Jurídica é diretamente ligada à Secretaria Executiva do Conselho Nacional do Ministério Público, prestando assessoramento jurídico a esta e às suas unidades. Desde janeiro de 2010, conta com apenas dois Servidores, ambos bacharéis em Direito e com experiência na área de Direito Administrativo.

A Assessoria Jurídica da Secretaria Executiva exerce as seguintes atividades: emissão de pareceres e notas técnicas acerca de projetos de lei, resoluções e portarias de interesse do CNMP; análise e emissão de pareceres em processos administrativos de sindicâncias, procedimentos disciplinares, licitatórios, contratos, acordos, convênios, ajustes e demais vínculos contratuais; realização de pesquisas, estudos e resposta a consultas jurídicas sobre assuntos diversos, de interesse da Secretaria Executiva e suas unidades subordinadas; aprovação de minutas de Editais, Contratos e Termos Aditivos, elaborados pela Comissão Permanente de Licitação (CPL) da Coordenadoria Administrativa (COAD) do CNMP; elaboração de minutas de Convênios, acordos, ajustes e demais vínculos contratuais a serem firmados pelo CNMP; prestação de apoio à Secretaria Executiva na elaboração de minutas de portarias, resoluções, despachos, e demais atos normativos de interesse do CNMP; e realização da análise da conformidade documental dos processos de pagamento do Conselho Nacional do Ministério Público.

Entre 14 de Julho e 30 de novembro de 2010, foram recebidos e analisados 365 processos na Assessoria Jurídica da Secretaria Executiva, que tiveram média de tempo para análise de, somente, 3,95 dias, conforme ilustrado no quadro a seguir:

Processos Recebidos	JULHO/2010	AGOSTO/2010	SETEMBRO/2010	OUTUBRO/2010	NOVEMBRO/2010
Análise / Parecer Jurídico	16	47	51	39	41
Conformidade	0	27	45	50	49
Média Mensal de Tramitação (Dias)	JULHO/2010	AGOSTO/2010	SETEMBRO/2010	OUTUBRO/2010	NOVEMBRO/2010
Análise / Parecer Jurídico	18,31 dias	3,85 dias	7,38 dias	5 dias	4,76 dias
Conformidade	0	1,81 dias	1,11 dias	0,53 dias	1,08 dias
TOTAIS	Nº PROCESSOS		MÉDIA TRAMITAÇÃO		
Análise / Parecer Jurídico	194		7,86 dias		
Conformidade	171		1,13 dias		
TOTAL PROCESSOS			365		
MÉDIA GERAL DE DIAS EM TRAMITAÇÃO NA ASSJUR			3,95 dias		

Tabela 16 – Quantitativo de Processos recebidos e analisados pela Assessoria Jurídica.
Fonte: Assessoria Jurídica – Secretaria Executiva.- (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



Quanto aos tipos de atividades desempenhadas, entre o princípio do mês de março até o final do mês de novembro de 2010, foram expedidos cerca de 160 pareceres jurídicos, além de cinco notas técnicas, e elaboradas aproximadamente duas dezenas de minutas de Portarias e propostas de Resoluções, 12 contratos, e aproximadamente de 30 memorandos.

O aparelhamento administrativo do Conselho Nacional do Ministério Público, com a criação da Comissão Permanente de Licitação e a Gerência de Contratos, e com a autonomia administrativa em relação ao Ministério Público Federal, reforça a tendência de aumento na demanda da Assessoria Jurídica, em razão de suas funções organizacionais e legais, definidas em normas como a Lei nº. 8.666/1993, art. 38, parágrafo único.

1.5.3.2. Coordenadoria de Administração

São de responsabilidade da Coordenadoria de Administração as atividades administrativas desenvolvidas no Conselho Nacional do Ministério Público, tais como aquisições e contratação de serviços, procedimentos licitatórios, controle e distribuição de material, equipamentos e bens patrimoniais, execução orçamentária e financeira, gestão de contratos, comunicações administrativas, transportes e segurança patrimonial.

Integram a estrutura da Coordenadoria de Administração a Comissão Permanente de Licitação: Núcleo de Compras e Contratos; Núcleo de Serviços Administrativos; Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira; Núcleo de Material e Patrimônio; e Núcleo de Segurança e Transportes

Durante o período de fevereiro a novembro de 2010 foram realizadas diversas atividades com o objetivo de melhorar as instalações físicas, os serviços prestados e o atendimento ao público externo e interno.

1.5.3.3. Coordenadoria de Administração de Edifícios

São atribuições da Coordenadoria de Administração de Edifícios (CAED): Coordenar, orientar e acompanhar a execução das atividades de obras e serviços de engenharia, de arquitetura e de manutenção das instalações prediais necessárias à execução e à conservação da estrutura física, às reformas e ampliações e à manutenção das instalações das sedes I e II do Conselho Nacional do Ministério Público; Gerir Contratos de Manutenção referentes aos sistemas: Elétricos, Hidráulicos, Ar Condicionados/Climatizadores, Telefonia, Redes de Dados (serviços estruturais e cabeamentos, relacionados a informática), Elevadores, Aluguéis e Condomínios, dentre outros; e Desenvolver e acompanhar outras atividades inerentes à sua finalidade, determinadas pela chefia imediata.

Durante o ano de 2010, a CAED esteve à frente das seguintes atividades:

- Manutenção das instalações em geral nas duas unidades/sedes do CNMP: - Sede I - situada na QI 03, Lote A, Edifício Terracota - Blocos B, E e G - Lago Sul; e Sede II - situada no SAS Quadra 03, Bloco J - Plano Piloto.
- Acompanhamento sobre a solicitação feita pelo Exmo. Sr. Dr. José Adércio Leite Sampaio - Secretário-Geral do CNMP, através do Ofício nº 618/2008/SG-CNMP ao Governador do Distrito Federal, sobre a doação de um terreno destinado a futura construção da sede própria, cuja tramitação já foi realizada pela TERRACAP - Companhia Imobiliária de Brasília e pelo SPU - Secretaria do Patrimônio da União (matricula nº 125318 - Livro 2 - Registro Geral do Cartório do 1º Ofício do Registro de imóveis do Distrito Federal) sobre o terreno situado na SAF/Sul, Lote nº 8, quadra 1 que fica entre o Anexo do Itamaraty e o Anexo 4º do Congresso Nacional, com uma área total de aproximadamente 18.687,500 metros quadrados).
- Aquisições e instalações de divisórias para os novos layouts nos blocos da sede do Lago Sul do CNMP.



Executando, em conjunto com a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura – CEA/PGR/MPF, a reforma do Bloco G para poder acomodar a Corregedoria Nacional, em conformidade com os projetos e especificações desenvolvidos pela equipe daquele órgão, a reforma esta em fase final de entrega.

1.5.4. Secretaria de Gestão de Pessoas

A Secretaria de Gestão de Pessoas do CNMP foi criada em 14 de junho de 2010, por meio de comunicação do Secretário-Geral do CNMP aos Conselheiros e Servidores do órgão. Até esta data, o controle das atividades de pessoal era executado integralmente pela Procuradoria-Geral da República, cabendo ao CNMP somente o acompanhamento por meio de uma pequena equipe dentro da Coordenadoria Administrativa. Com a alocação de uma CC-3, duas FC-3 e uma FC-2, foram instituídos o gabinete do Secretário de Gestão de Pessoas, o Núcleo de Gestão de Carreiras, o Núcleo de Registro e Informações de Pessoal e a Unidade de Diárias e Passagens, respectivamente.

Embora tenha sido criada essa estrutura, a SGP carece ainda de melhoramentos na estrutura técnica, quantitativa e qualitativa, para poder absorver todas as atividades de pessoal inerente a qualquer órgão público. No que tange aos controles, são necessárias a aquisição/desenvolvimento de sistemas e soluções de pessoal bem como a edição de normas específicas para o CNMP, pois tanto os sistemas quanto as normas, em sua grande maioria, são os existentes/estabelecidos pela Procuradoria-Geral da República.

Nesse contexto, a Secretaria de Gestão de Pessoas, no exercício de 2010, enfrentou grandes desafios que, para qualquer outra órgão, já estruturado, não passaria de pequenas ações.

Como principais ações desenvolvidas no ano de 2010, podem ser elencados os itens a seguir:

- **Concurso/contratação de estagiários:** Por meio do Edital Nº 1/2010 - SG/CNMP foi realizado o primeiro concurso para participação em programa de estágio do Conselho Nacional do Ministério Público. O edital foi elaborado em consonância com o disposto na Resolução nº 42, de 16 de junho de 2009, e ofereceu cinco vagas para estudantes da área de tecnologia da informação. A seleção, que contou com 17 inscritos, foi realizada por meio de prova escrita de língua portuguesa, 10 questões, e 20 questões de tecnologia da informação. Ambas as provas foram elaboradas pelas áreas técnicas do CNMP. A prova foi aplicada no dia 19 de julho de 2010, na Escola Superior do Ministério Público da União e foram aprovados seis estudantes.
- **Avaliação de desempenho:** O Núcleo de Gestão de Carreiras da Secretaria de Gestão de Pessoas/CNMP é responsável pela realização das avaliações de desempenho funcional e das avaliações de estágio probatório dos Servidores do CNMP. O sistema de avaliação de desempenho funcional tem como objetivo aferir a eficiência dos Servidores das Carreiras de Analista e Técnico do Ministério Público da União no desempenho de suas atribuições, possibilitando a implementação de ações gerenciais voltadas para o aperfeiçoamento profissional, o crescimento na carreira, o desenvolvimento da organização e a melhoria do serviço. A avaliação formal de desempenho será realizada nos meses de março e setembro de cada ano, conforme consta na Portaria PGR nº 298/03. O sistema de avaliação de estágio probatório visa à confirmação ou não do servidor no cargo para o qual foi nomeado. A avaliação é feita semestralmente. Faltando quatro meses para o encerramento do período de estágio probatório do servidor, as avaliações de desempenho, contendo parecer conclusivo, são encaminhadas à Procuradoria-Geral da República, conforme Portaria PGR nº 542/94.
- **Curso sobre sistema GRIFO:** Em 16 de agosto de 2010 foi realizado pela SGP/CNMP o primeiro curso sobre o sistema Grifo, que controla e registra a frequência dos Servidores do CNMP. O curso foi ministrado pelas servidoras Cila de Castro Silva e Magali



Recupero de Oliveira, chefe e substituta, respectivamente, da Divisão de Frequência da SGP/MPF e contou com a participação de aproximadamente 30 Servidores do CNMP. O objetivo foi esclarecer dúvidas quanto a operacionalização do sistema por chefes e Servidores do CNMP.

- **Disponibilização de ferramenta e realização de curso sobre sistema de viagens:** Com o advento da ordenação de despesas pela Secretaria-Executiva do CNMP, a SGP/CNMP providenciou para que as solicitações e autorizações de viagens, o que abrange o pagamento de diárias e emissão de passagens, fossem geridas pelo próprio órgão por meio da utilização do SGV – Sistema de Gestão de Viagens. Essa ferramenta, desenvolvida pela área de tecnologia da informação e gerenciada pela Unidade de Diárias e Passagens e Passaporte da PGR, nos termos do protocolo de cooperação firmado entre o CNMP e o MPF, ficou à disposição do órgão para utilização mediante concessão de acesso aos Servidores e Membros do CNMP. Todos os Servidores dos gabinetes e outros indicados pelas demais secretarias foram cadastrados no sistema para poder solicitar passagens e diárias para os Membros, colaboradores e para os próprios Servidores. A partir disso, todas as solicitações de viagens foram realizadas internamente no CNMP, competindo à SGP/CNMP a análise dos pedidos e o encaminhamento para autorização ou pelo Presidente do CNMP, no caso de viagem de Membros, ou ao Secretário-Geral do CNMP, no caso de Servidores. Uma vez autorizada a viagem, a emissão da passagem fica a cargo da empresa contratada TRIPS Turismo, mediante intervenção da UDPP/MPF, em face dos requisitos técnicos do sistema. Já o processo de pagamento de diárias é instruído integralmente pelo CNMP, desde a solicitação até o pagamento em conta corrente. No mês de maio foi oferecido aos Servidores treinamento sobre operacionalização do sistema. Participaram do evento aproximadamente 25 Servidores.
- **Planejamento de treinamento:** A Secretaria de Gestão de Pessoas elaborou a programação de treinamento para o exercício de 2010, consultando todas as unidades do CNMP a respeito das demandas necessárias ao treinamento e aperfeiçoamento das pessoas. A previsão inicial era de 83 cursos ao custo de R\$ 427.036,82. A dotação orçamentária para ações de treinamento foram da ordem de R\$ 315.000,00. Até o dia 5 de dezembro de 2010 o orçamento executado no plano interno de capacitação era da ordem R\$ 133.443,24, não computados os treinamentos de que tratam a ação nº 7.
- **Termo de cooperação técnica com a ESMPU:** Em meados do mês de outubro foram iniciadas as tratativas com a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Ensino da Escola Superior do Ministério Público da União para a assinatura de termo de cooperação técnica entre os órgãos para o aperfeiçoamento dos Servidores do CNMP mediante matrícula nos cursos contratados pela Escola junto a diversas instituições renomadas do ramo. Dentre essas instituições, destaca-se a Fundação Getúlio Vargas (FGV) que oferece 25 cursos de extensão nas áreas meio e fim. O termo é de grande valia para o CNMP, tendo em vista o ganho de escala na contratação dos cursos uma vez que a ESMPU fez a contratação para atendimento aos quatro ramos do MPU. Logo, os preços praticados são bem vantajosos para o órgão. A previsão é de aperfeiçoar 70 Servidores aproximadamente. No início do mês de dezembro a Direção-Geral autorizou a inscrição dos Servidores do CNMP nos cursos oferecidos pela Fundação Getúlio Vargas, com fulcro no compromisso de assinatura do Termo de Cooperação Técnica.
- **Lotação e recepção novos Servidores:** Em outubro o Ministério Público da União realizou concurso público para preenchimento de vagas do seu quadro de pessoal. Com a aprovação do PL 5909/2009 ainda pendente no Congresso Nacional, foi solicitada ao MPF a nomeação de Servidores nos cargos do MPU para lotação no CNMP a fim de sanar o déficit de pessoal existente para atender à atual demanda. Para recepção dos novos Servidores está previsto um curso de ambientação dividido em duas etapas: a primeira, presencial, com apresentação de aspectos específicos sobre a atuação do CNMP, e a segunda, à distância, por meio de termo de cooperação técnica firmado com a ESMPU, onde serão oferecidas matérias sobre administração pública em geral. Uma vez aprovado o PL 5909/2009 será realizado pela Secretaria-Geral do CNMP o 1º Concurso Público para preenchimento das vagas criadas pela lei respectiva. O quadro atual de Servidores do CNMP é o constante da tabela a seguir.



QUADRO DE SERVIDORES					
ÁREA	1º Semestre		2º Semestre		Total
	Ingressos	Egressos	Ingressos	Egressos	130
Técnicos – CNMP	1	0	2	0	39
Técnicos – MF (cedidos)	4	1	10	0	16
Analistas – CNMP	0	0	4	1	36
Analistas – MPF (cedidos)	5	0	5	0	8
Requisitados	6	1	3	2	17
Contratados	5	0	2	2	10
Analista cedido	0	0	0	0	3
Técnico cedido	0	0	0	0	1
Membros Auxiliares	0	0	0	0	19
Estagiários	0	0	0	0	18

Tabela 17 – Quadro de Servidores Ingressos e Egressos em 2010.

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.- (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

- **Estudos para contratação de sistema de pessoal:** O CNMP não possui sistema próprio de gerenciamento de informações de pessoal. Toda a parte de cadastro e pagamento de pessoal é realizada pela Procuradoria-Geral da República por meio do sistema GPS. Ao CNMP é permitida somente a inclusão de dados referente a férias e avaliação de desempenho. As outras informações são acessadas somente em nível de consulta, com exceção da folha de pagamento, que é inacessível. Por esse motivo, visando ao total gerenciamento das informações de pessoal pela área responsável no CNMP, a SGP/CNMP iniciou pesquisas para aquisição de sistema próprio. Até mês de novembro foram avaliados dois sistemas integrados de pessoal – VETORH, da empresa Seniors, e o MENTORH, da empresa OSM. A expectativa é de que, no exercício de 2011, o CNMP tenha total gestão sobre o cadastro e a folha de pagamento de pessoal.

Para o exercício de 2011 restaram alguns desafios que não foram possíveis concluir em 2010, em face da falta de maturidade estrutural do órgão (contratos, pessoas, normas, etc.), dentre eles: Aquisição/desenvolvimento do sistema integrado de controle de pessoal; Redesenho dos fluxos e definição de responsabilidades; Edição de normas específicas de jornada de trabalho, programa de estágio, concessão de diárias, requisição de Servidores, programa de capacitação, entre outros.

1.5.5. Secretaria de Planejamento Orçamentário

Até então inexistente na estrutura administrativa do CNMP, a Secretaria de Planejamento Orçamentário (SPO), órgão de apoio técnico e diretamente subordinado à Secretaria Executiva, foi criada em fevereiro de 2010 e atua como órgão específico do Sistema de Planejamento, Orçamento e Finanças da Administração Federal, orientando tecnicamente as unidades gestoras do CNMP no planejamento e na execução das atividades afetas à área de orçamento e finanças. Subdivide-se em Gabinete da Secretaria de Planejamento Orçamentário (GAB/SPO), Coordenadoria de Planos e Avaliação (CPA) e Núcleo de Programação Orçamentária e Financeira (NPO).

A primeira missão da SPO foi diagnosticar a situação orçamentária e financeira do CNMP, a fim de subsidiar a tomada de decisão da Administração Superior, frente às novas diretrizes estratégicas.

O diagnóstico, realizado em fevereiro, consistiu em levantar e analisar dados sobre: a programação-base da proposta orçamentária de 2010; a disponibilidade orçamentária para 2010; e o percentual de execução financeira das ações orçamentárias do exercício financeiro de 2010, bem como o andamento das programações anuais das diversas unidades que integram o CNMP, previstas para o ano de 2010.

Assim, com base nas análises efetuadas pela SPO e considerando o novo contexto do CNMP, a Administração Superior reviu priori-

dades, o que gerou a reprogramação de toda a programação anteriormente definida, em especial aquelas relativas à capacitação de recursos humanos, pagamento de diárias e serviços.

Concluída esta etapa, a SPO passou a monitorar a programação orçamentária do CNMP, sugerindo ajustes na programação, sempre que necessário. Além disso, estreitou os laços de cooperação com as outras secretarias, a fim de obter sinergia administrativa e contribuir para o alcance dos objetivos institucionais.

1.5.6. Secretaria Jurídica

A SEJUR é responsável por toda a gestão dos processos em tramitação no CNMP. Inclui, portanto, a autuação, classificação, distribuição, instrumentalização processual e acompanhamento das decisões. Para o exercício dessa atribuição a SEJUR trabalha em conjunto com os gabinetes dos Conselheiros, Corregedoria Nacional e Secretaria-Geral.

Agrega-se ao suporte em comento, a coordenação do apoio às Comissões setoriais, tais como Jurisprudência, Controle Administrativo e Financeiro, Preservação da Autonomia do Ministério Público e Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo e, ainda, Comissão do Sistema Carcerário e Controle Externo.

Dentre as inovações de 2010 destaca-se o planejamento do Projeto de Processo Eletrônico, a conclusão da validação da Sessão Plenária Eletrônica e a reestruturação do Núcleo de Apoio às Comissões – NAC.

As atividades centrais do Núcleo de Acompanhamento das Decisões, vinculado a esta secretaria, cingiam-se à fiscalização, por um lado, do cumprimento dos atos normativos editados pelo CNMP e, por outro lado, dos processos individuais em cuja decisão houvesse alguma determinação a ser cumprida por parte da unidade ministerial interessada. Visando a abarcar a totalidade das resoluções e determinações individuais geradas no âmbito do órgão, era necessário rever os conteúdos decisórios entre a data de criação do CNMP e a data de instauração do NAD.

CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES							
MINISTÉRIO PÚBLICO	REC Nº 03	RES. Nº 9/10	RES. Nº 22	RES. Nº 23	RES. Nº 30	RES. Nº 38	RES. Nº 42
MPE – ACRE	C	C	C	C	C	C	N
MPE – ALAGOAS	C	C	C	P	P	C	C
MPE – AMAPÁ	P	P	C	C	C	C	C
MPE – AMAZONAS	C	C	C	C	C	C	C
MPE – BAHIA	C	P	N	P	C	C	C
MPE – CEARÁ	C	C	C	P	C	P	P
MPE – ESPÍRITO SANTO	C	C	C	P	C	C	P
MPE – GOIÁS	C	P	C	N	C	C	C
MPE – MARANHÃO	C	C	C	C	C	C	C
MPE – MATO GROSSO	P	C	C	P	P	C	C
MPE – MATO GROSSO DO SUL	C	C	C	C	C	C	C
MPE – MINAS GERAIS	C	P	C	P	P	P	N
MPE – PARÁ	C	P	C	C	C	C	P
MPE – PARAÍBA	C	C	C	C	C	C	C
MPE – PARANÁ	C	C	C	P	C	P	N
MPE – PERNAMBUCO	C	P	C	P	P	P	P
MPE – PIAUÍ	C	P	C	C	C	P	C
MPE – RIO DE JANEIRO	C	C	C	P	C	C	P
MPE – RIO GRANDE DO NORTE	C	P	C	P	C	C	C



CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES							
MINISTÉRIO PÚBLICO	REC Nº 03	RES. Nº 9/10	RES. Nº 22	RES. Nº 23	RES. Nº 30	RES. Nº 38	RES. Nº 42
MPE – RIO GRANDE DO SUL	C	C	C	P	C	C	P
MPE – RONDÔNIA	C	C	C	C	N	C	N
MPE – RORAIMA	N	P	C	P	P	P	C
MPE – SANTA CATARINA	C	P	C	C	C	C	C
MPE – SÃO PAULO	C	P	C	P	C	C	P
MPE – SERGIPE	C	C	C	P	C	C	C
MPE – TOCANTINS	C	C	C	C	C	C	P
MPF	N	P	C	C	C	C	P
MPT	N	C	C	C	C	C	C
MPM	P	P	C	P	C	C	P
MPDFT	C	P	C	P	C	C	C

Tabela 18 – Cumprimento das Resoluções acompanhadas pelo NAD em 2010.

Fonte: Núcleo de Acompanhamento de Decisões. - (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

Legenda da tabela anterior: C: Resolução foi considerada cumprida, seja por decisão da Comissão de Controle Administrativo, seja pelo Plenário; P: Pendente de julgamento acerca do cumprimento: Procedimento de Controle Administrativo (PCA) já distribuído a um Relator; N: PCA julgado com determinações: de posse do Núcleo de Acompanhamento das Decisões para verificação do cumprimento.

A modificação no procedimento de acompanhamento das resoluções foi adotada por decisão da Comissão de Controle Administrativo. O Presidente da Comissão, posteriormente, levou a plenário proposta de resolução que altera o Regimento Interno para institucionalizar o novo procedimento. A proposta de alteração já ultrapassou o prazo para emendas e espera a votação do plenário. Enquanto tal não se dá, as resoluções que vêm sendo aprovadas e que contém determinação têm sido encaminhadas à referida Comissão, que decide sobre abertura ou não de Procedimentos de Controle Administrativo.

1.5.7. Secretaria de Tecnologia da Informação

A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) foi instituída no mês de fevereiro de 2010 e tem como principal objetivo ser um dos instrumentos de profissionalização administrativa do CNMP. Estão incluídos no rol de atribuições da STI o planejamento, a execução e acompanhamento das ações relativas a TI dentro do Conselho. Além disso, a STI ainda possui papel consultivo em assuntos relacionados às políticas de TI para o Ministério Público brasileiro.

Dentre as principais ações realizadas encontram-se:

- **Integração com os ramos do Ministério Público:** No ano de 2010, os Servidores da STI visitaram algumas unidades (Alagoas, Paraíba, Pará e São Paulo) do Ministério Público e integraram a equipe de auditoria da Corregedoria Nacional, o que proporcionou a troca de experiências, de informações e o estreitamento das relações institucionais entre o CNMP e essas Unidades, dando prosseguimento à estratégia de integração nacional iniciada no ano passado.
- **Infraestrutura:** Dando continuidade às ações iniciadas em 2009, a STI instalou equipamentos e infraestrutura de TI, o que representou um investimento de, aproximadamente, um milhão de reais em tecnologia, e foi fundamental para o início do processo de autonomia administrativa do CNMP. Em 2010 foram feitos investimentos de mais de um milhão de reais em *hardware* e *software*, o que permitiu a renovação do parque de microcomputadores, *laptops*, impressoras e equipamentos de rede. Outra ação importante foi a inauguração da rede de dados através da contratação do *link* da Rede Nacional do MPU, da qual o CNMP faz parte.
- **Sistemas de Informação:** Em abril de 2010 foi solicitado crédito suplementar à Secretaria de Orçamento Federal – SOF no valor

de R\$ 750.000,00 para a contratação de Fábrica de *Software*. Nessa primeira etapa, a fábrica irá prover o CNMP dos recursos necessários ao desenvolvimento dos *softwares* essenciais a sua atuação institucional. A equipe técnica da STI realizou estudos, pareceres técnicos e elaborou o termo de referência para a contratação dos serviços.

No plano interno, a equipe da STI trabalha na internalização de sistemas administrativos e no desenvolvimento de alguns sistemas necessários à atividade fim do CNMP, como o Sistema de Cadastro de Membros do Ministério Público, e concluiu em maio de 2010 o desenvolvimento da nova versão do sistema de Jurisprudência e pretende concluir o desenvolvimento do sistema de Sessão Eletrônica do CNMP até meados de março de 2011. A STI também desenvolveu sistemas para possibilitar o primeiro concurso de estagiários e para possibilitar a inscrição no 1º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, promovido pelo CNMP nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2010. No plano nacional, a STI trabalhou na evolução do sistema CNMPInd, sistema que controla o preenchimento dos dados relativos às Resoluções nº 32 e 33 de 2008, resoluções que dizem respeito à obtenção de dados da atuação administrativa e funcional do Ministério Público e também dos dados da Resolução nº 36 de 2009 que versa sobre informações relativas às Interceptações Telefônicas e Telemáticas no âmbito do Ministério Público.

Outras importantes evoluções no CNMPInd incluem alterações para contemplar a coleta de dados da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) e inclusão da Resolução 51/2010 que trata de uma revisão da Resolução 36/2009.

A STI supervisiona, também, a utilização de usuários do CNMP e o MP brasileiro dos sistemas de Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e de Cadastro Nacional de Adoção, além de incluir em seu rol os sistemas CNCA (Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas) e CNAEL (Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei).

2. Análise Estatística – Conselho Nacional do Ministério Público

2.1. Estatística Processual

O ano de 2010 foi marcado por uma tentativa de retomada na redução do volume de processos existente no Conselho Nacional do Ministério Público. Entretanto, verificou-se no ano de 2010 um crescimento de 21,03% no volume de autuações, em relação ao ano de 2009. Dessa forma, mesmo com o crescimento significativo de 18,89% no volume de julgamentos em relação ao ano de 2009, não foi possível a redução desse volume processual.

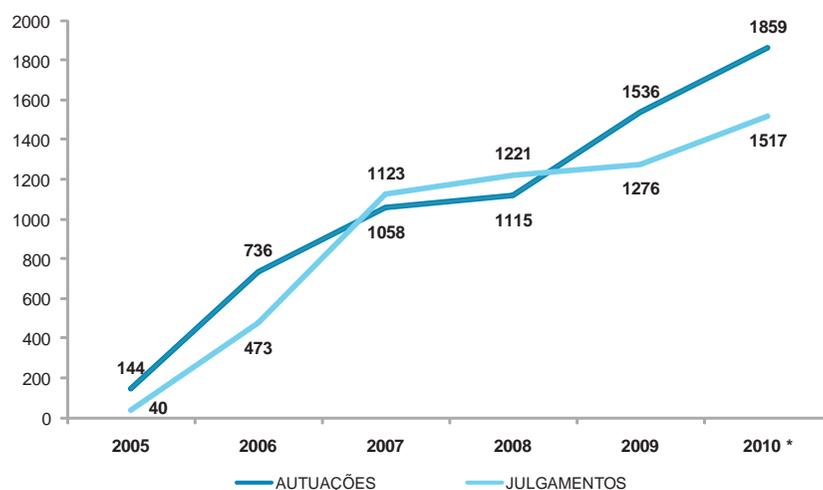


Gráfico 06 – Evolução Anual – Autuações e Julgamentos do CNMP.
Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Ação Estratégica (NAE). (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



Vale ressaltar que, para melhor entendimento do gráfico anterior, o termo “Julgamentos” considera o volume de processos julgados em Sessão Plenária juntamente com os processos arquivados por Decisão Monocrática. Sendo assim, observando-se o gráfico anterior e considerando a média mensal de autuação e julgamento do ano de 2010, temos uma expectativa de chegarmos a um patamar de 2028 processos autuados e 1655 processos julgados, proporcionando um crescimento de 32,03% e 29,70% respectivamente, em relação a 2009.

A situação processual dentre os Conselheiros em seus mandatos atuais é a exposta pelo gráfico a seguir:



Gráfico 07 – Status dos Processos do CNMP – Conselheiros Ativos.
Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Ação Estratégica (NAE). (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

São considerados processos “Concluídos” aqueles que foram decididos por Decisão Monocrática ou em Sessão Plenária e que já estejam transitados em julgado. Desta forma, os considerados “Pendentes” são calculados com base nos que não transitaram em julgado.

A visão abaixo mostra a distribuição anterior por cada Conselheiro ativo:

MANDATO	INÍCIO MANDATO	DISTRIBUIÇÃO		JULGADOS		CONCLUÍDOS		PENDENTES	
		QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
ACHILES DE JESUS SIQUARA FILHO	10/08/2009	157	10,11	140	11,01	116	12,67	41	6,29
ADILSON GURGEL DE CASTRO	10/08/2009	147	9,47	145	11,40	99	10,99	48	7,36
ALMINO AFONSO FERNANDES	10/08/2009	147	9,47	115	9,04	74	8,21	73	11,20
BRUNO DANTAS NASCIMENTO	10/08/2009	149	9,59	95	7,47	74	8,21	75	11,50
CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS	03/12/2009	83	5,34	75	5,90	47	5,22	36	5,52
CLÁUDIO BARROS SILVA	10/08/2009	144	9,27	152	11,95	98	10,88	46	7,06
MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES	10/08/2009	148	9,53	129	10,14	101	11,21	47	7,21
MARIO LUIZ BONSAGLIA	03/12/2009	92	5,92	59	4,64	33	3,66	59	9,05
SANDRA LIA SIMON	10/08/2009	155	10,05	121	9,51	85	9,43	71	10,89
SÉRGIO FELIRIN	10/08/2009	169	10,24	79	6,21	51	5,66	108	16,56
TAÍS SCHILLING FERRAZ	10/08/2009	142	9,14	145	11,40	114	12,65	28	4,29
LUIZ MOREIRA GOMES JUNIOR	19/07/2010	29	1,87	17	1,34	9	1,00	20	3,07
TOTA GERAL		1553	100,00	1272	100,00	901	100,00	652	100,00

Tabela 19 – Status dos Processos do CNMP por Conselheiro Ativo.
Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Ação Estratégica (NAE). (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

Vale ressaltar que os mandatos dos Conselheiros foram iniciados de forma diferenciada, podendo provocar um maior ou menor número de processos distribuídos, julgados, concluídos e pendentes entre os Membros do Conselho. Outra informação importante é que o número existente na coluna “Julgados” corresponde ao total de julgamentos feitos (ou seja, de acordo com o trâmite processual, pode existir mais de um Julgamento por processo).



Analisando-se os dados apresentados até agora, torna-se extremamente importante que o CNMP trabalhe, mais uma vez, com o foco na redução do volume de processos ainda pendentes. Além disso, deve ser analisada a possibilidade de uma melhor análise do teor e do tipo dos processos ainda pendentes, visando ao estabelecimento de uma estratégia para esta redução desses números e proporcionando ao CNMP um maior reconhecimento desse esforço.

Dando início a esta avaliação, segue uma visão geral dos principais tipos de processos existentes desde 2005 no Conselho Nacional do Ministério Público, além de uma avaliação sobre os processos pendentes:

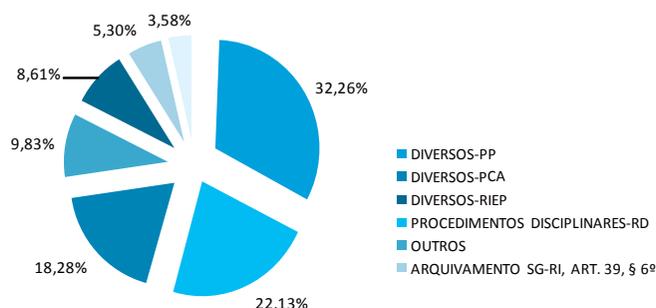


Gráfico 08 – Análise Qualitativa – Tipos Processuais Atuados CNMP (Período: 2005 a 30 de novembro de 2010). Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Ação Estratégica (NAE). (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

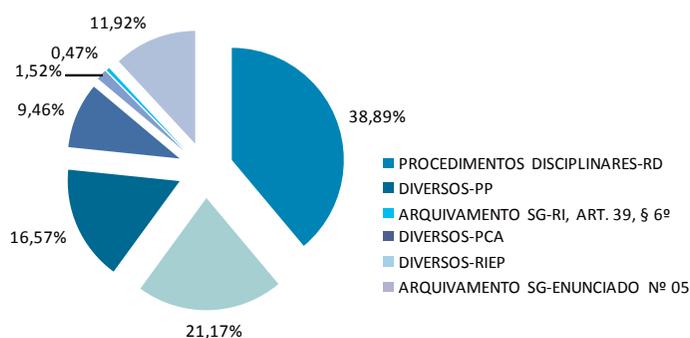


Gráfico 09 – Análise Qualitativa – Tipos Processuais – Processos Pendentes – CNMP (Período: 2005 a 30 de novembro de 2010). Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Ação Estratégica (NAE). (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

Com base nas informações anteriores, deve ser considerada uma atuação direcionada aos principais ofensores, uma vez que eles correspondem a aproximadamente 77% do volume processual pendente: - Reclamação Disciplinar (RD), - Procedimento de Controle Administrativo (PCA) e - Pedido de Providências (PP).

Segue uma tabela contendo o detalhamento dos tipos processuais existentes no Conselho Nacional do Ministério Público:



CLASSE-TIPO	AUTUADOS		JULGADOS		CONCLUÍDOS		PENDENTES	
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
ARQUIVAMENTO SG-RI, ART. 39, § 6º	342	5,30%	3	0,05%	313	6,90%	29	1,52%
ARQUIVAMENTO SG- ENUNCIADO Nº 05	231	3,58%	0	0,00%	222	4,90%	9	0,47%
DIVERSOS-ASI	7	0,11%	8	0,14%	6	0,13%	1	0,05%
DIVERSOS-PCA	1179	18,28%	1039	18,39%	774	17,07%	405	21,17%
DIVERSOS-PP	2080	32,26%	1947	34,46%	1763	38,88%	317	16,57%
DIVERSOS-RCA	41	0,64%	40	0,71%	25	0,55%	16	0,84%
DIVERSOS-REST	1	0,02%	1	0,02%	1	0,02%	0	0,00%
DIVERSOS-RIEP	555	8,61%	443	7,84%	374	8,25%	181	9,46%
DIVERSOS-RPA	42	0,65%	44	0,78%	25	0,55%	17	0,89%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-AA	4	0,06%	9	0,16%	4	0,09%	0	0,00%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-AVOC	11	0,17%	13	0,23%	10	0,22%	1	0,05%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-COR	8	0,12%	11	0,19%	8	0,18%	0	0,00%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-INSP	19	0,29%	9	0,16%	4	0,09%	15	0,78%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-PAA	4	0,06%	7	0,12%	2	0,04%	2	0,10%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-PAV	13	0,20%	12	0,21%	6	0,13%	7	0,37%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-PD	35	0,54%	47	0,83%	19	0,42%	16	0,84%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-PDA	5	0,08%	10	0,18%	2	0,04%	3	0,16%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-RD	1427	22,13%	1201	21,26%	683	15,06%	744	38,89%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-RPD	86	1,33%	137	2,42%	55	1,21%	31	1,62%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-SIND	45	0,70%	50	0,88%	7	0,15%	38	1,99%
PROPOSIÇÕES-PC	2	0,03%	2	0,04%	1	0,02%	1	0,05%
PROPOSIÇÕES-PER	9	0,14%	7	0,12%	7	0,15%	2	0,10%
PROPOSIÇÕES-RES	83	1,29%	89	1,58%	58	1,28%	25	1,31%
RECURSOS-ED	100	1,55%	256	4,53%	82	1,81%	18	0,94%
RECURSOS-REC	118	1,83%	265	4,69%	84	1,85%	34	1,78%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-SA	1	0,02%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,05%
TOTAL GERAL	6448	100,00%	5650	100,00%	4535	100,00%	1913	100,00%

Tabela 20 – Processos CNMP – Distribuição por Tipo Processual

Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Ação Estratégica (NAE). (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

2.2. Atuação Funcional do Ministério Público

Serão apresentadas a seguir informações obtidas através da coleta de dados realizada através da Resolução nº 33 deste Conselho, que contempla a Atuação Funcional de todas as unidades do Ministério Público. Vale ressaltar que as informações apresentadas carecem de um processo de análise específico, que será realizado no ano de 2011.



Entretanto, busca-se a evolução e o aperfeiçoamento da coleta de informações sobre os Ministérios Públicos, possibilitando a sugestão de ações de melhoria para todas as unidades. Esse será um dos focos do CNMP no próximo ano.

UNIDADE	INQUÉRITOS CIVIS/ PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS		
	INSTAURADOS	ARQUIVADOS	
		SEM AJUSTAMENTO DE CONDUTA	COM AJUSTAMENTO DE CONDUTA
MP/AC	890	307	76
MP/AL	669	603	150
MP/AM	956	510	7
MP/AP	2342	519	42
MP/BA	8339	3574	484
MP/CE	5719	2919	477
MP/ES	5982	2152	164
MP/GO	0	0	0
MP/MA	1018	307	109
MP/MG	9132	779	36
MP/MS	2627	1127	223
MP/MT	3389	3514	784
MP/PA	2218	430	275
MP/PB	2276	1263	195
MP/PE	0	0	0
MP/PI	219	54	41
MP/PR	8998	2259	81
MP/RJ	4249	2374	66
MP/RN	8402	835	319
MP/RO	1010	376	92
MP/RR	1050	203	15
MP/RS	17053	7007	2097
MP/SC	9965	4493	849
MP/SE	1656	477	59
MP/SP	19758	15573	2276
MP/TO	395	6	68
MPDFT	915	6836	0
MPF	0	0	0
TOTAL	119227	58497	8985

* Questionário não é aplicável ao MPT nem ao MPM.

** As unidades MP/GO, MP/PE e MPF não forneceram as informações via sistema CNMPInd.

Tabela 21 – Anexo Cível – Inquéritos Cíveis / Procedimentos Preparatórios.

Fonte: Resolução Nº 33 – Sistema CNMPInd – Núcleo de Ação Estratégica (NAE) - (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



UNIDADE	PROCESSOS CIVIS NO 1º GRAU	
	RECEBIDOS	TOTAL DE MANIFESTAÇÕES
MP/AC	11594	9794
MP/AL	15151	15351
MP/AM	11948	21118
MP/AP	15455	14443
MP/BA	123744	127076
MP/CE	54063	65237
MP/ES	108563	103347
MP/GO	0	0
MP/MA	20265	17667
MP/MG	12951	30892
MP/MS	90738	96133
MP/MT	76914	64754
MP/PA	105234	90307
MP/PB	861	3041
MP/PE	0	0
MP/PI	5150	5241
MP/PR	77804	130494
MP/RJ	423127	382074
MP/RN	17602	19387
MP/RO	35198	60947
MP/RR	12225	12542
MP/RS	643777	566362
MP/SC	251990	4562
MP/SE	55060	51259
MP/SP	9121	9121
MP/TO	16878	15832
MPDFT	127985	74098
MPF	0	0
TOTAL	2323398	1991079

* Questionário não é aplicável ao MPT nem ao MPM.

** As unidades MP/GO, MP/PE e MPF não forneceram as informações via sistema CNMPInd
Tabela 22 – Anexo Cível – Processos Cíveis no 1º Grau.

Fonte: Resolução N° 33 – Sistema CNMPInd – Núcleo de Ação Estratégica (NAE) - (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



UNIDADE	PROCESSOS CÍVEIS NO 2º GRAU	
	RECEBIDOS	TOTAL DE MANIFESTAÇÕES
MP/AC	487	567
MP/AL	1697	1808
MP/AM	1011	1707
MP/AP	984	1052
MP/BA	5448	5059
MP/CE	7334	7584
MP/ES	5543	4322
MP/GO	0	0
MP/MA	4064	3786
MP/MG	0	0
MP/MS	2558	2149
MP/MT	3100	2764
MP/PA	3565	3645
MP/PB	7360	4789
MP/PE	0	0
MP/PI	710	806
MP/PR	16283	10809
MP/RJ	0	0
MP/RN	0	0
MP/RO	3600	5286
MP/RR	248	299
MP/RS	111855	109499
MP/SC	13047	10475
MP/SE	8686	7172
MP/SP	0	0
MP/TO	1355	1312
MPDFT	8899	8074
MPF	0	0
TOTAL	207834	192964

* Questionário não é aplicável ao MPT nem ao MPM.

** As unidades MP/GO, MP/MG, MP/PE, MP/RJ, MP/RN, MP/SP e MPF não forneceram as informações via sistema CNMPInd

Tabela 23 - Anexo Cível - Processos Cíveis no 2º Grau.

Fonte: Resolução N° 33 - Sistema CNMPInd - Núcleo de Ação Estratégica (NAE) - (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



UNIDADE	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ABSTRATO	
	AÇÕES PROPOSTAS PELO MP	PARECERES
MP/AC	0	69
MP/AL	3	5
MP/AM	1	1
MP/AP	3	6
MP/BA	3	22
MP/CE	9	288
MP/ES	51	338
MP/GO	0	0
MP/MA	0	4040
MP/MG	37	400
MP/MS	0	24
MP/MT	0	0
MP/PA	87	17
MP/PB	15	59
MP/PE	0	0
MP/PI	0	3
MP/PR	5	98
MP/RJ	0	0
MP/RN	0	0
MP/RO	0	0
MP/RR	0	0
MP/RS	76	231
MP/SC	0	0
MP/SE	0	0
MP/SP	0	0
MP/TO	0	7
MPDFT	0	0
MPF	0	0
TOTAL	290	5608

* Questionário não é aplicável ao MPT nem ao MPM.

** As unidades MP/GO, MP/MT, MP/PE, MP/RJ, MP/RN, MP/RO, MP/RR, MP/SC, MP/SE, MP/SP, MPDFT e MPF não forneceram as informações via sistema CNMPInd

Tabela 24 – Anexo Cível – Controle de Constitucionalidade Abstrato.

Fonte: Resolução N° 33 – Sistema CNMPInd – Núcleo de Ação Estratégica (NAE) - (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



UNIDADE	INQUÉRITOS POLICIAIS/NOTÍCIAS CRIMINAIS			
	RECEBIDOS OU REQUISITADOS PELO MP	BAIXADOS À ORIGEM PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA	ARQUIVADOS	DENÚNCIAS OFERECIDAS
MP/AC	149	4	14	15
MP/AL	61	7	28	63
MP/AM	152	2	28	77
MP/AP	134	47	22	37
MP/BA	694	284	112	201
MP/CE	1532	13	9	28
MP/ES	115	28	18	2
MP/GO	0	0	0	0
MP/MA	120	53	3	16
MP/MG	4733	4345	1413	760
MP/MS	469	67	102	39
MP/MT	0	0	0	0
MP/PA	155	740	379	170
MP/PB	197	73	35	63
MP/PE	0	0	0	0
MP/PI	187	26	52	46
MP/PR	974	58	587	73
MP/RJ	0	0	259	65
MP/RN	0	0	0	0
MP/RO	821	387	375	137
MP/RR	53	20	12	19
MP/RS	8039	1318	2377	555
MP/SC	1543	0	493	222
MP/SE	0	0	0	0
MP/SP	0	0	0	0
MP/TO	33	0	0	16
MPDFT	1925	668	353	79
MPM	11917	4962	1699	1117
TOTAL	34003	13102	8370	3800

* Questionário não é aplicável ao MPF nem ao MPT.

** As unidades MP/GO, MP/MT, MP/PE, MP/RN, MP/SE, MP/SP e MPDFT não forneceram as informações via sistema CNMPInd

Tabela 25 – Anexo Criminal Militar – Inquéritos Policiais / Notícias Criminais.

Fonte: Resolução N° 33 – Sistema CNMPInd – Núcleo de Ação Estratégica (NAE) - (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



UNIDADE	PROCESSOS CRIMINAIS NO 1º GRAU	
	RECEBIDOS OU INSTAURADOS PELO MP	ARQUIVADOS
MP/AC	180	5
MP/AL	57	20
MP/AM	221	39
MP/AP	314	11
MP/BA	331	241
MP/CE	72	26
MP/ES	726	22
MP/GO	0	0
MP/MA	71	2
MP/MG	1826	221
MP/MS	1115	16
MP/MT	0	0
MP/PA	851	16
MP/PB	450	6
MP/PE	0	0
MP/PI	119	0
MP/PR	464	0
MP/RJ	0	0
MP/RN	0	0
MP/RO	2082	47
MP/RR	152	8
MP/RS	4022	47
MP/SC	1318	0
MP/SE	0	0
MP/SP	0	0
MP/TO	6	0
MPDFT	1454	31
MPM	10455	198
Total Geral	26286	956

* Questionário não é aplicável ao MPF nem ao MPT.

** As unidades MP/GO, MP/MT, MP/PE, MP/RJ, MP/RN, MP/SE e MP/SP não forneceram as informações via sistema CNMPInd. Tabela 26 – Anexo Criminal Militar – Processos Criminais no 1º Grau. Fonte: Resolução Nº 33 – Sistema CNMPInd – Núcleo de Ação Estratégica (NAE) - (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



UNIDADE	ATOS DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL			
	VISITAS A ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS	PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS INSTAURADOS	RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS	DENÚNCIAS OFERECIDAS
MP/AC	213	97	9	0
MP/AL	0	0	0	0
MP/AM	135	111	10	10
MP/AP	32	6	1	8
MP/BA	0	0	0	0
MP/CE	62	1	4	0
MP/ES	0	0	0	2
MP/GO	0	0	0	0
MP/MA	502	176	60	169
MP/MG	0	0	0	0
MP/MS	18	0	1	55
MP/MT	0	0	0	0
MP/PA	123	5	7	7
MP/PB	23	0	6	0
MP/PE	0	0	0	0
MP/PI	102	10	15	4
MP/PR	562	64	3	89
MP/RJ	0	0	0	0
MP/RN	0	0	0	0
MP/RO	37	0	2	0
MP/RR	18	33	0	10
MP/RS	0	0	80	2
MP/SC	71	0	0	0
MP/SE	0	0	0	0
MP/SP	0	0	0	0
MP/TO	0	0	0	0
MPDFT	0	0	0	0
MPM	110	116	55	65
TOTAL	2008	619	253	421

* Questionário não é aplicável ao MPF nem ao MPT.

** As unidades MP/GO, MP/MG, MP/MT, MP/PE, MP/RJ, MP/RN, MP/SE, MP/SP, MP/TO e MPDFT não forneceram as informações via sistema CNMPInd

Tabela 27 – Anexo Criminal Militar – Atos de Controle Externo da Atividade Policial.

Fonte: Resolução N° 33 – Sistema CNMPInd – Núcleo de Ação Estratégica (NAE) - (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



UNIDADE	INQUÉRITOS POLICIAIS/NOTÍCIAS CRIMINAIS				
	RECEBIDOS OU REQUISITADOS PELO MP	BAIXADOS À ORIGEM PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA	ARQUIVADOS	TRANSAÇÕES PENAIS EFETIVADAS	DENÚNCIAS OFERECIDAS
MP/AC	12428	2909	1669	2249	3155
MP/AL	11024	4150	1070	610	4267
MP/AM	7907	1265	1009	215	4177
MP/AP	4083	2185	240	437	1313
MP/BA	39737	10917	5993	2081	19947
MP/CE	24678	9856	4635	1068	11308
MP/ES	40353	18743	4803	1408	12076
MP/GO	0	0	0	0	0
MP/MA	13959	3648	946	2714	6389
MP/MG	510679	507201	55188	2617	74452
MP/MS	103463	64192	8794	1216	15118
MP/MT	110421	49360	5514	0	19149
MP/PA	44872	11127	4658	1118	16500
MP/PB	15059	6605	1180	973	5805
MP/PE	0	0	0	0	0
MP/PI	5379	1445	727	261	2658
MP/PR	110018	92618	15412	8783	17218
MP/RJ	0	0	74165	4135	19856
MP/RN	13226	5719	1263	190	5725
MP/RO	30476	16912	7903	0	9956
MP/RR	25002	16060	971	719	1760
MP/RS	292437	33889	96231	1584	48155
MP/SC	114623	29636	10802	0	28451
MP/SE	12243	3428	2551	493	5318
MP/SP	1562981	110071	127600	55968	204143
MP/TO	8900	124	1057	2	3617
MPDFT	109084	55807	9697	12	7588
MPF	0	0	0	0	0
TOTAL	3223032	1057867	444078	88853	548101

* Questionário não é aplicável ao MPM nem ao MPT.

** As unidades MP/GO, MP/PE e MPF não forneceram as informações via sistema CNMPInd

Tabela 28 – Anexo Criminal – Inquéritos Policiais / Notícias Criminais.

Fonte: Resolução N° 33 – Sistema CNMPInd – Núcleo de Ação Estratégica (NAE) - (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



UNIDADE	TERMOS CIRCUNSTANCIADOS
	RECEBIDOS OU REQUISITADOS PELO MP
MP/AC	2253
MP/AL	2770
MP/AM	6017
MP/AP	6125
MP/BA	31848
MP/CE	8849
MP/ES	35502
MP/GO	0
MP/MA	0
MP/MG	238347
MP/MS	60885
MP/MT	27515
MP/PA	23249
MP/PB	5088
MP/PE	0
MP/PI	2171
MP/PR	38102
MP/RJ	0
MP/RN	8183
MP/RO	4373
MP/RR	11697
MP/RS	307922
MP/SC	0
MP/SE	8628
MP/SP	856254
MP/TO	9439
MPDFT	58214
MPF	0
TOTAL	1753431

* Questionário não é aplicável ao MPM nem ao MPT.

** As unidades MP/GO, MP/MA, MP/PE, MP/RJ, MP/SC e MPF não forneceram as informações via sistema CNMPInd. Tabela 29 – Anexo Criminal – Termos Circunstanciados. Fonte: Resolução N° 33 – Sistema CNMPInd – Núcleo de Ação Estratégica (NAE) - (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



UNIDADE	PROCESSOS CRIMINAIS NO 1º GRAU				SUSPENSÕES CONDICIONAIS DO PROCESSO EFETIVADAS (EM QUALQUER GRAU DE JURISDIÇÃO)
	RECEBIDOS OU INSTAURADOS PELO MP	TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	RECEBIDOS OU INSTAURADOS PELO MP	TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	
MP/AC	17417	14740	1605	1498	207
MP/AL	12987	11818	1019	964	526
MP/AM	15760	22998	1041	1431	153
MP/AP	12108	14039	1095	1288	301
MP/BA	69548	67211	9502	9063	1406
MP/CE	30528	43068	3273	3917	572
MP/ES	81736	81297	3265	3812	1793
MP/GO	0	0	0	0	0
MP/MA	14764	14388	632	436	263
MP/MG	309604	281595	46	0	9703
MP/MS	177142	165273	6316	6783	1198
MP/MT	91933	74780	4155	3656	185
MP/PA	70483	55932	3813	3908	397
MP/PB	10746	13293	1649	1821	5
MP/PE	0	0	0	0	0
MP/PI	5893	4815	536	504	440
MP/PR	60164	110636	14640	11027	906
MP/RJ	0	0	0	0	0
MP/RN	13623	13445	0	0	734
MP/RO	38122	72795	4972	7025	0
MP/RR	25759	26220	724	667	219
MP/RS	467848	369075	43149	43102	4631
MP/SC	311293	310693	9937	9632	8532
MP/SE	41308	42963	3710	3300	411
MP/SP	1339238	1410051	0	0	121403
MP/TO	10612	10525	1848	1847	174
MPDFT	222564	112652	14596	5008	205
MPF	0	0	0	0	0
TOTAL	3451180	3344302	131523	120689	154364

* Questionário não é aplicável ao MPM nem ao MPT.

** As unidades MP/GO, MP/PE, MP/RJ e MPF não forneceram as informações via sistema CNMPInd

Tabela 30 – Anexo Criminal – Processos Criminais no 1º Grau, Processos Criminais no 2º Grau e Suspensões Condicionais do Processo Efetivadas (Em qualquer grau de jurisdição).

Fonte: Resolução N° 33 – Sistema CNMPInd – Núcleo de Ação Estratégica (NAE) - (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



UNIDADE	ÁREA DOS ATOS INFRACIONAIS			
	BOLETINS DE OCORRÊNCIAS E OUTRAS NOTÍCIAS DE ATOS INFRACIONAIS RECEBIDOS	BOLETINS DE OCORRÊNCIAS E OUTRAS NOTÍCIAS ARQUIVADAS SEM CONCESSÃO DE REMISSÃO	REPRESENTAÇÕES DE ATOS INFRACIONAIS OFERECIDAS	REMISSÕES CONCEDIDAS PELO MP
MP/AC	1447	44	587	1351
MP/AL	786	79	557	219
MP/AM	847	82	540	450
MP/AP	887	28	574	279
MP/BA	8361	650	4528	2146
MP/CE	5345	331	2283	2640
MP/ES	4688	281	3895	1162
MP/GO	0	0	0	0
MP/MA	898	118	603	614
MP/MG	3867	12170	11631	23947
MP/MS	10865	1397	2610	2951
MP/MT	5250	98	881	1676
MP/PA	5014	215	2654	1012
MP/PB	1257	128	919	907
MP/PE	0	0	0	0
MP/PI	803	21	511	530
MP/PR	9386	2250	2541	5982
MP/RJ	0	0	2641	834
MP/RN	10180	42	808	426
MP/RO	5044	856	1878	1843
MP/RR	1308	17	79	1442
MP/RS	38114	7263	7106	8254
MP/SC	19710	1716	2562	5981
MP/SE	1511	114	795	351
MP/SP	109989	11935	3299	26839
MP/TO	1796	71	562	739
MPDFT	0	0	2241	3383
MPF	0	0	0	0
TOTAL	247353	39906	57285	95958

* Questionário não é aplicável ao MPM nem ao MPT.

** As unidades MP/GO, MP/PE e MPF não forneceram as informações via sistema CNMPInd

Tabela 31 – Anexo Infância e Juventude – Área dos Atos Infracionais.

Fonte: Resolução N° 33 – Sistema CNMPInd – Núcleo de Ação Estratégica (NAE) - (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



UNIDADE	PROCESSOS RECEBIDOS		PROCESSOS RECEBIDOS	
	NO 1º GRAU	NO 2º GRAU	NO 1º GRAU	NO 2º GRAU
MP/AC	3642	14	3321	12
MP/AL	4185	40	4151	45
MP/AM	1635	0	2352	0
MP/AP	3326	10	3187	10
MP/BA	14040	121	17148	125
MP/CE	8863	24	10034	7
MP/ES	35004	220	33020	119
MP/GO	0	0	0	0
MP/MA	1015	0	1070	0
MP/MG	119590	0	119396	0
MP/MS	24470	118	24020	136
MP/MT	7886	130	8081	117
MP/PA	25048	238	7	0
MP/PB	4038	3	3736	2
MP/PE	0	0	0	0
MP/PI	1893	0	1874	0
MP/PR	22860	305	30928	305
MP/RJ	85182	0	0	0
MP/RN	8692	0	9298	0
MP/RO	9882	48	9758	45
MP/RR	7444	715	6470	1
MP/RS	108329	0	85068	0
MP/SC	66580	0	49588	0
MP/SE	8466	0	8614	0
MP/SP	560380	0	560380	0
MP/TO	3341	0	3131	0
MPDFT	48929	230	48144	264
MPF	0	0	0	0
TOTAL	1184720	2216	1042776	1188

* Questionário não é aplicável ao MPM nem ao MPT.

** As unidades MP/GO, MP/PE e MPF não forneceram as informações via sistema CNMPlnd

Tabela 32 – Anexo Infância e Juventude – Processos Recebidos e Processos Analisados.

Fonte: Resolução N° 33 – Sistema CNMPlnd – Núcleo de Ação Estratégica (NAE) - (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



UNIDADE	DEFESA DOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS DA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE				
	INQUÉRITOS CIVIS/ PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS			AÇÕES CIVIS AJUIZADAS	VISITAS A UNIDADES DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO
	INSTAURADOS	ARQUIVADOS			
		SEM AJUSTAMENTO DE CONDUTA	COM AJUSTAMENTO DE CONDUTA		
MP/AC	370	119	13	51	45
MP/AL	10	0	9	44	22
MP/AM	14	0	0	81	0
MP/AP	178	47	1	67	52
MP/BA	3940	296	1433	1251	105
MP/CE	63	18	1	573	62
MP/ES	272	124	76	1314	27
MP/GO	0	0	0	0	0
MP/MA	193	8	11	1907	0
MP/MG	1034	935	0	2716	325
MP/MS	281	82	17	369	86
MP/MT	418	1203	72	738	30
MP/PA	179	101	0	444	61
MP/PB	152	42	15	95	23
MP/PE	0	0	0	0	0
MP/PI	27	10	1	2817	6
MP/PR	1084	188	8	2742	348
MP/RJ	312	170	4	420	8
MP/RN	294	1	4	88	16
MP/RO	159	153	5	19	64
MP/RR	0	8	0	17	4
MP/RS	4216	1614	151	18202	133
MP/SC	3914	1073	7	1252	90
MP/SE	149	37	3	310	14
MP/SP	0	0	0	2687	751
MP/TO	1	0	0	16	6
MPDFT	284	437	0	0	7
MPF	0	0	0	0	0
TOTAL	17544	6666	1831	38220	2285

* Questionário não é aplicável ao MPM nem ao MPT.

** As unidades MP/GO, MP/PE e MPF não forneceram as informações via sistema CNMPInd.

Tabela 33 – Anexo Infância e Juventude – Defesa dos Direitos Transindividuais da Área de Infância e Juventude.

Fonte: Resolução N° 33 – Sistema CNMPInd – Núcleo de Ação Estratégica (NAE) - (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).



UNIDADE	INQUÉRITOS CIVIS/ PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS					
	INSTAURADOS	ARQUIVADOS		AÇÃO AJUIZADA	PROCESSOS RECEBIDOS	
		SEM AJUSTAMENTO DE CONDUTA	COM AJUSTAMENTO DE CONDUTA		NO 1º GRAU	NO 2º GRAU
MPT	29685	18142	3625	2368	6848	154845
TOTAL	29685	18142	3625	2368	6848	154845

* Questionário é aplicável apenas ao MPT.

Tabela 34 – Anexo Trabalhista – Inquéritos Civis / Procedimentos Preparatórios.

Fonte: Resolução N° 33 – Sistema CNMPInd – Núcleo de Ação Estratégica (NAE) - (Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2010).

II - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o ano de 2010 o CNMP conseguiu dar um salto qualitativo rumo à eficiência administrativa e ao cumprimento de sua missão constitucional.

Desde a sua instalação, em 2005, até os dias atuais, o CNMP tem conseguido exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. Os dados acima coligidos demonstram uma evolução constante na atuação do Conselho.

Não obstante, o ano de 2010 apresentou uma melhora sem precedentes devido à profissionalização dos quadros administrativos e ao lançamento do planejamento estratégico, condições que desencadearam um significativo incremento nas condições de trabalho da atuação finalística do órgão, com reflexos em resultados palpáveis e objetivos da atuação do Conselho.

Contudo, o horizonte que se aproxima para 2011 é ainda mais desafiador, na medida em que a realização do planejamento estratégico nacional do Ministério Público brasileiro deve buscar o alinhamento de todos os ramos e o estabelecimento de metas de atuação conjuntas.



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria-Geral
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Este livro foi composto na família Minion, para textos,
e Trajan Pro, para títulos, e impresso em offset sobre papel
Couchê Fosco 120g/m2, em janeiro de 2011.

